COMISSÃO DE TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABINDA

CABINDAS

HISTÓRIA - CRENÇA - USOS E COSTUMES

P. JOAQUIM MARTINS, C. S. SP.

1972

Os CABINDAS, designação hoje dada aos habitantes do Enclave de Cabinda (abrangendo todos os clãs irmãos — Bauoio, Bakongo, Basundi, Balinge, Bavili, Baiombe, Bakoki...) *mas que, de começo, por proveniência clánica era confinada aos do antigo reino de* Ngoio *e mais pròpriamente aos da região da actual cidade de Cabinda e arredores mais chegados, sendo povos que fazem parte da grande família banta, por suas qualidades, usos e costumes sobressaiem entre os outros.*

O cabinda é, certamente, de todos os nossos povos africanos, o que se aponta com mais frequência como exemplo de índice de maior desenvolvimento e progresso em toda a gama de valores humanos.

Quem pela primeira vez entra nas terras do Enclave — seja pelo porto de Cabinda ou de Lândana, pela fronteira da República do Zaire ou pela do Congo Brazaville — fica òptimamente bem impressionado com o que lhe á dado presenciar: casas arejadas e asseadas, mesmo as de colmo e papiros, alinhadas ao longo das estradas por entre filas de palmeiras e coqueiros que emprestam, nos dias de grande calma, a sua sombra aos habitantes; gente palradora e comunicativa entre a qual havia sempre alguém — e hoje quase todos e todas — a poder dar-nos informações pedidas num português já muito sofrível e ajuda pronta em qualquer necessidade.

A juntar-se às gentes vem a paisagem, ora dominadora pela imponência das árvores seculares, sobretudo nas florestas do interior e, mais ainda, nas do Maiombe — onde se encontram também ravinas, v. g. no Moábi, *de um «belo-horrível» —, ora pelo verde repousante das copas das árvores, das palmeiras, coqueiros, bananeiras, etc. E não há terra como a do Enclave de Cabinda para nos mimosear com o verde em todos os matizes!*

Calmos e silenciosos, sonhadores até, entre margens de uma beleza indiscritível, correm as águas volumosas de um Kiloango, *dum* Luáli, *dum* Lukula *ou as do serpentear do* Lukola, *do* Lulondo, *do* Lubinda, *do* Fubu, *etc. etc. Tudo belo. Tudo rico.*

Mas o que mais nos prende aos cabindas — às gentes de todo o Enclave — é a beleza de suas instituições, de seus usos e costumes, a beleza e até delicadeza dos princípios e leis morais, familiares e sociais, a riqueza «espiritual» de suas almas. E estas, as almas, não se «caçam» com a facilidade com que, outrora, se podia apanhar um Ngulungo *à saída de uma roça, um* Sofo *na planície do Iabe, uma* Mpakasa *no Chela ou no Liko, o* Nkoko *no Ntandu-Mbambi ou no Kinguingili ou mesmo, ainda que com mais dificuldade, um* Nzau *(elefante) no Maiombe. Não. São precisos anos. É preciso conviver com eles, aceitar comer com eles uma* muambada *ou convidá-los para a nossa mesa. O que colhi do velho Estanislau Kimpolo, e foi muitíssimo, foi-o nas viagens de ministério missionário e cavaqueando à mesa, durante as refeições e logo a seguir a elas, sobretudo nas noites quentes e de luar do mês de Janeiro e Fevereiro... É preciso fazer-se um deles e entrar-lhes na alma através dos conhecimentos de sua língua. É preciso ouvir um e muitos e muitas. Estar presente nas suas horas tristes e nas horas alegres, que também as têm.*

Só se faz um verdadeiro juizo da dor infinda de uma pobre e velha mãe viúva vendo-a deitada ao lado de seu único filho morto! Só se sente a saudade de quem deixa uma juventude folgada e amigas de infância assistindo, entre as donzelas, aos cânticos lúgubres da despedida na última noite de solteira.

E a alegria das festas, comunicativa, magnetizadora?

Só presenciando e tomando parte nos banquetes — que os têm —, assistindo aos batuques, para os quais a resistência dos brancos não daria para uma hora, quando eles os alimentam noites inteiras.

Foi neste encantamento que me deixei embalar durante uns 22 anos. Chegado a Cabinda a 4 de Dezembro de 1941, de passagem para a Missão que me fora destinada, a do Lukula-Zenze, *onde entrei a 11 desse mesmo mês e ano, com os meus curiosos 25 anos de idade, tomei logo a óptima resolução de apontar o que visse e colher dados*

de tudo o que me atiçasse a curiosidade. É que, de começo, tudo nos impressiona, tudo é novo: as terras e as gentes.

Aconteceu mesmo a 8 de Dezembro de 1941 — nunca mais me esqueci da data —, em passeio de Cabinda à Missão de Lândana (era o cinquentenário da Missão de Cabinda), depois de ter notado uma série de têstos de panela dos naturais no quarto de um colega estrangeiro, depois de reconhecer o valor daquelas peças, ter-me resolvido sèriamente a não deixar passar só para mãos estranhas tamanha riqueza de simbolismo. A «Sabedoria Cabinda», *que a Junta de Investigações do Ultramar se dignou editar em 1968, prova que cumpri a resolução tomada então. E se me não levassem à conta de imodéstia, poderia afirmar que os colegas, que chegaram depois de mim, ao mesmo estudo se dedicaram por conselho e quase instigação de minha parte. E aproveitaram.*

«Cabindas — História, Crença, Usos e Costumes» *é um sumatório das minhas notas de quase 22 anos em contacto sempre muito íntimo com os povos de Cabinda. Mas não é só isso.*

Se me encontrasse por cá, afastado daquelas terras e daquelas gentes anos seguidos, certamente nunca me atreveria a escrever sobre elas. Foi-me dada porém a grande ventura de ter sido subsidiado pela Junta de Investigações do Ultramar para ir a Cabinda, e por duas vezes, só e exclusivamente para in loco, *em reuniões constantes com os naturais de diferentes partes e clãs de Cabinda, poder investigar, corrigir, comparar, poder confirmar, aumentar, e até eliminar factos menos verdadeiros, e compilar documentação para a* «SABEDORIA CABINDA», *já editada, e para* «CABINDAS — História, Crença, Usos e Costumes.»

Uma viagem particular, a expensas de pessoa de família, a Luanda, em começo de Dezembro de 1970, permitiu-me mais uma fuga de três semanas a Cabinda para novos retoques e para desfazer dúvidas ligadas ao presente trabalho. Creio que tudo isto pode provar a grande vontade de apresentar trabalho sério e seguro.

E vai então aí a recolha de elementos de muitos anos com o trabalho persistente dos meses passados em Cabinda — repetimos, só em ordem a estes estudos — em 1967, de Outubro de 1969 a fins de Maio de 1970 e de começo de Dezembro de 1970 a Janeiro de 1971.

É trabalho meu? É, antes, trabalho da boa gente das terras de Cabinda. Mas de entre a gente anónima e sem poder ser nomeada, por tanta ter sido, que me fornecia ora este pequeno dado ora aqueloutro, sobressaiem os verdadeiros obreiros que tenho de ir buscar e recordar com saudade aos meus primeiros anos de África até aos que, nos últimos anos e meses, foram leais informadores e como que assíduos cooperadores.

E são eles:

Estanislau Kimpolo, já falecido, do Kákata
José Paulino Mambuku, falecido, do Kunda
Catarina Buiti, falecida, do Dinge *e* Lukula
Vito Tembo, falecido, do Kota
António João Fernandes, falecido em 1945, de Cabinda
António Manuel Zebi Madeka, de + ou — 80 anos, de Cabinda
Maria Luiza Fita Liberal, de 31 anos, de Cabinda
Inocêncio Ivungo Matonde, de 57 anos, do Lukula
Maria Isabel Zinga, 54 anos, de Lândana *e* Limano
Lourenço Mambuku, de + ou — 67 anos, do Uângulo
Cecília Mangovo, de + ou — 73 anos, do Lukula
José Pedro Biala, de 36 anos, de S.ta Catarina — Cabinda
José Kengele, de 46 anos, do Kinzazi
Ngimbi Konko, de + ou — 70 anos, do Kizu — Cabinda
André Táti Sebastião, de + ou — 67 anos, da Nova Estrêla — Cabinda
Liberal, de 26 anos, de Cabinda
José Filipe Makova, de 61 anos, do Lucola — Cabinda
etc., etc., etc.

Todos eles, os vivos, sem excepção, podem testemunhar o cuidado, o tempo gasto em colher as suas declarações e informações e reconhecer, ao lerem este trabalho, os dados que cada um me forneceu. São eles os meus fiadores na apresentação do presente estudo e é verdadeiramente deles que espero parecer e aprovação. É que, em assunto tão sério, não nos sofria a honestidade apresentar descrições, factos, usos e costumes sem serem novamente confirmados, garantidos, não por um ou dois mas por muitos dos naturais. O realismo de algumas passagens e descrições também lhes pertence. Mas não o devia esconder ou evitar. Tem que ser assim.

Agradecimentos

Não posso deixar de os prestar, e da forma mais sincera, sentida e reconhecida que me é possível:

— À Junta de Investigações do Ultramar, *na pessoa do seu ilustre Presidente e, também de um modo particular, ao Senhor Vice-Presidente, Ex.mo Senhor Dr. Raimundo Brites Moita, pelas infindas atenções dispensadas, pelos subsídios concedidos para deslocações a Cabinda a fim de poder completar os meus trabalhos.*

Em Cabinda, por tanto carinho e subsídios dispensados para estadia, deslocações, recolha de elementos, investigação, pagamentos e retribuições a informadores e intérpretes, para fotografias, fotografados e fotografadas, etc. etc.:

— *Ao Governo do Distrito de Cabinda,* sendo seu Governador *o, então, Ex.mo Senhor Brigadeiro Américo Agostinho Mendóça Frazão;*

— À Câmara Municipal de Cabinda *e ao* Grémio das Madeiras do Distrito de Cabinda, *sendo Presidente das duas entidades o Ex.mo Senhor Manuel Coelho de Abreu;*

— À Companhia de Cabinda, *tendo como Presidente do Conselho de Administração e seu Director o Ex.mo Senhor Coronel Augusto Soares de Moura;*

À Jomar, L.da; *à* Sociedade de Representações, L.da, *na pessoa de seus sócios gerentes, os Irmãos João António Montez e Carlos Vasco Montez; à* Socoal, L.da; *a* Forte de Faria & Irmão, L.da; *a* Nogueira, L.da *e a* Manuel Joaquim Antunes Garcia.

— *O obrigado mais sincero para a* COMISSÃO DE TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABINDA *que quis conceder-me o privilégio e honra de tomar a seu cargo a edição deste trabalho.*

A colaboração artística, em desenhos, é da jovem alemã Brigitte Gabriele Flade. Teve longo estágio em Portugal, como estudante. Escreve e fala fluentemente a nossa língua. Em 1967, tendo aparecido em Cabinda, fizemos juntos e com outros amigos uma viagem de estudo ao Lukula-Zenze. Foi já nessa altura que pude avaliar o seu enorme talento artístico: facilidade, rapidez, objectividade e fidelidade com que passava para o seu bloco de desenhos os mais variados assuntos. Só lamentamos não poder reproduzir todos os desenhos.

Agradecemos à Briggi, como é conhecida entre os amigos, pela sua ajuda.

✦

«CABINDAS — História, Crença, Usos e Costumes» *passa para as mãos do leitor.*

Com este trabalho não julgamos estar tudo escrito, e nem da melhor forma, sobre as populações do Enclave de Cabinda. Não, seria presunção tal pensamento.

Mas fica o leitor generoso e compreensivo, em contacto com muitas das belezas da alma dos cabindas, a conhecer muito da sua história, da sua religião e crença, que é a que eles têm, sentem e entendem e não aquela em que, por vezes, pretendem metê-los!...

Quem dera que, depois de ter lido este trabalho, escrito sem pretensões de técnico ou de cientista, conseguisse o leitor passar uma temporada naquelas terras feiticeiras e de sonho, a terra dos mascarados ZINDUNGA *e das donzelas que ainda passam pela* NZO IKUMBI *e* NZO KUALAMA.

Tanto o leitor que habita Cabinda e terras de Cabinda como o que viesse a passar por elas faria comparações, encontraria outros assuntos, outras facetas do mesmo assunto para descrever, acrescentaria coisas novas e até aperfeiçoaria este despretensioso trabalho.

E desta forma grande contributo se prestaria para um mais íntimo e mais profundo conhecimento das belezas e riquezas das terras e gentes de Cabinda.

S. José de Godim, 13 de Maio de 1972.

A lingua dos cabindas — o Kiuoio *(ou* Iuoio) e Kikongo.

Não apresentamos a antiga designação de dialecto Fiote *para o qual não se encontra explicação nem sentido absolutamente válido. Nem nenhum dos naturais aceita tal designação.*

Neste trabalho aparece com frequência uma ou outra frase, um ou outro provérbio, letra de cânticos, etc. na língua dos naturais. E escrevemo-la com a grafia que é mais aceite universalmente. Mas, para maior facilidade de leitura, damos uns pequenos apontamentos.

Assim:

— O «S» tem sempre o valor de «s» inicial, isto é de C de cedilha. Nunca toma o valor de «Z».

— O «K» tem sempre o valor de «qu». Contudo, para o «K», antes de «i» e nos clãs Bakongo e Bauoio, *dá-se-lhe o valor de «tch» ou «ch» — aliás, um meio termo entre «tch» e «ch».*

Exemplo:

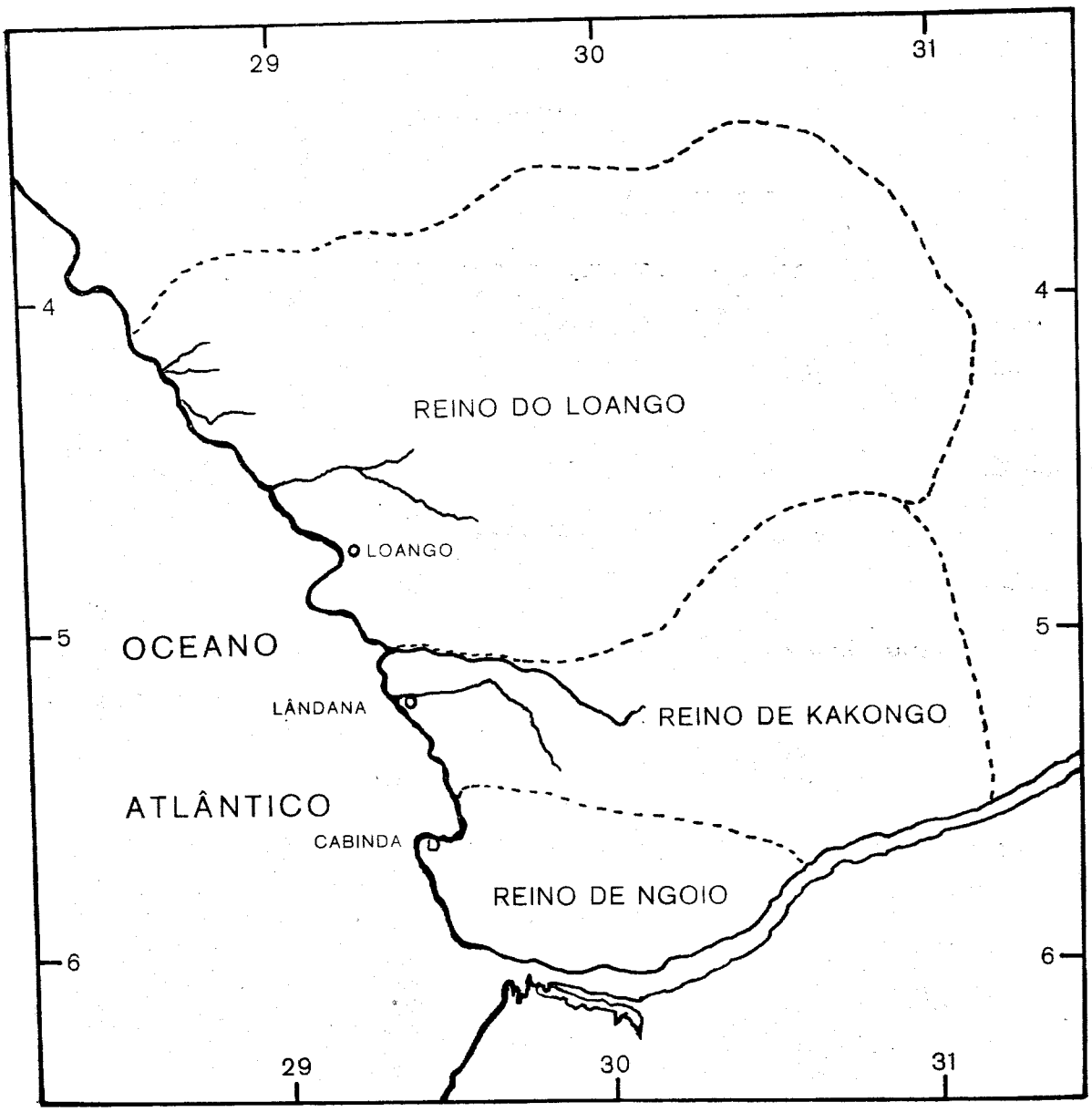
Kiala — Mioko, *deve ler-se* «tchiala — mioko»; Nkiento, *deve ler-se* «ntchiento».

Também entre os mesmos clãs (Bakongo e Bauoio) *e nas mesmas circunstâncias (antes de «i») o «G» passa a ter o valor de «J» (de resto será sempre «g»).*

Exemplo:

Buingi, *lê-se* «Buinji» *e não* «Buingui».

Ngongié, *lê-se* «Ngonjié» *e não* «Ngonguié».



Mapa decalcado da **Carte de la Côte de Loango** reproduzida na obra de Proyart: **Histoire de Loango, Kakongo et autres royaumes d'Afrique**

CAPÍTULO I

TERRAS AO NORTE DO ZAIRE — REINOS DE NGOIO, CACONGO E LOANGO — TERRAS DE PORTUGAL

D. Afonso I, rei do Congo, à imitação dos nossos reis, chegou a começar as suas cartas do modo seguinte:

«D. Afonso per graça de deos Rey de comguo Ibungu e cacomgo emgoyo daquem e dalem azary Senhor dos Ambundos e damgolla daquisyma e musuaru de matamba e mulylu e de musucu e dos amzicos e da conquista depamzu alumbu...» [1]

(«D. Afonso por graça de Deus rei do Congo, Ibungo, Cacongo, Ngoio, daquém e dalém-Zaire Senhor dos Ambundos e de Angola, da Quissima e Musuaru, de Matamba e Mulilo e do Mussuco e dos Anzicos e da conquista de Mpanzu Alumbo...»)

Assim se pode ler em cartas de 1532 (15 de Fevereiro) e de 1539.

D. Afonso I afirma-se portanto ser também o Senhor de Cacongo — terras de Lândana, concelho de Cacongo — e de Ngoio, terras de Ngoio, concelho de Cabinda.

Ainda hoje se encontra a aldeia de Ngoio, que se diz berço do reino de Ngoio, entre a povoação do Ntó e Iema, na estrada da fronteira Sul com a República do Zaire.

E D. António I, em 1665, se apresenta como rei do Loango, Malembo e Cabinda.

Terras de Cacongo e de Ngoio, bem como as do Loango, eram pois tributárias e dependentes, ainda que em medida bastante restrita, do rei do Congo.

Desde quando? Já não é tão fácil o marcar data precisa.

Mas pode-se, no entanto, afirmar ser esta dependência anterior à descoberta do Zaire por Diogo Cão, em 1482.

E quando teria sido que os portugueses começaram a pisar terras de Ngoio, Cacongo e até Loango?

Diogo Cão, visitou e deu o nome às terras seguintes: As duas Moutas (Mamas de Banda), a Praia Formosa de S. Domingos (Loango), a Ponta Branca (Lândana), a Ponta da Barreira Vermelha (Malembo) e o Cabo do Paul... [2]

---

[1] Eduardo dos Santos, «MAZA — Elementos de Etno-História para a interpretação do terrorismo no Noroeste de Angola», Lisboa, 1965, pág. 34.

[2] Ralph Delgado, «História de Angola», 2.ª Ed. 3 Vol. Benguela, 1948, 1948 e 1953, pág. 54 do 2.º Vol.

Não consta pois — mas há quem admita a hipótese perfeitamente aceitável, uma vez que a Baía de Cabinda está a umas escassas 12-15 milhas do Malembo e a poucas mais da foz do Zaire — que Diogo Cão tivesse fundeado na Baía de Cabinda, a Baía das Almadias ou Golfo das Almadias, como é designada nos mapas de Diogo Homem e de Pigafetta.

Almadias eram, e são, as pirogas, canoas feitas de troncos de árvores escavados. Ainda hoje a Baía de Cabinda, com as abundantes canoas, dos pescadores, continua a ser Baía de Almadias!

M. Fidalgo, em artigo sobre Cabinda, escreve:

«Julga-se que as costas de Cabinda foram tocadas por Diogo Cão /.../ uma vez que levantou na Ponta do Tubarão o Padrão de S. Jorge (Foz do Zaire).» [3]

M. Fidalgo coloca a descoberta do Zaire em 1484, ano apresentado também para este feito por Pinheiro Chagas. [4]

Há, porém, a tradição muito seguida de que teria sido antes Rui de Sousa, na sua viagem de 1491 com a caravela «Nossa Senhora da Atalaia», o primeiro navegador português a fundear no Golfo das Almadias, na Baía de Cabinda. Por essa razão, Cabinda deu há muito o nome de Rui de Sousa a uma de suas ruas, e uma outra chegou a ter o nome de «Nossa Senhora da Atalaia».

Muitos outros depois de Rui de Sousa começaram a passar pela baía das Almadias — por Cabinda — não tanto, inicialmente, para negócio e comércio mas para meterem água doce em suas caravelas.

Battel fala de um pequeno riacho que desagua na baía de Cabinda e onde iam buscar água fresca. Cremos tratar-se do riacho que actualmente tem o nome de Lucola. O porto de Cabinda, diz ele, é frequentado por portugueses e holandeses lá levados pela necessidade de água fresca e pelo comércio. Acrescenta: «é óptimo (o porto) pela água, madeira e comércio». [5]

André Battel (1565-1640), inglês ao serviço de Portugal, teve 27 anos de permanência em Angola (1589-1616) e desempenhou várias missões, encarregado pelo governo.

Como depois de Diogo Cão e, sobretudo, depois de Rui de Sousa o rei do Congo se colocou e ao seu reino sob o nosso protectorado (com D. Álvaro I, 1570, torna-se vassalo e tributário de Portugal) podemos tirar a conclusão muito simples de que Ngoio, Loango e Cacongo — o que nos interessa no estudo presente — fazendo parte do reino do Congo estavam também, ipso facto, sob o nosso domínio e protecção.

Dada a sua índole, com facilidade se admite que os portugueses, que não abandonam o que conquistaram, antes, pelo contrário, criam logo contactos com as gentes das terras que descobrem, depois da passagem de Diogo Cão e de Rui de Sousa pelo Loango, Lândana, Malembo e Cabinda, nas viagens posteriores de outras caravelas teriam iniciado transacções comerciais com os povos da orla marítima, pelo menos. E assim, a pouco e pouco, teriam começado com construções de casas, ainda que simples, para permanência de portugueses.

«Em 1545, quando o preto D. Diogo começou o seu governo a situação podia assim resumir-se: um grupo de portugueses espalhados pelo litoral e pelo interior, desde o Cacongo,

---

[3] M. Fidalgo, «A Evolução Sócio-Laboral do Distrito de Cabinda após 1885, Portugal e Cabinda (1484-1885)» in «TRABALHO», Boletim do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social de Angola, n.º 20, 1967, pág. 35.

[4] M. Pinheiro Chagas, «História de Portugal» 12 Vol. (Edição Popular Ilustrada), Vol. IV, pág. 203.

[5] Abbé A. Prevost, «Histoire Générale des Voyages», 12 vol., a La Haye, chez Pierre de Hondt, 1748, Vol. VI págs. 238 e 243.

ao norte do Malembo, até pelo menos ao rio da Longa para sul do Quanza negociando e desviando o comércio para os portos que ocupavam, com prejuizo dos que estavam no Pinda e, especialmente, no Congo». [6]

Em «*Maza*» pode ler-se que Battel, ao serrviço de Portugal, foi encarregado de proceder à ocupação, e a maioria dos povos submeteu-se espontâneamente ao domínio português. [7]

Este mesmo Battel, depois de 1589, foi enviado de Luanda ao Loango com mercadorias para aquela região que consistiam em colares de vidro, espelhos, contas azuis, grossos panos azuis e vermelhos, vendidos ou trocados por pontas de elefantes. Fala ele na viagem dos portugueses à baía e porto de Maiumba, no reino do Loango, ao Sul do Cabo Negro, para compra de «madeira de tintura» — le bois de tinture (Tukula) —. E volta a falar na compra de madeiras vermelhas pelos portugueses em terras de Loango, no território de «*Sette*», sobretudo de duas qualidades: uma chamada «*Quines*» e outra ««*Bifesse*», esta mais pesada e mais vermelha. *

E tendo ido ao interior, a uns oito dias de Maiumba, compra grande quantidade de dentes de elefante e de caudas de elefante «que revendeu aos portugueses por 30 escravos e mais o reembolso de todas as despesas». Pontas e caudas de elefante compradas a Mani Kefeck. [8]

No porto do Pinda, Cabinda e Loango, durante o domínio dos Filipes, alguns estrangeiros ali se introduziram. Mas Salvador Correia, em 1648, para lá mandou quatro naus que expulsaram esses estrangeiros. [9]

Os holandeses, no Loango, escreve Felner, não conseguiram por 1600, deitar fora os portugueses porque o rei era amigo do feitor português e tal não consentiu. [10]

O português que ler «*Histoire Générale des Voyages*» de Prévost (1697-1763), edição francesa de 1748, donde temos respigado muitos dos dados aqui apresentados, fica admirado e até orgulhoso ao notar em cada narrativa sobre o litoral africano a presença constante dos portugueses. E não é suspeito o autor nem os autores que cita, de modo algum.

Em Prévost encontra-se a narração das viagens do capuchinho italiano Jerónimo de Merolla às terras de Ngoio e outras.

Merolla esteve em «*Kapinda*», em casa do Mafuka, pelos fins de 1687. Reconhece Merolla que o comércio estava entregue aos portugueses e holandeses. Mas pode notar-se que, nas narrações das diferentes viagens de vários navegadores estrangeiros, nem uma só vez aparecem holandeses, ingleses ou franceses nomeados à frente dos portugueses. O autor neste ponto é «incorrigível»: os portugueses sempre à cabeça.

O Mafuka um dia foi dizer ao Padre Merolla que tinha ordem do rei do Congo para lhe remeter para a côrte todo o missionário que por ali aparecesse. Merolla temendo alguma cilada, não era a primeira, resolve enviar um mensageiro à corte de S. Salvador.

De entre os habitantes de Cabinda, em 1687, quem é que Merolla vai escolher para enviar, como mensageiro de confiança, à corte do Congo? Um português. E, para que não fique qualquer dúvida, é mencionado o seu nome: Fernando Gomes.

---

[6] Felner, Alfredo de Albuquerque, «ANGOLA. Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela extraídos de documentos históricos». Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pág, 69.

[7] Eduardo dos Santos, op. cit., pág. 94.

[8] Prevost, op. cit., Vol. VI, pág. 238.

[9] Eduardo dos Santos, op. cit., pág. 94.

[10] Felner, op. cit., pág. 242.

* Em outros lugares lhe chama TEKKOLA, que outra não é senão a nossa TAKULA.

O monarca aceitou os presentes que Merolla lhe enviara e promete recebê-lo com honras. Mas recomenda a Merolla que se faça acompanhar de algum rico comerciante que leve algumas mercadorias para o povo (e para o rei?). De que nacionalidade deve ser esse negociante? O rei do Congo o frisa bem: um comerciante português.

É que os reis desse tempo, diz-se na crónica, procuravam estar em boas relações, até comerciais, com os portugueses para sentirem neles certa protecção.

Angoy (Ngoio), lê-se ainda, tem o título de reino mas pouco o merece por sua pequena dimensão. Outrora estava sujeito ao reino de Cacongo (por Mangoio, como veremos, fundadora do reino de Ngoio, ser irmã de Makongo e depender dele?). Mas um Mani (Senhor) do reino, tendo casado com uma mulata, *filha de um rico português*, aproveitou das riquezas e créditos do sogro para se revoltar contra o soberano. E tendo havido guerra entre Loango e Congo procurou firmar-se no trono ficando neutro.

Ora, é esta presença portuguesa, até já mestiçada, em terras de Loango, Cacongo e Ngoio e quase desde 1500, que queremos fazer salientar. (Cf. Fig. C 1)

Jacques Barbot, que em 1699 sai de Londres com negociantes ingleses para exploração, inicialmente, da costa da Guiné, leva do Pinda, já em 1700, para o norte dois negros que sabiam um pouco de português. Frisa que os negros das margens do Pinda são católicos e que trazem ao peito um longo terço com cruz e que *tomam nomes portugueses* e que guardavam o jejum às sextas-feiras.

No primeiro de Outubro de 1700, Jacques Barbot e Caseneuve fundearam na baía de Cabinda. Reconhecem que alguns naturais são chamados «Portadors» (— portadores), os que levam as mercadorias e trazem os escravos, e que entre os artigos de comércio se fala nos «pintados», peças de pano. [11]

Nada mais seria preciso para provar, por narrações e afirmações de estrangeiros insuspeitos, a presença de portugueses nas terras, pelo menos do litoral, que vão para norte da margem direita do Zaire até ao Loango inclusive. E se esses navegadores e pioneiros estrangeiros até apresentam termos portugueses («portadores», «pintados») e falam em mulatas filhas de portugueses, mais se confirma a presença lusa já de longa data. Não se introduzem termos em povos de uma língua estranha sem uma presença longa e activa.

Ainda voltaremos a esta prova irrefutável, que tão bem prega a nossa presença nestes reinos.

Contudo, por 1700, os portugueses, por várias causas, começaram a marcar menos a sua presença em Cabinda e nos portos do norte (Malembo, Lândana e Loango). Cabinda começava a ser porto ambicionado por outros, especialmente pelos ingleses.

Entre as causas desta ausência portuguesa podem apresentar-se as seguintes: falta de barcos; a nossa mercadoria muito inferior à da dos ingleses e holandeses; a queda do comércio do pano «*Lubongo*», pano-moeda, que era confeccionado principalmente no Loango e um pouco no reino de Cacongo. Este pano-moeda foi substituído pela moeda de cobre em 1693. Mas parece que no Loango já deixara de ser confeccionada uns quatro anos antes.

Lubongo — pl. *Zimbongo*, pano-moeda.
Mbongo — pl. *Zimbongo*, dinheiro.

Ainda hoje em Cabinda, Lândana, etc., o termo *Mbongo* (*Zimbongo*) é usado para designar o dinheiro.

---

[11] Prevost., op. cit., págs. 183, 228 e 243.

Fig. C 3 — Monumento que comemora o tratado de Simulambuco

Fig. C 1 — Os portugueses sempre uniram o seu sangue ao de outras raças

Fig. C 2 — Um pôr-do-sol em Cabinda, junto à Missão Católica

Nestas circunstâncias, a falta de barcos nossos em Cabinda e portos do norte, com muito demoradas ausências, dava entrada a estranhos e atiçava o apetite aos ingleses. Por isso também o comércio passa a estar muito mais entre os ingleses e holandeses do que entre os portugueses.

O certo é que, em 1722, dois barcos ingleses entram em Cabinda e conseguem que o Mafuca (com consentimento do Mangoio certamente) lhes venda um terreno onde levantam um pequeno fortim.

O capitão negreiro António Ribeiro Correia, que se encontrava em Cabinda nessa altura e a quem os ingleses tomaram o barco, roubando-lhe as mercadorias e dando-as ao Mafuca (em paga do terreno para o fortim?) que, parece, as teria enviado ao Mangoio, logo que pode parte para Luanda e coloca o governador, que era Henrique de Figueiredo Alarcão, a par do acontecimento. Este governador, bem como o seu sucessor nesse mesmo ano de 1722, António d'Albuquerque Coelho de Carvalho, comunicam o facto a Lisboa e pedem providências.

Os ingleses anunciavam já que nenhum direito de posse nos assistia ao norte do Zaire. Bem se enganaram!

D. João V, a insistências dos governadores de Angola e do Conselho Ultramarino, já que se não podiam negar os nossos direitos sobre aquelas terras «sempre pertença e conquista do Reino de Angola», manda, em 1723, José Semedo da Maia na nau «Nossa Senhora da Atalaia» arrasar o fortim inglês.

Em «*Maza*» (pg. 94) vemos que Semedo da Maia parte a 6 de Maio de 1723 e destroi o fortim, em Cabinda, a 26 de Setembro desse ano.

M. Fidalgo, no artigo já citado de «Trabalho», escreve:

«A 23 de Outubro, deste mesmo ano (1723), fundeou na baía e assediou o forte que fez capitular em dois dias, tomando-lhe 24 canhões, encravando-lhe 11 e incendiando um navio depósito de víveres e material pertencente aos ingleses, terminando por arrasar o forte».

Na «*História de Angola*» por Norberto Gonzaga podem ler-se estas saborosas linhas: «Achavam-se ali duas naves as quais, com a artilharia do forte, protegiam o porto. Semedo bateu as embarcações, tomou Cabinda e 35 peças de fogo, delas aproveitando 24 de muito bom calibre.» [12]

Pinheiro Chagas talvez nos dê dados e datas mais certas.

«Saiu a nau de Lisboa no dia 16 de Maio de 1723 chegando a Loanda no dia 12 de Setembro d'este anno (*119 dias!*), e, depois de tomar as informações necessárias, tornou a sair, da capital d'Angola no dia 6 d'Outubro, e partiu para Cabinda, onde principiou logo as operações, atacando e tomando dois navios ingleses que concorriam para defeza do porto. Rendidos elles virou a artilharia contra o forte em quarenta e oito horas o conquistou.»

«O forte era artilhado com trinta e cinco peças; vinte e quatro metteu José de Semedo a bordo da nau, as outras onze deixou as ficar de todo destruidas, da mesma forma que mandou também arrazar o forte.» [13]

Para assegurar os nossos direitos e evitar novos atrevimentos de outras nações, em 1783, com dispêndio do Tesouro Público, trata-se de construir o Forte de Santa Maria de Cabinda. Mas em menos de 11 meses, segundo crónica que lemos, uns 300 soldados e 9 oficiais são dizimados pelo paludismo (e escarbuto?). Em excavações ulteriores (segundo

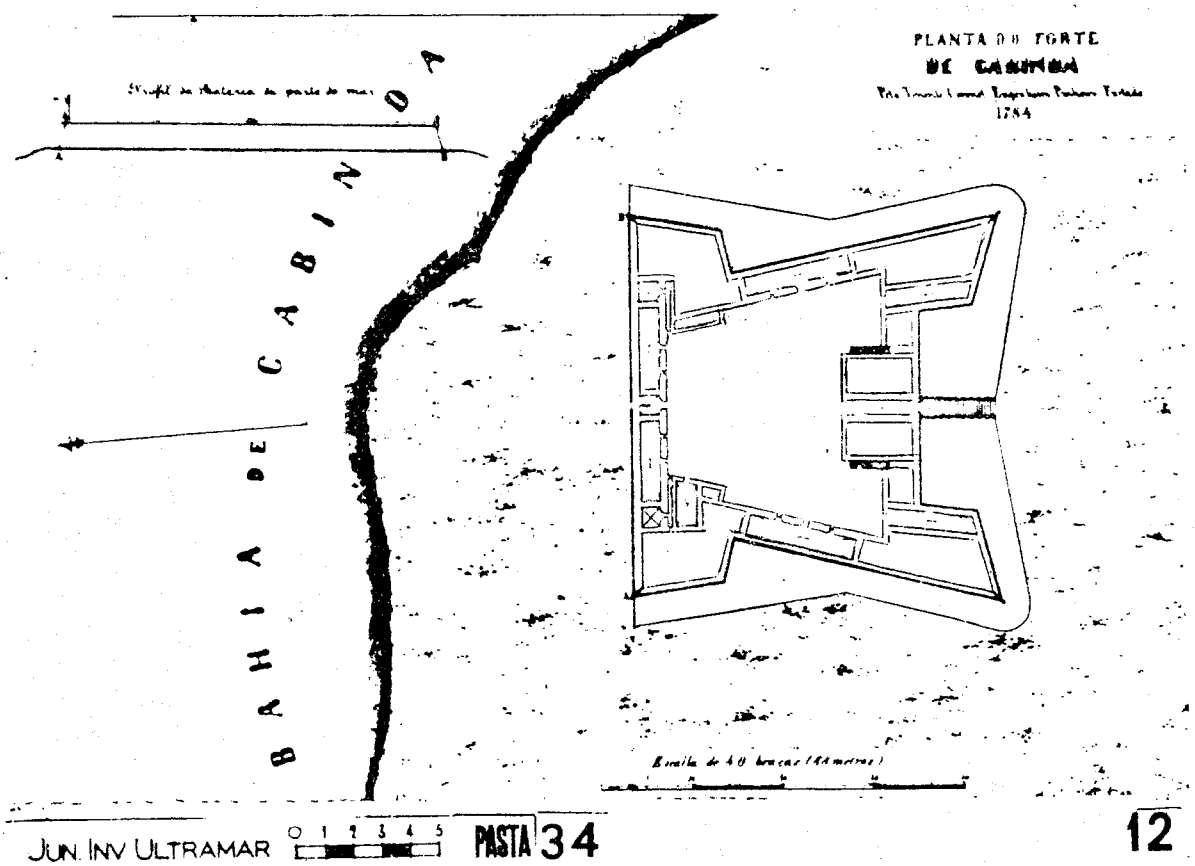
---

[12] Norberto Gonzaga, «História de Angola».

[13] Pinheiro Chagas, op. cit., Vol. IX, pág. 478.

narração do Ir. Evaristo Campos) muitas ossadas humanas foram encontradas junto ao local onde se construira o forte, o que parece confirmar, até certo ponto, a afirmação supra.

Não admira pois que, em 1784, Mr. de Marigny, oficial da marinha francesa, tenha conseguido bastante «coragem» para tomar e arrasar uma fortaleza indefesa por morte anterior dos defensores.



Planta do **Forte de Santa Maria de Cabinda**

Eduardo dos Santos, em «*Maza*», escreve: «Em 1784, ainda a fortaleza não era acabada, uma esquadra francesa obrigou a capitular a pequena guarnição que já então lhe fazia guarda. O Governo de Portugal pediu a devida reparação.» [14]

Fosse como fosse, a verdade é que a razão e diplomacia portuguesas levaram a França, pela Convenção de 30 de Janeiro de 1786 e sob a mediação da Espanha, a declarar oficialmente o seguinte:

«L'expédition dont a été chargé M. de Marigny n'a point été faite avec l'intention de troubler, affaiblir ni diminuer les droits que la reine très-fidèle pretend avoir à lá souveraineté de la Côte de Cabinda, comme faisant parti du royaume d'Angola.»

Segundo M. Fidalgo, a casa inglesa Hatton & Cookson, em Cabinda, teria remodelado os seus edifícios com a pedra do forte. [15]

---

[14] Eduardo dos Santos, op. cit., pág. 95.
[15] M. Fidalgo, in «Trabalho» n.º 20, pág. 37.

Parte dessa pedra, segundo afirmações do Ir. Evaristo Campos, também teria sido empregada em edifícios do Estado, o que bem se compreende. Na escadaria e casa do antigo Secretário do Intendente de Distrito, hoje messe dos sargentos, lá se encontrará parte dela.

Pelo que deixamos escrito, fácil se torna reconhecer que a presença de Portugal no norte do Zaire, desde Cabinda, Malembo, Lândana, Ponta Negra e até ao Loango inclusivé, era um facto sem poder ser fàcilmente contestado e com direitos que não deixávamos correr por mãos alheias.

Em Maiumba, conforme se lê no relatório de Ferreira do Amaral (1882-1883) tínhamos também portugueses, a saber: «Gouveia e esposa, Alcântara, Mangericão e o espanhol Gabriel da Avó.» [16]

Não obstante todos esses nossos direitos, nos primeiros dias do mês de Março de 1883, o Loango e a Ponta Negra são tomadas à força por Cordier, comandante da corveta francesa «Sagittaire.»

Cordier, segundo o mesmo relatório de Ferreira do Amaral, foi ajudado por dois traidores portugueses: Saboga, no Loango, e João da Silva Cruz, em Ponta Negra, e pelos padres (franceses, especialmente o P. Carrie) da Missão de Lândana e pelo doutor Lucan.

Não faltou, porém, a prova de fidelidade dos nativos à bandeira portuguesa. O Mafuca de Ponta Negra, André Loemba, a quem anteriormente havia sido confiada a guarda da bandeira nacional, mesmo depois de ver que os franceses, uns 20 soldados, lhe destruiram as plantações de sua aldeia, ameaçado por balas e baionetas francesas, escreve ainda Ferreira do Amaral, soube guardar, desarmado, a bandeira portuguesa «com a máxima coragem e a mais exemplar abnegação.»

Foi isto na manhã de 17 de Março de 1883.

Dizia-se ainda que a bandeira portuguesa, que havia sido entregue a André Loemba, lhe fora roubada pelos franceses. Para lá foi destacada a conhoneira «Quanza» para tratar do caso. Cordier mandou entregar a bandeira a André Loemba.

É a altura de relembrar a convenção entre Portugal e a França, sob mediação da Espanha, de 30 de Janeiro de 1786, em que a França reconhecia os nossos direitos ao norte do Zaire.

E em 19 de Fevereiro de 1810 tinha-se firmado o tratado com a Inglaterra em que, pelo disposto no artigo 10.º, se reconhecem os direitos de Portugal sobre os territórios de Cabinda e Malembo.

E isto de se declarar que temos direitos sobre certas terras, que se mencionam, não nega que os tenhamos sobre outras, que se não nomeiam.

Remontando-nos aos acontecimentos do Loango e sobretudo da Ponta Negra a 17 de Março de 1883, Ferreira do Amaral afirma que não era nada difícil, naquela altura, castigar o atrevimento de Cordier. Mas dado um *statu quo* criado, atendendo à política da época, não tendo Portugal «pretensões a essa região nem direitos reservados», preferiu-se deixar passar o caso sem oferecer força ou violência, mas não sem protesto.

E não foi só o Governo quem protestou. Logo em 19 de Março, dois dias depois das violências de Cordier, há um protesto «*contra estes incidentes destinados a estabelecer a soberania de uma nação estrangeira sobre esta região portuguesa*» assinado por André Loemba, Mafuca, Mamboma Luxema, Mamboma Chibiene, Mambuko Chicaia, Manuel da

---

[16] «ANGOLA» (Documentação sobre Angola) 1783/1883, com anotações de Mário António Fernandes de Oliveira, pág. 739.

Cruz e Silva, António Inácio Ruas, Francisco Cordeiro dos Santos, José Rosendo Naval, António José Tavira e José A. da Silva. [17]

Na verdade, poder-se-ia ter procedido com uma corveta nossa como Cordier agiu com a «Sagittaire». Mas, acrescenta Ferreira do Amaral: «...felizmente para nós, não há na nossa marinha nem um só oficial que seja capaz de se afastar das regras da honra que constituem o sacerdócio da sua missão de apresentarem o seu país com dignidade e com brio.»

O modo como Cordier, em nome da França, procedeu com os povos do Loango e Ponta Negra (que nasceu dos portugueses «*Ponta Negra*» e não dos franceses «*Pointe Noire*») se não predispôs os nativos da Massabi, Lândana e Cabinda a nosso favor, pois desde que nos conheceram o estavam (e volte a ler-se o protesto dos chefes de Ponta Negra de 19 de Março de 1883), acelarou os tratados de Chinfuma (29 de Setembro de 1883), de Chicamba (26 de Dezembro de 1884) e o de Simulambuco (1 de Fevereiro de 1885).

Estes tratados não foram preparados e assinados sòmente devido à nobre figura e alta diplomacia de Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta «Rainha de Portugal», ao entranhado portuguesismo de um João José Rodrigues Leitão Sobrinho, de um António Thiaba da Costa, de um Manuel António da Silva ou de um Manuel José Puna, mas, e sobretudo, à simpatia, confiança e amor que estes povos mantinham por Portugal.

E não se pode saber ao certo quem mais interessado estava nesses tratados: se Portugal, para mostrar que não rejeita quem nele confia e a ele se entrega; se os nativos do actual Enclave de Cabinda em se sentirem seguros debaixo da bandeira portuguesa.

Os do tratado do Simulambuco, depois dos tratados de Chinfuma e de Chicamba, resumem as razões de escolha a favor de Portugal nas afirmações seguintes:

«...porque os naturais destas terras querem ficar sob o protectorado de Portugal, tornando-se de facto súbditos da Coroa Portuguesa, como já o éramos por costumes, hábitos e relações de amizade. E, portanto, sendo da nossa inteira, plena e livre vontade que de futuro entremos nos domínios da Coroa Portuguesa.»

Que diferença entre esta tomada de posse de Lândana, Massabi, Chicamba e Cabinda pelos portugueses e as violências de Cordier para tomar Loango e Ponta Negra, em nome da França!

Até certo ponto foi a França, com os processos usados por Cordier, quem nos entregou definitivamente e voluntàriamente os povos de Cabinda, Lândana e Massabi.

Tudo isto prova até a saciedade o espírito de dedicação e de amizade a Portugal dos povos do actual Enclave de Cabinda, e não menos o valor, o condão dado por Deus aos portugueses de se fazerem pretos com os pretos, amarelos com os amarelos, indianos com os indianos, africanos com os africanos, etc. etc.

Cordier ao ver a lisura com que Portugal trata as gentes de Lândana, sendo a calma e a persuasão as únicas armas de conquista, zarpa de Lândana na véspera do tratado de Chinfuma.

Mas vai ser franco ao seu ministro da marinha e colónias.

Em carta de 1 de Novembro de 1883 envia-lhe a tradução literal do tratado do Chinfuma, e em carta de 28 do mesmo mês, escrita de Banana, diz-lhe, a respeito do tratado e de Lândana, textualmente: «Le calme y est d'ailleurs parfait et aucune réclamation ne m'a encore été transmise par nos nationaux.» [18]

---

[17] «Jornal das Colónias» — Ano 8.º, N.º 369 de 26/5/1883, in «Angolana», págs. 726/27 nota 52.

[18] António Brásio, «Spiritana Monumenta Histórica — Angola» Editions E. Nauwelaersts — -Louvain /Duquene University Press/Pittsburgh Pa., Vol. III, pág. 239.

O comandante da corveta inglesa «Flirt», que a Lândana se deslocara para ver como as coisas corriam e para «protestar no caso de não haver perfeita espontaneidade e harmonia da parte dos indígenas», foi convidado por Leitão Sobrinho a assistir à assinatura do tratado de Chinfuma. Nada teve que protestar. Posto que não quisesse assinar o documento, o comandante da corveta «Rainha de Portugal» mandou que no tratado se mencionasse a sua presença bem como a do gerente da casa inglesa «...estando também presentes o Comander Robert F. Hammick, da canhoneira inglesa «Flirt», e o gerente de Hatton & Cookson.» [19]

Que grande lição de humanidade prestamos em 1883/1885!

Que grande lição de pacifismo, diplomacia, correcção, de liberdade e compreensão deram os portugueses!

Foi e será sempre assim. Portugal, tendo feito Províncias Ultramarinas das terras que se lhe entregaram confiadamente, nunca as entregará, nem aos êrros de uns nem à ganância de outros.

Velhas terras de Ngoio, Cacongo e Massabi são terras de Portugal.

OS TRATADOS

1.º CHINFUMA

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1883, no morro de Chinfuma, em Lândana, na costa ocidental de África, achando-se reunidos como representantes por parte do governo português o capitão-tenente da armada Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta *Rainha de Portugal*, e pela dos povos que habitam os territórios de ambas as margens do rio Kakongo, os príncipes e mais cavalheiros, actuais chefes e governadores dos mesmos povos, que por todos presentes foram reconhecidos como sendo os próprios, juntamente com os negociantes portugueses e estrangeiros, donos das casas comerciais estabelecidas em Lândana, Chiloango, e margens do citado rio, os quais se prestaram a assistir a esta reunião como testemunhas dos actos que nela se praticassem, estando também presentes o commender Robert F. Hammick da canhoneira inglesa *Flirt*, e o gerente da casa Hatton & Cookson, R. E. Demet, foi pelo referido comandante declarado que tendo alguns chefes manifestado desejos de pedirem a protecção de Portugal, sob cuja soberania queriam ficar, por ser a nação com a qual mantinham mais e constantes relações, tanto comerciais como de hábitos e linguagem, desde que europeus haviam pisado território de África para o sul do Equador, ele comandante vinha agora munido de plenos poderes que lhe tinham sido conferidos pelo governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal, a fim de fazer um tratado que, depois de assinado e aprovado por ambas as partes contratantes, estabelecesse as futuras relações entre Portugal e os países governados pelos chefes que assinassem.//

E tendo os príncipes e mais cavalheiros formalmente declarado que queriam firmar com a sua assinatura um documento pelo qual ficasse bem autenticado o protectorado e soberania de Portugal sobre todos os territórios que se estendem do rio Massabe (Luiza Loango

---

[19] In «Angolana», pág. 781.

das cartas inglesas) até Malembo, se discutiram e aprovaram onze artigos de um tratado que depois de lido e explicado em boa e devida forma, tanto em português como em língua do país, foi por todos assinado (com o sinal de cruz, por não saberem escrever).//

E para que de futuro ficassem bem autenticadas as resoluções tomadas nesta solene reunião, se lavrou esta acta, que vai por todos assinada, ficando junto ao tratado, do qual se tiraram cópias devidamente certificadas e seladas com o selo usado nos documentos oficiais da corveta *Rainha de Portugal,* e entregues aos principais chefes, Tali-e-Tali, príncipe regente do reino de Kakongo, Mancoche, rei do Encoche Luango, António Tiaba da Costa, governador do Massabe, digo Antonio Tiaba da Costa, regente do reino de Chinchôcho, representando a rainha Samano; Mangoal, príncipe regente do Mambuco Manipolo; António Tiaba da Costa, governador de Massabe, representantes de chefes dali, que receberam também a bandeira portuguesa para a mandarem içar nas suas povoações e nos locais que fossem cedidos ao governo português, a fim de a conservarem e defenderem como símbolo representativo da soberania e protectorado de Portugal sobre os territórios por eles governados.

Morro do Chinfuma, 29 de Setembro de 1883.//

Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta *Rainha de Portugal.* — Sinal do príncipe *Tali-e-Tali.* — Sinal do príncipe *Mancoche.* — *A. Tiaba da Costa.* — Sinal do príncipe *Mambuco.* — Sinal de *Matanga do Tenda.* — *Cristiano Frederico Krusse Gomes,* 1.º tenente da armada. — *Aquiles de Almeida Navarro,* facultativo naval de 1.ª classe. — *João Rodrigues Leitão Sobrinho,* negociante em Lândana. — *William Rattray,* chiloango. — *Pedro Berquó,* guarda-marinha. — *Fidel del Valle.* — *António Nunes Serra e Moura,* oficial da fazenda da armada.

(Cf. B. O. de Angola, n.º 42 — 1833, pág. 733-734)

TRATADO

Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da armada, comendador de Avis e cavaleiro de várias ordens, comandante da corveta *Rainha de Portugal,* delegado por parte do governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal, concluiu com os príncipes Tali-e-Tali, regente do reino de *Kakongo,* Mancoche, rei do Encoche-Luango, António Tiaba da Costa, regente do reino de Chinchôcho, representante da rainha Samano, e Mangoal, regente do Mambuco, e seus sucessores, bem como os mais chefes dos territórios que do rio *Massabe* se estendem até Malembo, na costa ocidental de África, o seguinte:

Artigo 1.º — Os príncipes e mais chefes do país, e seus sucessores, declaram, voluntàriamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protectorado desta nação todos os territórios por eles governados.

Art. 2.º — Portugal reconhece os actuais chefes, e confirmará os que de futuro forem eleitos pelos povos, segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e protecção.

Art. 3.º — Portugal obriga-se a manter a integridade dos territórios colocados sob o seu protectorado.

Art. 4.º — Aos chefes do país e seus habitantes será conservado o senhorio directo das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma para o estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando-se duma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos, para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portugueses.

Art. 5.° — A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o governo português obrigado a proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder como julgar mais conveniente, quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.

Art. 6.° — Os príncipes e mais chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja de carácter oficial, e não com o fim mencionado no artigo 4.°.

Art. 7.° — Igualmente se obriga a proteger o comércio quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior, e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre compradores e vendedores, as missões religiosas e científicas que se estabelecerem temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim como o desenvolvimento da agricultura.

§ único — Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravatura nos limites dos seus domínios.

Art. 8.° — Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas, será resolvida sempre com a assistência do comandante do navio de guerra português, que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra.

Art. 9.° — Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do país.

Art. 10.° — Os príncipes e chefes cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terrenos em *Lândana*, *Chinchôcho* e *Massabe*, que serão marcados de combinação com os chefes dessas localidades a quem os príncipes encarregam de fazer a entrega.

Do acto de posse se lavrarão dois autos, um dos quais ficará na mão do delegado do governo português, e o outro na do chefe indígena.

Art. 11.° — O presente tratado assinado pelos príncipes e chefes do país, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta *Rainha de Portugal*, começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo contudo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal.

Chinfuma em Lândana, 29 de Setembro de 1883. (Cf. Fig. P 1)

Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta *Rainha de Portugal*. — Sinal do príncipe *Tali-e-Tali*, regente do reino de *Kakongo*. — Sinal do príncipe *Mambuco*, vice-rei de *Kakongo*. — Sinal do representante da rainha Samano — *A. Tiaba da Costa*. — Chela. — Sinal de *Maluango*, cavalheiro de Chinchocho. — Sinal de *Mangovo-Mambo*, idem. — Sinal de *Matenda*, da Ponta de Lândana. — Sinal de *Marumba*, cavalheiro de Lândana e Malembo. — Sinal de *Mancoche de Muba*, cavalheiro idem. — Sinal de *Mancungo*, idem. — Sinal de *Michela*, cavalheiro de Malembo. — Sinal de *Mambanga*, cavalheiro de Lândana e Malembo. — Sinal de *Binduco*, idem. — Sinal de *Capita*, idem. — Sinal de *Mangove Fernandes*, cavalheiro de *Malembo*. — Sinal de *Maçassa-Manifuta*, cavalheiro de Kakongo. — Sinal de *Matanga*, do Luvula. — Sinal de *Mafuca*, de Lândana. — Sinal de *Malambo*, de Lândana. — Sinal de *Mafuca-Baba*, de Malembo. — Sinal de *Manimbanza*, do Chilunga. — Sinal de *Ganga-Chinfuma*, de Lândana. — Sinal de *Ganga-Bembo*, de Lândana. — Sinal de *Matenda, do Boiça*. — Sinal de *Capita-Manitate*, de Kakongo. — Sinal de *Capota-Mambuco*, do Malembo. — Sinal de *Mangove*, do Ombuco. — Sinal de *Mangove*, do Tenda. — Sinal de *Mangove*, do Muba. — Sinal de *Capita*, do Muba. — Sinal de *Linguister*, de Tenda. — Sinal do príncipe *Mamimbache*, do Kakongo. — Sinal de *Ganga de Mechemechama*, do Kakongo. — Sinal de *Ganga de Chinfuma*, do Malembo. — Sinal de *Ganga Mafula*, do Kakongo. — Sinal de *Capita-Manimacungo*, do Malembo. — Sinal de *Ganga* e *Lunga*, do Kakongo. — Sinal de *Mentata do Luvula*, da Ponta

de Lândana. — Sinal de *Bundo*, de Tenda. — Sinal de *Mampágala*, de Tenda. — Sinal do príncipe *Mansange*, do Massabe. — Sinal de *Maunvule*, idem. — Sinal de *Mabichete*, idem. — Sinal de *Pincho*, idem. — Sinal de *Maticibala*, idem. — Sinal de *Manuela*, idem. — Sinal de *Massuco*, idem. — *A. Tiaba da Costa.*— Sinal de *Ganga-Muculo*, do Encoche-Luango. — Sinal de *Umbinduco*, idem. — Sinal de *Massi-Mongo*, idem. — Sinal de *Banche-Luanda*, idem. — Sinal de *Mancaca*, idem. — Sinal de *Mangoge-Bembo da Costa*, de Tenda. — Sinal de *Meimecasso*, idem. — Sinal de *Mangove-Mazunga*, de Malembo — Sinal de *António Pitra*, idem.

Nós abaixo assinados, certificamos, que as assinaturas e sinais são dos próprios, por os termos visto fazer e os reconhecermos individualmente.

João José Rodrigues Leitão Sobrinho.
Negociante em Lândana.
A. Tiaba da Costa//
Fidel del Valle
(Está o selo das armas reais)

(Cf. **Boletim Oficial de Angola**, 1883, número 42, págs. 734/735)

2.º CHICAMBA

Aos 26 dias do mês de Dezembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1884, no Chicambo, margem esquerda do rio Luema, a 30 milhas, pouco mais ou menos, do Massabe, achando-se reunidos como representantes por parte do Governo Português, o Delegado do mesmo Governo em Kakongo e Massabe, José Emílio dos Santos e Silva e o Capitão de 2.ª linha António Thiaba da Costa, chefe da estação civilizadora em Kakongo e Massabe, e o Secretário da estação civilizadora, em Kakongo e Massabe, José António da Conceição, e pela parte dos povos que se estendem pela margem esquerda do rio Luema, desde N'cula até à embocadura numa extensão pouco mais ou menos de 60 milhas, abrangendo N'geba, Chissambo e Buamongo, os príncipes e cavalheiros que os governam actualmente, que por todos presentes foram reconhecidos como sendo os próprios, foi pelo delegado do Governo declarado que, tendo estes príncipes e cavalheiros, governadores destes territórios, manifestado desejos de serem incluídos no protectorado que Portugal estabeleceu em Kakongo e Massabe, ficando sob a sua soberania, por ser a Nação com a qual mantinham mais constantes relações, tanto comerciais como de hábitos e linguagem, desde que europeus haviam pisado terras d'África para o Sul do Equador, ele delegado como representante do Governo português, se achava autorizado a conceder aos indígenas a anexação pedida, fazendo um tratado que, depois de aprovado e assinado, estabelecesse as desejadas relações entre Portugal e os países governados pelos chefes que o assinassem.. E tendo os príncipes e mais cavalheiros formalmente declarado que queriam firmar um documento pelo qual ficasse bem autenticado o protectorado e soberania de Portugal sobre todos os territórios do Massabe até o N'cula pela margem esquerda do rio Luema, se discutiram e aprovaram doze artigos d'um tratado que, depois de explicado em boa e devida forma, tanto em português como em língua do país foi por todos assinado (com sinal de cruz, por não saberem escrever).//

E, para que de futuro ficassem bem autenticadas as resoluções tomadas nesta solene reunião, se lavrou esta acta que vai por todos assinada ficando junto ao tratado, da qual tira-

ram cópias devidamente certificadas e entregues aos príncipes Machamba, Governador de Boamongo, Mai-Sexo, Governador de Guamongo, N'Ganza-Camba, Governador de Chicambo, Mangemba, Governador de N'Geba, Mancula, Governador do N'cula, que receberam também a bandeira portuguesa, para a mandarem içar nas suas povoações e nos locais que convenientemente depois se designassem, a fim de a conservarem e defenderem como símbolo representativo da soberania e protectorado de Portugal.

Chicambo, 26 de Dezembro de 1884.

As.) José Emílio dos Santos Silva, delegado do Governo português.

A. Thiaba da Costa, Capitão de 2.ª linha. — José António da Conceição, Secretário da estação civilizadora. — Signal de Machimba (Rei). — Signal de Cutoto. — Signal de Massanza. — Sinal de Bolamba. — Signal de Gangacaca. — Signal de Mai-Sexo (Rei). — Signal de Pita da Praia. — Signal de Bivumbi. — Signal de Mambuco Mani Luemba. — Signal de Macai (Rei). — Signal de Chibilongo. — Signal de Mamboma N'Cusso. — Signal de Macacata. — Signal de Manganda-Cai. — Signal de Ganga-Misi (Rei). — Signal de Culombo. — Signal de Machichita. — Signal de Mangalola (Rei). — Signal de Ganga Camba Bona. — Signal de Mafuca N'Gali. — Signal de Machanzi-Monzo. — Signal de Muene Tati (Príncipe). — Signal de Luangili. — Signal de Mando. — Signal de Mafuca Macosse. — Signal de Machienzi Zuela. — Signal de Mafuca Naungi. — Signal de Mamboma Issambo. — Signal de N'Bundo Pubo. Signal de Mafuca N'Goma. — Signal de N'Coti Cuanda Puati. — Signal de Calumbo. — Signal de Massongo. — Signal de Mamando. — Signal de Mansalisi Chibaza. — Signal de Chimbi Chianga. — Signal de Maconde Bitumbo. — Signal de Cibanza. — Signal de Lingster Pandi Numtoto-Ola. — Signal Michienzi Buanga. — Signal de Mafuca Mavingo. — Signal de Mambuco M'Paca. — Signal de Mafuca Pambo. — Signal de Chibuqueli Muene Pambo. — Signal de Muene Banza Pambo. — Signal de Mangofo Panzo. — Signal de Muene N'Zau. — Signal de Lingster Filipe. — Signal de Mafuca N'Buia. — Signal de Massavi N'Camvo. — Signal de Mafuca Chiluemba. — Signal de Ganga N'Zomongo. — Signal de N'Combe. — Signal de Mambuco Mani-Macambo. — Signal de Chibuquila Mani Muto. — Signal de Macaia Chintomo. — Signal de Mambona Chibua. — Signal de Ganga Luti. — Signal de Benze Mongofo N'Poáti — Signal de Bungo Michivata. — Signal de Mamboma N'Bungo. — Signal de Ganga Lamongo.

José Emílio dos Santos Silva, alferes da África Oriental, delegado do Governo Português e chefe da Estação civilizadora em Cacongo e Massabe, conclui com os príncipes Malhambo, Mai Sexo, Ganga, Camba, Mangeba e Mancala, governadores e regentes dos povos de Buamongo, Guamongo, Chicambo, N'geba e N'cula, bem como os mais chefes dos territórios que do Massabi se estendem até ao N'Culo, a NE do Massabe, costa Ocidental de África, o seguinte tratado: —

O tratado é textualmente igual ao do Chinfuma acrescido de mais um artigo, que é do teor seguinte:

«Artigos 12.º — São declarados nullos quaisquer tratados contractos que encerrem clausulas contrárias aos artigos anteriores.»

A «**NSanda**» do Tratado de Simulambuco

3.º SIMULAMBUCO

A — *O Pedido de um tratado*

«Nós abaixo assinados, príncipes e governadores de Cabinda, sabendo que na Europa se trata de resolver, em conferência de embaixadores de diferentes potências, questões que directamente dizem respeito aos territórios da Costa Ocidental de África, e por conseguinte aos destinos de seus povos, aproveitamos a estada neste porto da corveta portuguesa *Rainha de Portugal*, a fim de em nosso nome e no dos povos que governamos, pedirmos ao seu comandante, como delegado do Governo de Sua Majestade Fidelissima, para fazermos e concordarmos num tratado pelo qual fiquemos sob o protectorado de Portugal, tornando-nos, de facto, súbditos da coroa portuguesa, como já o éramos por costumes, hábitos e relações de amizade. E, portanto, sendo de nossa inteira, plena e livre vontade, que de futuro entremos nos domínios da Coroa portuguesa, pedimos ao Ex.mo Sr. Comandante da corveta portuguesa, para aceder aos nossos desejos e dos povos que governamos, determinando o dia onde, em sessão solene, se há-de assinar o tratado que nos coloque sob a protecção da bandeira de Portugal.

Escrito em reunião dos príncipes abaixo assinados, no lugar de Simlambuco, aos 22 de Janeiro de 1885.

Sinal + de Ibiala, Mamboma do Rei, representante da Regência. — Sinal + da Princesa Maria Simbo, Mambuco, — (a) Manuel José Puna, Barão de Cabinda. — Sinal + do príncipe Sambo Franque, governador de Chinga. — Idem + do príncipe Jack, Governador de Buco-Sinto. — Idem + de Fernando Minga, filho do príncipe Jack. — Idem + de King Jack, príncipe da Ponta do Tafe. — Idem + de Fernando Sonça, governador do Povo Grande. — Idem + do Mangunvo Mamgombe, governador de Simona. — Idem + de Mavungo Velho, dono do Povo Grande. — Idem + de Batte Jack, governador do Caio. — (a) Manoel Bonzela Franque, governador do Porto Rico e Mutambe. — (a) Francisco Rodrigues Franque, Governador de Pernambuco e Vitória. — Sinal + de Mani Sabo, governador de Chóbo. — Idem + de Perico, *linguester*. — Idem + de Michimbi Mafuka Franque. — Idem + do príncipe Mani Sambo, *linguiéster* de Francisco Franque.

B — *O Tratado de Simulambuco*

Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da armada, comandante da corveta *Rainha de Portugal*, comendador de Avis e cavaleiro de várias ordens, autorizado pelo governo de Sua Majestade Fidelissima El-Rei de Portugal, satisfazendo aos desejos manifestados pelos príncipes de Cabinda em petição, devidamente por eles assinada em grande *fundação*, concluiu com os referidos Príncipes, Governadores e Chefes abaixo assinados, seus sucessores e herdeiros o seguinte:

TRATADO

O texto do Tratado de Simulambuco é pràticamente idêntico ao de Chinfuma e Chicamba. Apenas se encontram pequenas diferenças nos artigos que vamos citar:

Nós abaixo assignados Principes
e Governadores dos Povos de Cabin-
da sabendo que na Europa se trata
de resolver em conferencia de em-
baixadores de differentes Potên-
cias questões, que directamente
digam respeito aos territorios da
Costa Occidental d'Africa e por con-
seguinte do destino de seus povos
aproveitamos a estada n'este Por-
to da corveta portugueza "Rainha
de Portugal" afim de em nosso
nome e no dos Povos, que gover-
namos pedirmos ao seu commen-
dante, como delegado do gover-
no de Sua Magestade Fidelis-
sima, para fazermos e concor-
darmos n'um tratado pelo qual
fiquemos sob o protectorado de
Portugal tornando-nos de facto
subditos da Corôa portugueza
como já o eramos por costumes,
habitos e relações d'amizade
E por tanto, sendo da nossa in-
teira, livre e plena vontade que
de futuro entremos nos dominios
da Corôa Portugueza, pedimos ao
Exm.º Snr. Commandante da Cor-
veta Portugueza para acceder
aos nossos desejos e dos Povos, que
governamos determinando o dia
onde em sessão solemne se pro-
ceda assignar o tratado que nos co-
loque sob o Justo Escudo da Bandei-
ra de Portugal — Escripto

Cópia do pedido do Tratado de Simulambuco

Artigo 4.° — Aos chefes.....

.....

devendo ser rectificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portuguesa ou pela autoridade em que o Governo de Sua Majestade delegar os seus poderes.

Artigo 8.° — Toda e qualquer questão.....

.....

que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra, ou de quem estiver munido de poderes devidamente legalizados.

Artigo 10.° — Os príncipes e governadores cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terreno mediante o pagamento dos respectivos valores, a fim de neles o Governo português mandar edificar os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares.

Artigo 11.° — O presente tratado.....

.....

não podendo contudo cosiderar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo Governo de Sua Majestade.

Simulambuco, em Cabinda, 1 de Fevereiro de 1885.

(a) Guilherme Augusto de Brito Capelo, Comandante da corveta *Rainha de Portugal*.
\+ de Neto do Príncipe Gime, vice-rei.
\+ de Ibiála, Mamboma do rei e representante da Regência
\+ Muanafumo Mahundo, filho do falecido rei.
\+ de Mangove Dangoio Puata Puna.
\+ da Princesa Maria Gimbe, Mambuko.
(a) Barão de Cabinda, Manuel José Puna.
\+ Sambo Franque, Governador do Chinga.
\+ Machimbi, Mafuca Franque.
\+ Mavungo Mangombe, Governador de Samona.
(a) Manuel Bonzola Franque, Governador de Porto Rico e Mutamba.
(a) Francisco R. Franque, Governador de Pernambuco e Victória.
\+ Fernando Sonsa, Governador do Povo Grande.
\+ Pucuta Caetano, linguister de Porto Rico.
\+ Manichúvula, príncipe, Mambuko de Buco-Sinto.
\+ King Jack, príncipe de Ponta do Tafe.
\+ King Taine, príncipe de Ponta do Tafe.
\+ Fernando Mingas, filho do príncipe Jack do Buco-Sinto.
\+ Mangove Velho, dono do Povo Grande.
\+ Filho do Príncipe Bette Jack, Govenador do Caio.
\+ Manissabo, Governador do Chóbo.
\+ Perico Franque, linguister de Mambuco.
\+ Puata Puna.
\+ Luemba Franque, irmão do Príncipe Sambo, Governador do Chinga.

Este tratado foi lido e explicado em língua do país, ficando todos inteirados do seu conteúdo antes de assinarem e fazerem o sinal + (cruz) na minha presença, comigo Antó-

Artigo 7º Igualmente se obrigam a proteger o commercio, quer dos Srs. Inglezes, quer dos estrangeiros e indijenas, não permittindo interrupções nas comunicações com o interior, e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protejendo as relações entre compradores e vendedores, as missões religiosas, e scientificas que se estabelecerem temporaria, ou permanentemente nos seus territorios, assim como o desenvolvimento da agricultura.

§ Unico - Obrigam-se mais a não permittir o trafico da escravatura nos limites dos seus dominios.

Artigo 8º - Toda e qualquer questão entre europeias e indijenas, será resolvida sempre com assistencia do Commandante do navio de guerra Portuguez, que nessa occasião estiver em possivel comunicação com a terra ou de quem estiver munido de poderes devidamente legalisa-

Cópia de dois artigos do Tratado de Simulambuco

nio Nunes de Serra e Moura, aspirante do corpo de oficiais de fazenda, servindo de secretário a este acto.//

(a) António Nunes de Serra e Moura, aspirante efectivo de Fazenda da Armada.

Afirmamos e juramos, sendo preciso, que as assinaturas e sinais são dos indivíduos acima indicados por os conhecermos pessoalmente e os termos visto assinar neste acto.

(aa) João Puna
João Barros Franque, filho de Francisco Franque, coronel honorário que foi.
Vicente Puna.
Guilherme Franque, filho de Francisco Franque.

Estavam presentes as seguintes pessoas:

(aa) Onofre Alves de Sousa.
M. J. Correia.
J. Contreiras.
Alexandre.
Manuel António da Silva e os oficiais da corveta *Rainha de Portugal*.

(aa) Cristiano Frederico Krusse Gomes, 1.° tenente da armada.
Eduardo Ciríaco Pacheco, 1.° tenente da armada.
João Matos da Silva, facultativo naval de 1.ª classe.
Alberto António da Silva Moreno, guarda-marinha.
João Francisco da Silva, guarda-marinha.
João António Ludovice, guarda-marinha.

(**Contribuição para o Estudo da Região de Cabinda**, por João de Matos e Silva, Lisboa, 1904, pp. 146-149 in **Spiritana Monumenta Historica, Angola**, v. III, pp. 338 a 341) (Cf. Fig. C 3 e P 3)

✦

DEPOIS DOS TRATADOS

Em Berlim, dias antes de terminar a dita «Conferência de Berlim», a 14 de Fevereiro de 1885, celebrou-se uma Convenção entre Portugal e a Associação Internacional do Congo (depois, Estado Independente do Congo) com o fim principal de se demarcarem as fronteiras, tanto na região do Congo como na da Lunda.

A 12 de Maio de 1886 há a Convenção entre Portugal e a França, também para limites de fronteiras entre o Enclave de Cabinda e o actual Congo-Brazaville.

A partir de meados de 1884 é Delegado do Governo Português em Cacongo e Massabi o alferes José Emílio dos Santos Silva.

Em Cabinda, quase logo após o Tratado de Simulambuco, é nomeado Delegado do Governo Português Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel.

É com estes dois delegados que se delimitam as terras de Cacongo e de Ngoio (Cabinda).

Serpa Pimentel, em «*Um Ano no Congo*», escreve:

«Tàcitamente convencionado e respeitado pelos respectivos delegados, eu e o alferes José Emílio dos Santos Silva, fôra o pequeno rio Lulondo, ao norte da baía de Cabinda, considerado o limite dos territórios de Cabinda, sendo porém a orla do terreno da Ponta Bambe no Malembo a Buco-Masia anexado a Cabinda, para os efeitos da minha judisdição e competência de alçada como delegado do governo.» [20]

Por decreto de 31 de Maio de 1887 a sede do Distrito do Congo, criado por Carta de Lei de 18 de Julho de 1885, passa a ser em Cabinda.

E é a 14 de Julho de 1887 (14 de Julho, dia de S. Boaventura, e daí o ter-se dado este nome a uma das ruas de Cabinda) que a Cabinda chega o primeiro Governador do Congo, João de Brissac das Neves Ferreira.

A ele se seguiram:

António de Azeredo de Vasconcelos	1889
António Sérgio de Sousa	1890/1893
Nuno de Freitas Queriol	1893/1895/96/97
Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel	1895/1896
Eduardo Augusto Gomes de Sousa	1897
Luís Bernardino Leitão Xavier	1897/1900
Henrique Quirino da Fonseca	1899
Augusto Pereira do Vale	1900
Jaime da Fonseca Monteiro	1900
Pedro de Azevedo Coutinho	1901
Raúl Correia Betencourt de Furtado	1901
João dos Santos Pereira Jardim	1901/1902
Fernando Ferreira Pinto Basto (não exerceu)	1910

Os Residentes em Cabinda

Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel (com a designação de Delegado do Governo Português em Cabinda)	1885/1886
José António de Miranda (com a designação de Residente da Circunscrição Administrativa de Cabinda. Nomeado em 1890, não exerceu.)	
João Francisco Nunes	1892/1897
Luís Gonzaga Ribeiro	1897
Henrique Quirino da Fonseca	1899

Em 1899 o lugar é declarado inerente ao de Secretário de Governo de Distrito, deixando de ter provimento próprio.

---

[20] Jaime Forjaz de Serpa Pimentel — **«Um Ano no Congo»** in **«Portugal em África»** 1.ª Série, Ano 1899, pág. 293.

Nota — Esclarece-se que o Distrito havia sido criado com especiais autonomias administrativas e pràticamente Distrito autónomo, apenas formalmente dependente do Governo Geral. Daí o ter sido dividido em Residências Circunscricionais, em vez de Concelhos como nos demais. As Residências eram, antes, posições de estrutura política, diplomática, militar e administrativa.

Os arranjos e alterações de carácter político-administrativo operadas em Cabinda desde 1885 têm sido numerosas.

Vejamos:

1887 — Sede do Distrito do Congo, do qual fazia parte.
1917 — Continua a pertencer ao Distrito do Congo, mas deixa de ser a sede, que passa para Maquela do Zombo.
1921 — Passa a Intendência, continuando subordinada a Maquela.
1922 — Criado o Distrito do Zaire, a Intendência de Cabinda passa a depender dele.
1930 — Transforma-se numa única Intendência — Zaire e Cabinda.
1932 — Com a integração do Zaire no Distrito de Zaire e Congo, a Intendência de Cabinda passa a depender directamente do Governo Geral.
1934 — Com a divisão de Angola em 5 Províncias e 14 Distritos, Cabinda fica dependente do Governo de Luanda.
1945 — Desliga-se do Governo de Distrito de Luanda e, ainda como Intendência, passa a depender directamente do Governo Geral.
1946 — É nomeado para Cabinda — agora Distrito — o Governador Intendente Raul de Lima, a quem se seguiram os seguintes:

1949/56 — Intendente Ismael Pais
1956 — Dr. João Baptista Duarte Pinheira
1956/57 — Capitão Jaime António Tavares Machado Banazol
1957/58 — Inspector Administrativo Norberto Augusto Lopes
1959/61 — Inspector Administrativo José Paulo Paixão Barradas
1961/63 — Coronel Júlio de Araújo Ferreiro (a)
1964/65 — Coronel Artur João Cabral Carmona
1965/66 — Brigadeiro Adriano Augusto Pires (a)
1966/68 — Brigadeiro João Tiroa (a)
1968/70 — Brigadeiro Américo Agostinho Mendóça Frazão (a)
1970/71 — Brigadeiro Eurico Ferreira Gonçalves (a)
1971 — Brigadeiro João António Pinheiro (a)

Nota — Os marcados com (a) exerceram as funções de Governadores do Distrito em regime de acumulação com as de Comandante do Sector Militar.

Estes apontamentos sobre os Governadores do Congo, Residentes de Cabinda e seus Governadores foram colhidos no **«Ligeiro esboço histórico elaborado pela Delegação Distrital dos SCCIA»** sendo Governador do Distrito o Brigadeiro Américo Agostinho Mendóça Frazão.

CABINDA — Seus nomes e proveniências

A actual Baía de Cabinda aparece nos mapas de Diogo Homem e de Pigafetta como sendo o Golfo das Almadias ou a Baía das Almadias.

A partir dos séculos XVI e XVII começamos a encontrar o nome «KAPINDA» e «KABINDA» para designar a terra e o porto de Cabinda.

Para tanto basta ler-se Battel (1589/1679), Merolla (1680), Barbot (1699), etc., etc. São autores que encontramos em Prevost. [21]

Comummente faz-se derivar o nome CABINDA da aglutinação da última sílaba de MAFUCA (MAFUKA) com *BINDA*, nome de um cavalheiro e dignitário do rei de Ngoio.

O Mafuca, nos antigos reinos de Loango, Cacongo e Ngoio, era como que o Intendente Geral do Comércio e o homem da confiança do rei que, em seu nome, tratava de todas as transacções comerciais, de um modo muito especial com os europeus. Estes, pois, ao fundearem na Baía das Almadias (actual Baía de Cabinda) tinham de se haver, para transações comerciais, necessàriamente, com o MAFUCA. E o Mafuca desse tempo seria um tal BINDA. E tanto se falava em Mafuca Binda, Mafuca Binda, Mafuca Binda (repitamos nós também os dois nomes e notaremos como há uma tendência e cadência para nos ficar sòmente no ouvido o (Mafu)CA-BINDA) que acabaram por dar ao porto e à terra o nome de *CABINDA.*

Na verdade, não vemos muito mais de onde se possa fazer derivar a palavra. Os naturais também lhe não dão outra saída.

Mas este nome, CABINDA, era o usado pelos europeus. Só com o tempo, por muito o ouvirem repetir, é que os naturais o começaram também a empregar.

Para eles porque nome era Cabinda conhecida? Pelo de KIOUA(TCHIOUA). *Kioua* designava praça, mercado. E ninguém pode negar que Cabinda foi grande mercado de escravos (mais frequentado, para esse fim, por barcos franceses do que de qualquer outra nação, mesmo somados). Mas não só de escravos. Comércio de peixe, de produtos da terra, de panos «*lubongo*» e de sal, que corriam pelo interior como moeda.

Nestes negócios estava sempre metido, em nome do rei, o Mafuca, o Mafuca Binda. Mas para os naturais era KIOUA e não Cabinda.

Ainda na época de 40, no interior, mais fàcilmente se ouvia dizer «vou a Kioua» do que «vou ou vamos a Cabinda».

E se hoje os naturais de todo o Enclave conhecem Cabinda por este nome, também se se lhes falar em KIOUA todos sabem ainda a que terra este nome está ligado.

Cabinda também foi conhecida, já pelo século XIX e confinado só ao pequeno aglomerado daquele tempo, pelo nome de Porto Rico. O local de Porto Rico foi adquirido, em Março de 1885, à família Franque, pelo Delegado Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, bem como outros adquiridos antes, para instalação do Distrito.

Cabinda, a partir de 1887, passa a sede de Circunscrição Administrativa.

É elevada a Vila em Julho de 1890.

Por proposta de Serpa Pimentel, então já Governador do Distrito do Congo, com sede em Cabinda, proposta de Março de 1896, passa a ser designada por Vila Amélia. [22]

Mas, sem ter deixado de ser conhecida por Cabinda, depois da implantação da República volta ao nome antigo.

---

21 A. Prevost, op. cit., Vol. VI, pág. 94 e seg.

22 Serpa Pimentel, op. cit., pág. 330.

Por Diploma Legislativo n.º 2757, de 28 de Maio de 1956, é elevada a cidade.

Os Serviços do Município foram estando a cargo, sucessivamente, de Juntas Locais, Comissões Municipais e, agora, da Câmara Municipal.

As Juntas Locais e Comissões Municipais tiveram sempre como Presidente o Administrador de Concelho.

Por Portaria n.º 11.960, de 6 de Dezembro de 1961, é criada a Câmara Municipal de Cabinda (Cf. B. O. n.º 49).

O seu primeiro presidente, Manuel Coelho de Abreu, que felizmente ainda continua em exercício, foi nomeado por Portaria de 18 de Julho de 1962 (Cf. B. O. n.º 29) e tomou posse a 6 de Agosto desse ano.

O que Cabinda ganhou em ter Câmara e um Presidente da Câmara está bem patente no desenvolvimento e progresso sempre crescentes.

Quem deixou Cabinda em 1961/62, passando agora por lá dificilmente reconhecerá a cidade que, no espaço de 6 a 8 anos, aumentou algumas seis a oito vezes mais. (Cf. Figs. C 4, C 5, C 59)

LÂNDANA

Alguns pretendem fazer derivar o nome de LÂNDANA da planta verbenácea chamada «Lântana» (*Lântana camara*, Linn).

E nisto parece ter-se apoiado a Junta Local de Lândana quando, em 1955, pediu a mudança para Vila Guilherme Capelo:

«Sendo o actual topónimo de Lândana proveniente apenas do vocábulo indígena: lantana, que é o nome de uma gramínea muito vulgar naquela região...»

Ora, esta origem do vocábulo Lândana, por a dita planta não ser comum em Lândana, e nem mesmo na Província, não é de aceitar.

Por outro lado, como bem lembra o P. J. Troesch, «lantana» não é vocábulo destas gentes. [23]

Lândana virá antes, e voltamos ao P. Troesch, do verbo *Landa* (*Kulanda*) — seguir, com o sufixo «ana», que é o sufixo designativo de reciprocidade.

Assim, LÂNDANA quererá dizer *seguir um ao outro.*

E para a tradição do povo passou a história, o facto, que deu origem ao nome de Lândana. É a seguinte:

Havia por lá um mau feiticeiro. Era *Ndoki*, comedor de almas.

Ao ritmo em que as pessoas da aldeia estavam a morrer, em breve todos desapareceriam

Encheram-se de coragem e, então, foram ter com o feiticeiro e fizeram-lhe lembrar, por um velho provérbio, que não julgasse ele ficar por cá para semente; morreria como os outros, seguiria atrás dos outros, teria o seu fim também — «*Lândana: befo bonso ti landaziana*» — Seguimos uns atrás dos outros: todos nós teremos de seguir (este caminho, o da morte).

Em Lândana, a primeira sede da autoridade administrativa estava em edifício construído no morro do «*Chinchoxo*». Passou depois para junto à praia, entre o rio Chiloango e a povoação de Lândana.

---

[23] (Cf. Apontamentos **«Landana, Vila Guilherme Capelo»** — P. J. Troesch.)

Mais tarde passou para o morro de *Chinfuma* e, por último, para o alto do morro *Colibri*, dominando a Vila.

Lândana foi elevada a sede do Concelho de Cacongo a 8 de Janeiro de 1941.

Pela Portaria n.º 9.188, de 28 de Dezembro de 1955, começa a designar-se Vila Guilherme Capelo em homenagem ao comandante da Corveta «*Rainha de Portugal*», Guilherme Augusto de Brito Capelo, Delegado do Governo Português nas assinaturas dos Tratados de *Chinfuma* e de *Simulambuco*. (Cf. Fig. P 2)

OS HOMENS DOS TRATADOS

GUILHERME AUGUSTO DE BRITO CAPELO

Nasceu em Lisboa a 5 de Abril de 1839.

A 1 de Outubro de 1858, a bordo da nau «Vasco da Gama», embarca pela primeira vez para Angola.

A partir de 1881 anda pelas costas de Angola.

De 1883/85, ao norte do Zaire, autorizado pelo Governo de Sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal, elabora os tratados de Chinfuma (29 de Setembro de 1883) com os príncipes e chefes de Cacongo, e o de Simulambuco (1 de Fevereiro de 1885) com os de Ngoio.

Em 1886 é Governador Geral de Angola.

Em 1896 é nomeado Comissário Régio de Angola.

Foi comendador da Ordem de Aviz e cavaleiro de várias ordens.

O Governador Geral Ferreira do Amaral, em 13 de Outubro de 1883, pede para ele ao Governo de Sua Majestade a comenda de Torre e Espada, pelos serviços prestados na ocupação dos territórios de Cacongo e Massabi. Mas com data de 5 de Dezembro desse mesmo ano de 1883 sai antes um Decreto em que lhe é concedida a Comenda da Conceição (a que vem a renunciar).

Veio a falecer a 21 de Março de 1926, com 87 anos de idade.

JOÃO JOSÉ RODRIGUES LEITÃO SOBRINHO

Nasceu em Ponte da Barca em 1843.

Era filho de Manuel António Rodrigues Leitão e de Maria Joaquina de Oliveira.

Ainda muito novo foi para a Ilha da Madeira com seu tio João José Rodrigues Leitão, que ali possuía uma casa bancária.

Da Madeira passou-se para África, para terras de Cacongo, onde veio a ser o sócio gerente da firma Castro & Leitão.

Tornou-se nestas terras homem de muito prestígio e influência, não só entre os europeus como também entre os naturais, que muito o consideravam e estimavam.

Deve-se, sem dúvida, ao seu tacto e influência sobre os grandes chefes de Cacongo a preparação e assinatura do tratado de Chinfuma a 29 de Setembro de 1883. Tem de se confessar que teve já como magnífico colaborador a António Thiaba da Costa.

Após o tratado de Chinfuma, Rodrigues Leitão é nomeado Delegado do Governo em terras de Cacongo e da Massabi.

Fig. P 4 — Fotografia de um busto do I Barão de Cabinda, Manuel José Puna

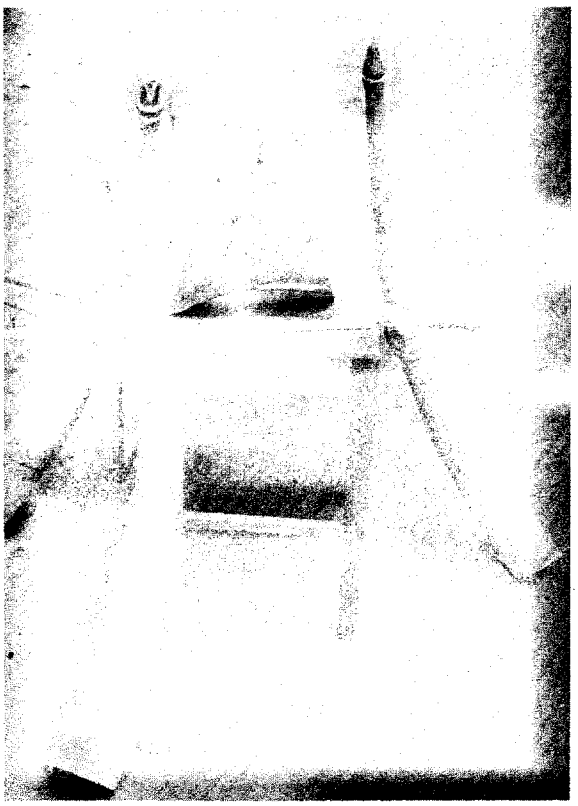


Fig. P 5 — **Zimpungi** e capacete do I Barão de Cabinda

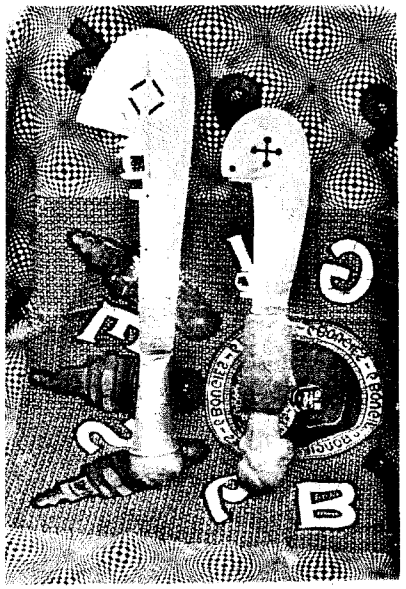


Fig. P 6 — As **Bimpaba** dos Punas

Fig. P 7 — O **Ngongie, Koko** e pegadeiras do Barão Puna

Fig. C7 — O túmulo do **Duque de Chiázi**

Fig. C8 — O filho e herdeiro do **Duque de Chiázi**

Fig. C 4 — O belo e airoso edifício da Câmara Municipal de Cabinda

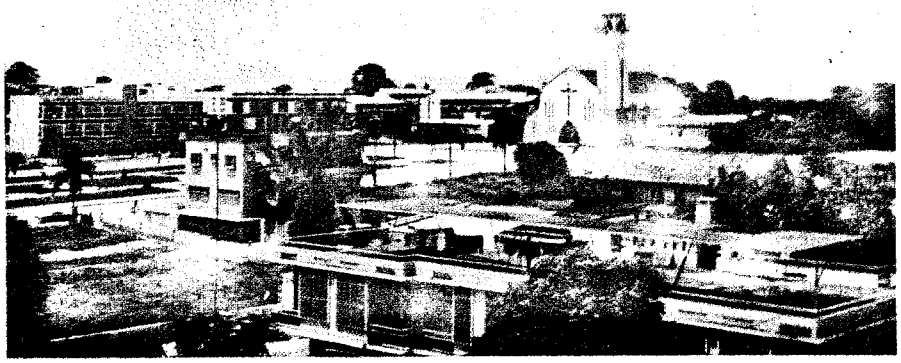


Fig. C 5 — A Alameda Gago Coutinho, em Cabinda

Fig. C 6 — Um aspecto da cidade de Cabinda

A 13 de Outubro de 1883 o Governador Geral de Angola, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, pede ao Ministro da Marinha e Ultramar para que João José Rodrigues Leitão Sobrinho seja agraciado com o título de Visconde de Cacongo. E assim foi feito.

Por Portaria n.º 189 de 12 de Maio de 1884, o Governador Ferreira do Amaral louva-o «pelos revelantíssimos serviços como Delegado do Governo de Kakongo e Massabe.»

Este louvor parece coincidir com o seu regresso à Ilha da Madeira onde vai acabar o resto dos seus dias em missão de bem-fazer.

Na **Enciclopédia Luso-Brasileira** se diz que foi por carta e decreto de 1 de Agosto de 1884, de D. Luiz I, que foi agraciado com o Título de Visconde de Cacongo.

Ainda lá se pode ler que, por alvará de 24 de Dezembro de 1900 e carta de 22 de Dezembro do mesmo ano, D. Carlos I lhe concede brasão de armas.

Esta última graça é já em atenção aos generosos serivços prestados na Ilha da Madeira.

ANTÓNIO THIABA DA COSTA

Era natural de Chicamba, Massabi.

Foi um dos grandes colaboradores de João José Rodrigues Leitão Sobrinho no tratado de Chinfuma e o principal obreiro do tratado de Chicamba.

Muito amigo de Portugal e homem de forte influência sobre os naturais.

Por Portaria do Governo Geral de Angola n.º 102 de 27 de Fevereiro de 1884 «atendendo ao merecimento e aos serviços prestados na ocupação dos territórios de Kakongo e Massabi» é nomeado capitão de 2.ª linha da Província.

Ainda por Portaria n.º 491 de 6 de Setembro de 1884, do mesmo Governo Geral, «atendendo aos bons serviços prestados sempre, é nomeado chefe da delegação da estação civilizadora da Massabi.»

António Thiaba da Costa veio a sofrer de perturbações mentais.

Em «*No Congo Português*», o governador do Distrito, primeiro tenente de marinha, José Cardoso — Cabinda 1913, escreve:

«Não será ridículo colocar ao lado destes nomes ilustres (ele fala de Guilherme Capelo, do Visconde de Cacongo, de Manuel António da Silva, Santos Silva e de Serpa Pimentel) o nome obscuro do indígena Tiaba, que tão devotado foi à causa portuguesa, e tanta confiança mereceu, que chegou a ter à sua disposição um destacamento de tropas regulares, tendo os seus serviços sido recompensados pelo Governo Português, dando-lhe o posto honorário de capitão e uma pensão que ainda hoje recebe. Tiaba ainda vive, meio maluco, sem influência sobre os nativos, conservando dos tempos idos, apenas, uma figura de preto imponente que a poucos sensibiliza e a raros lembra a relíquia que para nós representa.»

Em nota, neste mesmo relatório, se lê: «O capitão Thiaba faleceu a 28 de Agosto de 1913, sendo prestada por essa ocasião uma justa homenagem de gratidão à sua memória pela população de Cabinda.»

Bom é saber-se, contudo, que a expensas do Governo, quando Thiaba da Costa adoeceu mentalmente, foi enviado para a Metrópole e hospitalizado em Rilhafoles.

Quando o bom Irmão Gervásio foi de licença graciosa na primeira década deste século (ele que bem conhecia Thiaba da Costa, pois fora para Lândana em 1889) foi visitá-lo ao hospital.

O pobre Thiaba da Costa, saudoso da sua terra, muito insistiu com o Irmão Gervásio Dantas para que falasse com alguém de influência a fim de que lhe fosse permitido regressar à sua terra, onde desejava vir a falecer. O pedido foi feito e concedido.

Thiaba da Costa regressou a Lândana confiado aos cuidados do Irmão Gervásio.

Este último facto foi-nos narrado pelo Irmão Evaristo Campos, que veio para Cabinda em 1895, e que conheceu muito bem António Thiaba da Costa.

MANUEL JOSÉ PUNA

Teria nascido a 14 de Fevereiro de 1812.

Era filho do velho e muito considerado Mambuku Puna (ou Kimpuna — Tchimpuna).

No túmulo do pai de Manuel José Puna pode ler-se:

AQUI JAZ/VICE-REI/MAMBUCUO / MUENE PUNA / FAL. EM / 1851 - R. P.

Era o Mambuku Puna senhor das terras de Simulambuku (da margem do Mbuku, do outro lado do Mbuku).

Dão a data de 1 de Junho de 1819, portanto, com perto de oito anos, como sendo a da ida de Manuel José Puna para o Brasil.

Quem o mandou para lá?

1.° — Na *Enciclopédia Luso-Brasileira* lê-se: «Foi mandado pelas autoridades portuguesas educar no Brasil, antes da independência daquele Estado.»

2.° — Dos apontamentos do «Duque de Chiázi» se infere que o pequeno Puna foi apanhado, junto à praia, numa altura de carregamento de escravos, e levado com eles.

Segundo o mesmo «Duque de Chiazi», havia uma lei que proibia expressamente o passear na praia junto à baía, em dia de carregamento de escravos, «sob pena de ser vendido e transportado para o Brasil.»

Na véspera da saída de um barco o pequenito Puna, tendo ido até à praia para brincar e tomar banho, foi apanhado pela polícia gentílica e vendido a um capitão negreiro que o levou para o Brasil.

Não nos parece de aceitar esta versão, tratando-se do filho de um grande senhor da terra e de muito prestígio. Não é sustentada por mais ninguém.

3.° — O pai, Mambuku, tê-lo-ia confiado a um capitão negreiro para que o pequeno fosse educado no Brasil. O capitão, em lugar de cumprir o prometido ao velho Mambuku, conservou o pequeno como seu criado.

Quando, passados tempos, Francisco Franque vai ao Brasil já com carregamento de escravos por sua conta, soube da existência desse pequeno seu conterrâneo e de quem era filho. O velho Mambuku, para resgate do filho, teria entregue ao Francisco Franque cinco escravos para que o libertasse.

Das três versões qual aceitar como verdadeira?

Certo é que, em terras de Cabinda, a maioria se inclina para a terceira.

Quanto tempo ficou o Puna pelo Brasil?

O «Duque de Chiázi» dá a data de sua ida a 1 de Junho de 1819 e a do seu regresso do Brasil a 3 de Dezembro do mesmo ano.

Não nos parece muito viável. Eram morosas as viagens.

Por outro lado, sabe-se que o Puna veio do Brasil bastante bem educado e à europeia. Tudo isso adquirido só em seis meses, contando viagem de ida e volta?

Segundo as notas do mesmo «Duque de Chiázi» o Puna foi para Benguela, como empregado de Câmara (só com doze anos?) a 4 de Junho de 1820, donde regressou, 27 anos depois, a 2 de Agosto de 1847.

O Puna é feito coronel honorário do Exército Português no Ultramar a 7 de Dezembro de 1857.

A *Enciclopédia Luso-Brasileira* diz que visitou a Metrópole em 1866 onde foi baptizado, sendo padrinhos D. Luiz I e D. Maria Pia.

O «Duque de Chiázi» dá a ida do Puna à Metrópole para visitar os filhos que lá estudavam, o Vicente e o João, a 6 de Junho de 1871 e o seu baptismo, na capela Real da Ajuda, a 15 de Setembro de 1871.

É-lhe concedido o título de Barão de Cabinda, «de juro e herdade», por decreto e carta de D. Luiz I de 7 de Setembro de 1871.

Em «*Portugal em África*» — ano 1900, pág. 438/39 — lê-se:

«O Pouna (escrito à francesa pelo P. J. C. Rooney) tinha a graduação de coronel do exército do ultramar, e quando veio à metrópole em 1871 para visitar seus filhos que cursavam a Escola Académica, foi agraciado com o título de Barão de Cabinda.

«Realizaram-se por essa ocasião as cerimónias do baptismo do novo titular, com a máxima solenidade. O baptismo foi conferido pelo patriarcha de Lisboa, sendo padrinho El-Rei D. Luiz I.»

É pois o ano de 1871 que se deve ter em conta para a ida a Portugal.

Manuel José Puna foi o verdadeiro homem do tratado do Simulambuco. O tratado toma mesmo o nome do local onde ele residia e foi assinado debaixo da *Nsanda* das questões.

Pelo seu grande amor a Portugal, pelos seus serviços prestados à causa portuguesa foi ainda agraciado com a comenda de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa.

Antero Simões (em «*Nós... Somos todos nós*») escreve sobre o Barão Puna: «Tendo habitado no sítio, mais tarde histórico, de Simulambuco, em modesta casa de madeira, todos os europeus e naturais de Cabinda o respeitam e consideram.»

Juntemos a estes testemunhos o dos missionários que visitaram Puna em 1870.

«A recepção que o Barão de Cabinda (nessa altura ainda o não seria) faz aos missionários (P. Carrie e P. Dhyèvre), era digna d'um nobre cavalheiro. Ao jantar não se sabia o que devia admirar-se mais, se o luxo e o conforto, se o bom gosto do serviço com seus talheres de prata e louça de fina porcellana, se os manjares delicadamente servidos com seu acompanhamento de vinhos brancos, licôres e até champagne.» (Cf. «*Portugal em África*» — ano 1900, pág. 439).

Chegamos ainda, na década de 40, a vislumbrar um pouco deste requinte de bem receber, na recepção que era feita, na velha casa do Barão, na data do Tratado de Simulambuco — 1.º de Fevereiro de cada ano, tornado dia feriado de Cabinda — por seu filho José Alberto Roberto Puna, 2.º Barão de Cabinda (que veio a falecer, em circunstâncias de não mui fácil explicação, a 12 de Novembro de 1955).

Mas, de «talheres de prata e louça fina de porcellana» já mui pouco se via.

O velho Barão Manuel José Puna, depois da fundação da Missão Católica de Cabinda em 1891, no dia da festa da padroeira, 8 de Dezembro, nunca faltava. Fazia-se conduzir de tipoia. A sua casa distava uns bons 4 a 5 quilómetros da Missão. A seu lado, um negro trazia-lhe a farda de coronel. Vestia-a na Missão e assistia à missa solene — e ele solenemente fardado — almoçando depois com os missionários.

Manuel José Puna veio a falecer, com 92 anos de idade, a 4 de Agosto de 1904.
No seu túmulo, encimado pelo busto de D. Carlos I, lê-se:

AQUI JAZ / o 1.º BARÃO / DE CABINDA / FAL. EM 4 DE / AGOSTO / DE 1904/R. P.

No túmulo de seu filho e sucessor, túmulo encimado pelo busto do Marechal Carmona, está escrito:

AQUI JAZ / J. ALB. R. PUNA / II BARÃO DE CAB. / FAL. 12 NOV. 1955 / R. I. P.

O problema da sucessão depois da morte do segundo Barão de Cabinda, uma vez que faleceu em circunstâncias que os naturais afectos aos Punas e, sobretudo, a família julgam trágicas, não tem sido fácil. Todos os sucessores mais directos se escusaram.

Porquê? A resposta parece não ser fácil.

Mesmo assim veio a tomar posse do título (em 1957) o já velho José Lourenço Barros (Puna), apresentado como sobrinho (mas não na linha mais directa) de José Alberto Roberto Puna.

José Lourenço Barros faleceu a 7 de Setembro de 1968.

Jaz em campa rasa ao lado dos antecessores. Uma simples cruz de madeira com seu nome e data de sua morte.

Recordações e insígnias que a família Puna ainda conserva

1 — A espada e o chapéu de coronel (muitíssimo deteriorado, mais de 100 anos de existência) do velho Barão Manuel José Puna.

2 — Três grandes «*Zimpungi*».

3 — Duas «*Bimpaba*», sendo uma em prata e outra em marfim. Em marfim foi a única que vimos.

4 — Um belo «*Ngongie*» (tímbalo de duas bocas) em prata. Deste metal foi também o único «*Ngongie*» que vimos.

Quando o Barão se deslocava era anunciada a sua passagem pelo toque do «*Ngongie*». O «Mbula Ngongie» ia sempre à frente do cortejo. («Mbula Ngongie» — tocador de «ngongie»).

5 — Tem ainda o *Koko*. É um género de bastão com ornatos, em prata, nas extremidades. É bem bonito e de valor este *Koko*.

A parte inferior faz de campainha e tem mesmo um pequeno badalo. Batendo com o *Koko* no chão, ou sacudindo-o, anunciava a sua passagem.

6 — Duas pegadeiras, em marfim, que eram aplicadas na tipoia em furos para isso feitos e a que se segurava, com uma e outra mão.

São bem torneadas e encimadas por cabeça de mulher. (Cf. Fig. P 4, P 5, P 6, P 7, P 8)

OS FRANQUES

É família numerosa e antiga.

Encontramos o nome de vários Franques na assinatura do Tratado de Simulambuco.

Um dos mais antigos e de quem mais se fala é do velho Francisco Franque, muito anterior ao Tratado.

Nasceu a 2 de Janeiro de 1777. Seu pai era o Mafuka Cocolo Franque. Mandou-o educar no Brasil. Para lá seguiu a 20 de Março de 1784. Regressou a Cabinda, 15 anos depois, a 19 de Maio de 1799.

Conseguiu ter barco seu. E com os conhecimentos que já possuia chegou a ir ao Brasil, por sua conta, com carregamento de escravos.

Este mesmo Francisco Franque procurou conseguir um carregamento de goma copal. Dizem que muita havia no alto da planície do Ntó. Tratava-se de goma copal dura, que só se conseguia extrair cavando junto às árvores ou pela planície fora onde já se encontrava fossilada.

Parece que apenas conseguiu meia carga. Mas não foi por que não houvesse mais.

É que a mentalidade da época atribuía a formação da goma copal ao efeito do raio. Ora, o raio — Nzázi — é qualquer coisa de «sagrado» e enviado directamente pelo Nkisi-Nsi que, por meio dele, pode castigar os homens tanto mais se arrancam da terra o que é produto da acção do Nzazi e do Nkisi-Nsi!...

E veio das mulheres a revolta. Para que o Nzazi e Nkisi-Nzi as não castigasse, recusam-se a arranjar mais goma copal e ameaçam não cozinhar para os homens, caso continuem nesse trabalho.

Este meio carregamento Francisco Franque tê-lo-ia vendido no Ambriz, ao tempo o melhor porto para venda deste produto.

Francisco Franque, por serviços prestados à causa portuguesa, que se lhe reconheceram, foi feito coronel honorário do Exército Português no Ultramar, a 5 de Março de 1803.

Veio a falecer a 30 de Abril de 1875.

Foi este velho «Chico Franque» quem recebeu também os Padres Carrie e Dhyèvre em fins de 1870 e do qual se diz: «O Chico Franque recebeu-os do seu lado com as mais espontâneas demonstrações de alegria e sincera satisfação, apertando-lhes as mãos como a velhos amigos e chorando de emoção. Contou-lhes que tinha sido baptizado no Brasil e que desde a sua vinda para a África raríssimas vezes tornara a ver um padre; que os poucos que de longe em longe apareciam eram capellães da Armada Real...» [24]

O Francisco Rodrigues Franque (também conhecido por Chico Franque) e Domingos José Franque (o de «*Nós, os Cabindas*») são descendentes do velho Chico Franque.

Donde lhes vem o nome de Franque?

Em apontamentos do «Duque de Chiazi» — Dom José Manuel da Conceição Baptista Franque — encontra-se o seguinte:

«O ancião Mafuca Cocolo Franque foi um homem leal, muito franco e amicíssimo para com os primeiros brancos portugueses... e a todos os pedidos que os brancos portugueses lhe faziam ele os cumpria com toda a franqueza e amabilidade...»

E acaba o «Duque de Chiázi» por afirmar que, por isso, lhe começaram a chamar «Franco», o «Senhor Franco»... «mas com a pronúncia Cabindeana se modificou de Franco para Franque...»

Não cremos, por nossa parte, que com tanto contacto com os portugueses se transformasse o nome de Franco em Franque. A explicação dada não concorda com o modo mais comum, segundo os usos e costumes dos Bakongo e Bauoio, de se dar ou adoptar um nome (Cf. Nomes e apelidos).

Franque, segundo a opinião do Irmão Evaristo Campos (em Cabinda desde 1895 a 1970) e confirmada por velhos de Cabinda, colhida já da tradição, teria vindo do nome de

---

[24] **«Portugal em África»**, 1.ª Série, ano 1900, págs. 438/440.

um senhor europeu, com comércio e bens em Cabinda, que era francês e até teria um nome como Franck ou coisa semelhante.

Existe mesmo entre franceses o nome de FRANQUE.
A **Encyclopédia Portuguesa Ilustrada** fala-nos de dois irmãos FRANQUE (João Pedro e José) gémeos, nascidos em 1774. Foram pintores.
José faleceu em 1812 e João Pedro em 1860.[25]

Faleceu o tal senhor. Vivia só. Não se sabia de sua família. Os seus bens, todos os seus bens, teriam passado às mãos da família que agora adopta o nome de Franque.

É muitíssimo mais de aceitar esta razão por se coadunar perfeitamente com os costumes quanto a tomada de um novo nome que vem provocar uma como que «mudança substancial do indivíduo.»

E isto se confirma com o que aconteceu a outros.

De onde vêm as famílias Jack, Wilson e Espanhol?
Precisamente da ligação com os ingleses Jack e Wilson e com o espanhol Dom José del Vale.

Vamos apresentar um caso interessantíssimo da mudança de nome, precisamente na família Franque.

D. José Manuel da Conceição Baptista Franque, conhecido também por «Duque de Chiázi», falecido a 16 de Abril de 1966, apresentava-se como directo herdeiro dos Franques. E, na verdade, era na posse dele — e hoje na de seu filho D. João Maria da Conceição Baptista Franque — que se encontravam as insígnias da família.

Contudo, Dom José Manuel da Conceição Baptista Franque, Duque de Chiázi, foi baptizado a 25 de Dezembro de 1898 na Missão Católica de Cabinda, com a idade provável de 13 anos, e no baptismo recebeu o nome de Manuel e tendo o de Lambi (Manuel Lambi) como nome de família. É dado como filho de Baptista e de Lango, naturais do Kinga (Chinga). Foi padrinho Pedro Songo e baptizou-o o Padre Al. Savary. Confira-se o registo N.º 32 do ano de 1898.

Manuel Lambi veio a casar com Hermelinda Malila a 30 de Novembro de 1906. Confira-se o registo n.º 37 de 1906 da Missão de Cabinda. À margem do registo lê-se bem: Manuel Lambi e Hermelinda Malila. Mas o nubente, nesta altura, já assina como sendo José Manuel Lambi Baptista Franque. Seu filho João, no registo de baptismo, é dado por filho de Manuel Lambi Baptista Franque.

E, sem dúvida, não é muito fácil compreender como de simples Manuel Lambi se passou para José Manuel Lambi Baptista Franque e depois, não se sabe a partir de que data, para Dom José Manuel da Conceição Baptista Franque, «Duque de Chiázi» e a viver na «Avenida de Residência Real Duque de Chiázi.»!

---

[25] Maximiano Lemos, «**Encyclopédia Portugueza Ilustrada**» (11 Vol.), Vol. V, pág. 32 (**Encyclopédia Portugueza Ilustrada, Diccionário Universal**, Porto).

Fig. P 3 — Pormenor das raizes da **Nsanda** sob a qual se assinou o Tratado de Simulambuco

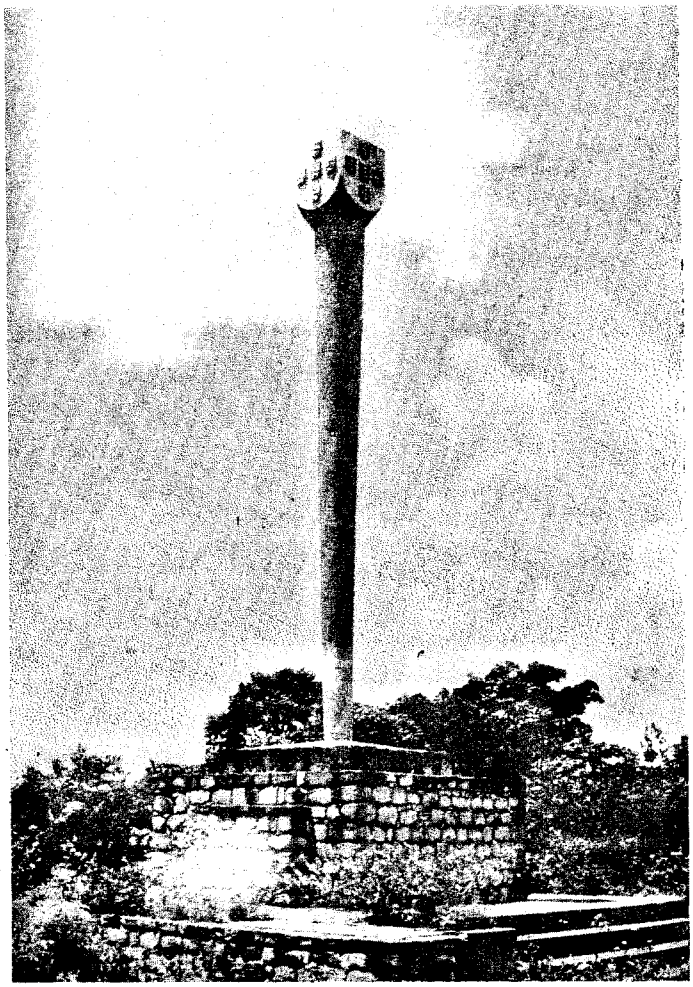
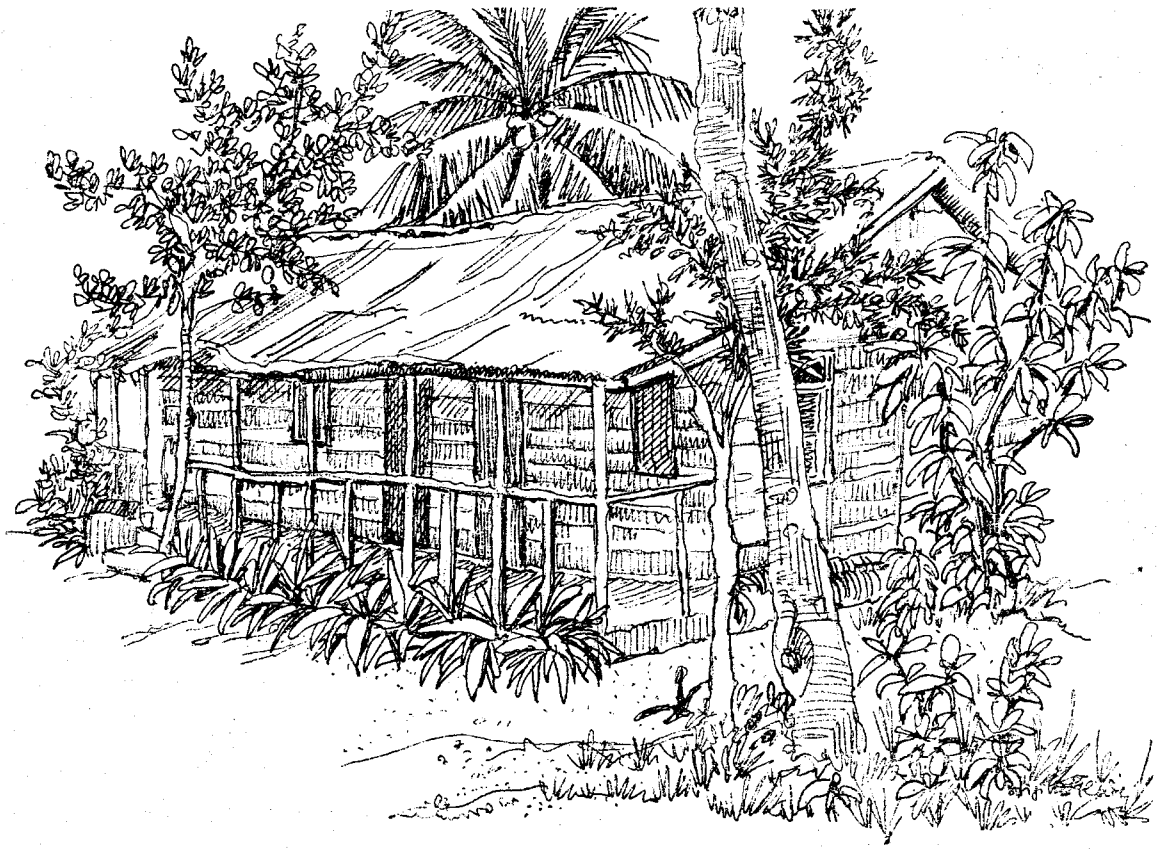


Fig. P 1 — Monumento comemorativo do Tratado de Chinfuma

Fig. P 2 — Uma rua de Lândana



Residência do «Duque de Chiázi»

As insígnias dos Franques

1 — Três «*Zimpungi*» — defesas de elefante tornadas instrumentos musicais.

2 — Quatro «*Bimpaba*». Só na família Jack encontramos igual número. Mas se juntarmos a estas quatro a que se vê na posse do Kapita de Kaio-Kaliado e onde está gravado o nome de «Bonzola Franque», teríamos cinco, pelo menos, nos Franques.

O número de «Bimpaba» pode bem estar relacionado não sòmente com a dignidade das pessoas mas também com a sua maior ou menor ligação em negócios com os europeus.

Em uma destas «Bimpaba» dos Franques está gravado o nome de MAFFUCA FRANQUE COKELOO (deveria ter sido gravado COCOLO).

Numa outra, sòmente as iniciais M. B. (Manuel Baptista?)

Há um Manuel Baptista Franque no tratado de Simulambuco.

3 — Uma bengala com castão de prata, bem trabalhado, e onde ainda hoje se pode ler perfeitamente, no topo do castão: Domingos.

Muitas vezes vimos nós o «Duque de Chiázi» com esta bengala. Deveria ter sido de Domingos José Franque.

4 — Uma espécie de guizo, em prata, do formato de uma pequena cabaça em que a parte correspondente ao bocal termina numa mão fechada (*nkome*), em sinal de força e energia.

Nkome kakinda:
Teka vútula mbusa.

(Para se dar) um murro forte:
É preciso recuar a mão atrás (para ganhar balanço).

Ainda se encontra gravado o seguinte:

a) PRINCE
CAPITA MANITATI
FRANQUE

b) Do lado contrário a esta inscrição, tem gravado o sol (bem resplandecente) e a lua (em ponto muito menor). Isto para significar: *Ngonda podi vioka ntangu ko* — A lua não pode passar à frente do sol. A mulher é menos que o homem; os súbditos, menos do que o chefe, o rei.

c) Na parte superior, já junto ao suposto bocal e «nkome», lê-se a proveniência deste objecto: ELKINOTON & C. Liverpool.

Teria sido oferta desta firma aos Franques ou encomenda destes?

d) Em toda a volta, na parte inferior, gravada a representação da trepadeira «Kilamba.»

Kilamba kikambua lisina: Nzambi ka sa kivanga ko.
«Kilamba» a que falta raiz: Deus não a fez.

O que Deus faz, fá-lo bem feito.

5 — Possuem ainda uma estatueta, também em boa prata antiga, a que chamam o «Tata Mikono.»
É a representação de um homem, que simboliza o rei, levando aos ombros dois de seus filhos.

Sempre temos visto o «Tata Mikono» com a representação de um filho só.

Tata, tala Mikono:
Ngeie v'ivembo liami ukele.

Pai, olha a planície de «Mikono»:
Tu estás no meu ombro.

O filho tudo deve ao pai, como o súbdito ao chefe, ao rei.

6 — Uma salva, igualmente de prata antiga e bastante pesada.

No túmulo do Duque de Chiázi, recentemente construído — em 1970 — pelo artista João Baptista Franque (que aprendeu na Missão Católica de Cabinda), vê-se uma estátua em cimento, representando o defunto (bastante parecido, não haja dúvida) de ceptro e globo

nas mãos, significando realeza, de «Nzita» na cabeça e de «Kinzemba» pelos ombros, insígnias reais dos Bakongo e Bauoio.

Do lado direito nota-se o «Tata Mikono» e, do esquerdo, a cabeça de uma pessoa representando o antepassado donde proviera!

Nunca se soube, e cremos que jamais se saberá, como e quando é que o dito Duque de Chiázi começou a intitular-se assim. (Cf. F.g. P 9, P 10, C 7, C 8)

MANUEL ANTÓNIO DA SILVA

O seu nome aparece muito apagadamente entre os que «estavam presentes» à assinatura do Tratado de Simulambuco.

Mas Serpa Pimentel, que muito bem o conheceu e que para Cabinda foi, como Delegado do Governo logo após o tratado, 1885, no seu «*Um Ano no Congo*» — trabalho iniciado nos princípios de 1897 e dado por terminado a 16 de Janeiro de 1899 — escreve a seu respeito e em seu abono o seguinte:

«Os protectorados de Cabinda não se teriam levado a efeito.....se não fôra o valiosíssimo e desinteressado auxílio do prestante cidadão Manuel António da Silva»... [26]

O terreno, onde se encontram instaladas as Missões Católicas Masculina e Feminina e os pavilhões do Pequeno Seminário, era propriedade de Manuel António da Silva que o vendeu à Missão Católica Masculina.

Por causa das novas fronteiras entre o Enclave de Cabinda e o então Estado Independente do Congo — este só aceitava missionários belgas — o pessoal da nossa missão de Boma veio para Cabinda, onde chegou a bordo do «*Souverain*», em 5 de Outubro de 1891.

A 28 de Outubro de 1891, conforme se lê numa crónica, cumpridas todas as formalidades, o pessoal da nova missão, ia habitar a pequena vivenda do antigo proprietário, que apenas tinha três quartos, de quatro metros cada um. [27]

---

[26] Serpa Pimentel, op. cit., in «**Portugal em África**» ano 1899, em nota da pág. 249.

[27] «**Portugal em África**», 1.ª Série, ano 1899, págs. 498 e segs.

CAPÍTULO II

A MISSIONAÇÃO EM TERRAS DE LOANGO, CACONGO E NGOIO

Frei Bernardino Húngaro, assim chamado por ser da Hungria, parece ter sido o primeiro missionário a tentar a evangelização das terras ao norte do Zaire, especialmente o Loango. [1]

Desembarcou no Sonho (ou Soio, Pinda) em 1645 com a primeira missão de capuchinhos. (a 25 de Maio) [2]

Rezam as crónicas que Bernardino Húngaro tratou no convento do Sonho um viajante português. Quando regressou ao Loango, onde tinha comércio, este português elogiou muito a Frei Bernardino Húngaro na corte daquele reino.

O rei do Loango enviou então dois de seus filhos para o Sonho para serem instruídos e educados por Frei Bernardino Húngaro.

Os filhos, de regresso ao reino, fazem com que seu pai chame para lá a Frei Bernardino. Escreve o rei do Loango ao Governador de Angola, certamente André Vidal de Negreiros (de 1660 a 1666) que, por sua vez, intercede junto do superior dos capuchinhos no Sonho (também Songo) e consegue o que o rei do Loango pretende: a ida de Bernardino Húngaro. [3]

Em 1663 Frei Bernardino Húngaro está no Loango tendo, segundo outras narrações, passado por Malembo e Cacongo. [4]

Foi muito activa a sua evangelização e parece que muito frutuosa, pelo menos aparentemente. Em pouco tempo instruiu o rei e a rainha nas verdades da fé, e baptizou-os e casou-os. Baptizou ainda o filho mais velho do rei (pode depreender-se ter ele já baptizado no Songo os outros dois filhos que para lá haviam ido) e mais umas trezentas pessoas ligadas à corte. No espaço de um ano (lê-se em Prévost) teria baptizado umas 12.000 almas.

Mas viveu pouco. O muito trabalho arrasou-o por completo.

Adoece. O Irmão Leonardo, que havia sido chamado para o socorrer na doença, chegou para o ver expirar a 18 de Junho de 1664.

---

[1] A. Prevost, op. cit., no Cap. I, Vol. VI, em nota da pág. 382 — Eduardo dos Santos, op. cit., pág. 96.

[2] Martins dos Santos, **«História do Ensino em Angola»**, Edição dos Serviços de Educação, Angola, 1970, pág. 44.

[3] A. Prevost, op. cit., Vol. VI, pág. 382.

[4] Eduardo dos Santos, op. cit., pág. 96.

O rei incumbe a este Irmão o ir pedir a seu superior um outro sacerdote para continuar a obra do Padre Bernardino Húngaro.

Enquanto vai o Irmão ao Sonho, um príncipe de sangue real, ajudado por cristãos apóstatas, tira ao rei a vida e a coroa.

O usurpador pouco viveu. «Nos princípios de 1665, um dos filhos conseguiu reunir partidários e destroçar o chefe dos rebeldes que tinha tomado o Poder. Uma vez no trono, favoreceu a evangelização cristã no seu reino». [5]

Por falta de obreiros, o reino acabou por voltar à idolatria.

Tomás de Sestola e André de Buti, capuchinhos, teriam passado por Cabinda em circunstâncias muito especiais, em 1673. Perseguidos e maltratados no Sonho, foram amarrados com os seus cordões de capuchinhos e arrastados de rosto em terra até às margens do Zaire. Recolhidos e levados por pescadores nativos, atravessando o Zaire, até Bomangoio, são recebidos por um negro humanitário que os faz seguir de tipoia para Cabinda. De Cabinda teriam tomado barco para a Europa. Não se vê mencionada qualquer actividade destes missionários em Cabinda. [6]

Que ligação pode existir entre o que fica dito e o que, em seu estudo sobre Lândana, escreve P. J. Troesch? «Em 1673 uns frades recoletos belgas vão de Luango a Pinda, (Santo António). Em Malembo encontram um convento (antigo, desabitado) dos capuchos.»

Bem curiosa a data, 1673, que coincide perfeitamente. Mas o mais (Malembo, convento de capuchos...)?

Por 1684/85 o capuchinho Jerónimo de Merolla de Sorrento adoece gravemente na Missão do Sonho, onde se encontra desde meados de 1683.

Recebe nessa altura um enviado do rei de Cacongo, com uma carta deste, mostrando a disposição de abraçar a fé cristã. Segundo a narração de Merolla, o rei de Cacongo estaria casado com uma irmã do Conde de Sonho, que lha havia concedido com a condição de abraçar o cristianismo. Devido à doença, Merolla não pode, de momento, ir ao encontro dos desejos do rei de Cacongo. Mas, desde já e enquanto não vai, pede duas coisas:

1.° — Que ordene ao governador da ilha de Kairacacongo, no meio do Zaire, para que lá seja implantada uma cruz.

2.° — Escolher em seus estados um terreno onde se possa levantar uma igreja.

O rei teria acedido.

Entretanto, um missionário chegado de Luanda, e cujo nome não se dá nas crónicas, sai com destino a Cacongo, já que Merolla continuava doente. Mas na capital de Ngoio fica a saber da morte do rei de Cacongo, do que havia pedido para ser instruído na fé cristã. Desconhecendo as intenções do seu sucessor, regressa ao Sonho.

De passagem por Kairacacongo repara que, de facto, lá se encontrava uma cruz erguida. O governador contudo não quer receber a «*nova religião*» sem saber as intenções e vontade do novo monarca.

Nos começos de 1687 chegam novos missionários ao Sonho e com eles medicamentos. Merolla recupera a saúde e, restabelecido, pensa logo em seguir para Cacongo. Prefere embarcar directamente para Cabinda, fugindo a ciladas, onde chega em fins de 1687.

---

[5] Idem, pág. 97.

[6] A. Prevost, op. cit. Vol. VI, págs. 378/379.

Pouco se demora em Cabinda e Ngoio uma vez que, por comunicação do Mafuka, deve seguir para a corte do Congo onde o rei, que devia ser D. Álvaro IX, e sua mãe, D. Potenciana, muito têm a expôr-lhe e a perguntar-lhe sobre religião e não menos sobre a festa da coroação.

Parece que desde a batalha de Ambuila (29 de Outubro de 1665), em que D. António perdeu a vida, a cabeça, a coroa e o ceptro... não mais teriam sido coroados os reis do Congo.

A coroa e ceptro do rei do Congo entrou nos despojos de guerra. Perdeu-se-lhes o rasto. Nem Luís Lobo da Silva, Governador de Angola de 1688 a 1691, sabia ao certo onde se poderia encontrar sobretudo a coroa. Esta, segundo as crónicas, era oferta da Santa Sé.

Uma Bula de Urbano VIII (papa de 1623 a 1644) permitia que o rei do Congo se fizesse coroar por um missionário capuchinho e segundo o rito romano.

Merolla teria sido pressionado a seguir para o Congo para se tratar de conseguir a coroa, levada para Luanda depois da batalha de Ambuila, e de proceder depois à coroação.

De tudo isto se depreende que a passagem de Merolla por Cabinda e Ngoio foi bastante fugaz. Não parece ter deixado qualquer traço de valor e não consta, tão pouco, que haja ido a Cacongo.

Mas, nas suas narrações, Merolla conta que, alguns anos antes, o rei de Ngoio, tendo recebido o baptismo, havia ameaçado os feiticeiros de suplício, caso não abandonassem essas práticas. Foi o rei perseguido e teve de se refugiar noutra terra onde reinava um seu filho. Este, por medo, acabou por entregar o próprio pai, que morreu às mãos de um carrasco.

Isto aconteceu, como vimos já, a um rei do Loango, por ter estabelecido o Cristianismo em seu reino. Deve haver aqui confusão.Se se encontra fácil prova para a perseguição feita ao rei do Loango, convertido por Frei Bernardino Húngaro, é bem difícil comprovar-se o martírio de um rei do Ngoio.

Merolla deixou Cabinda e Ngoio, a caminho da corte do Congo, a 7 de Março de 1688. [7]

Em 1702 o capuchinho António Zucchelli tenta a evangelização em Cacongo e, depois, em Ngoio. Não encontrando apoio no rei, antes contrariedades, regressa ao Sonho. [8]

Em 1708 o Padre Colombano de Bolonha teria perguntado para Roma se poderia baptizar o rei de Ngoio, pretendente a uma filha do Conde de Soio, que eram cristãos, mas acrescentava que o rei do Ngoio se negava a deixar de vender escravos cristãos aos ingleses. Roma não concede a autorização para o baptismo.

Serve isto para provar, pelo menos, que já em 1708, havia cristãos no reino de Ngoio. Eram Bauoio ou seriam, como se encontram referências a isso, cristãos vindos do Soio (Sonho, Songo, Pinda)?

De 1766, 10 de Setembro, a 30 de Dezembro de 1775 há três tentativas de missionação do reino de Loango e depois do de Cacongo. [9]

1.ª Tentativa

A 10 de Setembro de 1766 chegam ao Loango os Padres Belgarde, Astelet de Clais e Sibire.

---

[7] Idem, pág. 181 e seg.

[8] Eduardo dos Santos, op. cit., pág. 97.

[9] J. Cuvelier, «**Documents sur une mission française ao Kakongo** (1766-1776), Bruxelles, Institut Royal Colonial Belge, 1953.

Em Março de 1767, morre o P. Astelet.

Em Março de 1768, doentes, deixam o Loango os Padres Belgarde e Sibire e tomam o caminho da América.

2.ª Tentativa

Em Agosto de 1768, desembarcam em Cabinda os Padres Descourvières e Joli. A 25 de Setembro vão para o Malembo e instalam-se, provisòriamente, na aldeia de um preto cristão, aldeia de Musorango, — a umas três ou quatro léguas do Malembo.

Em 23 de Fevereiro de 1769, fixam-se em Kinguele (outros dizem Kiengele), capital do Cacongo.

Em Janeiro de 1770, o P. Descourvières, doente, embarca para a Europa. O P. Joli, que ficou só, acaba por regressar também.

O P. Herbert, que a 14 de Abril de 1770 toma o caminho da Missão para vir fazer companhia e ajudar o P. Joli, não encontrando ninguém em Cacongo, volta à França.

3.ª Tentativa

A 7 de Março de 1773, seis padres e seis leigos embarcam com destino a Cacongo. Entre eles vem o P. Belgarde que já em Setembro de 1766 tinha estado no Loango.

A 28 de Junho de 1773 descem na costa de lomba, ao norte do Loango. Em Julho tomam o caminho de Cacongo. Em fins de Julho ou começo de Agosto já estão no porto do Malembo. Morre ali o Padre Racine, da diocese de Besençon, e um leigo.

A 18 de Setembro de 1773 vão fixar-se em Kilonga, perto da lagoa (da Kilunga) que fica junto ao actual Sasa-Nzau.

A vista que dali se disfruta, diz num relatório o P. Descourvières, é agradabilíssima. O lugar é bem situado, numa pequena elevação, a uns três tiros de espingarda de Kilonga. Estão a trezentos ou quatrocentos passos de um lago que tem boa água e que lhes fornecerá excelentes peixes se tiverem pescador.

Encontraram cristãos Basolongo ao sul de Cacongo. Foram sempre muito bem recebidos.

Em Dezembro de 1774 chegam mais seis missionários, quatro padres e dois leigos.

Nesta terceira tentativa vieram, ao todo, dez padres e oito leigos. Foram adoecendo, foram morrendo e outros regressam à Europa para salvar a vida.

Em Kilonga morrem dois irmãos leigos: um, a 29 de Novembro e, o outro, a 7 de Dezembro de 1773, portanto quatro missionários desde Agosto (o P. Racine e um leigo que morrem no Malembo) a 7 de Dezembro do mesmo ano (em cinco meses).

Em Junho de 1775 restam em Kilonga 5 padres e um leigo. E todos vêm a cair doentes. Deixam então o Cacongo, de regresso à Europa, em 30 de Dezembro de 1775.

O P. Descourvières, já no fim de sua estadia em Cacongo, escreve: «Os reis protegem-nos e especialmente o de Cacongo, no território do qual nos fixamos; os príncipes e ministros favorecem-nos e o povo nos estima.»

É com imensa pena e sòmente forçados pela doença, depois de se dedicarem com afinco à aprendizagem da língua nativa ao mesmo tempo que à evangelização, que deixam as terras de Cacongo após estas tentativas.

(Cf. «**Documents sur Mission Française à Kakongo**, 1766-1776», par Mgr Cuvelier)

Desde 30 de Dezembro de 1775 a 30 de Maio de 1870 (95 anos depois) não consta ter aparecido, salvo certamente os padres capelães da nossa armada e muito de corrida, qualquer missionário por estas paragens.

Infelizmente parece que nem vestígios se encontram da Missão francesa e nem se sabe, ao certo, onde foram sepultados os missionários falecidos na região do Malembo e Kilonga.

Da que eu chamo primeira tentativa de missionação — e não se me leve a mal e veja-se no que segue a razão desta denominação — pelos Padres da Congregação do Espírito Santo, começada em 14 de Março de 1866 com a chegada ao Ambriz dos Padres Espitallié e Poussot e do auxiliar Estêvão Billon, desses missionários nenhum venceu os rigores do clima.

Billon falece ainda no Ambriz a 25 de Setembro de 1866.

O P. Poussot, por doença, regressa à Europa e é substituído pelo P. Fulgêncio Lapeyre.

Em Luanda, para onde haviam seguido, a 28 de Março de 1869 falece o P. Espitallié e, a 18 de Janeiro de 1870, o P. Lapeyre.

A 7 de Dezembro de 1869 chegaram a Luanda os Padres Carrie e Dhyèvre. Assistem aos últimos dias e momentos do P. Lapeyre. A morte de seus confrades junto a uma série de contrariedades não são causas de grande animação, não. É certo que não foram poucas, e de toda a ordem, as dificuldades que tiveram de suportar os primeiros missionários do Espírito Santo. Mas temos de concordar também que lhes faltou, possìvelmente, algum tacto, certo brio, prudência, coragem e humildade evangélicas para aguentarem essas dificuldades e sobretudo muitas incompreensões dos homens desse tempo. *

Por outro lado, talvez tenham exorbitado um pouco. Deviam ter tomado sòmente conta dos territórios da Antiga Prefeitura do Congo — o que lhes fora entregue pela Sagrada Congregação da Propaganda da Fé pelo Decreto«Saeculo XV labente», de 6 de Setembro de 1865, com todos os deveres e direitos que tinham sido concedidos aos Capuchinhos pelo Papa Urbano VIII, em 1640, mas que deviam ser regidos pelas mesmas instruções da Propaganda da Fé, de 14 de Janeiro de 1726 (instruções que visavam, de um modo especial, salvaguardar a jurisdição total do Bispo de Luanda, portanto dentro dos direitos do Padroado Português) — territórios esses que iam, no máximo, até ao Ambriz e não para sul dessa vila e, de forma alguma, até Luanda.

Mas há males que chegam a dar em bens.

Num navio à vela, pertença de um tal Senhor Laborde, os Padres Carrie e Dhyèvre deixaram Luanda a 18 de Maio de 1870 e chegam a Lândana a 30 desse mesmo mês e ano. Estiveram na foz do Zaire e em Banana. Visitaram Cabinda, Malembo, Chinchoxo, Ponta Negra e Loango.

Depois desta exploração de estudo para a fundação de uma futura Missão em terras de Cacongo — que erradamente, mas admitamos, por ora, de muito boa fé, julgam ser terras francesas — regressam à França passando pelo Gabão.

Em 12 de Novembro de 1871 o P. Carrie está novamente de volta a Lândana, depois de ter passado por Lisboa onde visitou os filhos do Barão Puna (havia estado com o Barão no ano anterior, em Cabinda), que frequentavam a Escola Académica.

Vai novamente a Banana, visita a Porta da Lenha, Boma e Pinda.

Manda um relatório à Casa Mãe, em Paris, que a todos satisfaz e em que indica Lândana como o melhor local para a fundação de uma Missão.

---

* Consultem-se para confirmação disto as notas bem curiosas e elucidativas de A. Brásio em **«Spiritana Monumenta Histórica-Angola»**, II Vol.).

No Boletim da Congregação do Espírito Santo, com data de 25 de Julho de 1873, se insere a fundação da Missão de S. Tiago de Lândana.

No próprio dia 25 de Julho de 1873, o P. Duparquet e o Irmão Fortunato seguem para Liverpool onde tomam o barco que os levaria à nova Missão. Chegam à Ponta Negra a 8 de Setembro de 1873. O P. Carrie aí os esperava. A 15 de Setembro, sete dias depois, já encontramos o P. Duparquet numa exploração pelo rio Chiloango. Tinha vindo por terra da Ponta Negra para Lândana. *

Foi pois com a fundação da Missão de Lândana — oficialmente a 25 de Julho de 1873 — que a Congregação do Espírito Santo se instalou definitivamente em Angola. Novo e crescente incremento é dado às Missões, não só no Enclave de Cabinda mas em boa parte de Angola. Durante uns bons 60 anos a evangelização de toda a Província, salvaguardando o ministério de alguns padres seculares, esteve a cargo da Congregação do Espírito Santo.

No Enclave de Cabinda fundaram-se as seguintes Missões:

LÂNDANA — 25 de Julho de 1873.
Boma — 1876.
Nemlau — 1885
Luáli — 1890. Teve de ser fechada por causa da insalubridade da região e clima, que causou vítimas em pouco tempo.

Depois da Conferência de Berlim — 1885 — com a demarcação do Estado Independente do Congo, hoje República do Zaire, encerram-se as Missões de Boma e Nemlau, sucursais da de Lândana. No Estado Independente do Congo não queriam missões nem missionários que não fossem belgas.

O pessoal da Missão de Boma, bem como os materiais, vêm para a Missão de Cabinda. Chegam a bordo do «Souverain» em 5 de Outubro de 1891. Instalaram-se na pequena casa do antigo proprietário — Manuel António da Silva — a quem haviam comprado os móveis, casa e terreno (uns 240 hectares por umas 200 libras), a 28 desse mesmo mês e ano.

A data oficial da Missão de Cabinda é a de 8 de Dezembro de 1891.

Lukula — Zenze, 16 de Janeiro de 1893.
Matembo — Belize, 13 de Junho de 1922.

As Irmãs de S. José de Cluny fundam também as Missões femininas de Lândana e Cabinda.

Em Lândana, a 1 de Fevereiro de 1883.
Em Cabinda, 27 de Janeiro de 1893.

Como compreender e interpretar certas atitudes do Padre Carrie, e também do P. Augouard, quanto a julgar-se em terras francesas e não pertença de Portugal?

Ao largarem de Luanda, a 18 de Maio de 1870, teria sido intenção do P. Carrie e do P. Dhyèvre deixarem terras de Portugal?

---

* Os terrenos da Missão de Lândana foram comprados a 19 de Setembro de 1873 ao Peça Matenda.
«A 1 de Novembro de 1873 a casa comercial Pinto & Faro, Lândana, vende uma casa à Missão de Lândana por 250 libras esterlinas, pagáveis em Lisboa a 1 de Fevereiro de 1874, ao Sr. Juhel, director de barcos franceses, Largo do Pelourinho, 19-1.. Andar.»
(Cf. A. Brásio — **«Spiritana Monumenta Histórica — Angola»**, II Vol. pág. 309-311)

«O P. Dhyèvre e Carrie deixaram Luanda a 19 de Março de 1870 para Banana e Lândana, julgando eximir-se às autoridades portuguesas.»

(Cf. A. Brásio — **Sp. M. Hist. — Angola** — Vol. II pág. 156)

E agora, fundando a Missão em Lândana, julgar-se-iam de boa fé em terras não portuguesas e antes francesas? Se assim pensaram bem se enganaram.

Vimos que Ferreira do Amaral acusa dois traidores portugueses e os padres da Missão de Lândana, com o doutor Lucan, de ajudarem Cordier a tomar Loango e Ponta Negra.

Depois de tudo o que expusemos na primeira parte deste trabalho, não era difícil ver e reconhecer o direito que nos assistia sobre as terras do Loango, quanto mais sobre as do reino de Cacongo, de que Lândana fazia parte. Parece que o P. Carrie, dos padres da Missão, era o mais ferrenho e o mais... francês.

O Padre Alves Correia em «*Civilizando Angola e Congo*» escreve: «Não há dúvida que o P. Carrie e P. Augouard se julgavam em campo de labores por Deus e pela França.» [10]

Por isso se nota o seguinte:

— No contrato que a Missão de Lândana faz com o chefe Matenda, eram francesas as testemunhas.

— Quando os portugueses, em 1883, tentam mostrar e provar os direitos que tinhamos sobre aquelas terras, o P. Carrie não aceitou a arbitragem do delegado português, que já devia ser João José Rodrigues Leitão Sobrinho.

Talvez por isso, depois do tratado de Chinfuma, de bordo da corveta «*Rainha de Portugal*» e com a data de 14 de Outubro de 1883, o comandante Guilherme Augusto de Brito Capelo comunica à Missão o facto nos termos seguintes: «Tendo sido negociado um tratado entre Portugal e os chefes indígenas, pelo qual é solenemente reconhecida a Soberania e Protectorado de Portugal, sobre os povos que habitam os territórios que do «Malembo» se estendem até ao rio «Massabe», tratado este que foi firmado na grande reunião dos príncipes e cavalheiros, que teve lugar no dia 29 de Setembro próximo passado, cumpro agora o dever, como Delegado do Governo Português, de enviar a V. Ex.cia a cópia autêntica do referido tratado, a fim de que V. Ex.cia dele tomando conhecimento, possa ficar ao facto das circuntâncias que do mesmo se derivam, e cujas vantagens tanto para os Europeus como para os indígenas, regulando as relações entre uns e outros, V. Ex.cia decerto avaliará, com a sua elevada inteligência e conhecimento prático do país e seus habitantes.» [11]

Já em 15 de Setembro de 1879, quatro anos antes, o Secretário Geral do Governo de Angola havia visitado a Missão de Lândana, e o P. Carrie era Sub-Prefeito Apostólico desde 1876, honra, afirmam, que encheu de satisfação os missionários.

O P. Rooney, ao falar desses tempos da fundação da Missão de Lândana, frisa bem a presença da bandeira das quinas «*prova irrecusável do poder que Portugal lá exercia em séculos passados e das simpatias de que gozava*». Lembra que os discursos eram reproduzidos pelos intérpretes em português «*por ser este o idioma das relações judiciárias.*»

«Por toda a parte, continua o P. Rooney, encontravam os nossos padres profundos vestígios da civilização portuguesa: vestígios que se deparam em toda a costa d'África, e nas grandes estradas de comunicação através do continente negro.» [12]

---

[10] P. J. Alves Correia, «**Civilizando Angola e Congo**».

[11] A. Brásio, op. e vol. cit., pág. 247.

[12] J. C. J. Rooney, «**As Missões do Congo e Angola**» in «**Portugal em África**», 1.ª Série, ano 1900, pág. 439.

Que mais seria preciso dizer sobre a nossa presença e direitos sobre Lândana e os mais territórios ao norte do Zaire perante estas afirmações de um padre estrangeiro? Como interpretar pois as atitudes do P. Carrie coadjuvadas pelo P. Augouard?

Mas as resoluções tomadas pelas populações da Massabi, Lândana e depois Cabinda e a resolução da Conferência de Berlim veio pôr fim a todas as intenções e pretensões.

«Em 1885, escreve o P. Alves Correia, caía sobre os missionários do Loango o duche frio do tratado de Berlim: Lândana era portuguesa, porque encravava no enclave de Cabinda. Doravante deviam ter sentido o P. Carrie e os seus colegas que não eram os missionários desejáveis naquelas partes: que os deveriam substituir colegas de todo novos e sem ligações com a Missão do Loango, que continuava francesa.» [13]

Mas mais, muito mais interessante e até muito mais convincente para quem desejar, leal e honestamente, ver e sentir até que ponto a presença de Portugal se impunha e marcava naquelas terras, mesmo do Loango, e como uma das provas mais irrefutáveis, basta o seguinte:

1 — A tipografia da Missão do Loango (tipografia que de Lândana foi levada pala lá pelo P. Carrie) editou, em 1890, a «*Grammaire de La Langue Fiote-Dialecte du Kakongo*» sendo seu autor Mons. Carrie.

2 — Em 1902, a mesma tipografia do Loango imprimiu «*Le Dictionnaire Vili Français*» do P. Marichelle, C. S. Sp.

3 — Em 1907, na mesma tipografia, o P. Marichelle manda imprimir «*Methode Pratique pour l'étude du Dialecte Vili*»

4 — Em 1919, ainda na tipografia do Loango, é impresso o «*Livret Congolais-Vocabulaire et Premiers Exercices Vili-Français*»

5 — Em 1929, os PP. de Scheut em Turnhaut (Belgique) imprimem «*Premiers Elements de Français — Malong Mat'ete Ma Kifaranse*» da autoria do Fr. Mertens.

Ora, estes dialectos Fiote, Vili, Kikongo, Kioio, etc. etc., são irmãos e com não mui grandes diferenças entre si. Falam-se no Enclave de Cabinda, no Congo Brazaville e na República do Zaire.

O curioso está em se encontrar em todos esses dialectos muitas dezenas, mesmo muitas centenas, de palavras de origem portuguesa, hoje ainda existentes e correntes mesmo nos povos que adoptaram oficialmente a língua francesa.

E o fenómeno — bem comprovativo da nossa presença e influência de séculos — já se apresentava no tempo de Mons. Carrie.

Basta folhear a gramática dele de 1890...

Como se pode compreender (sobretudo em pessoas que se dedicaram à língua desses povos, sendo uma delas o P. Carrie a quem Guilherme Capelo pôde escrever «com a sua elevada inteligência e conhecimento prático do país e seus habitantes») a existência

---

[13] P. Alves Correia, op. cit..

e assimilação dessas palavras sem a presença longa e constante do povo — no caso o POVO PORTUGUÊS — que consegue introduzir e fazer adoptar termos e formas da sua língua?

Esta é, sem dúvida alguma, uma das provas mais irrefutáveis a favor da nossa presença nos reinos de Loango, Cacongo e Ngoio.

Mas o melhor é passar a dar alguns exemplos desses termos para que se não fique na simples afirmação. São só alguns. Mas podem encontrar-se nos livros que citamos muitíssimos mais.

Para já, vamos a algumas palavras apanhadas, aqui e ali, na «*Grammaire de La langue Fiote-Dialecte du Kakongo*» de Mons. Carrie.

Desejamos fazer notar que não existe o «r» nestes dialectos. É sempre, ou quase sempre, substituído por «l».

Forgeron	*Nfelela*	— Ferreiro
Cuizinier	*Kuzinhelo*	— Cozinheiro
Charpantier	*Mesta*	— Mestre
Anglais	*Ngeleza*	— Inglês
Bourse	*Nsaku*	— Saco
Orange	*Lalangi*	— Laranja
Epingle	*Fineta*	— Alfinete
Ciseaux	*Tuziola*	— Tesoura
Gilet	*Nkuleta*	— Colete
Pantalon	*Kalsa*	— Calça
Pantoufle	*Sinela*	— Chinela(o)
Bottes	*Sapatu*	— Sapato
Allumettes	*Fófolo*	— Fósforo
Montres	*Lolonza*	— Relógio
Banc	*Banku*	— Banco
Chambre	*Kuartu*	— Quarto
Cheval	*Kavalu*	— Cavalo
Plume	*Pena*	— Pena
Docteur	*Dotolo*	— Doutor
Aider	*Zudia*	— Ajudar
Lundi	*Kikunda-felu*	— Segunda-feira
Dimanche	*Lumingo*	— Domingo
Ouvrier	*Moso*	— Moço
Assiette	*Ntalvesa*	— Travessa
Plat long	*Ntalvesa*	— Travessa
Fiebre	*Febla*	— Febre
Pierre	*Petelo*	— Pedro
Paul	*Paulo*	— Paulo
Marie	*Maria*	— Maria
Allemand	*Lumanha*	— Alemanha
France	*Nfalansa*	— França

Não é difícil notar perfeitamente de que língua os naturais adoptaram o termo.

Mais alguns exemplos, mas dos mais chocantes, colhidos nos livros dos outros autores — P. Marichelle, Fr. Mertens — para que nos não fiquem dúvidas.

Soie	*Seda*	— Seda
Table	*Meza*	— Mesa
Saint	*Santu*	— Santo
Samedi	*Sábala*	— Sábado
Riz	*Loso*	— Arroz
Rose	*Losa*	— Rosa
Beurre	*Manteka*	— Manteiga
Potage	*Supa*	— Sopa
Plomb	*Kiumbu*	— Chumbo
Papier	*Papele*	— Papel
Mesure	*Ndida*	— Medida
Tire-bouchon	*Sakaloia*	— Saca-rolhas
Paien	*Pakanu*	— Pagão
Oignon	*Sabola*	— Cebola
Pain	*Limpá*	— Pão
Messe	*Misa*	— Missa
Metre	*Metolo*	— Metro
Mouchoir	*Lileso*	— Lenço
Impermiable	*Kapa*	— Capa
Fil	*Linia*	— Linha
Fenetre	*Nela*	— Janela
Drap	*Lilasola*	— Lençol
Argent.	*Palata*	— Prata
Soulier	*Sapatu*	— Sapato
Tailleur	*Faieta*	— Alfaiate
Tasse	*Kopo*	— Copo
Vin	*Vinio*	— Vinho
Voiture	*Kalu*	— Carro
Hamac	*Kipoio*	— Tipoia
Image	*Fikula*	— Figura
Jesus Christ	*Iezu Klistu*	— Jesus Cristo
Eve	*Eva*	— Eva
Chou	*Kove*	— Couve
Clef	*Nsabi*	— Chave
Ceci	*Aki*	— Aqui
Chapitre	*Capítulo*	— Capítulo
Bapteme	*Batismu*	— Baptismo
Crayon	*Lapi nti*	— Lápis (lápis de pau)
Saint Esprit	*Espírito Santo*	— Espírito Santo
Numéro	*Numelo*	— Númereo
Pagaie	*Lilemo*	— Remo
Purgatif	*Pulugante*	— Purgante
Europe	*Putu. diminuitivo de*	— Portugal
	etc., etc., etc.	

Até a Europa, toda a Europa, só tinha valor para esta gente na medida em que a ligava a Portugal — PUTU — e os brancos de outras nações na medida em que se uniam aos portugueses!

E não era raro ouvir-lhes dizer: «Vem ali um branco, um ngeleza e um nfalansa.» E, para eles, o branco era o português. *

Portanto, como é possível a alguém que faz uma gramática, que sabe a língua de um povo e nessa língua tropeça constantemente com palavras traduzidas de outra língua, como é possível negar a influência, dominação e posse do povo que tal ascendente teve e tem?

Dada a posição tomada, depois do tratado de Berlim o P. Carrie deixa Lândana. Mas não o faz, louvores lhe sejam dados, sem que fique tudo bem organizado. O P. Carrie havia sido tão bom missionário como... bom francês!

Em 1886 toma o caminho da França donde regressa sagrado Vigário Apostólico do Loango.

O julgar-se em território francês (?), foi, pelo menos, um «feliz engano». Devido a ele a Congregação do Espírito Santo fixou-se então realmente em terras de Angola.

E a data de 25 de Julho de 1973 (Centenário da Missão de Lândana) exige comemoração condigna. (Cf. Fig. C 9, C 10, C 11)

---

* Mesmo que muito custe e vá contra a opinião de de J. Van Wing S. J. (**Études Bakongo**) que é mais do que verrinoso contra os portugueses (Cf. o. c., pág. 81).

CAPÍTULO III

O ENSINO NO DISTRITO DE CABINDA

Ninguém desconhece que o ensino, especialmente o primário e da língua portuguesa, de começo, o tomaram sempre a seu cargo as Missões Católicas, uma vez instaladas nas terras descobertas e conquistadas para Portugal.

Eram os próprios missionários e seus auxiliares, ou pessoal por eles angariado, quem o administrava. E isto em toda a parte.

Quanto ao ensino em Angola, Martins dos Santos no seu belo trabalho «*História do Ensino em Angola*» — Edição dos Serviços de Educação de Angola, 1970 — ocupa 117 páginas para mostrar e provar, numa síntese perfeita e até, por vezes, entrando bem no pormenor, que de 1482 a 1845 — 363 anos — o ensino, em Angola, esteve a cargo dos missionários. Chama mesmo a essa época a do «*Ensino Missionário*».

Duas datas que se não devem esquecer: 1482, a data como sendo a da descoberta do Zaire por Diogo Cão e da ida dos primeiros missionários que deram início ao ensino, não só do catecismo como o da nossa língua e artes e ofícios (especialmente depois de Rui de Sousa — 1491); e 1845, (14 de Agosto) o ano considerado como ponto de partida para o ensino oficial em Angola com a assinatura de um decreto pelo ministro Joaquim José Falcão. [1]

Mas a oficialização do ensino nunca impediu os missionários de continuarem a leccionar nas suas escolas. Antes pelo contrário.

Nas terras do Enclave o ensino também aparece com as Missões.

E pode bem dizer-se que as primeiras escolas foram as delas.

Reportando-nos só ao século XIX, a primeira Missão, a de Lândana, é fundada oficialmente em 25 de Julho de 1873. Pois, o cuidado dos missionários, logo que conseguem as primeiras instalações, é o de procurar alunos. E até alunos internos. E tendo-os, não descuram a sua educação e ensino.

E bem digno de nota é o facto de, a 20 de Outubro de 1879 — sòmente seis anos depois da fundação — com 15 alunos, abrir um pequeno Seminário em Lândana onde, em anos posteriores, se começa a leccionar também a filosofia e teologia.

---

[1] Martins dos Santos, op. cit., pág. 131.

O primeiro sacerdote vem a ser um mestiço, filho de um francês que trabalhava em Lândana. Foi ordenado a 17 de Dezembro de 1892 e chamava-se Luís Goulert. Faleceu cedo: a 2 de Janeiro de 1895 e jaz sepultado no cemitério de Lândana. [2]

De 1936 a 1947 este Seminário passa a funcionar na Missão Católica do Lukula-Zenze. É da leva de alunos passados de Lândana para o Lukula que saiu o actual Bispo Auxiliar de Luanda, Dom Eduardo André Muaca.

A partir de 1947 este mesmo Seminário tem estado a funcionar ao lado da Missão Católica de Cabinda.

Na Arquidiocese de Luanda, até ao presente, foram as gentes do Distrito de Cabinda quem mais sacerdotes deu à Igreja.

Mas sempre, desde que tivemos missionários portugueses — e até estrangeiros — a par do ensino da moral e religião cristãs se ensinavam os rudimentos da língua pátria e de mais matérias ligadas ao ensino primário.

Os catequistas, considerados muitas vezes e justamente «a menina dos olhos» dos missionários, ao lado do ensino da catequese, foram levados a ensinar nos seus postos, quase sempre as suas próprias aldeias, os rudimentos da língua-mãe usando-se, de começo, a «*Cartilha Maternal*» de João de Deus.

Esses catequistas eram, por princípio, escolhidos de entre os alunos ou ex-alunos dos internatos das Missões. Estavam mais ou menos preparados para esse simples e rudimentar ensino e assim eram o que se tinha de melhor, posto que não a perfeição desejada.

Os dois primeiros professores oficiais, no Enclave de Cabinda, foram irmãos auxiliares: Irmão Gervásio Dantas e Irmão Evaristo Campos, espiritanos. (Cf. Fig. P 11 e P 12)

Com a criação do Distrito do Congo, com sede em Cabinda, depois da Conferência de Berlim em 1885, foi fundada uma paróquia em Cabinda e outra em Lândana. Os respectivos párocos deveriam exercer igualmente o professorado primário. Mas nunca foram nomeados os párocos. Por isso não havia quem exercesse oficialmente o ensino primário.

Em 1885 dentro do actual Enclave só existia ainda a Missão de Lândana. Cabinda veio a ser fundada em 1891 (8 de Dezembro).

Em Lândana, na Missão, era professor o Irmão Gervásio Dantas desde que ali chegou em 1889. Já havia sido professor na Escola Agrícola de Sintra, dos Padres do Espírito Santo.

Para Cabinda, onde chegou a 11 de Junho de 1894, veio o Irmão Evaristo Campos. Encarregou-se logo do ensino escolar. Também havia sido professor na Escola Agrícola de Sintra.

Continuando a não haver pároco em Cabinda e nem em Lândana e, pelo facto mesmo, não havendo professores oficiais, os Irmãos Gervásio e Evaristo, em 17 de Setembro de 1895, são nomeados professores oficiais respectivamente de Lândana e Cabinda.

Só em 1922 veio a ser criada, em Cabinda, uma escola municipal. Nessa altura o Irmão Evaristo deixa o ensino oficial mas continua a leccionar na Missão até 1942. [3]

O Irmão Gervásio, tendo também deixado o ensino oficial, continua, até 1936, a ensinar na Missão e no Seminário.

Estes valentes obreiros da causa de Deus e da Pátria, a quem Lândana e Cabinda tanto devem, faleceram:

— Irmão Gervásio Dantas, a 28 de Maio de 1949, com 80 anos de idade e 60 de Enclave;

---

[2] P. Cândido Ferreira da Costa, **«Cem Anos dos Missionários do Espírito Santo em Angola»**, 1886--1966, Nova Lisboa, 1970, pág. 75.

[3] P. José Rocha Ferreira, citado em **«Cem Anos dos Missionários do Espírito Santo em Angola»**, pág. 55.

— Irmão Evaristo Campos, a 23 de Novembro de 1970, com 98 anos de idade e 75 de Cabinda.

Mas também se ensinavam nas Missões artes e ofícios.

Os melhores carpinteiros, pedreiros, trolhas, etc., etc., eram os saídos das Missões. Os pedreiros que aprenderam e ajudaram o Irmão Ludwig (alemão) a construir as Igrejas do Lukula e de Cabinda e outras obras, a si mesmos se apelidavam — e eu o ouvi várias vezes —, por terem tido tal mestre, «*pedreiros de primeira*.»

Bons mecânicos (aprendizes do saudoso Irmão Cosme, também alemão), tipógrafos e encadernadores só na Missão de Lândana, durante longos períodos, se encontravam.

Até os bons criados para mesa os europeus os escolhiam entre os ex-alunos das Missões.

A melhor recomendação que um nativo podia fazer de si mesmo e de suas possibilidades e qualidades de trabalho era dizer que esteve, que foi aluno, que aprendeu na Missão.

A este respeito é bem sugestiva a inscrição que se pode ler no artístico túmulo do dito rei Makongo, à entrada da aldeia de Bumelambuto:

«FEITO POR JOÃO BAPTISTA FRANQUE DO CAIO APRENDEU NA MISSÃO CATÓLICA DE CABINDA» (Cf. Fig. P 13)

Criada uma ou outra escola primária nos meios de maior população, v. g. Cabinda, Lândana, Buku-Nzau — até algumas em empresas particulares como a Companhia de Cabinda, Forte Faria & Irmão, Lda. — o ensino nunca diminuiu nas escolas das Missões, escolas masculinas e femininas.

A par das Missões masculinas dos Padres do Espírito Santo é justo lembrar as das Irmãs de S. José de Cluny, em Lândana e Cabinda, que com o mesmo ardor de sempre dispensam a suas alunas internas e externas o ensino da catequese, ensino escolar e de labores.

Mas o actual panorama do ensino no Enclave de Cabinda é verdadeiramente surpreendente. Todo o ensino está oficializado, mesmo o das Missões.

Os dados e alguns números que vamos apresentar, e que são oficiais, dispensam todos os comentários.

No Ensino Primário:

Escolas Primárias	13
Postos de Ensino	167
Professores e outros Agentes de Ensino	422
Alunos matriculados no ano escolar 1970/71	14.026

Só o ensino escolar primário custa ao Estado, em Cabinda, mensalmente o melhor de 1.400 a 1.500 contos.

Outros estabelecimentos de ensino:

Liceu Nacional Guilherme Capelo (Cabinda)
Escola Industrial e Comercial Silvério Marques (Cabinda)
Escola Preparatória Barão Puna (Cabinda)
Escola de Professores de Posto João Tiroa (Cabinda)

Escoda Elementar Profissional de Artes e Ofícios Américo Mendóça Frazão (Cabinda)
Escola Elementar Profissional de Artes e Ofícios António Fernandes Junior (Buku-Nzau)
Escola Elementar Profissional de Artes e Ofícios D. Maria Helena Tiroa (Beira-a-Nova)
Escola Elementar Profissional de Artes e Ofícios do Nkuto.

Juntar a tudo isto o belo, magnífico Lar do Estudante de Cabinda.

Proporcionalmente não se deve encontrar em parte alguma da Província maior surto no ensino! Não se trata só de edifícios, mas de edifícios repletos de alunos.

Todo este incremento e impulso dado ao ensino em Cabinda (e em toda a Angola), é justíssimo afirmar-se, deve-se ao Secretário Provincial de Educação de Angola — actualmente Inspector Superior de Educação do Ultramar — Ex.mo Senhor Doutor José Pinheiro da Silva.

Este surto, na verdade, deu-se em toda a Angola. E mais se fez ou se pôde fazer nestes últimos anos do que, digamos sem ofensa para ninguém, em muitíssimos anos anteriores.

Se as terras de Cabinda puderam beneficiar, possìvelmente, um pouco mais do que outras, não se pode atribuir sòmente ao facto do Senhor Doutor José Pinheiro da Silva ser um digno filho das sonhadoras terras de Cabinda. Não. É que Cabinda é uma terra à parte.

As gentes de Cabinda são gentes diferentes e com uma capacidade receptiva dificilmente igualada por outros povos africanos.

Estes três primeiros capítulos, com assuntos de carácter histórico, foram vistos e corrigidos pelo Senhor Padre António Brásio.

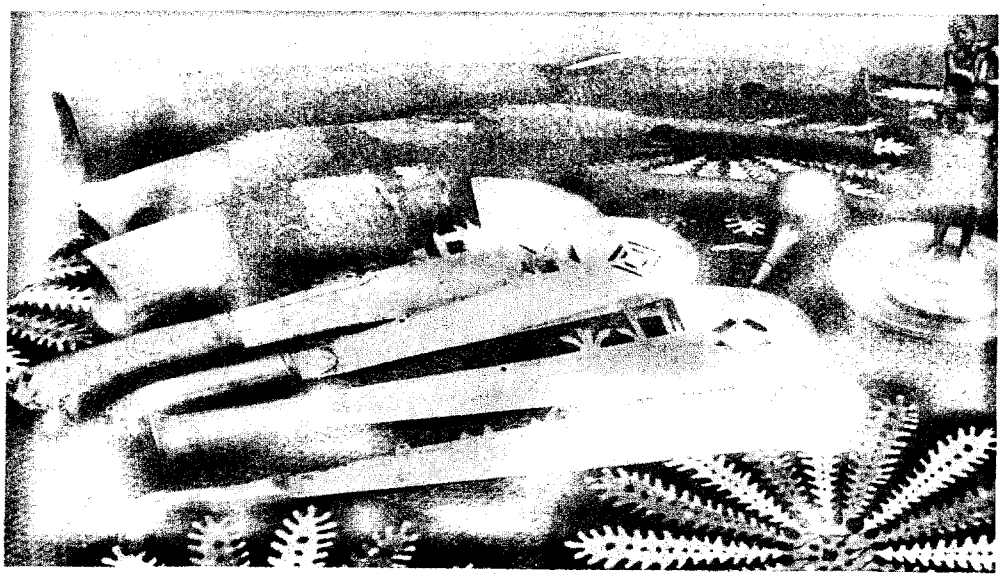


Fig. P 9 — As **Bimpaba, Zimpungi** e outras insígnias dos Franques

Fig. P 10 — O **Tata-Mikono** dos Franques

Fig. P 8 — O **Mbuku-Mbuádi,** cemitério dos Punas

Fig. P 11 — Irmão Gervásio Dantas, 1.º Prof. oficial de Lândana

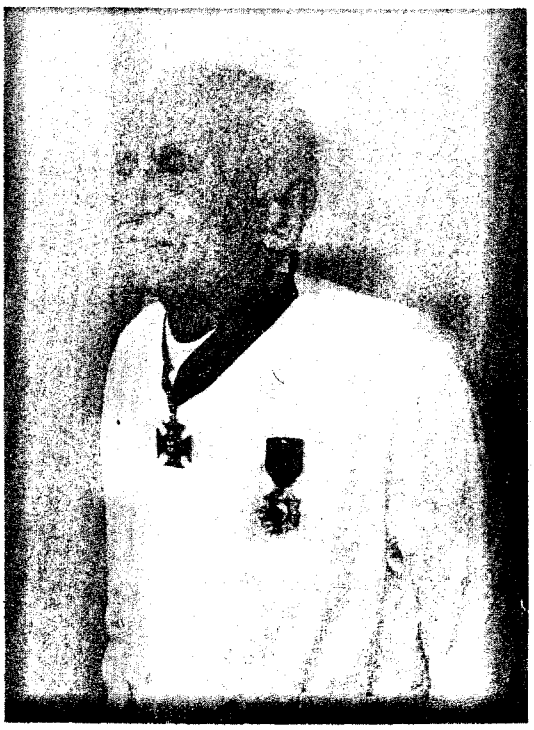


Fig. P 12 — Irmão Evaristo Campos, 1.º Prof. oficial de Cabinda

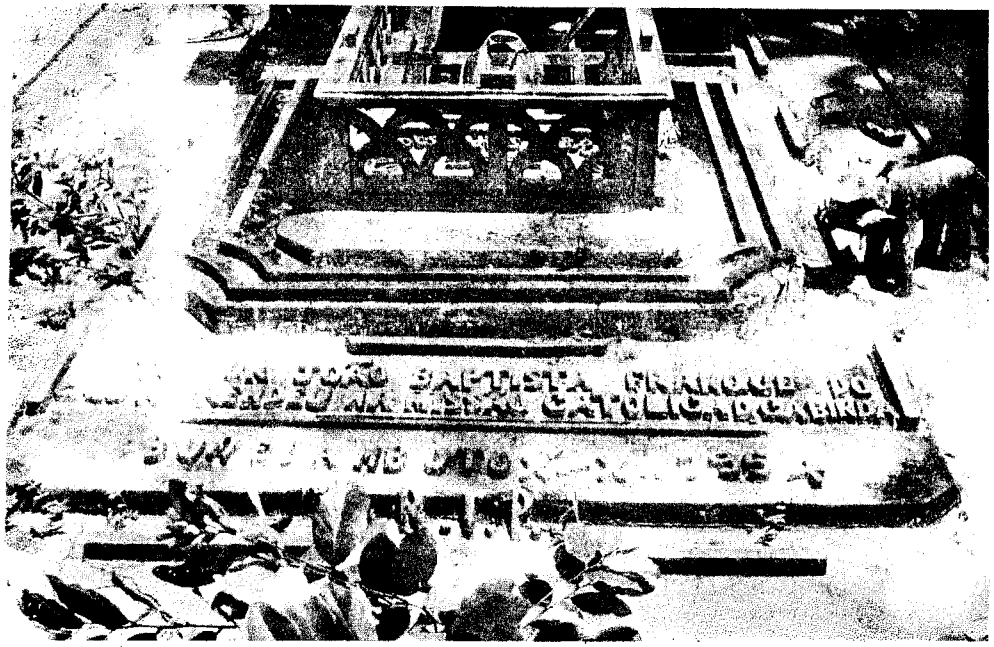
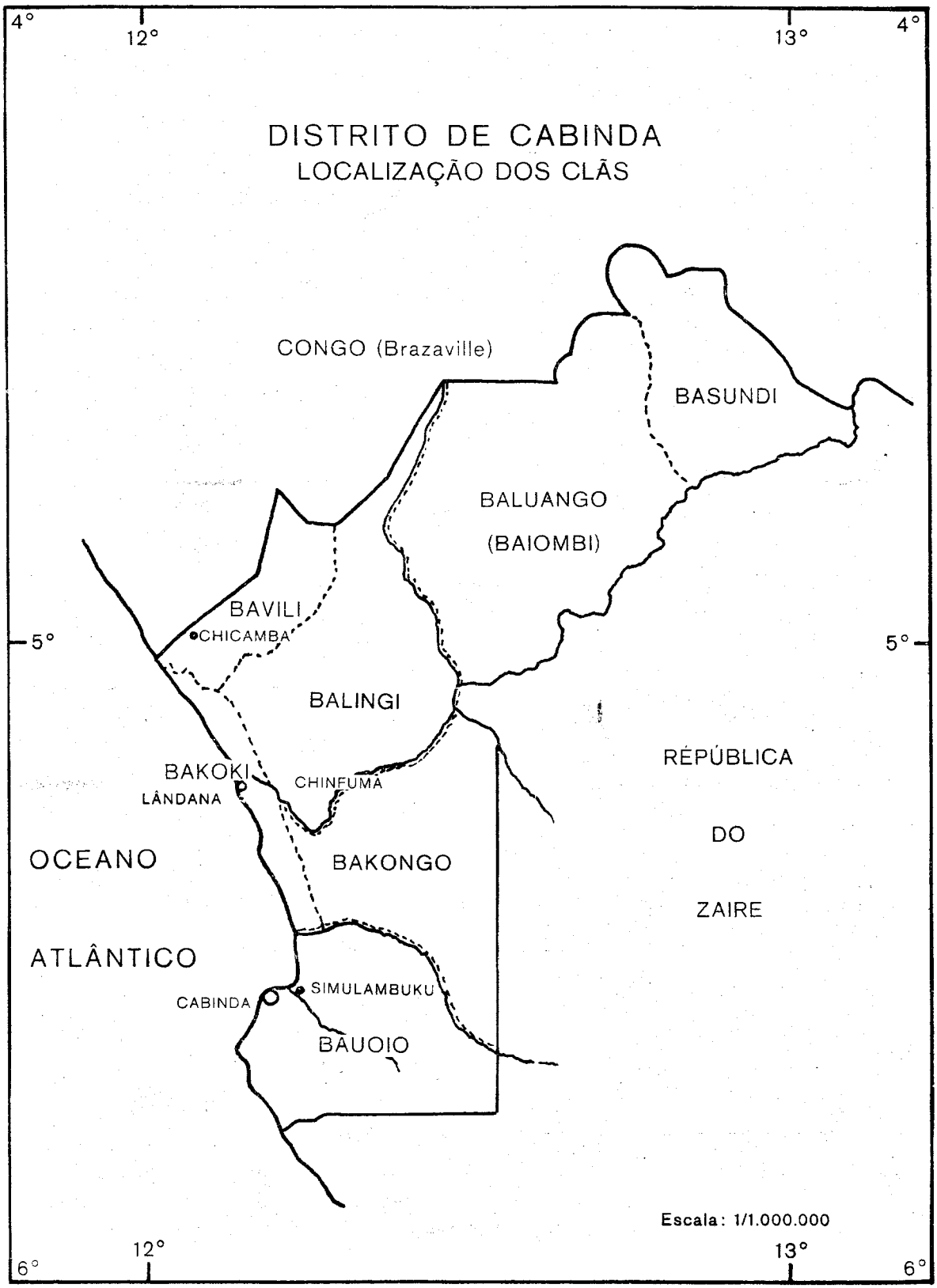


Fig. P 13 — Pormenor do túmulo de um **Makongo** com os dizeres: FEITO POR JOÃO BAPTISTA FRANQUE DO CAIO APRENDEU NA MISSÃO CATÓLICA DE CABINDA


4°
12°
13°
4°
DISTRITO DE CABINDA
LOCALIZAÇÃO DOS CLÃS
CONGO (Brazaville)
BASUNDI
BALUANGO
(BAIOMBI)
BAVILI
CHICAMBA
5°
5°
BALINGI
BAKOKI
LÂNDANA
CHINFUMA
RÉPÚBLICA
DO
ZAIRE
OCEANO
BAKONGO
ATLÂNTICO
SIMULAMBUKU
CABINDA
BAUOIO
Escala: 1/1.000.000
6°
12°
13°
6°

CAPÍTULO IV *

OS HABITANTES DO DISTRITO DE CABINDA

No Capítulo primeiro deixamos dito que as terras de Loango, Cacongo e Ngoio eram, desde há muito, terras portuguesas.

Mas que povos, clãs, habitam hoje o actual Enclave de Cabinda?

Já no nosso trabalho «*Sabedoria Cabinda*» dissemos que os povos do Distrito de Cabinda (abrangendo todo o Enclave) eram povos bantos da tribo Bakongo, do Reino do Congo.

Mas a tribo Bakongo tem vários clãs. E, no Enclave, encontramos os seguintes: Bauoio, Bakongo, Balinge, Baluango, Basundi, Baiombe, Bavili e um mui pequeno clã, pràticamente desaparecido e do qual hoje pouco ou nada se fala, o Bakoki, que vivia ao longo da costa marítima, dado à pesca, começando junto à foz do Lulondo, no Buku-Mazi, até quase à lagoa da Massábi.

Povos bantos vindos de onde?

Ralph Delgado em «*História de Angola*» escreve:

«Aos próprios «filhos» assistidos pelo grande Nganga-Ngoio enviou-os, através do Zaire, e foram eles os fundadores dos «reinos» de Kakongo e Luango. Um terceiro filho, nascido de uma escrava branca, supõe-se ter sido o antepassado dos «Condes» de Sonyo ou Soyo. Primitivamente o Rei de Kakongo, antes de subir ao trono, era obrigado a desposar uma princesa de sangue real do Congo, ao passo que o rei do Luango devia casar com uma princesa de Kakongo.» [1]

Em «ANGOLA» de A. Felner, podemos ler: «Chegamos ao Zaire e encontramos os Congueses estabelecidos na margem esquerda e para sul. Era um povo migratório. Tinham vindo do interior, depois de desavenças de família, ou pela necessidade de expansão.

Encontraram, talvez, algumas famílias de *ambundos* que, após pequena resistência fugiram dos invasores, indo para o sul e interior, juntarem-se aos seus.

....

«Ao mesmo tempo outros seus parentes se estabeleceram no Goio e Luango, para o norte. Quando chegamos, o seu domínio não estava absolutamente consolidado e, o seu

---

[1] Ralph Delgado, op. cit., Nota n.º 6, págs. 399/400.

* Vários dados deste capítulo foram possíveis com a ajuda mútua e intercâmbio entre o autor e o P. J. Troesch, na Missão Cat. do Lukula-Zenze em 1945/46.

reino, não tinha verdadeira unidade. De princípio, ajudamo-lo nas guerras contra *Zenga* e *Mazinga*, ou contra os Anzicos, depois contra os *Panzelungos*.....» [2]

Os Anzicos e Panzelungos (ou Panzelumbos ou Panzualumbos, como outros escrevem) viviam a norte, na margem direita do Zaire. Os Anzicos, no interior. Panzelungos, junto ao mar. E seriam estes, os Panzelungos, que cederam lugar aos «outros seus parentes (do Rei do Congo)» para se estabelecerem no Ngoio, Kakongo e Loango.

A primeira referência a Anzicos e Anzicana pode ver-se no Esmeraldo de Situs Orbis, de Duarte Pacheco Pereira: «Item, adiante de esta terra de Conguo, à parte do nordeste he sabido outra provincia a que chamam Anzica e ho Senhor ha nome aguora em nossos dias em Cuqua Anzico.

Estes são negros como os do Conguo e som ferrados na testa ou fronte em rroda à maneira de caracol...» [3]

Neste descrever de testas ou frontes «ferradas» não podemos ver referência a outra coisa que não seja a tatuagem desses povos e que teriam deixado bastos traços seguidos mais tarde pelos Basundi e Baiombe, clãs mais no interior e a terem possível contacto mais directo com os ditos Anzicos.

Quanto a Panzelungos podemos ler no artigo de M. Fidalgo — em «Trabalho» — N.º 20 — Boletim do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social de Angola:

«O conhecido e célebre Reino do Congo teve como partes integrantes e mais tarde só tributárias os Reinos de N'Goio, Cacongo e Loango, que, no entanto, na Corte Portuguesa eram conhecidos pela designação genérica de Cabinda, estendendo-se do Rio Quilo ao Zaire, se adicionarmos a sul do N'Goio o Reino de Benda ou M'panzu-Lumbu.»

Junto ao mar estaria, sim, o dito reino de Panzelungo mas que, com a emigração das gentes do Congo teria cedido o lugar aos que formaram o reino do Ngoio. O antigo Reino do Ngoio vinha até ao Zaire estendendo-se pela sua margem direita até, pelo menos, à actual cidade de Boma, da República do Zaire.

Quais os limites dos antigos reinos de Kakongo e Ngoio, que ainda hoje ocupam a maior parte do actual Distrito de Cabinda?

O reino de Kakongo, tendo o mar como fronteira poente, ia da margem esquerda do rio Loango-Luizi até à margem direita do rio Lulondo, no actual Buku-Mazi.

O Lulondo, outrora, chamar-se-ia também Mbele, tomando este nome de um recife que se encontrava quase em frente da sua foz e que por ter certa configuração com uma faca (Mbele) esse nome lhe deram.

Para o interior, o reino de Kakongo estendia-se quase até terras do Maiombe e flectia para sul quase até Boma. O Kalamo, pequeno riacho junto a Boma, faria de fronteira com o Reino de Ngoio.

O Reino de Ngoio:

Com o mar a poente, era limitado, a norte, pelo Lulondo (também limite de Kakongo) ao sul, pelo Zaire e estendendo-se para o interior até ao Kalamo, junto a Boma, sendo esta terra ainda pertença do antigo reino.

As terras do nosso actual Kakongo e Ngoio foram delimitadas, depois da Conferência de Berlim — 1885 — por acordo internacional entre o Estado Independente do Congo, actual República do Zaire, e o nosso Governo, ficando a haver no território da República do Zaire

---

[2] A. A. Felner, op. cit., pág. 83.

[3] In **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira** — Lisboa, Rio de Janeiro — 4.º Vol. na palavra de Anzica ou Anzicana.

também gente do clã Bakongo e Bauoio, ainda que as suas sedes hajam permanecido do nosso lado.

Note-se, porém, que, para assuntos do clã, a fronteira geográfica demarcada pelos europeus pouco ou nada lhes interessa.

Não nos ficam dúvidas, baseados em dados certos da história, de que as gentes do Congo, parentes e descendentes do Rei do Congo, vieram ocupar, em tempos remotos, as actuais terras do Enclave.

Esta história é fortemente confirmada pela tradição contínua desta gente.

A originalidade, sabor e beleza dessa tradição mais valor dará a este trabalho.

Está na mente de toda a gente destas terras a origem, em sangue e costumes, que a liga aos de Mbanza Kongo (hoje S. Salvador do Congo).

Mbanza Kongo tornou-se, depois de Diogo Cão e da ida dos missionários, que levaram os primeiros e verdadeiros sinos para aquelas terras, em Kongo Lingunga — Congo dos Sinos.

Aponta-se o nome de Nzinga-Nkuvu como sendo o Rei do Congo na altura da chegada de Diogo Cão e que veio a ser baptizado em 1491, recebendo o nome de João. Ficou a ser o D. João I do Congo.

Parece estar fora de discussão que se deu uma emigração dos povos de Mbanza Kongo.

Também não restam dúvidas de que essa emigração se deu antes, mesmo muito antes, da chegada de Diogo Cão.

As lutas de que se fala e a ajuda que demos com os homens de Rui de Sousa contra Anzicos e Panzelungos era, certamente, para afastar tentativas de nova ocupação desses povos e para consolidação das conquistas feitas pelos Bakongo.

Na verdade, se essa emigração tivesse tido lugar depois de Diogo Cão ou Rui de Sousa, os nossos relatórios e crónicas não deixariam de mencionar o facto.

A tradição afirma terem sido nove — 9 — os sobrinhos ou familiares do Rei do Congo a deixarem a sede. «On ne sort guère des 9 tribus de Bakongo venus du simu Kongo il y a des siècles (avant Diogo Cão)». Assim me escrevia, textualmente, o P. Bittremieux, e acrescentava: «En réalité ils sont tous frères, ou cousins.»

Teriam deixado Mbanza Kongo todos ao mesmo tempo? Teriam saído à medida que a gente aumentava e a terra se tornava pequena? Expulsos? Seria por ânsia de mando, desejo de aventuras?

Nada de concreto parece existir a este respeito. Muito pouco ou nada se encontra sobre povos que viveriam nas terras, agora dos Bakongo e Bauoio, e se houve grandes e repetidas lutas com os que nelas habitavam.

Certa parece ser a emigração. E o estudo destes povos vem comprovar a tradição de que teriam sido nove sobrinhos do Rei do Congo a deixar Mbanza Kongo. Estes nove sobrinhos deram origem aos nove clãs descendentes do Rei do Congo.

A tradição ainda acrescenta que estes eram filhos de VUA LI MABENE — a de NOVE SEIOS.

E a imaginação dos naturais chega a tomar à letra o Vua li Mabene: que, na verdade, teria havido uma mulher com nove mamas, mãe dos sobrinhos do Rei do Congo que se dispersaram pelas actuais terras que se chamam dos Bakongo.

VUA LI MABENE teria sido, antes, a mulher, a mãe (NGULI) da qual descendem os nove clãs.

Encontraremos, no decorrer desta obra, o número nove com certa frequência. É o número dos descendentes de Vua Li Mabene. O número — 9 — tornou-se sagrado para estes povos.

Os sobrinhos do Rei do Congo teriam atravessado o rio Zaire (Nzadi) perto de Matadi (o Matari dos antigos).

Quais são os nomes desses nove sobrinhos ou nove descendentes do Rei do Congo? Concordam todos em que são nove. Diferem nos nomes. Mas, atendendo à facilidade com que o indígena destes clãs muda de nome em certas circunstâncias — e para isso teremos um capítulo — podemos perfeitamente admitir a diversidade de nomes e diferenças nas listas desses descendentes de Vua li Mabene.

Os nomes que vão seguir-se correm na tradição.

O P. Bittremieux dá-nos a lista seguinte:

Ntinu Makaba (o que repartiu as terras)
Phudi Nzinga
Makhuku i Ntinu
Manianga Makongo
Numbu Nzinga
Ngimbi i Khota
Nanga Nakongo
Mboma Nakongo
Mbenza Nakongo

Lista de Mgr. J. Cuvelier:

Ndumbu a Nzinga
Manianga
Nanga
Mankunku
Ngimbi
Mbenza
Mpudi a Nzinga
Mboma Ndongo
Makaba

Nas listas recolhidas pelo P. José Troesch e estudadas por nós, pedindo ou procurando a confirmação entre os naturais, vamos até três listas.

1.ª LISTA

Nlaza Kongo — Makaba
Mbenza Nakongo
Nanga Nakongo
Gimbi Nakongo
Kongo Limboma (Sundi?)
Manhanga Nakongo
Mabinda Nakongo
Tuku Nakongo
Makuku Ntinu (Luango)

2.ª LISTA

Laza Kongo — Makaba
Mbenza Nakongo
Nanga Nakongo
Tsuku Kongo
Khazi Nakongo
Madungo Nakongo
Manianga Nakongo
Fumu Kikongo
Phudi Nakongo

Uma terceira lista, a mais admitida:

Nlaza Kongo — Makaba
Mbenza Kongo
Maianga Nakongo
Nanga Nakongo
Ngimbi Kongo
Kongo Limboma
Pudi Kongo
Makuku Ntinu
Mbinda Kongo

Se com fundamento verdadeiramente histórico pouco ou nada temos a respeito das causas da emigração de Mbanza Kongo, vamos buscar à tradição dos indígenas algumas interessantes versões dessa mesma emigração.

Uma versão, apresentada pelo P. Troesch.

O Rei do Congo habitava uma terra muito longe, da outra banda do Zaire. A administração do reino não lhe tomava todo o tempo. Tinha até tempo bastante para se divertir. E gostava imenso de esvaziar cabaças de vinho de palma.

Ora, um dia, já bêbado, mandou o seu escravo buscar mais vinho.

Achou o rei que este vinho, agora trazido, tinha um gosto particular. Talvez já estivesse muito fermentado. Acusou por isso o escravo de ter tentado envenená-lo e mandou-o degolar imediatamente. Depois, não querendo ficar mais tempo naquela terra, juntou toda a sua gente e pôs-se em marcha.

Uma segunda versão, esta, muito espalhada em terras de Kakongo e tirada de manuscritos dos naturais, inclusivé dos que se encontravam na posse do Kapita de Kaio-Kaliado. É como segue:

Makongo era o sobrinho mais velho do Rei do Congo. Com os seus oito irmãos vivia em companhia de seu soberano tio em Mbanza Kongo.

O Rei tinha um escravo chamado Lenchá a quem tinha grande afeição por ter sido este escravo o primeiro a extrair o vinho de palma e o azeite do dendém.

As «muambas» e o vinho de palma faziam as delícias de sua alteza. Por isso estimava, a mais não poder ser, o seu bom e habilidoso escravo Lenchá. Este, um dia, querendo levar mais longe as suas experiências na extracção do vinho de palma, deixou-o fermentar uns três dias. E, assim fermentado, levou-o ao rei que, achando-o magnífico mas não sabendo a força do vinho (faz lembrar o pai Noé), bebeu como de costume.

Resultado? Sua alteza apanhou uma valente — a primeira! — bebedeira.

Makongo e os irmãos que «não sabiam a vida de beber» (sic) ao entrarem na casa do tio, vendo-o naquele estado, julgaram-no em vias de morrer. As mulheres do rei disseram-lhes ter sido o Lenchá quem havia dado vinho ao rei e que este, depois de o beber, havia ficado assim («que foi o escravo do Rei mesmo que deu com ele vinho de palma é que está a fazer com ele assim»).

Lenchá envenenou o rei, pensaram eles.

«Mas, antes que nosso tio morra, morrerá ele primeiro.»

«Então os Soubrinhos do rei do Congo azangou e levou este escravo do principe do Rei do Congo para longe do planista e quemou este escravo» (sic).

Levaram-no, ao Lenchá, para uma planície e aí o queimaram vivo.

Feita a obra, voltaram para junto do tio a fim de assistir ao seu último suspiro que, julgavam, não viria longe.

Passados tempos, o tio suspirou de verdade! Era o fim da bebedeira. Estranhou a presença de toda aquela gente. Mas a primeira coisa que fez foi perguntar por seu querido escravo Lenchá.

Contaram-lhe o sucedido.

Desgraçados, que fizestes? «Malditos vos todos que matou meu servo vos todos morra de martir e quemo vos no fogo porque me mataste o meu bom servo que me mostrou dêndes e vinho de palma» (sic).

O castigo do rei era queimar os sobrinhos como eles haviam queimado o seu servo Lenchá.

E nada houve que apaziguasse o rei.

Para escaparem à cólera e vingança do tio, Makongo e seus irmãos trataram de sair de Mbanza Kongo atravessando o rio Zaire.

Esta versão é, sem dúvida, muito original mas não deixa de se coadunar com a psicologia e mentalidade desta gente.

Se, ainda hoje, o roubo de uma garrafa de vinho de palma, e já não há monopólio nem segredos no seu fabrico, dá origem a grandes questões e grandes multas, como é que o rei do Congo, déspota como foi toda a autoridade gentílica, o único a beber vinho de palma, tendo um só escravo que o sabia fazer, como não deveria ele ter ficado ao ver-se sem vinho e sem o seu fiel Lenchá?

E a tradição, na ânsia de distribuir os sobrinhos do rei do Congo pelas terras fora, continua...

Makongo, pois, com seus irmãos, fugiu. Como era o mais velho, foi distribuindo as terras pelos outros.

Atravessaram o Zaire (Nzadi) em Nsanda-Nzondo.

Ele, Makongo, veio fundar a sua aldeia — buala — em Kiengele (outros dizem Kingele), planície existente a sul do rio Lukula junto à fronteira Leste do Distrito de Cabinda com a actual República do Zaire. Na segunda metade do Séc. XIX a sede mudou-se de Kiengele para Kaio-Kaliado, na área do Posto Administrativo do Tando-Zinze.

Segundo a mesma tradição, veio com o Makongo uma sua irmã de nome Mangoio. Insistiu ela com Makongo para que a deixasse ir viver para junto do mar. Makongo, depois de muito instado, permitiu.

Deu-lhe gente e escravos. Entregou-lhe também um Nkisi protector metido num cesto (Ntende). Ao fazer-lhe a entrega do feitiço recomendou-lhe: «Toma este nkisi para que guarde a tua terra. Livra-te, porém, de o colocares no chão.»

Partiu Mangoio e a sua gente em direcção ao mar.

A viagem era longa para ser feita de uma só estirada. Acamparam, pois, ao anoitecer, junto de um pequeno bosque.

Ao levantarem-se no dia seguinte para continuar a viagem, reparam que lhes é impossível arrancar do chão o Ntende com o Nkisi.

Enviaram um homem a Makongo a contar o que havia sucedido.

Veio ele, o Makongo, e fez reparos severos a sua irmã Mangoio:

«Não te disse que não devias deixar que colocassem o cesto no chão? Agora este cesto ficará cá para sinal e este bosque chamar-se-á *NTO NTENDE* (— o bosque do cesto). Aqui será também o limite de nossas terras e será neste limite que teremos os nossos

encontros para tratarmos dos assuntos de nossos reinos. Jamais virás a Kiengele e eu nunca passarei daqui para ir ao mar.»

Nota — Ainda hoje se conhece «*Nto-Ntende*» junto ao rio Lulondo, na estrada de Cabinda a Tando-Zinze. É este rio que vai desaguar junto ao Buku-Mázi e faz a divisão entre as terras de Cacongo e de Ngoio.

Da boca dos negros se houve ainda dizer que antigamente o Makongo não podia ir até ao mar e que, de facto, nunca ia.

Neste Nto-Ntende e nesta divisão de terras de Cacongo e de Ngoio não podemos deixar de ver a tradição ligada a certos factos.

A versão apresentada em «NÓS, OS CABINDAS.» [4]

A princesa Mue Puenha, de S. Salvador (Mbanza Kongo) teve relações ilícitas das quais nasceram três filhos gémeos.

Essa ilegalidade teria sido por ter praticado essas relações antes de passar pelas cerimónias da puberdade. Os conselheiros do rei pediram a expulsão da princesa, a que ele teve de atender ainda que contrafeito, tanto mais que se deu uma grande escassez de chuvas atribuída à falta cometida pela princesa.

Mue Puenha deixou S. Salvador com algumas pessoas de família em direcção ~~ao~~ litoral, para Sonho (S.to António do Zaire).

Foi sempre mal recebida e até perseguida. Mue Puenha, 15 anos depois, após muitas peripécias, trabalhos e até milagres (o da travessia do Zaire) chegou ao reino de Ngoio onde por todos foi bem recebida, especialmente por Mibimbi Pukuta, que era rico e nobre.

Dos seus três gémeos, um era rapaz, Tumba, e duas eram raparigas, Lilo e Silo.

Mue Puenha veio a casar com Mibimbi Pukuta. Deles nasceu Mue Panzo e mais tarde um outro filho que tomou o nome de Mue Pukuta.

O Rei do Congo, sabendo que sua filha Mue Puenha havia casado, ouvido o parecer de seu conselho, resolveu desanexar os pequenos reinos de Ngoio, Cacongo e Loango. Deu ordem a Mue Puenha para tomar conta dos três reinos.

Mue Puenha entregou Cacongo a sua filha Silo e Tumba foi para o Loango-Grande. Mue Panzo, filho de Mue Puenha e de Mibimbi Pukuta, ficou como rei de Ngoio.

A versão dos Basolongo fornecida pelo P. Marchal, da Missão de Santo António do Zaire.

O rei do Congo tinha um sobrinho de nome Nenzinga Nakongo a quem dedicava uma afeição muito especial e uma confiança ilimitada.

Tal era a confiança que o rei nele depositava que, um dia, o deixou só com uma de suas mulheres, de nome Nkato, que se encontrava grávida e já muito perto de dar à luz.

Nenzinga Nakongo, querendo saber qual a posição da criança no ventre materno, abriu Nkato de alto a baixo.

Vamos lembrar que entre os Bakongo se afirma o mesmo do Kapita Muempolo em um manuscrito, cuja cópia possuímos.

Diz esse manuscrito, falando do Kapita Muempolo: «Depois de ser altura da sua idade se a leviu uma viço mal quando ver a mulher que está engravide matava para ver como se

---

[4] D. José Domingues Franque, **«Nós, Os Cabindas»**, págs. 15 a 19.

informa a criança na bariga, Vendo um homem na palmeira dava tiru para ver se como-se caia um homem na palmeira»...

Mas voltemos a Nenzinga.

O crime que cometera bradava aos céus. A família de Nkato pede a morte de Nenzinga e não recua perante nada. Em face da insistência dessa gente nem o amor que lhe dedicava o tio podia valer a Nenzinga. É condenado à morte.

Valeu-lhe, de acordo com uns amigos fiéis, um embuste igual ao do que se serviram os irmãos de José (da Escritura) para enganarem o pai Jacob. O sangue de um cordeiro substituiu o de Nenzinga.

Mas, como entre eles não há segredos, tudo se veio a saber.

Nenzinga, com seus amigos e cúmplices, fugiu.

Pelo caminho os seus companheiros, pouco a pouco, foram dispersando.

Nenzinga foi estabelecer-se no Songo (Sonho ou Soio), onde já havia estado, e dele descendem os Basolongo.

Mgr. J. Cuvelier na sua obra «*L'Ancien Royaume de Congo*» apresenta-nos a versão e tradição que segue: [5]

Era Ntinu Wene, o primeiro rei, quem governava aquelas terras de Mbanza Kongo. Tinha feito muitas conquistas. Tendo, por fim, submetido Mbumbulu, chefe de Mpangala, foi fixar-se em Mbanza Kongo.

Distribuiu, então, os seus territórios pelos seus capitães dando a cada um uma província pelo tempo que a ele, Ntinu Wene, muito bem conviesse.

O lugar onde se fez a distribuição ficou a chamar-se, já que era um morro, «*Mongo ua kaba*» monte da divisão, da distribuição.

Antes dessa distribuição cantaram e dançaram uma dança de triunfo, umas vezes todos, outras dois a dois, outras um de cada vez.

O rei sentia-se alegre. Entra em casa e aparece, então, com as insígnias de sua realeza: o cutelo (kimpaba) a «nsesa» ou cauda de pacaça. Disse-lhes: «Dançai dois a dois. Voltai novamente a dançar para mim essa vossa dança triunfal porque quero abençoar-vos.

Esta benção será honrada em toda a parte onde reinardes, vós e vossos sucessores, até aos confins da terra de nosso domínio.»

Depois da dança ajoelharam junto do rei. Recebendo estas homenagens, o rei movia o dedo mindinho da mão direita e dizia: «Crescei, engrandecei, vivei longo tempo, vinde a ser muito velhos.»

Numa segunda festa o rei concedeu-lhes a participação de seu poder. Voltaram os eleitos a dançar e cada um por sua vez cantou e disse:

1.° — *Ndumbu a Nzinga*

«Eu sou Ndumbu a Nzinga, planta trepadeira que se enrola em espiral. O meu enlaçamento prende todo o país.»

2.° — *Manianga*

«Eu sou Manianga, aquele que está sentado. Eu sento-me na cadeira e no tapete. Eu dei nascimento aos Mvemba, dei nascimento aos Nlaza. Enviai-me, portanto. Para que região?»

---

[5] J. Cuvelier, «**L'ancien Royaume de Congo**», Desclée de Brouwer, L'édition Universelle, Bruxelles, 1946, pp. 13/14.

3.° — *Nanga*

«Nanga é coxo, mas vai até muito longe. As pedras de sua lareira são cabeças de homens. A sua colher (de tirar a comida) é uma costela de um grande peixe. Enviai-me, pois, Para qual país?»

4.° — *Mankunku*

«Eu, eu sou o chefe Mankunku, aquele que derruba. Eu acometi os ndembo, os tambores dos poderosos. Que não venham perturbar-me nem com o tímbalo «ngongie» nem com o tambor «ngoma.» Enviai-me.»

5.° — *Ngimbi*

«Eu sou Ngimbi, aquele que faz crescer abundantemente. As «madiadia» ou falsas canas de açucar que cortam de manhã, ao meio dia novamente balouçam ao sol. Enviai-me, pois. Onde?

6.° — *Mbenza*

«Mbenza sou eu, aquele que racha (que corta, fende). Não corto as cabeças de ratos, mas corto as cabeças dos homens.»

7.° — *Mpudi a Nzinga*

«Eu sou Mpudi a Nzinga, um grande peixe, mas também um milhafre que, apesar das chamas, caça por cima do capim em fogo.»

8.° — *Mboma Ndongo*

«Eu sou Mboma Ndongo, a serpente boa (jiboia) que deixa rastos de sua passagem. Rasteja por todo o Congo, pelo Loango. Mãe que faz bem a todos os outros clãs. Enviai-me, pois.»

9.° — *Makaba*

«Eu sou Makaba, aquele que reparte as terras, mas as leis dessas terras ficam em minhas mãos, em meu poder. Enviai-me.»

Quanto tempo teria levado a peregrinação e dispersão dos descendentes do Rei do Congo?

Ninguém poderá dizer o tempo que levou esta peregrinação até à fixação completa, conforme a encontramos e que, como já dissemos, deve ter-se dado antes da nossa descoberta do Congo.

Os homens ter-se-iam dedicado à caça e as mulheres a roçar e cultivar alguns campos, quando a demora era mais longa.

E, como é natural, iam aumentando em número.

Foi na planície de Nsanda Nzondo, diz a tradição, que se resolveram à separação.

Na tradição encontramos unanimidade na afirmação de que era MALAZI (também tem o nome de Nlaza Kongo, ou Makongo) o primogénito e o que teria deitado as sortes para a divisão das terras.

Daqui o chamarem-lhe, também, MAKABA (de Kukaba-repartir, dividir).

E encontramos, pelo menos, duas versões a respeito desta divisão.

Vua Li Mabene, antes da dispersão dos filhos, quiz provar-lhes qual de entre eles era o mais digno e a quem deveriam obediência.

Preparou para isso um grande prato de «Mbala makamba» ou «Kuanzi makamba» (uma espécie de batata amarga).

Depois, colocando de parte o seu filho predilecto — MALAZI — disse ao segundo, Mbenza, para repartir a comida, em partes iguais, por cada um de seus irmãos. Mabenza não o conseguiu.

Vua Li Mabene chamou depois o terceiro. Nem este. Todos os outros, um por um, foram chamados ao mesmo. Nenhum deles conseguiu repartir a contento de todos e em partes iguais a comida preparada pela Mãe. Esta chamou, então, o mais velho, Malazi. E Malazi consegue dividir a comida a contento de todos.

Segunda versão.

Maluango, Manhanga, Makaba, Mabenza sairam juntos de Nsanda Nzondo. Juntos seguiram até ao rio Nzadi (Zaire).

Ali, o filho de Mabenza, Mpuli Nzinga Mambaka, matou um elefante. Houve discussão entre Maluango e Mabenza porque, tanto um como outro, se julgava com direito à melhor parte.

MAKABA dirimiu a questão dando a Maluango a mão direita, da frente, tida por ser a mais digna, e a esquerda a Mabenza.

Por isso, MALAZI, assumindo o nome de MAKABA por ter sabido dividir bem, dizia de si mesmo e tomou como divisa de honra o seguinte:

Minu ieka Makaba,
Makaba nza i mbungi,
Mpungi nzau,
Ke landila makokila,
Mbele usimba koko ku lunkiento,
Ke iakila ku lubakala,
Buna landa Makaba
Buna ke ienda
Buna lele mu nzila.

Eu tornei-me Makaba — o que divide
Dividi o mundo e o nevoeiro,
As defesas do elefante,
Levanto-me ao cantar do galo,
Segurei a faca com a mão esquerda

E passei-a para a direita,
Para seguir Makaba
Para onde quer que vá
Terá que dormir no caminho.

E esta «divisa de honra» leva-nos a tratar e a estudar o que estes clãs chamam MVILA (pl. ZIMVILA).

Mvila (pl. Zimvila) é traduzido, em «Malongi Mat'ete Ma Kifaranse» de Fr. Mertens, por Tribo.

O P. Bittremieux, sobre MVILA, diz o seguinte: [6]

> «Le mot *mvila* (pl. zimvila) a diverses significations. Le sens fondamental me parait être celui de «species», comme ont dit l'èspece humaine, «species Jacob», la descendance de Jacob, sens restreint ensuite:
>
> 1.° — Aux clans familiaux, spécialement aux neuf familles ancestrales des Bakongo mayombiens, dont nous avons déjà parlé; 2.° — aux genres ou groupes, ainsi qu'aux formules sacrées et aux adjurations propres à tel groupe, tel fétiche, telle cérémonie. Dans un sens plus général, mais qui vient moins à propos dans le sujet qui nous occupe, on entend parfois *mvila* pour: manière d'être ou de faire, variété.»

Na verdade, só temos encontrado o termo MVILA no sentido de descendência e, especialmente, no de divisa, como que escudo de armas da família, pelo qual se diferenciam umas das outras.

Portanto, empregamos aqui o termo MVILA como título de honra, nobiliárquico, divisa de família, de cada uma das famílias — mas só de algumas as conseguimos — descendentes do Rei do Congo.

A divisa (MVILA) de MAKONGO (do próprio Rei do Congo):

«Minu Kongo Lingunga,
Li me kongila zimvila zionso,
Kuienda kuanda Kongo, liambu ve,
Kuienda kumongo Kongo, liambu vé,
Minu veka impuili.»

Sou Kongo Lingunga,
Eu junto as famílias todas,
Indo para o baixo-Congo, não há questão (ninguém me impede),
Indo para o alto-Congo, não há questão (também),
Sou eu quem o quer, quem manda nessas terras todas.»

Já fizemos notar que o Rei do Congo (e seu Reino) se começou a chamar Kongo Lingunga depois que os nossos missionários levaram os primeiros sinos.

Mas também não era absolutamente necessário haver sinos para convocar as gentes. Faziam-no, e ainda hoje o fazem, através do tantã, de tambores, do tímbalo «ngongie», etc., etc.

---

[6] P. Leo Bittremieux, **La Société Sécrète des Bakimba au Mayombe».**

A divisa (MVILA) de Makaba:

Apresentamos uma *mvila* de Makaba quando, há pouco, falamos da segunda versão a respeito da emigração e peregrinação das gentes de Mbanza Kongo.

Por ter sabido dividir a contento de seus irmãos o prato das batatas e o elefante, mudou o seu nome de Malazi ou Nlaza Kongo para o de Makaba — aquele que divide.

Foi ele, dizem, que também dividiu as terras pelos outros seus irmãos. Ninguém lhe regateia poder e mando absoluto.

E, então, afirma de si mesmo:

«Benu lumona mpunzu mu nlangu,
Buna minu nsabukuizi,
Vana kandama mu buatu,
Kuiza tumisia mvika mueka,
Kuiza lambalela vana nlondo,
Kuiza nangika ku kulu,
Kuiza banda sabala mu ntima,
Vangioko kuiza kandama mu buatu
Buna ke banda sabala mu ntima,
Menga kuiza ienda mu mazi,
Bau basiala kumbusa,
Buna bumona menga,
Babu bazaba m'au,
Nfumu itu Ntinu Makaba sabukuizi,
Vana ke sensa vana lilondo liKiongo,
Kuiza lambalika mvika mueka,
Kuiza banda sabala mu ntima.»

«Vós vedes turva a água,
Porque atravessei o rio,
Para entrar para a canoa,
Ordenei a um secravo,
Que dormiu no embarcadoiro,
Pousei-lhe o pé por cima,
Cravei-lhe uma faca no coração,
E foi então que subi para a canoa,
Depois de lhe ter cravado a faca no coração,
E o sangue correu para a água,
E os que ficaram para trás,
Logo que viram o sangue,
Ficaram a saber,
(que) o nosso Rei Makaba foi quem atravessou o rio,
Onde se atracam as canoas no embarcadoiro do Kiongo,
Mandei deitar um escravo,
Calquei-o com um pé,
E espetei-lhe a faca no coração.»

E não se julgue que isto é um simples falar, um como que basofiar. Não. Estas e outras Zimvila, que nos dão a divisa de família, mostram bem até que ponto chegava o poder discricionário destes chefes de clã, poder de vida e de morte, para quem o escravo, sobretudo, afora o trabalho árduo que podia e devia realizar, não passaria de uma triste... coisa!

A divisa (MVILA) de Masundi:

«Minu Masundi,
Minu kele lumbele ***lusimbu,***
Ki si muana ko,
Ki si ntekulo ko,
Uonso ko uisumuna nkaka-nfumu,
Fuanikini ukiela ***ntu,***
Vo banda muna nkondo,
Vo tula mu ivangu,
Vo koka va mbazu.»

«Eu sou Masundi (o Rei do Sundi),
Tenho a faca «lusimbu» (das execuções capitais),
Não há filhos (não olho a filhos),
Não há netos (não olho a netos),
(a) Toda o que peca contra a lei do Chefe,
É preciso cortar a cabeça,
Ou pregar no embondeiro,
Ou metê-lo na forquilha,
Ou queimá-lo no fogo.»

Mais uma amostra do poder, da força, do poder de vida e de morte destes grandes chefes de clã.

Neste clã Basundi era aos filhos do rei defunto e aos maiorais da terra a quem competia a escolha do sucessor.

Devem escolher o de mais saber e o que mais qualidades demonstrar ter para o governo do clã.

Se o «Kinkanda», pequeno animal roedor, por pequena que tenha a cauda sempre tem alguma, também aquele que deve ser nomeado para presidir aos destinos de seu povo, deverá ter o mínimo de condições e qualidades para isso.

Kinkanda ke nkila:
Kete inamukunu podi kambua ko.

O «kinkanda» tem cauda:
Pelo menos um bocadinho não lhe pode faltar.

Para governar é preciso, para isso, ter o mínimo de qualidades.

A eleição era em dia Nsona (correspondente ao nosso domingo) e avisava-se a gente de todos os povos.

No meio da aldeia, no dia marcado, reunem-se todos. Deviam estar sentados, e no chão o faziam.

Estende-se uma esteira e uma pele de leopardo.

O mais digno da família acompanhado de um Mankaka, espécie de polícia, procura entre o povo o eleito, já escolhido mas que, pessoalmente, de nada sabe.

Levanta-o com o dedo mindinho (já vimos o Rei do Congo, Ntinu Wene, fazer assim a cada um dos nove chefes) da mão direita, segura e trás o escolhido pegando-lhe também pelo mindinho, mas da mão esquerda, para o meio do povo e lugar onde se encontra a esteira e a pele do leopardo.

Nessa altura toda a gente se deve colocar de pé e saudar em altos gritos o novo Rei.

Aí é revestido das insígnias reais:

O barrete (Kimpene — pl. Bimpene ou Nzita — pl. Zinzita)

A murça (Kinzemba — pl. Binzemba)

Os dentes de leopardo (Meno mangó)

Uma pele de Kingolo Kinhundu, espécie de lontra, ou de leopardo, Ngó.

Nos dias de aplicação de castigos

À saída da casa do rei espetavam, um de cada lado mas bastante juntos, deixando só espaço para o rei passar, dois ramos de Malembo-Mpumbo.

Entre esses ramos era estendido o pano interior do criminoso, o «nlele-nfula». Ao lado, junto do «nlele-nfula», colocava-se a faca «Mbele Lusimbu», a faca das execuções, que o rei tomava ao passar.

O rei devia fazer o trajecto caminhando sempre num só pé, chicolapé, até ao lugar do castigo, mesmo que fosse até junto do embondeiro da «crucifixão.»

No local da sentença já lá está o criminoso. Está nu.

Se o castigo era a degolação, o rei passava a «Mbele Lusimbu» ao Mankaka que cumpria imediatamente a sentença.

Se for outro o castigo, será dito pelo rei.

Se o homem é condenado a ser pregado no embondeiro espera-se só o tempo necessário para se afiarem os paus. Não havia pregos.

O criminoso, no caso de morte por degolação (kukiela ntu) ou por «crucifixão» (Kubanda muna nkondo — pregar no emboleiro), nunca era enterrado. Ali ficava a apodrecer e a ser comido pelas formigas, pelos abutres ou pelos chacais...

Era assim que se procedia naqueles tempos. E, o que aqui se diz do rei Masundi, o mesmo se pode dizer, com mui pequenas diferenças, de todos os outros chefes de clã.

No enterro do Rei

Toda a gente era avisada e convidada.

Os escravos e animais que aparecessem eram apanhados e abatidos. Tinham que se esconder para escapar.

Ao enterrarem o rei abriam o caixão e colocavam o morto na posição de sentado e levantavam-lhe a mão direita. Nesta posição devia ser enterrado.

Com ele enterravam também uma das pontas de marfim, de entre as que todos os reis possuiam.

Veremos, quando se falar de mortes e funerais, como mais comummente se costuma proceder.

Só a respeito de Masundi ouvimos falar nesta posição em que era enterrado.

A divisa (MVILA) de Mbenza

«*Mbenza,*
Kabenza ko mitú mizimpuku,
Benza mitú mibantu,
Tiaba kitiaba kunhi,
Nlékila zimpati zibantu.»

«Sou Mbenza — aquele que corta,
Não corto cabeças de ratos,
Corto cabeças de homens,
Racho (cabeças) como quem racha lenha,
(e) Durmo (ao calor) das costelas de gente (que estão postas a arder como se fosse lenha).»

A divisa (MVILA) de Kumbi Kongo

«*Minu Kumbi Kongo,*
Kongolila mambu,
Muna nganda Mazinga
Kusimba nkázi ko,
Kusimba muana ko,
Ngeie simba muan'ami muna tueki nuana.»

«Eu sou Kumbi Kongo,
Que junto as questões
No terreiro de Mazinga,
Não segura a mulher,
Não segura o filho,
Se seguras o meu filho temos de lutar.»

Donde o nome de Kumbi?

Kumbi apresentou-se como rei. Mas o povo disse: para que a gente saiba que és rei, corta a cabeça ao teu próprio sobrinho. E ele assim fez e toda a gente gritou de susto e horror. Daí lhe vem o nome de Kumbi (de Kumba — gritar).

A divisa de Nanga Nakongo

«Eu sou Nanga, o coxo,
Mas vou muito longe,
As pedras da minha lareira são cabeças de homens,
A minha colher é uma costela de grande peixe.»

As insígnias do rei eram:

Como ceptro usava a planta de Nkuisi.
Quando o rei recebia as insígnias cantavam:

«Nzau ngana lele, kotuk'abu,
Iúa mambu, iúa:
A bili, bili i manga-manga
Matona mangó ai matona makikumbu.»

O elefante do outro dormiu, acorda,
Ouve a questão, ouve:
A bili, bili... (refere-se às pintas do leopardo)
Pintas da pele do leopardo e do «Kikumbu» (espécie de gato bravo).

Dentes de leão — *meno mankose* — e dentes de leopardo — *meno mangó* — e também as unhas deste — *zingongolo zingó.*

Diziam que o leopardo era da família deles. Era o seu totem. Não era, por isso, tido como que um «deus» ou ser superior. Era um dos da família.

Devido a isso, sempre que matavam um leopardo por ter ficado preso em uma armadilha (doutra forma não podiam matar nem dar caça ao leopardo) traziam-no para a aldeia.

Quem dava com ele na armadilha devia avisar toda a aldeia.

A partir dessa altura ninguém podia sair de casa ou correr a ver o leopardo morto por quem o apanhou na armadilha.

Trazia-se o leopardo para a aldeia e era colocado debaixo de uma «muanza», espécie de alpendre, pertencente aos filhos do rei da terra.

Era embrulhado o leopardo em um cobertor e ali ficava, em repouso, até que todos, mesmo os da família do rei, pagassem o que deviam como tributo estipulado.

Durante esse tempo havia danças. Era depois enterrado quase solenemente.

Quanto à caça ao leopardo em outros clãs

À caça do leopardo ia toda a gente, mesmo o rei.

Morto o leopardo, era levado para a aldeia. Todos os caçadores passavam o resto do dia e da noite a saltar, dançar e a cantar diante do cadáver do leopardo.

O rei designa quem deve abrir o leopardo. É sempre escolhido, ou era, alguém de entre os nobres.

A pele vai para o rei. A carne e as vísceras são enterradas em cova bem funda.

O fel é derramado — passava por ser forte veneno — e a vesícula cortada em bocadinhos e lançada ao rio para que não viesse a ser usada para matar alguém.

Quando era nomeado o rei, marcavam-no com cal e com terra de diferentes cores, procurando reproduzir as pintas da pele do leopardo.

Porque se dá o nome de Nanga Nakongo?

Além da interpretação que já vimos, Nanga, o coxo, outros dão uma segunda interpretação.

Neste clã de Nanga Nakongo, quando a uma donzela apareciam os primeiros sinais da puberdade, tinha ela de subir para uma árvore Nsanda, árvore que existia quase sempre no meio das aldeias e à sombra das quais resolviam, os chefes, os problemas e questões da terra.

E no alto da árvore ali deveria ficar a rapariga até passarem os seus dias.

Nanga viria, neste caso, de *Nanguna* — Levantar.

Não vamos descrever mais ZIMVILA. As que apresentamos mostram bem a «divisa de armas» das famílias, de algumas, Bakongo.

Qualquer pode notar que nem sempre coincidem os nomes dados nestas «Zimvila» com as listas dos nove descendentes de Vua li Mabene. A explicação está já dada. A mudança fácil, devido a circunstâncias várias, de nome.

Mas há uma MVILA que não foi transcrita só por que a não encontrei: a MVILA de Mangoio. Ainda em Dezembro de 1970, estando em Cabinda e procurando-a entre os velhos, mesmo entre o velho «pai» Madeka, procurando espevitar-lhe a memória com a leitura de outras ZIMVILA, nada me soube dizer, antes, que nada conhecia e que nunca tinha tido conhecimento disso.

Já no nosso trabalho «*Sabedoria Cabinda*» inserimos um provérbio, e seu símbolo, sobre a terra de Ngoio.

Ngoio iéki muaia:
Iesiala ko fumu ina itúma.

O «Ngoio» está vazio:
Não ficou chefe para mandar.

Na verdade, não seria pequeno problema, mesmo para os mais velhos cabindas, procurar agora designar quem teria real direito, na linha de sucessão, a governar aquelas gentes.

O Maiombe e os Baiombe

Il y a 30 ans, le Mayombe était toujours... plus loin, quelque part vers le Nord. (de uma carta do P. Bittremieux ao autor)

Por princípio, o termo Baiombe é dado àqueles que habitam longe, que vivem na grande floresta. Os habitantes do Maiombe, quer português, do Congo Braza ou da República do Zaire, podem até ser Bakongo, Basundi, Baluango, Balinge, etc., etc.

Só há umas dezenas de anos para cá, por vezes, se chamam Baiombe aos povos que habitam o Maiombe geográfico de hoje.

Na verdade, dos nove descendentes de Vua Li Mabene nem de seus sucessores apareceu chefe com nome de MA-IOMBE (*Iombe*, terra e *Ma* designação de realeza).

Se se perguntar, seja a quem for, onde é o Maiombe, ele dirá que é lá longe, muito mais longe.

O nome de Maiombe encerra uma certa ideia de desprezo e ninguém toma isso como aplicado à sua terra. Chamar Iombe a alguém é, nas mais das vezes, tomado como insulto.

Há quem defina Maiombe por terra de floresta. Não parece. Nunca é empregado neste sentido pelos indígenas.

Maiombe — e o seu sentido depreciativo — virá, certamente, do porto de Maiumba, no reino de Loango, ao Sul do Cabo Negro.

No tempo da escravatura, Maiumba era um dos portos mais importantes desse tráfico. O que hoje se chama Maiombe era, então, uma das regiões onde mais escravos se colhiam. Por isso, os escravos embarcados em Maiumba, acabariam por ser chamados Maiombes bem como a região onde eram apanhados, comprados e vendidos...

Assim se compreende perfeitamente que ao termo Maiombe, Iombe e Baiombe ande unido um forte sentido perjurativo. (Cf. Overbergh, in «Mayombe»)

Fig. C 15 — Uma jovem **Kikumbi**

Fig. C 13 — Amor de mãe

Fig. C 14 — Sorriso de mãe

CAPÍTULO V

MAKONGO OU KAPITA?

No Distrito de Cabinda, como já temos visto, há a região chamada Kakongo onde habitam os Bakongo e onde o Nfumu Nsi, o Rei, era tratado por Makongo.

Mencionamos já os limites de Kakongo, antigo reino de Kakongo. Etnogràficamente entra ainda na República do Zaire. A sede, porém, esteve sempre do nosso lado, primeiro em Kiengele (ou Kinguele), e, depois, certamente há mais de 70 ou 80 anos, em Kaio-Kaliado, na área do Posto Administrativo de Tando-Zinze.

Ora, estas terras de Kakongo ainda hoje deveriam ser governadas por um chefe (*Ntinu*-Rei) tratado por Makongo. Assim não acontece. Desde há muitos anos que são governadas (em assuntos de usos e costumes) por um Kapita, que era a dignidade logo a seguir a Makongo.

Contudo, este nome de Kapita não é antigo. Aparece sòmente nos fins do século XVIII, começo do século XIX.

Fazem-no derivar da palavra Capitão ou Capitaine.

Quantos Makongos teriam governado a região de Kakongo, e quando e porquê o governo passou para as mãos de um KAPITA?

Esta pergunta vem à mente dos curiosos e, sobretudo, à dos que viveram muito tempo em contacto com os povos de Kakongo.

Admite-se como certa a vinda de Makongo (e seus irmãos ou primos — para eles, os primos são chamados irmãos, como entre os judeus) para a margem direita do Zaire.

Sabemos que, em 1883, dois anos antes da Conferência de Berlim, o Comandante da Corveta «*Rainha de Portugal*» — Guilherme Augusto de Brito Capelo — assinou, como Delegado do Governo de Sua Majestade El-Rei de Portugal, no morro de KINFUMA (em Lândana), a 29 de Setembro desse ano, o tratado com o príncipe TALI-e-TALI e mais autoridades gentílicas.

Ora, Tali-e-Tali (devia escrever-se Ntali-Ntali ou Nta-Ntali) aparece nos documentos com as designações seguintes:

— «Tali-e-Tali, príncipe regente do Reino de Kakongo»
— «Signal do príncipe Tali-e-Tali»
— «Signal do príncipe Tali-e-Tali, regente do Reino de Kakongo.» [1]

---

[1] Cf. Texto do tratado de Chinfuma no Capítulo I deste trabalho.

Em parte alguma aparece um rei Makongo.

E este Ntali-Ntali é o segundo da lista dos KAPITAS que têm vindo a governar e a serem tidos por Chefes e Reis das terras de Kakongo.

E não nos resta dúvida alguma de que se em 1883 houvesse algum rei Makongo a governar as terras de Kakongo, o contrato ou tratado de Kinfuma seria assinado por ele, Makongo — como Rei — e não pelo Kapita Ntali-Ntali.

Os velhos e a tradição contam muitas coisas sobre o assunto e dão as suas explicações ao facto. E não se deve ter grande receio em as aceitar como certas. É que os povos que não tiveram ou não têm história escrita comunicam-na oralmente, com bastante precisão, de pais a filhos.

Nos tempos que correm, já com quem saiba escrever, começam a passar para o papel o que passavam de mente para mente.

Nestas condições está a lista, tida como oficial, que o 6.º Kapita, André Sòzinho Loemba, me confiou em 1943.

«A fé e amor que tenho a este torrão querido — ENCLAVE DE CABINDA; —

Eu, ANDRÉ CAPITA SÒZINHO, príncipe vivente que reina pelos direitos deixados de seus descendentes; que pelo voto comum dos povos de cima de CACONGO, até as margens do rio Loango (Lândana) pelos seus Regedores, sobas, chefes e habitantes em geral, me foram dados no recente dia 22 de Setembro de 1940 (vinte e dois de Setembro de mil novecentos e quarenta) na localidade do povo de CAIO-CALIADO, área do Pôsto Administrativo do Tando Zinze, — Que, no intimo e alto pensamento e da curta vida também desconheço a quem virá assumir êste cargo — criei o novo Relatório, mencionando os meus colegas antigos para não ficarem esquecidos na memória do pôvo e ficando definitiva lembrança ao Estado Português.

Cujos os nomes desses príncipes são os seguintes:

1.º — Capita Muênimpolo, êste foi admitido como rei de toda a área de Cacongo.
2.º — Ntali-Tali, foi o sucessor do seu pai a quem também a nação Portuguesa recebeu.
3.º — Capita Maquenengo, também filho do rei Muenimpolo, cujo sucessor foi do seu irmão.
4.º — Capita Tala Nzambi, sobrinho de Maquenengo.
5.º — Capita Baçanza, primo de Maquenengo.
6.º — André Capita Sòzinho, o actual rei vivente — Cuja posse foi cedida e tomada em 22-9-940. Em face e na presença dos seguintes representantes dos povos do alto e baixo de Cacongo à margem do rio Loango (Lândana) testemunhos: —»

Seguem-se 21 nomes de regedores, sobas e chefes do Kakongo do lado português e mais 7 do lado da actual República do Zaire.

E o Kapita termina desta forma:

«Estes todos estiveram na reunião naquele dia quando recebi o cargo de Rei, C. Muênimpolo, que eu não engano ninguém.

Em 22 de Setembro de 1940.

A Bem da Nação
(as.) *André Capita S. Luemba*»

André Sòzinho Loemba faleceu em 1953.

Sucedeu-lhe seu sobrinho, filho de um irmão, Kapita José António Mandevo, em 1954. Ainda vive e é o chefe clánico de Kakongo.

Estamos em presença de dois factos:

1.° — Por princípio, Kakongo devia ser governada por um Makongo. Não o é.
2.° — As terras de Kakongo têm, como chefe clánico, um Kapita. O Kapita do tratado de Kinfuma de 1883 — Ntali-Ntali — é o segundo da lista dos Kapitas.

Desde o Kapita Muenimpolo nunca mais Kakongo foi governada por chefe a quem dessem o nome de Makongo, ainda que apareça um «Makongo» em Bumelambuto, que pretende ser o dono da terra de Kakongo mas a quem ninguém obedece como tal.

Aliás, na tomada de posse do André Sòsinho Loemba aparece um Tate Mafuca, em 15.° lugar, antigo soba de Bumelambuto e que deve ser o mesmo que, na lista dos Makongos — que veremos no fim — se nomeia em 8.° lugar como sendo o Makongo Mua Tate.

Na verdade, nunca notei que o dito Makongo de Bumelambuto fosse tido por chefe clánico de Kakongo. Era até mínima a sua autoridade. Apenas o consideravam como regedor duma certa área e chefe da aldeia de Bumelambuto, também no Posto Administrativo de Tando-Zinze.

Por outro lado é sabido que a par do rei, fosse ele Makongo, Maluango, Masundi, etc., etc., existia sempre um grande mágico ou Nganga, e quase sempre o da chuva (Nganga Mvula) que tomava, precisamente, o mesmo nome do rei mas com a designação do cargo que lhe era próprio: Nganga.

Tinhamos, assim, um Nganga Makongo, Nganga Maluango, Nganga Masundi etc. etc., que, de modo algum, se podia confundir ou confundiam com o Makongo simplesmente ou Ntinu Makongo, Ntinu Maluango... Rei Makongo, Rei Maluango.

Ora este Tati que a si se apelidava de Makongo, no sentido de rei de Kakongo, no dizer do velho Estanislau Kimpolo, falecido por volta de 1950 com uns 80 anos de idade, que esteve na tomada de posse do Kapita André Sòzinho Loemba e tem o seu nome na lista dos sobas e regedores presentes, em 2.° lugar, no dizer dele, este Tati não passava, e por favor, de descendente de Nganga Makongo e nunca do Ntinu Makongo (Cf. Fig. P. 18)

Temos ainda diante de nós o facto histórico que nos facilita a prova de que as terras de Kakongo, a partir de certa época, passaram a ser governadas por um Kapita: é o do tratado de Kinfuma, em Lândana, assinado em 29 de Setembro de 1883.

E o tratado, como já afirmamos, é assinado pelo Kapita Ntali-Ntali, o segundo da ordem cronológica dos Kapitas.

Fosse o Ntinu Makongo quem governasse, o tratado seria assinado por ele e não por Ntali-Ntali.

Ntali-Ntali estava no poder em 1883. Sabemos que uma cópia do tratado foi entregue ao Kapita Ntali-Ntali bem como uma bandeira nacional, a monárquica, que pudemos ver muitíssimo bem conservada em 1943 (mas não a tem já o actual Kapita) e que o Kapita André Sòzinho Loemba nos mostrou com todas as suas outras insígnias.

E não fossem estes — os Kapitas — os chefes do clã Kakongo não lhe teriam sido entregues a bandeira monárquica, a cópia do tratado, etc., etc. que sempre procuraram guardar em sua posse até que se perderam ou o tempo as deteriorou (v. g. a própria bandeira do Kapita, cuja fotografia possuimos desde 1943, e que a formiga branca destruiu).

Desde o Kapita Muenimpolo nunca mais se apresenta um Makongo à frente das terras de Kakongo.

Qual o facto ou factos que levaram o poder às mãos dos Kapitas?

Só temos elementos colhidos na tradição. É nesses que nos vamos basear. São os admitidos pelos Bakongo.

1.ª Versão

Makongo Mua Sonho Nzobo adoeceu com a lepra.

Mandou chamar o Nganga, o curandeiro. Este, antes de comunicar o diagnóstico e de dizer o remédio que pretendia aplicar, perguntou ao rei:

— Toda a tua família gosta de ti?

— Sim, gosta.

— Então, disse o curandeiro, marca um dia e reune-a toda em grande fundação.

— Juntaram-se em Kiengele, residência dos Makongos. O Nganga disse ao rei como proceder.

— Para que é, perguntaram, que estamos aqui? Qual o fim desta reunião?

— Para me dardes, respondeu o rei, uma de vossas filhas, nova, a fim de que com o sangue dela, sangue forte e jovem, depois de morta, misturado com folhas medicinais, possa ser curado.

Responderam:

— Deixa-nos, primeiramente, que nos reunamos em segredo a ver o que cada um pensa e o que se resolve.

Unânimemente, entre eles, pensaram e disseram:

— O quê? Cortar a cabeça a uma filha de príncipe? O rei está velho e doente. Matar uma filha nova? Não.

Voltaram ao rei:

— Que resolveram? — perguntou o rei.

— Temos pena mas é melhor que morra o rei, que já está velho, do que deixarmos matar uma de nossas filhas, responderam.

E todos voltaram a suas casas.

Ficou o Nganga e o Makongo.

— Vês, disse o Nganga, que não gostam de ti? Fiz isto para os experimentar, pois, não preciso de matar a rapariga para te curar. Basta tirar-lhe sangue de uns pequeninos golpes que lhe faça. Manda vir uma rapariga da família dos príncipes.

O rei chamou o sobrinho Mue Mpukuta e explicou-lhe tudo.

Mue Mpukuta tinha uma sobrinha, chamada Mue Nzovo, filha de uma sua irmã. A irmã de Mue Mpukuta acabou por apresentar a filha ao rei, para a vida ou para a morte, pois desconhecia ao certo o que viria a acontecer.

E curou-se o Makongo.

Ficou sempre escondida a pequena Mue Nzovo e, quando já mulher feita, Makongo mandou reunir toda a família.

Vieram. E, novamente, em grande fundação, lhes perguntou o rei:

— Conheceis-me?

— Sim, conhecemos. És o nosso rei.

— Sou o mesmo? Estou o mesmo?

— Sim, és o mesmo mas curado.

— Pois sim, estou curado porque tenho um sobrinho muito amado que deu uma filha para se lhe cortar a cabeça e que está ali enterrada.

— Todos se calaram admirados e medrosos.

— Agora, disse o rei, esperem um pouco e verão o que faço.

No meio de todos mandou colocar esteiras, peles, etc., etc., o que era costume empregar na entronização dos reis.

Tudo pronto, ao mando do rei, saiu de um falso sepulcro a rapariga muito bem vestida. Logo que a viram, ficaram envergonhados e assustados.

Baixaram as cabeças.

Makongo, tendo mandado sentar a rapariga no lugar que haviam preparado, colocando-se ele próprio de pé, perguntou:

— Conheceis quem é?

Cheios de vergonha, disseram que sim.

— Como vêdes, continuou o rei, não se lhe cortou a cabeça mas apenas se lhe tirou um pouco de sangue.

Tendo repreendido e injuriado os que se lhe recusaram a dar-lhe as filhas, disse-lhes:

— Ficai sabendo que só poderão ficar no meu lugar e a governar as terras de Kakongo os descendentes desta donzela que, de hoje para o futuro, deixando o nome de Mue Nzovo se chamará Mue Menga (Menga=sangue).

E continua a tradição a dizer que Makongo Ma Nsonho Nzovo tinha um filho de nome Muana Nfumu Liumba que veio a casar com Mue Menga.

Dos dois teria nascido Mue Mambu (Liambu, pl. Mambu — questão, querela) que foi a Mãe do Kapita Muenimpolo, único descendente de Mue Mambu e o primeiro Kapita com a autoridade suprema sobre todas as terras e gentes de Kakongo.

2.ª Versão

Apresenta tudo como na primeira, mas faz descender a pequena, que foi entregue para a cura do Makongo, de Mue Sangu, que não era de sangue real.

Mue Sangu, notando a atitude da família do rei, ofereceu de boa mente a sua filha dizendo: «basta que o velho rei fique melhor.»

Mue Sangu ficou também a chamar-se Mue Menga.

E, então, porque é que Muenimpolo não passou a denominar-se Makongo, uma vez que tinha o poder sobre as terras e gentes de Kakongo, e conservou para si e seus descendentes o título de Kapita?

E temos, novamente, de recorrer aos costumes e tradições.

Apresentam duas razões.

1.ª Razão

O novo rei, para ser entronizado e receber o título de Makongo, tinha — e dizem que era condição «sine qua non» — em uma cerimónia, de passar, saltando, por cima de uma sua irmã.

Ora, Muenimpolo não tinha irmã alguma nem irmão.

Pela cópia do manuscrito que possuimos, sabe-se que Mue Mambu teve outros filhos, não se mencionando de que sexo, antes de Muenimpolo. Mas como os entregava, para serem amamentados, às suas escravas, estas «*como tinham invejos com os filhos de Mue Mambu Matavam todos.*» (sic)

Foi preciso que Puinde Mua Buanga, irmão de Mue Mambu, a repreendesse e lhe desse «*uma carga de purada até duenceu uma Semana inteiro e disse como voce já está no gravida Se tornar dar mais os seus escravaturas matar já sabes o que voce Suceda.*» (sic)

E assim, pois, nasceu Muenimpolo e foi amamentado por sua própria mãe, porque era contìnuamente vigiada.

E no manuscrito a que aludimos ainda se pode ler:

«...*Puindi Mua Buanga mandava os pessoal vizinhando a irmá para que não dava mais o filho na aqueles escravos a Matar.*» (sic)

Teria escapado assim à morte o que veio a ser o Kapita Muenimpolo. Por que não tinha nenhuma irmã, não podendo completar todo o cerimonial, ficou sem poder usar o título de Makongo.

Sendo, porém, descendente de Mue Menga (mãe de Mue Mambu) ficou a governar as terras de Kakongo.

Conhecendo bem a mentalidade destes povos, não custa muito a crer que os directos descendentes de Makongo, procurassem dar a morte aos descendentes de Mue Menga.

Poderiam ter ameaçado Mue Mambu e as escravas. É que, acabada — ou até não começada — a descendência de Mue Menga, o governo voltaria, certamente, para eles.

2.ª Razão

Dizem que o Kapita Muenimpolo nunca chegou a tomar o título de Makongo porque o último Makongo não tinha sido enterrado por, depois de morto, ter sido encontrado sem um dedo...

Para fins de feitiçaria, em outros tempos, chegavam a guardar as unhas dos mortos, que deviam ser cortadas sempre, e mesmo a cortar e guardar os dedos...

Por outro lado, se na verdade o último Makongo tinha tido ou tinha a lepra, nada custa a crer que não só um mas vários dedos lhe hajam caído em vida, quanto mais depois de morto!

Os reis, príncipes e ricos senhores eram enterrados mui tardiamente.

Em «*Portugal em África*», 1.ª Série, pág. 116 do ano de 1896, na crónica das Missões — Missão de Lândana — lê-se o seguinte:

«O Rei de Kakongo, que morreu em 1874, só foi enterrado em 1881, quando o seu sucessor por sua vez morreu». Portanto, sete anos passados.

A demora em enterrarem-se os reis e príncipes era devida ao muito que se exigia de gastos nessa altura e, portanto, ao muito tempo que era necessário para se conseguir o dinheiro e as coisas para um funeral de grandes senhores.

Qual seria o rei falecido em 1874 quando morreu o seu sucessor?

Quanto a demoras em enterrar, a falta de unhas, etc., disso vamos encontrar provas. Mas como conciliar nomes e datas com certos factos e com o que vamos citar?

No pequeno estudo sobre Lândana, a que já nos referimos, o P. J. Troesch escreve:

«Em 1870 o último rei de Kakongo, Dom João Capita Mampolo (Ma Mpolo, Mani Polo, Muene Mpolo, Ki Mpolo, tudo isso vem a ser a mesma coisa), rei eleito mas nunca coroado, está morto, já faz anos, na capital: Ki Ngele. Dom Pedro Ngime (Gimbi) mu-ana nfumu, filho do rei e depois príncipe, é regente. Porem a susseção pertence por direito tradicional a Muata Bona, sobrinho pela mãi, do falecido rei.

Como lhe é intredito residir em Ki Ngele, espera em Tandu Nzinzi.

Pois antes do novo tomar posse do trono, o antigo rei tem de ser enterrado com todas as honras e cerimónias. Esse interro incumbe ao filho, ao principe Gime que entretanto exerce a regencia.

«Compreende-se, escreve em 1873 o Padre Duparquet, que este difere as exêquias o maior tempo possivel. É o que está acontecendo.

Dom Pedro Gime as difere continuamente, sob o pretexto de não se lembrar onde colocara as unhas do falecido rei, o que impede de poder proceder às cerimónias. Ora convem saber que durante todo este tempo as esposas do falecido rei estão obrigadas a guardar a continência a mais absoluta sob pena de serem queimadas vivas assim como o cúmplice. Disso pode avaliar-se a paciência com que estas viuvas, que não são menos de

dusentas, esperam pelo interro para poderem nupciar. Já se murmura bastante no reino por esta demora, de sorte que é de esperar que Muata Bona não tarde a ser coroado.»

Assim escreveu e citou, textualmente, o P. Troesch.

E já se podem notar dois factos de que falamos: Muenimpolo, «rei eleito mas nunca coroado»; demorar o funeral por «não se lembrar onde colocara as unhas do falecido rei.» Esta demora diz-se que é a pretexto desta falta.

De uma carta de P. Auguard, 1880:

«Il y a quinze jours un grand prince est mort de vieillesse, non loin de Landana. Les épreuves doivent se faire plus ou moins multipliées, selon l'importance du personnage défunt. Déjà depuis 15 jours, quatre esclaves, hommes et femmes, ont été soit empoisonnés, soit enterrés, soit empalés, soit enfim crucifiés sur le tronc énorme des baobab. Cela continuera une année et plus.»

Em «*Portugal em África*», Janeiro de 1900, o P. Rooney escreve, pág. 436:

«Porém na época da visita dos missionários estava Landana sem rei: * era o tempo do interregno. O último monarcha D. João Capita Mempolo tinha fallecido havia já bastantes annos. Mas segundo o costume do paiz, que é de quasi todas as tribus africanas, o sobrinho, filho de irmã e não do fallecido rei, era chamado para suceder-lhe no governo: a este pertencia só o encargo de fazer o enterro solemne de seu pae. D. Pedro Djime, a quem cumpria dirigir os funerais, como primogénito, comprehendeu facilmente a vantagem que podia tirar retardando indefinidamente as cerimónias funebres: fel-o sob pretexto de se haverem perdido as unhas do rei seu pae, sem as quaes não era lícito de modo algum proceder-se à inhumação. O herdeiro legítimo, Muata Bona, n'estas circunstancias não teve outro remedio senão esperar com paciencia que se effectuassem as exequias legaes, condição *sine qua non* para a sua sahida de Tandazizi, residencia forçada e pouco agradável para o herdeiro do throno. Seria uma falta contra as instituições e um desacato que chamaria necessariamente a vingança dos feitiços, para não dizer dos feiticeiros, sobre o povo se se começassem as festas da coroação e se o novo monarcha fôsse residir Kinguelé, capital do reino, antes de realisadas todas as exigências das leis tradicionais, até as mais minuciosas, a respeito do enterro do defuncto soberano.»

Temos de admitir uma certa confusão, até de datas, e meada onde se não apanha fàcilmente a ponta, pelo menos do ano de 1870 a 1883.

Quem morreu em 1870 (1874, segundo citação de «*Portugal em África*») e 1880 (segundo P. Auguard), 1881, segundo a mesma citação do «*Portugal em África*»?

Em 1883 está no poder Ntali-Ntali.

Muenimpolo se morreu em 1870, e é o primeiro Kapita («o último monarcha D. João Capita Mempolo», escreve o P. Rooney) quem foi que morreu em 1880 (ou 1881?) uma vez que Ntali-Ntali é o segundo da lista dos Kapitas?

Fala-se em que se esperava o enterro do monarca falecido para que o novo fosse coroado e voltasse ao Kiengele (ou Kinguele).

Ntali-Ntali teria residido lá? Nada consta.

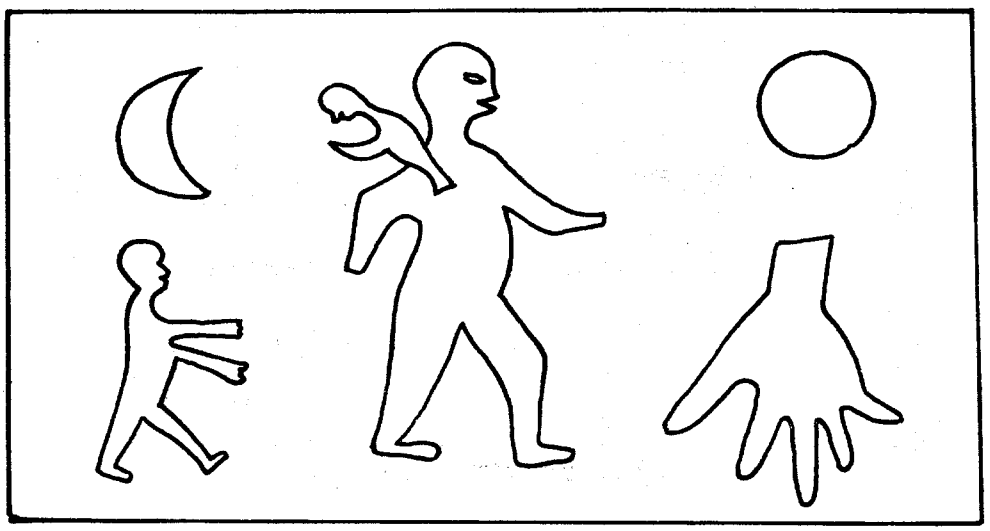
Desde há muitos anos se fala em ser a sede dos Kapitas no Kaio-Kaliado, não muito longe de Tando-Zinze.

---

* Lândana fôra visitada, para se saber da possibilidade da fundação de uma Missão, na segunda metade do ano de 1870.

As insígnias dos Kapitas

1.° — A bandeira pessoal do Kapita, que já apresentamos e descrevemos em «*Sabedoria Cabinda.*»



Símbolos

a) Lua e Sol.
b) Homem, ao centro, que representa o rei, tendo ao ombro um filho.
c) Homem, que representa o povo, na atitude de bater palmas.
d) Palma da mão.

a) *Ngonda podi vioka ntangu ko.*
A lua não pode passar à frente do sol.

O marido é mais do que a esposa.
O rei, mais do que os súbditos.

b) *Tata, Mikono:*
Livembo liami likele.

Pai (diz o filho), (olha a planície de) Mikono:
Vais ao meu ombro (responde o pai).

Que vale o filho se o pai, que é rei, o não ajuda e lhe não dá o poder? O que o filho é, ao pai o deve.

c) *Nkanda likoko lisakilila mbene.*
Bate as palmas (mesmo que seja) inimigo.

O súbdito tem de aceitar o seu rei. o seu chefe, mesmo que não seja de sua simpatia.

d) *Nkanda likoko:*
Mvika lieso lituvi.

A palma da mão:
Escrava do olho do... (à letra).

A mão é uma escrava de seu dono, do corpo, do homem a que pertence. Assim deve ser o súbdito para o seu rei e senhor.

Resumindo: — O rei está à frente de todos na mesma proporção em que o sol ultrapassa a lua. E o próprio filho do rei nada pode sem o pai. Por outro lado, o súbdito está para o rei como a palma da mão está para o homem: é escrava das suas necessidades e vontade. Por isso, o súbdito ainda terá que aceitar o seu rei, saudá-lo, bater-lhe palmas, mesmo que não seja seu amigo.

Nas mãos do actual Kapita, José António Mandevo, esta bandeira está, pràticamente desfeita pelo salalé, formiga branca.

2.º — Uma *Kimpaba* onde se encontra gravado o nome de BONZOLA FRANQUE.

No tratado de Simulambuku aparece o nome de Manuel Bonzola Franque, Governador de Porto Rico e Mutamba.

Como terá vindo parar às mãos dos Kapitas esta Kimpaba? É que já a havíamos visto em 1943, nas mãos de André Kapita Sòsinho Loemba.

Perguntando, um dia, a um dos velhos de Kakongo quem era Bonzola Franque, foi-me dito:

«Bonzola Franque era um grande de Kakongo e morador em Kiobo. Era um dos da comitiva do Kapita Muenimpolo. Tinha a dignidade de Nguvulo — o primeiro intérprete do rei. Era ele quem tratava dos negócios do Kapita junto dos europeus, chegando a ir a Luanda tratar de carregamento de escravos.»

Não nos parece. Os Franques são do Reino de Ngoio. Que andaram ligados ao tráfico de escravos, não há dúvida.

O que não se encontra é explicação para o facto de se encontrar uma *Kimpaba*, gravada com o nome de Bonzola Franque, nas mãos dos Kapitas. E é que não apresentam mais nenhuma, quando os outros grandes Senhores têm duas e mais...

A Kimpaba era guardada embrulhada num pequeno cobertor juntamente com folhas das plantas «*Mabata-Bata*» e «*Malembo-Mpumbo*.»

Embrulham-na com estas folhas para que «haja sempre paz e se afugente para longe a guerra», dizem.

3.º — Três pontas de elefante, perfuradas para poderem ser usadas como instrumentos de som.

Um maior, *Nuni* (=espôso)
Um Médio, *Nkazi* (=esposa)
Um Menor, *Muana* (=filho)

Podem mandar-se tocar em separado ou em conjunto.

Em separado: *Sika nuni; Sika nkazi; Sika Muana* — Que toque o esposo; Que toque a esposa; Que toque o filho.

Em conjunto: *Sika zimpungi* ou *Sika bakama:* Que toquem os «marfins» ou que toquem as «bakama» (=esposas).

Estas pontas de marfim, insígnias e instrumentos de som — quer as dos Kapitas como as de quaisquer outros grandes senhores — são resguardados, para melhor conservação, por uma espécie de rede, um entrelaçado feito com a fibra de «*lubamba.*»

Em tempos passados, possuiam cinco «marfins». André Sòzinho Loemba, em 1943, só tinha três. O actual Kapita só apresentou dois. (Cf. Fig. P 14)

O terceiro teria desaparecido...

4.° — A indumentária do Kapita:

a) Uma espécie de carapuço (*Kimpene*, pl. *Bimpene*) feito em malha de algodão. O algodão é comprado nas feitorias, mas é um indígena quem faz o «*Kimpene*». Outrora era feito com a fibra de folha de ananás ou da casca de embondeiro.

Nas maiores solenidades, usam um outro mais longo, caindo para um dos lados das orelhas, que tem o nome de *Nzita*.

b) *A Kinzemba* (pl. *Binzemba*), espécie de romeira.

É trabalhada em algodão grosso mas tem uma espécie de borlas, caindo à frente e atrás e dos lados, feitas da fibra muito fina do «*Mpusu*».

c) À frente, à guisa de avental e sobre o pano-saia (os grandes chefes, sobretudo em cerimónias, nunca traziam calças, pelo menos à vista), usavam a *Nkanda Kinfumu* — a pele do chefe, do mando — quase sempre do animal, espécie de lontra, *Kingolo Kinhundu*.

5.° — A cabeça de Mue Mambu, mãe do Kapita Muenimpolo.

Pode ver-se em uma das fotografias que apresentamos.

Admira-nos o cuidado com que é guardada e a simplicidade com que se afirma ser a cabeça de Mue Mambu, quando não pode passar de cabeça de alguma estátua de Ceres ou da Primavera, restos mortais do jardim dum europeu qualquer.

O Kapita André Sòsinho Loemba, com os seus companheiros presentes, afirmava ser esta a cabeça de Mue Mambu com uma convicção que a todos deixava pasmados.

E o certo é que o seu sucessor ainda a guarda cuidadosamente!

6.° — Pude ver, em 1943, na posse do Kapita Sòzinho Loemba, a nossa bandeira monárquica, entregue ao Kapita Ntali-Ntali na altura do tratado do Kinfuma, 1883.

Estava perfeitamente conservada. A cópia, porém, do tratado, segundo me disseram, havia sido destruida pelo tempo e salalé.

O Kapita actual, com ele estivemos em 1970, diz não saber da bandeira monárquica do tratado. (Cf. Fig. P 15).

A lista dos Makongos e suas insígnias. Makongos de Bumelambuto.

Do que se intitulava «Macongo Mua Tate» recebemos um manuscrito, em 1943 também, onde ele dava a lista dos Makongos.

Vamos transcrevê-la textualmente.

«Os Macongos que ja convernaram
O Primeiro Macongo Mua Stechie
2.° » Sonho Nzovo
3.° » Mua Pucuta
4.° Macongo Mua Gime
5.° Macongo Mua Nengo
6.° Capita Mua Npolo Convernando na mesmo tempo com Macongo Mua Nengo Depois 7.° Macongo Mua Mbeco Depois de Macongo Mua Mbeco Sou em 1939 — E que nomiou o 8.° Macongo Mua Tate Porque a todos principes foi Gerado pelo principe, Macongo.»

O interessante nesta lista é notar que Mua Tate, de quem o velho Estanislau Kimpolo dizia que seria descendente do Makongo Nganga Mvula e não do Ntinu Makongo, apresenta, em 6.° lugar, o Kapita Muenimpolo («Capita Mua NPolo»).

Nesta lista vemos o Makongo Sonho Nzovo em 2.° lugar.

E diz-se, na história dos Kapitas, que foi ele quem tirou o poder aos seus descendentes para o conceder aos de Mue Menga.

Está fora da ordem cronológica ou foi com outro que se deu o facto?

Actualmente é Pedro Tati Makongo quem se apelida 9.° Makongo. (Cf. Fig. P 16)

As insígnias e indumentárias

3 *Zimpungi*
1 *Kimpaba*, em ferro e muito velha
1 *Nzita*
1 *Kimpene*
1 *Kinzemba* (muitíssimo reduzida e estragada)
1 Pele de *Kingola Kinhundu*
1 Bandeira (de uns 30 por 20 centímetros) com as figuras e provérbios que vamos descrever:

a) — Ao centro, temos o mesmo símbolo da bandeira do Kapita: o rei com o filho aos ombros.

b) — À direita, um homem que se levanta da cama.

Nama kintu:
Kibele ntete ukotuka.

O alto da cabeça:
É o primeiro a levantar-se (da cama).

Explicação

O primeiro nas terras, aldeias, é o rei, príncipe, chefe. O «primeiro», entre chefes e príncipes é o Makakongo (explicava Pedro Tati).

c) — À esquerda, um leopardo que arremeda comer um cabrito.

Nkomba indevo:
Mvika mué ngó.

O cabrito com barbas:
É escravo do «senhor» leopardo.

Explicação — O aparato exterior de pouco ou nada vale. A «pera» do cabrito não o defende do leopardo. O poder está na pessoa e não no aspecto. O leopardo é um animal real! E simboliza o rei.

O verdadeiro poder está no Makongo.

d) — À direita, abaixo, a representação da parede-cumeeira de uma casa.

Dangamuna kendala:
Ntelama podi ko.

A parede-cumeeira de uma casa:
Não pode virar-se ao contrário, de bico para baixo.

Explicação — Não se tira o direito a quem o tem, a razão a quem está de posse dela. Não se pode tirar o direito que o «Makongo» tem a ser o primeiro. Não se podem virar as coisas.

Nota — Quando em 1943 já me debruçara sobre este assunto para saber de que lado estava o direito e a razão, nenhuma bandeira me foi apresentada pelo dito Makongo Mua Tati. E não foi apresentada porque, simplesmente, não existia, assim o disse ele.

Esta, apresentada agora pelo que se diz 9.° Makongo, está muito atabalhoadamente feita. Foi imaginada posteriormente?

Mostra ser bastante recente, não haja dúvida.

Fidalgos e Titulares

Os tidos por fidalgos, dignitários e titulares eram, em outros tempos, numerosíssimos. Basta ler as antigas crónicas e narrações de viagens.

Os mais comuns, e existentes em quase todas as côrtes destes reinos, eram os seguintes:

Mambuku — Vice-rei.
Makaia — O sucessor presuntivo do rei.
Mafuka — Era o ministro do comércio, intendente geral do comércio.
Mangovo — Espécie de ministro dos estrangeiros. Era quem conduzia os estrangeiros junto do rei.
Samáno — Cobrador de impostos.
Mizando — Superintendente dos mercados do rei (*Lizando* — pl. *Mizando* = mercado).
Muemata — Encarregado das espingardas, ministro da guerra.
(*Butá* — pl. *Matá* = espingarda)
Ngúvulo — Primeiro intérprete do rei.
Nkotokuanda — Advogado nas questões.
Mankaka — Correspondente a chefe de polícia.
Muenimbele — O que transportava a «*Kimpaba*», o «senhor» da faca (*mbele* — pl. *zimbele* = faca) para dar autenticidade às suas ordens ou indicar a presença do rei.
Malimbo ou *Mafuka-Limbo* — O encarregado da bandeira do rei (*Kilimbo* — pl. *Bilimbo* = Sinal, bandeira).
Mamboma — O encarregado de dar o sinal de que a questão («*mambo*») terminou.

Em «*Nós, os Cabindas*» encontramos listas de fidalgos e titulares, dos titulares de que era composta a côrte, de membros do governo,num total de, pelo menos, 47 «grandes senhores» dos quais também fazia parte o «*Ngimbi Lambi*», cozinheiro do rei. E até aparece um «*Molo Songo*», o que despertava, o que fazia as vezes de «despertador» do rei. [2]

Hoje, pode dizer-se, tudo desapareceu.

Ainda há Makaias, Mafukas, Mangovos, Ngúvulos, Mambukos, Mambomas, etc., etc. mas a que não está ligado qualquer título honorífico ou dignidade. São hoje tão comuns e aparecem com tanta frequência como os nossos Silvas, Pereiras, Oliveiras, etc., etc.

---

[2] D. José Domingos Franque, op. cit., pág. 37 e seg.

Fig. P 16 — O que se intitula actual **Makongo**

Fig. P 17 — O **Mansasa** Vito Tembo com um colar de dentes de leopardo

Fig. P 18 — O velho Estanislau Kimpolo

Fig. P 14 — O actual **Kapita**

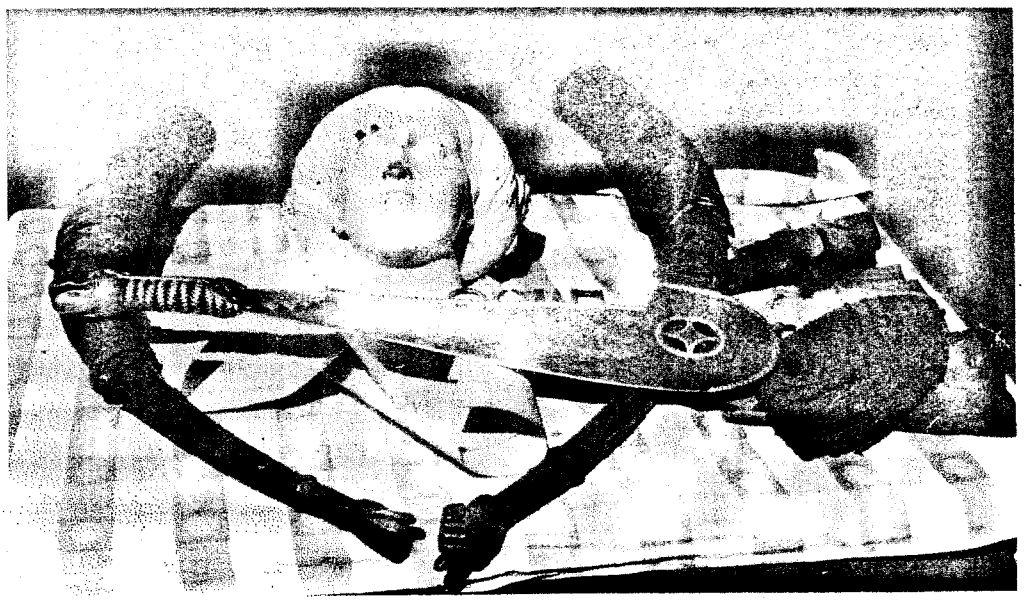


Fig. P 15 — O que resta das insígnias dos **Kapitas** com a que dizem ser a «cabeça» de **Mué-Mambo**

CAPÍTULO VI

OS BASUNDI EM TERRAS DE KAKONGO

Estes «nossos» Basundi, no dizer do P. Bittremieux, são, antes, um sub-clã, uma ramificação dos de Mboma.

«Généologiquement ils sont tous Bakongo, depuis S. Salvador et au delá jusque vers l'Alima, depuis l'Océan jusque Léo plutot jusqu'aux Batege et aux abords du Pool (Phumbu) et du Kasayi.

Qu'ils se nomment Bakongo, Bambata, Bayombe, Baluangu, etc., etc.

Les Basundi ne sont pas une race à part, mais une branche de Mboma...»

(De uma carta do P. Bittremieux ao autor , 1945).

Na história dos primeiros reis do Congo (D. João I, D. Afonso I) fala-se muito na província de Sundi, a nordeste de Mbanza Kongo (S. Salvador).

Essa província, tornada mais tarde num ducado, era confiada ao príncipe herdeiro da coroa do Congo.

O que veio a ser D. Afonso I, do Congo, e que levou o Sundi a ducado, quando rei, havia sido o Mani Sundi, o Senhor do Sundi.

Os seus habitantes dever-se-iam chamar Basundi.

Algum ramo destes Basundi, a quando da emigração das terras de S. Salvador, então Mbanza Kongo, teria passado para a margem direita do Zaire dando a descendência aos «nossos» Basundi?

Cremos bem que sim, posto que o P. Bittremieux, bem maior autoridade, diga que são um ramo de Mboma.

Não há conhecimento de Basundi em terras de Kakongo antes de 1900-1901. Viviam do outro lado do rio Lukula no, então, já Congo Belga.

Os Missionários do Espírito Santo fundaram, em 1893, a Missão do Lukula-Zenze.

Por 1900, a doença do sono grassou entre os Bakongo que viviam à volta da Missão. Dizimou a população, reduzindo-a ao mínimo. As aldeias quase se mudaram para os... cemitérios. Junto à Missão mui poucos Bakongo ficaram.

Povoar novamente aquela terra necessário se tornava. Do outro lado do rio Lukula havia bastante gente: os Basundi. Não eram muito bem quistos e as melhores terras eram para os «donos».

A Missão tinha que ter gente para educar e ensinar e, não haja dúvida, para evangelizar.

Os nossos padres começaram por captar a simpatia dos «bafumu-babuala», dos chefes de aldeia. Procuraram alunos para a catequese e para a escola e internato, vestindo-os, alimentando-os e educando-os gratuitamente.

Acabou por se conseguir que os donos de Kakongo dessem terras aos Basundi para que pudessem vir para o nosso lado.

E assim se fez.

O Superior da Missão do Lukula que tanto trabalhou nesse sentido foi o P. Biech. Ainda hoje anda na memória das gentes, passando o seu nome de pais a filhos. Mas ainda há gente viva baptizada por ele. São bons velhos.

Foi o P. Biech quem deu aos Basundi, vindos do outro lado da fronteira, as sementes (de milho, de feijão, paus de mandioca) para as primeiras plantações.

As gentes ficaram-lhe gratas. Em sinal de gratidão, comprometeram-se a dar à Missão uma pata trazeira de cada animal abatido na caça. O uso ainda estava de pé quando lá cheguei, em 1941, e pelos anos seguintes.

O P. Biech veio a falecer na Europa a 20 de Maio de 1910.

Foi o Mansasa de Kakongo quem, com o P. Biech, andou a demarcar os terrenos para cada um dos chefes Basundi que vieram fixar-se em terras de Kakongo do nosso Enclave.

O Mansasa desse tempo — 1900 — era Vito Tempo. Em 1941, quando o conheci e tudo isto me contou, com o nome das terras concedidas e mais o dos chefes Basundi, passava bom dos 60 anos. (Cf. Fig. P 17)

Disse-me que essa repartição de terras havia sido em 11 de Janeiro de 1901.

Os nomes desses chefes e das terras que tomaram:

1.° — Madundo-Manduta, ocupou o Kinsiaku-Bantu.
2.° — Matuda, tomou o Kinsuá-Kinfumu.
3.° — Mpadi, no Bonde-Kakongo.
4.° — Nguli-Nsungu, em parte do mesmo Bonde.
5.° — Alberto Nfuka, numa parte de Makanga-Kakongo.
6.° — Lingues Mateki, ficou junto ao Limanu, margem esquerda do Kiluango.
7.° — Liluala, ocupou uma outra parte de Makanga-Kakongo.

Não me lembro de ter visto o Madundo-Manduta e nem o Nguli-Nsungu.

Conheci e estive em suas aldeias com todos os outros chefes Basundi.

Também nas aldeias de Uângulo, Kiobo, parte de Santo Eugénio, aldeia de S. João, aldeia de S. Miguel, parte do Fubu — tudo pertencente à Missão Católica do Lukula — se vieram fixar gentes Basundi.

E mais ainda no Kindende, Kai-Kongo e parte do Kakata.

Pode afirmar-se, sem perigo de grande erro, que a população da Missão Católica do Lukula, em 1941 e anos seguintes, era formada, no mínimo, por 80% de povos Basundi vindos do Congo ex-Belga.

Foi baseado nestes dados e nesta percentagem de população emigrada do Congo vizinho que o autor conseguiu do Sr. Governador Geral, Agapito da Silva Carvalho, em 1947-48, uma boa Escola e um óptimo Posto Sanitário.

Vamos voltar ao nosso Mansasa.

A lista dos Mansasas fornecida pelo Vito Tembo:

1.° — Mansasa Mue Nfuti
2.° — Mansasa Bandamina Ilu
3.° — Mansasa Mue Nlandi
4.° — Mansasa Mue Ntebo
5.° — Mansasa Mue Vala
6.° — Mansasa ITembo (o Vito Tembo, em anos seguintes).

Os Mansasas, em tempos passados, também eram senhores da faca *Mbele Lulendo* (*Kulenda* = Odiar, detestar) — a que outros chamam *Mbele Lusimbu* (de *Kusimba* = Segurar, ter em mão) — que passava de descendente para descendente e que servia nas sentenças capitais.

Esta faca, disse-nos o Mansasa Vito Tembo, foi enterrada com todas as coisas do Mansasa Mue Ntebo, visto o sobrinho que lhe sucedera ser ainda muito pequeno para receber tal herança.

Insígnias do Mansasa:

O «*Ngundu*» — espécie de barrete que, outrora, era confeccionado com fibra da folha do ananás.
Também uma «*Kinzemba*» — espécie de murça, romeira.
Uma pele de «*Kingolo Kinhundu*».
9 dentes de *Nkose* (*meno mankose* = dentes de leão).
9 dentes de Ngo (*meno mangó* = dentes de leopardo).

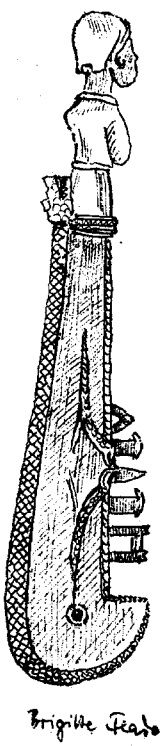
A descrição do leão feita por Vito Tembo: «um animal muito grande, que comia gente e que tinha uns olhos que davam luz como a de um holofote. Mas agora não há cá.»
Não consta que em terras do Enclave de Cabinda tivesse havido leões.

Segundo Vito Tembo, as autoridades de Kakongo eram as seguintes:

1.° — O rei, o *Kapita* (uma vez que deixou de haver Makongos).
2.° — O *Mansasa*. Segundo Vito Tembo era como que um vice-rei, vice-Kapita.
3.° — *Makaia* (*Makaia-Mansi*) — Era o encarregado de ver as questões que havia nos povos e levá-las ao arbítrio do Kapita.
4.° — *Mambuku* — O que recebia as ordens do rei, do Kapita, e as publicava.
5.° — *Ngovo* — Nome dado ao primeiro filho da mulher favorita do Kapita. Era encarregado da fiscalização da pesca. Tomava o peixe necessário para o rei e distribuia o mais pelos pescadores.
6.° — *O Nkotokuanda* — O orador e advogado nas grandes festas e grandes «fundações», julgamentos.
7.° — *Mankaka* — Encarregado de manter a ordem e da aplicação das sentenças. Era chefe de polícia e carrasco ao mesmo tempo.

CAPÍTULO VII

A KIMPABA (pl. BIMPABA)



Brigitte Peabo

A KIMPABA é uma espécie de cutelo de aparência semelhante à da catana actual. Não é, contudo, usada para os mesmos fins do cutelo ou da catana.

Encontramos BIMPABA em ferro, uma em marfim, sendo a maioria delas em prata e bem trabalhadas.

A parte contrária ao gume tem sempre vários ornatos, alguns símbolos e, ao meio da folha, em muitas delas, o nome de seu proprietário, que é sempre uma autoridade.

A «Kimpaba» vem de muito longe, de tempos remotos, e cremos não estar fora da verdade fazendo-a descender da «MBELE LUSIMBU» (ou «MBELE LULENDO»), a grande faca dos chefes usada nas penas capitais e que sempre foram o símbolo do poder discricionário dos chefes — Reis — destes povos. Lembremo-nos, para confirmação disto, de algumas das ZIMVILA já apresentadas.

A KIMPABA em prata só começa a aparecer bastante mais tarde, no tempo em que o tráfico dos escravos se tornou mais aceso. Eram oferecidas às autoridades gentílicas fornecedoras de escravos ou eram mesmo pedidas e compradas por estes grandes chefes indígenas que se dedicavam — e até com gosto — ao tráfico de escravos (também os tinham ao seu serviço) que os tornava ricos.

Pode-se mesmo, pelo número de BIMPABA que algumas famílias ainda conservam, supor até que ponto os seus ascendentes estiveram envolvidos em negócios destes.

Encontram-se mais BIMPABA em famílias da orla marítima do que nas do interior, e mais em terras de Ngoio, do que nas terras de Kakongo.

A KIMPABA deixou de ser instrumento de castigo e de execução da pena capital para ser o símbolo do poder absoluto dos grandes chefes. Acontece até que o gume da KIMPABA não é afiado e nem se iria cortar a cabeça a alguém com cutelo só de prata e muito menos de marfim.

A. J. Fernandes, de Cabinda, define a KIMPABA deste modo: «É, pois a Tximpaba, quase sempre de prata, trabalhada em forma de espátula, tendo num dos lados laterais umas

três ou quatro cavidades, deixando nos espaços uns dentes de forma irregular; na parte estreita tem um punho ou cabo, igualmente de prata.

«Os cabindianos ainda hoje a usam em suas pomposas cerimónias públicas e em certos e determinados actos de sua vida particular, como símbolo de absoluto e máximo respeito onde quer que ela seja exibida.»

Raros eram os grandes chefes — «Bafumu-Bansi» — que não possuiam uma KIMPABA em prata, pelo menos.

Muitos as venderam já — todas ou em parte — e, por isso, se vão tornando mais raras, posto que se possa ainda encontrar uma boa dúzia delas.

Quando um grande chefe era convidado para assistir a alguma cerimónia pública, fazia-se acompanhar de um Nkotokuanda (que de advogado ou orador, ordinàriamente, fazia agora de secretário ou de ajudante de campo.) que era o portador da KIMPABA.

No local da reunião cada chefe tinha lugar reservado e segundo a dignidade de cada um. Ao centro, o mais digno. À frente de cada um desses chefes era preparado o lugar para a respectiva insígnia do poder, a KIMPABA. Um «luando» — esteira grossa de papiro — tendo por cima uma «nkuala» — esteira fina — e um fino, mas pequeno, tapete, era onde repousaria a Kimpaba de cada Nfumu-Nsi.

Quando o Nfumu-Nsi, por doença ou outro motivo grave e aceite não comparecia, era substituído pelo seu Nkotokuanda, que tomava o lugar do chefe colocando à sua frente a KIMPABA de quem representava.

Era raro sair para fora de suas terras a KIMPABA do Rei MAKONGO ou do Rei MANGOIO. Mas, quando isto acontecia, a corte nomeava uma deputação chefiada por um Kapita ou por um Mangovo. Os membros destas deputações eram transportadas em tipoia, como se do próprio Makongo ou Mangoio se tratasse.

Em campo de batalha, a presença da KIMPABA de uma entidade superior à dos dois contendores obrigava ao cessar imediato da luta.

Esta atitude dos beligerantes perante a KIMPABA do Rei ou de um grande senhor, faz lembrar o medo do Senhor de Aratta quando viu o ceptro do herói sumério Enmerkar. Lê-se em «*A História começa na Sumária*», por Samuel Noah Kramer, o que se encontrou escrito, em escritura cuneiforme, numa placa de argila de há uns 4.000 anos: «...Envia uma vez mais o arauto a Aratta, mas agora, em vez de uma mensagem, o arauto empunha o próprio ceptro de Enmerkar. Ver o ceptro parece ter suscitado o terror do senhor de Aratta.» [1]

É que, entre Bakongo e Bauoio, a KIMPABA fazia as vezes de ceptro.

O portador da KIMPABA, que não era necessàriamente o dono dela, mas sempre alguém, pelo menos, enviado pelo senhor da KIMPABA, apresentava as razões que ali o traziam e as propostas de quem o enviava. Era um embaixador da paz.

Se aceitavam as propostas a luta no campo era dada por finda e depois, em grande «fundação», procurava-se resolver o assunto a contento das duas partes.

Mas se, por acaso, desrespeitavam a KIMPABA da autoridade que ali viera propor a paz, e nem sequer deixavam de combater por momentos para ouvir o embaixador, terminada a batalha, levasse o tempo que levasse, eram os chefes dos contendores chamados a «fundação» para se saber da culpabilidade naquela falta de respeito.

O caso era muito sério. Bem pesadas seriam as custas para o culpado ou culpados dessa grave falta.

---

[1] Samuel Noah Kramer, «**A História Começa na Sumária**», publicações Europa-América, 1963, pág. 41.

Anda na memória das gentes de Kakongo a célebre luta entre os do Tenda e do Muba.

Mbondo-fula:
Iekanga Tenda i Muba;
Monti káni Mabuba umona Mbondo-fula,
Kani Matenda ka si viá ko.

Mbondo-fula (o conjunto das insígnias reais, inclusive a Kimpaba):
Segura Tenda e Muba;
Se o rei de Muba tivera visto (a tempo) o *mbondo-fula* (enviado pelo rei do Tenda),
Certamente (*Mabuba*) não queimaria o Tenda.

Mabuba era obrigado a parar a luta logo que visse o Matenda, ou seu embaixador, com a KIMPABA ou com o *Mbondo-fula.*

Não viu. Não soube o que o seu adversário propunha. Por isso, acabou por queimar o Tenda.

Podia alguém ter um devedor. Esgotara todos os meios pacíficos e persuasivos para reaver o que era seu. Consulta, então, um advogado, um Nkotokuanda. Era ao Nkotokuanda que se confiava a cobrança das dívidas.

O Nkotokuanda pede à autoridade, que é, ordinàriamente, o seu próprio chefe, a respectiva KIMPABA — que nunca era cedida gratuitamente — e, munido dela, vai a casa do devedor.

Este, antes de mais nada, teria de arranjar imediatamente lugar digno para se colocar a KIMPABA.

O Nkotokuanda apresentava, depois, a razão que ali o trazia.

Expostos os motivos e as razões de parte a parte (o credor, quase sempre, faz-se representar) as duas partes vão para o *nkoto,* lugar onde podem trocar palavras em particular, depois de pedida autorização ao Nkotokuanda.

Combinam, concordam ou não. Em termos respeitosos dizem o que foi combinado, se houve ou não acordo.

Pode haver recusa ou aceitação da dívida.

Mas, de modo algum se pode admitir a mais leve falta de respeito à Kimpaba, que o mesmo é desrespeitar a autoridade que representa. Se assim acontecesse, quem desrespeitou será chamado a tribunal e sofrerá as consequências.

De regresso, o Nkotokuanda colocava a autoridade a quem pertencia a KIMPABA a par de tudo o que acontecera e se resolvera.

No caso do tido por devedor não aceitar a dívida, o que se julgava credor podia levá-lo para «fundação», o *Nfunda-Nkanu.*

A falta de respeito à KIMPABA nunca era justificável e, portanto, a multa era sempre de aplicar e o condenado nada mais tinha a fazer do que pagar. Nada lhe valeria apelar. A apelação, nestes casos, nunca era aceite. O próprio dono da KIMPABA desrespeitada tornava-se o juiz e sentenciava o que lhe tinha de pagar pelo insulto. Por isso, estas faltas eram muitíssimo raras. Custavam muito, muito caro!...

CAPÍTULO VIII

RELIGIÃO E CRENÇA

Por intermédio de António João Fernandes, dos naturais de Cabinda, antigo e valioso funcionário do Estado, cabinda ferrenho e amigo de narrar e historiar as crenças e costumes do seu povo e terras de Ngoio, foi-me possível a lista e narração de cada uma das «divindades» dos cabindas. [1]

A. J. Fernandes, nascido a 7 de Fevereiro de 1879, veio a falecer a 23 de Junho de 1945.

Conheci-o perfeitamente e com ele falei muitas vezes sobre assuntos ligados aos usos e costumes das gentes de Ngoio. *

As principais «divindades» eram:

Kuiti-Kuiti
Mboze
Lusunzi
Nkanga
Mvemba
Lunga
Bunzi ou Mbungi
Nkunda Mbaki Nranda
Makunku

1 — KUITI-KUITI (*Nzambi-Mpungu, uivanga naveka* = O *Nzambi-Mpungu*, o que se fez a si mesmo)

Apresenta-se como filho de um deus que nasceu velho na terra, em Mboma Yala Linsongo.

---

[1] António João Fernandes, «**Antigo Reino do Congo — Arquivo de Quadros Folclóricos**», apontamentos manuscritos que facilitou ao autor.

* Tome-se esta descrição como um género de mitologia dos Bavoio ou de lenda mitológica. Nada mais.

Teve como irmãos a Nkunda Mbaki Nranda e Mboze.

A mulher era a sua própria irmã, Mboze, de quem teve dois filhos: Ne-Mbinda Né--Mboma e Nkanga.

Numa das ausências de Kuiti-Kuiti, Mboze teve relações com o seu próprio filho Nkanga. Concebeu. Kuiti-Kuiti tendo conhecimento da traição e vileza da mulher, conhecimento através de um sonho, regressou a casa e pegou-se com seu filho Nkanga. Isto aconteceu em dia de nevoeiro cerrado (= *Mbungi*).

Com o susto, não pequeno, Mboze teve parto prematuro. E Kuiti-Kuiti mata Mboze e Nkanga.

Nkunda Mbaki Nranda reprova o proceder de Kuiti-Kuiti, seu irmão, por ter morto Mboze e Nkanga. Então, Kuiti-Kuiti faz ressuscitar os dois ao mesmo tempo.

À criança nascida deste crime de incesto foi dado o nome de BUNZI que, na interpretação de Fernandes, queria dizer: «Assistente de dois deuses em luta.»

Passados tempos, Né-Mbinda Né-Mboma, o outro filho de Kuiti-Kuiti, pede ao pai uma mulher para casar.

O pai manda-lhe que case com a própria mãe, Mboze.

Deste casamento nascem dois albinos gémeos.

Kuiti-Kuiti, em dada altura, toma os dois gémeos albinos e foge com eles para a Europa!

Chegados à idade precisa, os albinos tiveram filhos.

Kuiti-Kuiti mata os dois gémeos albinos, abandona na Europa os filhos destes e regressa sòzinho às terras de Ngoio, indo habitar Mboma. *

Sua mulher Mboze vai visitá-lo e, mostrando-lhe as duas filhitas que levava, diz-lhe: — «aí tens duas filhas que tive de teu filho Né-Mbinda Né-Mboma.»

Depois, Mboze, foge de Kuiti-Kuiti e vai habitar em Buali, no Loango-Grande, transformando-se ali em outra divindade: Kinkambizi-Kia-Buingi.

Kuiti-Kuiti, sabendo disto, vai ao Loango em busca de sua mulher. Ainda que a custo, consegue que ela venha com ele e, os dois, vão habitar em Mbanza Kongo.

Mas, passados tempos, voltam a Mboma. Aqui tiveram uma filha: Madia-Mamboze.

Nesta altura Kuiti-Kuiti diz para a mulher: «Olha, Mboze, completamos a nossa missão. Fizemos muitos filhos. Tens agora que me recompensar com boa comida e boa bebida.»

A mulher concordou. Preparou duas panelas: uma com boa comida e outra com comida envenenada. Desta deu a comer a Kuiti-Kuiti e a seu cunhado Nkunda Mbaki Nranda e aos filhos. A da boa comida foi para Né-Mbinda Né-Mboma.

Morreram os que comeram da panela envenenada. Parte do povo lamentou e murmurou... Mas vieram a ressuscitar!

2 — MBOZE

É irmã e mulher de Kuiti-Kuiti, como se deixou dito.

Depois da ressurreição de Kuiti-Kuiti, Mboze reformou a sua vida.

Mulher de grande beleza, umas vezes era encontrado muito bem vestida, outras fingindo de pobre miserável, esfarrapada e imunda!

---

* Não querem ver nesta narração o fazer descender a raça branca da raça preta? A conclusão é bem fácil!...

Quando sofria algum roubo, levantava-se durante a noite e descia às povoações a gritar e a reclamar o que lhe haviam roubado. Ameaçava os ladrões com todos os castigos e males possíveis.

Quando fingia de pobre, amaldiçoava quantos lhe negassem esmola.

Foi pouco amiga das mulheres por ter sido uma mulher quem lhe negou água um dia em que, cheia de sede, lha pediu.

3 — LUSUNZI

Filha de Né-Mbinda Né-Mboma e de Mboze.

Teve por marido seu irmão Nkanga.

Seus irmãos: Bunzi (irmão e sobrinho), Mvemba (irmã e sobrinha) e Madia-Mamboze (irmã e prima)!

Depois desta vida tumultuosa e devassa do período de Kuiti-Kuiti, comenta J. Fernandes, é LUSUNZI,produto «daqueles actos tão desonestos e revestidos de tanta imoralidade», quem vem ensinar e impor, na verdade, doutrinas e sistemas sociais de «alta moralidade» (sic) que o povo tão bem recebeu a ponto deles fazer leis, usos e costumes.

Leis, usos e costumes que ainda hoje se seguem.

São de LUSUNZI as leis que regem todos os actos da vida moral e social dos povos de Ngoio. Ainda agora o chegam a afirmar.

Entre essas leis podemos salientar as seguintes:

a) A que proibe expressamente a cópula de qualquer homem com uma mulher, no chão, ainda que esposa, ou numa casa de portas e janelas abertas e sem cama (que na altura era de simples esteiras de papiros).

b) A que proíbe terminantemente relações com uma jovem (*Kinkupa* ou *Kikumbi*) sem que tenha passado pela cerimónia do *kualama* (designada, comummente, por «casa da tinta»).

c) A que proibe à mulher, nos seus dias do mês, ter relações seja com quem for e o cozinhar para o marido enquanto durarem esses dias.

d) A proibição de casamento entre parentes, mesmo bastante afastados, bem como a de qualquer relação íntima com qualquer deles, mesmo que não casem.

Para as pessoas casadas instituiu LUSUNZI e LEMBA as mútuas confissões íntimas de tudo quanto se julgue, num certo momento, ser causa de males para um dos conjuges (v. g. o marido adoecendo depois de uma infidelidade da esposa, a doença é tida como efeito dessa infidelidade; a mulher terá que confessar essa falta ao marido, aliás, ele não curará!).

A LUSUNZI com LEMBA junta-se também KALUNGA, que é a confessora e está presente a esses actos íntimos.

LUSUNZI, para os cabindas, é o maior de todos os Bakisi-Basi, o espírito protector da terra.

Por sua vez, ela constitui um seu representante na terra, o Nganga-Lusunzi (o sacerdote de Lusunzi) encarregado de vigiar e fazer cumprir todas estas leis com a ajuda dos ZINDUNGA.

A lenda diz que LUSUNZI tinha duas caras na mesma cabeça. Uma cara era branca, e branca era a porte do corpo que estivesse desse lado. Outra cara era preta, e preto era quanto estivesse desse lado.

Qual a explicação das duas caras?

Para fazer compreender a toda a gente que «*Nandi kaizila muna nza buingi sukula mambu mivala ke bafiote i ke mindele*» = «Ela veio ao mundo para expor doutrina de valor e proveito para pretos e para brancos.»

É na aldeia de Kizu que tem assento a LUSUNZI, o *Nganga-Lusunzi*, os ZINDUNGA, o *Ntoma-Nsi* e o *Nfumu-Nsi*.

O povo estava (não está ainda?) de tal modo sugestionado que, havendo qualquer falta a uma dessas leis chamadas de LUSUNZI, se denunciava pessoalmente, ou denunciavam os próprios familiares, ou ainda, depois de uma crise geral — v. g. falta de chuvas, de caça, de pesca, etc., etc. — atribuiam-na a algum desses actos imorais e, por si mesmos ou por outrem, confessavam ao *Nganga-Lusunzi* ou ao *Ntoma-Nsi* para que a LUSUNZI fosse devidamente apaziguada. *

4 — NKANGA

Filho de Kuiti-Kuiti e de Mboze é marido de sua própria irmã Lusunzi.
Presidia a todas as grandes cerimónias.
Governava, espiritualmente, as terras de Kingangaka, Ngoio, Kankatu e outras.

5 — MVEMBA

Filha de Né-Mbinda Né-Mboma e de Mboze e irmã de Lusunzi e de Bunzi.
Era invocada nas grandes calamidades.

6 — LUNGA

Também filha de Né-Mbinda Né-Mboma e de Mboze e irmã de Lusunzi.

É «deusa» de muita representação nos casos que dizem respeito à salvação do «seu» mundo. Habitava nas pequenas florestas das margens do rio que tem o seu nome, na Muanda (Rep. do Zaire), junto à foz.

7 — BUNZI ou, melhor, MBUNGI

Filha de Nkanga e de Mboze.

Foi por causa deste nascimento incestuoso que Kuiti-Kuiti, marido de Mboze, matou esta e seu filho Nkanga.

No momento em que os dois homens lutavam, Mboze, antes de morrer, ouviu dentro de si uma voz que lhe dizia: «*Telamena bobo, kaza minu nzoleze umona monso mivioka avava*» — Espera que eu quero ver tudo o que se passa aqui». E nesse mesmo instante nasceu MBUNGI e este nome recebeu porque nessa altura, dizem, havia muito nevoeiro (Nevoeiro = *Mbungi*).

---

* Vamos, no decurso deste trabalho, notar a influência benéfica — porque não o dizer? — destas leis de Lusunzi.

Ao lado de muitas deficiências, que as há, não podemos negar a estes povos do Enclave de Cabinda, que não só aos cabindas pròpriamente ditos, uma lei natural sã.

Era e é o medo aos grandes castigos que os mantêm na lei?

Pode bem ser que sim. Mas, ainda hoje, dificilmente faltam às leis de Lusunzi que acima mencionamos.

MBUNGI (ou BUNZI) é invocado, principalmente, nas terras de Mputu Kinzazi e Matamba.

8 — MPANGI

Filha adoptiva de Lusunzi.

MPANGI pairava na região de Cabinda, junto à sua baía.

O seu habitat era numa pedra que se encontrava na encosta do morro do antigo Porto Rico. A essa pedra lhe chamavam: *Limanha liMpangi* = Pedra de Mpangi. Era o Nkisi-Nsi da terra, o espírito protector.

Os naturais nem lhe tocavam, tanto o respeito ou medo que lhe tinham. Contudo, com a escolha do local de Porto Rico — comprado à família Franque — para a construção do Palácio do Governo de Cabinda, foi utilizada essa pedra nas obras.

E por causa desta «destruição», afirmam os naturais de Cabinda, tanto Mpangi como Lusunzi deixaram as terras de Ngoio. Lusunzi foi para S. Tomé e Mpangi para a antiga capital do reino do Loango, Buáli. Mas não deixaram, contudo, de ter influência sobre as gentes de Cabinda.

9 — NKUNDA MBAKI NRANDA

Irmão de Kuiti-Kuiti e marido de Nsansa-Kunda.

Era o «deus» da chuva. Tinha cauda. Quando invocado para fazer cair chuva, apontava a cauda para o céu. Mas quando julgasse bem, como castigo, apontar a cauda para baixo era mais do que o bastante para não chover!

10 — MAKUNKU

Filho adoptivo de Lusunzi.

Era o «deus» das preocupações. Era grande o seu poder sobre o movimento do sol. Trabalho que começasse, tinha que ser terminado antes do sol posto. Mas se se enganava e o trabalho levava mais tempo do que contara? Era simples. Mandava recuar o sol para que lhe desse tempo de terminar a tarefa!

(Até parece o dito milagre de Josué, na Bíblia — Cf. Livro de Josué, X12,15!)

O Makunko usava um cinto feito de cacto. Viajava muito.

Os muitos afazeres e preocupações, de toda a ordem e em toda a parte, não lhe concediam descanso.

11 — DIVINDADES DE SEGUNDA ORDEM

São todos filhos adoptivos de Lusunzi, «deusa» dos bons costumes e a restauradora da moral natural nas terras de Ngoio.

Vela-Ke-Lusunzi, andrajoso e pobretão, vagueava pela praia e pelo Kizu.

Mbaki-Lukola-LiMpangi; Mundala-Mpangi; Lukika-LiMpangi. Estes habitavam junto ao riacho Lukola.

Kinkinda e Kilili — na Muanda.

Kimpukulo e Kinsunda — por várias regiões.

Esta mitologia Cabinda, não destrói nem exclui o «sistema religioso» comum a todos os clãs Bakongo.

Se pode haver, v. g. entre os de Ngoio, uma ou outra particularidade, fruto da imaginação bem fecunda dos cabindas — como a de A. J. Fernandes — o sistema religioso que vamos apresentar é o de todos: Bauoio, Basundi, Balinge, Baluango, Bavili, Bakongo pròpriamente dito, etc., etc., (dos nove clãs descendentes de Vua li Mabene).

Já em 1948, na revista «*Mensário Administrativo*», publicamos qualquer coisa sob o título «*A Religião entre os Kakongos — Povos do Enclave.*»

Nessas poucas linhas citamos o P. Bittremieux e nelas se pode sentir a sua influência.

Tivemos, na verdade, a felicidade de conhecer o P. Leo Bittremieux, de falar com ele, de manter correspondência com ele, que já temos citado. Correspondência valiosa, sem dúvida, e cremos ter sido o único missionário português com este quase privilégio.

Viveu o P. Bittremieux durante muitos anos na Missão de Mbata-Mbenge, dos Padres de SCHEUT. Mbata-Mbenge ficava a uns 20 quilómetros, em linha recta, da nossa Missão do Lukula-Zenze. Foi no Mbata-Mbenge que conheci o P. Bittremieux.

A sua última viagem de estudo foi do Mbata-Mbenge à nossa Missão do Lukula-Zenze, desta à de Lândana e, passando por Cabinda, dirigiu-se à da Muanda (já na Rep. do Zaire) onde a doença, seguida da morte, nem à sua querida Missão de Mbata-Mbenge lhe permitiu chegar (1947).

O tema da religião desta gente estudamo-lo com ele em conversa, em correspondência e, sobretudo — por sua indicação — na tradução francesa dos BAKHIMBA (o P. Bittremieux, por ser flamengo ferrenho, tudo escreveu em flamengo — e bem pena é) — «*La Société Secrète des Bakhimba au Mayombe.*» [2]

Procuramos depois, no contacto directo com os habitantes do Enclave, a confirmação do que dele havíamos ouvido e em seu livro estudamos.

O Mbata-Mbenge encontrava-se em região dos Bakongo.

O P. Bittremieux dedicou, pràticamente, toda a sua vida — bastante longa — de missionário ao estudo destes povos, comuns ao Distrito de Cabinda, Maiombe ex-Belga e ex-Francês.

Os nossos quase 22 anos de Enclave, com mais três visitas de estudo a terras de Cabinda, posteriormente, deram-nos a confirmação da consciência com que o P. Bittremieux tratou e expôs este assunto. Ninguém como ele descobriu e leu na alma desta gente, destes Bakongo.

Conhecemos os nomes, os nomes dos Bakisi-Basi, Bandoki, Nlunda, Konde (Kondo), etc. etc., e ouvimo-los, imensas vezes, da boca dos cabindas. Nas nossas belas e saudosas viagens pelo mato, tivemos a confirmação de que tudo era como o P. Bittremieux contava. E, falando destes assuntos, sentados ao fogo ou debaixo de uma «muanza», regando a conversa com «malavu», os velhos Matuda, Liluala, Jorge Bakisi, Estanislau Kimpolo e tantos outros, quantas vezes ficavam boqueabertos, espantados mesmo, ao reconhecerem que aquilo que tinham como segredo só deles era do conhecimento dos missionários!

Pouco ou nada há a acrescentar ao que o P. Bittremieux escreveu sobre o sistema religioso destas gentes.

Porque não queremos e nem podemos inventar «mitologias», vamos, tanto quanto possível, segui-lo.

---

2 P. Leo Bittremieux, «**La Société Secrète des Bakhimba au Mayombe**».

Temo-lo por «mestre». E, desta forma, queremos prestar-lhe homenagem de muita gratidão pelo que nos fez saber sobre esta gente admirável.

NZAMBI — O Ente Supremo

Todos os clãs Bakongo conhecem Deus sob o vocábulo NZAMBI ou NZAMBI MPUNGU.

NZAMBI é bom. Chamam-lhe Tata, Tat'itu: Pai, Pai Nosso; Tata Nzambi=Deus Pai.

Reconhecem, ainda que muito vagamente, a Providência divina no governo do mundo (NZAMBI KEBA = o DEUS QUE CUIDA) a sua veracidade e a sua omnisciência. São unânimes e explícitos em Lhe atribuir todo o poder criador. Por isso, encontramos muitas vezes Deus ser chamado, indiferentemente, NZAMBI ou NZAMBI MPUNGU = Deus Todo Poderoso, ou NZAMBI MVANGI = Deus Criador.

O designar Deus NZAMBI KEBA=Deus Providência, já é mais por influência missionária. Desde quando?

Têm ainda algumas ideias quanto a obrigações morais para com Deus e para com o próximo: o temor de castigos que Deus possa enviar e permitir; sentido muito arreigado da justiça e da fuga a praticar injustiças.

Têm a reminiscência de uma tradição oral, muito longínqua — a que o P. Bittremieux diz chamarem KONGO — de que os antigos ensinavam certos mandamentos.

Quanto à existência de um culto prestado a Deus — Supremo Senhor e Criador —, como sacrifícios, orações, etc., tanto quanto se pode investigar, nada os dá a saber mesmo entre os mais antigos.

Posto que os não cristãos não prestem culto ou ofereçam dons a NZAMBI MPUNGU, constata-se que têm fórmulas, de rotina sem dúvida, de orações e invocações.

Em certas circunstâncias dão, conscientemente, bençãos — *Kuvana miela* — ou fazem votos de felicidade em nome de Deus.

Vemos estas bençãos, quase sempre, quando um filho parte para longe e é abençoado pelo pai que toma um pouco de terra (e a terra é sempre sagrada) e, ao mesmo tempo que a lança ao ar, abençoa o filho. Chegamos a assistir a estas bençãos e sempre nos fizeram lembrar a benção e recomendações de Tobias a seu filho, antes de partir para casa de seu parente Raguel.

Não obstante tudo isto, desde há séculos, Deus é, na prática, eliminado da vida da maior parte dos negros que seguem a lei natural.

Mas o que nunca recusaram a Deus — NZAMBI — que parece, na mentalidade deles, desinteressado totalmente das criaturas, foi a Sua SOBERANA DOMINAÇÃO conscientes de que todos os entes d'ELE — do NZAMBI —recebem a existência e o poder.

Portanto, Deus não tem ninguém que LHE seja igual. ELE, o NZAMBI, o NZAMBI MPUNGU, o NZAMBI MVANGI é o Único, o Inacessível, o Grande Chefe que do «Céu» domina tudo, o bem e o mal, potências superiores, génios, feitiços...

A magia não tem qualquer poder contra ELE. ELE não está e nem pode estar localizado seja onde for, em qualquer coisa material; não é representado por imagens, etc.

ELE é, verdadeiramente, o NZAMBI. E porque é NZAMBI deixa correr, deixa fazer!

Pouco se importam com a sua intervenção — tão longe ELE está! — em tudo o que acontece aos pobres mortais, e aceitam o infortúnio com uma resignação sem mérito, próxima de um espantoso fatalismo.

Por outro lado, usam e abusam do nome de NZAMBI a propósito de tudo, sem pejo e sem respeito.

É caso, por vezes, para se perguntar se o seu NZAMBI é um deus antropomorfo ao escutar-lhes as lendas; ou se, falando de Deus como significação de Natureza, não fazem do seu NZAMBI um deus panteista!

São demonstrações das ideias primitivas ou, mui simplesmente, modos de falar.

O que se pode afirmar é que os negros, pelo menos em doutrina e teoria, não são ateus.

«Nulle part — observa judiciosamente o P. Al. Janssens e citado por Bittremieux — il n'est question d'un temps ou d'un lieu ou Dieu ne fut pas, ni de quelque chose qui échappe à sa domination; au contraire, Dieu est le maître souverain et absolu.» (Cf. *God als Scepper*, de Al. Janssens).

Na mesma obra e à guisa de conclusão, diz Bittremieux referindo-se a Al. Janssens, o mesmo teólogo admira-se, com razão, de que os sábios já não liguem importância aos mitos africanos, especialmente aos dos bantos.

Que dizer, pois, da importância e dos dados positivos que nos oferecem as crenças destes povos e os seus costumes religiosos?

Os mitos não são mais do que produto de sua imaginação inventiva (lembremo-nos do que está descrito atrás sobre as «divindades» de Ngoio), na qual é necessário destinguir entre o elemento mitológico e o religioso (Cf. A. Lang-*Mythes, Culte et Religions*) ao mesmo tempo que as suas ideias a respeito de Deus e das criaturas invisíveis, mesmo obscurecidas por erros de ordem prática, nos revelam mais directamente o íntimo de sua alma humana «cristã por natureza» (naturellement chrétienne). (sic.)

As forças benfazejas da natureza

Há entes sobre-humanos que, por vontade de Deus, governam o mundo em seu lugar: são principalmente os *Bakisi* (*Nkisi* — pl. *Bakisi*), os génios no sentido mais amplo da palavra.

Nos velhos tempos, dizem, o *Nkizi* ou os *Bakisi* eram bem melhores e bem mais amigos dos homens. Protegiam-lhes os corpos fazendo chover, dando-lhes alimento, proporcionando-lhes bem-estar.

E era por isso que os homens chegavam a muito velhos!

A estes espíritos benfazejos, à frente do bom andamento do universo, chamavam, outrora, BIKINDA BINSI.

Hoje, a maioria, nem lhes conhece o nome. Cada clã teria o seu Kinda ao qual se atribuia a fecundidade, quer das pessoas e animais, quer da terra.

Os espíritos da terra — BAKISI BASI

Mais tarde e, certamente, por analogia com os BIKINDA imaginaram os BAKISI BANENE (— Os Grandes *Bakisi*) ou BAKISI BASI, espíritos da terra, do sol, da região, de cada fundador e chefe de clã, por intermédio de um NGANGA especial «*ad hoc delegatus*», diz Bittremieux, que tinha a seu cargo inaugurar (e inventar?) o seu próprio NKISI NSI para presidir aos interesses da terra que acabavam de tomar e ocupar.

Estes «espíritos-mães» (Cf. a lista das divindades dos cabindas, na maioria fêmeas como sinal de proliferação) mais do que conhecidos por todos os clãs do Distrito de Cabinda em geral, ainda que com nomes diferentes, por vezes, parecem ser muito antigos, mais antigos do que a própria população, pois teriam sido trazidos pelos primeiros emigrantes conhecidos.

Estes *Bakisi Basi* não têm o seu habitat numa estatueta ou num ídolo. Vivem na terra, na água das lagoas e, especialmente, nas rochas ou têm o seu santuário nas florestas.

O culto ao *Bakisi Basi* parece ser a manifestação principal dos sentimentos religiosos das populações Bakongo, Bauoio, Baluango, Basundi, etc., etc.

Este culto regulava — e ainda hoje se sente a sua influência — toda a vida social e familiar. Basta que se volte a ver o que os cabindas dizem sobre as leis de Lusunzi.

É do *Nkisi-Nsi* que o chefe recebe o poder. É do *Nkisi-Nsi* que, nos Bauoio — Cabindas — toda a comunidade, por cerimónias públicas, procurava conquistar graças e favores. É em nome do *Nkisi-Nsi* que os Zindunga, chamados também mulheres do *Nkisi-Nsi* (*Bakama Bakisi-Nsi*) ou «soldados», fazem o policiamento das terras de Cabinda e velam pela guarda dos bons costumes e leis de Lusunzi, que não são mais do que as leis do *Nkisi-Nsi*.

É ainda pelo *Nkisi-Nsi* que, pràticamente, em todos os clãs do Distrito de Cabinda, fazem entrar as jovens, chegadas à idade núbil, no NZO KUMBI («Casa da Tinta») para, depois, tomarem estado, casando-se ou, mesmo, entregando-se a uma vida fácil.

Em atenção ao *Nkisi-Nsi*, absteem-se as pessoas de certos actos fora do casamento ou observam certos costumes nas relações conjugais...

Ao *Nkisi-Nsi* ficam ligados todos os que nascem de uma forma tida por «anormal», a saber:

A) Os ZINDUNDU (sg. NDUNDU) = Albinos.
Porque os albinos, de um e outro sexo, são incapazes de geração (dizem) atiram-nos para o número dos monstros.
Outrora, era costume apresentarem os «*Zindundu*» ao rei. Eram, depois, ensinados na prática da magia e passavam a servir de magos ao rei, que seguiam e acompanhavam sempre.
Ninguém ousaria ofendê-los com qualquer afronta. Eram respeitados por todos. Se iam ao mercado podiam tomar o que quisessem e ninguém lhes iria à mão.

B) BASIMBA, os gémeos. Tidos também por filhos do *Nkisi-Nsi*. Havia para com eles as atitudes respeitosas que tinham para com os albinos.

C) Os NSUNDA (pl. BASUNDA), os que nascem pondo, primeiro, as pernas fora do ventre materno.

D) Os KILOMBO — Os que revelam, em sonho, a sua origem estrangeira.

E) Os mortos com VIMBU. *Vimbu*, doença que faz inchar. Vem do verbo *Kuvimba*-Inchar, engrossar.

F) As que morrem grávidas e todo aquele ou aquela a quem não cortaram os cabelos ou as unhas...

Jura-se e amaldiçoa-se, ainda hoje, pelo *Nkisi-Nsi*.

É que o *Nkisi-Nsi*, por bom e generoso que seja, também pode encolerizar-se e vingar-se.

Há quem tenha visto nesta espécie de culto uma como que idolatria.

«Je n'oserais pas me prononcer en faveur de cette thèse», afirma o P. Bittremieux.

Assim, o nome de Nzambi dado a uma estatueta, ou o facto de recorrer «directa e ùnicamente aos bons serviços dos espíritos», estes «agindo por sua vontade e como se fosse por seu próprio poder», dispondo da vida e da morte, da saúde e da doença, da chuva e da seca, como se fosse DEUS, parece-me, continua Bittremieux, susceptível de uma outra interpretação *bem diferente de uma idolatria formal, ou mesmo material.*

E Bittremieux, que acaba de citar Mgr. A. De Clercq — *Instructions Pastorales*, 1931 — afirma que S. Ex.ª Rev.ma, tratando do 1.º Mandamento, não chega a assinalar sequer idolatria entre os pretos.

O negro, na verdade, está convencidíssimo de que foi Deus — o NZAMBI MPUNGU — quem delegou todos os poderes aos espíritos enquanto que ELE mesmo — DEUS — fica sempre o DEUS ÚNICO, INACESSÍVEL, sem concorrentes e sem divindades, mesmo inferiores.

A alma negra sempre reconheceu, e reconhece, o ENTE SUPREMO na origem de todas as coisas.

Além dos BAKISI BANENE há outros que nem estão tão altos, nem são tão terríveis como isso.

Nesta conta entra a serpente *Mbumba Luango*, os *Zindundu* (Albinos), os *Basimba* (gémeos), etc., etc.

Temos ainda os *Bakisi Bakulo* — os espíritos dos antepassados, protectores da família; o *Lemba*, especial do casamento, para que haja paz no casamento e seja fecundo.

Para as mulheres grávidas e para as crianças há uma série de espíritos protectores: *Malazi, Mamazi, Mbenza, Kobo, Kivunda*, etc., etc.

A função destes é guardar e proteger as criancinhas, já antes do nascimento, dos maus olhados dos BANDOKI, matadores, comedores da alma...

Mas os espírittos que mais andam na mente desta gente, os que mais temem, são os chamados NKONDE ou NKOSE, demónios maus, espíritos do ódio e da vingança.

Estão eles ao serviço dos BANDOKI — assassinos e comedores de almas. São estes espíritos NKONDE que, esconjurados e excitados pelos homens NDOKI, causam as doenças e males de toda a espécie até que, «obedecendo a quem pertencem ou cedendo a uma força superior, afastando-se, diz Bittremieux, deixam que o remédio natural e supersticioso venha a agir naturalmente.»

Faziam parte do grupo *Nkonde: Mabiala Mandembo* (espírito vingador do Loango), *Mangaka, Mungundo, Nsasi-Nkonde, Nkonde, Nkonde(o)Ikuta Mvumbi.*

Ordinàriamente as suas estátuas e estatuetas estão providas de um espelho e crivadas de pregos.

Quem deseja mal a alguém e dele se quer vingar, prega um prego na estátua de um *Nkonde* jurando que não terá descanso até que o outro seja punido.

E não podemos passar à frente sem nos referirmos, com mais pormenores, ao embondeiro do «feitiço», que ainda se encontra agora em Cabinda, chamado NKONDO IKUTA MVUMBI = o Embondeiro do morto gordo. (Cf. Fig. P 19 e P 20)

Está, esse embondeiro, crivado de pregos, especialmente do lado contrário a um caminho que lhe passava ao pé.

Pregar um prego nesse embondeiro, por vingança contra alguém, é trazer-lhe a morte «infalìvelmente», pensavam eles!

Tem este embondeiro uma certa forma de garrafão. Mede doze metros de perímetro.

E chama-se (não digo chamava-se, pois ainda lá está) *Nkondo Ikuta Mvumbi* porque a pessoa contra quem se faça o feitiço, contra quem se pregar o prego, morrerá assim gordo, inchado como o embondeiro!

Pregar assim o prego para feitiço, diz-se: *Banda mianda.*

Aplicado a este embondeiro feitiço, dir-se-ia: *Banda mianda muna nkondo ikuta mvumbi* = Fazer feitiço pregando prego no embondeiro do morto gordo.

Conforme o prego usado, o efeito, segundo eles, será mais ou menos imediato. Assim, pregos de cobre ou de alumínio produzem efeito mais imediato. Uma cavilha, acabará com a pessoa contra quem se prega mais ràpidamente do que o prego vulgar!

E ainda lá pregarão pregos? E ainda terão medo do «velho» *Nkondo Ikuta Mvumbi?*

Pudemos notar, pelos cabeças dos pregos, que alguns eram ainda bastante recentes.

Por outro lado, o rapaz, já bem crescido, de 14 a 16 anos, que havia ficado de me ir mostrar o dito *Nkondo Ikuta Mvumbi*, mesmo tendo-lhe sido oferecida gorgeta, não havia comparecido. E foi isto em Janeiro de 1970!...

Mas o *Nkondo Ikuta Mvumbi*, dos cabindas, está hoje frondoso e mais visível do que nunca. Ficou enquadrado nos terrenos escolhidos pela Câmara para o Bairro Popular Mendóça Frazão.

Outrora, entre os NKONDE e NDUDA comuns, existia o famoso NFULA NKOMBE. Para a sua «consagração» se requeriam vidas humanas.

Os pretos acreditavam que tinha nove corações de virgens (note-se aqui novamente o número «sagrado», número nove) no espelho fixo no ventre. Os que lhe eram dedicados tinham a reputação de BANDOKI célebres. Vestiam-se de leopardos durante meses. Afirmavam que nas solenidades em honra do NFULA NKOMBE, durante a noite, alguns homens eram comidos.

Contudo, contra os malfeitores há os antídotos.

Deles fazem parte os NDUDA (pl. ZINDUDA) representados por pequenas estatuetas protectoras dos homens e de suas casas, apresentados comummente sob a forma dum homenzito em madeira, armado com uma espingarda — ou, às vezes, só a espingarda para matar o malfeitor!

NDUDA, segundo Marichelle: «Estatueta feitiço que tem um espelho no ventre. Protege as aldeias contra o Ndoki.» [3]

Há, ainda, os BITUTA, amuletos e preservativos, tais como: braceletes, colares, pequenos bastões, conchas, «cabeças» de cabaça, etc., etc.

Muitas vezes se apelida de feitiço um objecto ou ingrediente qualquer que entra na composição dos *Nkisi* ou que a eles pertence, v. g., *Mpezo* — terra branca, cal ou giz; de *Ngunzi* — argila vermelha; *Túkula* — cerne do *Pterocarpus tinctórius* reduzido a pó; resina copal, certos frutos, etc.

O TESIA (KUTESIA, KUTESIA MANGA) é mais uma especialidade de certos adivinhos do que de certos *Nkisi*.

Em Marichelle: «*Kutesia manga*, procurar aquele que comeu a alma de um outro, para lhe dar o veneno *nkasa*.» [4]

A arte de curar é também um predicado deste ou daquele NGANGA e não deste ou daquele *nkisi*, a não ser no sentido negativo: o *nkisi* que torna alguém doente também o pode curar, uma vez que, obediente ao sortilégio do senhor, ou cedendo perante uma força superior, se retira...

Destinguem muitísismo bem entre NGANGA NKISI, o sacerdote do *Nkisi* e o NGANGA MEZA, o sacerdote das folhas, o curandeiro (usando, quase sempre, folhas medicinais).

Os espíritos mudam de domicílio? Sim, como as pessoas.

Desta feita podem seguir o seu proprietário, instalar-se noutra região, etc., etc.

Adoece uma pessoa, de doença não comum? Qual NKISI será a causa?

A última palavra está no adivinho = *Nganga Tésia*.

---

[3] P. C. Marichelle, «**Dictionnaire Vili-Français**», Loango, Imprimerie de la Mission, 1902, na palavra «Nduda», pág. 129.

[4] Idem, na palavra, «Tésia», pág. 189.

Ele adivinhará, cheirará mesmo quem foi. Exercerá bem o trabalho, representará bem com esgares e gestos, multiplicação de movimentos de toda a espécie. Ficará como em transe, de olhar fixo e com os braços como que presos um ao outro, dirá: é tal, é tal *nkisi*, está em tal ou tal parte, etc., etc.

O Homem invisível

O homem, mesmo para esta gente, não é um ser puramente material. Possui alguma coisa acima do sensível, qualquer coisa que vê, ouve, fala e age quando dorme e sonha, que sai dele quando, por assim dizer, se desdobra, como acontece no caso do NDOKI, qualquer coisa que se separa dos outros elementos que o constituem e se transforma em KINBINDI (pl. BINBINDI) depois da morte. São os manes, «almas do outro mundo.»

É ainda o homem invisível que o NDOKI procura para a ele se amparar e nele viver com o auxílio dos espíritos maus e dos *Babinbindi.*

Se esses maus espíritos e os *Babinbindi* têm sucesso o homem adoece; se o homem morre, o chefe dos NDOKI e seus cúmplices são tidos por o terem cortado em bocados para o cozerem e comerem!

O interesse de cada homem está, pois, em não atrair a cólera dos *Bakisi* e escapar e livrar-se dos *Bandoki* — comedores de almas — por todos os meios que estejam à mão, v. g. os amuletos (*nduda.*)

Em casos especiais, dirigem-se aos «especialistas» — ao *Nganga Tésia* — para que lhes diga a causa do mal, ou até para que vá ter com os comedores de almas — os *Bandoki* — arrancando-lhes a vítima fazendo voltar ao homem o seu princípio de vida — LUNZI, a alma.

O corpo, para eles, é composto de três elementos (a que Bittemieux dá o nome de *Vuvula*, ou *Vuvala* (pl. Bivuvula) a saber:

1.° — O que adere ao seu princípio de vida — LUNZI, alma — e que pode ser levado pelos espíritos e Bandoki e que se muda, então, depois da morte, em *Kimbindi;*

2.° — O que, em caso de doença, fica na aldeia. É o doente «enfeitiçado», o homem quase vazio;

3.° — O cadáver, o homem perfeitamente vazio.

Os BANDOKI

Alguns, diz Bittremieux, distinguem três espécies de *Bandoki* (Cf. *De Krokodiel em Congo*, 1929, pág. 846):

1.° — Os *Bandoki* por nascimento, por hereditariedade. Não são os piores. São até fáceis de contentar. Não matam. Uma coxa ou um osso, pelos vistos, deixam-nos satisfeitos.

2.° — Os *Bandoki* por malícia. Tornam-se voluntàriamente «comedores» e são insaciáveis, verdadeiros devoradores e não recuam perante nenhum NDUDA (de nenhum amuleto).

3.° — Os *Nganga Bandoki*, chamados a desarmar os «comedores de homens» ou a colocá-los em condições de não prejudicarem.

Resumindo o que fica dito sobre religião e crença

DEUS — NZAMBI MPUNGU

Criou todas as coisas visíveis e também os entes que, por sua natureza, são invisíveis: as forças da natureza e os *Bakisi* de toda a espécie.

E como ELE — NZAMBI — habita muito alto, muito lá para cima deste mundo, não se ocupa dos seres humanos a não ser para lhes conceder alguns raros benefícios e para os chamar a ELE.

É, portanto, de muito boa «política» honrar sobretudo os BAKISI BANENE — espíritos protectores — e também os de menor influência, com um culto de interesse onde predomina o medo de más influências, cupidez e desconfiança.

NZAMBI MPUNGU é, pois, o SER SUPREMO, ABSOLUTO, BOM. É supremo Criador de tudo o que existe fora DELE.

Delegou os seus poderes a causas segundas.

BAKISI BASI

Vêm logo a seguir a Deus, mas sempre dependentes de sua Soberania. São seres transcendentes, como que semi-deuses incarnando as forças do universo e dando a fecundidade à natureza inanimada e ao homem.

São estes «grandes», os *Bakisi Basi*, *Mbenza*, etc., etc., que regem o mundo dos primitivos, as suas instituições públicas e, em parte, até a vida privada.

Da parte dos *Bakisi Basi*, tem-se sempre ajuda e protecção asseguradas, mas precisa-se que os homens os honrem, os temam, observem os seus tabus.

A eficiência directa dos BAKISI BASI

Consistia:

1.° — Na suserania demonstrada pelo Chefe de cada dinastia, depois da demarcação e fundação da «região» até à vinda dos brancos, de tal sorte que bastava saber-se qual era o *NKISI NSI* dessa terra, dessa «região», para se saberem os limites respectivos.

2.° — Na prosperidade material: fertilidade dos campos, abundância de chuvas, saúde dos corpos, sucesso nos empreendimentos.

3.° — Na próspera, forte e sã continuação da raça: o cuidado na preparação para o casamento (*Nzo Kumbi* — Casa da Tinta), as leis que regiam as relações sexuais, dentro e fora do matrimónio (visto que os castigos, sanções contra os prevaricadores, ainda hoje, são tidos como aplicados por imposição dos *Bakisi Basi* — Cf. leis de Lusunzi).

4.° — No que estava estabelecido e regulado quanto às sepulturas. Senhor da terra, NKISI NSI pode proibir o enterro dos «anormais» e dos indignos. E pode ter-se por muito provável que foi em nome do mesmo *Nkisi Nsi* que se reservaram cemitérios especiais para os grandes chefes.

O cerimonial que acompanha a descoberta de um *Nkisi Nsi*, as honras que se prestam ao *Nksi Nsi*, seja ele qual for, os votos ao *Nkisi Nsi*, etc., etc. — tantas vezes, ainda hoje! — levam-nos a imaginar bem o grau que atingiu este culto da terra.

(Cf. Leis de *Lusunzi*, *Nkisi Nsi*, *Zindunga*)

São, assim, os *Bakisi Basi* como que semi-deuses da terra, espíritos do solo, que regem a vida política, social e familiar dos clãs. Consagram os Chefes (*Kubiala*), abençoam os indivíduos (*Kusemuka*).

É deles ainda que os *Zindunga* recebem também a sua consagração.

A eficiência indirecta dos BAKISI BASI

Notava-se:

1.° — Na agregação daqueles que, não se podendo aproximar pessoalmente do espírito na sua floresta, se consagram a ele por intermédio de um outro nkisi da família de *Mbenza*, por exemplo, por intermédio de suas palmeiras sagradas.

2.° — No poder, até certo ponto discricionário e despótico, dos «*Zindunga*».

3.° — Em certos ritos, festas e observâncias, onde o culto se dirige directamente ao «delegado» do *Nkisi Nsi:* os *Nkita, Kimpási, Mbumba-Luango*, sendo estes, por sua vez, dependentes do *Nkisi Nsi* e a ele consagrados.

Os *Nkita* eram bem conhecidos por todos os clãs.

Os *Nkita* castigavam aparecendo e partindo curavam.

O *Mbumba-Luango* (Arco-Iris) sendo um fenómeno natural é, para eles, um ente misterioso e sobre-humano e parece estar ligado aos grandes *Bakisi*.

Mas, quer o *Mbumba-Luango* quer os *Nkita*, pertencendo já a uma classe superior de *Bakisi*, misturam-se com a feitiçaria e magia.

Em seu pequeno dicionário do dialecto VILI, o P. Marichelle, C. S. Sp., apresenta as palavras *Mbumba* e *Luangu* em separado e com as significações seguintes:

MBUMBA, s. — N. p. d'une divinité que l'on invoque dans les malheurs ou les dangers.

LUANGU, s. sg. Li, pl. Ma — Ceinture munie de graines et cornes d'animaux pour arrêtter les flux de sang chez les enfants (fétich.)

O *NZAZI* — Raio, com o *Mbumba-Luangu* inspiram o temor. O *Mbumba-Luangu* é aliado do *Nkisi-Nsi* e localizado no nkisi *MBUMBA*.

O *NLEMBA* (ou simplesmente *LEMBA*), espírito protector do casamento e das crianças nascidas bana-bakisi (os ZINDUNDU, BASIMBA, ZINSUNDA etc. que não são, em si, maus) não estão ligados, pelo menos aparentemente, a outras categorias.

Mas os maus espíritos, os que encarnam o espírito do mal e que para agir se servem dos *BANDOKI*, são os NKONDE e NKOSE.

Estes NKONDE e NKOSE são essencialmente maus e deles provêm todo o mal aos homens.

Por seu poder diabólico, estes *Nkonde* e *Nkose* permitem e fazem com que os *Bandoki* se desdobrem e, ajudados pelos espíritos dos antepassados — manes — arranquem às pessoas o espírito de vida.

Como preventivos contra os males dos *Bandoki*, usam — como já se disse — os *Nduda, Bituta*, etc., etc., toda a espécie de amuletos *anti-Ndoki!*

Como se descobre o NKISI-NSI

Vimos já que o NKISI-NSI não é representado por estatuetas, estátuas ou ídolos. Está ligado a qualquer coisa que não vem directamente do homem. Encontra-se na terra, nas águas das lagoas, em pedras, na floresta.

Como, então, se consegue dar com ele, descobri-lo?

O clã X com seu chefe, filhos, parentes chegam a uma região.

Constroiem a aldeia. Nessa região escolhida tem que haver, infalìvelmente, um *Nkisi-Nsi* que os venha a proteger. Qual será?

Qual será aquele NKISI-NSI que pelo Nzambi Mpungu está encarregado de vigiar aquela terra e estes habitantes?

Poucos dias passados sobre a instalação dessa gente na nova aldeia, um dos homens dessa família sonha... E, para que o oiçam, até chega a sonhar alto!

Sonha em quê? Em muitas coisas mas, especialmente, na revelação de qual é o NKISI--NSI da terra.

De manhãzinha corre a levar a nova ao NFUMU-NSI (ao chefe do clã) e narra-lhe o sonho, revela-lhe o nome do NKISI-NSI e o local onde se encontra.

Para o local indicado vai o chefe com toda a sua gente. Esse local é imediatamente limpo.

Finda a limpeza o sonhador, agora feito NTOMA-NSI (sacerdote do *Nkisi-Nsi)* abre a primeira LIOUA — buraco feito na terra, em forma de cruz, junto ao *Nkisi-Nsi* — onde é lançado vinho de palma e aguardente, se a houver, para que o *Nkisi-Nsi* «beba» e, assim, se torne amigo e protector daquela terra e daquela gente.

E já nesta altura pode começar a primeira «benção» a todos os instrumentos de trabalho (enxadas, catanas, machados, redes de pesca, espingardas, etc.,etc.) untando cada utensílio com a terra empapada em vinho de palma e aguardente tirada da LIOUA.

No livro «ANGOLA HEROICA», de Artur Maciel, entre a página 100 e 101, no verso, onde se encontra representada uma cova em forma de cruz, lê-se:

«a terra extraída destas covas em Cruz é considerada Terra de Simão Toco. Pequenas pastilhas feitas com ela, vendidas a 150$00 cada uma, cumpre aos iniciados no Tocoísmo ingeri-las.»

E quem não vê nisto um ressurgimento da LIOUA do *Nkisi-Nsi* que abençoa e protege a terra e as gentes?

É que não há mesmo outra explicação possível. No caso, comprava-se por 150$00 a protecção e benção do *Nkisi-Nsi*, através dessas pastilhas da «Terra de Simão Toco» — terra que certamente foi também empapada com qualquer qualidade de bebida alcoólica — e Simão Toco, ou seu delegado, tornava-se o «sacerdote» do *Nkisi-Nsi*. Os «crentes» partiam persuadidos que iam abençoados pelo *Nkisi-Nsi* (com este ou aquele nome), ao mesmo tempo que Simão Toco se tornava NTOMA-NSI, no caso, sacerdote de uma nova seita religiosa (?).

Se se estudarem bem as diferentes e pretensas seitas religiosas (antes, religioso-políticas) — v. g. Mau-Mau, Kitavala, Kibanguismo, Lassismo, Tokoismo, Mukunkusa, etc., que apareceram em África nos últimos 30-40 anos e foram a base de todos os movimentos religioso-políticos da África negra — iremos encontrar, na maioria delas, cerimoniais que nos levam até ao *Nkisi-Nsi* e seu «sacerdote sonhador»!

Mas voltemos às cerimónias ligadas ao descobrimento do *Nkisi-Nsi*.

Descoberto o *Nkisi-Nsi* (uma pedra não comum, um pequeno bosque com certa particularidade, duas árvores como que casadas uma com a outra, mesmo um morro de salalé de tamanho grandioso e de forma bizarra, etc., etc.), limpo o local onde se encontra, dada a primeira «benção», de volta à aldeia, o *Nfumu-Nsi* ordena que ofereçam ao NTOMA-NSI géneros, bebida e vestido.

Todos, de pé, oferecem as dádivas ao *Ntoma-Nsi*. Este abençoa — *kuvana miela* — tocando com as mãos os sovacos (a mão direita o sovaco esquerdo e a esquerda o sovaco

direito) estendendo-as depois e fazendo gestos como quem arremessa alguma coisa, tendo as palmas das mãos voltadas para cima.

Fica, assim, intronizado o *Nkisi-Nsi* e nomeado, ipso facto, o *Ntoma-Nsi*. Acabado todo o cerimonial, é levado em triunfo pelo povo até sua casa.

Não esquecer que este, o *Ntoma-Nsi*, é, ordinàriamente, da família do *Nfumu-Nsi*.

Podemos ver nisto conjugação de interesses? É possível.

O *Nkisi-Nsi* é, como já sabemos, uma espécie de anjo tutelar. Quando se fazem perguntas ao povo a este respeito, não é raro responderem: «*Zisanto z'itu*» — são os nossos santos.

Ao *Nkisi-Nsi* recorriam para que houvesse caça, pesca; para que terminasse a seca e viesse abundante chuva; para que as mulheres tivessem filhos e os animais procriassem, etc., etc.

O NTOMA-NSI

Acabamos de ver como o *Nkisi-Nsi* é descoberto e como, automàticamente, fica nomeado o *Ntoma-Nsi*.

Mas, se não há *Ntoma-Nsi*, se não há «sonhador» ou este morreu, como fazer-se para escolher ou nomear outro?

Um povo que não tenha *Ntoma-Nsi* como pode fazer de outra forma para o conseguir?

O *Nfumu-Nsi* desse clã vai ter com um *Ntoma-Nsi*, tido bem como tal, de outro clã. Diz-lhe que não tem *Ntoma-Nsi* no seu povo; roga-lhe para que vá à sua terra escolher um. Aliás, quando se trata de escolha feita nestas condições, segundo a declaração do velho Estanislau Kimpolo, são sempre escolhidos dois. Também para essa escolha não basta um *Ntoma-Nsi* antigo. São exigidos dois.

O *Nfumu-Nsi* dará umas indicações sobre quem gostaria que caisse a honra da escolha. *

É pela tardinha que os *Zintoma-Zinsi* aparecem no povo do *Nfumu-Nsi* que os convidou.

Mais ou menos escolhidos, por indicação do *Nfumu-Nsi*, os que devem vir a ser «consagrados», o *Ntoma-Nsi* mais velho corta dois pedaços de *Nkuisi*, planta sagrada, de meio a um palmo cada, e vai a casa das passoas em quem recaiu a escolha. Estas, em princípio, de nada devem saber ou desconfiar.

O *Ntoma-Nsi* mais velho entra na casa do escolhido e atira-lhe para o regaço com os dois pedaços de *Nkuisi*. O homem deve estar sentado no chão com as pernas cruzadas *(Nfunda nkata)*. Era a maneira mais comum de se estar sentado.

Pode acontecer que o homem esteja de pé ou noutra posição.

Como fazer então? Esperará que tome a posição ritual ou por ocasião mais azada.

O homem a quem atiraram com os dois paus de *Nkuisi* ficou a compreender tudo, sabe que está escolhido para ser *Ntoma-Nsi* e que não pode recusar. Se nessa ocasião estivesse a comer, teria que o deixar de fazer imediatamente. Em todo o resto do dia e toda a noite era-lhe proibido fumar, beber vinho, dormir com a mulher.

Não agradece nem recusa. Nada pode fazer.

O chefe da aldeia, o *Nfumu-Nsi*, teria que lhe oferecer uma esteira nova, uma galinha, uma garrafa de bagaceira, uma garrafa de vinho de palma e *makazu* (noz de cola). Era à noite que entregava tudo isso.

---

* Podemos inferir que, mesmo nos dias de hoje, ao lado de cada chefe de aldeia, de cada chefe e soba, há também um «**Ntoma-Nsi**».

Com o mesmo cerimonial era também escolhido o segundo *Ntoma-Nsi.*

De manhã cedinho os dois *Zintoma-Zinsi* antigos e os dois escolhidos, com as coisas recebidas vão ao lugar do *Nksisi-Nsi*, para onde deve haver já um caminho bem limpo. Só a galinha fica entregue a uma das mulheres dos novos *Zintoma-Zinsi.*

Os quatro abrem a *LIOUA* junto do *Nkisi-Nsi.*

Dentro, derrama-se a bagaceira e o vinho de palma. Mexe-se tudo muito bem mexido. No fundo, à mistura com a terra da LIOUA, ficava como que uma papa.

A esteira era estendida.

O *Ntoma-Nsi* mais antigo vai para a esteira. Vergado, desnuda a parte trazeira que cada um dos novos *Zintoma-Nsi* terá que lamber... e, por três vezes, fazendo de cada vez, voltando-se para o lado: pprrr... pprrr... pprrr...

O mesmo *Ntoma-Nsi* antigo, toma a terra da *LIOUA* empapada na bagaceira e no vinho de palma e, em cruz, faz sinais na fronte, braços, costas, peito e palmas das mãos de cada um dos novos.

Faz, em seguida, as suas recomendações: o *Ntoma-Nsi* não poderá, para o futuro, voltar a comer, juntamente com os outros, nem galinha (sobretudo), nem *Nkaka-Nziba*, nem *Nzobo*, nem *Nkaka-Lukuto*, nem *Lubuku*, nem tripas de cabrito, nem de pacaça, nem de porco.

E, se estiver a comer outra comida diferente desta, passando-lhe um galo ou galinha pela frente, terá que a deixar imediatamente.

Terminado o cerimonial e as recomendações, voltam os quatro à aldeia onde comerão uma das galinhas preparada por uma das mulheres de um dos novos *Zintoma-Zinsi.*

Quando é que o particular tem de ir ao Ntoma-Nsi?

Sempre que falte àquelas leis já apontadas e que, em Cabinda, se denominam *Leis de Lusunzi.*

Um exemplo para se mostrar como se procede.

Se a casa está fechada e o casal (legítimo ou ilegítimo, isto é, mesmo com outra mulher que não seja a sua, desde que haja entrado já na «Casa da Tinta») se encontra a realizar o acto conjugal e alguém, nessa altura, chama pelo homem (é ordinàriamente por ele que chamam, mas o mesmo seria se chamassem pela mulher) essa pessoa que chamou tem questão!

Tinha, outrora, que pagar 50 «cortados», uma galinha, uma esteira, uma garrafa de bagaceira e uma garrafa de vinho de palma.

Qual o motivo desta multa? É que ofendeu o *Nkisi-Nsi* no acto mais sagrado protegido por ele.

Os esposos terão que ir ao *Ntoma-Nsi* fazer a «confissão», narrar como, e em que circunstâncias, o caso se deu.

Lá, o *Ntoma-Nsi* toma dois paus, suficientemente altos, que espeta no chão e atravessa-lhes outro por cima, ligando-os.

A altura deve bastar para que uma pessoa possa passar naturalmente por baixo e a largura dar passagem a duas pessoas, aos dois esposos.

Toma, em seguida, um ramo tenro de palmeira (*nsokie ba*).

O «*nsokie ba*» é seguro ao meio do pau que foi atravessado nos dois verticais.

Imediatamente por baixo, na passagem entre os paus, o *Ntoma-Nsi* coloca uma esteira.

Com um pequeno fio, mas suficientemente forte, amarra uma das pernas da galinha — que os esposos devem ter levado — indo amarrar a outra ponta do fio a um dos dedos mindinhos do pé do homem ou da mulher.

Os esposos sentam-se na esteira. O *Ntoma-Nsi* está na frente, voltado para eles. Manda-lhes que contem como o caso se deu.

Madioma ka: (como quem diz) — Paga primeiro.
Sambuiana. Tuba buna bumuene — Fala. Dize o que tens (como viste).

Os dois, ou o homem só, repetem o mesmo.
Passada a «introdução» o homem começa a contar o caso e dirá:
Se respondeu ou não ao homem que o chamou;
Se a janela ou a porta estavam abertas;
Se alguns dos paus da cama caiu, etc., etc.
É que, em qualquer destes casos mencionados, terá que se ir ao *Ntoma-Nsi.*

Terminada a narração do caso, o *Ntoma-Nsi* fará por três vezes: querrrr... querrrr... querrrr... e diz — *Balia builu, bazibula munu ko* — do que se come à noite (e entenda-se de que comida se trata!), não se abre a boca.

Em seguida o *Ntoma-Nsi* abre a LIOUA onde verte o vinho de palma, bagaceira (vinho de palma e bagaceira, não esquecer, foram dados aos esposos por quem chamou por eles). Mexe tudo com terra.

Com esta faz sinais nos dois: do nariz à testa; do meio do peito para os ombros e nos braços.

Corta ainda quatro pedaços de *Nkuisi*, coloca-os na língua do homem que, quatro vezes, terá que fazer para o lado como que a borrifar qualquer coisa... brrr... brrr... brrr... brrr...

À mulher faz o *Ntoma-Nsi* o mesmo e esta, por sua vez, procede como o homem procedeu.

Esses pedaços de Nkuisi são, depois, lançados na *Lioua.*

O *Ntoma-Nsi* e os dois tapam, em seguida, a LIOUA e dizem:

Bavangi i zimbumba, meso mau... bu (mafuá) — Os *Nvangi* e *Mbumba* (nomes de *Nkisi*), os olhos deles morreram (estão fechados, está tudo pago e apagado).

Ao dizerem *bu...* os três fecham a LIOUA. E acabam.

O *Ntoma-Nsi*, com o dedo mindinho, vai levantar os dois.

Notar que todo o cerimonial passado foi com eles sentados na esteira. A LIOUA está ali mesmo em frente.

O *Ntoma-Nsi* pegando, um de cada vez, pelo dedo mindinho (portanto, dedo mindinho de cada um dos consulentes) diz:

Nganga vana lusemu = O nganga dá a benção.

E eles respondem:

Zala = dedo (através do dedo).

Bom é notar que em algumas terras o *Ntoma-Nsi* é do sexo feminino.

Na verdade, nada encontramos ou ouvimos dizer sobre este ponto, isto é, se pode ou não ser, indiferentemente, do sexo feminino ou masculino. O facto é que se encontram *Zintoma-Zinsi* de um e outro sexo.

Por curiosidade, vamos dar os nomes de alguns Bakisi-Basi, *onde tinham o seu habitat e a que aldeia pertenciam.*

VUÁ-LUSANGA

Na aldeia do Kakata. Este *Nkisi-Nsi* «vivia» numa árvore de nome *Nunga-Nsende* que se encontrava num pequeno bosque, mesmo junto à casa do soba Estanislau Kimpolo.

Havia um outro *Nkisi-Nsi* de nome *KIUNGU-MPATI.*

Este tinha o seu habitat em duas mateveiras, tão juntinhas, diziam, «que até pareciam homem e mulher.»

KIVUMA

Era o *Nkisi-Nsi* do Lusiese. Seu habitat: numa pedra que se encontrava no bosque vizinho. E, convencidos, afirmam tratar-se «de um pedaço de uma estrela, caída em dia de trovoada.»

TULA-KITUNZI

Encontrava-se num embondeiro junto à lagoa deste nome. Era lagoa, em tempos, muito abundante de peixe.

O embondeiro estava pintado a vermelho, branco e amarelo.

NKULU

Um pequeno riacho de nome NKULU MUANA NTELA=Nkulu, filho de Ntela.

Antigamente, dizem, na lagoa que ali perto existia, as canoas não se aguentavam. Canoa que lá se colocasse aparecia no dia seguinte rachada em duas!

MBUKU

Nkisi-Nsi da aldeia do Kinguinguili. Residia numa mafumeira que se encontrava no meio de um pequeno bosque. Estava ela pintada, até à altura de um homem, a vermelho e branco.

As mulheres estavam proibidas de se aproximarem. Eram os homens quem limpava o recinto.

NHOKO-NDOMBE

O *Nkisi-Nsi* do Banda-Sanvi

Tinha assento numa árvore de nome MBULU (dizem que semelhante à da fruta-pão) no meio de um pequeno bosque.

No dia da limpeza e «bênção» cantavam:
Kunhema bantu, kunhema nsi ko — Nsi a bantu.
Gabar-se de ter gente, não se gabar da terra — A terra tem gente.

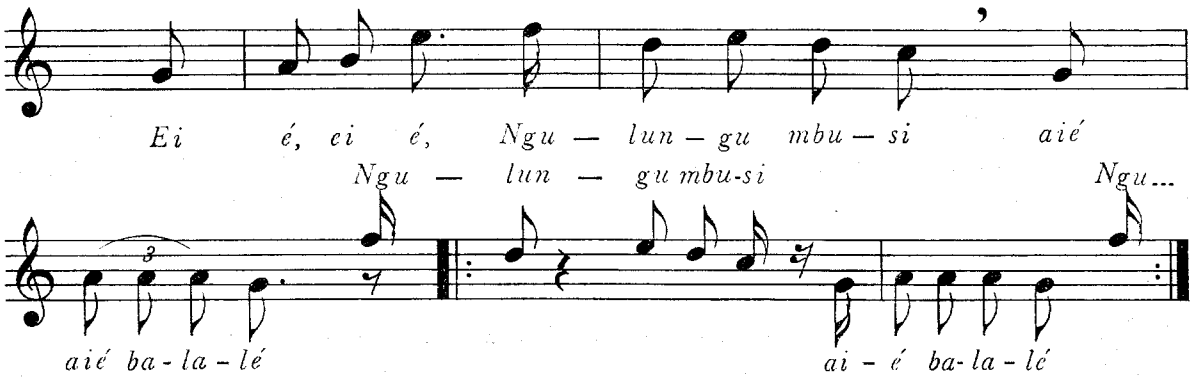
KIKALA-NGUNGO

Encontrava-se num pequeno bosque e numa árvore NSANHA que lá existia.
Porque se chama Kikala-Ngungo?
Uma mulher, certo dia, foi ao seu campo colher *ngungo*, uma espécie de Uando (Guando) — *Cajanus flavus*. Apanhou muito *ngungo*.
Ao passar junto ao tal bosque onde se encontrava o *Nkisi-Nsi* ouviu alguém a perguntar-lhe se tinha feito boa recolha.
— Que não, que nada apanhara, disse.
Mas logo, do bosque, lhe voltam a perguntar:
— Que levas, então, aí? Era, dizem, o *Nkisi-Nsi* que falava.
A mulher havia mentido. Para castigo lá ficou pregada ao solo com o «mutete» de *ngungo* à cabeça.
Daí o chamar-se «KIKALA-NGUNGO» = Onde está o *Ngungo*.
E continua a lenda: «Hoje ainda lá está coberta de terra como cimento». Nada mais é do que um grande morro de salalé que, devido à sua forma, faz lembrar uma mulher com um «mutete» à cabeça.

NGULUNGU-MBUSI

Na aldeia do UANGULO.
Este *Nkisi-Nsi* encontrava-se no meio do povo, debaixo de um pequeno coberto — «muanza».
O que fazia parte do «feitiço» estava encerrado dentro de dois grandes cestos, de dois *Ntende-Ngoio*.
Ntende = Cesto.
Ngoio = de Ngoio, por ser feito em Cabinda.

Dentro dos cestos havia: ossos de *ngulungu*, de pacaça e de porco do mato, giz, cal e paus *Mpala-Banda* e de *Kindombe*.
Os paus tinham que ser tortos, bifurcados ou curvos, e limpos da casca.
Quando faltava a caça ou o pescado nos rios e, sobretudo, nas lagoas, passando bastante tempo sem se conseguir caça e pesca, o dono da terra (*Nfumu-Nsi*) mandava capinar o local para atrair a bênção do *Nkisi-Nsi*.

As mulheres, nessa altura, ao mesmo tempo que capinavam, cantavam:
É... i... é, Ngulungu-Mbusi
Aié... bálalé...
Ngulungu-Mbusi
Aié... bálálé...
(*Ngulungu-Mbusi*... abre-te para nos dares todas as coisas...)

O leitor deve notar que este *Nkisi-Nsi* do Uangulu, aldeia a uns cinco quilómetros da Missão do Lukula-Zenze, está fora de todas as regras e princípios e leis ligadas ao *Nkisi-Nsi.* Vimos já que este não tem representação em estátua, ídolo ou qualquer objecto preparado por mão de homem.

Contudo, por pessoa desta aldeia, já velha e conhecedora das coisas — mesmo depois de lhe fazer as minhas observações a esse respeito — me foi narrado o que aí fica.

É a única excepção que encontrei. Serve para confirmar a regra?

Ou por ter sido povo Basundi que veio para terras de Kakongo teria representado — uma vez que vinham habitar uma terra que não era deles — dessa forma o seu *Nkisi-Nsi?* É bem possível, mas não deixa de ser excepção.

Todos os anos, uma ou duas vezes por ano, em épocas mais ou menos certas, os locais do *Nkisi-Nsi* eram limpos e capinados muito bem e o caminho que a eles conduzia.

Geralmente toda a gente, homens e mulheres, tinha de comparecer no dia marcado para isso.

À frente ia o *Ntoma-Nsi* e só ele se podia aproximar do *Nkisi-Nsi.* O povo conservava-se a certa distância, mas ninguém podia faltar.

Nesses dias os caçadores deviam levar as espingardas se quisessem, de futuro, ter caça. A estes, e a outros que levassem instrumentos de trabalho para serem «abençoados», o *Ntoma-Nsi* leváva-os até junto do *Nkisi-Nsi.* Aí cavava, em forma de cruz, a LIOUA (que, em outros lugares, se resumia numa simples cova) dentro da qual derramava vinho de palma e aguardente.

Com a terra amassada nesse vinho e aguardente untava as cronhas e canos de cada espingarda, bem como cada instrumento de trabalho que fosse apresentado (redes, enxadas, catanas, machados, etc.)

Todos esses instrumentos e utensílios tinham sido, prèviamente, colocados junto do *Nkisi-Nsi.*

O *Ntoma-Nsi* entregava, depois, pessoalmente e a cada um dos donos a respectiva espingarda, rede, enxada, etc. Por vezes, certos *Zintoma-Zinsi* entregavam esses utensílios embrulhados em folhas de bananeira. Mas também ao receberem as espingardas, sobretudo, para serem «benzidas», outros *Zintoma-Zinzi* exigiam certo cerimonial: cada um dos donos tinha de passar três vezes as mãos pela cara e três vezes bater palmas. Só depois entregava a arma.

Em toda a festa anual do *Nkisi-Nsi* era obrigatório:

a) — Capinação do caminho que conduz ao *Nkisi-Nsi* e limpeza do seu «santuário»;
b) — Abertura da LIOUA — em cruz ou uma simples cova;

c) — Derramamento de vinho de palma e de bagaceira na LIOUA;
d) — «Benção» dos instrumentos e utensílios de trabalho com a terra da LIOUA empapada com vinho e aguardente;
e) — Acompanhar o cerimonial com cantos e danças.

Porém, nem sempre se esperava pela festa anual.

A falta de pescado, de caça, de chuvas, etc. podia provocar uma reunião geral.

Até um particular, por interesse pessoal — para ser mais bem sucedido na pesca, na caça, para que o seu casamento fosse fecundo, etc., etc. — podia pedir uma reunião e «benção» do *Nkisi-Nsi.*

E essa ida ao *Nkisi-Nsi,* com o *Ntoma-Nsi,* tanto a podia tornar pública como ficar só do conhecimento dele e do *Ntoma-Nsi.*

Para isto o *Ntoma-Nsi* estava sempre muito bem disposto!

É que lhe corria bem a vida com as dádivas e emolumentos que auferia.

Ele próprio, por vezes, passando pelas aldeias, provocava essas cerimónias explorando a crença das gentes.

NKISI-MBINGO e *NKOBE-MBINGO*

O NKISI-MBINBO é como que uma «instituição» que une entre si os sanguíneos por via matrilinear. Portanto, quando se diz que uma pessoa é do mesmo MBINGO quer dizer-se que está unida pelo mesmo sangue, do lado materno.

A. J. Fernandes prefere afirmar que o MBINGO, longe de ser um «feitiço», como tantos julgam, é antes um «preceito» destinado a destinguir as pessoas consanguíneas e a congregar estas em grupos familiares.

É por isso que, como já se disse, quando se afirma que tal pessoa é do mesmo MBINGO que outra, deve compreender-se que ambos são do mesmo sangue, do lado materno, «que é este o único lado que faz a comunidade do «Mbingo».

Há, porém, casos particulares em que, nesta ou naquela família, podem existir pessoas a fazer parte do mesmo MBINGO sem que tenham o mesmo sangue. Esses casos, mui raros hoje, davam-se em outros tempos sobretudo com os escravos ou escravas. Os escravos ou escravas ao entrarem para o serviço de um senhor passavam para o MBINGO desse senhor. Como cerimonial de entrada era-lhes rapado o cabelo.

Também pessoas que, voluntária e definitivamente, por determinadas circunstâncias, se entregassem a certa família, passavam a ser filhos dessa família, e, depois das cerimónias do Mbingo, integravam-se na mesma comunidade desse Mbingo.

Em cada família havia um *Nganga-Mbingo* (ou *Nganga-Mbumba*) a quem estava confiado o cuidado de celebrar as cerimónias do Mbingo e de vigiar pelo cumprimento dos preceitos estabelecidos.

As famílias modestas ou os pequenos agrupamentos familiares, que não pudessem suportar com os encargos de um *Nganga-Mbingo* privativo, recorriam às que o tinham. Era ao cuidado desse Nganga que confiavam a guarda do NKOBE-MBINGO, o cesto com as «coisas» do Nkisi-Mbingo.

No NKOBE-MBINGO pode encontrar-se: *Mpezo* (giz, cal) *Ngunzi* (argila vermelha), o bichito *Kintébelé,* fruto de *Nkungulo,* folha da planta *Mabata-bata,* polpa de dendém (*Nkanvi-uliá-mbembe*).

Cada um dos Nganga-Mbingo (ou Nganga-Mbumba, ouve-se, indiferentemente, estes nomes), por razões do cargo, tinha em sua casa uma dependência especial onde eram guardados todos os *Zinkobe-Zimbingo* que lhe eram confiados.

As cerimónias do Mbingo faziam-se de tempos a tempos em cada família ou famílias reunidas. Eram como que purificações do indivíduo ou família para que sempre houvesse saúde, sobretudo em ordem à procriação.

Em que consistia essa cerimonial?

O escravo ou a pessoa que se oferece à família de um determinado Mbingo ou, periòdicamente, as pessoas de um mesmo Mbingo, tinham que passar dois dias e duas noites em cabana para isso construída, feita e coberta de palhas e cercada com ramos de palmeira. Uma cabana para cada sexo. A cabana era colocada junto da casa do candidato, quando se tratava de um só. Quando eram muitos, construía-se perto da casa do mais digno.

Durante as duas noites lá ia o Nganga-Mbingo praticar os ritos do Mbingo. Cada um dos candidatos teria que ter a cabeça rapada e pintava-se com *tukula*. Havia cantos e danças.

Toca-se o tambor *Ngoma* e o tímbalo *Ngongie*.

No segundo dia, o Nganga-Mbingo coloca no Nkobe-Mbingo aquilo que acham constituir o *nkisi:* o giz, cal, argila vermelha, etc., e que é, dizem, a salvaguarda das famílias.

Na madrugada da segunda noite, os que estiveram na cerimónia da «purificação» vão tomar banho ao rio ou lagoa mais próxima da aldeia. Deixam lá os resíduos (cascas, pedúnculos) do que lhes serviu de alimentação, bem como os restos de *tukula* com que se pintaram durante esses dias.

No fim há o «despachar» do Nganga-Mbingo. Comeu e bebeu muito bem à custa dos «purificados» e de suas famílias. Será ainda gratificado em dinheiro e dar-lhe-ão o que pedir.

A cabana onde se fez a cerimónia chama-se *Buala-Limbingo*.

A cerimónia designa-se por *Kualama-Mbingo*.

Como apareceu este rito e instituição de Mbingo?

O A. J. Fernandes diz que, segundo a tradição, em tempos muito afastados, se notou tal confusão e mistura entre os indivíduos que se tornava pràticamente impossível distinguir as suas origens e determinar o grau de parentesco entre as pessoas.

O sistema proclama que toda a pessoa deve procurar a sua verdadeira origem ùnicamente através de sua mãe e aos ligados ao mesmo sangue de sua mãe. Nunca pelo lado do pai.

Para se seguir este sistema criou-se o rito do Mbingo. Por ele todos sabem a que família pertencem. Não faltam, pois, leis que são impostas em ordem ao casamento, que nunca poderá ser feito — seja em que grau for — entre os que fazem parte de um mesmo Mbingo.

Daqui se infere e se compreende a relutância que as mulheres cabindas, mesmo as mulheres de vida fácil mas da mesma família, têm de manter relações sexuais com o mesmo homem: v. g. a filha ter relações com o homem que as teve com sua mãe; a cunhada ter relações com o marido de sua irmã, etc.

Pode bem notar-se que este *Nkisi-Mbingo* tem muita coisa de comum com as leis de *Lusunzi* e imposições do *Nkisi-Nsi*.

É por isso que quando uma rapariga fica grávida, antes de entrar na «Casa da Tinta», toda a família se junta para a levar a fazer essa cerimónia e a do *Mbingo* ou *Luamba*. Esta falta se apelida de *muana kunsatika*, filha que faltou às leis de Mbingo (e de Lusunzi).

O rapaz cùmplice tinha de pagar uma multa pesadíssima: uns 200 cortados de fazenda, um casal de porcos, bagaceira, um grande cobertor, etc. sem se falar na dança Mbumba-Mbitika.

Em noção já deturpada deste «nkisi», apresenta-se o Mbingo como «feitiço» que cura a sarna e outras doenças.

Na cura da sarna usam um bracelete (amuleto) feito de fibra de embondeiro no braço do doente. É o chamado *Nlunga-Mbingo.*

Só pessoas deste ou daquele Mbingo podem usar o *Nlunga-Mbingo* em cobre. O portador deste *Nlunga-Mbingo* não podia comer galinha nem peixe bagre junto de outras pessoas.

DOIS CASOS DE TRATAMENTO PELOS CURANDEIROS

a — *Da doença dos rins*
Nkisi-Buiti

O doente vai ter com o *nganga* e leva já alguns grãos de noz de cola, prevendo que ele os não tenha.

O tratamento deverá ser feito pelas três da manhã.

Coloca-se o paciente na frente da porta do *nganga* e de face para dentro. A porta deve estar aberta. O *nganga* posta-se por trás do doente, portanto do lado de fora. O doente deve estar de braços abertos e apoiar-se à couceira e batente da porta, como quem os segura. Entre os dois, *nganga* e paciente, aquele abre a *Lioua.* Nela deita cinza que é molhada com água.

Com uma das pontas do *binduku* — pau que serve para fechar, por fora, as portas — molhada na cinza, o *nganga* faz três cruzes sobre as espáduas, entre elas e sobre os rins.

Em seguida, o *nganga* começa a mastigar noz de cola, ao mesmo tempo que, batendo com o pau no chão, diz quase gritando:

— *Telamena mankaka, telamena minu ikuenda iaku.*
Espera *mankaka,* espera que eu vou ter contigo (*Mankaka* — espécie de polícia).

— *Inhondo mu malu, matá mivuatu, ntete salu, ntete nkunga.*
Feridas nos pés, cães das espingardas, *mutete* (cesto) de sal, *mutete* de *nkunga* (os paus de tukula).

Depois vai borrifando com a noz de cola mastigada os lugares em que fez as cruzes com o *binduku.* E isto, por três vezes: quer as palavras, quer as borrifadelas.

Em seguida, tomando o *binduku* fá-lo passar, com certa pressão, segurando-o pelas pontas com uma e outra mão, ao longo das costas do paciente e desde o alto das espáduas até ao fundo das costas.

Isto também se faz por três vezes. O doente nesta altura, de verdade ou fingidamente, queixa-se.

Volta-se, então, novamente para o *nganga* para receber a benção, que igualmente lhe é dada por três vezes.

Dá-se-lhe um conselho: que porta fechada por outrém a não abra ele (ou ela)... Para que lhe seja aberta deverá bater por três vezes com o dedo indicador na porta que pretende seja aberta, mesmo que seja a da sua própria casa, uma vez que não tenha sido ele a fechá-la.

Se assim não fizer... a doença voltará!

O doente deve pagar ao *nganga* o que ele estabelecer (bagaceira, vinho, galinhas, dinheiro, etc.). Caso o doente não pague — o que é raro — não deixa ele, doente, de ficar curado. Mas adoecerá o *nganga* com dores de rins!

Será este um dos casos em que se volta o feitiço contra o feiticeiro?

Este pagamento aos *ngangas* chamava-se o *Nkuta.* E podemos bem ligar este termo ao de *Likuta-Makuta,* que se refere aos panos *makuta* e, depois, às *makutas* (macutas —) — moedas.

Mas desgraçado do doente que não pagou ao *nganga* e este veio a adoecer por qualquer causa. O *nganga* terá sempre forma de obrigar a pagar o que ficou em débito e mais a cura de sua própria doença...

b — *Da doença de ouvidos.*

Só uma mulher que teve parto de gémeos pode fazer o tratamento e ser o *nganga, Nganga-Matu* = curandeiro dos ouvidos.

O doente encosta-se ao suporte exterior da casa, o que aguenta com a extremidade, uma das extremidades, do pau de fileira.

Com uma cánula de capim, já de certa espessura, encostando-a à entrada do ouvido, sopra dentro a *nganga.*

Depois pergunta:

— *Uiúa?* — Tu ouves?
— *Iúa.* — Ouço.

Pergunta e resposta feita por três vezes.

Vem nova pergunta feita, igualmente, por três vezes:

— *Uibuela?* — Voltas outra vez?
— *I si buela ko* — Não volto.

E faz-lhe a última pergunta, uma só vez:

— *Ilumbu mbiki uibéluka?* — Em que dia ficaste curado?
— *Bubu.* — Hoje mesmo.

A *nganga*, então, coloca cinza no chão que, em seguida, molha com água. Com o dedo médio da mão direita esfrega dessa cinza nas fontes, testa, peito e costas do doente.

No fim dá a benção (tocando a mão direita no pé esquerdo e a esquerda no pé direito; a mão direita no sovaco esquerdo e a esquerda no sovaco direito, estendendo as mãos como quem atira alguma coisa a alguém que está na sua frente e soprando. *Upu!*...).

Com vassoura indígena (ordinàriamente feita com as finas nervuras das folhas dos ramos de palmeira) espalha a cinza que havia ficado no chão. Deve espalhá-la muito bem. Se alguém pisasse essa cinza, estando ainda junta e em montitos, ficaria doente dos ouvidos!...

SUPERSTIÇÕES

Tiram, às vezes, um fio ou fios da roupa do pai, que amarram ao pescoço ou braços do filho, para que este, quando o pai está ausente, «sinta o cheiro do pai» e... não chore!

Ao banhar o filho a mãe molha-lhe, no começo do banho, prepositadamente os pés, deitando-lhe água duas ou três vezes, para que a siga sempre.

Ferram o órgão viril dos pequenos, levemente, também antes do banho. É para que não fiquem impotentes!

Não podem gastar a lenha que fica dos banhos da parturiente.

Se o fizerem, antes que os pequenos comecem a dar os primeiros passos, os filhos difìcilmente caminharão ou se lhes atrasará o caminhar.

Não pode ser usada nem tirada a água dos banhos da parturiente. Terá que filtrar-se por si mesma pela terra abaixo na cova em que tomam o banho ou noutra para esse fim. É para impedir que façam mal à mãe.

As mulheres rapam o cabelo da cabeça logo depois do parto (assim era geral, em tempos). Se o não fizessem criam que o cabelo lhes cairia ou teriam doenças.

O homem não pode tomar banho junto do lugar onde a mulher o toma depois do parto. Adoeceria se o fizesse!

Os homens não devem sentar-se em cima de morros de salalé (das termites). Viriam a sofrer de hérnia.

O homem não pode passar por cima (calcando ou saltando) da casca fina — «camisa» — do amendoim. Se o fizer ficará impotente!

O mesmo acontecerá — a impotência — se passar por cima dos pedúnculos das folhas de mandioca ou se comer do fruto do embondeiro. Por isso, que não por gosto de uma limpeza imediata, as mulheres recolhem com cuidado e prontidão esses pedúnculos das folhas de mandioca.

Se as mulheres comerem do fruto do embondeiro, ficar-lhes-ão muito crescidos os seios.

Quando uma mulher vai a uma feitoria ou a outra parte qualquer para vender as suas coisas, se a primeira pessoa que encontrar, ao sair de casa, for do mesmo sexo, melhor será voltar novamente para casa. Não fará bom negócio. Mas se o encontro for de um homem a sorte será certa!

Quem anda com vómitos, para que passem, usa a flor de palmeira ao peito.

Quem encontrar o pássaro *Nsungi* (pl. *Zinsungi*) no caminho e se, depois de o espantar, ele ainda continua saltando à frente, deve voltar para casa. Doutra sorte encontrará quem lhe faça mal.

Ao passar pela primeira vez em certos rios, v. g. no *Nkumbi*, o viandante tem de deitar dinheiro à água ou um pedaço da própria roupa. Se o não fizer, nunca conseguirá ter sorte ao pescar nesses rios.

O uso de um bocado de pele de leopardo ao pescoço é para evitar que se contraia a varíola. Ligada a superstição às pintas do leopardo.

Terra das pègadas ou do lugar onde um inimigo esteve sentado pode ser levada ao nganga. Persuadem-se que o nganga, servindo-se dessa terra, pode fazer com que a pessoa inimiga venha a morrer.

Se a mulher é infiel ao marido e se cozinha para ele, este terá que adoecer. Adoecendo, a mulher não poderá deixar de confessar a falta. Se o não fizer o marido não mais curará...

Não se deve passar por cima das folhas que se encontram espalhadas pelos caminhos. Dizem que produzem doenças! São folhas espalhadas por gente má que quer fazer mal aos outros. Nem passar por cima e, muito menos, pisá-las.

A mulher que mente ao marido não deve dar-lhe de comer senão depois do sol posto. A mentira refere-se a questões de infidelidade.

Nestes casos, mentindo, arrisca-se a morrer.

Outrora coziam ou ferviam ossos de chimpanzé na água que servia para o banho das crianças recém-nascidas. Era para que começassem a caminhar depressa e a terem força.

A mulher, quando está grávida, não pode comer linguado. Como o linguado tem a boca torta... teme que o filho venha também a nascer de boca defeituosa!

Também no estado de gravidez a mulher não deve olhar para o chimpanzé. É para que o filho lhe não nasça com orelhas e nariz como o dele!...

Os cabindas (mesmo da região de Cabinda - cidade) não comem o peixe *Lisiba* (pl. *Masiba*). Como esse peixe tem umas pintas esbranquiçadas por todo o corpo, evitam comê-lo para não ficarem como ele... às pintinhas!

Sempre que nasce um filho, o pai tem que dar comida e bebida à família da mulher para que não faça «feitiço» que venha a matar a criança.

Não comem o pássaro *Likuanga* preto ou qualquer desta cor. Daria azar!

Afugentam os gatos quando andam no cio. São de mau agoiro.
Não os afugentando haverá mortes, não nascerão vivos os filhos, etc., etc.

Quando matam um cabrito só o podem cozinhar em panela de barro.

Em caso de luto rapavam a cabeça. E isto quando morriam os pais, irmãos, filhos, primos direitos, esposos. E quando cortam o cabelo guardam-no em casa, debaixo da cama ou em algum buraco, etc., para que os outros o não tomem para feitiço contra eles mesmos.

Nunca o queimam. Dizem que ficariam malucos se o fizessem.

Se um cão macho saltar por cima das pernas de uma mulher casada ela, nestes casos, deverá confessar o facto ao marido.

A mulher casada não pode saltar um *mutete*. O *mutete* com que vai buscar a mandioca ou em que leva as *mbasa* da água que servirá ao marido. Seria causa de desgraça para ele.

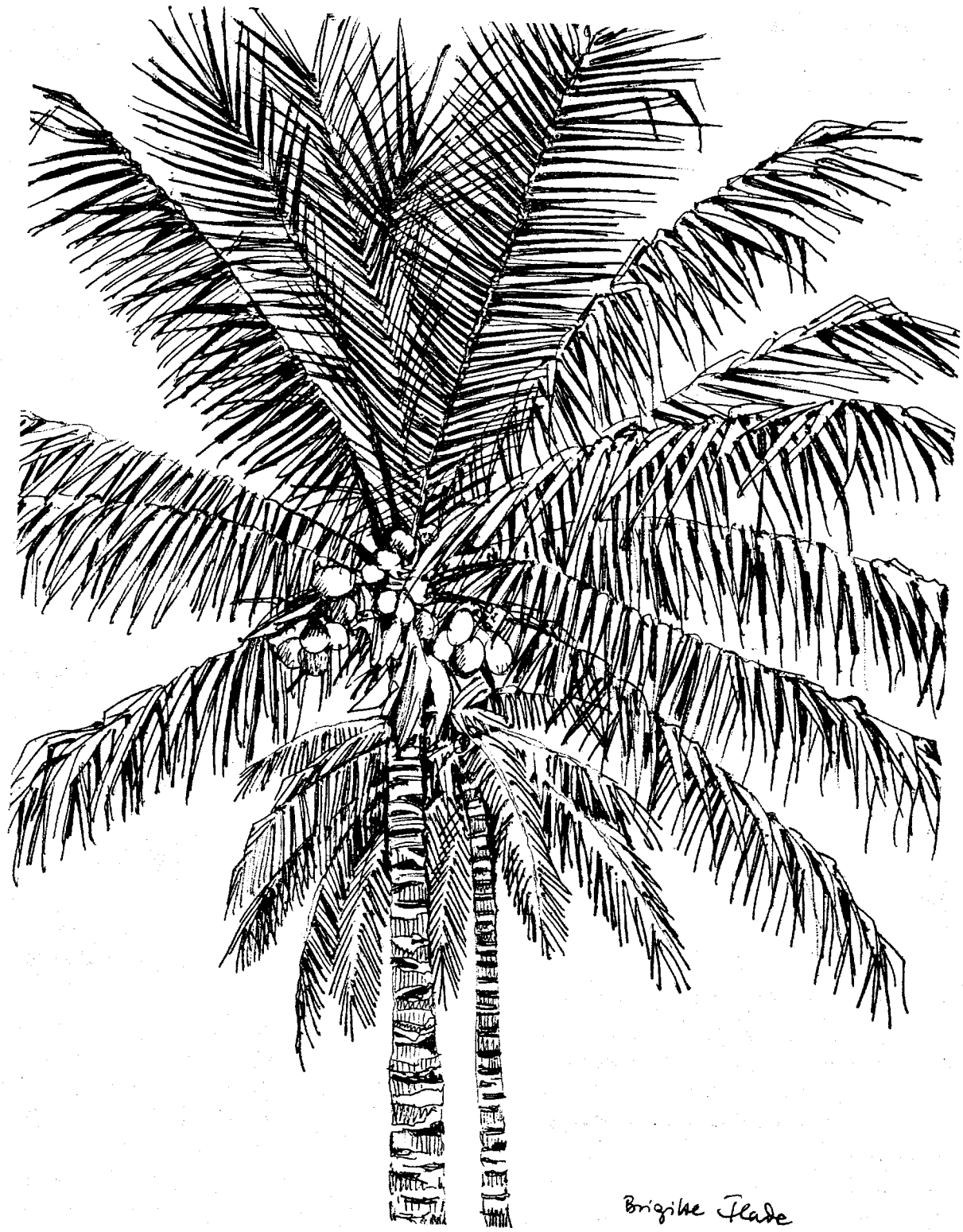
Alguns estão proibidos de comer veado (antílope *ngulungu*) ou porco do mato ou qualquer outro animal. A isto chamam *Kizila*.

E esta *Kizila* tanto pode ser imposta ao indivíduo quando um dia, doente, foi ao curandeiro e ele lhe proibiu comer disto ou daquilo, ou *kizila* imposta a todo o clã e que já vem de longa data, dos antepassados.

Poucos comem a perdiz e a galinha do mato. Como estas aves têm as penas sarapintadas de branco, o corpo também lhes ficaria com manchas semelhantes, que acabariam por se transformar em lepra.

De noite não se pode descascar amendoim, nem fora nem dentro da casa do curandeiro *Mbumba*. Nem trazer lenha amarrada com a liana *nfukázi*. A mulher que anda nos seus dias também não pode entrar na casa onde se encontra o *nkisi Mbumba*, nem sentar-se na cama do curandeiro. A mesma rigorosa proibição é imposta à mulher que usou nesse dia o seu direito de casada.

As mulheres que vão à pesca fazem bem em tomar as folhas de *Libumbulu* (*Momordica balsamina*), pisá-las nas mãos e colocá-las atrás das orelhas. Terão sorte na pesca. Por outro lado se, passando pelo caminho, deitarem destas folhas ao chão, outras que sigam à pesca por ali certamente que apanharão muito menos peixe do que elas


Brigitte Flade

CAPÍTULO IX

PLANTAS MEDICINAIS E O SEU USO E APLICAÇÃO

A par do *Nganga-Nkisi*, existe o *Nganga-Meza* — (*Lieza*, pl. *Meza* — folha, folhas) — o «feiticeiro» das folhas, o curandeiro-ervanário.

Não raro, mas atribuindo os bons resultados obtidos antes a suas maningâncias e sortilégios, o *Nganga-Nkisi* também se faz passar por *Nganga-Meza.*

O que se dedica só à ervanária é, em geral, um *Nganda-Meza* bastante sério. Procura, não haja dúvida, resguardar o mais possível os segredos da sua arte e das folhas e plantas medicinais.

A preocupação que tem em dar com a doença, debelá-la e curá-la, é tanto maior quanto é certo não ter interesse algum em passar por fazer mal ao doente ou até por o ter envenenado, caso venha a falecer.

Os povos primitivos deitaram sempre mão dos remédios da natureza. As gentes do Enclave de Cabinda não fizeram excepção à regra.

Muitos, de entre esses povos, foram célebres e magníficos ervanários. Das terras de Cabinda saiu o velho Luís Sambo que, ao morrer, deixou os seus conhecimentos ao neto, José Sambo, hoje muito bem estabelecido, como ervanário, no centro da baixa da cidade de Luanda.

Podemos precisar que Luís Sambo era natural de Lândana.

Foi aluno dessa Missão. Em 1890, quando o P. Krafft seguiu para a fundação da Missão de Malange, Luís Sambo acompanhou-o.

De Luís Sambo se diz ter descoberto cerca de 450 plantas medicinais, entre as quais uma com que curava a tuberculose.

A lista das plantas que apresentamos, sua aplicação e emprego, à excepção de uma meia dúzia (esta dos estudos do Ir. Evaristo Campos, C. S. Sp. e do Ir. Gillet, S. J.) foi por nós recolhida directamente da boca dos naturais do interior de Cabinda e muitas vezes depois de vermos a sua aplicação e resultados obtidos.

Podemos mencionar os nomes de Catarina Buiti, Estanislau Kimpolo, Pedro Nkonde, Cecília Mangovo, etc.

Os nomes botânicos procurámo-los nos estudos de Gosseweiler (*«Nomes indígenas de plantas de Angola»*), de E. de Wildeman e M. Vermoesen (*in Congo*, 1922 — citados pelo P. Bittremieux).[1]

---

[1] John Gosseweiler, «**Nomes indígenas de Plantas de Angola**», Separata de: **Agronomia Angolana**, N.º 7 — 1953 — Luanda.

E Ir. Evaristo Campos, «**Algumas plantas úteis e nocivas do Enclave de Cabinda**» (manuscrito).

BANGU-NZEKETE — (*Carpolobia alba*)

A raiz, limpa, e muito bem mastigada, sorvendo-se-lhe o suco, ou colocada em infusão numa garrafa com água, que se deve agitar fortemente, bebendo-se a água da infusão aos golos, é usada contra as doenças de ventre.

BATA-BATA — (*Swartzia setellarcoides*)

O latex, branco e gomoso, é usado em loções na cura de conjuntivites e outras afecções oculares.

Há uma outra espécie de BATA-BATA, a *Farva salutaris*. Suas folhas são usadas em infusões e cozimentos para debelar a blenorragia e outras doenças das vias urinárias.

BIVA-BIBIVA

Pequeno arbusto. Golpeia-se e recolhe-se a seiva, que é leitosa.
Actua como purgante.
Adultos: 3 a 4 gotas num copo de vinho de palma.
Crianças: 1 a 2 gotas.
Efeito rápido e violento.

BUNZI — (*Alchornea cordifolia-Muell*)

Arbusto dioico.

A raiz, fervida em água, bochechando-se essa água depois de morna, é usada contra as dores de dentes.

As folhas ou raízes mastigadas são empregadas para o mesmo efeito.

Chá da casca e entrecasca, depois de bem limpa, empregada contra a diarreia sanguínea.

As folhas, lavadas e pisadas, aplicam-se na cura de feridas; fervidas, nas contusões.

BUZAZANGI — (*Albizzia Leboek* (Bent?)

O chá das folhas é usado contra a diarreia sanguínea.

KIKUALA(I) — (*Pausinystalia yohimba*, Pierre ex Beille)

A casca, que contem alcaloides, mastigada ou em infusão em bebida alcoólica, é usada como estimulante ou excitante erótico.

Há ainda as espécies: *P. angolensis* Wernham e *P. Mayumbensis*, R. Good.

Referindo-se à *P. angolensis*, Gosseweiler escreve: «Desconheço o resultado dos estudos feitos por Raymond-Hamet com a casca desta árvore.»

KILOLO-KINTANDU — (*Annona arenaria*, Thonn)

O chá da entrecasca é usado contra a diarreia. Tomar duas ou três vezes ao dia. O mesmo chá também para combater a tosse.

As folhas, mastigadas, sorvendo o suco, são usadas contra os gazes intestinais.

KIMBANZA — (*Eleusine indica*)

Arbusto das planícies que contem um bom tanino com que costumam tingir as redes, pintar as panelas, etc.

Nas redes dá uma cor castanho-escura; nas panelas, aplicado em quente ao sairem do forno da cozedura, dá preto.

O chá da casca e entrecasca, bem limpas, é usado contra a diarreia.

Mais: depois de tirar a parte exterior da casca, raspar bem até ao pau uma boa quantidade. Deixa-se em infusão, num recipiente com água, até tomar a cor vermelha-arroxeada. Junta-se-lhe uma colher de sal, o máximo duas, conforme a quantidade de água. Coa-se e guarda-se. Essa infusão a usam na cura de névoas oculares ou até em vista fraca e cansada. Usamos o tratamento na cura de uma névoa ocular de um cão. Deu certo resultado.

O nativo Tomás Pequeno, do Fubu, afirmou ter usado nele próprio e com bom resultado. O chá da casca, depois de bem limpa, também é usado contra as dores de dentes.

KINZIKILA-NKUEKEZE

A raiz, bem raspada, fervida em água juntamente com sumo de limão, é usada em lavagens na cura de blenorragia.

KUAKU (Ki-Bi) — (*Oncoba dentata* — ou *Lindackeria dentata* (Oliv.) Gilg?)

Folhas desta planta juntamente com as de NSASA — (*Pachystela Brevipes*, Baill), de MVANZA — (*Pentaclethra macrophylla*), as de MBAMBA — (*Croton oligandrum*), as de NIOMBA (LOMBA(O) — (*Pycnanthus Kombo*) e as de LISISA-SISA (*Afromonum Laurentii*) são usadas contra a febre em suadoiros.

Procede-se do modo seguinte:

Essas folhas, tantas de uma qualidade como da outra, mais ou menos, são fervidas em conjunto em panela tapada com folhas de bananeira, que são amarradas aos bordos da panela para que não saia o vapor de água.

O doente cobre-se com cobertores, sacos, esteiras e não sei que mais. Debaixo dessa «cobertura» toda deve estar sentado ou de cócoras, tendo à sua frente a panela. Com um pausito ou com os dedos irá furando as folhas de bananeira que tapam a panela, recebendo assim todo o vapor que dela vem. Usado na cura de febres.

LIAKA — (*Manihot utilissima*). Mandioca.

Quando sentem um furúnculo a começar, tomam folhas de mandioca, que aquecem muito bem ao fogo, e aplicam-nas sobre o local. Não raro acontece que os furúnculos desaparecem ou não se desenvolvem mais.

Deitam mão do mesmo processo para fazerem desinchar as mãos, pés, etc.

LIAMBA — (*Cannabis sativa*, L. — *Cannabis indica*) — Cânhamo.

Fumam as sementes e folhas. É um forte narcótico e estupefaciente. É a *Marijuana*.

LIBA — (*Elaeis guineensis*). Palmeira do dendém.

As raízes novas e tenras, depois de pisadas, são usadas como estimulantes dor orgãos sexuais masculinos.

O mesmo fazem com as raizes do coqueiro — (*Cocus nocifera*).

LIBUMBULU — *Mamordica balsamina*)

Morde ou doi a barriga? Pisam-se muito bem folhas de Libumbulu. Deitam-se num copo com água, mexendo-se muito bem. Passado algum tempo de infusão, coa-se e toma-se.

Dizem actuar como vermífugo, sobretudo nas crianças. A seiva é usada, com bons resultados, na cura de feridas.

Também pisam os frutos (vermelhos) e folhas que tomam em chá contra os vermes intestinais.

LIFUBU — (*Ananassa sativa*, Lindl.). Ananás.

Vimo-lo aplicar na cura da varicela e até varíola.

Descasca-se o ananás. Em seguida, com uma faca, vai-se raspando. Pisam-se muito bem duas ou três colheres de sal. Junta-se este ao ananás já raspado de modo a fazer-se uma massa homogénea. Esfrega-se o corpo com esta mistura duas vezes por dia. Antes da aplicação o doente deve lavar-se, mas só com água fria.

Bons resultados se conseguem. O certo é que são mui raros os nativos de Cabinda com marcas de varíola.

LIIUKA — (*Crassula?*)

Usado contra as dores de ouvidos. Pisam-se muito bem as folhas tenras e deixa-se cair o suco, espremendo, nos ouvidos.

De resto, o termo LIIUKA faz-nos lembrar o verbo KUA=ouvir, e a expressão: *Ngeie likua?* — Tu ouves?

LIKAZU — (*Cola Ballayi — Cola acuminata*)

A noz de cola é usada como estimulante e peitoral. Também a usam como narcótico (?).

Os nativos, sobretudo os mais velhos, mastigam quase contìnuamente a noz de cola. Actua sobre o sistema nervoso e muscular. Colocada em infusão em vinho ou aguardente dá óptimo tónico e estimulante. Isto o vimos fazer até a europeus.

Ao doente que fracturou uma perna, braço, etc., etc., usam, antes de amarrarem as talas que devem manter direitos os ossos, fazer uma compressa de casca de *Likazu* bem pisada. Antes da aplicação da compressa o local deve ser esfregado com sabão.

Este processo o vimos empregado num nativo que havia partido as duas pernas e em vários lugares cada uma. O endireita era um verdadeiro «artista». O doente ficou perfeito.

O *Likazu* também é muito usado pelos feiticeiros e curandeiros. Costumam mastigar a noz de cola e borrifar com ela os consulentes: *Kufula makazu*. Borrifam-lhes a testa, os ouvidos, etc., etc.

LILEMBA-LEMBA — (*Brillantaisia alata*)

As folhas servem para temperar e tornar menos duras as galinhas, segundo afirma o Ir. Gillet, S. J..

É também planta usada em feitiçaria e magia.

Quando o filho se zanga com os pais não poderá ter sorte na caça ou na pesca, etc. O filho vai, então, ter com o pai para fazerem as pazes. O pai diz tudo quanto tem contra o filho, o que lhe vai lá dentro...

Finda a «confissão» dá-lhe a benção (*Kuvana miela*) e entrega-lhe algumas folhas de «*Lilemba-Lemba*» a fim de passar toda a discórdia.

«*Lilemba-Lemba*» vem de LEMBA - adoçar, acalmar. É pois a planta, o «*Lilemba-Lemba*», que leva e dá a calma. Por isso é plantada junto dos locais onde se resolvem as questões do clã para dar a calma aos que tratam desses assuntos!

LILOLO — (*Carica papaya*)

Fruto muito alimentício e, sobretudo, um óptimo auxiliar da digestão.

As sementes, tomadas ao natural, usam-se como laxativo.

Com as folhas envolvem muitas vezes as carnes, especialmente frangos. Dizem que torna a carne mais tenra.

LIMANU — (*Citrus limonia*, Osbeck)

O P. Merolla afiança que foi com algumas gotas de limão que se livrou, que serviu de antítodo ao veneno que lhe haviam ministrado. Mas qual veneno? Isso não diz.

LIMONA — (*Ricinus communis*, L.)

A seiva é usada na cura de cortadelas, golpes recentes.

As sementes, mastigadas, as usam como purgativo.

LINDULI-NDULI — (*Quassia africana*, Baill — *Cinchona calisaya*)

As folhas, depois de bem pisadas, colocam-se em infusão num copo de água. Essa infusão é usada, sendo coada, quando se urina sangue. Podem beber-se dois a três copos por dia e durante um ou dois dias.

O suco que se pode extrair das folhas, mastigadas e sorvendo-se-lhes o suco, é usado contra as dores de ventre.

Casca e folhas são também usadas como febrífugo.

Com esta planta tratam o sarampo e varicela.

Procedem do modo seguinte:

As folhas, bem pisadas, misturam-se com *Nzo-Mpati* (Casa da Mpati), ninho da mosca esfex, depois de bem moído. Faz-se uma pasta bastante consistente com as folhas e o pó do ninho da *Mpati*. Esfrega-se o corpo dos pacientes duas vezes ao dia com essa mistura.

Antes de cada aplicação, tomar banho em água fria.

Bons resultados obtidos.

O chá da entrecasca, contra as dores de dentes.

Folhas cozidas e esfregando o corpo com elas, contra a sarna.

LINHO-NHOKA — (*Cassia occidentalis*, L.) — E o fedegoso.

Chá das folhas, quando as fezes são purulentas.

Água, depois de nela terem estado raizes desta planta em infusão, contra as dores de ventre.

Chá das raízes, na cura da blenorragia ou quando se tem retensão de urinas.

Chá das folhas ou raizes, usado com muito bons resultados, na cura da ictericia. Não deve beber-se de outra água durante o tratamento. Não usam dieta.

Folhas e raizes, em chá, na cura de febres palustres.

As sementes torradas, moídas e fervidas, dão uma bebida contra os vermes intestinais.

A planta, pulverizada e diluída em água, é usada como febrífugo e purgativo-calmante. (Na A. E. F., em tempos, havia séria protecção a esta planta).

LISISA-SISA — (*Afromomum Laurentii*)

Também lhe chamam (cf. em Gosseweiler) *Ukisia-Nsisa*, *Nsika*. Usa-se na cura da sarna. Procede-se da mesma forma como com o *Linduli-Nduli* para a cura do sarampo, isto é, pisando-se muito bem o caule e folhas da *Lisisa-Sisa* juntamente com os ninhos *Nzo--Mpati*.

É também planta usada em feitiçaria e magia.

Nas suas apresentações e danças, os *Zindunga* costumam trazer um ramo de *Lisisa--Sisa* seguro entre as espáduas fazendo-o sair, com a flor, por cima da cabeça.

LISUSU-SUSU — (*Ocimum arborescens*?)

O chá das folhas é usado contra as dores de cabeça e contra a febre. Contra as dores de cabeça também usam pisar as folhas e colocá-las nas narinas.

Chá das folhas, ainda usado nas constipações.

Os nativos têm o *Lisusu-Susu* como sendo o alho e cebola indígena.

LITOBA-TOBA — (*Physalis minima*)

Folhas trituradas e diluídas em água, é usada esta água como calmante e obstruente (Ir. Evaristo). Deve usar-se em pequenas doses, uma vez que é bastante venenosa esta planta. É o «alquequenje venenoso.»

LITONDE — (*Lentinus tuberregium*)

Comestível, quando novo e tenro.

É planta «feitiço».

MAVUMA-VUMA — (*Palisota ambigua*)

A seiva desta planta e a da árvore MBENENE é usada na cura de ferúnculos. Sentindo-se aparecer algum, costumam dar uns golpes no local untando depois com a mistura da seiva dessas duas plantas.

LOKA — (*Cussonia Brieyi*, Dewild.)

Loka-Loka ou *Madungo Mankombo*.

A casca, depois de limpa, bem raspada e lavada, usa-se na cura de feridas.

LUBOTA — (*Milletia Demeusei*)

É árvore sagrada.

As suas folhas, afirma o Ir. Gillet, s. j., colhidas ao cantar do galo e cozidas em água, dão uma eficaz bebida contra os vermes intestinais.

LUBULA-NDUMBA

Lubula-Ndumba significaria, em perífrase, o seguinte: estar com atenção para ver quando pode ir ter com a «Ndumba», a mulher de vida fácil.

É um pequeno arbusto. Parece-nos da família da *Urena lobata.*

A casca, muito bem pisada, é usada na cura de feridas, em curativos diários, depois de muito bem lavado o local. Conseguem-se bons resultados.

LUSAKU-SAKU — (*Cyperus sp.*)

As partes nodosas das raízes dão uma polpa usada contra a dor e para defumar os feitiços (Ir. Gillet.)

LUTABULA

É uma trepadeira.

As folhas usam-se na cura de feridas. Depois de aquecidas um pouco ao fogo, a seiva dessas folhas é espremida sobre a ferida. Uma dessas folhas, depois, é colocada sobre a ferida que, de início, deverá ser bem limpa com água quente.

LUTETE-LUMEME — (*Picralima Klaineana*, Pierre)

Quando a barriga «morde», tomam-se as sementes e casca desta árvore depois de fervidas em água ou mastigadas simplesmente. As sementes são muito amargas.

Quando se sentem dores provocadas pela quebradura usa-se do mesmo modo. Dizem que se obtem certo alívio.

LUZIZI — (*Ipomaea sp.*)

As folhas, depois de limpas e pisadas, são espremidas sobre as feridas até deixarem cair algumas gotas de suco. Por cima da ferida aplica-se uma outra dessas folhas, bem lavada, e áta-se a ligadura.

MALEMBOZO — (*Carpodinus rufinervis*, Pierre?)

Malembozo ou *Nlembozo*.

As folhas desta trepadeira mastigam-se quando se sentem os dentes embotados.

Em chá, as folhas são usadas contra a tosse forte. Dizem ainda que as folhas, pisadas e esfregadas no corpo, têm o condão de entorpecer as cobras que, então, não ferrarão.

Usam fazer isto sobretudo quando sobem às palmeiras onde, com frequência, se encontra a cobra *Nlimba*. Daí o adágio: *Nlimba ukandikila ngazi* — A *Nlimba* proíbe cortar o dendém.

MANGUEIRA — (*Mangifera indica*, Linn.)

Folhas e casca cozidas na água dos banhos das parturientes como adstringente.

MBALA-TALI — (*Dioscorea alata*)

As folhas, pisadas e esfregadas no corpo, usam-se contra a febre.

MBAMBA — (*Croton Oligandrum*, Pierre)

As folhas são usadas em suadoiros. Veja-se em KUAKU.

MBANZA-NKUMA

A casca bem limpa e fervida. Bochecha-se depois a água contra as dores de dentes.

MBENENE (ou só MBENE) — (*Conopharyngia angolensis*, Staf.)

Os frutos, cozidos com mandioca, costumam dar-se às cadelas que não tem leite para alimentar os filhos. Afirmam que faz vir o leite.

É interessante saber-se que mamas, seios, se chamam, precisamente, *Mabene*.

Para pessoas toma-se só a água depois de nela ferverem esses frutos. A água fica leitosa.

Também usam ferver simplesmente dois ou três frutos na comida da mulher que não tem leite para amamentar o filho. Dizem que se cozerem mais de dois ou três frutos pode produzir efeito de purgante.

A casca da MBENENE, limpa e depois de muito bem raspada, deita-se numa garrafa com água ou vinho de palma juntamente com uns quatro grãos de pimento indigena (*kindungu — Capsicum frutescens*, Linn). Este «composto» costuma ser usado para cura da quebradura recente, logo que se sente. Toma-se, mais ou menos, conforme as dores que se sentirem. Um golo de cada vez. Isto deve usar-se logo que se sentiu quebrado. Afirmaram-me, e dando nomes de pessoas que assim procederam, que dá bom resultado.

A seiva de MBENENE, juntamente com a de MAVUMA-VUMA, é usada na cura de furúnculos. Veja-se *Mavuma-Vuma*.

MBILI — (*Canarium Schweinfurthii*)

A resina é usada em cáusticos e cataplasmas. Essa resina também serve de incenso e até o dão como sendo o verdadeiro.

Gosseweiler escreve: «Do tronco desta árvore exsuda uma resina que é tida por um dos mais eficazes e célebres medicamentos da farmacopeia africana».

MBUILU-BUILU

As folhas desta planta, bem pisadas, são colocadas em infusão, em água, durante algum tempo.

Coada a água, toma-se duas a três vezes ao dia contra a diarreia ou mesmo dores de ventre.

MOMBAGA-NKUEKEZE

As raízes e folhas deste arbusto, depois de bem trituradas, as usam os naturais em inalações ou fricções na cura, respectivamente, de dores de cabeça, constipações e dores de peito.

MPALA-BANDA (MPALABANDA) — (*Hymenocardia acida*, Tul)

Chá da entrecasca administrado aos garotos, quando as fezes não são normais.

MPUNGA (ou TUNGO) — (*Urena lobata*)

A raiz é empregada para alívio de incómodos intestinais, em chá ou mastigando-a depois de bem limpa.

MUAMBA — (*Polyalthia suaveolens*, A. C.)

Chá da raiz, depois de muito bem raspada, usa-se contra as lombrigas.

MUMBIEMBE (*Mimbienbe*)

É uma trepadeira. O caule muito bem pisado é usado contra os furúnculos.

MVANZA — (*Pentaclethra macrophylla*, A. C.)

Chá da entrecasca usado contra as dores de ventre.
Deve tomar-se duas a três vezes ao dia.
Usa-se também em suadoiros. Veja-se em KUAKU.

MVOKA — (*Persea gratissima*, Gaertn — *Laurus Persica* (?)

O fruto é um forte alimento. É o abacate.
As folhas são peitorais, estomacais e usadas na cura de feridas.
Chá das folhas para os rins.
O caroço é adstringente e é também um tintorial indelével. Vimo-lo ser usado na marcação de roupa. Esta, colocada sobre o caroço é picada no formato ou com os números que se desejam.
Usam também comer o abacate como estimulante erótico. Os abacateiros do Enclave de Cabinda dão frutos muito grandes e muito gostosos, maiores do que as maiores peras que se possa encontrar na Europa.

MVOKE (MAVOKE) — *Landolphia ochracea*, R. Schum?)

As folhas, depois de muito bem pisadas, ficam em infusão em vinho de palma. Não deixar muito tempo, não esquecendo que o vinho de palma ao segundo ou terceiro dia está fermentadíssimo.
Usa-se contra a prisão de ventre.

NFINGU — (*Abrus precatorius*, L. ou *Abrus pulchellus* (?)

As folhas, ou mastigadas sorvendo-se-lhes o suco ou, depois de pisadas, postas em infusão num copo de vinho de palma, usam-se para combater a tosse.

NFUTA-FUTA (Mafuta-Futa)

Ferve-se a casca em água, que toma a cor vermelha. Depois de frio, toma-se este chá na cura da blenorragia umas três vezes ao dia.

NGUBA-NGUELO — (*Jatropha curcas*) — Purgueira.

Da semente se extrai óleo purgativo. Daí o nome «purgueira».

NHONDO (Zinhondo)

A seiva é purgativa.
Adultos: 3 a 4 gotas num copo de vinho de palma.
Crianças: 1 a 2 gotas, conforme a idade.

NKAIA

As folhas, bem pisadas, chegam-se ao nariz contra as dores de cabeça.

A raiz raspada e chegada ao nariz é um excitante fortíssimo e usa-se contra os desmaios ou quando se está variado e com febre. Ou se lhes dá a cheirar, aos desmaiados, ou mesmo se lhes mete no nariz.

NKAFU

Usado na cura, dizem, das hemorroides (*Luilua*).
Procede-se do seguinte modo:
Deitam-se ao fogo duas ou três pedras até ficarem o mais quente possível.
Enche-se uma bacia com água fria, onde serão lançadas essas pedras depois de muitíssimo quentes.

A bacia é coberta por pausitos ou pequenas ripas entrelaçadas a fazer uma espécie de grade, sobre as quais, e tapando tudo totalmente, se espalham folhas de NKAFU.

O indivíduo coloca-se em posição de receber o vapor directamente e aproximando-se o mais que possa. Faz-se isto duas vezes por dia, de manhã e à noite, até ficar curado... O indígena NGAKA, da aldeia de Kai-Kongo, tendo andado por hospitais e postos sanitários, sem resultado, acabou por se curar totalmente por este processo, me contou ele.

NKA-KASA (ou NKASA-KASA) — (*Albizzia fastigiada*)

A entrecasca, bem espremida juntamente com a seiva de NKUISI, aplica-se nas narinas contra as dores de cabeça.

A casca, depois de bem raspada e pisada, usa-se na cura de feridas.

A entrecasca e casca, limpa e pisada, é usada em chá juntamente com a NSENGA (*Musanga Smithii*) e um pouco de pimento contra a tosse. Adoça-se o chá.

A seiva é usada em lavagens externas contra afecções de origem sifilitica.

NKAKATI (Minkakati)

Contra a tosse.

Raspa-se a parte interna da casca, que se ferve em água com sal e pimenta (*kindungu; biázi*).

Depois de coada, toma-se duas a três vezes por dia.

NKANGA-LUBUMA (outros lhe chamam Nguba-Nguelo?) — (*Jatropha Curcas*, Lin.)

Nkanga-Lubuma, traduzido à letra, daria: amarrar o golpe. A casca, bem pisada, é, na verdade, aplicada na cura de feridas, golpes.

As sementes são purgativas e em larga escala.

Alguém tomou, sem saber os efeitos, duma só vez, umas 15 a 20 sementes. Dizem ser muito gostosas. Pouco tempo depois de as haver tomado começou a sentir-se indisposto, resultando dessa indisposição vómitos contínuos e amiudada purgação (diarreia) seguida de cólicas violentas.

Em um aluno da Missão, que sòmente tomou umas 4 a 5 sementes, agiu como purgante.

NKASA — (*Erythrophloeum Le - Testui* - A. Chev.)

É a chamada «CASCA».

A casca desta árvore, que contem forte alcaloide, usava-se (e não se usa?) nas provas judiciais entre os indígenas. Pode actuar como purgante ou como emético.

Actuando como emético, vomitando, portanto, tomam (ou tomavam) o facto como inocência do indivíduo.

Dizem que os curandeiros sabem bem dosear... Escapará quem mais pagar e, portanto, o que conseguir vomitar o veneno.

Gosseweiler diz que esta árvore não é idêntica ao «manconé» da Guiné Portuguesa mas que, contudo, a sua «casca» é empregada, segundo consta, nas provas judiciais, no Congo e Maiombe».

NKATU — (*Opuncia ficus indica*)

As folhas usam-se na cura de feridas. São aquecidas ao lume e aplicadas no local ferido. O doente, o ferido, por sua vez, também deverá ficar junto ao fogo com a parte doente para ele voltada.

As folhas, bem pisadas, são usadas em cataplasmas emolientes.

NKAZU ou MPINGA-a-MPUTU — (*Anacardium occidentale, Lin.*)

É o cajueiro.

Chá da casca, na cura dos diabetes e também contra a diarreia.

NKAZU-NKUMBI

Faz-se chá da casca, depois de bem limpa. Contra a diarreia sanguínea.

NKONDO — (*Adansonia digitata*, Lin.) — O Embondeiro, Baobá.

A polpa do fruto, que é branca e ácida, usa-se, depois de seca ou em infusão, na cura de hemoptises e desinterias.

Da casca e folhas dos ramos novos fazem chá preventivo contra febres palustres.

NLI-LIBU (ou Nlibu-Libu)

Casca fervida, coada e tomada como chá, contra a tosse quando a expectoração é difícil.

NLOMBA (Niomba) — *Pycnanthus Kombo*, var. *angolensis*)

Chá da entrecasca juntamente com a de NKUMBI (*Lannea Welwitshii*) e a de NFINGU (*Abrus precatorius*) e juntando-se-lhe ainda a flor de NKUISI, quando se sente o corpo moído e dorido.

No primeiro dia tomar umas três vezes e, melhorando, uma vez por dia.

NLUNGU (Inlungu)

Chá de entrecasca contra a tosse

NSAFUKALA (SAFUKALA) — (*Pachylobus pubescens*, Vermoes)

Chá da entrecasca, três a quatro vezes ao dia, na cura da diarreia sanguínea.

É da resina desta árvore que os naturais costumam fazer tochas.

NSAKA (Zinsaka) — (*Sideroxylon dulcificum*, D. O.)

É um arbusto.

Seus pequenos frutos gozam da fama de converter a acidez dos frutos em doçura agradável.

As propriedades dulcificantes encontram-se na polpa fina e tenra do fruto, que é avermelhado.

Os indígenas têm mesmo um provérbio alusivo:

Lifubu nkuá-nganzi:
Muntu nsaka nlendula.

O ananás ácido:
O homem acalma (essa acidez) com a Nsaka (ou SAKA).

As mesmas propriedades são atribuídas ao *Thaumatococcus Danielli*. A este os indígenas apelidam de NSAKA-MBANDA.

NSAKU-SAKU — (*Symbopogon densiflorus*, Staf?)

Torra-se o tubérculo desta planta muito bem torrado, reduzindo-o depois a pó. Juntamente se torrarão também folhas da liana NSONGO-NZADI. (Lepra — *Nsongo buazi*).

Ao pó torrado conseguido junta-se-lhe um pouco de pólvora, pisando tudo junto.

Esta mistura é deitada em dois ou três litros de vinho de palma, que se deixou fermentar durante uns dois dias.

Empregam esta mistura nos leprosos. Antes de se aplicar o «medicamento» devem limpar-se e raspar-se as crostas das feridas. Depois de untado, o leproso vai para o sol.

Colhem-se bons resultados com esta aplicação?

Não o pude saber ao certo. Mas imagina-se o tormento do pobre leproso.

NSASANGA (NSA-SANGA) — (*Ricinodendron aficanum*, M. A.)

Limpa-se muito bem a casca. Ferve-se em água ou vinho de palma. O vinho ou água em que ferveu a casca, depois de bem coada, é usada nas parturientes para facilitar a expulsão das secundinas, quando há dificuldade nisso.

NSALA — (*Omphalocarpum Brieyi* — Dewild)

Chã da casca, depois de limpa, usado contra a furunculose.

NSALA-BAMBOKO

O mesmo que NFINGU.

NSANO — (*Ongokea Gore* (Hua) Pierre)

A seiva da casca, esfregada sobre o ventre, dizem facilitar a evacuação, quase provocá-la, agindo como purgante!...

NSASA (Insasá) — (*Pachystela Brevipes*, Baill)

Usadas, as folhas, como suadoiro contra as febres juntamente com as folhas de outras plantas. Vide KUAKU.

NSENGA — (*Musanga Smithii*)

A seiva é usada na cura da blenorragia ou quando há retensão de urinas. É tomada por via bocal misturada com água ou vinho de palma.

NSONHA — (*Synadon dactylon*)

É a grama.

Chá das raizes usado como diurético.

NTUMBI

Chá da casca e entrecasca contra as dores de barriga.

NTUMBI-NTANDU

A raiz, bem lavada e bem raspada, é colocada em água e pisada, depois, dentro dela.

Dessa água, depois de coada, bebe-se duas ou três vezes por dia na cura da diarreia sanguínea. Ordinàriamente, dizem, bastará um só dia.

Pode causar um pouco de prisão de ventre, que passará dentro de um ou dois dias.

SASABU — (*Thonningea sanguinea*)

É uma balanófora.

Aplicam os frutos no baixo ventre na cura da incontinência de urina, durante a noite (P. Bittremieux).

TAKULA — (*Pterocarpus tinctórius*)

Um género de pau sândalo.

Os naturais usam pintar-se com o cerne, reduzido a pó — ao que se chama *Tukula* — em certas circunstâncias e cerimónias.

Não deixa de ter, porém, certas propriedades medicinais servindo para livrar a pele de irritações, pequenas «sarnas», adquiridas nos capinzais por onde passam pessoas, e tornando a pele muito macia e sedosa.

TEBE — (*Musa parasidíaca*) — Bananeira

Tomar casca de banana, casca e sumo de limão e felugem.

Mete-se tudo a ferver numa panela com água. Logo que ferva tira-se para o lado.

A «pasta» aplica-se em frio no tratamento das bôbas, Pian.

TINHO-NHOKA — (*Datura stramonium*)

As folhas, secas e fumadas, são usadas contra a asma.

VUNGA-KIMPEMBE

As folhas, muito bem fervidas e depois de migadas muito miudinho, usam-se na cura de feridas.

A ferida é muito bem limpa e isolada por uma fina ligadura. Por cima dessa ligadura é que se colocam as folhas fervidas e migadas, ligando-se novamente.

ZINGITILA NKUEKEZE

É uma espécie de trepadeira.

As folhas, pisadas e chegadas ao nariz — têm um cheiro muito activo — são empregadas contra as dores de cabeça.

Na cura de furúnculos usa-se esfregar o local com estas folhas, antes de o furúnculo rebentar.

Aconselha-se a não demorar a fricção e muito menos a atar as folhas directamente ao corpo. Queimariam.

CAPÍTULO X

NDUNGA (pl. ZINDUNGA OU BADUNGA)

Os *ZINDUNGA* são grupos de mascarados que ainda hoje se encontram em terras de Cabinda: no Kizu, Ngoio, Kinzazi e Susu.

Se actualmente está a perder parte do seu carácter secreto — do género de seita secreta — a instituição dos ZINDUNGA era tida de carácter secreto e a única que se conhece ter existido em Cabinda. O P. Bittremieux quer compará-la à sociedade secreta dos BAKHIMBA, do Maiombe ex-belga.

Ainda hoje, se está bastante divulgada e se não se reveste dos cuidados e segredos de outrora, muita coisa se desconhece a seu respeito e é rodeada ainda esta instituição das máximas cautelas e sigilo.

Inicialmente era formada a seita por nove mascarados. Mais uma vez se nota aqui o número sagrado destes clãs. Posteriormente juntou-se-lhe mais um décimo mascarado. Mas ninguém nos soube dar uma explicação que satisfaça plenamente. Chegam a dizer que foi no tempo do Sr. Dr. Corte Real que passaram a ter dez mascarados.

O Sr. Dr. Corte Real teria gostado que fossem em número par...

Daremos, mais para o fim, os nomes de cada mascarado e, tanto quanto possível, a sua explicação.

Em terras do concelho de Cabinda, todos, tanto pretos como brancos, conhecem hoje os Zindunga. Aparecem com frequência nas grandes solenidades e, como folclore, raro faltam nas festas do aniversário do tratado do Simulambuku e tendo as suas exibições na aldeia de Nova Estrela.

Nas solenidades do MPOLO ou NZIMBU (que descreveremos) relacionadas com os funerais dos nobres e ricos senhores, solenidades que hoje se realizam um ano após a morte, os Zindunga estão sempre presentes.

Mas a presença dos Zindunga obriga a grandes despesas.

Outrora, os cadáveres eram enterrados semanas, meses e até anos depois da morte, para dar tempo a que se juntassem as coisas necessárias para um enterro de grande senhor.

Com a obrigação do enterramento logo após as 24 horas sobre a morte, todo o cerimonial do MPOLO fica para o primeiro aniversário da morte do nobre ou rico senhor.

Os homens que fazem parte desta Instituição dos Zindunga apresentam-se escondidos debaixo de grandes máscaras, pintadas e sarapintadas de várias cores, e com uma espécie de coroça, que os cobre até aos pés, feita de folhas de bananeira.

Em uma das mãos, quase sempre a direita e que se não vê, seguram uma espécie de vassoura feita com a nervura da folha de palmeira.

É para afastar e fustigar os mais atrevidos.

Costumam trazer um ramo de *Lisisa-sisa* (— *Afromomum Laurentii*), que é preso entre as espáduas e aparece por cima da cabeça.

A *Lisisa-sisa* é tida por planta sagrada.

Quem são os mascarados? Os seus nomes de aldeia e o da aldeia ou família a que pertencem? A própria família sabe que este ou aquele seu membro faz parte dos Zindunga?

A falta de resposta — ou de poder responder — a estas perguntas, além das leis e regras que regem a instituição, é que lhe dão aspecto de seita secreta.

Uma coisa é certa: nunca se houve pronunciar o nome seja de quem for. Nunca se ouve dizer: debaixo daquela máscara está fulano; cicrano e beltrano, etc., etc.... são Zindunga. Nada. Nadinha.

Se os conhecem — e cremos que não — não o dizem. Nem sequer mostram curiosidade em o saber. Aguenta-os e corta-lhes a curiosidade o receio, até um quase terror, de que alguma coisa de mal lhes aconteça ou que os Zindunga os castiguem.

Quando são convidados, e são-no, sobretudo, para os grandes funerais — cerimónias do MPOLO — o chefe dos Zindunga avisa os outros membros.

Fazem entre eles, Zindunga, uma colecta que dê, pelo menos, para a compra de uma garrafa de aguardente e para que fique algum em numerário. O que se consegue é enviado por um mensageiro ao chefe de família da pessoa falecida e tanto serve para ajuda das despesas como para sinal de que aparecerão na solenidade. É para o chamado *Lifundu* (pl. *Mafundu*), como que uma espécie de dote.

O chefe de família do defunto arquiva a dádiva reconhecido.

Com antecedência suficiente os Zindunga preparam tudo o que lhes é necessário. A máscara há muito que está pronta. Mas a vestidura de folhas de palmeira é feita de novo. Bem a tempo, tudo fica em ordem. Não esquecerão aquela espécie de vassoura, a *Nsense*.

Para não serem reconhecidos, as deslocações fazem-se sempre de noite e com as maiores cautelas e silêncio. É pela meia noite que se deslocam. Em local escolhido e já prèviamente preparado se escondem e vivem sempre que deixam o lugar das cerimónias e danças.

Este recinto é cercado com folhas de palmeira, suficientemente altas e espessas, de modo a não permitirem olhares indiscretos.

Aliás, entre os negros, o medo é grande. Instintivamente fogem do local onde estão escondidos os Zindunga e não se lhes atiça a curiosidade. Até para satisfazerem as suas necessidades, os Zindunga têm lugares escolhidos e suficientemente resguardados.

Dentro dos cercados que lhes prepararam é onde descansam, dormem e comem à farta.

Quem algum dia assistiu às danças dos Zindunga, contínuas e movimentadas, sob o peso e incómodo das máscaras e da vestidura de folhas de bananeira, admira-se de como é possível resistir-se tanto. Devem sair suados como toiros!... E, forçosamente, têm de comer muito bem e de não beber pior. Também nada se lhes nega, nada se lhes recusa. Para os outros pode haver falha de comida e de bebida. Mas com nada faltarão aos Zindunga até por que temem alguma maldição deixada por eles à partida. Não são os Zindunga as *Bakama* (esposas) do Nkisi-Nsi, os zeladores das leis de Lusunzi?

Por isso têm de ser muito bem tratados.

Terminada a festa, os ZINDUNGA voltam ao local «sagrado» da floresta. Regressam de noite. Antes, porém, o chefe de família onde se fez a festa pagar-lhes-á muito bem a actuação. Dar-lhes-á muito mais de 200% do que deles havia recebido.

Pagamento em dinheiro, aguardente e vinho.

O local onde os Zindunga têm as actuações, do género que acabamos de descrever, chama-se *Zindunga zisambi* — Lugar onde os Zindunga choraram o defunto.

Mas os Zindunga não comparecem sòmente em funerais ou festas relacionadas com eles.

Assistem também às festas do Nfumu-Nsi (chefe da terra, do clã) a fim de o abençoarem, depois da eleição e consagração pelo Nkisi-Nsi e reconhecimento por todo o povo. É que o Nkisi-Nsi é o espírito protector da terra, é o maior de todos, é o que toma perante os homens o lugar de Deus, uma vez que Este, sendo tamanho, imenso, e estando tão longe, não pode incomodar-se com os pobres mortais!...

Os Zindunga são também os defensores da ordem e das leis.

Estão estritamente ligados ao Nkisi-Nsi, ao Ntoma-Nsi e ao Nfumu-Nsi. Por isso, comparecem logo que o Nfumu-Nsi ou Ntoma-Nsi adoecem.

Neste caso, a primeira reunião, dança e cerimonial, realiza-se no próprio local onde se encontra o Nkisi-Nsi, ordinàriamente, como já sabemos, no meio da floresta ou em lugar ermo.

Ninguém pode assistir a essa primeira «prece» junto do Nkisi-Nsi. Chama-se a isto o *Kubila Kinkisi-Nsi* — Saudar o Nkisi-Nsi (para que cure o doente).

Tem lugar pela meia noite esta dança-prece. A dança é intercalada de comes e bebes. Continua secreta a reunião e a dança. Nem as pessoas de família lá são permitidas.

Conferenciam entre eles. Já saberão, mais ou menos, pelo que lhes disseram a respeito do doente ou por que algum deles o foi ver, se é muito grave ou não o seu estado; se há probabilidades de que tudo passe em nada e não passe de um susto; se pode haver a possibilidade de se juntar ao activo da instituição um «milagre»!

Far-se-ão tanto mais caros quanto mais provável é o dito «milagre»!

Ao cantar do primeiro galo, depois de conferenciarem, vão descansar. De manhãzinha, o Chefe dos Zindunga vai falar com o doente — o Ntoma-Nsi ou Nfumu-Nsi — e levá-lo a convencer a família de que é necessário apaziguar o Nkisi-Nsi ou atrair-lhe a sua benção.

Ora, o apaziguamento do Nkisi-Nsi ou o atrair as suas bençãos sobre alguém — conforme os casos — só se consegue através da actuação dos Zindunga que, como o doente bem deve saber, são as «esposas» do Nkisi-Nsi.

Por outro lado, os Zindunga só podem dançar, actuar, comendo e bebendo bem e sendo bem pagos! E daqui se não sai.

Antes do mais, antes das danças e actuação dos Zindunga, impõe-se uma reunião pública a que assistem já todos os Zindunga, devidamente mascarados.

O doente é colocado sobre uma esteira — *nkuala*.

Cada um dos Zindunga, um por um, enquanto os outros redopiam e dançam, vai junto do doente e, num arremedo de dança individual, circula à sua volta. É uma forma de o abençoar — *Kuvana miela*.

O doente, tanto quanto lhe é possível, e já escolhem quase sempre ocasião em que o pode fazer, ergue o tronco e levanta as mãos ao céu em sinal de agradecimento.

Os Zindunga, seguros do êxito, continuam por mais dois ou três dias nessa «boa vida», a comer, beber e a ser muito considerados. Depois de também muito bem pagos, voltam à vida normal.

A esta cerimónia se costumava chamar *Vakuisa Nfumu-Nsi* ou *Ntoma-Nsi* — Fazer pagar o tributo ao Nfumu-Nsi ou Ntoma-Nsi.

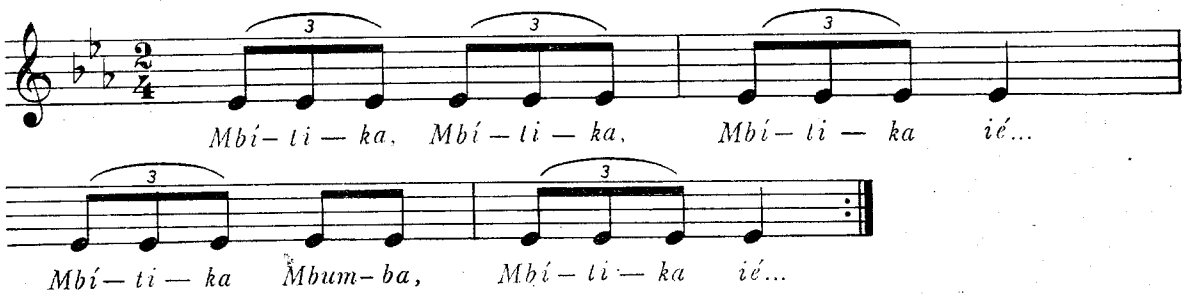
Se contra toda a esperança e depois de todo o cerimonial dos Zindunga o Nfumu-Nsi ou Ntoma-Nsi vier a falecer, não há problema.

Morreu? Foram os *bandoki*, as almas do outro mundo, que o levaram!

Salvou-se? É «milagre» deles, do Zindunga, está mais do que visto!

Os Zindunga com o Ntoma-Nsi aparecem sempre na dança MBUMBA-MBITIKA, a dança a que são obrigados os fornicadores, quando a falta é cometida com rapariga que ainda não passou pela «casa da tinta» (pela Nzo-Kumbi).

São obrigados, os infractores — ele e ela — a dançar nús, ou apenas com umas fracas folhas a cobrirem o sexo, e que acabam por cair durante a dança, diante de todo o povo da aldeia. Também não falta gente vinda de fora. O caso torna-se público e assim é necessário para melhor apaziguar o Nkisi-Nsi.

Ao ritmo da música da dança *Mbítika — Mbítika — Mbítika ié, Mbítika — Mbumba — Mbítika ié* são batidos e fustigados pelos presentes, incluindo os Zindunga.

Imagine-se o tormento. Não são, ainda hoje, comuns estas faltas. É que o terror que inspira esta dança acalma os mais e as mais fogosas.

São faltas contra o Nkisi-Nsi. É preciso guardar pura a raça. E para a continuação da raça a mulher só se pode dar depois das cerimónias da *Nzo-Kumbi*.

E, para velar pelo cumprimento dessa lei — de Lusunzi e do Nkisi-Nsi — lá estão os Zindunga e o Ntoma-Nsi.

Pode ver-se por quanto fica esta «brincadeira» aos delinquentes e respectivas famílias.

Não havia caça, nem chuvas, nem pesca? Era por causa dessas faltas. Que apaguem o mal e apaziguem o Nkisi-Nsi para que voltem as coisas ao normal: que volte a chuva, se apanhe caça, se pesque, etc.

O mesmo Ntoma-Nsi e Nfumu-Nsi têm a máxima consideração pelos Zindunga. Estes, até certo ponto, porque são as esposas — *bakama* — do Nkisi-Nsi, são superiores a eles. Portanto, cautela com o repartir das coisas: dinheiro, aguardente e mais bebidas...

Se os Zindunga não se julgarem suficientemente bem pagos e remunerados, pode bem ser que acarretem males e desgraças sobre o Nfumu-Nsi e Ntoma-Nsi.

Segundo a tradição das gentes de Cabinda — Bauoio — a instituição dos Zindunga foi inspirada por Lusunzi.

Por isso, como veremos, posto que o primeiro mascarado tenha o nome de MABOBOLO, o verdadeiro chefe dos Zindunga é chamado Nganga-Lusunzi (sacerdote de Lusunzi).

Ao Nganga-Lusunzi compete o velar e zelar, com os mais Zindunga, por todos os actos espirituais, pela moralidade do povo e bons costumes antigos.

Os Zindunga eram invioláveis em todos os seus actos. A sua autoridade, absoluta. A sentença que deles proviesse, dada pela voz de um deles, voz fingida para não ser reconhecida, era irrevogável, mesmo que fosse sentença de morte. E era prontamente aplicada.

A comparência dos Zindunga, além das ocasiões mencionadas atrás, podia ser provocada pelos motivos seguintes:

1.° — Actos ofensivos à povoação do Kizu (sede dos Zindunga de Cabinda, a ROMA DOS BAUOIO como lhe chamou o falecido A. J. Fernandes) ou às outras povoações dotadas de Zindunga.

Essas ofensas, na crença deles, podiam provocar a falta de chuvas, da pesca, da caça, etc.

2.° — Falta às leis de Lusunzi, à morallidade pública, no que diz respeito a actos sexuais cometidos com raparigas antes de passarem pela «casa da tinta»; faltas a certas leis conjugais (v. g. relações sobre o solo, relações com pessoas do mesmo Mbingo, etc., etc.)

3.° — Se do Kizu (Kinzazi, Ngoio, Susu, terras que possuem os Zindunga) os Zindunga podem rogar pragas e trazer malefícios, seja para quem for, também podem prodigalizar bençãos e libertar de todos os males.

E lá se juntam ou são chamados para as doenças dos grandes chefes. As pessoas de poucos meios não o podem fazer.

4.° — Por actos de simples representação: aniversários de festas, solenidades públicas, nomeação de algum grande chefe.

5.° — Em calamidades públicas, que sempre se atribuem à falta e malícia dos homens: carência de chuvas, sol tórrido, seca das plantações, ausência de caça e de pesca, etc., etc.

Nos casos de falta às leis de Lusunzi, injúrias ou actos ofensivos contra os Zindunga (ou povoações em que têm a sua sede), em calamidades públicas, os Zindunga podem reunir-se por sua própria iniciativa.

Nestes casos iam à povoação em que se deu o caso e precediam a sua actuação por actos de verdadeiro saque antes de serem recebidos pelo Nfumu-Nsi.

Os ritos e espécie de rezas que fazem nos seus «santuários», e muitas vezes em florestas e com o Ntoma-Nsi, são de absoluto segredo. A isso se chama *Lombe.*

Os actos públicos realizados nas povoações, resumindo-se em cantos e danças, chamam-se *Kukina Mpuela* — dançar a *Mpuela.*

Quando apareciam em público, nas festas de representação, ao deixarem a terra benziam-na, bem como as pessoas e coisas, sobretudo instrumentos de trabalho, quer dos homens quer das mulheres.

Havendo culpados, deviam comparecer, depois, no Kizu — ou povoação da respectiva instituição de Zindunga — e pagar a multa que lhes fosse imposta. Aliás, os Zindunga desceriam ao «povoado» e ficar-lhes-ia muitíssimo mais caro! O representante dos Zindunga recebia as multas.

Em certos actos públicos os Zindunga costumavam evocar *Lusunzi, Mboze, Nkanga, Lemba, Kalunga,* etc., etc. (Cf. Fig. P 25 e P 26)

★

Os **Zindunga** estarão metidos na classificação de seita «aniótica», palavra derivada, dizem, da língua de Stanleyville e que quer dizer «homens-leopardos»?

Destinavam-se — e ainda se destinam — a castigar os desvios dos usos e costumes tradicionais dos clãs.

Empregavam disfarces, que permitiam a simulação de ataques de feras.

(Cf. **«Angola Heroica»** de Artur Maciel — pág. 89 — que isto bebeu em trabalho do Senhor Doutor Professor Silva Cunha).

Não temos receio de responder afirmativamente à pergunta que se faz, pelas razões seguintes:

a) — Os Zindunga destinam-se, primàriamente, a zelar pelas leis morais e sociais e a castigar os desvios dos seus usos e costumes.

b) — Se as suas danças não são verdadeiramente danças guerreiras, não é raro apresentarem-se juntamente com um grupo que executa essas danças, tendo a figura de um leopardo, feito em madeira, no meio do recinto.

Para comprovação disto, pudemos fotografar uma dessas danças guerreiras. (Cf. em «Mpolo»).

OS QUATRO DIFERENTES GRUPOS DE ZINDUNGA QUE NOS FOI DADO CONHECER

OS ZINDUNGA DO KIZU

O Kizu é a aldeia que se encontra no alto do morro do mesmo nome, fronteiro a Cabinda e a nascente.

Ao Kizu lhe chamava *Roma dos Cabindas* A. J. Fernandes.

Ngimbi Nkonko, de uns 68 anos de idade, é o chefe e guarda dos Zindunga (o *Nganga-Zindunga*).

Sabemos já que não são conhecidos da população os mascarados. São chamados, convocados para cada função. Passa de pais a filhos a honra de fazer parte dos *Zindunga.*

No fim de cada actuação, a não ser que haja outra imediatamente a seguir, é queimada a espécie de coroça, feita de folhas de bananeira, com que se vestem.

São cuidadosamente guardadas as máscaras e os panos que as ornam. Há para isso um lugar escolhido e escondido na floresta, lugar a que ninguém se atreve a ir, com pena de ficar cego, dizem, se se der com as máscaras fora de funções públicas.

Dispendemos muitas centenas de escudos para fotografar os Zindunga em função por nós provocada, e mesmo em outras funções de carácter público. Por dinheiro nenhum pudemos conseguir que nos fosse permitido ver o «santuário» onde eram guardadas as máscaras. A negativa de Ngimbi Nkonko foi acompanhada do «descurpa, ser os nosso costume». E nada feito.

Ngimbi Nkonko diz que todos os dias vai ver e limpar as máscaras para as defender do salalé ou de qualquer outro insecto que as possa detiorar. Estão sempre ao abrigo da chuva.

Certo é que as tem em óptimo estado de conservação.

Esse cuidado é tanto mais necessário, quanto é certo que a madeira de que são feitas (*Sanga-Sanga* ou *Sa-Sanga, Ricinodendrum africanum* Mueel. Arg.) é fraca e levíssima depois de seca, e se trabalha e corta, como cabaça, quando verde.

Na explicação das máscaras, acompanhou o Ngimbi Nkonko o André Tati Sebastião, de mais ou menos 66 anos. É o Nkotokuanda, advogado, da região e um como que *Nganga-Nkisi* do Chefe (Regedor) da aldeia da Nova Estrela. Concilia muito bem o cargo de Nkotokuanda com o de Nganga-Nkisi e de Conselheiro do chefe. (Cf. Figs. C 12 e C 16 a C 26)

Os Zindunga do Kizu têm os nomes e explicações seguintes:

1.° — *MABOBOLO* ou Nunu Kinguáli (*Nunu Kinguáli* — Chefe das perdizes).

É o chefe de todos os Zindunga ou Bakama. Tem, no cimo da máscara, o carapuço Nzita, bem como uma bengala, a indicar a sua superioridade e qualidade de chefe.

Leva na boca uma espécie de cachimbo a que chamam Mbonzo.

Mas Mbonzo é um nkisi.

Mbonzo:
Kanga liambu ku nsia ntima.

Mbonzo:
Amarra (guarda) a questão dentro do coração.

— Sê franco e não te feches em ti mesmo como o *Mbonzo* que guarda as coisas em seu recipiente.

Este *Mbonzo* dos Zindunga tem folhas (tidas por medicinais) de *Lembe-Mpumbu, Malembozo* e *Ntélika-Ngolo.*

Esta máscara de Mabobolo tem um ar carregado e ameaçador.

É quem manda nos outros, mas sem lhe faltar uma certa ronha de velho (*Libobolo*, pl. *Mabobolo* = Manhoso, preguiçoso).

Mabóbolo, ngongie, nkuluntu ndunga.

O Mabóbolo, anuncia o «ngongie» (instrumento para avisar o povo de que o chefe vai dar ordens), é o chefe dos Zindunga.

2.° — *MAMPANA*

Mampana ntuluku ngó,
Bavuluka mu iluli vi lala zisusu,
Kuiza bonga susu bakala buingi mungonde utula va mbulu.

O Mampana é danado como o leopardo.
Tratou de entrar na capoeira
Para apanhar um galo e tirar-lhe uma pena da cauda para colocar na testa.

Por isso se apresenta com uma pena no alto, na fronte da máscara.
Outros dizem:

Mampana, ngazi mbi, mângina mu vi sásulu.

O Mampana, como é o mau coconote, não quer ir para a lixeira.

— O que se tem a dizer, diz-se de caras, na presença das pessoas. Mampana está pelo dono do coconote, pelo senhor das coisas.isas.

3.° — *KILAMBA*

Teria sido a máscara adicionada posteriormente

Kilamba kikambua lisina:
Nzambi ki si vanga ko.

Planta *Kilamba* (ou outra) a que faltam as raízes:
Deus não a fez.

Deus, o que faz, fá-lo bem feito e sem que nada falte.

4.° — *KUMBUKUTU* ou *MATONA MAMBUAMBU*

Kumbukutu indica superioridade.

Por isso o mascarado KUMBUKUTU se apresenta com a representação de uma pequena espingarda e de uma espécie de lança. É homem forte, cabo de polícia que vai à frente em tempo de guerra. Mas, nem por isso, deixa de fumar a sua cachimbada!

Pode notar-se que nas actuações dos Zindunga o KUMBUKUTU é quem mais se movimenta e finge agredir os presentes.

Mas também é homem que se mete a tudo, mesmo a cozinhar. Por isso tem também a representação de um pequeno molho de lenha.

Kumbukutu, livanga nsi:
Kamana saka mavembo nsi fuili.

Kumbukutu, trata da terra:
Que se desprezares a terra ela acaba.

Ou MATONA MAMBUAMBU (por ter cara bexigosa)

Matona mambuambu:
Podi bótula ko.

As marcas de varíola:
Não se podem tirar. Fica-se marcado para sempre.

Há coisas que marcam a nossa vida para todo o sempre.

5.º — *VANGA NSI*

Vanga nsi:
Na nhema ndaka.

O que fez a terra:
Entorta a boca (a quem não está de acordo com ele e não faz o que recomenda). Note-se como a máscara tem a boca torta...
Tudo o que diz — sim ou não — é para se cumprir.

Ou:

Vanga nsi, nhema nsi:
Kanhema bantu ko.

Faz a terra, despreza (se queres) a terra:
Mas não desprezes a gente. Sem ela nada és.

Tem a representação de uma gancheta.

Vana ka va baki koko:
Tula lukondo:

Onde a mão não chega:
Emprega a gancheta.

Usar meios proporcionados à empresa a que a gente se abalança.

Leva ainda a representação de uma pequena canoa — *buatu.*

Mamana kunsábula:
Nandi kuiza kusakanena.

Acabou de ser passado (no barco, e por favor):
E começou a fazer pouco (de quem o passara).
Há quem pague o bem com o mal.

6.° — *MBENGE MESO*

Olhos vermelhos.
Na verdade, de vermelho-tijolo estão pintados.

Mbenge meso lula kikazu:
Bika nandi ka kólua malavu.

Olhos vermelhos como que queimados pela noz de cola (a ficarem com a cor da noz de cola):
Deixa-o que está bêbado.
Bebeu vinho atiçado pela cola. Deixa-o!

Traz a representação de uma parede-cumeeira (sem perdoar o cachimbo). A cumeeira está voltada em sentido contrário.

Mbaka kuntelama:
Babonso mamana ufuá v'ikanda uonso ko muntu ueki sakanena.

Quando a parede está virada:
É por que todos morreram na família e, assim, todos abusam.

Ou:

Dangamuna kendala:
Ntelama podi ko.

A parede cumeeira:
Não pode virar-se ao contrário.

Não se tira o direito a quem o tem, a razão a quem está de posse dela.

7.° — *DUENGIE MESO*

Olhos cerrados.
Na máscara, o que corresponde às pálpebras, está pintado a negro. Dá, dessa forma, uma aparência de olhos fechados.

Duengie meso, nkuluntu, umona.

O *Duengie Meso* é chefe que vê.

Está atento a tudo o que se passa sem nada deixar escapar, ainda que pareça estar de olhos fechados.
Ou *Duengie meso,* olhos limpinhos, claros, que tudo vêem.

Na boca, estão representados dois dentes.

Minu seva luseva benu:
Omo livanga mona.

Estou a rir-me de vós:
Tudo o que fazem eu vejo.

As aparências nada indicam. Por isso, não se fiar nelas.

8.° — *MAKAIA MAKONDE-KONDE*

Makaia Makonde-Konde são as folhas secas de bananeira. Para nada servem. Delas nada se faz.

Makaia Makonde-Konde ibutu mene:
Kamana teka muinha mabangalangana.

Folhas *Makonde-Konde*, só quando apanhadas de manhã:
Que logo que apanham o sol ficam mirradas.

Ou:

Mabalangana
Makaia Makonde-Konde:
Va ke nkazi ko, ni muana ko. Minu dásuka.

Estou como as folhas *Makonde-Konde* (mirrado de raiva!)
Não atendo nem à mulher nem aos filhos. Estou zangado.

Na sua actuação este Ndunga parece o diabo. Zanga-se por tudo e por nada. Repare-se que até é representado com um olho de cada cor!

9.° — *BENVO LUMUANA*

Benvo: = Dócil, respeitador, obediente:
Benvo Lumuana: = Como uma criança obediente e respeitadora.

Na, Benvo Lumuana:
Nandi libakamba nlongie babika ndásuka.

Ele é como um bom filho:
Que aconselha a que se não zangue com ninguém.

Tem um *Kiela-Kiambavu* (espinha do peixe-serra).

Kiela-kiambavu:
Mana kuenda kuntuala, minu kukiela to.

Sou peixe-serra:
Indo para a frente, corto mesmo.

Ser obediente e dócil às leis, cortando e castigando onde for necessário.
Até a escolha das cores para esta máscara lhe dá uma apresentação de suavidade e leveza.

10.° — *TENDEKELE*

Tendekele libá = São as palmeiras pequenas
Tendekele mpáti = As moscas pequenas *mpáti* (mosca pedreira).
Mas, lá por serem pequenas, não perdem o direito a ser bem tratadas.

Tendekele mpáti bilengie:
Va bele bantu, va vingina bantu.

Não se despreza a *mpati* por ser pequena:
Onde houve gente, outra gente lhe toma o lugar.

Ninguém faz falta neste mundo. Vão uns e vêm outros.
Não se despreze o que é pequeno, sobretudo as crianças. Elas virão a tomar o lugar dos que hoje são grandes.
Respeitar os outros, por pequenos e fracos que sejam.

Apresenta-se o mascarado TENDEKELE ordinàriamente com uma pequena cabacita e a representação de um arco de subir às palmeiras para recolher o malavo (vinho de palma) ou cortar o dendém.

Mizumbu ibulu katina ibá lamalavu:
Lionso ko ibá nuá mangiembo.

O animal *Zumbu* fugiu da palmeira do malavo (porque não era dele, certamente):
Pois todo o que tem palmeira bebe vinho de palma.

Ninguém foge do que é seu.

Traz consigo também um *Kiala-Kiambavu.*

★

Estudando bem a «instituição dos Zindunga» podem resumir-se os seus fins no que segue:

a) — Tomar parte nas grandes solenidades do clã e abrilhantá-las.
b) — Atrair a «benção» do Nkisi-Nsi na festa da eleição — Kubiala — dos grandes chefes do clã.
c) — Afastar os Babimbindi e Bandoki — «comedores de almas» — nos funerais dos grandes da terra e, nos tempos presentes, nas festas do Mpolo. As danças guerreiras, sempre com movimentos agressivos contra um inimigo hipotético e ausente, não têm outro sentido e explicação.
d) — Manter vivos os usos e costumes e castigar os que a eles faltarem. Quanto aos usos e costumes, leis morais e sociais — que querem sempre presentes no espírito de todos — sente-se essa preocupação na própria forma como os Zindunga se apresentam e vestem, rodiando-se de representações simbólicas, que acabamos de descrever, para que ninguém as esqueça.

★

OS ZINDUNGA do NGOIO, KINZÁZI e SUSU

A — *Os do NGOIO, antiga sede do Reino do Ngoio.*

1.° — *MPUNGU BIAMA*

Mpungu Biama:
Ulenda biama kumbusa.

Mpungo Biama:
Despreza o que vem atrás (o que fala nas costas, o que não é franco, leal).

2.° — *NGANGA BALONDA*

Nganga Balonda:
Nandi likeba bantu bonso bikangila iandi.

O Nganga Balonda:
Tem cuidado de todas as pessoas que andam com ele.

É o Nkotokuanda, o advogado que toma conta dos assuntos que lhe são confiados.

3.° — *TENDEKELE*

Tendekele:
Lisanvi toka podi mona,
Kaza lisina podi mona ko.

Tendekele (Palmeira mesmo pequena):
Só se lhe podem ver os ramos,
Mas não as raizes.

Ninguém sabe o que vai no coração das pessoas.

4.° — *MPENGIE IVIOKA*

Mpengie ivioka:

Mpengie ivioka, deixa-me passar.

Todos têm direitos (mesmo os doentes e aleijados)

Por isso, a máscara têm a boca ao lado.

5.° — *MANTANDU*

Mantandu:
Isitu ai tubakili ki kimueka.

Mantandu (está por *Muna Ntandu*=na planície):
Esta terra pertence a nós os dois.

6.° — *MAKAIA MAKONDE-KONDE*

Makaia Makonde-Konde:
Mabangalangana be ko podi ko simbangana ko.

Folhas secas de bananeira:
Porque estão secas, mirradas, já não podem segurar-se, dar nada.

Quem andou não tem para andar.

7.° — *MBEIA*

Nandi Mbeia babaia ka banti andi:
Babaia ka Kakongo i Ngoio,

Ele é homem desprezado por todos:
Desprezado pelos de Kakongo e pelos de Ngoio.

(Que se pode fazer de uma pessoa assim?)

8.° — *KILAMBA*

(Cf. nas do *Kizu*)

9.° — *MASUMBA*

Ono usumba ntoto nani?
Befu bonso Nzambi imueka ituvanga.

Quem comprou esta terra?
Todos nós fomos feitos pelo mesmo Deus.

O mundo é de todos e todos têm direito à vida.

10.° — *KUMBUKUTU*

Kumbukutu:
Uiakana mabete manvula.

Kumbukutu:
A casa quando não tem tecto molha-se.

Ou
Kumbukutu:
Lukunza kuakuaka bete lunvula.

Kumbukutu:
Quando faltam as *lukunza* (folhas da palmeira-bambu que formam a casa, o telhado da casa) chove dentro.

O povo com bom chefe é como telhado bem coberto: está sempre defendido. (Cf. Fig. C 27 e C 28)

B — *Os ZINDUNGA do KINZÁZI*

KINZÁZI é uma aldeia, ainda dentro das terras do antigo reino do Ngoio, que fica quase na incidência das fronteiras Leste e Sul da actual República do Zaire.

KI-NZAZI — A (terra) do Raio.

1.° — *KIZI* (Tchizi)

Nguli Zindunga

A Mãe dos Zindunga.

2.° — *MABOBOLO*

(Cf. em Zindunga do Kizu)

3.° — *BÊMBELE*

Bembele muana

Menino obediente, dócil.

(Corresponde ao BENVO LUMUANA dos do Kizu).

4.° — *IILU*

(Muna) IILU:
Bakanga nsunga (vo nunga) ko.

No nariz:
Não se atam (ou amarram) cordões-feitiço (ou braceletes) - Cada coisa é para o que é.

Na pintura da máscara pode notar-se uma espécie de anel, na parte superior do nariz, já junto aos olhos.

5.° — *VUKILI*

Vukili munu
Ao que faltam os dentes (com que aspecto se apresenta e como pode comer?)

6 — *NKANKA* (espécie de esquilo)

Nkanka unoka mvula:
Ilianzi inanu.

O *Nkanka* que apanha chuva:
É que tem o ninho (buraco) longe (e ele não costuma arriscar-se a tal, está sempre perto da toca).
Se se tem família, está-se guardado e defendido.

7.° — *TENDEKELE*

(Cf. nos Zindunga do Kizu e do Ngoio).

8.° — *IENDE*

IENDE (umona) lubuázi:
Va mbulu nkuékeze.

Vai apontar (ver) a lepra:
Na testa da tua sogra.

Para que apontar o que toda a gente vê, lançar aos quatro ventos, falando, o que está à vista de toda a gente?

Que se ganha em lembrar coisas tristes? A máscara mostra uma mancha na testa.

9.° — *NSUNGU*

Nsungu:
Mi sungameze kuami.

(Como o)*Nsungu:*
Estou presente (estou vivo a tomar posse do que é meu). Também tenho o meu valor.

O *Nsungu* é um caurim. Serviu, em tempos, de moeda. Aparece a representação de um *Nsungu* na testa da máscara.

10.° — *MABUAKA*

MABUAKA makuba ilimbu

O MABUAKA é o porta-bandeira.

É o que sai à frente dos outros a anunciar a vinda dos colegas. É o homem — Ndunga — que se anticipa a todos e leva tudo quanto apanha.

(É o da máscara mais escura). (Cf. Fig. C 29)

★

C — *Os ZINDUNGA DO SUSU*

O SUSU é uma aldeia ainda em terras de Ngoio. Fica na estrada do Subantando ao Kimbuandi a caminho da fronteira Leste com a República do Zaire.

Estão em declínio os «Zindunga» desta aldeia. Não nos foi possível fotografar todas as máscaras. Mas, pela fotografia que apresentamos, pode adivinhar-se a que ponto desceu a «instituição» dos Zindunga do Susu.

Também tinham 10 máscaras. Como o KIZU, NGOIO e KINZAZI haviam acrescentado mais uma ao número primitivo, que era de nove.

Os nomes dos Zindunga do SUSU eram, pràticamente, os mesmos dos do Kizu. (Cf. Fig. P 21)

Com que pintavam as máscaras?

Com cores conseguidas ao modo da região.

A cor branca é conseguida com *Mpezo*, espécie de giz ou cal.

A amarela, com uma espécie de argila, género de ocra, chamada *Ngunzi*.

É muito comum nestas regiões.

A vermelha ou cor de tijolo consegue-se, precisamente, do pó de tijolo. Para isso friccionam-se dois tijolos, um contra o outro.

A cor preta obtêm-na queimando e reduzindo a cinza muitíssimo fina o *luango* - papiro. Dá um negro muito intenso.

Conseguido o pó que se julga suficiente é dissolvido muito bem em água, devendo ficar com uma certa consistência.

A maior ou menor fixação da pintura à máscara (ou ao que pintarem) é conseguida pela mistura da seiva — *liká linti* — da árvore NUMBU. A seiva desta árvore é misturada com a quantidade de tinta obtida e proporcionalmente, está bem de ver, a essa quantidade. Actua como fixo-cal.

Não deixa de ser bem interessante e curiosa esta dita «INSTITUIÇÃO DOS ZINDUNGA».

O fim principal da máscara não é esconder alguém. É antes um sinal, uma representação de uma força invisível que vela pela comunidade.

Em *Pentecôte sur le Monde* — n.° 59 — Out. de 1966 — pode ler-se:

«Esta máscara (e refere-se às máscaras em geral) é concebida para ser usada no decorrer de certas danças ou cerimónias onde se pede a salvaguarda ou prosperidade da comunidade».

Fig. P 24 — Pessoas da família do morto na festa do **Mpolo**

Fig. P 25 — Simulacro de morte na dança guerreira **Sanga**. Note-se a presença da figura do leopardo

Fig. P 26 — Outro aspecto da dança guerreira **Sanga** na festa do **Mpolo**

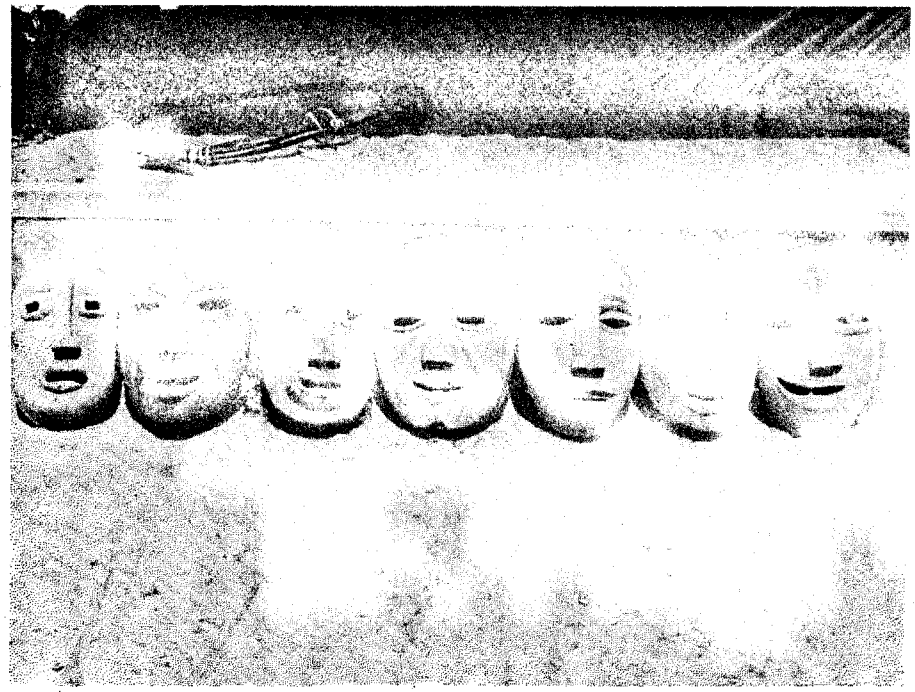


Fig. P.21 — O que resta dos
Zindunga do Susu

Fig. P 19 — O **Nkondo Ikuta Mvumbi**

Fig. P 20 — Pormenor dos pregos no **Nkondo Ikuta Mvumbi**

Fig. C 9 — Igreja da Missão Católica de Lândana, benzida a 14/8/1904

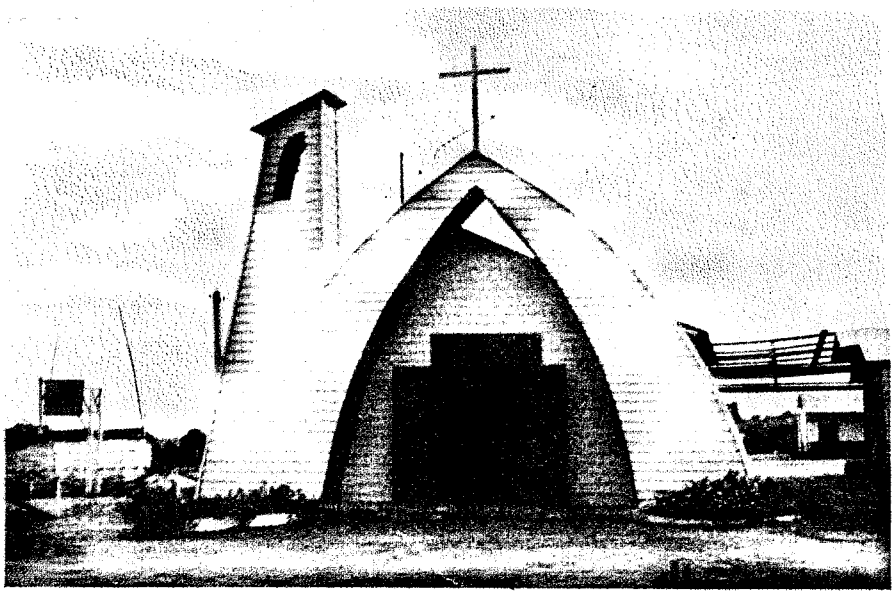


Fig. C 10 — A bela capela rural da JOMAR (8/12/1956) no Prata

Fig. C 11 — A graciosa Igreja Matriz de Cabinda (13/10/1957)

Fig. C 12 — Os **Zindunga** preparam-se para uma actuação

Fig. C 27 — **Mbengie-Ivioka** (do Ngoio)

Fig. C 28 — **Makaia Makonde-Konde** (do Ngoio)

Fig. C 29 — As 10 Máscaras do **Kinzázi**

Fig. C 16 — Gimbi Konko sai da floresta com os **Zindunga** do Kizu

Fig. C 17 — **Mabóbolo** (1)

Fig. C 18 — **Mampana** (2)

Fig. C 19 — **Chilamba** (3)

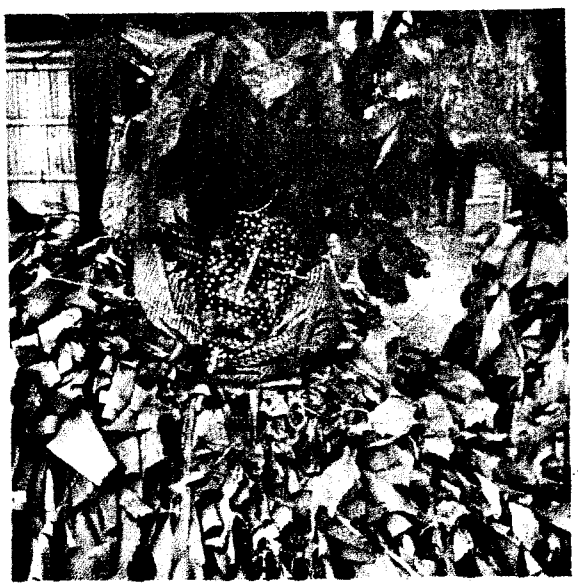


Fig. C 20 — **Matona Mabuambu** (4)

Fig. C 21 — **Vanga-Nsi** (5)

Fig. C 22 — **Mbengie-Meso** (6)

Fig. C 23 — **Duengie-Meso** (7)

Fig. C 24 — **Makaia Makonde-Konde** (8)

Fig. C 25 — **Benvu-Lumuana** (9)

Fig. C 26 — **Ntendekele** (10)

CAPÍTULO XI

NASCIMENTOS

NOS TEMPOS ANTIGOS

Depois de dois oũ três meses de gravidez, a mulher chamava o curandeiro-feiticeiro *Mbenza.* Este arranjava uma espécie de guizo e amarrava-o ao fio que as mulheres sempre trazem à cinta.

O guizo indicava a toda a gente que aquela que o trazia estava grávida. Ao lado do guizo era amarrado ainda o pendão da erva *zika-zika.* Deveria trazer tudo isto até dar à luz. Impediria, desta forma, um parto prematuro.

Quando se previa que estava para dar à luz, chama-se o nganga *Malázi.* Este enchia uma pequena *quinda* — pequeno cesto — de pó de *tukula.* Depois de rapado o cabelo da cabeça da parturiente, todo o corpo lhe era pintado com *tukula.*

E era logo chamado também o *Mamázi.*

Apenas a mulher acaba de dar à luz, e liberta dos principais trabalhos do parto, *Malázi* e *Mamázi* vestem-na com um pano tinto em *tukula.*

À porta da casa era colocado pelo *Mamázi* um ramo de palmeira.

Ficavam todos a saber que a mulher havia dado à luz e que ninguém poderia entrar sem, prèviamente, pedir autorização para isso.

Aos homens e mulheres que tivessem usado o direito de casados, bem como às mulheres que andassem nos seus dias, não se lhes poderia conceder essa licença. Eles próprios já não a pediam.

O filho recém-nascido não sairá dali senão passados uns três meses, o tempo suficiente para se prepararem as coisas para a festa da «apresentação».

A mãe poderá sair mas entrará logo que finde o motivo da saída.

O dia da «apresentação» do pequeno ao povo da aldeia era marcado pelos curandeiros-feiticeiros *Mbenza, Malazi, Mamazi* e *Muebuanga,* isto é, pelos curandeiros ligados à conceição e nascimento de uma criança.

A CERIMÓNIA DA «APRESENTAÇÃO»

Muebuanga com outros, os *Nkuangi,* ajudantes dos demais, espetam num largo, prèviamente limpo, paus altos e em círculo. Entre esses paus eram colocados ramos de palmeira fechando tudo ao redor e deixando uma única entrada.

Uma peça, ou mais, de pano era cortada aos bocados sendo estes amarrados às extremidades dos tais paus altos, servindo de bandeiras em sinal de festa.

Muitas mulheres cozinham várias qualidades de comida em panelas novas que, dias antes, haviam sido compradas para esse fim.

Tudo preparado para a cerimónia, Mbenza, Malazi e todos os outros curandeiros-feiticeiros entram na casa onde se encontra a mulher com o filho. Este é pintado com *tukula* e são-lhe amarrados vários fios e missangas à cinta, peito, pescoço, etc. Na testa, uma fita prende uma pena vermelha da cauda de um papagaio e uma outra de galinha do mato.

Os curandeiros-feiticeiros, por ordem de dignidade, colocam-se em fila atrás uns dos outros, junto à porta da casa.

A mãe aparece à porta com o filho nos braços. O primeiro nganga toma a criança pelas pernas lançando-o para trás das costas, segurando-o bem. A mãe bate três vezes as palmas das mãos, como quem agradece, e toma o filho passando-o ao nganga seguinte. Cada um deles repete o que fez o primeiro.

Terminada a cerimónia com os curandeiros-feiticeiros à porta da casa, a mãe vai sentar-se num pau, tronco de árvore, banco ou caixote, cá fora, no recinto circular que há muito está preparado para a festa.

Tem o filho no regaço. Em frente dela há um outro assento coberto com um pano. Cada um dos assistentes, então, começando pelos mais velhos, bate três vezes as palmas das mãos, toma a criança, senta-se no banco coberto com o pano e coloca a criança sobre os seus joelhos, acariciando-a por momentos.

Ao tomá-la das mãos da mãe cada um perguntava:

Lunzabizi nandi ié?
Tunzabizi ko.
Lizina liandi. X.

Sabeis quem é?
Não sabemos. (Isto por três vezes).
O seu nome é X. (cada um lhe dava o nome que recebera).

A mãe ajoelhava depois, batia as palmas por três vezes, tomava a criança e voltava a sentar-se no seu lugar.

E repetia-se isto com cada um dos assistentes. Pode-se, assim, imaginar bem o tempo que levaria.

Terminada esta cerimónia continua a festa por longas horas.

Há comida, bebida, dança, etc., etc. dentro do recinto que se preparou.

Os curandeiros-feiticeiros terminavam a sua acção dando à mãe da criança um *Muana-Nkonde*. Era um feitiço composto de uma pequenina cabeça que encerrava milho, tukula e giz. Quando a criança chorasse a mãe deveria abanar a cabeça para aninar o filho. Por isso, sempre que saía, levava o *Muana-Nkonde* pendente das costas e seguro à fita que, ordinàriamente, trazia amarrada na cabeça.

Esta descrição, que nos foi feita pelo velho Kimpolo em 1943, dizíamos que era dos tempos passados.

Começa, contudo, entre os adeptos da seita NZAMBI KUNGULO (também chamada LASSISMO) um certo renascimento da festa da «apresentação».

Esta seita, nascida e fomentada no ex-Congo Francês (Congo Brazzaville), muitíssimo florescente na Ponta Negra, teve certa influência e chegou a ganhar bastantes adeptos nas gentes da nossa Massábi e Ndinge. Entre estes recomeçou a festa da «apresentação», como

acabamos de saber em 1970, quando estivemos novamente em terras de Cabinda em trabalhos de investigação.

Nestes últimos tempos, pois, quem bebeu o *Nsuingi* — a água «benzida» na seita do Nzambi Nkungulo — concebendo e dando à luz, a criança terá que ser guardada dentro de casa pelo menos durante uns três meses. É, conforme me disseram, para dar tempo a que o pai consiga juntar as coisas para uma grande festa que se deve fazer quando o filho for apresentado ao povo da aldeia.

A mãe da criança, contudo, depois dos trabalhos do parto e das exigências do primeiro mês, poderá fazer a sua vida normal, mas a criança não sairá de casa.

No dia da «apresentação» há festa grande, muita comida e bebida, batuque animado e aos saltos, chegando a ficar como que fora deles, em transe, gritando durante a dança: espírito, espírito.

A mãe, vestida de branco — indumentária dos do Nzambi Nkungulu — é sentada numa cadeira com o menino ao colo e apresentando-o à assistência.

Entre os assistentes escolhe-se uma mulher que tome a criança e que, diante de todos, salte e dance com ela ao colo, acabando por a levantar nos braços e apresentando-a à assistência.

Só a mulher que tenha a dignidade de *Libundu* — que é uma espécie de «ordem» na hierarquia dos do Nzambi Nkungulu — pode tomar a criança para a apresentar ao povo.

De notar que ao descreverem-me esta nova e actualizada cerimónia da «apresentação» de uma criança ao povo de sua aldeia, não lembrei à informadora — Isabel Nzinga, de 53 anos — o costume dos velhos tempos.

Mas, afora este renascimento entre adeptos do Lassismo, pouco mais resta dos costumes antigos. Quase tudo perdeu de uso.

Há mesmo mulheres, como ainda voltaremos a ver, sentindo-se com forças bastantes para darem à luz, dispensam toda a ajuda no parto e vão para o campo ou floresta esperar a sua hora. E sòzinhas darão à luz e voltarão para casa com o seu precioso fardo. Anunciará o bom sucesso. O pessoal feminino da família ou as vizinhas darão imediatamente um banho à criança, mesmo em água fria não havendo água quente à mão.

Além da alegria íntima que se lê nos olhos de todos os membros da família, sobretudo nos da mãe e do pai — os filhos são sempre presentes desejados e esperados — alegria acompanhada de um prato melhor e mais abundantemente regado (sempre se previa o dia), nem que seja só com vinho de palma, pouco mais se nota.

O garoto, ou garota, e a mãe brevemente começarão a aparecer aos olhos de todos.

Ficaram ainda algumas reminiscências dos antigos costumes.

As crianças, desde o nascer, aparecem-nos com missangas e fios atados à cinta e também, muitas vezes, nos pulsos e tornozelos.

São restos da antiga consagração ao nkisi.

E, pelos oito ou dez anos, as crianças fazem uma festa na aldeia. É a festa delas. Constroiem todas juntas um cercado com folhas de palmeira, semelhante ao descrito na festa da «apresentação». Dentro desse recinto, saltam, dançam e brincam e comem as refeições que elas próprias — algumas já sabem — ou suas mães prepararam.

De resto, pouco mais há que lembre a festa do passado.

À VOLTA DAS PARTURIENTES

Imediatamente antes ou logo a seguir ao parto, é construído ao lado da cozinha um cercado de folhas de palmeira, suficientemente alto e muito cerrado, onde a parturiente,

durante um mês de convalescença, pelo menos, terá que tomar cada dia dois banhos a horas mais ou menos certas. De manhã será entre as 8 e as 9 e, de tarde, pelas 18 horas.

Se a mãe da parturiente não está com a filha na altura do parto, caso seja viva ainda, o genro vai chamá-la.

Também as amigas e vizinhas se juntam e se revezam nos trabalhos que a parturiente andava a fazer, v. g. plantações, recolha de sementeiras, trabalhos no campo e os trabalhos, agora, caseiros.

Nestas circunstâncias, como regra, serão as pessoas de família quem ajuda; doutra sorte, as amigas ou vizinhas.

O marido terá que alimentar toda essa gente.

Aliás, desde que a mulher fica grávida, o marido vai juntando peixe seco, pesca ou compra peixe fresco para defumar, bem como carne de caça, que também defumará. O marido entrega sempre, em qualquer circunstância, os quartos traseiros dos animais que abate na caça. A mulher, prevendo os seus dias futuros, seca a carne ou — o que é muito mais comum — a defuma para estas ocasiões.

A mãe ficará com a filha as duas ou três primeiras semanas depois do parto, pelo menos.

Para os banhos, em tempos, não havia bacia. Era cavado um buraco na terra, à guiza de bacia, dentro desse cercado, buraco que o uso vai tornando, de dia para dia, mais impermiável à água.

Ali a parturiente toma os seus banhos semicúpios. A água terá que ser o mais quente que possa suportar e, muitas vezes, chegam a sofrer graves escaldadelas.

Muitas cozem nessa água folhas e cascas de mangueira — são adstringentes — ou da planta *muanga-mbizi*. Essas cascas e folhas são conservadas até ao fim dos banhos e, dizem, são sempre as mesmas que se usam.

A água do banho nunca será tirada do buraco-bacia a não ser para um outro, prèviamente preparado ao lado daquele. A água terá que se infiltrar pelo solo. Desta sorte impede-se que «profanem» essa água ou a usem para fins de malefício e feitiçaria contra a parturiente ou o recém-nascido.

Os banhos da parturiente, quando do primeiro parto, nunca duravam menos de seis meses. Depois do primeiro parto podia reduzir-se o tempo dos banhos para 4 ou 5 meses. Mas também já há quem os reduza para 2 ou 3 semanas.

Durante o tempo desses banhos não cozinhavam para o marido.

As parturientes não deviam beber água que não fosse bem quente ou, pelo menos, bem morna. Não deviam comer *saka-folha* nem *muamba.*

Eram medidas de higiene muito rudimentares mas que lhes traziam — afirmam as mais velhas — benefícios para a saúde.

No dia do parto, antigamente, nunca faltava a galinha e um género de caldos, também de galinha. Deviam fazer, durante esse primeiro mês ou primeiros meses, a refeição a que chamavam *Mbanga*, que era uma espécie de guisado com a banana *Séluka* (que guardavam sempre para essa altura) e galinha ou peixe fresco. Tinha-se a preocupação de nunca faltar com peixe fresco, ora comprado ora pescado pelo próprio marido.

Sem se ter fugido totalmente ao «buraco-bacia», já usam tomar esses banhos em grandes bacias, quer de esmalte ou plástico, quer em selhas feitas de barris.

Depois do banho irá a mulher para junto do lume — deve haver sempre fogo ao lado do banho — onde se deitará, ora de costas ora de ventre para o lume, tendo, ordinàriamente, só uma pequena tanga.

Se não tomarem estes calores ao lume dizem que a pele do ventre ficará enrugada! A maior parte das mulheres pintava-se, outrora, com *tukula* depois do banho, bem como ao filho, também depois do banho respectivo.

Apertam a cinta com uma espécie de faixa a que chamam *Nkama-Mponde*. O *Nkama-Mponde* é feito de ráfia ou da fibra exterior do *luango*, fibra entretecida entre si. Tem uns quatro a cinco centímetros de largo por cinco ou seis braçadas de comprimento.

Começa a ser atado à volta do ventre a partir da primeira semana e meia depois do parto. É para que o ventre «abata», dizem.

É também o símbolo dos trabalhos que as mães sofrem em dar à luz os seus filhos. Por isso, no casamento das filhas, depois de passar uma semana a ensiná-las a trabalhar em casa do marido, a mãe, como paga do *Nkama-Mponde* — paga das dores do parto — nunca receberá do genro menos de dois panos, uma blusa e certa quantia em dinheiro.

Agora, como recompensa pelos trabalhos prestados à filha e ainda como pagamento do próprio *Nkama-Mponde* que teve de usar quando deu esta filha à luz, o genro lhe oferecerá um corte, peça de fazenda, um lenço, uma saia, e um litro de bagaceira.

Conforme o parto desta filha que agora é mãe foi mais ou menos difícil, a sogra se torna mais ou menos exigente. E o genro, pràticamente, lhe dará o que pedir.

Em tempos não muito afastados, caso o ventre da parturiente tivesse ficado muito proeminente, a mulher era encostada, antes das refeições principais, de pé, contra o *likunzi* — o suporte do pau de fileira que fica, quase sempre, no meio da casa — e ligada à volta com o *Nkama-Mponde*, operação feita por outras que a ligavam muito bem ao poste e sem muita piedade! Chegava a ter feridas. Mas isto, repetimos, só se podia começar a fazer semana e meia depois do parto.

Se não se julga necessário o uso do *likunzi* é a própria mulher quem enrola, ela mesma, o *Nkama-Mponde*.

No caso de ser ligada ao *likunzi* é só quando está para comer. E come de pé. Quando acaba de comer e reconhece que a comida já assentou no estômago, pode desamarrar-se.

Hoje, posto que ainda haja quem use o *Nkama-Mponde* feito da fibra do *luango*, já se empregam alguns de pano, de tecido de algodão ou lã. Até já há quem compre verdadeiras cintas de senhora!

O *Nkama-Mponde* é usado ainda, pelo menos, durante mês e meio.

As secundinas são colocadas numa pequena esteira, bem enroladas, e enterradas da parte de fora da casa, mesmo em frente ao *likunzi libobo kinzó* — que é o suporte exterior do pau de fileira.

O corte do cordão umbilical: puxa-se até ao joelho da criança e corta-se a essa distância.

O tratamento mais comum é feito com massagens, aquecendo a mão, o mais que se possa, ao fogo e comprimindo, a pouco e pouco, todos os dias e várias vezes ao dia, o local até que caia o cordão = *Vuba ikumba kimuana*.

Uma vez caído, é costume colocar-se no local cinza de *nkunza*, uma qualidade de capim.

O cordão umbilical deve ser cortado com uma lámina nova, ou com a folha do capim *lukenguzó*, que parece uma fraca serra, ou então com a *mbele leze*, navalha de barba, bem limpa e afiada, ou até com uma *banza*, nervura da folha de palmeira, bem afiada.

A parturiente se tem coragem, e muitas vezes a tem, de dar à luz sem ninguém presente, no mato mesmo, se sabe tratar de si e da criança, trata de cortar o cordão umbilical, se puder. Doutra forma trás tudo como em manado para casa e, depois, com a ajuda das outras mulheres se desembaraça das secundinas, do corte do cordão, etc., etc.

Tudo isto se tem feito e tem sido possível entre estas mulheres, bem fortes e bem corajosas.

Nleze é o nome que se dá ao cordão umbilical.

Ainda quanto às secundinas, havia quem as enterrasse em cova mais funda ao centro da cova-bacia que servia para os banhos da parturiente.

Em certas clãs, sobretudo no dos Basundi, rapavam o cabelo da cabeça à parturiente. Dizem que se o não fizessem lhes cairia ou teriam doenças.

Conheci uma mulher a quem o marido, nestas circunstâncias, não deixou cortar o cabelo. Tendo ela adoecido dias mais tarde não tardou em culpar o marido!

Durante estes dias, pelo menos o mês de banhos e convalescença da parturiente, quer de dia quer de noite, não faltará fogo na casa onde está a mulher.

É esta a explicação das grandes pilhas de lenha atrás das cozinhas das mulheres que estão grávidas. É a lenha para aquecer a água para os banhos da mãe e do filho e para conservar fogo permanente durante todo esse tempo.

A mulher, logo que sente que está grávida, começa a juntar lenha. É tão certo isto que quando se vêem pilhas de lenha atrás das casas se pode afirmar, sem grande perigo de errar muito, que breve ali haverá mais um filho. A maior ou menor quantidade de lenha existente nos indicará se o nascimento está perto ou se ainda leva tempo.

Acaba sempre por sobrar alguma lenha. A que sobra não deve ser usada antes que o pequeno ou pequena comece a dar os primeiros passos. Por isso, essa lenha é depois chamada *bisuali malu mamuana* — a lenha das pernas do filho. E é que, se a gastar antes, mais tempo levará o filho a andar... Assim o acreditam.

Terão de ser guardadas, pelo menos, três achas da pilha da lenha usada no tempo dos banhos da parturiente, até que o filho ande e bem e ela, a mãe, haja aceitado coabitar com o marido.

Admitindo que o filho não anda, sendo já tempo, tinham de fazer a cerimónia do *Madoko-Doko* — o «chamar os pés».

Esta cerimónia consistia em passear com a criança ao colo, de uma ponta à outra da aldeia. A criança, nestas circunstâncias, devia ser levada, por uma mulher que haja tido gémeos, muito de manhãzinha.

E porque devia ser uma mulher que tivesse filhos gémeos?

É que, segundo eles, quem teve gémeos é uma pessoa escolhida e abençoada pelo *Nkisi-Nsi*, e aqueles que não andam, que não caminham, estão a ser castigados pelo mesmo *Nkisi-Nsi*.

Quem melhor que essa mãe abençoada com filhos gémeos podia alcançar do Nkisi-Nsi a «benção» para o pequenino que não caminha?

Não chegando a criança a andar acaba por ficar: *Kata*, nome dado à criança paralítica.

Durante os três primeiros dias, quase sempre, não dão de mamar aos filhos. Espremem os seios para que saia o primeiro leite.

Mas são capazes de dar logo à criança mamão, papaia ou alguma outra fruta leve...

Se a mãe não tem leite, passa-se a criança para o seio de uma pessoa de família que ande a amamentar. Por princípio algum a passarão a estranhos pois estes, mais tarde, tratariam e tomariam a criança como se fosse escrava deles.

Quando as mães não têm leite costumam tomar a seiva, ou cozer os frutos, da árvore *Mbenene* — (*Mabene*-Seios) — que tomam com vinho de palma muito doce.

À falta de leite materno ou de leite de alguma pessoa de família, chegam a alimentar as crianças com leite de cabra.

Um mês depois do nascimento, e às vezes antes, as crianças começarão a andar às costas das mães donde, escarranchadas (daí o haver muitas crianças com as pernas tortas, curvadas para dentro), mamarão puxando-lhes as mães as cabecitas para debaixo do braço e passando-lhes a longa teta. Podemos afirmar que não necessitam, em bastantes casos, os pequenitos de fazer grandes esforços para conseguirem, por este sistema, o seio da mãe...

Num parto difícil chegam a chamar homens, depois das mulheres já estarem cansadas e não conseguirem que a parturiente dê à luz.

Uns seguram a mulher por trás; outros abrem-lhe, quanto podem, as pernas e um outro tenta, com as mãos, ver se dilata a vagina e até se consegue apanhar e puxar a criança.

Os pais quando se lhes não entrega o alambamento combinado, chegam a amaldiçoar as filhas e a afirmar que enquanto o genro lhes não pagar tudo a filha não conceberá ou não dará à luz.

Há um medo real desta maldição.

Conhecendo o marido que a mulher não concebe ou tendo concebido, chegando ao termo da gravidez não consegue dar à luz, se não havia pago todo o alambamento, persuade-se de que a maldição do sogro produziu efeito e trata logo de lhe pagar o que está em atraso.

Então, o pai vai ter com a filha e diz-lhe que, uma vez que recebeu o resto do alambamento, se era por isso que não concebia ou não dava à luz, podia agora conceber ou estava livre para lhe poder nascer o filho.

Dá a benção nos termos e modo seguinte:

Miolo-Miolo, masáli-masáli;
Muana buta, muana lela,
lebuti nkiento i bákala.

o que quer dizer:

Fica bem com saúde;
És minha filha que de mim nasceste e que te trouxe ao colo,
Vão te nascer filhos femininos e masculinos.

Tocando, depois, com a mão direita no pé esquerdo, e com a esquerda no pé direito; com a mão direita no sovaco esquerdo e com a esquerda no sovaco direito, estende as mãos abertas para a filha, como quem lhe entrega alguma coisa (a benção) e diz: *UPU* (soprando).

A filha responde: *IOBO.*

Isto faz-se por três vezes estando os dois de pé, sendo possível. No fim da terceira vez o pai, tomando as mãos da filha, levanta-as ao ar juntamente com as suas e depois, cada um, já com as mãos separadas, abre os braços para o alto.

Está, assim, terminada a maldição e dada a benção.

Se a mulher teve relações com outro homem durante a gravidez, deve procurar a *Nganga-Funza* para confessar essa falta ou o número de faltas cometidas.

Só pode ser *Nganga-Funza* a mulher que teve parto de gémeos.

Mas se uma mulher nasceu de um parto de gémeos e, por sua vez, também veio a ter gémeos, automàticamente torna-se *Nganga-Funza.*

Funza — Explicar, confessar.

Nganga-Funza — A que recebe a explicação, a confissão dessas pessoas.

Se a mulher não fizesse a confissão dessa falta à *Nganga-Funza*, cria-se que ela não daria à luz ou o filho morreria ao nascer.

Por princípio, quando a gravidez está bastante adiantada, as mulheres não aceitam mais o marido. Mas esta rejeição não era por medo que se prejudicasse o parto, traumatizasse a criança ou causasse outros transtornos — a cópula, entre eles e durante todo o tempo, era, outrora, praticada de lado — mas porque, dizem, aceitando a cópula o esperma iria sujar a criança, que nasceria com manchas, além de tornar o parto difícil!

Quando o parto era difícil a parturiente deveria chamar a *Nganga-Funza*, mesmo que não tivesse tido relações com outro homem durante a gravidez. Bastaria que tivesse dito alguma coisa em desabono de seu homem. E terá que o confessar, então, ao próprio marido.

Também nada tendo dito contra o marido, se o parto é difícil, ou atribuem o facto a fraqueza da parte da parturiente — e pedem a ajuda de outras mulheres ou mesmo, como se viu, de homens — ou ao *Nkisi, Ndoki*, que lhes quer vir tirar o filho para ter «carne».

Quando o pequeno ou pequena já anda, e anda bem, a dar boas passadas e seguras, as outras mulheres acabam por chegar à conclusão de que é tempo de isso lembrar à avó materna.

Esta compreende o que as amigas de sua filha querem dizer.

Vai, então, oferecer à filha uma esteira nova. Ao receber a oferta, a filha também entende perfeitamente que é tempo de começar a pernoitar com seu marido. Não esquecer que jamais o voltou a fazer desde o parto, pelo menos. E já lá vão uns três anitos ou perto disso...

Mas isto foi em tempos!

Mas só podia ficar com o marido desde que tivessem voltado os dias de seu mês.

Tendo relações com o marido e tendo escondido esses seus dias do mês — nesse caso teria de ter vivido uns quatro ou cinco dias na própria casa — a *Nzo-Mpilo* — e concebendo, essa gravidez tomava o nome de *Nselo*.

A falta de chuvas, de caça e de pesca, etc. etc. era por culpa deles, e todos o saberiam pois ela não passara pela *Nzo-Mpilo*.

Era falta às leis de Lusunzi, falta contra o *Nkisi-Nsi*.

Era a *Nganga-Funza* quem deveria preparar a cama da mãe que acaba de ter gémeos. Também penduraria à cinta de cada um dos gémeos o *Biékelé* — espécie de pequena lata com guizos, um pausito com que tocavam os olhos, nariz e boca dos gémeos, para que se abrissem quanto antes e em perfeito estado — antes que pudessem sair da casa.

Esse *Biékelé* indicaria a todos que se tratava de um gémeo, portanto, de alguém que era abençoado e como que filho de *Nkisi-Nsi*, a quem nada de mal se poderia fazer e a quem nada se recusaria, se viesse a pedir.

Quando falarmos de gémeos diremos que a mãe não deve chorar nem vestir luto quando morre algum deles. É que com esse luto e choro levaria a tristeza ao outro filho que morreu fazendo com que ele venha buscar o que ficou!

Os pais, sobretudo as mães, devem saber se os filhos e filhas são ou não capazes de contrariarem matrimónio. São culpadas aquelas que deixam casar o filho ou a filha incapaz de concorrer para a geração, incapaz, pelo menos, para o acto conjugal.

Culpada é ainda se, nos clãs que a isso obrigam, deixou o seu filho incircunciso. Nestes clãs é uma vergonha para uma mulher casar com um incircunciso. A falta de circuncisão pode permitir à mulher o abandonar o marido.

Se o rapaz se torna incapaz de contrair matrimónio já depois da maioridade, então a culpa não será atribuída à mãe e nem será vergonha para a família.

As mães são dedicadíssimas aos filhos. Difícilmente se encontrará noutras raças maior ternura para com eles. Um filho nunca vem em má hora. Dentro do casamento o filho é sempre desejado, sempre querido, sempre esperado. A falta de filhos pode dissolver um casamento. A abundância de filhos é a maior benção. (Cf. Fig. C 13, C 14 e C 50)

CAPÍTULO XII

NOMES E APELIDOS

«Le nom — diz Foucart — (chez les anciens Egyptiens comme chez nombre d'autres peuples), n'était (oú n'est) pas une simple désignation...» [1]

Podemos colocar muito bem entre o número de outros povos para os quais o nome não é uma simples designação os nossos Bakongo, Bauoio, Basundi, etc., etc.

A imposição, de facto, de um nome a um indígena — pelo menos já depois de crescido — representa, de certo modo, uma mudança de individualidade. E essa mudança dá-se com mais frequência do que se desejaria.

Não há missionário algum ou funcionário, a cargo de registos de indígenas, que não tenha encontrado a comprovação do que acima se afirma.

Foram baptizados ou registados com um nome de família ou o nome que as circunstâncias indicaram na altura do nascimento. Posteriormente outras circunstâncias—de ordem individual, familiar ou social — os levam (lhes impõem mesmo) a mudar de nome.

E, não raro, esquecem o que tinham antes, aquele com que foram baptizados ou inscritos no registo civil.

Segundo Van Wing — e explanado pelo B. Bittremieux — os elementos constitutivos do homem (na filosofia dos Bakongo, Bauoio, etc.), são:

a) o corpo com o sangue;
b) a alma (espiritual) princípio de vida e que reside no sangue;
c) o *nfumu-nkutu* — chefe da orelha — espécie de alma sensual que reside na orelha, faz funcionar o ouvido e a vista e pode divagar (durante o sono e a síncope);
d) o NOME. Este completa a individualidade humana. O nome parece ser a alma sensual, isto é uma espécie de «dualidade» e deve, pois, mudar sempre que haja como que mudança substancial do indivíduo. [2]

---

[1] Citado por P. Leo Bittremieux em **«La Société Secrète des Bakhimba au Mayombe».**

[2] J. Van Wing, **Etudes Bakongo,** 2.ª ed., Desclée de Brouwer, Bruxelles, 1959, pp. 289 e 376.

Creio bem que se notará esta mudança em alguns dos casos que irão aparecer.

A criança recebe, não havendo circunstâncias especiais que acompanhem o parto, o nome dos avós. Este parece-nos o princípio geral.

Temos, para o caso, um exemplo frisante. E até, para mais facilidade de comprovação, aparecem três filhos, sendo os dois primeiros do sexo masculino e o terceiro, do sexo feminino.

Baptizei, na aldeia do Fubu, junto ao Tando-Nzinze, no mesmo dia, essas três crianças irmãs.

O pai chamava-se BUATA e a mãe, NDOMBE.

BUATA era filho de NGUTU e de MAMBU.

NDOMBE, de MADEKA e de MUILA.

O mais velho dos pequenos no baptismo tomou o nome de Lourenço e tinha, em família, o nome de NGUTU. Ficou a ser Lourenço NGUTU.

O segundo foi baptizado com o nome de Francisco. Em família tinha o de MADEKA — Francisco MADEKA.

O terceiro, a menina, recebeu, no baptismo, o nome de Josefina e, em família, tinha o nome de MAMBU. Ficou Josefina MAMBU.

Pode notar-se, perfeitamente, o seguinte:

O mais velho tomou o nome do avô paterno;

O segundo, o do avô materno;

O terceiro, a menina, tomou o nome da avó paterna.

É esta, na verdade, a regra: tomam os nomes dos avós.

(Pode ser conferido o que aqui afirmamos pelos registos da Missão Católica do Lukula-Zenze, de 1944).

Há, porém, circunstâncias que acompanham o nascimento da criança ou afectam, posteriormente, a vida deles como que mudando-lhes a individualidade...

O nome, então, será o que essas circunstâncias exigem ou a vida que se vem a tomar — fazer parte de certa sociedade, ser nomeado Nfumu-Nsi, Ntoma-Nsi, etc., etc., ligação com outras famílias, v. g., Jack, Wilson, Espanhol, Franque.

ALGUNS CASOS

Isabel LUFUÁ

Lufuá vem do verbo *Fuá, Kufuá* — morrer.

E porque deram o nome de LUFUÁ a esta pequena que, mais tarde, veio a ser baptizada com o nome de Isabel?

Por que nasceu tão em perigo de vida que todos diziam: «vai morrer».

Daí o dar-se-lhe o nome de *Lufuá.*

Faustino BUMUENIKO

BUMUENIKO, palavra composta de: BU (por ABU) — MUENE — e KO.

BU — Agora.
MUENI — Viu (pret. perf. do verbo *Mona* — Ver)
KO — Não

BUMUENIKO — (Até) Agora (ainda) não se viu.

Razão de tal nome? Foi tão difícil o parto, tão demorado que chegaram a perder as esperanças de verem a criança fora do ventre materno. E o pai dizia-me: «Foi mesmo mistério, mesmo milagre. Toda a gente julgar não ver mais o filho.»

KINZIMBUKILA

Nome que se dá a uma criança depois de a mãe ter vivido bastantes anos e sem ter filhos até ali.

Conhecemos uma boa velhota, na aldeia do Lusiese, com este nome.

Vem, o termo, do verbo *Zimbukila* — Aparecer de repente, sem ser esperado. Ser surpreendido por...

LELO

Nome que recebe a criança que nasce depois da morte de vários de seus irmãos.

Vem da expressão: *Lelo — Lelo, lukeba* — Cautela, ter cuidado.

Ou do advérbio de modo *Lelo* — Apesar de tudo, desta vez.

Era, também, como que um aviso à família para que tivesse cuidado e «não fizesse feitiço» para que, «apesar de tudo», este não morresse.

MANTANDU

Está por MUNA-NTANDU — Na plenície.

Criança que a mãe deu à luz fora de casa, no campo, na planície.

PELESO

Deturpação do nosso termo «Preso».

Criança nascida estando o pai na cadeia, preso.

LISUKULULO

Nome que acaba por receber — e pode ser até o primogénito — o filho que ficou depois de todos os seus irmãos terem falecido.

Vem da expressão: *Sukulula* ou *Sukula kinsamu* — Falar, narrar o acontecido.

Espécie de aviso e de anúncio para que todos saibam que, apesar de hoje não ter mais filhos (ou de não ter agora outros irmãos), outros teve que morreram.

PINTASELIGO

Está por Pintassilgo. Foi dado este nome a uma criança que nasceu precisamente no momento em que o P. Pintassilgo passava na aldeia.

O autor do presente trabalho também chegou a ter a mesma «honra». Por ter atendido, na aldeia do Kakata, uma parturiente momentos antes do parto, foi dado ao recém-nascido o seu apelido.

NTUTI

Nome dado ao filho de uma rapariga que não haja passado pela «Casa da Tinta».

A rapariga, enquanto não passa pela «Casa da Tinta» e procede a todo o cerimonial que lhe permite tomar estado, não pode ter relações sexuais, seja com quem for e tenha a idade que tiver.

O filho que lhe nascer é filho da prevaricação, é NTUTI.

SONSA

Quando alguém passa muito tempo sem ter filhos, o primeiro que nasce toma o nome de SONSA.

Sonsa, Kusonsa — Falar, narrar.

Notar que há certa diferença entre *Kinzimbukila* e *Sonsa.*

No caso de *Kinzimbukila* quase se haviam perdido todas as esperanças, ou tinham mesmo sido perdidas. Aparece sem ser esperado.

No caso de SONSA não se haviam perdido as esperanças, ainda que a criança venha a nascer muito depois do casamento.

NSAFU ou NSELO

A mulher tem de se abster de coabitar, de fazer vida conjugal, enquanto amamenta o filho e enquanto este não começar a caminhar com certa segurança. Mesmo depois disto terá que deixar passar o primeiro mênstruo dessa ocasião.

Não o fazendo, o filho que nasça destas relações (ilegais para eles) toma o nome de NSAFU ou NSELO (*NSELO*=bastardo, degenerado).

O NSAFU é, pois, filho da maldição. Haverá castigos. Um dos castigos será a falta de chuva. Os esposos terão que ir ao *Ntoma-Nsi.*

Para levantar a maldição, um dos castigos impostos ao homem era o de subir ao cimo de uma palmeira levando à cabeça uma cabaça cheia de água e deixá-la, depois, cair.

As pessoas presentes — e serão muitas ou mesmo todo o povo — gritava:

Oh!... NSAFU... NSAFU...

Para NSAFU encontram-se as significações seguintes:

1.° — desmazelado, sujo;

2.° — indecente, pouco conveniente, imodesto, obsceno.

NSAFU, nome dado à criança nascida fora das leis da decência!

A criança que ao nascer, ou mesmo depois, é levada ao curandeiro ou adivinho, toma o nome do Nkisi consultado.

Os mais comuns, neste caso, são:

MALONDA — para as doenças de peito e febres (*Nzangala*).
UMBA — doença do ventre.

Assim, se a criança vai ao nkisi Malonda, tomará este nome.
Se vai ao Umba, chamar-se-á UMBA.
E são bem comuns estes nomes.

Nomes dados aos Gémeos — *Bana Bibaza* ou *Bana Basimba* — e a superstição que os acompanha:

Os gémeos são tidos por filhos do Nkisi-Nsi. São *Bana Babakisi* — filhos do Nkisi.
Receberão, conforme o sexo, os seguintes nomes:

Se são dois rapazes — NHIMI e KUMBU.
Se são duas raparigas — NZUZI e SIMBA.
Um rapaz e uma rapariga — BAZA e SIMBA.
Uma rapariga e um rapaz — NZUZI e KUMBU.

Em Cabinda também aparece o nome de Baza dado a raparigas e o de Simba a rapazes.

NHIMI, KUMBU, NZUZI e SIMBA são, também, nomes de animais.
NHIMI (tido pelo mesmo que NGO) — Leopardo.
KUMBU — Pantera.
NZUZI — Animal felino, grande gato selvagem.
SIMBA — Animal da família do manguço.

Nhimi, o leopardo, é mais forte do que o Kumbu, a pantera.
Nzuzi, mais forte do que o Simba.

Daqui o dar-se o nome de NHIMI e de NZUZI, conforme os casos, ao primeiro dos gémeos que sai do ventre materno porque, dizem, é mais forte e mais esperto do que o seu irmão, tanto que conseguiu sair primeiro.

Os gémeos são excepção em toda a parte. Para os Bakongo, Bauoio, etc., etc., são tidos por filhos do Nkisi-Nsi. Ora este, o Nkisi-Nsi, é essencialmente bom. Os *Basimba* também são bons e, até certo ponto, são uma benção.

Portanto, há que os considerar, fugir de os ofender, guardar-lhes respeito e não lhes recusar o que pedirem.

Os gémeos vivem muito unidos um ao outro. Às vezes adoecem ao mesmo tempo e até podem morrer quase a seguir um ao outro.

As mães, quando um dos gémeos morre, não deve chorar. Deve, pelo contrário, rir-se e cantar. É que, se chora, trazendo desgosto para o que fica, o que partiu já pode vir buscar o que ficou...

Nada se deve recusar aos gémeos, aos *Basimba*. Quem recusa o que eles pedem será castigado, regra geral, com a surdez... Mas recuperarão a surdez logo que paguem alguma coisa!...

Como se consegue ter gémeos?

É que há gémeos espíritos diferentes dos nascidos dos homens!

Os gémeos espíritos habitam nas lagoas e nos rios, regra geral nos pontos em que a água faz redemoinhos.

Há também alguns pequenos montes, raros, que são o seu habitat.

Ora estes gémeos espíritos, que vivem nos rios e lagoas, têm, debaixo da água, uma verdadeira aldeia onde nada lhes falta.

Cada gémeo vive dentro de uma caixa tendo a tampa a servir de porta.

Só de dia o rei (o chefe) dos gémeos, denominado PURBUZI ou PULUKUSO — nome de um peixe — levanta a tampa de cada caixa para que os gémeos espíritos saiam à procura de alimento.

Acontece que estes gémeos, como qualquer ser humano, podem simpatizar com qualquer ser mortal.

O homem que de canoa passar por esses rios ou lagoas, se com ele os gémeos espíritos simpatizaram, sentirá que a vara com que conduz a canoa lhe ficará presa! São esses gémeos quem lha segura!

Ao voltar a casa, tendo relações com a esposa, esta conceberá... gémeos. Se a simpatia dos gémeos espíritos for muito grande por tal ou tal pessoa, esta poderá vir a ter três ou mais gémeos!

Logo que se dê o parto de gémeos o pai terá que levar, ou mandar, alguma coisa ao rio ou lagoa onde lhe parece ter tido a «graça» de ser seguro pelos gémeos espíritos.

Assim farão os próprios gémeos, quando já crescidos, todas as vezes que passem pelas lagoas ou redemoinhos dos rios.

FUTI e *NLANDO*

Será o nome que recebe a criança que venha a nascer depois de um parto de gémeos. Dá-se um ou outro nome indiferentemente.

SUNDA ou *ISUNDA*

Nome que recebem — e são também tidos por *Bana babakisi* — os que nascem saindo primeiro as pernas.

É que «saltam» por cima de regra geral, que é de nascerem começando pela cabeça.

SUNDA, ISUNDA vem do verbo *Kusunda* = Saltar.

✦

ALCUNHAS E APELIDOS

Raros são, entre os indígenas, os que não têm uma alcunha.

E o europeu não escapará a este «baptismo».

O indígena raríssimas vezes alcunhará alguém baseado nos defeitos físicos dessa pessoa. Procura, sim, uma alcunha que lhe retrate o carácter, a pessoa moral. E nisto são verdadeiros psicólogos.

Quem viver entre os cabindas — Enclave de Cabinda — que procure saber a alcunha que lhe deram. Pode ser que leve tempo a sabê-la. Mas tem-na.

Muitas das alcunhas, senão a maioria, são tiradas dos belos provérbios que possuem.

Alguns exemplos

LIMANHA LIMBU = Pedra do mar.

Vem do provérbio
Limanha limbu:
Naveka Nzambi ala bundula liau.

Pedra do mar:
Só Deus a derrubará.

Aplica-se a quem está bem seguro no poder. Assim como os penedos do mar não saiem, apesar do contínuo bater das ondas, assim também a pessoa bem segura no poder não é derrubada com facilidade.

ILOLO KINTANDU

É a Anona das planícies (*Annona arenaria*, Thonn)

Ilolo kintandu:
Podi mana via mbazu ko.

A anona da planície:
Não pode acabar pelo fogo.

Passam as queimadas, queimam-se as folhas da anona da planície, a casca, fina mas semelhante à cortiça, fica quase torrada, mas de novo, oito a quinze dias depois, tudo rebenta com mais vigor.

Contrariedades, quase perseguições não «queimaram» tal pessoa (que conhecemos, bem como a *Limanha Limbu*). Saiu delas com mais vigor e coragem.

FINGA NGO

Finga Ngo mu lutambi

Insultar o leopardo (por se lhe verem) as pègadas.

E se, em lugar de pègadas, fosse o próprio leopardo?
Faltariam pernas para fugir...

Finga Ngo é o nome que se dá ao que critica o superior na ausência, pelas costas. Que de frente nada diz. Que é cobarde.

BIPALA SISI

Apelido dado à pessoa que de nada tem medo.

LUVALI

É o esquilo. Aplica-se a pessoa esperta e que com nada se atrapalha.

DUKULA

Do verbo *Dukula* — Verter, derramar.

Pessoa que fala muito, que passa o tempo a «verter» palavras pela boca fora, mas de poucas obras.

KUNDUMBILI

Carraça.

Pessoa agarrada a suas ideias e que não volta atrás nos trabalhos encetados e ordens dadas.

KUANGA NSOLO

De:
Kuanga — Cortar
Nsolo — Caminho, atalho.

O que corta o caminho. Dado aos que têm um caminhar marcial, batido, como quem marca ou corta o caminho por onde passa.

NKOKO NDIBU

Nkoko — Tantã
Ndibu — Surdo

O tantã dos surdos... Indivíduo que fala tão alto que até os surdos ouvem!

Não nos queremos alongar mais neste capítulo.

Tudo o que aí fica é do nosso conhecimento directo e, no que diz respeito a costumes e tradição, colhido da boca dos «velhos».

Os nomes, apelidos, alcunhas são todos de pessoas que connosco contactaram.

CAPÍTULO XIII

FESTA DOS RAPAZES

A CIRCUNCISÃO BÚKUA ou *TÍNTUA*

Hoje podemos dizer que a circuncisão é:

a) — comum entre os Bauoio;
b) — quase comum entre os Bakongo, Balinge, Bavili;
c) — pouco usada entre os Basundi.

Mas, mesmo onde é usada, não se reveste do aparato e do cerimonial de outras épocas.

Outrora, em tempos que ainda não vão muito longe, procedia-se do modo seguinte:

A idade escolhida era entre os 8 e os 9 anos.

No interior da floresta, em descampados, capinava-se em círculo uma certa extensão de terreno, aquela que se via necessária para comportar todos os que iam ser circuncidados.

No meio desse círculo colocava-se o operador da circuncisão — o *Nganga masutu* (*Lisutu*, pl. *masutu* — prepúcio).

Os rapazes colocavam-se em fila. Em volta do terreno capinado encontram-se os membros masculinos da família dos pequenos.

Só podiam assistir homens ou rapazes circuncidados.

Dos que vão ser circuncidados, cada um por sua vez, é deitado no chão de barriga para o ar. Um homem senta-se levemente no peito e dois mais seguram-lhe fortemente as pernas, um a cada uma.

Aliás, o rapaz fará por se mostrar forte e corajoso.

O *Nganga masutu* marca com a própria saliva o lugar por onde será cortado o prepúcio. Puxa-o duas vezes e, à terceira, corta, lançando fora e para longe a pele do prepúcio. Dá sinal para largarem o rapaz e logo vem em seguida um segundo, um terceiro, etc. etc. até findar.

Entre certas regiões dos Bauoio havia uma interessante particularidade na ocasião da operação: o corte teria de ser feito enquanto se atirava ao ar um grão de coconote. Enquanto subia e descia, o operador tinha de cortar o prepúcio. Se o coconote caía antes já não operava esse rapaz. Teria de esperar para o operar no dia seguinte.

Os rapazes, à medida que iam sendo operados, seguiam para junto de uma fogueira que o *Nganga masutu* mandara acender no começo da cerimónia. Se os rapazes forem muitos, haverá tantas fogueiras quantas forem necessárias.

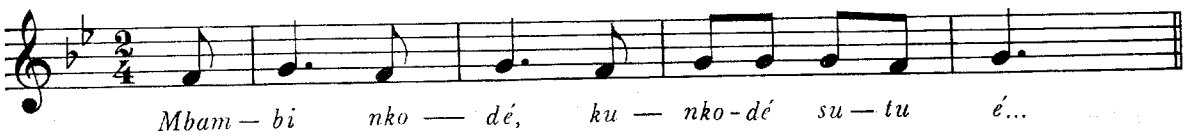
Com tempo, foram feitas umas pequenas argolas de folhas de bananeira, das folhas verdes e tenras — *nsoko itebe*. Deixar-se-á em cada argola o orifício estritamente suficiente para passar o pénis do circuncidado permitindo ficar de fora a parte operada.

Essa argolita era segura por fios atados atrás das costas.

O *Nganga masutu* opera, ata a tal argolita e, então, o rapaz vai para junto da fogueira deitando-se de costas e abrindo, tanto quanto possível, as pernas e aproximando do fogo, ao máximo, a parte operada.

Cantava-se: *Mbambi nkodo(e)... ku nkodo(e) sutu é...*

Bater da (cauda) do *Mbambi* — lagarto — bater do prepúcio (?)

E explicaram-me: com essa operação, por esse modo de cantar querem indicar ao operado que «está livre para avançar na vida».

Todas as manhãs a ferida era metida em pequenas cabaças com água simples para amolecer o sangue, sendo em seguida bem lavada. Embrulha-se uma tenra folha de bananera, depois de a amolecer um pouco ao fogo, ata-se de novo a pequena argola e volta-se para a cura do fogo. Nos dias seguintes à operação o tratamento fica a cargo das pessoas de família, homens.

O tratamento anda à volta de água fria, calor da fogueira, folhas tenras e verdes de bananeira aquecidas — *vuba va mbazu* — cinza quente e seiva de *Nsonha* (*Synadon dactylon*), seiva da planta *Mvuluka* (*Jatropha curcas*, L.), cinza quente da raiz de palmeira, etc.

Quando a cura completa está próxima a família vai juntando galinhas, animais de caça, vinho, aguardente, etc. para o dia da festa.

No mato, cada dia após o banho, os rapazes são pintados com *tukula*, cobrem-se de missangas e adornam-se.

Quando a cura está terminada e a festa marcada voltam à aldeia. Tomam banho aparecendo completamente limpos e com novos panos.

Na aldeia, nesse dia do regresso, todo o dia e toda a noite se canta, dança, come e bebe.

No Ndinge e em algumas regiões de Kakongo havia, por vezes, umas pequenas diferenças no ritual.

Juntavam-se os garotos, dos oito aos doze anos, ou mesmo com a idade de umas duas semanas, depois da queda do cordão umbilical.

Não sendo circuncidados em pequenitos, logo após a queda do cordão umbilical, sê-lo-iam depois dos 8 e até aos 12 anos.

No dia marcado o operador (até já aconteceu ter sido uma mulher) começa logo de manhã a gritar: *Mbele mbongo, Mbele mbongo* (que é a faca da circuncisão mas que, traduzindo-se à letra, quereria dizer a «faca do dinheiro»).

Iam para trás de uma casa onde se juntavam todos os pequenos. Toda a gente podia ver, a não ser os que tivessem tido relações sexuais na noite anterior.

Uns enterravam o prepúcio, outros deitavam-no simplesmente fora e outros atiravam com ele para cima dos tectos...

Durante o tempo do tratamento, os garotos não podem comer refeições apimentadas.

Nos tempos que correm quase não existe festa da circuncisão, ainda que continue a haver (e sempre haverá) circuncidados.

Tudo se faz sem cerimónia e sem festa.

Entre os Bauoio e Bakongo os pequenos são circuncidados, na sua maioria, poucos dias depois do nascimento e alguns até no próprio dia em que nascem.

Interessante notar que o P. Merolla, já em 1680, dizia que os povos de Kakongo e Ngoio circuncidavam os filhos nos primeiros oito dias após o nascimento.

Os que não são circuncidados após o nascimento acabam por o ser entre os 8 e 12 anos.

Para isto chama-se um operador a casa. Raro se juntam vários pequenos. Tornou-se um acto particular.

Uma grande parte vai mesmo aos hospitais e sujeita-se ao tratamento indicado pelos médicos.

O *Nganga masutu* que vai a casa fazer a operação ainda usa marcar com saliva ou carvão o local por onde cortará o prepúcio.

Este, depois de cortado, ordinàriamente é atirado para cima do tecto da casa. Dizem que se os cães, gatos ou galinhas o comerem a ferida não curará.

As raparigas dos clãs que usam a circuncisão não aceitam rapazes dos que a não tem. É por isso que se não vê uma jovem de Cabinda, por exemplo, casar com um rapaz Basundi.

Infelizmente, em tantos anos passados em Cabinda, nunca nos foi possível assistir a uma circuncisão.

Mas o velho Estanislau Kimpolo não nos enganava ao contar-nos o que aí fica.

CAPÍTULO XIV

NOIVADO — ALAMBAMENTO

O processo de arranjar esposa e as coisas que se dão para esse fim variam um pouco de clã para clã.

Contudo, em substância, dá o mesmo.

O rapaz encontra uma rapariga de quem gosta e com quem deseja casar? Notemos desde já que, neste gosto e escolha, reparam muitíssimo mais nas qualidades e dotes de trabalho da rapariga do que no aspecto e dotes físicos.

Tendo escolhido, em alguns clãs a primeira coisa que o rapaz faz é conseguir um amigo que leve à rapariga, de sua parte, qualquer prenda para uso pessoal, v. g. um lenço para a cabeça.

Se ela guarda a oferta mostra já que sente certa inclinação e que aceita a «amizade». Mas esta só se tornará legal depois de a família concordar.

A concordância é dada em reunião de família. O rapaz oferecerá primeiro à «amiga» uma garrafa, por exemplo de vinho do Porto ou licoroso, donde ele primeiro bebeu. Se a rapariga também bebe indica que aceita. Por sua vez, ela levará aos pais e tios maternos essa mesma garrafa, donde já ela bebera e o «amigo», e, se todos beberem, automàticamente está dito que aceitam.

Nessa mesma reunião será dito ao rapaz o que terá de dar como «alambamento».

Outros têm processos mais longos.

Neste capítulo apresentaremos casos certos e dados certos de alambamento. Foram-nos cedidos pelos próprios interessados. Mas compreender-se-á que demos nomes fictícios, ainda que apresentemos os nomes exactos das aldeias a que pertenceram.

O E. Fuka, da aldeia do Fubu, procedeu do modo seguinte:

Encontrou a F. Landu, da mesma aldeia, de quem ficara a gostar e desejava para mulher.

Para cair nas suas boas graças deu logo uma garrafa de aguardente e outra de vinho licoroso (em 1943 — a aguardente a 40$00 e o licoroso a 25$00).

Três meses mais tarde deu-lhe coisas de comer e de vestir: uma peça de pano (80$00), um lenço para a cabeça (15$00) e, como comida, dendém e três corvinas (secas e salgadas).

Irá dando aos poucos ou tudo de uma vez, o que é raríssimo: 60 cobertores (1/30$00); duas malas de peixe salgado (1/150$00); uma camisa e umas calças para o pai; prato, garfo e faca; uma bacia e um espelho; um casal de porcos.

Só depois disto houve o *zibula munu* — o abrir da boca, a aceitação definitiva.

Para este «abrir da boca» deu: 100$00 e duas garrafas de aguardente. A noiva bebeu de uma garrafa e deu a beber ao rapaz.

Deste modo a rapariga mostrou que aceitava casar com ele.

Levou ela para casa o dinheiro e o mais. Da garrafa donde bebeu ela e o noivo deu de beber aos pais e família. Eles beberam todos. Aceitaram, pois.

O casamento era para ser católico. O rapaz deu mais 10 litros (um garrafão) de vinho tinto e 10 litros de vinho de palma.

Foi dado o consentimento. Mas para poder levar a rapariga para casa, mesmo depois do casamento religioso, teve de dar mais o seguinte:

12 panos de meia peça cada um (6 peças, portanto, que, como vimos, na altura custavam 80$00 cada uma). Para cima de 2.500$00 (em 1943)!

Este é um modo de se conseguir esposa e de se dar o «alambamento».

Como primeiro dissemos, começa-se, ordinàriamente, pela pequena dádiva à rapariga seguida do *zibula munu*. No *zibula munu* em família se indica o «alambamento» que o rapaz terá que dar.

Convém notar que, se não chegar a haver casamento, tanto a rapariga como a família terão de devolver — integralmente — o que receberam.

É por isso que os rapazes tomam nota de todas as coisas, mesmo as mais pequenas, sem nada esquecerem para, no caso de desavença, receberem tudo quanto deram.

Foi assim que Mantandu, do Kay Kongo, desfazendo o noivado com a Zefa Landu, que se havia portado mal e o rapaz já não a quiz, pôde apresentar a lista de tudo quanto dera e os respectivos preços. E em grande «fundação» (processo judicial indígena) tanto a rapariga como a família foram obrigados a devolver o que fazia parte da lista que segue:

3 litros de aguardente	1/ 50$00	150$00
3 litros de vinho licoroso	1/ 25$00	75$00
Em numerário		100$00
6 cortes de fazenda	1/122$50	735$00
3 lenços de cabeça	1/ 25$00	75$00
2 saias bordadas	1/ 20$00	40$00
Em numerário		300$00
1 colher		5$00
1 faca		5$00
1 garfo		5$00
1 caneca de esmalte		15$00
3 litros de vinho tinto	1/ 10$00	30$00
1 espelho		15$00
1 frasco de água de Colónia		15$00
1 bacia		30$00
1 pato		50$00
1 galo		25$00
1 galinha		15$00
1 litro de aguardente		50$00
3 pães e um quilo de arroz		6$00
1 quilo de faijão		6$00
1 quilo de açúcar		6$00
1 quilo de café		6$00
1 saia		25$00

3 latas de sardinha de conserva	1/ 10$00	30$00
1 cobertor		30$00
cigarros		5$00
em sabão		60$00
+uma faca		7$00
2 bagres (peixe do rio)		14$00
4 quilos de peixe seco	1/ 24$00	96$00
+em numerário		145$00

Tudo isto somado dá, se não nos enganamos, dois mil cento e setenta e um escudos — 2.171$00.

Tudo havia sido apontado. Tudo a família da rapariga apontara também. Nada havia a mais nem a menos. Tudo foi devolvido.

Ser-se-á levado a perguntar se isto de «alambamento» é compra, empréstimo ou dádiva para noivado.

Nem é compra, nem dádiva, nem empréstimo.

O que é, pois, o alambamento?

Artur Bivar, no seu *Dicionário Geral e Analógico*, define o «alambamento» como sendo: «Casamento entre pretos na África Ocidental. Festa por ocasião desse casamento».

Nada disto é o «alambamento».

Outros lhe chamam «dote». Nunca o alambamento teve verdadeiramente o sentido que os europeus dão a dote.

Alambamento, afirmam outros, são os valores — dinheiro, fazendas e géneros — com que um noivo adquire uma noiva. Esta afirmação é a que se aproxima mais da verdade, se se afastar a ideia de compra.

Kunz Dittmer, no seu livro *Etnologia General* (versão espanhola), ao tratar deste assunto diz, e muito bem, mais ou menos o seguinte: [1]

«Ao casar-se uma rapariga, a família perde, por assim dizer, um poder e valor económico. Para reparar esta perda o noivo tem que oferecer uma indemnização.

Mas não há que confundir, diz Kunz Dittmer, a compra da noiva com a compra de qualquer mercadoria. Expressam o valor da noiva e previnem um mau tratamento ou um divórcio leviano pois só quando se prova que a mulher é culpada se devolve o «preço» (e Kunz coloca preço entre aspas...) da noiva ao realizar-se a separação, o divórcio.

O «preço» recebido não significa quase nunca um enriquecimento. A quantidade paga passa muitas vezes de uma família a outra e se considera modo de conservar relações amistosas entre os clãs...»

O certo é que as coisas que se não detioram chegam a ficar guardadas anos seguidos.

Não haja dúvida de que o «alambamento» — e diríamos que quanto mais pesado fosse melhor — é uma verdadeira salvaguarda do casamento.

Pelo alambamento se previnem maus tratos, separações e até infidelidades. A família da noiva, por causa do alambamento recebido, fica a ser responsável pela fidelidade da mulher ao seu marido.

E dando-se casos de infidelidade, como veremos noutro ponto, a família da mulher chega a ter multa mais pesada a pagar ao marido do que os próprios cúmplices.

---

[1] Kunz Dittmer, **«Etnologia General»**, México-Buenos Aires, 1960, pág. 85.

Por outro lado, quanto mais pesado for o alambamento mais difícil se torna a poligamia.

A mentalidade criada de que o alambamento é uma «compra» tem levado muitos a lutar contra ele. Mas os resultados positivos têm sido poucos (e só interessariam aos polígamos) e mais se notam os inconvenientes.

Pelo alambamento, mais ou menos pesado, o rapaz pode e quer mostrar o interesse (o amor?) que tem pela sua futura esposa, pelos seus dotes de trabalho e pela esperança que nela deposita para vir a ser mãe fecunda. A rapariga, por seu lado, chegará a envaidecer-se ao notar o «valor» que lhe atribuem, ao reconhecerem nela mulher de trabalho, qualidades de boa esposa e de mãe.

A convicção, tão arreigada entre eles, de que o que é dado ou cedido gratuitamente ou por pouco preço não tem grande valor ou préstimo, também, *mutatis mutandis*, se pode aplicar aqui.

Mas não se dê ao alambamento sentido de compra ou venda.

De modo algum. Para eles é um insulto pensar dessa forma quanto mais o exprimi-lo.

A rapariga, na verdade, é um bem, um valor que pertence ao clã.

E ela vai, ordinàriamente, para o rapaz que a quer e que ela aceita e que é aceite pelo clã. Mesmo que fosse para quem a família escolhesse não iria, só por isso, contrariada. Antes de mais, ela quer e aceita, salvas mui poucas excepções e não só resignadamente, quem a família, o clã, escolhe. A sua vontade só contará, isto por princípio, desde que não vá contra a da família, do clã.

Ainda não há muito, em Dezembro de 1970, fazia estranhar a uma rapariga, mãe dum lindíssimo pequeno mestiço, a facilidade com que se entregavam. Ela respondeu-me textualmente:

«Eu não tenho pecado. Este filho foi Deus quem mo deu, pois foi a vontade de meus pais e família que me entregou a esse homem. Por isso, eu não tenho culpa.»

E não se tinha entregado, digamos o termo, contrariada. Não.

Havia aceitado a vontade da família. E a família não a vendeu (ainda que quem a tomou possa ter ficado com a impressão de que fez uma compra) no sentido rigoroso do termo.

Recebeu para o clã uma compensação, uma espécie de fiança.

A família vigiará para que ela seja fiel ao marido, doutra sorte terá de pagar multas. O marido terá que a tratar bem ou arriscar-se-á a ficar sem ela e sem todo ou parte do alambamento.

Nos bens entregues pelo noivo, em ordem ao casamento, tem que se fazer diferença entre o chamado *Mbongo zimakuela* e o *Mbongo zinkiento* — o *dinheiro do casamento* e o *dinheiro da mulher.*

O *Mbongo zimakuela* é que forma, na verdade, o dinheiro, os bens do casamento que, no caso de divórcio ou de morte, é devolvido, no todo ou em parte, conforme os anos de casados, o número de filhos, etc., etc.

O *Mbongo nkiento* é o que o noivo dá, a título pessoal, à noiva e que esta usa e gasta. Só será devolvido não se tendo realizado o casamento, conforme já vimos num exemplo atrás.

O *Mbongo zimakuela* é que conta. Podemos até afirmar que o casamento só se torna válido de verdade no momento em que todas as coisas do *Mbongo zimakuela* foram entregues.

Morrendo o marido, a família deste pode receber, conforme, todo ou parte do *Mbongo zimakuela* ou até um irmão do falecido receberá a viúva.

Morrendo a mulher, segundo os anos de casada, o número de filhos, etc., etc., se devolverá, mais ou menos, os bens do *Mbongo zimakuela* ou se entregará uma irmã desta para casar com o viúvo.

Um caso:

Na aldeia de Santo Eugénio, da Missão do Lukula, Filipe Madungo ficou viúvo de Eugénia Mpaka. O Madungo queria que a família da mulher lhe devolvesse o *Mbongo zimakuela* ou uma pessoa de família.

Estavam casados há muito. A família, que já não tinha as coisas do *Mbongo zimakuela* estaria resolvida mais ou menos, a ceder-lhe uma irmã da Eugénia, a Marta. Mas esta não quer e argumenta que ele já não tem esse direito. Por outro lado, admitindo que viveram casados muito tempo, que tiveram filhos do casamento e até que ele havia guardado um dos filhos, preferem levar o assunto para o tribunal indígena. E a sentença do tribunal não lhe deu direito a receber a cunhada mas sòmente uma parte, e pequena, do *Mbongo zimakuela*.

No Ndinge, conforme estudo do P. J. Vissers, destinguem-se ainda mais duas partes no alambamento: O *Ntumunu kikumbi* e o *Nlandulu kikumbi*.

1 — *Ntumunu kikumbi* (*ntumunu* vem de *Kutuma* — mandar). Consiste em bebidas e, sobretudo, panos. Depois de a família ter recebido o que está marcado como *Ntumunu kikumbi*, terá de *mandar* a rapariga para a *NZO KUALAMA*.

2 — *Nlandulu Kikumbi* (*Nlandulu* vem de *Kulanda* — buscar). Consiste numa catana, uma bacia, dois litros de vinho licoroso, mais ou menos 50$00 em dinheiro, etc., etc.

É para que *busquem*, para que vão *buscar* a rapariga à *NZO KUALAMA*, a lavem e levem para casa do marido. [2]

Três fases se distinguem ainda hoje entre os cabindas:

1 — *Mbongo zamikina*, o dinheiro de «amigar», quando se pede licença à família para namorar.

2 — *Mbongo zikunzikila kimigo* (*chimigo*) — o dinheiro para que se dê a conhecer pùblicamente que a rapariga já tem pretendente e, portanto, para que ninguém mais venha a ter pretensões sobre ela.

Para se perder toda a ideia de negócio e venda, note-se que não haverá oferta a quem mais der...

Sendo anunciado que tem pretendente, acabou-se.

3 — *Mbongo zimakuela* — o dinheiro do casamento, para que possa tomar a rapariga e levá-la para sua casa.

Mbongo zamikina

Para pedir licença à família, o rapaz já falou com a rapariga, vai uma pessoa da confiança daquele, que pode ser homem ou mulher.

A família já está, mais ou menos, a par do caso.

Antes de dizer ao que vai, o embaixador coloca uns 5$00 debaixo de um lenço no meio da roda das pessoas do clã da rapariga. É exposta a pretensão. Ouvida ela, os da família

---

[2] João Vissers, C. S. Sp., **«Alambamento e Amor Conjugal»**, separata de **«Portugal em África»**, 2.ª série, n.os 123/124, Lisboa, 1960, págs. 9/10.

da rapariga levantam os 5$00 e vão, em segredo, resolver o assunto: se sim ou não aceitam o rapaz e, em caso afirmativo, marcar o dia em que todos — família da rapariga e do rapaz — se reunirão e resolverão o quantitativo do alambamento total, isto é, o *Mbongo zikunzikila kimigo* e o *Mbongo zimakuela.*

Para o *Mbongo zamikina* já o embaixador leva a nota.

Neste caso do nosso Xico Malavu, mesmo dos arredores, da periferia de Cabinda e que nos contou tudo quanto tem de dar, como *Mbongo zamikina* foi-lhe estipulado o seguinte:

1 litro de aguardente	45$00
5 litros de vinho tinto (garrafão fechado)	90$00
Em numerário	100$00
1 pacote de fósforos	5$00
1 maço de cigarros *Simba*	7$00
1 maço de cigarros *Albert*	7$00
Valor total	254$00

Volte a notar-se o cuidado com que se apontam todas as verbas.

O cigarro *Simba* e *Albert* é tabaco da República do Zaire. É imposto que seja desse tabaco. Porquê? Nem o Xico Malavu me soube dizer. É esse que exigem e não dão razões.

Como o nosso homem foi aceite, o *Mbongo zikunzikila kimigo* é o seguinte:

6 litros de aguardente	1/ 45$00	270$00
2 garrafões de 10 litros de vinho tinto	1/160$00	320$00
1 litro de vinho licoroso		30$00
2 peças de pano	1/175$00	350$00
2 saias de dormir (?)	1/ 30$00	60$00
1 fato para o pai, que fica em +ou —		750$00
1 par de sapatos para o pai		200$00
1 lenço para a mãe, lenço da cabeça		25$00
1 lenço para a noiva		25$00
Em numerário		500$00
Total		2.530$00

Mbongo zimakuela

12 litros de aguardente	1/ 45$00	540$00
4 garrafões de 10 litros, v. tinto	1/160$00	640$00
1 litro de vinho licoroso		30$00
Em numerário		1.000$00
Total		2.210$00

Este *Mbongo zimakuela* é dado na altura de receber a rapariga, na altura do casamento.

O total, portanto, do alambamento a ser entregue pelo Xico Malavu, somadas as três partes, é de 4.994$00.

As coisas, bebidas, etc., etc., são divididas de comum acordo pelos tios e tias maternas. Regra geral não há mau entendimento no caso. A divisão é feita em partes iguais: um maço a este, um maço àquele; tantos litros a um e igual número a outro; tanto dinheiro a este e igual quantia àquele, etc., etc.

Pode acontecer que a rapariga não vá virgem para o casamento. Nunca vi pedir-se, por isso, a anulação do casamento. Pede, sim, o noivo, a devolução de metade do alambamento. A família não perderá nada.

A rapariga confessará quem foi o violador e este irá ser condenado a pagar a metade devolvida. Além disso, o marido também pedirá forte indemnização.

Conhecer e entrar na mentalidade desta gente será possível?

Mais um caso:

Uma parturiente muito aflita é levada, a toda a pressa, para o hospital na carrinha de um nosso bom compatriota.

A mãe dá à luz ainda no carro, uma Fiat 1.500.

Tornara-se, na mente deles, como que também filha daquele branco.

Havia sido uma pequenita que nascera.

Havia chegado, em 1970, à idade de já poder casar.

Os pais, levados não sei por que princípios, vão oferecê-la ao senhor que, há anos, levava a mãe para o hospital a fim de dar à luz.

Se ele mesmo a tem como filha, não a pode receber por mulher.

Mas vivem perto do Malongo, da área da extracção de petróleo. E lá há homens ricos. E aparece um que deseja a pequena.

E, novamente por razões que se nos escapam, os pais aceitam ceder a filha ao rico estrangeiro.

O pai «putativo» — dono do carro em que a pequena nascera — diz-lhes o que devem pedir como alambamento.

E na tarde do dia 23 de Dezembro de 1970 é pedido ao estrangeiro o seguinte:

2 barris de vinho tinto	1/1.100$00	2.200$00
10 litros de bagaceira branca	1/ 60$00	600$00
2 garrafões de 10 litros de v. tinto, capacete.....	1/ 180$00	360$00
Em numerário		2.500$00
3 peças de «pintado»	1/ 150$00	450$00
1 garrafa de Carlos III		150$00
5 garrafas de cinzano	1/ 55$00	275$00
Em várias bebidas e beberetes		400$00
Valor total		6.935$00

A rapariga já não estava virgem (daqui se pode depreender a pressa em a «casar»).

No dia 27 de Dezembro, quatro dias depois, há reunião por causa da falta de virgindade.

A família devolve:

1 barril de vinho,
5 litros de bagaceira,
1.000$00 em dinheiro.

O que a havia violado — a rapariga confessou quem foi — teve de entrar com o desconto que agora havia sido feito ao estrangeiro. E este, para ficar a saber quem havia sido o «violador», entrou com 2 garrafões de vinho tinto!

Finalizamos este capítulo com o que acertadamente escreve o P. João Vissers sobre o alambamento.

«O Alambamento:

1.° — É a prova de que o noivo aprecia a noiva! Deve «ganhar» a noiva pelo trabalho árduo de alguns anos.

2.° — É o reconhecimento dos cuidados que o clã teve com a educação da rapariga.

3.° — É uma indemnização ao clã porque «perde os braços» da rapariga, e é assim também um reconhecimento da laboriosidade dela.

4.° — É a garantia de que o casamento durará e de que ela será bem tratada. Pois, se houver divórcio por o marido a tratar mal, não se deveria restituir nada ou sòmente pouco do alambamento».

CAPÍTULO XV

CASA DAS TINTAS

«*Casa das Tintas*» é nome muito genérico.

Pode aplicar-se:

À *NZO KUMBI KIMPILO* — a casa para onde ia a rapariga depois da primeira manifestação da puberdade;

À *NZO KUALAMA* — a casa onde a rapariga entra para as cerimónias que precedem a tomada de estado.

Casa das Tintas é designação dada pelos europeus. E diz-se «das tintas» por que as pessoas que entram nessas casas, para os cerimoniais respectivos, pintam-se, durante todos os dias que lá passam, com *tukula.*

Takula é o *Pterocarps tinctórius* — Welw.

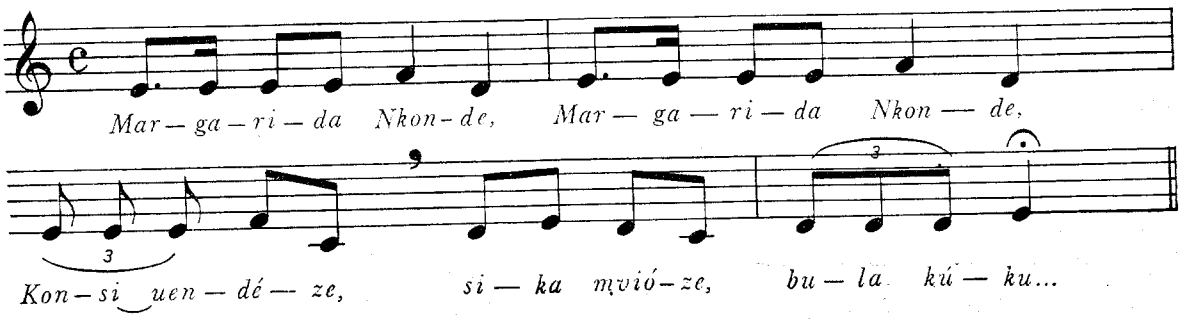
Tukula é o cerne desta mesma árvore reduzido a pó, a serrim muito fino. A *tukula* tem uma cor avermelhada bastante viva.

Mas o nome de CASA DAS TINTAS aplica-se principalmente à *NZO KUALAMA,* também chamada *NZO KUMBI* (ou *IKUMBI*) ou *NZO KUMBI KIBUALA* e *NZO KUMBI KINKUALA.*

NZO KUMBI ou *NZO KUMBI KIMPILO*

Logo que a donzela sentia os sinais inconfundíveis de que chegou à puberdade, tratava de avisar a mãe ou alguma de suas companheiras de confiança e retirava-se para o meio de uma planície onde se esconderia no meio do capim.

Reuniam-se, então, todas as outras companheiras e, pela tardinha, iam procurá-la entre cânticos e bater de palmas. Iam cantando e chamando. Ela nunca responderia ao primeiro chamamento.

Supondo que seu nome era Margarida Nkonde, chamá-la-iam, mais ou menos, nestes termos: *Margarida Nkonde, Margarida Nkonde, konsi uendeze? Sika mvioze... bula kuku!* Margarida Nkonde, Margarida Nkonde, para onde foste? Assobia, bate as palmas (para sabermos onde estás)...

Depois de deixar chamar por algum tempo, com o bater das palmas por umas três vezes, indicará onde se encontra.

As companheiras correm para ela. Encontram-na a chorar. Lançam-lhe imediatamente um bocado de *tukula* preparada por uma donzela que ainda não haja chegado à puberdade.

Voltam à aldeia entre cânticos. É já noitinha.

Parte das raparigas banham a *Kikumbi* enquanto outras tratam de forrar o quarto para onde vai com esteiras cujos desenhos, ordinàriamente, encerram provérbios apropriados.

A rapariga vai continuando a chorar... Chora o tempo de infância que se vai.

Em cima de quatro estacas, bem fortes e seguras, a uma altura de 80 a 90 centímetros, estacas terminadas em forquilha, fazem a cama da rapariga. No chão, a par, ficarão as camas das donzelas que virão, de noite, fazer companhia à *Kikumbi*.

Leve e capaz de ser pintada com *tukula* é a roupa que lhe entregam. Essa roupa é colocada, antecipadamente, em uma bacia que contem água, óleo de palma e *tukula* para que tome a cor vermelha.

Depois de seca é que lhe será entregue.

Tendo a *Kikumbi* entrado na casa, atiram com *tukula* para a cama, paredes, tecto, esteiras, etc.

Rapam-lhe o cabelo. Todos os dias tomará banho e de novo será pintada com *tukula*. Dizem que é para tirar o cheiro de menina!

É uma velha que a lava e pinta. A rapariga lava também os dentes com *tukula*, da mesma com que a pintam. É ornada com missangas e braceletes *bidenga* e com argolas *nlunga* de cobre e ferro, nos braços e pernas.

Em alguns clâs deixavam, na cabeça, desenhos bastante simétricos a que davam o nome de *nsanda*. Na cabeça é posta a *ntanta*, *banda* de pano também embebida em *tukula*.

Do ombro esquerdo ao sovaco direito, passando pelas costas, e do ombro direito à axila esquerda, passam uns cordões tirados da palmeira bordão (a que chamam *mpusu*) ou de *lubongu lufula* com pele de animal e fios de algodão.

Na testa e nuca, fios de algodão também ornados com missangas e botões. Aos fios de algodão (*makoko*) que cruzam no peito dão o nome de *ikanga*.

Dos preparativos faz parte o trabalho das mulheres a reduzirem a pó a cerne da *tukula* com que a *Kikumbi* será pintada durante todos os dias que ficar na *nzo kumbi*.

Como se consegue esse «pó» de *tukula?*

Friccionando dois paus de *tukula* (*sika tukula*), um contra o outro, e tendo colocado entre eles uma areia branca especial — a *nseka* — com um pouco de água.

Essa qualidade de areia é tirada junto do *nkisi-nsi*. Quando a vão buscar levam dinheiro e aguardente para oferecerem ao *nkisi-nsi* (é o *Kesumbi nseka* — comprar a *nseka*).

Esses paus de *tukula* chamam-se *lukunga* (pl. *zinkunga*).

Fixa-se, o melhor que se pode, o pau debaixo; fricciona-se com o de cima. Este chama-se *isese*. O debaixo é o *mbuli*.

A tinta de *tukula*, que é de um vermelho vivo, consegue-se misturando o pó, o serrim, de *tukula* com água e óleo de palma, o que se pode extrair *de 9 grãos* de dendém, o número sagrado dos Bakongo descendentes de *VUA LIMABENE* (a de 9 seios, a que deu origem aos 9 clãs).

Os grãos de coconote que ficam depois de livres da polpa que contem o óleo, são enterrados debaixo da cama da rapariga. Não chegamos a ter a certeza se sim ou não eram depois desenterrados.

Noutras partes, no Lukula por exemplo, na festa da *Nzo Kualama*, a que precede a tomada de estado, a mãe da *kikumbi* costuma deitar esses grãos de coconote atrás da casa da filha recem-casada.

Dizem que dará felicidade.

Em «*Nós, os Cabindas*», na pá. 113, fala-se no costume de hastear o pano interior com os sinais do aparecimento da puberdade.

Nunca tal vimos ou disso ouvimos falar. Mesmo os mais velhos e mais velhas afirmam nunca tal terem presenciado em todo o tempo de suas vidas ou ouvido falar em tal.

A rapariga, já nesta altura, pode bem ter noivo. Tendo-o, este, ordinàriamente, oferece-lhe panos e um lenço de cabeça que ela usará — se usar — bastante puxado para a frente dos olhos para mostrar que tem vergonha. Mas, no dizer do P. João Vissers, na área do Ndinge, a rapariga nunca usará os panos oferecidos, nesta ocasião, pelo noivo. Dá-os à mãe recebendo outros em troca ou guardando-os até ser casada. Faz assim, primeiramente, para mostrar a vergonha que sente em ter já noivo mas também para ficar livre de compromissos. Pode ser que venha a recusar casar com tal homem e, então, ninguém lhe poderá dizer: «mas aceitaste os panos dele».

Ainda em «*Nós, os Cabindas*», pág. 113, diz-se que a puberdade das raparigas começa pelos 12 anos.

Por estatísticas bem estudadas e bem fundamentadas, feita por pessoa de conhecimentos directos, a idade média da puberdade das raparigas anda muitíssimo mais perto dos 15 anos do que dos 12. Poderá mesmo dizer-se que a idade da puberdade, idade média, nunca será antes dos 15 anos.

O que deixamos descrito até aqui, no que diz respeito à *Nzo-Kumbi*, era como se procedia mais ou menos em todos os clãs, com uma ou outra excepção ou uma ou outra particularidade, nos tempos passados quando a donzela chegava à idade da puberdade.

Tudo isso, e mais o que descrevemos em seguida, se faz na altura da festa da *NZO KUALAMA*.

Não passa despercebida, porém, a chegada da puberdade, evidentemente. A donzela que sente chegado esse dia avisa a mãe e ainda corre, quase sempre, para a floresta. A mãe chama a família. Conta-lhe o caso e com os mais membros femininos vai em busca da filha. Trazem-na para casa. Dão-lhe um banho, lavam-na com sabonete e até com algum perfume, sempre à venda nas feitorias, e a pequena passa a andar à vista de toda a gente. Mas, tão novinha e a cheirar assim tão bem, ninguém deixará, na aldeia, de ficar a saber da transformação havida.

Entre os *basundi* fazem, por vezes, a festa da puberdade em moldes ainda antigos, mas só em família. Pintam a rapariga durante umas duas semanas, que fica encerrada em casa. Nada mais.

Entre os cabindas, *bauoio*, não se pintam. Conservam-se por casa durante uma ou duas semanas banhando-se com frequência em água morna e não esquecendo o sabonete nem a água de Colónia...

No dia fazem uma pequena festa familiar.. Mata-se galinha. Estão presentes os pais, os irmãos e a família mais chegada.

NZO KUALAMA

Nenhuma rapariga deixará de passar pela NZO KUALAMA e com todo o cerimonial — pelo menos o indispensável — incluindo mesmo o que, em tempos, se fazia na *Nzo Kumbi Kimpilo*, e com a maior solenidade que seja possível.

A *Nzo Kumbi Kimpilo* é condicionada à idade de puberdade.

A *Nzo Kualama* é preparada com antecedência, pelo menos pela família da rapariga, e em ordem ao casamento, à tomada de estado.

Kualama, diz Marichelle: «En âge de se marier» — Estar em idade de se casar.

Kualama, será, antes, o passar pelas cerimónias da puberdade ou das que antecedem as do casamento ou tomada de estado.

Alguns no Ndinge, diz o P. Vissers, chegam a usar a mesma palavra com respeito aos rapazes na altura da circuncisão.

Nos tempos actuais a *Nzo Kualama* é, na verdade, a casa onde a rapariga entra para as cerimónias que precedem a sua tomada de estado.

Como dissemos já, *Nzo Kualama* também é denominada por *Nzo Kumbi Kibuala* — a casa da virgem da aldeia ou *NZO KUMBI KINKUALA* — a casa da virgem das esteiras (por causa das esteiras que se colocam na cama e casa da rapariga).

Portanto, quando a rapariga está para casar entra na *NZO KUALAMA*.

O termo casar é genérico. Tanto pode ser tomado como casamento religioso, natural ou mesmo o estado de vida fácil ou de concubinato.

A esta festa, a da *Nzo Kualama*, nenhuma rapariga faltará.

Seria faltar às leis do *Nkisi-Nsi*, às leis de *Lusunzi* ou de *Luamba* quem se casasse ou tivesse relações sexuais sem se sujeitar às cerimónias próprias da *Nzo kualama* que reunem em si todo o cerimonial antigo e que era também próprio do *Nzo Kumbi*.

A festa é prèviamente preparada entre a família e os amigos.

Já todos sabem que a rapariga está uma mulher feita. São horas de casar!

Nada dizem à rapariga. Ela, porém, muitas vezes desconfia do que lhe andam a arranjar. Mas procede como se de nada soubesse.

No dia aprazado mandam-lhe fazer uma viagem a título de qualquer coisa. A viagem será suficientemente longa para que possa voltar só à noitinha. Para maior segurança vai com uma ou duas amigas.

O acompanhar a rapariga nesta viagem de afastamento chama-se: *kondula ikumbi*.

Na aldeia outras pequenas e mulheres preparam a *tukula* (*kusika tukula*). Não é tão fácil como à primeira vista pode parecer o fazer a *tukula* para todo o cerimonial, para todo o tempo em que a rapariga fica no *Nzo kualama*. Leva bastante tempo, até porque, de vez em quando, as mulheres e as donzelas param para dançar, comer, beber...

E comem sempre muito bem no começo e no fim.

Fazem a comida e juntam tudo o que é preciso: duas ou três ou mais panelas de *tukula* bem cobertas com folhas de bananeira e cuidadosamente guardadas.

Acontece que, por vezes, os paus de *tukula* são mais duros e dificultam o trabalho. Nestes casos era chamado um velhote nganga que, com aguardente, vinho tinto e vinho de palma, aspergia o local onde se trabalhava e os paus de *tukula*.

Enquanto se faz a *tukula* não é permitido pronunciar o nome da rapariga nem as palavras *tukula*, *takula*, *kualama*, etc. Isto provocaria *mabilia* ou *mabasa*, isto é, «pulsações do coração» pelas quais a rapariga desconfiaria do que lhe preparam e, portanto, facilitando-lhe uma fuga, o que não convem.

Limpa-se muito bem a casa para onde irá a rapariga. Em tempos, em cada aldeia, havia uma casa para este fim.

Em alguns clãs o pai ter-lhe-á comprado uns sapatos, ou coisa que lhe faça as vezes, e mais uma faca, colher e garfo.

A *kikumbi* nunca poderá colocar os pés directamente na terra.

A *Nzo kualama*, festa de preparação para o acto mais sagrado da vida humana, é dedicada ao Nkisi-Nsi. Este habita na terra. E esta é também sagrada. Por isso a *kikumbi* não a poderá calcar directamente.

Eis a razão pela qual o pai lhe compra os sapatos para que os calce sempre que tenha de descer da cama. Doutra sorte terá que haver cuidado em ter esteiras por onde ela passa ou ser levada às costas de alguém, de alguém do sexo feminino.

Quando a rapariga volta da viagem, à noitinha, é então que lhe lançam a *tukula* e a agarram para o começo da cerimónia. Nesta altura chega a haver verdadeira luta. Dir-se-ia que a rapariga está possessa pois demonstra, por vezes, uma força de que ninguém suspeitaria. Luta e luta a a valer!... Mas que pode contra todo o povo? Chega a ser espectáculo digno de ver-se.

Dominada, é levada para a casa onde, nessa noite, só mulheres podiam entrar. Nos tempos de hoje já começam a deixar entrar pessoas do sexo masculino, como mirones...

Dentro da casa continua a luta e, por vezes, chega a vazar as fracas paredes de papiros com um braço, uma perna e até com a cabeça... Mas não há perigo de escapar. Os homens nesses casos estão sentados, fora, em volta da casa, de cara para as paredes, empurrando para dentro a mão, pé ou cabeça.

A casa chegava, por vezes, a ficar de tal modo danificada pela luta que no dia seguinte se tinha de substituir alguma parede — de papiros, evidentemente — ou mudar a rapariga para outra casa.

Ela acaba, porém, por deixar de fazer resistência. Fica verdadeiramente cansada. Cai no chão e começa a chorar. Um chorar cantado onde aparecem muitas vezes insultos contra os que a agarraram.

Vai chorando e cantarolando cânticos improvisados aos quais respondem as outras donzelas, sentadas em volta dela e mostrando, por vezes, não menor aflição do que a própria *kikumbi*.

Lá fora começa o batuque. Está um luar de sonho. A lua vem tomar parte na festa. É quase sempre na fase da lua cheia que se procede a estas festas. A lua é a electricidade das aldeias africanas!

As raparigas amigas não tomam parte no batuque. Ficam toda a noite com a *kikumbi*.

Em alguns clãs deixam a rapariga entrar em casa e que coma alguma coisa. Logo que as companheiras julgam ter comido bastante chamam-na à porta e, ao mesmo tempo que é agarrada, atiram-lhe com *tukula* e dizem-lhe:

Tuuóló! Tuuóló! (como que sinal de alarme.)
Abu ubele kinkumpa,
Abu ueka ndumba,
Bileze, losukuanu.

Até agora eras *kinkumpa* (*kikumbi* — virgem) (e não podias ter relações)
Agora tornás-te-te *ndumba* (a que já pode usar)
Pequenas, gritai (dai sinal).

Todas gritam e berram de alegria. Só ela chora.

Noutros clãs ainda deixam que saia fora da porta, levam-na para onde se esconderam as que têm a *tukula* e lá é que a seguram e lhe lançam a *tukula.*

E em outros, e é o mais comum, apanham-na como descrevemos acima, logo à entrada da aldeia e, ao mesmo tempo que lhe lançam a *tukula*, dizem-lhe: *até agora eras virgem; agora és casada* (*abu ubele kinkumpa; abu ueka ndumba*). Passas a ter autorização para usares dos teus direitos de mulher (depois de realizadas estas cerimónias da *Nzo Kualama*).

Há muita coisa que é comum, seja em que clã for.

É, por exemplo, sempre uma mulher casada a quem não tenha morrido o primeiro filho (*télika muana ntete*) quem segura a rapariga e a borrifa com *tukula* ou lhe lança a *tukula.* Só depois as outras a podem agarrar e segurar.

No primeiro dia é esta mesma mulher quem a vai pintar. Cada vez vai riscando, mesmo na parede, as vezes que pinta. Na primeira vez é até nove.

Ao apanhá-la e borrifá-la com *tukula*, a mulher diz-lhe:

Ba me nlosukuela ko,
Ba me mbula ko.

Nós não berramos contigo,
Nem te batemos.

As companheiras deitam-na num *luandu* (esteira de papiros) e cobrem-na com panos.

Depois são-lhe cortados os cabelos e, em alguns clãs, também lhe cortam as unhas das mãos e pés até ao sabugo, quase até fazer sangue. É sinal, dizem, de que passou a ser mulher.

Cabelo, unhas e um pouco de *tukula* são metidas numa pequena almofada sobre a qual, nos dias que se seguirão, repousará a cabeça.

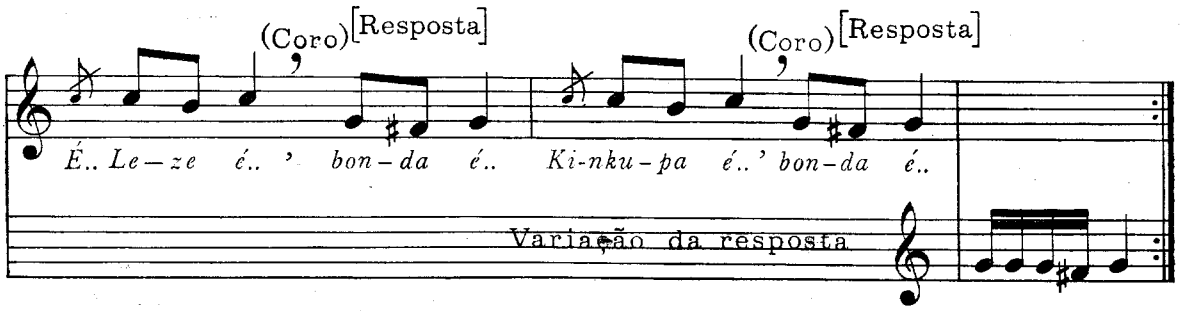
Hoje, quem quiser conservar os cabelos pode, mediante o pagamento de 10 ou 20$00.

A rapariga, na *Nzo Kualama*, não pode falar alto e nem falar com estranhos. Sòmente com pessoas de família e com as pequenas que lhe fazem companhia poderá falar baixinho. Estas donzelas que lhe fazem companhia chamam-se *Binkiengie.*

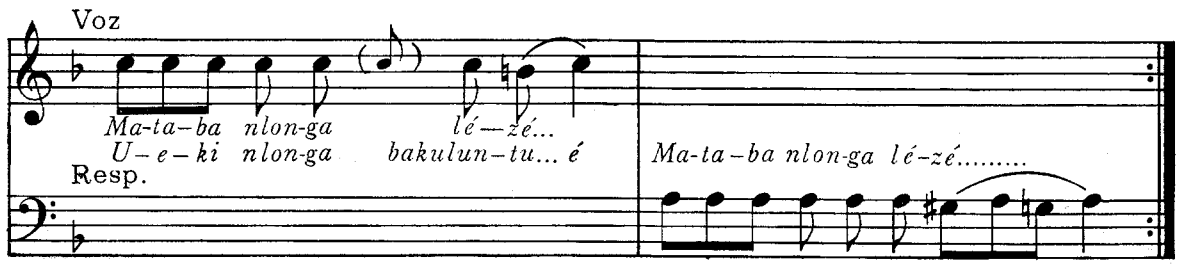
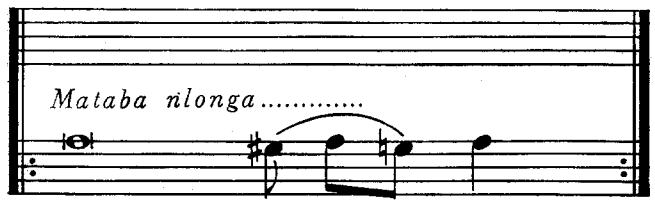
Sempre que estranhos entrem na casa, deverá cobrir-se da cabeça aos pés. Depois, se precisar de sair para alguma necessidade, deverá também cobrir-se com um pano pela cabeça e sem deixar ver o rosto.

As companheiras ao fazerem-lhe companhia, sobretudo na primeira noite, cantam:

Leze... é, bonda... é,
Kinkupa é..., bonda é...

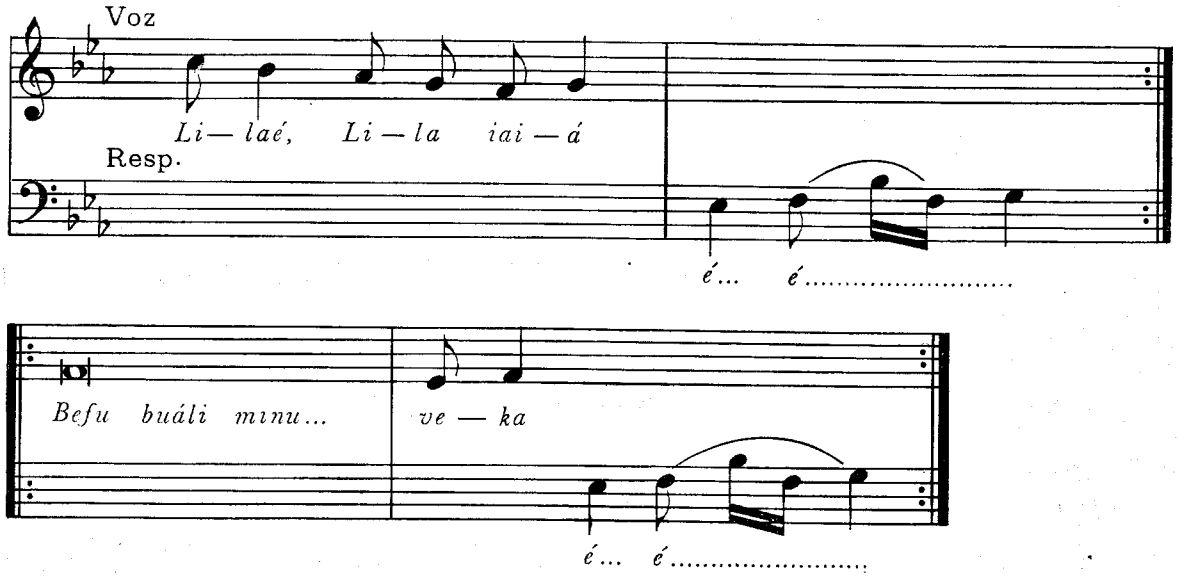
Menina... é, sossega... é,
Solteira é... fica sossegada é...

Todas as meninas ficam de pé. Voltam a cantar na mesma toada:

Mataba nlonga leze...
Ueki muna nlonga bakuluntu...

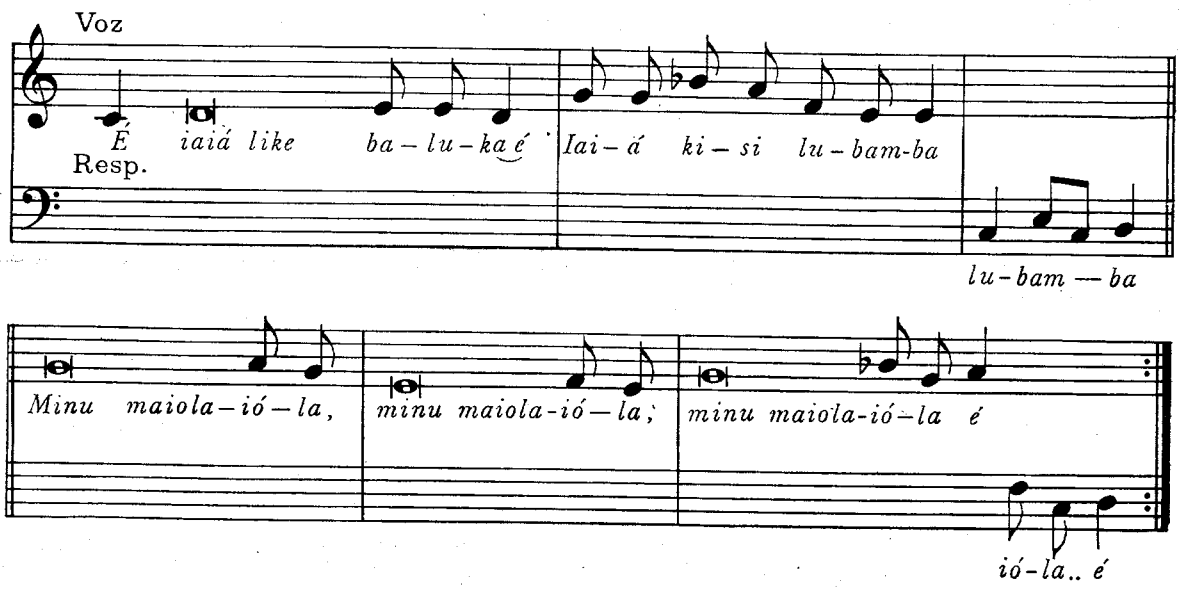
Vais sair da companhia das meninas.
Para passar à companhia das pessoas idosas.

Sentam-se depois e voltam a cantar todas:

Lila... lila iaia... é...
Kete komba befu buáli...
Kete lamba befu buali...
Ieki siala minu veka...

Chora... chora... irmã...
Mesmo a varrer nós as duas...
Mesmo a cozinhar nós as duas...
Eu vou ficar só...



laia... like báluka kisi lubamba...
Minu maiola-iola bikumbi, na mama... é

Irmã... vais mudar como se fosses um lubamba...
Eu cantava muito na festa das outras *bikumbi*, ó mãe!
(*laia*, está por *komba* — irmão, irmã).

As donzelas vão continuando a cantar.

Lá fora rufam os tambores. Ouvem-se os recos-recos e as latas com areias dentro. O batuque continua até ao primeiro galo.

A pouco e pouco todos vão indo para suas casas.

Na *Nzo Kualama* já se fez silêncio. Procuram dormir.

Logo que começa a romper o dia, na primeira manhã, as raparigas acordam a *kikumbi* cantando:

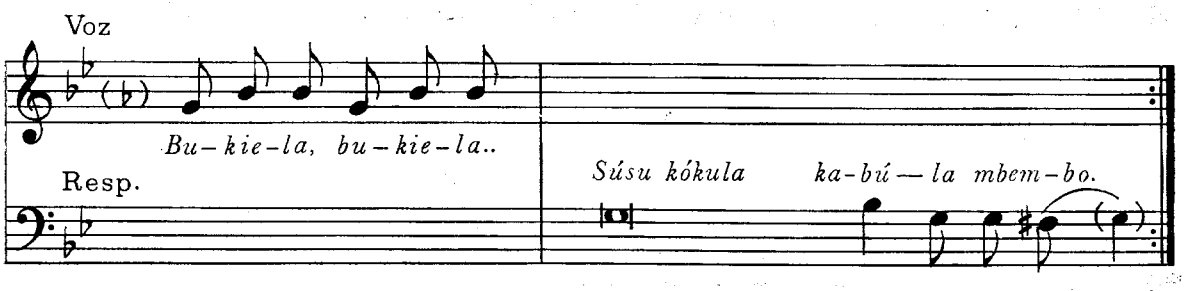
Bukiela... bukiela...
Susu kókula,
Makuangi kabúla mbembo.

Amanhece... amanhece...
O galo canta...
As perdizes também já cantam.

Bukiela... bukiela...
Muana mama ikotuka imene...
Bukiela... bukiela...
Muana mama likuenda ikiunda...

Amanhece... amanhece...
A filha acorda de manhã cedo,
Amanhece... amanhece...
A filha vai ficar triste.

Ikotuka imene
Ikukusa imene

Levanta-se de manhã cedo,
E pinta-se (de *tukula*) de manhã.

As raparigas vão, depois, à água.

Enquanto as outras cantam a *kikumbi* chora. Chora os dias da meninice e da juventude passada.

Todos os dias se lava e se pinta de novo. Como já dissemos, no primeiro dia e na primeira vez é pintada nove vezes seguidas.

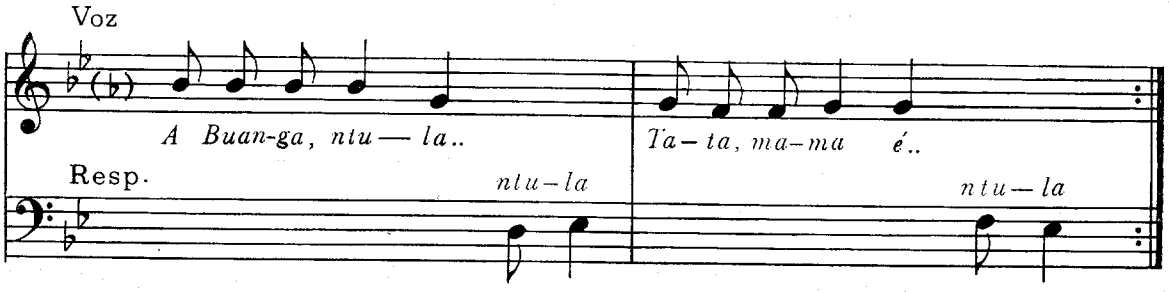
Não pode, já está dito, colocar os pés directamente no chão.

Ou toma uns chinelos (actualmente, pois outrora, dizem, usavam uma espécie de tamancos feitos de madeira) ou são levadas às costas de outrem.

As raparigas quando voltam da água chamam a mãe, o pai e família da donzela para que as ajudem a descarregar as *sangas* — potes — da água.

E chamam cantando:

A Buanga... ntula...
A Tata... ntula...
A Mama... ntula...

Ó *Buanga*... tira,
Ó pai... tira...
Ó mãe... tira...

A família vem e dá-lhes qualquer coisa em reconhecimento do trabalho que estão a prestar.

O pai deverá, em sinal de alegria, dar um ou dois tiros de espingarda. Se assim não faz, não deixarão de cantar:

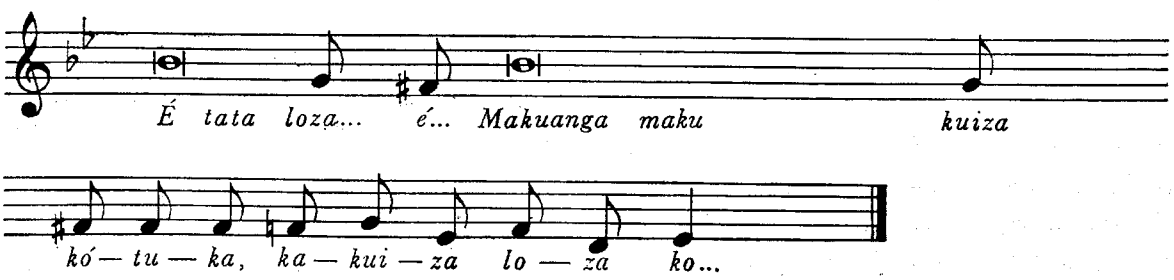
Tata, loza... é: kakuiza loza ko?
Minu teka mena nlengia uiza loza ko?
Minu teka mena minkondo?

Pai, dispara... é: não vens dar tiros?
Esperas que me nasçam os cabelos para atirares?
Esperas que me nasçam (cresçam) as unhas?

Se só dá um tiro não deixarão de o arremedar, cantando:

Makuanga maku uiza kótuka?
Kakuiza loza ko!

Vens espantar os teus *makuanga* (espécie de pardais)?
Não vens dar tiros (não vens fazer a festa de tua filha, não)!



Começa, depois, uma vida mais ou menos sempre igual de lavagens e pinturas na *Nzo Kualama*.

À noite, com danças mais frequentes, há mais animação na aldeia. Os pais fazem gastos procurando receber bem os que são da família ou amigos e mesmo aqueles que, a pretexto da festa da filha, vem tomar alguma coisa e aumentar o número dos convivas.

A gente mais nova, rapazes, fazem diligências para entrar na casa onde se encontra a rapariga.

Nessa altura, em geral, o pretendente tem de dar à noiva um espelho, um prato, faca, garfo, bacia etc. coisas que, desde já, ela pode usar.

Às vezes, em certas ocasiões e certos clãs, os rapazes podem entrar na *Nzo Kualama* para brincar, menos o pretendente. Mas, na hora da brincadeira, este mandará para lá um rapaz de sua confiança para evitar que algum se dê ao desporto de ser demasiadamente galante ou atrevido para com o *kikumbi*.

Nos clãs onde se permite que o noivo entre, a rapariga será sempre avisada quando ele vai entrar para que ela, e bem a tempo, esconda o rosto rebaixo do pano. Tendo ele entrado, ela não falará.

É absolutamente proibido que o noivo oiça a voz da noiva.

A rapariga, sempre vestida e pintada de vermelho, o vermelho da *tukula*, fica, por vezes, irreconhecível.

Não sai fora.

Tendo necessidade de sair para satisfazer alguma necessidade, avisa-se em voz alta e quase cantada:

Konga lunena... nena,
Babakala... banza,
Bakiento... maleso!

Um grupo vai... (entre o milho),
Os homens (limpam-se) com *banza*,
As mulheres, com lenços!

E quando regressam:

Mafumina kunena:
Ndoko teliá.

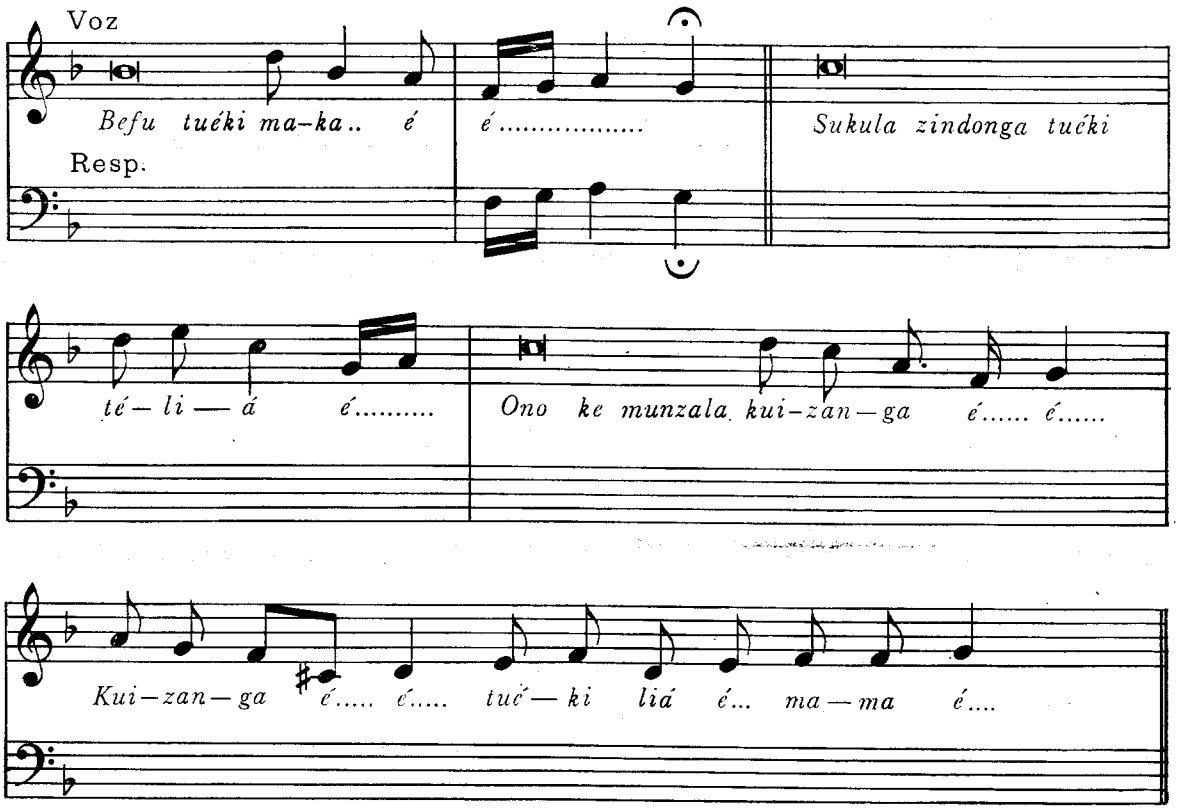
Voltamos (de entre o milho!):
E (agora) vamos comer!

E, de facto, anunciam, cantando, quando vão comer:

Befu tuéki maka... éié!
Sukula zindonga, tueki teliá...

Nós vamos subir (para comer)!
Lava os pratos que vamos comer

*Ono ke munzala... **kuizanga!***
Tuéki liá... tuéki liá...

Quem tem fome... que venha!
Nós vamos comer... nós vamos comer...

A rapariga come sòzinha e antes das companheiras.
Come sentada em cima da cama e com as pernas cruzadas, à Buda...
Durante a noite a casa está pràticamente sempre iluminada.

Se outrora usavam resinas como iluminação (p. ex. tochas feitas com a resina de *Safukala — Pachylobus pubescens*, Vermoes), hoje têm candieiros de petróleo.

Se o petróleo falta, as raparigas que tomam conta da *kikumbi — bananga kikumbi* — fecham-na na casa e vão pedir o petróleo.

E pedem-no nos termos seguintes:

léié... tulueka, tulueka...
léié... befu bileze bikumbi tulueka...

léié... nós cortámo-nos, nós cortámo-nos (dizem assim para chamarem mais a atenção).
léié... nós, as «criadas» da *kikumbi*, cortámo-nos (ferimo-nos).

Fig. C 35 — E começa a pintadela...

Fig. C 36 — Daqui a pouco quase não se reconhece quem é

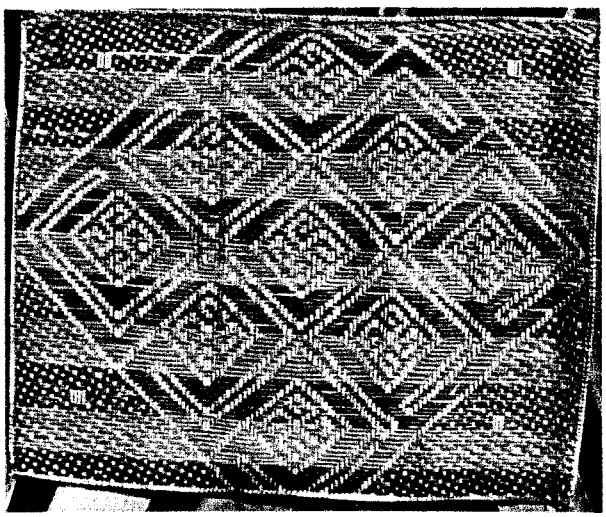


Fig. C 37 — Uma esteira da **Casa da Tinta (Ngolo Zinona)**

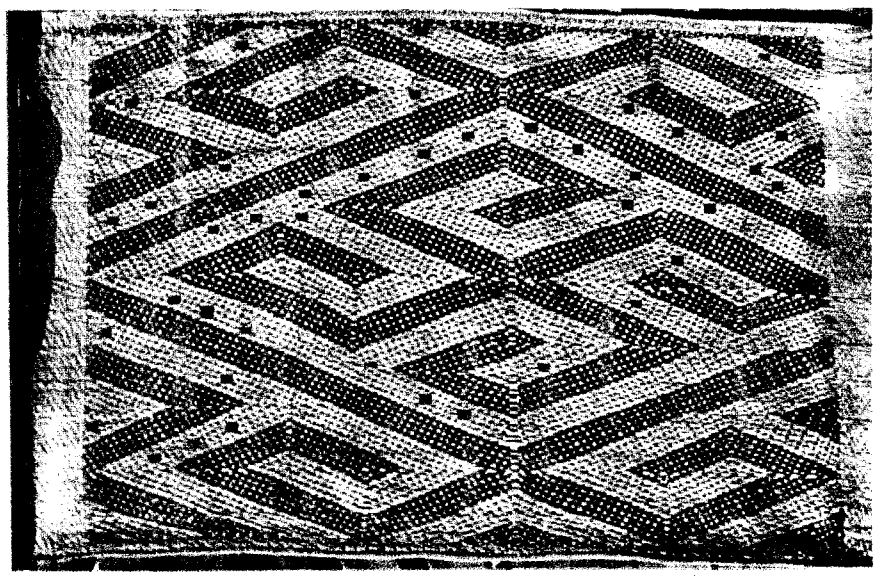
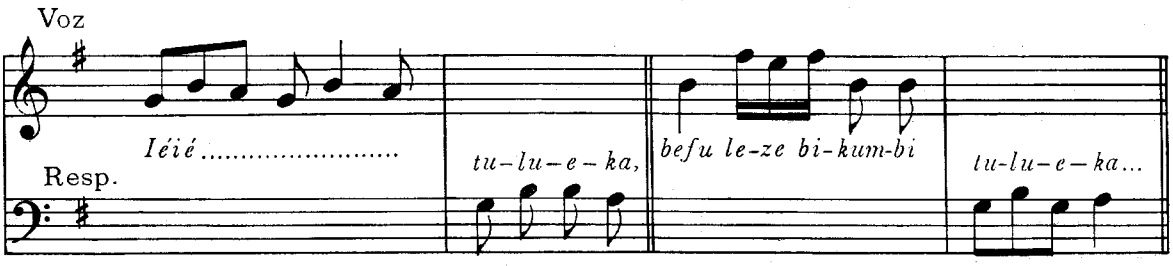


Fig. C 38 — Outra esteira (**Loba e Nkandi vuila**)

Fig. P 30 — Duas jovens na idade da puberdade

Fig. P 31 — Uma das de cima vestindo bem à europeia

Komba nganda,
Viviokila bileze bikumbi...

Varre fora (o terreiro)
Onde vão passar as «criadas» da *kikumbi.*

Tuala pitrólé... kambua...
Tuala fósfro... kambua...

Dá cá petróleo... falta.
Dá cá fósforos... faltam...

E, desta forma, se vão passando os dias na *NZO KUALAMA.*
Ordinàriamente a rapariga nunca passará menos de um mês na «*Casa das Tintas*».

Há na *NZO KUALAMA* uma cerimónia, que ainda não mencionamos, e que é, por assim dizer, a razão de ser desta festa.

Em substância, a cerimónia é comum a todos os clãs.

Não chegamos a saber se tem dia rigorosamente marcado — se no primeiro dia, se ao meio do tempo ou se nos fins dos dias que a *kikumbi* passa na *Nzo kualama* — para essa cerimónia.

A mãe da rapariga entrega à mulher que foi escolhida para «mestra de cerimónias» e que, como sabemos, deverá ter ainda vivo o seu primeiro filho, 9 (nove) grãos de dendém. A mulher que pinta a *kikumbi* pela primeira vez também terá uma panela em que foram colocados nove pequenos montitos de *tukula.*

Os grãos de dendém são misturados na panela onde se colocaram os nove montitos de *tukula.*

A mulher chama um garotito antecipadamente escolhido. Estende uma esteira nova onde se senta a *kikumbi* bem como o pequeno.

A rapariga está, pois, sentada. Esse pequenito é, *por três vezes*, posto e tirado pela tal mulher em cima das coxas da rapariga, ficando os dois — a *kikumbi* e o pequenito — face a face, de frente.

É isto o *Kusumuna kina* (china) ou *Kusumuna nlongo* — levantar a proibição, o tornar lícito.

A partir desta cerimónia a rapariga já podia rir e brincar.

Por isso julgamos que tem lugar logo nos primeiros dias.

Pode rir e brincar até ao dia em que a levam para o rio para acabar com tudo num banho, antes do casamento.

Mas no último dia, na despedida, voltará a lutar e a chorar.

A cerimónia do *Kusumuna kina* tem por fim permitir à rapariga, daí para o futuro — e sem cometer falta contra o *Nkisi-Nsi* ou contra as leis de *Lusunzi* — o coabitar matrimonialmente... ***passados os dias das cerimónias na Nzo Kualama.***

Contudo, já mais próximo de nós, a cerimónia essencial deve estar resumida no acto da rapariga se pintar com *tukula.* Esta pintadela, mesmo breve e sumária, tornou-se certamente a cerimónia essencial da NZO KUALAMA.

Esta afirmação a baseamos no seguinte: as raparigas internas das Missões das Irmãs Missionárias, saindo do internato para a Igreja, onde vão casar religiosamente, passam sem o tempo e cerimónias da *Nzo Kualama.* Mas não dispensam uma pintadela de *tukula,* de fugida que seja, na tarde do dia do casamento antes de seguirem ou, melhor dito, antes de serem levadas, à noitinha, para casa do marido.

Nenhuma rapariga, pois, terá a primeira noite de núpcias sem ter sido pintada. Será por pouco tempo, uma ou duas horas e até nem tanto poderá ser, por vezes. Nesta pintadela, para algumas, se resumirá agora a cerimónia principal da *Nzo Kualama* que lhe permitirá, de futuro, ter vida matrimonial.

A partir da cerimónia do *Kusumuna kina,* conforme a descrevemos acima e que é do ritual comum... ou resumida na pintadela de *tukula,* a *kikumbi* é livre para tomar estado — casar ou, simplesmente, passar à vida livre...

Mas não se esqueça de que esta permissão lhe é ***concedida por essa cerimónia, mas acabando os dias da festa da Nzo Kualama.***

Já dissemos que na mesma casa onde fica a *kikumbi,* em esteiras colocadas no chão, vão amigas lá pernoitar.

Há quem afirme que com estas donzelas os rapazes têm ou podem ter certas liberdades...

No Maiombe ex-belga e português chegam a afirmar que não há crime se as raparigas ficam grávidas, quer tenham ou não passado pela «Casa da Tinta» (mas só durante estes dias em que fazem companhia à *kikumbi*).

Em Kakongo, Ngoio, Ndinge, Nzobe há crime.

Nesse mesmo dia da cerimónia do *Kusumuna kina* o pequeno pode ir embora. Mas não deixa de ser muitíssimo comum encontrar-se sempre na «*Casa da Tinta*», a fazer companhia à *Kikumbi,* uma rapariga e um pequenito. E, ou por brincadeira ou por fazer parte do cerimonial, o pequenito está quase sempre pintado de *tukula.*

Quando a rapariga vai para a *Nzo Kualama* já tem, em regra, pretendente. Será ele quem corre com algumas despesas, sobretudo vestuário e alimentação da rapariga.

Outras vezes, não raras, é na «Casa da Tinta» que a rapariga acabará por arranjar namorado ou o futuro marido. São estas que mais tempo ficarão na *Nzo Kualama,* pois, sempre levará mais tempo a arranjar pretendente e este a conseguir o mínimo necessário para o alambamento e para levar a rapariga como sua mulher.

Uma coisa é certa:

Da *Nzo Kualama* a rapariga sai ou para o casamento, quer natural quer religioso, ou para a vida de concubinato ou de meretriz. A rapariga não poderá ter vida sexual sem passar pela *Nzo Kualama.*

Na véspera da saída, durante toda a noite — esta véspera é, quase sempre, a do casamento — a *kikumbi* com as amigas passa o tempo a chorar e a despedir-se das companheiras dos tempos alegres e desafogados da infância. Amanhã será casada. Será uma nova vida que não conhece mas que sabe ser de muito mais trabalhos e preocupações.

Por isso, nessa altura e nessa última noite de solteira passada na Nzo kualama, os cânticos são verdadeiramente tristes e de muita amargura. Não há fixão. Assitimos a uma dessas noites.

Na sua cama de *Kikumbi*, onde se foram diàriamente acumulando as esteiras e o pó de *tukula*, ela passa, em elegia bem triste e sentida, toda a sua vida. Está na cama e de rosto voltado para a parede.

Para tornar mais doloroso o momento, em resposta, também as companheiras lhe lembram todas as horas passadas de felicidade e despreocupações.

Passou o tempo da *Nzo Kualama*. O noivo já deu o *nlandulu kikumbi*. É dele agora. Vai amanhã ser casada.

Adeus tempo alegre e de folguedo!...

Mais de vinte e oito anos são passados a estudar e a procurar dados sobre este assunto da *Casa da Tinta*.

Muita coisa nos terá escapado além de termos esbarrado com opiniões e afirmações contraditórias sobre o cerimonial e costumes da *Casa da Tinta*.

Um desses pontos é o seguinte:

Há ou não há na *Nzo Kualama* uma iniciação efectiva da vida sexual?

Há quem tal admita e tal afirme. Já nos asseveraram que, durante a noite, a mulher que tem por missão tomar conta da rapariga vai chamar um rapaz (que a família da rapariga desconhece e desconhecerá) para que venha ficar com a *kikumbi*.

Mas esta afirmação de que na *Nzo Kualama* se dá a iniciação prática da vida sexual só a ouvimos a pessoas do sexo masculino.

Que não, *que nunca*, é a afirmação feita por todas as mulheres.

E são estas que passam pela *Nzo Kualama!*

E é esta afirmação, na verdade, que temos de tomar em conta uma vez que é comprovada por tudo quanto se passa na *Casa da Tinta*.

A *Nzo Kualama*, como vimos, é a casa onde a *kikumbi* vai seguir todo o cerimonial que lhe permitirá — *depois* — ter vida de casada.

A cerimónia do *Kusumuna kina* tem esse fim: dizer-lhe que, *depois de acabados os dias da Nzo Kualama* (repetimos, depois de acabados, e não antes, nem nesses dias) é livre para tomar ou não a vida de casada ou mesmo a vida de meretriz.

A *kikumbi* é rodeada de todas as cautelas e há mesmo castigos e multas para quem pretender abusar.

Sem autorização, ninguém do sexo masculino lá pode entrar.

Está sujeita a uma multa toda a pessoa do sexo masculino que tocar, só que seja, na cama da *kikumbi*.

Em Cabinda, a rapariga guardava ao lado da cama, durante os dias da cerimónia — portanto, durante todo o tempo que se encontra na «Casa da Tinta» — uma campainha, um pau ou um chicote e um garfo. A campainha era para chamar as pessoas e denunciar o intruso; o pau e chicote e até o garfo para, podendo, fazer justiça por suas próprias mãos.

Por outro lado, sabemos que com a rapariga, durante a noite — e durante o dia também nunca está só — ficam várias companheiras.

Na cerimónia do *Kusumuna kina, Kusumuna nlongo*, não se pode admitir iniciação prática, efectiva, com o pequenito. É cerimónia, simplesmente, que dá a *kikumbi* o direito de usar da vida matrimonial, *passados os dias da Nzo Kualama*.

Há ainda outros factos que provam esta afirmação.

Era costume — e ainda hoje se faz, por vezes e não raras, em terras de Ngoio e Kakongo — a família da rapariga, na manhã a seguir à primeira noite de casados, ir verificar

se há sinais que mostrem ter havido rompimento de himen para prova da integridade da rapariga...

Se as raparigas, bem batidas por vezes, chegam a levar, nestes tempos, mercurio-cromo para enganarem os incautos e pretenderem passar por virgens!

Se até chegam a ter coragem para se cortarem!...

Além disso, conforme os clãs, os neo-casados, na primeira noite, tem junto ao leito duas garrafas de vinho do Porto, ou uma de bagaceira, ou duas de água, sendo uma cheia e outra pelo meio.

No caso das garrafas do vinho do Porto: caso fiquem no quarto, entende-se que o rapaz encontrou virgem a esposa.

No caso da garrafa de bagaceira: ou a deixa por abrir, e é sinal de que a noiva estava intacta; ou a abre e bebe um pouco, e é sinal de que a não encontrou virgem.

Com as garrafas de água: lava-se com a garrafa cheia, no caso de a noiva estar virgem; com a meia garrafa se a encontrar violada, se é sòmente... meia mulher!

Um fim lucrativo existe neste «ritual», além de nos provar que não é na *Nzo Kualama* que se dá a iniciação efectiva e prática da vida sexual.

Este fim lucrativo é a favor do noivo. É que se a rapariga não estiver virgem ele tem direito a exigir redução, mesmo até à metade, do alambamento e, chegando a saber quem foi o violador — e não deixará de saber quem foi — carregá-lo-á de bem pesada multa.

Há regiões, diz o P. João Vissers, onde a «*Casa da Tinta*» se torna foco de imoralidade. Noutras, ao contrário.

Há um ditado que existe em todos os clãs, ainda que com aplicação diferente, segundo a opinião que fazem da *Nzo Kualama.*

Esse ditado é: *Ikumbi nzau* — a *kikumbi* é um elefante, é como um elefante.

Querendo levar para a imoralidade, dar-se-á a explicação seguinte: o Nzau, elefante, não é tabú para ninguém. Igualmente a *Kikumbi.* Não deixa de ser muito forçada a ilação.

Em contrapartida, chamam à mulher casada *nhoka* — serpente, sendo animal que nem todos podem comer.

No outro sentido, mais verdadeiro, mais moral e mais digno, chamando Nzau à *kikumbi,* quer-se afirmar o seguinte: o elefante é tamanho e tão importante que, quando se abate um, a notícia espalha-se por toda a parte e a carne abunda tanto que todos podem receber um bocado.

Kikumbi, Nzau! Sim. A *kikumbi,* a festa da *kikumbi,* é como se se matasse um elefante. A festa é grande. Há abundância de dança, de carne, de bebida que chega para todos. Há muita e muita brincadeira.

Mas, mesmo assim, os factos provam que a iniciação efectiva da vida de casados não se faz na *Nzo Kualama.*

O fim da «*Casa da Tinta*» é, de facto, o levantar a proibição de uniões sexuais e permitir, portanto, a vida de casados. Mas isto só depois de acabados todos os dias da cerimónia na *Nzo Kualama.*

Temos de concordar que, dentro da lei e ordem natural, muitos benefícios se devem à instituição da *Casa da Tinta.*

Com ela afastaram-se muitas misérias e conservou-se a raça mais sã e mais forte.

Este costume é, como temos repetido, uma das leis de *Lusunzi* ou de *Luamba,* tudo integrado nas obrigações impostas pelo *Nkisi-Nsi* e sob a vigilância do *Ntoma-Nsi* e dos *Zindunga.*

Esta crença e sujeição existe ainda, pelo menos, no subconsciente das gentes de Kakongo e Ngoio.

Escrevia-nos um dia o P. João Vissers, quando lhe mandamos este estudo sobre a «Casa da Tinta»: «Ando pelos povos de cá cheios de porcaria, prostituição e infidelidade. Acredito de cada vez mais no valor moral das cerimónias da *Nzo Kualama* ou *Nzo Kumbi*».

Uma rapariga nunca — ou raríssimas vezes — tinha relações sexuais antes de passar pela «*Casa da Tinta*», portanto, antes de ser verdadeiramente mulher.

Era para não se degradarem, por espírito de pureza, por virtude ou dignidade pessoal? Cremos bem que não. Conservavam-se íntegras até essa data porque era uma lei grave do clã e os castigos aplicados aos infractores eram tais que arrefeciam todos os maus instintos e refreavam todos os apetites...

Maiema — falecido em 1904 — o terror do Maiombe, chegava a condenar os culpados a serem comidos pelo *selengo* (*Anomma Arcens*, West), o Kisonde do Sul, formiga carniceira, que anda em cordões de milhões e que em poucas horas deixa uma pessoa só com o esqueleto se se não puder defender, tendo as mãos e pés presos.

E assim fazia, por vezes, o Maiema.

Os Bauoio e Bakongo condenavam os infractores à dança *Mbumba Mbítika.* Ainda em 1941 e depois em 1950, no Povo Grande — Cabinda, houve essa dança. Os culpados dançavam nús, ou coberto o sexo com *lubongo lufula*, e, ao ritmo do canto e dança, eram castigados e fustigados por toda a assistência.

Em Presvost se pode ler: «Uma donzela que se deixa seduzir antes do casamento deve aparecer na corte com o amante e declarar a falta e pedir perdão ao rei. Esta absolvição não tem nada de humilhante; mas é tão necessária que temer-se-ia que o país ficasse condenado a uma eterna seca, se alguma rapariga que tivesse cometido essa falta não se submetesse à lei.»

Mas, este «antes do casamento» deve entender-se por antes da cerimónia do *Kualama.*

Tudo isto, pois, para quê?

Para que a mulher tenha a sua vida sexual, matrimonial, sòmente depois de ter passado pelas cerimónias da *NZO KUALAMA.* (Cf. Figs. P 30, P 31 e C 30 a C 36)

Mais algumas letras de cânticos da *Nzo Kumbi* ou *Nzo Kualama.*

Em muitos deles, mesmo já dos mencionados, não deixa de aparecer certa malícia, mesmo que escondida e, por vezes, muito subtil.

É... é... é... é...
Mabene nkiento izanu tulala,
Mabikila mama,
Éié... éié... mama... éié...

É... é... é... é...
Vinde dormir nos seios da mulher,
Nos que deixou a mãe,
Éié... éié... mãe... éié...

Mama nkula va nzo andi,
Ina katunga,
Bakuela bakuangilanga,
Ibila mulamba.

A palavra e música dos cantos foram tomadas connosco pelo P. Martinho de Campos. Temos de agradecer ao P. J. Vissers algumas achegas para este estudo.

A mãe expulsou (a filha) de sua casa,
Da casa que ajudou a construir,
As mulheres casadas discutem,
Por causa do cozinhar...

Bakuela bamenombe mioko,
Kani ibila mulamba...

As mulheres casadas têm as mãos negras,
Por causa do cozinhar...

Nengumuna, nengumuna ndelu... é
Nengumuna, nengumuna, ba mama...

Está a descer, está a descer e a escorregar... é...
Está a descer, está a escorregar, ó mãe...

Lukula ke ndelu... é...
A Luangu ke ndelu... é...

O *Lukula* escorrega... é...
O *Luangu* escorrega... é...

(*Lukula* e *Luango*, sendo nomes de rios, estão por nomes de pessoas).

A bindika, á bindika...
Mama ka kabanga ko...

Fecha, fecha...
Que a mãe não reparte nada...

Tu, tu, tu... a binduka...
Tu, tu, tu... a binduka...

Tu, tu, tu... abre...
Tu, tu, tu... abre...

Bimuaia... bikandama...
Kandula biau.

Solteiras... ou casadas...
Recolhe-as (toma-as, anda com elas)...

Ndula isueko kinene...
Bakambua tina vana ianga...

O *Nduda* é um grande lugar para esconder...
Não fugiu da lagoa...

Nduda é um a sepécie de amuleto, com pano de zuarte, em que se metiam cabelos, unhas, cuspe... (o cabelo era o da frente da testa) pólvora, folhas, etc., etc.

Penduravam esse amuleto no quarto, contra os malfeitores e espíritos do outro mundo...

Mas este *Nduda* da cantiga é preciso que se entenda!...

Paulina Nlandu,
Taba muana ukamba liata.

Paulina Nlandu (nome de pessoa),
Não tires o miudo da mama, enquanto não caminhar...

Vio-vio nlele biteka...
Taba muana ukamba liata...

Andam como pano enfeitado de flores (a mostrarem-se)
Não tires o filho do seio, enquanto não caminhar...

★

AS ESTEIRAS NA *CASA DA TINTA.*

Temos de admitir esteiras com provérbios e sem eles.

As que encerram provérbios — *Zinkuala zibuinu* — revestem, por vezes e conforme os bens e categoria da família da *Kikumbi*, as paredes da casa ou quarto onde ela está.

As outras são colocadas, espalhadas pelo chão e, sobretudo, na cama da rapariga. (*Kiteva* ou *Nkuala*).

Por princípio, cada vez que a rapariga é pintada, de manhã, é-lhe colocada na cama — e é sentada na cama que a pintam — uma esteira.

Admite-se, pois, com facilidade, que chegue ao fim dos dias de estadia na *Nzo Kualama* com um verdadeiro colchão de esteiras.

Vamos dar alguns provérbios que podem aparecer nessas esteiras e com a aplicação à *kikumbi* e à sua futura condição de esposa.

Notemos, desde já, que todas essas esteiras ficam a fazer parte do património da rapariga.

1 — *Finga ngo mu lutambi.*

Falar mal do leopardo nas pègadas (na ausência).

Não deve ser assim. Deves dizer directamente ao teu marido o que tens e pensas.

2 — *Nkuvu uinátina muanz'andi.*

A tartaruga leva consigo o tecto.

Assim, a mulher deve andar com seu marido e vice-versa.

3 — *Ngongolo nombe ka futamena:*
Liambu.

O milpede negro que se enrosca:
Questão (houve motivo para isso).

Se a mulher deixa a casa do marido, se ela não está contente, é que houve algum motivo para isso.

4 — *Nkomba nganda:*
Kakuiza zinfumu.

Varre o terreiro (em frente à casa):
Que vem aí o chefe.

A mulher deve ser cuidadosa, limpa e asseada.

5 — *Ntumbuluila:*
Minu ienda kuami.

Desengana-me:
e eu vou-me embora.

É preciso usar de franqueza.

6 — *Ndenina kuaku:*
Minu veka iza tákana.

Defeca sobre mim:
Fui eu quem veio ter contigo.

A mulher deve sujeitar-se ao seu marido.

7 — *Ubá nkandi vuila:*
Ka mpapa nkandi libólila mu maiala.

Sê como coconote inteiro, integro:
Que muitos coconotes apodrecem na lixeira (por não estarem inteiros).

A rapariga, como o bom coconote que tem sempre compra, deve estar «inteira» e ir *kikumbi* para o seu marido.

8 — *Likova likanga Nzambi:*
Muntu limonho podi kútula ko.

Nó que Deus dá:
O homem não o pode desamarrar...

O casamento é nó dado por Deus. Quando casou, casou mesmo.

9 — *Bókuta (sonsa), ólio like mu nhitu aku:*
Monti kani lingana, ueki lósuka.

Cochichas, o que está no teu corpo (o que toca por ti mesmo):
Contudo, se se trata dos outros, falas alto.

Devemos ser leais e honestos, francos.
Até devemos calar os defeitos dos outros, especialmente os do marido.

10 — *Va lembua Nzambi:*
Zitika.

O que Deus deixou determinado
Acabou (está determinado de vez).

Nem a mulher nem ninguém pode ou deve ir contra o que Deus ordena.

11 — *Ngolo zinona:*
Kina bavondela.

A força das formigas:
(Está) na dos que mataram (está na força dos que mataram qualquer ser vivo e de que elas se aproveitaram).

A verdadeira mulher de casa vive do seu trabalho e não espera viver à custa alheia.

12 — *Nsansa luandu:*
Uibolila mu luvúkulu.

Esteira velha:
Está a apodrecer atrás da casa...

A rapariga não deve ficar solteirona, posta de lado como esteira velha.

13 — *Makuela m'intete - tete:*
Podi síkama va nzo nuni ko.

Casamento de cestinho:
Não é casamento.

A rapariga deve casar-se, mas não para andar de cesto à cabeça de um para outro lado.

14 — *Ibakana muna nsinga:*
Butukuila buá ikambua.

Foi apanhado na corda:
Não pode ser desamarrado.

O casamento também é uma espécie de prisão. A donzela deve saber disso e para isso deve estar preparada.

As esteiras, cujas fotografias apresentamos, Fig. C 37 e Fig. C 38, têm as significações seguintes:

1.ª — Tem o nome de *Maviongo manona* — o desenho das formigas.
Ngolo zinona:
Kina bavondela.

A força das formigas:
(Está) na dos que mataram (está na força dos que mataram qualquer ser vivo e de que elas se aproveitam).

Não deve ser assim na vida. E a mulher que vai casar não é para viver à custa alheia. Deve trabalhar para si e para os seus.

2.ª — *Maviongo maloba* — Desenho da filária (que se mete por toda a parte, no corpo das pessoas, e que só faz mal e provoca dores).

A mulher não deve ser intrometida.
Os pontos escuros que se notam no entrelaçado da esteira representam coconote. E tem o simbolismo seguinte:

Ubá nkandi vuila:
Ka mpapa nkandi libólila mu maiala.

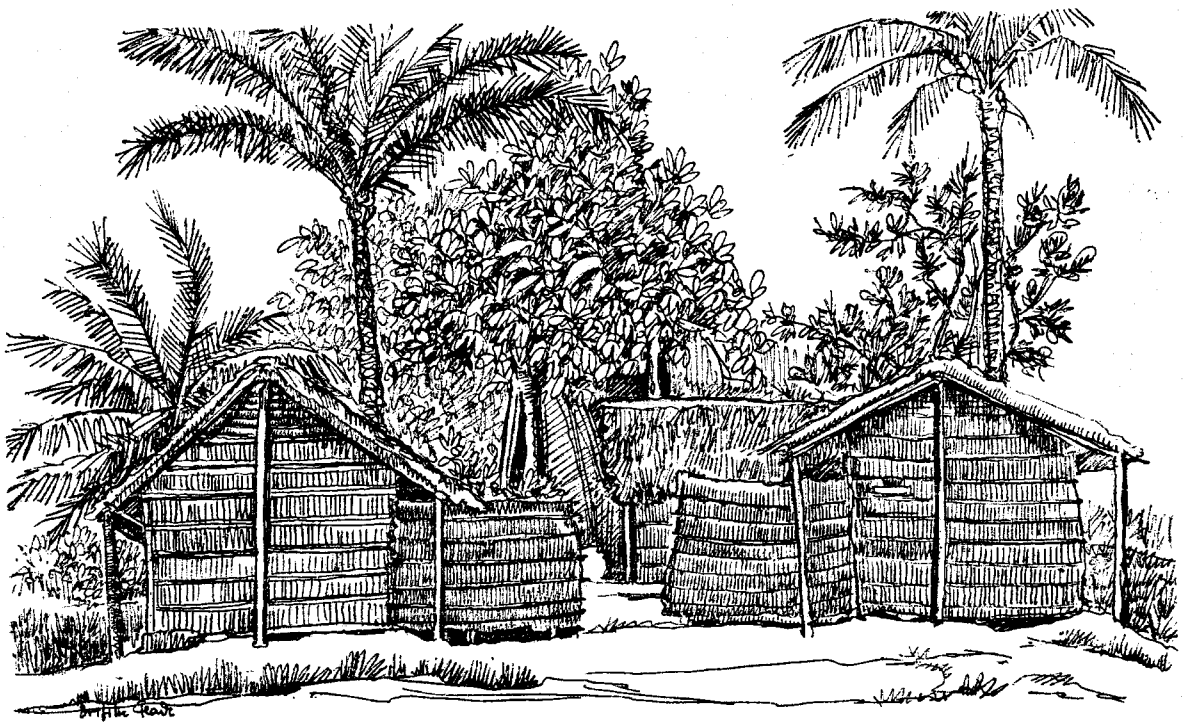
Sê como o coconote inteiro (integro):
Que muitos coconotes apodrecem na lixeira (por não estarem inteiros).

O valor da donzela (à semelhança do valar do coconote, que tem sempre venda quando inteiro) está na sua integridade, virgindade.

O QUE PENSAM E DIZEM E ESPERAM DE UMA DONZELA:

— Seu valor está na virgindade e bom porte.
— Vale a pena lutar, trabalhar pela rapariga intacta.
— Rapariga que perdeu a virgindade é como palmeira caída: todos lhe podem saltar por cima.
— Sem casar é como acha, cavaco abandonado.
— Perdendo a virgindade é como saco de amendoim roto a dar entrada aos ratos...
— Se se porta bem e segundo as leis, não sofre insulto nem vergonhas.
— Deve procurar unir-se em casamento para não andar aos saltos como os macacos...
— Deve ser inteira, intacta, como o bom coconote.
— É coisa sagrada que deve estar «fechada»...
— Pode ser muito bonita mas, se estiver como árvore furada, nada vale.
— Rapariga que vai casar tem de saber trabalhar.
— A festa da rapariga que vai a casar, a todos alegra e dá fartura.
Etc., etc., etc.

(Cf. «*Sabedoria Cabinda*», pág. 510)



Casa típica das terras de Cabinda. O número de casas indica mais a existência de concubinas do que a de muitos filhos

CAPÍTULO XVI

C A S A M E N T O

Se exceptuarmos aquilo que é próprio e exigido para um casamento católico — e note-se que a maioria da população do Enclave de Cabinda é católica — tudo o mais é comum ao casamento natural, casamento clánico.

Não tive conhecimento de qualquer ritual ou formulário próprio do casamento natural.

Já depois de ter sabido que há quem proclame certa formula de consentimento entre os noivos, tendo procurado informar-me, mui seriamente, nas minhas últimas idas a Cabinda, a este respeito, sempre me foi dito nada haver ou ter havido nesse sentido.

Resolve-se, sim, entregar a rapariga ao noivo em tal ou tal dia, que será de festa, de comes e bebes, e o casamento julga-se contraído pelo facto de a rapariga ir para o noivo com o consentimento da família.

O noivo deveria ter dado o *Nlandulu kikumbi*, a última parte do alambamento para que lhe fossem buscar a noiva à *Nzo kualama* e lha levassem para casa.

Há quem admita, e inclinámo-nos para isso também, que o casamento está perfeitamente celebrado *só depois da entrega total* do alambamento estipulado, mesmo que, com o consentimento da família, tenha havido até casamento religioso e a rapariga haja passado a ter vida comum com o noivo.

E daqui se poderão começar a tirar muitas ilações e lições.

Vamos, pois, a particularidades e cerimoniais, mais de uns que de outros clãs. Muitos dos usos e costumes que vamos descrever estão em decadência, especialmente nos meios mais próximos dos europeus e, de um modo muito especial, na cidade de Cabinda.

Depois dos primeiros proclamas na Igreja — ou depois de a noiva entrar na «Casa da Tinta» — o noivo não ouvirá mais uma palavra à sua noiva até que lhe pague, na primeira noite de casamento, o chamado *Zibula munu* — o abrir da boca.

Na véspera do casamento as raparigas da aldeia vão buscar à floresta a maior quantidade de lenha que lhes seja possível. São as amigas, e ainda as mulheres que têm filhas para casar, quem se encarrega deste trabalho da lenha. Dessa lenha gastar-se-á a necessária no dia da festa. A que sobra, e sobra sempre muita, pois, prepositadamente se recolheu muitíssima lenha, será guardada com cuidado para ser gasta no aquecimento da água para os banhos para quando, a que hoje é noiva, venha a ser mãe.

A esta lenha que sobra até se lhe chama *Bisuali bibuemba* — lenha da gravidez.

Depois do 1.º, 2.º, 3.º, etc. parto, a lenha que sobra dos banhos da parturiente não é gasta imediatamente. Guardam-na, pelo menos umas três achas, até que a criança caminhe ou mesmo até ao parto seguinte. Existe a superstição de que se gastarem essa lenha —

Bisuali malu mamuana, a lenha das pernas do filho — a criança não chegará a andar ou difícil e tardiamente o conseguirá.

Na última noite de solteira todas as amigas a vão passar com a noiva. Cantam em tom lamuriento. A noiva, voltada para a parede, vai dizendo adeus a tudo e a todas também em cântico chorado.

Faz passar no canto toda a sua vida desde pequenina, trazendo as recordações mais saudosas. As amigas também lhe lembram os dias passados em conjunto, os trabalhos, as brincadeiras, as alegrias e tristezas.

Cansadas, lá para a madrugada, acabam por adormecer.

Assistimos uma noite a uma despedida destas. É verdadeiramente impressionante. Dir-se-ia que choravam alguém que nunca mais veriam...

De manhãzinha, a noiva com as amigas vai ao rio ou lagoa mais próxima lavar-se cuidadosamente. É ajudada pelas companheiras. Pode adivinhar-se o trabalho que dará esta limpeza, lembrando-nos de que, pelo menos durante um mês, se lavou e pintou, diàriamente e até várias vezes ao dia, com *tukula* misturada com água e algum óleo de palma!

Porque descansou, comeu melhor, limpou a pele com a *tukula* de todas as pequenas arranhadelas, impigens e «sarnices», tem agora uma cor mais bronzeada, está mais gorda e de pele mais sedosa.

Aparentemente o dia do casamento é, para a noiva, o dia mais triste de sua vida. Não fala para ninguém. Nada diz. Não responde seja a quem for. O seu rosto traduz sòmente tristeza e de seus olhos correm, por vezes, lágrimas. (Cf. Fig. P 27, P 28, P 29).

É assim. Tem que ser assim. Não deve mostrar que sente alegria em deixar a família. Tem que deixar os seus para se juntar ao marido. Mas terá que mostrar — mesmo que no íntimo possa estar satisfeita — que é cruz, trabalho,dificuldades e freimas o que vai buscar no casamento. Necessário se torna mostrar que tem profunda pena em deixar os seus.

Na verdade nunca chegamos a saber qual a noiva que se casa por prazer e satisfação. Parece trazer a tristeza presa a todo o seu ser. É mais máscara de dor do que outra coisa.

Não se lhe vê um olhar terno para o noivo, não se nota uma manifestação de carinho e amor. Não há um abraço, um beijo.

Mas esta falta de manifestações externas de carinho e amor (mesmo da parte do noivo) deve levar-se, antes, à conta de um culto de modéstia e recato. As manifestações de carinho, afecto, amor (v. g. carícias, abraços, beijos...) jamais as terão à luz do sol e na presença de pessoas. Neste caso não há defeito. Há virtude.

O amor, o acto de amor é tudo o que a ele leva é sagrado demais para poder ser presenciado por estranhos.

Acabada a cerimónia na Igreja, quase sempre de manhã e casamentos católicos, organiza-se o cortejo.

Os noivos vestiram-se com o melhor que conseguiram ou puderam comprar. Um e outro, na maioria das vezes, lá para o Lukula e interior, levavam capacete, mesmo que fosse de manhãzinha o casamento e antes do sol nascer. Seguiam no cortejo quase sempre debaixo de um guarda-sol. No guarda-sol eram amarrados lenços às pontas. Sinal de festa e de alegria, mas que a noiva não mostra.

Durante o trajecto, primeiro para casa do noivo, vão cantando e até assobiando. A um sinal dado, ordinàriamente uma apitadela, todos param. Uma das raparigas do cortejo, escolhida entre todas, toma um lenço e com ele limpa o rosto e sapatos dos noivos.

Ao mesmo tempo um dos presentes estendia um outro lenço no caminho. Nele os convidados deitam algum dinheiro, que é recolhido pela rapariga que limpou o rosto e sapatos dos noivos. O dinheiro será para ajudar às despesas da festa.

Estas paragens repetiam-se com mais ou menos frequência, conforme a distância, maior ou menor, a que ficava a casa do noivo.

Em casa dele tomam uma pequena refeição onde aparece, ordinàriamente, vinho licoroso e aguardente. Só os esposos e as testemunhas tomam parte nesta frugal refeição.

Passam a percorrer, depois, as casas das pessoas de família, dos chefes, dos amigos. Recebem ou tomam qualquer coisa em casa deste ou daquele. Os mais velhos não deixam de lhes dar conselhos e de lhes fazer recomendações. Vai-se cantando, parando, comendo e bebendo, se lhe oferecem. A noiva nada toma.

Terminada esta volta, o noivo, com os amigos que desde a igreja o acompanham, leva a esposa a casa da sogra. A noiva ali fica enquanto o noivo se vai entregar à sua alegria juntamente com os amigos. Comem e bebem.

Entretanto vai-se preparando tudo para a boda, a começar ao princípio da tarde. A família do noivo cozinha para a da noiva. A desta, para a do noivo.

Como têm de ser muitas as panelas, cavam uma espécie de pequena vala onde as assentam fazendo, depois, o fogo por baixo.

Todos à mesa, trazem as mulheres a comida. As panelas vêm em *mutetes* — espécie de cestos feitos com ramos de palmeira — mas as mulheres trazem-nos sem rodilha. Esta falta significa sofrimento, trabalho e, portanto, que merecem paga. Seguem em fila, encabeçada pelas mais velhas.

Se o noivo nada lhes der — mas não é fácil que isso aconteça — não deixarão a comida.

A noiva assiste ao banquete mas não come. Era sempre assim.

Mantém a mesma cara de tristeza que se viu de manhã.

Tem o capacete puxado para a frente dos olhos ou o pano que faz de véu.

Contudo, de todas as qualidades de comida, guarda-se-lhe uma parte. Comerá depois no quarto, em casa da mãe, para onde voltará no fim da boda até à hora em que a irão buscar para a levarem para casa do marido.

Lá para o meio do banquete é trazido ao noivo um prato em que aparece coconote, *saka-folha* sem óleo de palma e um pouco de mandioca crua. Tem um significado esta oferta. Servirá para indicar ao noivo que, quando um dia a esposa lhe entregar sòmente daquilo para comer, (é a família da noiva quem apresenta este prato), ele terá que concluir que nada mais há em casa que se coma!

Não é, porém, o noivo quem come ou simula comer deste prato nesta altura do banquete de casamento. É algum dos irmãos do noivo ou alguém chegado de sua família.

Com este prato a família da noiva entrega um *luandu* — esteira de papiros — e uma outra esteira fina — *kiteva*. O irmão do noivo senta-se na esteira, que é colocada sobre o *luandu*. Fingirá que come. Guardará, em seguida, o *luandu* e a esteira.

A esta cerimónia se chama o *Nsaka-makanza-bala*.

Em algumas partes a noiva nem assiste à boda. Mesmo que assista, como dissemos, não comerá (ou não comia, uma vez que certos destes usos estão a desaparecer).

Em certos clãs, no dia do casamento, além das bodas nupciais, há um prato reservado aos cônjuges. O marido será o primeiro a comer dele; depois a mulher. Mas se ambos comem do mesmo prato e da mesma comida não é na mesma ocasião. O esposo come em sua própria casa e o prato, com a comida que ele deixa, é levado para casa da mãe da esposa ou para outra casa onde a esposa esteja. Esta, então, comerá sem mostrar repugnância pois, se o fizesse, daria mostras de que não gostava do marido.

A isto chamam o *Tambuziana itata*, que traduzem por: receber a saliva um do outro.

Chamam também *Tambuziana itata* quando pessoas desavindas fazem as pazes e, depois, bebem da mesma garrafa ou da mesma cabaça.

Em tempos passados, mas ainda do nosso tempo, sobre as panelas da comida levavam os testos antigos repletos de símbolos e conceitos. Eram explicados aos noivos pelos velhos e velhas presentes.

Quase sempre encerravam provérbios a indicar o que deveriam ser um para o outro e como deviam conduzir-se na vida de casados.

Por mais estranho que pareça, a noiva continua sem dar um sorriso! Apresenta-se sempre muito triste, olhos cravados no chão, sem falar, caminhando sempre muito devagar.

A noiva terá ficado em casa da mãe, se não foi à boda, ou para lá volta depois desta ter acabado. Ali fica entregue à sua dor... dor aparente, pelo menos. Mudará de roupa. Está quase todo o tempo de cama e coberta. Fica como que enroscada e com os joelhos perto da boca. Tem saudades dos pais, irmãos e amigas de infância. Mesmo que não sinta esta saudade, terá que a fingir?

Podem fazer-lhe companhia no quarto. Mas não dirigirá a palavra a ninguém. A ninguém responderá.

Enquanto ela demonstra toda esta tristeza, o noivo passa alegremente o tempo com os amigos.

E o tempo vai correndo.

Pelas 9 ou 10 da noite, vêm buscar a noiva para a levarem para casa do marido. O cortejo é formado só por mulheres e raparigas. Os homens não podem tomar parte.

Há quase sempre um luar esplêndido. Coa-se através dos capinzais e das palmeiras e parece vir dar mais solenidade, e até mistério, a esta cerimónia.

A noiva não pode ir por seu pé. Por longo que seja o caminho, *irá levada às costas de uma mulher a quem não haja morrido o seu primeiro filho*. Seria dar pouca sorte à noiva ser conduzida por mulher que não estivesse nestas condições.

É interessante saber que, entre os judeus, era também já ao cair da noite que a noiva era levada, em palanquim, para casa do noivo (Cf. *José, o Silencioso* por M. Gasnier, Colecção Éfeso, pág. 96).

A noiva vai já em roupas interiores mas coberta pelo pano que lhe faz de manto.

Como nos lembramos da noite em que espiamos um destes cortejos!...

Uma das raparigas, ao lado, leva uma esteira. Servirá para a portadora da noiva repousar um pouco, colocando a noiva na esteira. É proibido à noiva poisar directamente os pés na terra.

Nestas exigências em ser levada às costas e em não poder colocar os pés directamente no chão, volte a ver-se o respeito ao Nkisi-Nsi, fonte da fecundidade que habita na terra, da fertilidade dos campos, da fecundidade da mulher.

As mulheres e raparigas do cortejo vão cantando. Os cânticos, no meio do silêncio da noite, ouvem-se nas aldeias mais próximas.

A noiva não diz palavra.

Mesmo que a piquem, que a magoem, que lhe puxem pelas pernas e braços, que lhe dêem beliscões, e tudo isso lhe fazem, nada dirá e tudo suportará. É que tem de começar a provar que é mulher forte, capaz de suportar as dores e trabalhos que a esperam como esposa e mãe.

Ao lado, ainda seguem mais duas pequenas com *luandos* e esteiras para a cama do novo casal.

Se for preciso trocar de portadora, passará das costas de uma para as da outra sem tocar com os pés em terra. E, se não for isto possível, haverá o cuidado de se estender uma esteira para que não toque com os pés no chão.

Quem vai no cortejo não deixa de cantar e até de dançar.

À entrada da aldeia do marido estende-se um dos *luandos* e uma esteira por cima. Ali é depositada a noiva. Encolhe-se o mais que pode e é coberta totalmente com o pano. Não tuge nem muge.

Aparentemente parece estar morta.

Em volta, em esteiras, como que a guardá-la, sentam-se as mulheres e amigas que a acompanharam.

Uma das mulheres que faz parte do cortejo, e que pertence à família da rapariga, começa a chamar, cantando, cada uma das pessoas da família do rapaz. Terão que vir dar o seu óbulo como paga em lhes trazer a noiva. Arriscam-se a ficar sem ela ou a demorar a entrega se lhes não trazem o que querem e desejam.

Se, por ventura, o rapaz ainda não pagou integralmente as coisas do *alambamento* ali, em público, lho deitam à cara.

Do primeiro proclama até ao dia do casamento, deveria ele ter dado à noiva uma bacia, copo, prato, colher, garfo, faca, pente...

Não o tendo feito terá que apresentar tudo isso naquela hora, doutra sorte não lhe entregarão a noiva...

Já dentro da aldeia irão parando e poisando a rapariga, que continua a não falar e nem a dar-se por aborrecida ou fatigada, quantas vezes julgarem necessárias para obrigarem o rapaz e família a cumprir o que é de lei. Por vezes há verdadeiras discussões e quase se chega a vias de facto. A família da rapariga apela para os seus direitos e interesses. A do rapaz, para os dele.

Tudo de acordo, entregue à noiva o que lhe pertence e pago o mata-bicho às portadoras e acompanhantes da noiva, eis que esta, finalmente, chega perto da casa do marido.

O cortejo que presenciamos, tendo começado pelas 9 da noite, para percorrer uma distância de uns 600 a 800 metros até à casa do noivo, terminou perto da meia noite.

Mais uma vez, pela última, mesmo junto à porta da casa do noivo, a noiva é colocada na esteira e *luandu*. Uma mulher da família dela vai ver o quarto e como a cama está arranjada.

E se aquilo não está como devia ser e a rapariga merecia, tudo é dito e espalhado ali diante de todos: porque ela é nova e a cama é velha; que é uma rapariga limpa e a roupa da cama está suja, etc., etc.

De nada se coíbem, nada nem ninguém poupam. Entram mesmo em assuntos bastante íntimos.

E tudo isto feito, ao som de cantares e dançares, a rapariga vai ser introduzida na casa do marido. Mais uma vez lutará, ou fingirá lutar, para não entrar.

Um pouco antes, e à vontade das mulheres da família da noiva, foram colocados os *luandos* e as esteiras e preparada a cama da melhor forma.

Acabará por deixar de fazer resistência, chegando a ficar verdadeiramente cansada, e, finalmente, é colocada e deitada na cama.

Antigamente chegavam a amarrar a rapariga que fosse renitente e não quisesse ir para o marido. Se continuasse nessa recusa, chegava a ser amarrada à cama, de costas para baixo, braços e pernas atadas, ficando estas suficientemente separadas para que o marido pudesse, querendo, usar do seu direito!... Costumes e... tempos...

Fica, depois de colocada na cama, com a noiva uma mulher a quem também não haja morrido o primeiro filho. Prepará-la-á e dar-lhe-á conselhos. Fica com ela até que o marido entre. Sairá imediatamente logo que ele chegue.

Dos conselhos que dava faziam parte os seguintes:

— Na realização do acto matrimonial deve interpelar o marido como filho de sua sogra, nomeando o nome dela e pedir-lhe para que faça as coisas com cuidado, sem forçar e sem pressa e invocando o *Nkisi* das relações sexuais, o *Nkoza-Mangaka*.

Admitindo que a sogra se chama Landu, ela dirá:

Muana Landu, bika kinzi.
Ah! Nkoza-Mangaka...

Filho de Landu, não forces.
Ah! *Nkoza-Mangaka...*

E isto, em princípio, sempre que se tem relações sexuais, que não só da primeira vez.

— O acto matrimonial deveria ser realizado de lado — e ainda hoje o é, quando a gravidez está adiantada. A mulher deitada do lado esquerdo deverá cruzar a perna direita por cima das do marido, colocando o braço direito por cima do ombro esquerdo dele.

— Que seja sempre muito limpa, e que nunca vá para o acto matrimonial sem se ter lavado com cuidado. Toda a limpeza e pureza nesse acto nunca será demasiada.

Eram regras e conselhos de outrora. Ainda os são dados nos tempos de hoje? Dizem-nos que muita coisa está a desaparecer.

O marido, por sua vez, também terá recebido conselhos dos velhos.

Sobre o cortejo da noiva e entrada dos parentes no quarto nupcial, é interessante lembrar o que se passava no Ocidente, na Idade Média, e que nos é narrado por A. Adams em seu livro *Reinado do Amor*, trad. de Augusto Rodrigues, pág. 59.

«No dia do casamento ou do concúbito, como vulgarmente se dizia, os parentes e amigos acompanhavam os noivos, com a maior solenidade, não só à Igreja e ao banquete, mas também aos aposentos nupciais. A cena de «Lohengrin» de Ricardo Wagner é, neste ponto, absolutamente histórica».

Não há semelhanças, contactos entre esta curta narração e a dos casamentos dos clãs do Distrito de Cabinda?

Cremos bem que sim.

A noiva foi entregue e está em casa de seu marido.

Começam a vida de casados.

Ainda nessa noite, caso deseje que a esposa fale com ele — e não se vê porque não — pagar-lhe-á o *Kusumba mbembo* — o comprar a palavra, ou, o que dá o mesmo, o *Zibika munu* — o abrir a boca. E o marido «compra a palavra» à esposa por mais ou menos uns 50$00...

Na primeira noite de casados, nas terras do Distrito de Cabinda e conforme os clãs, como já apontamos no capítulo sobre a «Casa da Tinta», os noivos dormem, tendo junto do leito duas garrafas de vinho do Porto (ou licoroso), ou uma de bagaceira, ou duas de água, sendo uma com água pelo meio e a outra cheia.

Se o noivo deixa as garrafas de vinho do Porto no quarto, é sinal de que encontrou virgem a esposa.

Se abriu a garrafa de bagaceira e dela bebeu um pouco, significará que a noiva não estava intacta.

Se se lava com a garrafa meia de água, a mulher não estava virgem, é meia mulher; se da garrafa cheia, estava intacta.

Afirmaram-me ainda que, por vezes e sobretudo entre os Bauoio, no dia seguinte à primeira noite de casadas, os da família da rapariga iam à cama dos noivos ver se havia qualquer sinal de que ela estava virgem... A possibilidade de uma hemorragia não deve ser posta totalmente de parte.

Confira-se o que fica dito com o que Carlos Lopes Cardoso em *Olumbali do Distrito de Moçâmedes* escreve: [1]

«Dos costumes ligados ao casamento,...../.../ O outro é o de, antes de os noivos se retirarem para consumar o casamento, uma tia estender no leito um pano ou lençol branco. Na manhã seguinte vem verificar se este está ou não manchado de sangue. Em caso afirmativo, aquela mulher leva o lençol à mãe da rapariga, acompanhado de uma garrafa de vinho do Porto por abrir. Em caso negativo, o marido fura com um tição o pano, abre a garrafa do vinho do Porto, bebe parte e faz seguir tudo isto para casa dos sogros.»

Se o noivo encontra a noiva não virgem pode exigir (e exige) abatimento no alambamento, podendo ir até à metade dele. Obriga ainda a mulher a dizer-lhe com quem andou, levando depois o caso para tribunal indígena, onde o violador é sempre condenado a pagar pesada multa e através do qual a família da noiva também recuperará o que teve de descontar ao noivo.

Mas nunca vi que a falta de virgindade fosse causa de separação dos noivos ou pedido de anulação ou declaração de não válido o matrimónio. Conheci, contudo, um caso em que o marido até com um alicate, apertando os dedos da esposa, a obrigou a dizer os nomes dos rapazes com quem andara antes do casamento e depois de já se ter comprometido com ele (pela entrega da parte do alambamento chamada *Mbongo zikunzikila kimigo* — o dinheiro para que se dê a conhecer que a rapariga já tem «amigo», pretendente).

Se a família da noiva não procura saber os resultados, é o noivo quem envia as garrafas, segundo as circunstâncias.

Ao cantar do segundo galo, na madrugada da primeira noite do casamento — e até às oito seguintes — o marido conduz a esposa a casa da sogra. Isto, caso viva na mesma aldeia.

Se lá não viver, escolhe-se uma casa de confiança para onde irá nesses dias.

Esconde-se todo o dia na cama da mãe.Só fala baixinho com as amigas e come furtivamente debaixo do pano. Depois, durante a semana seguinte e até quase a um mês, entra e sai de casa do marido, mas sempre com a cara escondida. Durante este tempo, o mês a seguir ao casamento, fora da casa não pode falar com o marido. Só depois ficará tudo normal. Ao terminar este tempo é uma cunhada quem lhe tira o pano da cabeça e da frente dos olhos.

Puxa-lhe o pano e dá-lhe, mais ou menos, uns 5$00.

Nos primeiros oito dias, quando vai para casa da mãe ou de pessoa de confiança, cada madrugada depois de cantar o segundo galo, à noitinha é, novamente, reconduzida pela mãe ou por essa pessoa de confiança a casa do marido.

Nestes primeiros oito dias é a mãe dela quem cozinha.

Findos eles, na véspera, a mãe da rapariga e alguns membros femininos da família dela, cozinharão pela última vez e dirão à rapariga como proceder no arranjo da casa e na confecção das refeições.

---

[1] Carlos Lopes Cardoso, **Olumbali do Distrito de Moçâmedes,** Luanda, 1966, pág. 21.

A este dia chama-se o *Simbisia makuku* — o segurar os «mukukos», morros da formiga salalé que servem de trempe às panelas.

É o último dia em que a sogra cozinha para o genro e em que ensina mais uma vez a filha.

O genro terá que lhe pagar por ter ensinado a esposa a cozinhar e mais os direitos do *Nkama Mponde*, a paga das dores que teve em dar à luz aquela que agora é sua mulher. Tem ainda de lhe pagar o *Ntútika Nsodu*, o tirar da porcaria, o ensinar à filha como proceder e livrar-se do lixo, dos resíduos que sempre ficam na preparação da comida, as cascas de bananas, pedúnculos das folhas de mandioca, cascas de amendoim, etc., etc. É a esses resíduos que se chama *Nsodu*.

E a sogra lá vai com novos panos, cobertores, dinheiro...

Passará a haver uma certa deferência da sogra para com o genro. A sogra encontrando o genro deverá tomar outro caminho ou, não havendo outro meio, afastar-se para o lado e deixá-lo passar.

Não deverá entregar-lhe nada directamente para a mão. É preferível, caso não haja intermediário, colocar no chão o que tiver para entregar.

No dia seguinte a esposa começa a cozinhar. Pode confeccionar qualquer refeição menos o preparar *saka-folha*, o esparregado de mandioca. Fazer comida tão fraca e tão comum no primeiro dia?

Uma das cunhadas paga-lhe, com dinheiro do marido, está visto, para que ela coloque em tal ou tal lugar os resíduos da lenha, folhas, cascas, etc., etc. o *Ntútika Nsodu* que já vimos ser pago também à sogra.

É que, se lhe não pagarem, a esposa deita-lhes o lixo mesmo à entrada da porta!...

O sogro, sogra, cunhadas e cunhados, se quiserem que a nora ou cunhada para eles fale, também terão que pagar o *Sumba Mbembo*.

Mas, por mais ou menos 2$50 ou 5$00 já podem falar com ela, obter resposta e manter conversa para o futuro. Não pagando, por mais que façam e digam, ela não responderá!

A roupa antiga, usada pela rapariga quando solteira, é toda entregue à mãe. Tem roupa nova, não precisa da velha.

O esposo deve respeitar o nome da esposa e vice-versa. Mas maior é a obrigação da esposa em respeitar o nome do marido.

Por isso, não poderá pronunciar o nome do esposo, trata-se do nome de família, pois o do baptismo, ainda que sempre com respeito, pode pronunciá-lo, a não ser em caso de absoluta necessidade.

Devido ainda a este grande respeito que a esposa deve ter pelo nome do seu marido, ela deverá evitar proferir qualquer palavra homónima ou homófona que possa dar a parecer o nome do marido.

Assim, se o marido tem o nome de *Tebuka*, a esposa não pode dizer *tébuka* nem *tébuka monho* (— recordar, recordar-se). Para dizer o correspondente a recordar-se, lembrar-se, terá que empregar a palavra *lembula*, do português «lembrar», ou dizer ou querer dizer o mesmo por rodeios. Também não dirá *tébula* — lembrar — mas sim *lembula*.

Se o esposo se chama *Pitra* — nome que pronunciam fàcilmente *Pitala* — já a esposa não dirá *pitaloio* (petróleo) mas *nzeteloio*.

Em vez de *sômbuka*, saltar por cima de, transpor, dirá sempre *zótuka*, caso o marido se chame *Sômbuka*. Se este tiver o nome de *Peleso* (de «preso»), a mulher para se referir

a alguém que esteja preso nunca dirá *nandi kukala mu peleso* mas, sim, *nandi kukala mu «cadea»* (ele está na cadeia e não ele está preso).[2]

A mulher que é *Ndumba* — meretriz — já de certa idade, se resolve ser amante de alguém, vai ter com ele, à noite, e regressa, de manhã, a casa dos pais, uma vez que as mulheres, em princípio, não têm casa própria.

Daqui se pode inferir que não há mulheres de má vida chamadas de «porta aberta». Pode haver raparigas que não encontram noivo ou até que querem levar vida fácil. Vão com este ou com aquele. Podem ter vida matrimonial durante semanas, meses e até anos com certo indivíduo. Mas, por regra, não se vende a quem quer e a quem vem. Escolhe, aceita, resolve, concorda ou não. A família o saberá e receberá a sua parte do *alambamento.*

Mas, repetimos, mulher de má vida, de «porta aberta» a aceitar todo o «cão e gato», não se encontra, como regra, em terras de Cabinda.

Se, por ventura, o amante de uma *ndumba* se resolve a tomá-la para mulher, mete-a dentro de casa, ordinàriamente pelas 19 horas, fecha-a e vem para fora, para junto dos amigos — que já estarão avisados — e dá um tiro em sinal de que ficou com ela.

Nessa altura todos gritarão:

Abu ubele ndumba,
Abubu ueka nkazi kuela,
Uóló...

Até aqui eras meretriz,
Agora passaste a mulher casada,
Uóló... (alegremo-nos).

Quando era simples amante e vinha ter com ele, mesmo que fosse todos os dias, continuava livre para escolher, caso quisesse, um outro. Agora jamais o deverá ou poderá fazer, pois foi tomada como esposa, para o qual o marido não pôde deixar de dar o alambamento respectivo à família.

Outros procedem de forma diferente:

Na manhãzinha seguinte à noite passada com o homem que pretende a *ndumba* para esposa, vem a família e amarra dois ramos de palmeira, dos mais tenros — *nsoko ibá* — e pergunta se a tal rapariga está em casa e gritam alto: essa tal rapariga é *ndumba*... mas agora quer casar.

Nesse momento, se a rapariga, na verdade, aceita casar com o tal homem que a pretende, desce da cama e vai sentar-se numa esteira que estará à porta do quarto.

Caso contrário, continua sentada na cama.

Em caso afirmativo darão os tiros da praxe e comunicam a toda a gente que a rapariga está casada.

Começa-se a dança e festa própria do casamento.

É evidente que tudo isto não se pode fazer do pé para a mão. Já há um certo acordo e certa preparação.

Estes casos mais nos provam que não há um formulário para pedir e dar o consentimento para casamento.

---

[2] João Vissers, achega por correspondência com o autor.

ALGUMAS REGRAS E PRINCÍPIOS APLICADOS AO:

A — *CASAMENTO*

Nem sempre pode ser com quem se deseja como nem sempre a ave *leze* apanha na lagoa o peixe que havia visto.

Exige trabalho por parte dos dois. É como tipoia que tem de ser levada certinha pelos dois portadores.

Assim como a ave que fica presa numa armadilha, assim o casamento se torna, de certo modo, uma prisão, mais para a mulher do que para o homem.

Homem que casa sem bem pensar — e mulher também que o faz desta forma — é como quem bate com a perna num cepo...

O casar não é como quem encaba um machado: não se força.

Para um bom casamento são precisas, pelo menos, três coisas (como são precisos três morros de salalé para se assentar bem a panela): casa, vestido e alimentação e o uso matrimonial que resulte em filhos.

Quem casou, casou...

Obriga a outra vida, como jiboia que não volta aos traços anteriores.

Pensar muito bem antes, não vá levar-se uma víbora na canoa da vida.

O casamento salva, ajuda e dá consideração ao homem e à mulher, como canoa munida de *mpusu* não se pode afundar.

«Antes que cases... vê o que fazes», não te ponhas a adivinhar.

B — *MARIDO*

Deve deixar a mulher alheia, que é como qualquer coisa atravessada na vida.

Deve saber o que se passa em casa como *kianga* (a grade do defumeiro) na lareira conhece a saída do fumo.

Só ele manda em sua esposa, como só o dono do machado o usa na sua roça.

Mesmo que, por lei, venha a possuir outra mulher, que não abandone a primeira. Também quem compra um cachimbo novo, por princípio, não deita fora o velho por lhe poder ainda vir a ser preciso.

Deve fornecer à esposa o necessário para cozinhar. Ela não pode ficar de pernas estendidas para o fogo...

É parvo e culpado se deixa que lhe tomem a mulher. É como dono descuidado que deixa que o cão lhe coma a refeição...

Deve ser protector do lar, como vampiro que sabe esperar pela noite para tratar dos seus interesses.

Não cede os seus direitos e nem dá lugar a outros, como lagoa em que o *Mpinzi* — uma ave — pesca nenhuma outra lá vai.

Só a esposa lhe pode dar satisfação plena, que não a meretriz.

Marido que se preza traz a esposa bem arranjada e não andrajosa.

Não se deve meter com mulher alheia, como quem destapa panela de comida que não é sua.

C — *ESPOSA*

Que tenha um só marido, como o *Buku* — cogumelo — tem um só «pé».

Que seja mulher de casa, de trabalho e de assento e não como *Fondo* — ave — que anda sempre de lado para lado.

Tem a protecção do marido, como pólvora guardada no polvorinho.

Vale sòmente enquanto unida ao marido, como bananas enquanto ligadas ao tronco da bananeira... depois começam a apodrecer...

Nem sempre está para aguentar maus tratos e pode voltar aos seus, como pato que se volta, como bracelete que se atira fora...

Tem sempre arrimo e defesa, como morro de salalé atrás de uma árvore.

Não deve ser vàdia como a andorinha...

Não irá com ninguém que a leve a ser infiel, mas como barata que foge da galinha que é sua inimiga.

Por fraca que seja, também tem os seus direitos..

É respeitada por causa de seu marido, como flor de palmeira salva pelo cacho de dendém... uma vez que se esconde por trás dele.

Nunca é superior ao marido, como a lua não o é com respeito ao sol.

Que seja de bom trabalho, que não de lindas falas sòmente como o rouxinol.

É casada para sempre e tem de fechar os olhos a muita coisa...

Tem obrigação de ser fiel ao marido.

Deve ser como o papagaio que não faz ninho nem cria fora do seu «habitat». Ela não aceitará fazer «ninho» fora da casa de seu marido.

Deve andar ligada ao marido como tartaruga à concha.

★

NZO-MPILO

Em épocas passadas havia em cada aldeia, na periferia, uma ou mais casas, onde as mulheres nos seus dias do mês iam viver.

Deviam ficar seis dias na *Nzo-Mpilo* (*Mpilo* — mênstruo).

A mulher nesses dias não podia passar pelo meio da aldeia, só pelas traseiras das casas. Não entrava em casa alguma.

A *Nzo-Mpilo* deveria ser construída atrás das outras e podia albergar mais do que uma mulher nas mesmas condições.

Para o marido que tivesse feitiços em casa (os grandes senhores) ela não podia cozinhar. Porém, para outros podia, desde que usasse outro fogo, outra água, outra comida que não a dela.

A mulher que se encontrava na *Nzo-Mpilo* devia pintar, a carvão — *makala mambazu* — a testa para se não encontrar com o possuidor do *nkisi Maluango*. Se, por acaso, se vissem, ela deveria tomar imediatamente outro caminho ou direcção ou, pelo menos, entrar no capim e voltar as costas ao caminho até que passe o *Nganga Maluango*.

O feiticeiro *Maluango* é o que usa fazer o chamado *Banda Mianda*, o pregar os pregos num feitiço ou até num embondeiro, que faça as suas vezes e para isso haja sido escolhido.

Os lugares em que escolhe um embondeiro ou outra árvore para o *Banda Mianda* chamam-se *Bila kinkisi-nsi* — morada do *Nkisi-Nsi*.

A mulher que não colocar na testa o sinal de carvão, passando pelo *Nganga Maluango*, adoecerá certamente... Terá, então, questão e será obrigada a pagar ao *Nganga Maluango* para que lhe não venha mal algum ou maior, se já tiver adoecido!...

Nestes seus dias a mulher não podia ir onde houvesse *nkisi*. Estava impura.

As panelas em que cozinha (ou cozinhava), os *luandos* e esteiras em que dormia ou repousava, teriam de ficar na *Nzo-Mpilo*.

De modo algum as poderia levar para casa do marido.

★

NZO-BUALI

Tem este nome a casa e recinto onde a parturiente, depois de dar à luz, terá de se conservar durante o período de um ou dois meses, o período de convalescença e tratamento.

A mulher que acaba de dar à luz não pode comer da mesma panela ou beber água do mesmo moringue ou vinho da mesma cabaça donde os outros comem ou bebem, enquanto está na *Nzo-Buali*.

Não pode, igualmente, durante este período entrar em outra casa qualquer, nem mesmo na do marido ou família.

Viverá em casa à parte, mesmo que seja ao lado da do marido.

Ao lado da casa onde pernoita e passa a maior parte do tempo, foi arrumada e empilhada a lenha que começou a juntar desde que se sentiu grávida e onde, nos últimos dias, se fez um cercado de ramos de palmeira em volta do local onde tomará os banhos.

A bacia era, em tempos, como já dissemos — e ainda hoje em certos lugares e com certas mulheres conservadoras — uma cova onde a água, o mais quente que se possa suportar (chegam a ter escaldadelas!) será lançada cada vez, duas vezes ao dia, que toma banho.

A água sumir-se-á por essa mesma cova, ou far-se-á uma outra, ao lado, para onde será mudada e por onde desaparecerá.

Acabado o primeiro mês da *Nzo-Buali*, a mulher tomava uma pequena bacia, onde se encontrava *tukula* amassada com dendém cortado aos pedacitos, e passava por todas as casas atirando às portas um pouco dessa mistura. A esta cerimónia chamavam o *Nhalimina* uma benção. A mulher que deu à luz também havia recebido a protecção e benção do *Nkisi-Nsi*.

Se ela não fizesse a cerimónia do *Nhalimina* os espíritos protectores da família (e eram o: *Mbingo, Ngovo, Mabiala Mandembo, Kozo*, etc., etc.) apodreceriam!

O não cumprimento deste cerimonial poderia trazer males para toda a aldeia e seria causa de «fundação», que levaria a família da parturiente a pagar pesada multa (a toda a

aldeia, se não houvesse feito o *Nhalimina*, ou aos donos das casas por onde não houvesse passado e aspergido as portas com a *tukula*).

No segundo mês teria de voltar a fazer o mesmo.

Terminado o prazo dos banhos, tapava a cova que fazia de bacia e untava-se com *tukula* durante mais um ou dois meses.

Para estas untadelas a *tukula* era pisada e misturada juntamente com cascas ou folhas de plantas tidas por medicinais, como as de *nfombotó* ou *nzo-zinfunzi*. Para isso, as folhas e cascas são colocadas em água, em infusão, sendo depois a *tukula* amassada com essa água.

A partir do segundo *nhalimina* já podia voltar a comer e a beber de onde os outros comiam e bebiam.

A planta *nzo-zinfunzi* (casa da *nfunzi* — galinha do mato) tomava (e toma) esse nome por as galinhas do mato andarem sempre perto. *

★

A INFIDELIDADE CONJUGAL

O homem não está, e nunca esteve, dentro da ética deles, sujeito ao rigor da fidelidade que prende e a que obriga a esposa.

Por isso, pode ter relações com qualquer mulher livre. Mas a mesma ética os obriga a guardar absoluto respeito à mulher de outrém.

Tomar a mulher alheia — e torna-se já de outrém desde que alguém comece a pagar o alambamento — é sujeitar-se a duros castigos e, no tempo presente, sobretudo, a pesadas multas.

Quem falasse, outrora, para uma mulher do rei, no recinto de sua residência, era cruelmente supliciado e, de ordinário, levado com a cúmplice ao lugar do suplício onde lhes eram cortadas as cabeças.

Os corpos eram retalhados aos pedaços e ficavam à vista de toda a gente, pelo menos um dia inteiro.

Por vezes, os reis e grandes senhores, depois do parto de uma das esposas, se havia certa desconfiança, chegavam a sujeitar um escravo da dita esposa à prova da *Nkasa*. Se o escravo acabava por cair morto, inferia-se que a mulher havia sido infiel e adúltera e era condenada a morrer queimada e o cúmplice a ser enterrado vivo.

Procurar seduzir uma mulher do rei ou até, simplesmente, espreitá-la a tomar banho era sujeitar-se à pena capital.

A mulher tem que ser, portanto, rigorosamente fiel e deve afastar a mínima suspeita. Obriga em qualquer altura. Nada se lhe perdoa. Nada se lhe desculpa.

É que a mulher infiel, adúltera, atrai castigos para todos e, de um modo especial, para o próprio marido.

Assim, se depois de um acto de infidelidade da mulher o marido vier a adoecer... a doença é castigo, castigo do *Nzambi* por intermédio do *Nkisi-Nsi*. A mulher para que o

---

* Estes usos e costumes, ligados à **Nzo-Mpilo** e **Nzo-Buali** — e a tantas outras coisas — estão a desaparecer.

E se ainda, particularmente, se conserva um ou outro, exteriormente pouco ou nada se nota.

marido recupere a saúde terá que lhe confessar que pecou, com quem o fez, quantas vezes e com quantos.

O marido recuperará a saúde (?!!) e irá tratar do assunto junto do tribunal indígena, ou até mesmo antes da cura, se assim o preferir.

Como veremos, este tribunal não é peco na aplicação de multas para que fiquem de escarmento aos delinquentes.

O Manhema em casos destes, pelo menos de recidivos, condenava os cúmplices à morte pelo *selengo* — a formiga carniceira — ou a serem pregados a um embondeiro — *banda mianda* — ou enterrados vivos...

Nos tempos actuais servem-se de multas, a pagar pelo cúmplice, que também chegam a tirar certos apetites...

Uns dois casos para exemplificarmos isto. São casos absolutamente certos. Não damos os nomes das aldeias nem das pessoas por motivos bem óbvios.

NA ALDEIA DE X

F. foi encontrado, em 1943, na cozinha da mulher de outrém, estando lá ela.

Levado ao tribunal indígena, a multa foi de 50 cobertores, dos finitos, que na altura custavam, cada um, 30$00. Mil e quinhentos escudos, portanto, custou o atrevimento.

Mas é que este F. era useiro e vezeiro. Não era a primeira vez a ser apanhado. Por isso a multa lhe foi a 50 cobertores.

Entrar na cozinha de outrém, estando lá a mulher e pedir-lhe, por exemplo, lume, é tomado por todos como solicitação pura e simples.

NA ALDEIA Y

S. trabalhava na Mavinha. Era longe. Não podia vir pernoitar a casa.

A mulher foi-lhe infiel.

Por coincidência *S.* adoeceu e veio para casa. A mulher não levou o caso para coincidência, mas atribuiu-o a castigo do *Nkisi-Nsi* por causa das suas faltas. Vai, por isso, confessar tudo ao marido: que tinha tido relações com três homens, com A, B e C.

O assunto foi para o tribunal indígena.

Qual foi a sentença?

Cada um dos adúlteros pagaria ao marido ofendido a quantia de 200$00 e mais uma garrafa de aguardente (que, na altura — 1944 — custava 50$00).

A família da mulher, que tem culpa, pois deve aconselhá-la e vigiá-la — para isso é que recebeu também o alambamento — foi condenada ao pagamento de 300$00 e a uma garrafa de aguardente.

Para o juri que resolveu o assunto: 50$00 cada um dos delinquentes; 50$00 e mais uma garrafa de aguardente a família da mulher.

Portanto, o marido recebeu 900$00 em dinheiro e quatro garrafas de aguardente (valor de 200$00); o juri, 200$00 e uma garrafa de aguardente.

Nada mau para a época de 1944!...

E ali se paga tudo na altura.

Pode ser que o multado não tenha dinheiro ou as coisas.

Mas as pessoas de família virão imediatamente em seu socorro. São verdadeiramente solidários.

Com a falta confessada ao marido, assunto resolvido pelo tribunal, a vida familiar volta a correr perfeitamente e normalmente.

Nunca vimos um caso destes ser causa de separação ou divórcio.

Só os maus tratos infligidos pelo marido ou a falta de filhos no matrimónio podem vir a ser causas de separação sentenciada por tribunal com a devolução, evidentemente, de todo ou parte do alambamento.

O homem e mulher cabinda não foge dos filhos. Pelo contrário. E querem os filhos para que possam estar perto deles, para que possam, mesmo, viver com eles.

Veja-se este caso de sabor tão pitoresco:

Convivia uma rapariga cabinda com um europeu (e ainda convive).

Tem dele uma criança. Mas a mãe teme, mais dia menos dia vir a ficar sem o filho. E vai ter com o Senhor, com o branco.

— «Senhor, eu não o quero deixar. Mas queria ter um filho de preto, porque o branco muitas vezes leva o nosso filho e a gente não fica com nenhum. Por isso, eu queria ter um filho de preto para ficar comigo»...

E o branco deixou. E agora, à conta do branco, ela tem em casa dele o filho que é deles mais o filho do preto...

Foi o próprio branco quem isto me contou... E disse-me que não teve coragem para negar a autorização pedida.

Fazer comentários a isto? Porquê e para quê?

A nossa mentalidade ocidental será capaz de reconhecer alguma grandeza e dignidade em tudo isto?

Entre os casados, como já se afirmou, o maior desgosto é o da falta de filhos.

De quem é a esterilidade? Dos dois? É esterilidade individual, absoluta, relativa e por incompatibilidade entre os conjuges só dependente do seu agrupamento?

Eles perguntarão mui simplesmente: de quem é a «culpa»?

E, então, por consentimento tácito, presumido ou até de comum acordo, cada um deles procurará ter relações com outrém (e já não haverá o crime de infidelidade) para saber do verdadeiro «culpado»!...

Fig. P 27 — Cortejo de casamento no Lukula-Zenze

Fig. P 28 — Noivo e noiva com amigos

Fig. P 29 — Mais dois noivos. Repare-se na máscara de tristeza da noiva em todas as fotografias

Fig. C 30 — Ofertas para a Festa da **Casa da Tinta**

Fig. C 31 — Preparando a **muamba** para a festa da **Kikumbi**

Fig. C 32 — O batuque já começou

(Estas 3 fotos são do coleg. P. Ildo Silva)

Fig. C 33 — Fazendo a **tukula** para pintar a jovem que entra na **Casa da Tinta**

Fig. C 34 — A jovem é apanhada e levada às costas

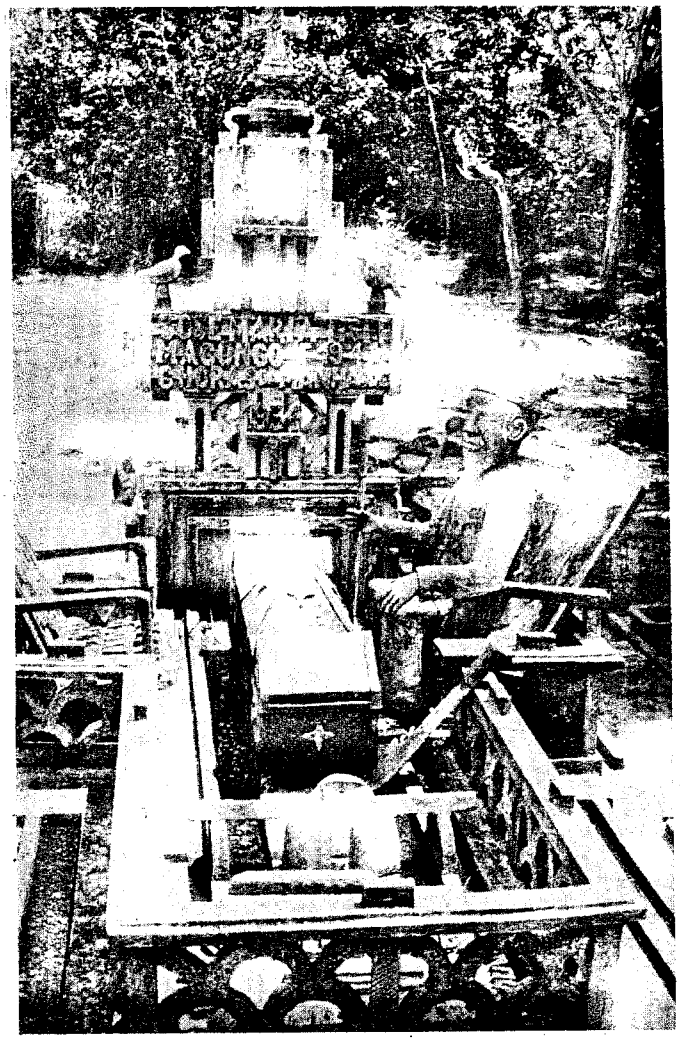


Fig. P 22 — Túmulo de José Maria Tati — Makongo — F. 19-4-6 Horas da Manhã de 1934, no Bumelambuto

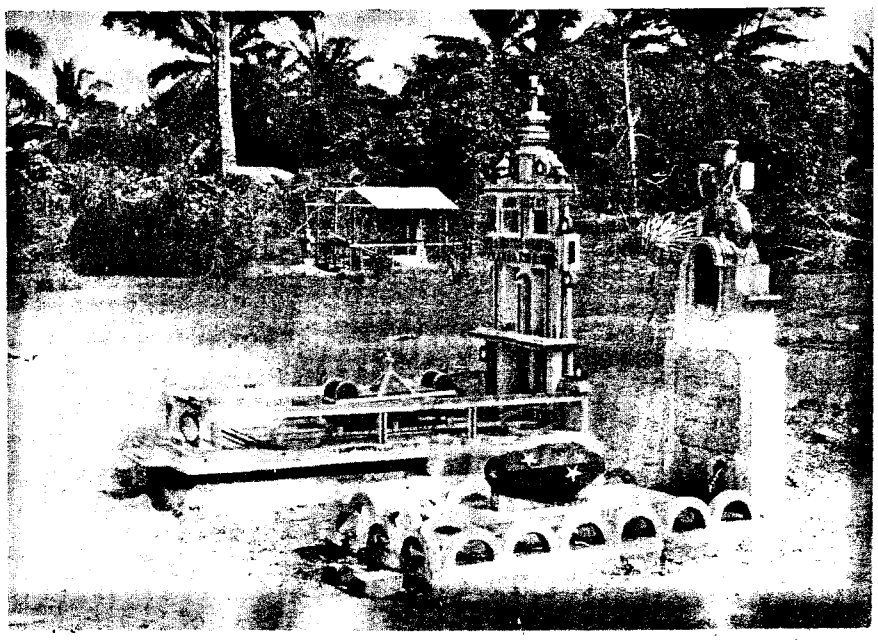


Fig. P 23 — Mais túmulos de «nobres» no Subantando

Fig. C 39 — Belo Túmulo de Chefe no cemitério de Cabinda (notem-se os **Zimpungi**)

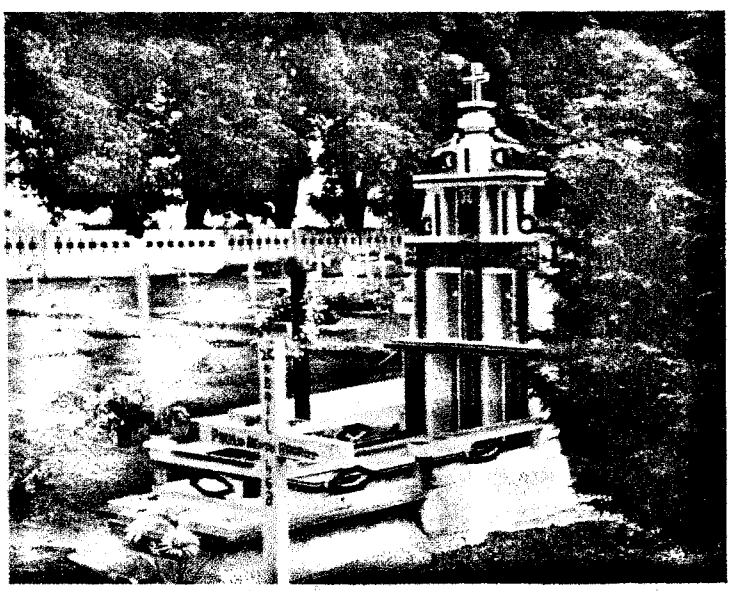


Fig. C 40 — Outro interessante Túmulo no cemitério Municipal de Cabinda

Fig. C 41 — Valiosos vasos (com perto de 100 anos) encontrados em campas de velhos chefes

CAPÍTULO XVII

DOENÇAS — MORTES — FUNERAIS

Logo que a doença atinge certa gravidade ou se prolonga sem se lhe verem melhoras não deixam de recorrer, nos dias de hoje, aos hospitais ou postos sanitários do Estado ou das Missões.

Mas também, na maioria dos casos, mesmo recorrendo aos hospitais, não deixam de recorrer aos curandeiros e adivinhos. Estes receitam-lhes, comummente, algumas folhas ou raízes medicinais acompanhados de certos actos de magia.

Há, porém, curandeiros — os *Zinganga Zimeza* — que possuem, em maior ou menor grau, conhecimento do poder medicinal de raízes e folhas. Estes receitam-nas e empregam-nas com felizes resultados, por vezes, não usando práticas de feitiçaria. Mas são raros estes curandeiros. * Na maioria dos casos o curandeiro acumula o «ofício» de feiticeiro.

Para pequenos achaques ou pequenas feridas poucos são os indígenas adultos que não conhecem este ou aquele medicamento caseiro para o aplicarem neles mesmos ou o aconselharem a outrém.

Lá como cá «de médico e de louco... todos temos um pouco».

Contudo, quando a doença é muito grave e se pode prever o desenlace, todos os parentes, mesmo os mais afastados e estejam onde estiverem, são chamados para a «confissão» — *Fiabiziana.*

Notemos desde já que ainda nos tempos de hoje lhes custa a aceitar a morte como natural. Para eles alguém a deseja, alguém a provoca, alguém quer mal ao doente ou à família.

Para a «confissão» os parentes juntam-se à roda do enfermo.

Aí, diante de todos, cada um por sua vez, terá de declarar se algum dia disse alguma coisa contra o doente ou se chegou, mesmo só no seu íntimo, a desejar-lhe mal. Não a fazendo, se o doente morrer, atribuirão a morte à não realização da «confissão» ou, se a tiver havido, deitarão as culpas àquele que tendo alguma coisa contra o doente a não declarou e, sobretudo, contra algum parente que não tenha comparecido. O faltoso será tido por ser o verdadeiro culpado, por ser o «comedor» da alma do extinto, o *Ndoki.*

Em outros tempos, este faltoso seria levado à prova da «faca quente» ou à da *nkasa* (a do veneno da «casca» — *Erythrophloeum Le-Testui*, A. Chev.).

Mas, mesmo hoje, não deixará de ter de apresentar contas e chegará a concluir que a vida não lhe virá a ser muito longa, pois ainda conhecem muitas formas de desforra...

Nos tempos que correm ainda morre mais gente do que se pode calcular vítima destas e doutras desforras. São os naturais quem tal afirma.

---

* Cf. Capítulo IX.

Por isso os parentes correm de muito longe para se apresentarem na *fiabiziana*. Sendo-lhes absolutamente impossível comparecer não deixarão de apresentar, o mais breve possível, as verdadeiras causas da sua ausência.

Apenas alguém expira a sua morte será anunciada pelo pranto das pessoas de família ao qual se junta, como fogo que se atiça, o de toda a gente da aldeia. O berreiro é ensurdecedor.

Se a morte foi repentina ficam como loucos.

Acabado de morrer, era o defunto ou defunta lavada, rapado o cabelo da cabeça e cortavam-se-lhe as unhas o mais rente possível. Depois de bem limpo, vestiam-lhe os melhores panos e era embrulhado em mais ou menos cobertores conforme a dignidade do morto e família (20, 30, 40, 60, 70 e mais...).

Vestido com o melhor que tiver e com o que foi, sobretudo, de seu gosto — vi mortos de capacete e com óculos escuros! — é colocado na cama ou sobre uma esteira, enquanto não tem o caixão.

Quase sempre, para que se permita ver a pessoa defunta e para que haja espaço suficiente, é tirada uma ou duas das paredes da casa. Não é difícil, uma vez que estas paredes são de papiros.

Mas já se não faz o mesmo nas casas de carácter definitivo.

As mulheres do defunto e as mais pessoas do sexo feminino que pertenciam à família rapavam a cabeça e quase se despiam totalmente. Esfregavam-se com carvão e, numa cantinela lúgubre, chorada, faziam o pranto. O pranto é contínuo. Traçam nele todos os factos de que se lembram da vida do falecido.

Nas aldeias do interior, os homens correm à floresta onde aparelharão, toscamente, as tábuas para o caixão. São quase sempre os homens da família que se encarregam deste trabalho.

Preparado o caixão, sempre no meio do mesmo choro cantado, é envolvido o morto em mais ou menos cobertores, segundo a dignidade deste e riqueza da família. É, depois, encerrado no caixão, que terá sido feito com o comprimento, largura e altura exigidas pelo número de cobertores que o envolvem.

O choro cantado dos da família, sempre contínuo, não significa sòmente dor — que a há — pela perda da pessoa falecida. Mas é também para afugentar os *bandoki* para que não venham buscar mais ninguém e para que a alma do defunto fique satisfeita.

Se o morto levar 30 ou 60 cobertores, mesmo finos que sejam, pode imaginar-se o volume e tamanho do caixão. E se este uso e gasto vai diminuindo, não se julgue que passou por completo.

É na morte e, sobretudo, no enterro que se faz ideia do que valia o falecido.

Mas nem sempre se compreende ou se tem a explicação para tudo. Assisti à morte de um pobre homem. Morreu pràticamente abandonado. Tinha a cobri-lo um saco velho, esburacado e sujo. Metia dó.

Foi enterrado envolvido em 15 cobertores!... Será que os da família o ficaram a temer mais depois de morto do que enquanto vivo?

Cada um dos cobertores que é envolvido nos defuntos levará um valente rasgão, ao meio. É para ninguém ser tentado a violar os caixões e sepulturas, roubando-os. Assim teria acontecido, outrora.

Pessoas de família, à medida que vão chegando, oferecem cobertores e esteiras. Na medida em que o caixão o permite e o podiam prever, lá serão encerrados. Doutra sorte, metidos na sepultura.

Se nada oferecessem, os da família, seriam interpretados como alegrando-se com a morte do extinto? Parece que sim.

É que também de lá, da outra banda, o morto ainda pode fazer mal aos que cá ficam!...

Exteriormente o caixão será revestido de cobertores ou panos até esconderem toda a madeira.

Com facilidade se reconhece, nos caixões dos cristãos, uma cruz feita do mesmo pano ou cobertor que envolve as tábuas.

Guardam hoje a lei das 24 horas. Passadas elas lá o levam a enterrar. Como em toda a parte, a dignidade do extinto ou a influência da família torna o acompanhamento mais ou menos numeroso.

Quatro homens — às vezes mais — pegam ao caixão. Seguram nas pontas de dois paus suficientemente fortes, colocados por baixo do caixão, um junto à cabeceira e outro para o lado dos pés.

Caixões de criancinhas muitas vezes os vimos serem levados à cabeça do pai.

Em outros tempos já afastados os funerais dos mais nobres revestiam-se de um aparato sem igual. Era verdadeira festa a roçar pela orgia.

Cantar, dançar, comer, beber em honra do morto era a melhor forma de o contentar e de fazer com que não venha fazer mal aos que ficam.

É que, conta e descreve Mons. J. Cuvelier, «quando morria um homem, a alma ficava separada do corpo. Esta separação durava enquanto o cadáver não era enterrado. A alma ficava junto do corpo para ver o que os membros da família e do clã faziam». [1]

Por que não era enterrado logo, necessário se tornava guardar e conservar o cadáver.

Para isso, ao centro da casa, abria-se uma cova de perto de dois metros de comprimento, por dois de fundo e um de largura.

A uns 60 centímetros do fundo, eram atravessados uns paus, horizontalmente, a fazerem de grelha. Em cima deles estendia-se um *luandu* e uma esteira. Aí se depositava o morto embrulhado nos cobertores. Quase à superfície colocava-se uma nova fila de paus, mais um *luandu* e uma esteira, cobrindo-se tudo com terra até ficar nivelada com o chão da casa.

Fazia-se, então, fogo por cima. Fogo aos pés e até ao peito.

Pelos maiorais da terra eram nomeados dois ou três homens que ficavam encarregados de manter aquele fogo dia e noite.

Eram os *Ngulu-Nfumu*.

Passados tempos este costume da cova desapareceu. Era o morto, então, colocado numa espécie de cama de pernas altas. O fogo era feito por baixo dessa cama-grade a que chamavam *Kialata* (pl. *Bialata*).

Outros usavam suspender o morto, horizontalmente, numa árvore fazendo-lhe o fogo por baixo.

Mas o costume mais conservado foi o da *Kialata*.

Procuravam defumar, antes aquecer e derreter pela acção do fogo, o morto e não o queimar. Logo que a acção do calor começava a derreter o cadáver, havia o cuidado de, com qualquer lata ou recipiente, recolher essa «banha» e derramá-la novamente sobre a parte superior dos cobertores que envolviam o morto.

Nunca faltavam, em qualquer dos casos — cova ou *kialata* — os *Ngulu-Nfumu*.

Todos os dias e pelo meio dia um deles pintava com *tukula* o cobertor superior que envolvia o cadáver.

Este acto era anunciado a toda a aldeia pelo toque do *ngongie* — espécie de tímbalo de duas bocas.

---

[1] J. Cuvelier, op. cit., pág. 114.

O *bula-ngongie* — tocador de ngongie — tocava a 1.ª vez para avisar. À segunda ninguém se poderia mexer do lugar ou posição em que o toque o apanhasse, até terminar a pintadela de *tukula* anunciada por um 3.º toque.

Quem se mudasse ou falasse pagava uma multa. Havia para isso um encarregado de vigiar as pessoas. Era o *mankaka*, espécie de polícia.

Depois do toque que anunciava o termo da pintadela voltava-se à vida normal.

Junto do cadáver estavam sempre as mulheres do defunto, as carpideiras e outras. No pranto perpassava toda a vida do morto.

Entretanto a família junta e prepara o que é necessário para o funeral. Enquanto se não realizava, o defunto ficava no «defumeiro». Lá podia ficar semanas, meses e até anos...

O Rei de Kakongo, morto em 1874, só foi enterrado em 1881!...

(Cf. *Portugal em África*, 1.ª série, ano 1896, pág. 116).

Juntam-se as bebidas, aguardente, vinhos licorosos, vinho comum, vinho de palma, etc., etc., e mais tudo o que vai ser necessário para as refeições de toda a gente no dia ou dias do funeral.

Chegavam a ir ao Ambriz, Luanda e até Benguela comprar as fazendas, bebidas, etc. para o funeral. O dinheiro para tudo isto vinha de parentes e aliados.

São serradas inúmeras tábuas e começa-se a construir o carro monstro que levará o caixão do morto.

De grossos paus faziam-se as rodas para o carro que levaria o caixão e os maiorais. Era ordinàriamente de seis rodas, três de cada lado.

Pronto o carro e o mais, marca-se o dia do enterro.

Seria, por certo, no tempo do cacimbo, época em que o vinho é melhor e mais abundante — e todo é pouco! —, em que as terras estão secas e não haverá chuva a transtornar e dificultar o cortejo fúnebre.

É capinada, em linha recta e da largura do carro, toda a distância que vai da casa do morto à cova onde será enterrado.

E os grandes não vão para um cemitério comum. Escolhe-se um lugar especial. Já dissemos atrás que pode ter-se por muito provável que era em nome do *Nkisi-Nsi* que se reservavam cemitérios especiais para os grandes chefes.

Organiza-se o cortejo. Os *Zindunga*, onde os havia, eram convidados e nunca faltavam. Não podiam mesmo faltar. Não comandam, regulam e vigiam o cumprimento das leis em nome do *Nkisi-Nsi?*

O morto, embrulhado naquela infinidade de cobertores, é metido num caixão, imagine-se o tamanho, e com mais ou menos feitios, segundo a dignidade do falecido. Por isso se diz: *Lukata lumatumbi lumatatu: fumu ikanda* — Caixão com três proeminências (feitios): caixão de chefe de família (rica, numerosa, poderosa).

A madeira do carro é coberta, totalmente, por cobertores e panos. Colocava-se o caixão no meio do carro, numa espécie de palanquim que tudo dominava.

No carro sentam-se os grandes da terra e os tocadores.

Tem espaço para todos eles e ainda fica algum lugar para alguns rapazes novos dançarem.

No dia marcado eram os da terra os primeiros a arrastar o caixão. É puxado por umas quatro cordas, grossas lianas da floresta, levando em cada uma de 8 a 10 homens. Só para arrastar o carro... de 32 a 40 homens. Pode fazer-se ideia do tamanho e peso.

No dia seguinte começava a ser puxado pelos outros e por turnos até ao local onde se faria o enterramento.

Podia levar dois a três dias. Paravam com frequência para comer, beber e dançar por longas horas.

De noite havia sempre danças no local onde se parára o féretro. Todos, mas especialmente as mulheres, apresentavam-se com o melhor que tinham. Havia danças guerreiras. Os que nelas tomavam parte apresentavam-se em atitudes ameaçadoras. Com essas danças guerreiras pretendiam afugentar os espíritos maus, os *bandoki*.

O caminho aberto para a passagem do féretro chamava-se *SAMBI*.

As danças guerreiras, *SANGA* (estas danças passaram para as festas do *MPOLO*).

O arrastar do caixão, *KOKA*.

Os tocadores:

Ao meio, em primeiro plano, vão os tocadores de tambor, espécie de bombo — são os *Basiki basiku*.

Depois vêm os tocadores dos «marfins» (4 ou 6), os *Bakama Banfumu*. Segue o tocador de *ngongie*, o *Bula Ngongie*.

Vêm, em seguida, os tocadores de *Katangala*, espécie de caixa.

À frente do cortejo vão três bandeiras: uma de pano preto, outra vermelha e a terceira branca. A de preto, a do luto, vai ao meio. À esquerda, abaixo das outras, vai a bandeira vermelha, a da guerra.

A dominar vai a branca, a bandeira da paz.

Entre estas bandeiras e o carro segue toda a gente do povo e os que vieram ao enterro, tudo misturado, cantando e dançando.

Ainda atrás dos porta-bandeiras seguiam dois homens armados de espadas e tendo embrulhado à cinta um pano que deixava uma longa cauda de 2 a 3 metros. Eram os *Mankaka*, polícias.

Outros *Mankaka*, armados de espingardas, seguem ao lado do cortejo em atitudes ameaçadoras — ainda para espantar os *bandoki* — e disparando de quando em quando.

Referindo-se a estes enterros no NGOIO, J. Fernandes dizia: a alta posição do morto é que determinava a grandeza e magnificência das cerimónias que resultavam imponentes. Viam-se filas de tipoias em que eram conduzidos príncipes e princesas, titulares e governadores de diversas terras (*Nfumu-Nsi*) tudo num deslumbrante conjunto de vestes, as mais variadas em cores e feitios. A ajuntar a tudo isso, ouviam-se os toques de *mpungi*, *ndungu-lingama*, kula, cornetas, buzinas, *mbuebo*, *baka*, apitos, e isto no acompanhamento dos altos cânticos dos cordões de homens que iam puxando o caixão, em cuja varanda iam os que mandavam e dirigiam toda aquela manobra.

Na véspera da chegada do cortejo ao lugar em que o morto será enterrado, começa-se a abrir a cova. Uns dançam enquanto os outros cavam. Mas tanto os que trabalham como os que dançam, de vez em quando, param o trabalho e dança para comer e beber...

Estão, uns e outros, besuntados com a terra da sepultura e só poderão tomar banho depois do enterro.

Tudo pronto, chega o carro. É colocado por cima da cova. Por uma abertura que existe no meio do estrado do carro, é descido o caixão. Cobre-se a sepultura e ali fica o carro a atestar a grandeza do morto. Enterrado este, dança-se, come-se e bebe-se à volta da cova até pela manhã.

Em tempos muito arredados as mulheres do finado eram enterradas vivas na mesma cova. Para lá iam para lhe fazerem companhia e a comida além-túmulo!

«Com o cadáver, diz J. Cuvelier, enterravam mulheres e escravos que na outra vida deviam servir o defunto, levar água, lenha, comida...»

Não se procedeu, mais ou menos assim, em 1881, quando foi enterrado o Rei de Kakongo? (Cf. *Portugal em África* — 1.ª Série — 1896).

Não deixa de ter interesse o comparar estes «usos e costumes» de Kakongo e Ngoio com o que se lê em *A Bíblia tinha razão*, quando se fala das tumbas reais de UR.

«...No interior das câmaras tumulares puderam verificar a presença de autênticas juntas de bois: os esqueletos de animais de tracção estavam ainda jungidos aos carros *cheios de artísticos utensílios caseiros* (o traçado é nosso). Era evidente que todo o séquito do funeral tinha seguido os magnates no caminho da morte, como davam a entender os esqueletos festivamente vestidos e carregados de adornos que os rodeavam. A tumba de Lady SHUB-ad continha vinte cadáveres. Noutras apareceram mais de setenta.

...Nenhum vestígio demonstrava que os homens tivessem morte violenta. Os respectivos séquitos parecem ter seguido os seus defuntos soberanos em caravana festiva, com os bois jungidos aos carros portadores dos tesouros dos defuntos...» [2]

Também entre os Bakongo, Bauoio, Balinge, etc., etc., são deixados, sobre os túmulos, objectos que serviam em vida ao falecido, v. g. bacias, jarros, potes, e até, por vezes, camas de ferro...

Os grandes de Cabinda possuiam, desde o tempo da permuta com os europeus, óptimas coisas que lhes eram oferecidas como prémio ou em paga de escravos fornecidos. Por outro lado, sendo as gentes do litoral do Enclave muito viajadas a bordo de barcos, adquiriam magníficas coisas por onde passavam, especialmente loiça.

Também as compravam nos estabelecimentos comerciais portugueses, ingleses e holandeses.

Essas loiças iam, muitíssimas vezes, parar à sepultura de seus donos agora enterrados. Para lhes servir do outro lado?

Mas, para não servirem aos vivos, desbeiçavam essa loiça ou lhe quebravam as asas ou as furavam.

Apresentamos a fotografia de dois vasos encontrados, com outros do género, em uma sepultura no interior de Cabinda. (Cf. Fig. C 41).

De quem se tratava? Já não é fácil saber-se.

E que qualidade de cerâmica se trata?

Tendo enviado ao meu colega P. Jan Adrian Pijnenburg, para a Holanda, a fotografia dos dois vasos, e sendo o estudo deles feito através de funcionários do museu de Enschede, foi-me respondido, em resumo, o seguinte:

Trata-se de cerâmica alemã. É feita com uma espécie de grés. A este género de cerâmica lhe chamam STEINZEUG.

Estes vasos eram cozidos a uma temperatura muito alta e, para ficarem com o brilho que se lhes nota, pouco tempo antes de os tirarem do forno atiravam sal lá para dentro. O sal ligando-se com o ácido silicioso produzia o brilho.

Feitos na Alemanha, eram encomendados por casas comerciais de diferentes nações. Daí o terem a inscrição de uma casa de Rotterdam mas da qual já se perdeu a pista...

Teriam sido fornecidos por alguma casa holandesa, em Cabinda ou Lândana, ou adquiridos mesmo em Rotterdam? Aceitam-se muito bem as duas possibilidades.

Do museu de Enschede dizem ainda que teriam sido fabricados entre 1880-1910.

No século passado esta mesma qualidade de cerâmica também começou a ser fabricada na Holanda. Esses vasos, de diferentes formas e feitios e modelos, eram usados para guardar sal, manteiga, compotas, etc. Conservavam as coisas muito frescas.

Por curiosidade falamos destes vasos encontrados nos túmulos. Mas quantos de outras espécies, quantas outras coisas se lá colocavam?

---

[2] Werner Keller, **A Bíblia tinha razão,** trad. de Vasco Miranda, Ed. **Livros do Brasil,** Lisboa, pág. 32.

É que, diz J. Cuvelier, a morte de um homem apresentava-se aos sobreviventes como uma ameaça. Ele podia vir, conforme se pensava, a uma casa buscar um objecto, e algumas vezes falar e mostrar-se. Por isso colocavam sobre as campas, para uso dos mortos: frascos, potes, bacias, garrafas, pratos, copos... [3]

Esta consideração, veneração pelos mortos, misturada não com pouco temor, ainda se manifesta nos dias de hoje pela prática do *NUIKINA BAKULU*, o dar de beber aos velhos já falecidos.

Para isso levam ao cemitério, sobretudo em dias de grandes festas anuais — Natal, Ano Novo, aniversário do falecimento — bebidas, v. g. aguardente, bagaceira, vinho tinto e até vinho de palma, e derramam-nas nas campas dos seus velhos falecidos.

Fazem ordinàriamente um buraco na campa e por ele vasam as bebidas que trouxeram.

É tudo para o morto ou mortos. Eles nada devem beber, os que vão dar de beber aos seus maiores já mortos, do que levam.

Documentamos o facto com uma fotografia tirada a seguir às festas do Ano Novo de 1970, no cemitério de Santa Catarina, a uns 8/9 quilómetros de Cabinda, na estrada Cabinda/Iema.

Nada mais nada menos do que 4 garrafas de bagaceira, todas de meio litro, que foram usadas no *Nuikina Bakulu*.

Nem sempre acabava tudo com o enterrar do morto, o colocar das suas coisas sobre a campa. Não.

O carro lá ficava até ser destruído pela acção do tempo.

Uma grande parte das pessoas que tomaram parte no funeral voltava à aldeia, ao local onde se dera a morte do que fora a enterrar. E aí, durante a noite e até ao dia seguinte, se entregavam à dança, aos comes e bebes.

---

[3] J. Cuvelier, op. cit., pág. 114.

Tudo realizado, «ficavam os membros da família com a consciência plena do dever cumprido».

Pode-se imaginar, pois, o quanto se exigia de gastos para se fazer tal enterro. E compreende-se por isso o tempo que os mortos tinham de ficar no «defumadoiro» até que se juntasse tudo o que era necessário para o funeral.

Grande parte de toda esta grandeza e gastos, depois da lei das 24 horas para enterro, são feitos na festa do MPOLO ou NZIMBU.

Esta espécie de funerais tanto se fazia a indivíduos do sexo masculino como do feminino, contanto que tivessem posses e fossem grandes da terra.

Toda esta narração dos funerais antigos me foi feita pelo falecido soba Estanislau Kimpolo. Assistiu a um funeral destes, pelo menos, ao de Maieze Mandilu, mãe de um afamado carpinteiro da aldeia do Kiobo, a 13 quilómetros da Missão Católica do Lukula.

Para enterrar esta Maieze Mandilu a cova havia sido aberta a um quilómetro, mais ou menos, da casa. O cortejo fúnebre demorou dois dias...

Quem não tinha posses para funerais destes, tratava de enterrar os seus mortos quanto antes.

Tendo perguntado por que é que faziam tanta festa, tanto gasto de comida e bebida, responderam-me textualmente: «que era por que tinha acabado a chatice da vida para aquele e se havia ido juntar aos pais».

O Estanislau Kimpolo, não tendo tido enterro semelhante aos que me descreveu, foi enterrado, conforme me disseram, envolvido em 60 cobertores. E já veio a falecer depois de 1950!

★

Particularidades que ainda se podem encontrar no presente, principalmente entre os basundi

Nas casas onde se vela o morto, no meio daquela lenga-lenga fúnebre, houve-se o chocalhar de qualquer coisa dentro de uma lata. Esse chocalhar acompanha o ritmo da cantilena. É dinheiro na lata. Lembra que, sobretudo os da família, devem ajudar às despesas, e que cada um ali deve depositar o seu óbulo.

As mulheres da aldeia que se juntam em redor do morto, ao mesmo tempo que acompanham o canto lúgubre e chorado, para não perderem todo o tempo, vão descascando amendoim, partindo coconote, migando folhas de mandioca, etc., etc.

As esposas, nos três dias seguintes à morte do marido, dormem na terra nua. Passam o tempo a chorar. Não lavam a cara, mas só os dentes e os olhos.

No dia do enterro do marido, um cunhado ou cunhada rapa-lhe o cabelo da cabeça. Assim devia ficar, sem mais o cortar, até quase ao levantar do luto, um ano depois.

Para que a viuva possa voltar a cortar o cabelo é preciso que a família do marido lhe pague dois panos e uma blusa preta.

Se lhe não pagassem teria de ficar sempre sem cortar o cabelo.

É também só depois disto, do corte do cabelo, que será para o fim do luto, que poderá começar a pensar em arranjar outro homem, se quiser. Se procurar marido antes, terá de responder perante a família do marido falecido e não lhe perdoarão fàcilmente sem pagamento de multa.

Já muito depois de termos escrito o que aí fica sobre mortos e funerais, fomos encontrar em *Portugal de África*, 1.ª Série, 1896, na *Chronica das Missões* — Missão de Landana, a descrição seguinte:

«No entretanto, fazem-se os últimos serviços ao defunto; tosquiam-lhe a cabeça e limpam-lhe as unhas das mãos e dos pés.

Assim o exigem os costumes. Enterrar alguém sem estas prévias formalidades seria uma grande vergonha para a povoação.

Depois de bem lavado o cadáver, vazam-lhe as entranhas; em seguida, acendendo por debaixo d'elle um fogo brando mas contínuo, que deita um fumo excessivamente espesso, começam a secal-o como pergaminho. Assim que está suficientemente defumado, cobrem-no de uma camada de terra vermelha e expoem-no ao ar durante alguns dias, ficando ao lado d'elle uma ou duas pessoas com o único fim de enxotar as moscas. Quando o cadáver está completamente seco, envolvem-no n'uma prodigiosa quantidade de fazendas. Avalia-se a riqueza dos herdeiros pela qualidade dos estofos e o seu afecto pelo morto, pela grossura do rolo. Os cadáveres dos grandes chegam a atingir oito ou nove metros de circunferência.

Expõe-se a mumia assim vestida em uma cabana especial, onde fica mais ou menos tempo, conforme a posição social que o finado ocupava.»

Em sinal de luto, em outros clãs, pintam a cara com negro de fumo tirado das panelas ou com a casca queimada, semelhante a cortiça, do *kilolo-kintandu* — *Anonna arenaria*.

Havia quem pintasse sòmente a ponta do nariz. Conhecemos uma mulher, da aldeia de S. João do Lukula, que, dois anos depois da morte do marido, ainda pintava o nariz em sinal de luto.

A gente do clã desta aldeia — *basundi* — tinha ainda outros usos, como o seguinte: Morrendo o homem, a mulher fazia uma pequena rodilha que amarrava ao fio que trazia à cintura — *lukietu*.

No dia do enterro enche de água uma pequena cabaça — *Kisasava* — e toma um pequeno *mutete* — pequenito cesto — onde coloca a cabaça com água. Acompanha um pouco o féretro quando o morto vai a enterrar; tira a *nka-kata*, a rodilha, do *lukietu* e coloca-a por cima do caixão. À cabeça leva o tal *mutete* com a cabaça. Com uma sacudidela de cabeça — *kulumba* — atira ao chão o *mutete* e a cabacita. Volta-se de costas para o defunto e vai, então, banhar-se.

Logo após o enterro, ou poucos dias depois, e isto ainda em toda a parte, todos os parentes se reunem para que o pai, mãe, esposa ou marido ou tios, isto é, o mais próximo responsável pelo defunto, diga e prove se sim ou não fez todos os possíveis e procurou todos os meios aconselháveis para evitar a morte.

Em certos clãs, morrendo a mulher, a família desta era obrigada a devolver todo o *zimbongo zimakuela*, sobretudo se não ficaram filhos e não há cunhada que deseje casar com o viúvo.

Entre noivos ou comprometidos já com o casamento, falecendo a noiva, a família da rapariga é obrigada a devolver ao rapaz tudo quanto dele recebeu.

Durante um mês, ou ainda mais, de manhã e à noite, a família, sobretudo a parte feminina, pranteava oficialmente o falecido.

Guarda-se luto pelo conjuge falecido ou pelos pais um ano inteiro.

Os homens usam já o fumo no braço e no chapéu ou capacete.

As mulheres usam panos pretos ou bastante escuros, com flores ou pintas pretas e escuras.

Em certas regiões conhece-se se alguma mulher anda de luto vendo que trás o pano a tiracolo e seguro com um nó, dado por cima do ombro esquerdo.

Vimos outras que indicavam andar de luto amarrando em volta da testa uma banda de pano — *ntanta mambudi*.

A viúva, passado o tempo de luto, no aniversário da morte do marido, veste-se de panos novos e berrantes. Nesse dia de aniversário, o primeiro, faz-se sempre uma festa maior ou menor.

Se a viúva não passou à posse de seu cunhado mais velho, torna-se livre para procurar pretendente ou para seguir a vida de metretriz — *ndumba*.

Os funerais dos católicos têm, tanto quanto possível, a presença do sacerdote ou, pelo menos, sendo em aldeias distantes, a do catequista da aldeia.

Seguem para o cemitério em grande compostura. Rezam.

Nos enterros presididos pelo sacerdote, mesmo depois de benzida e aspergida a sepultura, não deixavam de apanhar a caldeirinha e enfiar com toda a água dentro da cova...

Depositado o morto na cova, cada um dos assistentes deita, sem excepção, um punhado de terra sobre o caixão. Pudemos ver isto todas as vezes que presidimos a funerais na Missão do Lukula.

Em *Olumbali do Distrito de Moçâmedes*, Lopes Cardoso escreve também a respeito desses povos:

«Colocado o caixão, cada um dos presentes atira um punhado de terra para cima dele, em despedida.» [4]

Na Missão de Cabinda, no primeiro aniversário do falecimento de alguém, é raro não haver, por alma do defunto, missa cantada de Requiem e procissão ao cemitério.

E acaba-se assim o luto nesse dia.

Não é, nos tempos de agora, por funerais com carros, cobertores sem número, comidas e bebidas na altura do enterro que se procura mostrar a dignidade e riqueza dos mortos e de suas famílias.

É, sim, pelas festas de MPOLO — de cada vez mais raras — e pelas artísticas, e caras, sepulturas sobre as campas dos grandes senhores. Entre seis a oito contos ficam agora essas sepulturas. (Cf. Fig. P 22, P 23 e Fig. C 39 e C 40).

As festas de MPOLO também não ficam baratas, mas certamente que o são muito menos do que as festas dos antigos funerais.

★

O que pensam da velhice

Quando não é respeitada, é triste: é como raspador de mandioca atirado para a lixeira.

Quem andou não tem para andar: é como folha seca que não pode voltar a ser verde.

Não dá direitos de infalibilidade: como não são as barbas de velho que evitam que o seu dono tombe no chão.

---

[4] Carlos Lopes Cardoso, op. cit., pág. 23.

Uma velhice difícil é, por vezes, consequência de imprudências da juventude e idade adulta: se se não trabalha e semeia enquanto se pode, que fazer quando se é velho?

Porque, em princípio, se tem bom senso e experiência, resolve as questões que se lhe apresentam.

Já foram novos e os novos serão... velhos.

Os velhos são sempre de atender e respeitar: são, por assim dizer, um chapéu de sabedoria a inspirar e defender os novos.

Sobre a vida

Às vezes, de começo, a vida já custa: como custa lançar a canoa ao mar na arrebentação das ondas.

Tudo nela é transitório: é como lagarto em cima do cesto da mandioca ou a perdiz no cimo do morro de salalé; de passagem.

Enquanto há vida há esperança: podem arrancar uma perna ao gafanhoto, mas ficam-lhe as asas.

Todos têm direito à vida: por isso as galinhas saltam para a lixeira logo que o gato bravo a abandona.

Deve ser vivida com dignidade, com método e calma.

Saber viver: saber andar com uns e saber andar com outros.

Que cada um se meta na sua vida, como a tartaruga se mete na sua carcaça.

Quando é demasiadamente longa, também tem os seus inconvenientes: torna-se como tartaruga velha que ninguém pode comer.

Enquanto se está vivo, é-se livre e manda-se em si mesmo: ninguém usa as cascas do caracol e do caurim enquanto lá vive o molusco.

É o maior bem que se tem: é o amor à vida que faz fugir as baratas do *selengo*, formigas carnívoras.

CAPÍTULO XVIII

MPOLO OU NZIMBU

Com um e outro destes termos quer-se designar o discurso ou panegírico fúnebre a um príncipe ou rico senhor e mais os festejos e danças que se realizam nessa altura.

O P. Marichelle define *NZIMBU* como sendo «dança por ocasião da morte de chefes importantes» — *danse qui s'exécute à la mort des chefs importants.*

Mas o *MPOLO* ou *NZIMBU* — termos equivalentes mas usado um ou outro mais neste ou naquele clã — não é só a festa com dança. É também o panegírico do morto, a narração das causas possíveis da morte, a verificação de se sim ou não foram empregados todos os meios conhecidos para que o indivíduo não morresse.

Desde já, vamos falar da ligação, que se deve aceitar, entre *NZIMBU* e *NZINGU*. Qualquer pessoa pode encontrar uma certa homofonia nos termos. E *NZIMBU* e *NZINGU* se aplicam a morte, funerais, fim desta vida e começo de outra.

NZINGU (pl. ZINZINGU) é nome de uma liana e significa também volta de corda, torcedura. Tem a NZINGU a aparência perfeita de cordas entrelaçadas. Apresentam-se como enormes calabres, quer no comprimento quer na grossura, torcidos de um modo perfeitíssimo. É obra da natureza, de Deus (*Nzambi*). Não se pode destorcer. Assemelham-se a cordas que se entrelaçaram mas que fazem parte de um todo homogéneo.

Por isso afirmam no seu adágio:

Nzingu kikanga Nzambi:
Muntu limonho pódi kútula ko.

Nzingu (liana) que Deus amarra:
O homem não a pode desamarrar.

Só Deus tem o poder de amarrar e desamarrar a vida.

Mas, para melhor compreensão, vejamos outros termos.

Zinga — v. t. — Viver longamente.
Zinga — v. t. — Fazer girar, fazer dar voltas.
Luzingu (pl. *Tuzingu*) — Vida, existência.
Nzingu (pl. *Zinzingu*) — Nome de uma liana, volta de corda.

A vida, pois, é como liana de Deus: só por Ele amarrada; só por Ele desamarrada.

E é por tudo isto que à entrada dos cemitérios costumavam colocar a liana *NZINGU*. Era proibição de ingresso (a não ser para sepultar alguém) e sinal de vidas que se apagaram, de lianas desamarradas por Deus, pois, também havia sido Ele quem lhes dera a existência, que as havia amarrado.

As cerimónias do *MPOLO* ou *NZIMBU* ainda hoje se realizam e quase nos mesmos moldes e solenidade de outrora. Continuam a ser para os grandes e nobres, para os que têm posses.

No tempo dos funerais que já descrevemos, realizava-se a seguir à morte e enquanto se juntavam as coisas necessárias para o enterro ou mesmo na altura deste.

Hoje, como temos frisado, a lei das 24 horas leva a enterrar cedo e sem a possibilidade da pompa antiga. As cerimónias de MPOLO, por que exigem muitos gastos e longa preparação, são agora transferidas para o primeiro aniversário da morte dos grandes senhores. Coincidem também com o *levantar do luto*.

Segundo antigas leis não podia correr e enterrar-se alguém de grande posição social sem que fosse dado ao público conhecimento da sua origem familiar, posição social, o seu viver e proceder durante a vida, os seus dotes e predicados e, por fim, as supostas causas da sua doença e morte.

Tudo isto era relatado ao público nesta cerimónia de MPOLO pelo *Nkotokuanda*, homem tido por hábil e perfeito orador.

O *Nkotokuanda* é escolhido entre os que melhor conhecem os usos e costumes, que mais conhecimento têm da fraseologia e provérbios dos naturais. Não é, na verdade, qualquer um que se desempenha com brilho deste encargo. Por isso, será muito bem escolhido e muito bem pago.

É ele homem experimentado nestas andanças. Mas não vai às cegas desempenhar a missão que lhe incumbiram. Falará com a família, vizinhos e amigos do falecido sobre o que foram as suas origens, sua vida, seus encargos, sua doença, etc., etc.

Para a festa do MPOLO são chamadas todas as autoridades gentílicas. Eram convidados bem a tempo. Os convites eram feitos oralmente, por pessoa de família ou por delegado desta.

Os *Zindunga* não faltarão, não podem faltar. Quer nos actos solenes dos grandes chefes e senhores, quer na morte e cerimónias a ela ligadas dos mesmos, a presença dos *Zindunga* era imposta como delegados do *Nkisi-Nsi*. Hoje parece ser mais para aparato e para abrilhantar a cerimónia.

Marcados são os lugares para as autoridades europeias e gentílicas; igualmente o recinto onde se exibirão os *Zindunga*.

Onde dançam os *Zindunga* exibir-se-ão também os das danças guerreiras, os da *Sanga*. Já sabemos que esta dança era usada nos funerais dos nobres. Fingiam lutas com pessoas invisíveis, havia simulacros de morte violenta à catana ou zagaia.

Eram, outrora, para afugentar os espíritos maus — os *Bandoki* — quando levavam o nobre defunto a enterrar.

Os *Zindunga* são sempre os primeiros a chegar. Só se deslocam de noite. De madrugada já lá estarão. É a parte mais cara da festa.

Estas solenidades atraiem um sem número de pessoas. Vêm de toda a parte.

Os convidados vão sendo conduzidos para os seus lugares por um «mestre» de cerimónias, que é já o *Nkotokuanda* do discurso fúnebre.

Às autoridades gentílicas não se dá este ou aquele lugar indiferentemente, este ou aquele assento; umas terão direito a cadeira (como as europeias); outras, esteira e tapete; outras, esteira e *luandu;* outros, banco, etc., etc. O chão é do público!

Enquanto não chegam todas as autoridades, os *Zindunga* vão redopiando e exibindo-se.

Presentes todos os convidados (a festa é, de costume, marcada para o meio da tarde) e deixando os *Zindunga* de dançar, o *Nkotokuanda* tratará de dar início ao seu trabalho, ao seu discurso que é sempre muito longo.

Ao lado do *Nkotokuanda* está um homem que segura a *Kimpaba.*

Significa que o *Nkotokuanda* está revestido de autoridade e mando. A *Kimpaba* será a do Rei da terra, da autoridade maior, ou até — e é o mais comum — a do defunto de quem se vai falar.

Ele a mostrará à assistência e imporá silêncio.

Segundo a pragmática estabelecida, por umas três vezes, chama a atenção das gentes o mais fortemente que possa:

Eeem..... Eeem..... Eeem.....

Passa a nomear todas as entidades com direito a MPOLO.

Pronunciado o nome de cada uma dessas entidades pelo *Nkotokuanda*, rufa o tambor. É quase sempre o *Ndungu iilu*, o tambor do chefe.

Ngeie ikua ndungu iilu sonsa:
Beno bonso fuene kuenda.

Quando ouves tocar o *ndungu iilu*:
Todos vós tendes que ir.

Mas, arrumado o mesmo tambor, é sinal de morte.

Ndungu iilu mu luvúkulu:
Va siala nkázi ko (v'ikanda).

Tambor real suspenso atrás da casa:
Não ficou chefe de família que tome conta dele.

E os homens com os *Zimpungi*, defesas de elefante tornadas instrumentos de música, fazem ouvir o «Cháprum... prum... prum...»

Os *Zimpungi* são insígnias de nobreza. São usados, quase sempre, os do defunto, que já os havia recebido de seus antepassados.

Ntanda zimpungi:
Bakúlu b'ámi babika.

Conjunto de *zimpungi:*
Os meus antepassados mo deixaram.

E começa, então ,o *Nkotokuanda:*

Fulano... *Uá Mpolo* (tem direito a Mpolo) — *Cháprum... prum... prum...*
Sicrano... *Uá Mpolo — Cháprum... prum... prum...*
Beltrano... *Uá Mpolo — Cháprum... prum... prum...* Etc., etc., etc.

Podem aparecer de 15 a 20 nomes. Para cada um rufa o tambor e os *zimpungi* tocam *Cháprum... prum... prum...*

Entrando no assunto, o *Nkotokuanda* afirmará encontrar-se ali porque disso o encarregaram e, portanto, que não vejam em suas palavras simples imaginação. Estudou o assunto e a vida do falecido. E vem logo um chuveiro de provérbios que enuncia, deixando a conclusão ao saber e argúcia das autoridades e velhos do povo.

Recomeça o barulho. Volta o rufar do tambor e os «Cháprum... prum... prum...» dos *zimpungi*. Redopiam os *Zindunga* e dançam os familiares do defunto.

De *Kimpaba* empunhada, o orador chama novamente à ordem e ao silêncio: *Eeem... Eeem... Eeem...*

E torna ele: Todos sabem que o falecido era filho de fulano de tal, da família tal, etc., etc. Relata a vida do finado, seus serviços, suas acções notáveis, o viver para com os outros do seu meio familiar e social.

Falará das ausências que o falecido teve da terra para angariar bens de fortuna, se viveu ou não feliz, se foi titular e em que circuntâncias... Por fim, os males de que sofreu e os que teriam sido a causa da morte.

Como na mentalidade deles ainda atribuem a morte mais à maldade dos outros, à inveja dos inimigos e não tanto a factores de ordem natural e física, o *Nkotokuanda* tentará explicar a causa provável da morte: se a perseguição dos invejosos seus inimigos; se *bandoki* da família ou estranhos; se feitiços, etc., etc.; se houve a «confissão» — *fiabiziana* — a tempo e horas para se saber se alguém da família lhe queria mal; se os tratamentos e adivinhações feitas foram as mais indicadas...

Acabará por afirmar que todos os meios foram empregados, que se não pouparam gastos, mas que, afinal, de nada valeu tudo o que se fizera! Estava morto!

Volta, nesta altura, outra chuva de provérbios.

Ivangu kiiza vi dongo.

A forquilha vem para a garganta.
Chegou o fim, tudo acaba.

Lukata lumatumbi lumueka tukuendila befu bonso:
Ibila iau nzila Nzambi.

Em caixão (mesmo simples) todos nós vamos:
Porque é esse o caminho marcado por Deus.

Bákala iaku i nkambu nvumbi:
Ka sevuanga ko.

Dos homens que pegam ao pau do morto:
Não se deve escarnecer.

É coisa que acontece a todos; uns, hoje; outros, amanhã.

Nzambi uvanga ulumbu biole, builu i muinha:
Ngeie kambua ufuá imuinha, ibuilu uala ufuá.

Deus fez dois dias, a noite e o dia:
Se não morreres de dia, morrerás de noite!

Não há possibilidade de escapar à morte!

É quem mais se quer mostrar sabido e empregar o provérbio mais adequado a estas circunstâncias.

Saltam os *Zindunga* para o terreno, saracoteiam-se os da família, rufam os tambores e renovam-se os *Cháprum... prum... prum...*

O *Nkotokuanda* com dificuldade retomará a palavra. Já começam a ficar saturados. Mas terá que a haver para anunciar o título do falecido.

A custo, empunhando gravemente a *Kimpaba*, como que por favor lhe concedem novamente a palavra.

Explicadas as causas da morte, as diligências feitas para a cura, etc., etc., passa-se, então, à concessão ou ratificação do título familiar, que tanto pode ser de *Kapita, Fursiko, Ngúvulu, Nkotokuanda, Bula-Ngongie*, etc., etc.

Isto é feito de combinação prévia com os membros da família do defunto e os maiorais da terra e anunciado pelo mesmo *Nkotokuanda*.

Finda a proclamação e concessão do título, passa-se à parte final da cerimónia: pagamento, mata-bichos, copo-de-água (e não se tome o termo, nesta época, por exagerado) aos presentes.

As próprias autoridades europeias, e não pequeno número de outros europeus, são muito bem servidas. Honra lhes seja feita!

Comidos e bebidos, a pouco e pouco vão dispersando os grupos — *mazanza*.

Os que ficam, e não são poucos dos naturais, continuam pelo resto da tarde e pela noite dentro a dançar e ver dançar os *Zindunga*, os das danças guerreiras e a tomar parte nos restos dos comes e bebes.

Não são muitos os que fazem a festa do MPOLO. Ficam sempre muito caras. Não são para qualquer e é, na verdade, caso para tomar o adágio: «quem quer festa sua-lhe a testa».

Assistimos a duas festas de MPOLO: por 1954 no Caio, a uns 18 quilómetros de Cabinda, na estrada que liga a Lândana, a da família de um tal Mingas; em Fevereiro de 1970, na aldeia da Nova Estrela, logo por trás da Administração de Cabinda, no sopé do morro do KIZU, à de Júlio Augusto Barros Jack, falecido a 12 de Novembro de 1968.

Da data da morte de Jack à da sua festa de Mpolo, 15 meses, concluiu-se que a festa não é necessàriamente no dia do 1.º aniversário da morte. Anda à volta dessa data, mas não antes dela.

Este Jack faz-nos recordar uns signatários do Tratado de Simulambuku *King Jack*, príncipe da Ponta do Tafe; *Batte Jack*, governador do Caio.

Este nome Jack, como fàcilmente se nota, tem sabor inglês e foi certamente dado (não adoptado) aos primeiros cabindas que o passaram a usar por terem estado ligados com algum inglês com esse nome.

O mais interessante está no facto de o nome lhes ser aplicado pelos próprios naturais e por ter havido em suas vidas uma «mudança de indivíduo» que se completa pela mudança do nome. (Cf. s. f. f. Cap. *Nomes e Apelidos*).

A família Barros *Espanhol* não tomou este nome — o de Espanhol — por um de seus antepassados ter sido o cozinheiro, em Lândana, na casa de um senhor espanhol, Dom José Del Valle?

E o nome de *Franque* não é uma deturpação de *Francês* ou do nome de um francês que até se chamava *Frank* ou *Franque*, dados do Ir. Evaristo Campos e que nos confirmaram velhos cabindas, das riquezas do qual, depois de ter morrido em Cabinda, um dos *Franques*, já bem lançado na vida, ficou senhor?

A aplicação dos nomes feita desta forma é a que se concilia com os costumes. E a existência de valiosas *Bimpaba* na posse dos *Jacks* e *Franques*, que não na do *Espanhol*, que foi simples cozinheiro ainda que mui digno na origem, hoje família muito respeitada, só serve para confirmação.

Mas voltemos à festa do MPOLO.

No tempo que medeia entre a de 1954 e a de agora, uns quinze anos, não notamos diferença substancial.

Vamos, pois, ficar pela de Júlio Jack, mais recente.

Junto do recinto escolhido para a dança dos *Zindunga* fez-se uma pequena casa de papiros e palhas, de uns quatro a cinco metros quadrados por uns dois e meio de altura. O tecto é de duas águas.

Uma das paredes de topo, uma das cumeeiras, a que fica voltada para o recinto da dança, não existe para que se possa ver o que está dentro e admirar a ornamentação.

Por dentro, as paredes são revestidas por panos garridos.

Em mesa, ao centro, coberta por toalha ou colcha de froques, está exposta a fotografia do Jack, já muito detiorada.

Em outra mesa, mais pequena e mais baixa, coberta por pequenos tapetes, estão as quatro *Bimpaba* recebidas dos antigos e que passarão aos sucessores. São as mais belas e mais ricas que até hoje nos foi dado ver e admirar.

Uma delas, formada como que por uma cobra de prata maciça, não pesará menos de cinco quilos.

Outra, a mais bela, ainda que não a mais pesada, tem a seguinte inscrição:

CAFE CUMHA FILHO DO DEFUNTO MAMBUCO MANIBUCE
DO FUTILA

1865

Donde este nome? Será que a *Kimpaba* era de outra família e veio a cair nas mãos dos Jacks? Não é muito provável.

Nome de pessoa de família antes de lhes terem dado o de Jaks?

Hipótese muito mais de aceitar.

Nesta mesma *Kimpaba*, imediatamente por cima desta inscrição e a meio da lâmina, estão representadas duas cobras com as cabeças juntas que parecem comer-se. Aplica-se-lhes o provérbio:

Mbuadi kamini mbuadi andi.

A *mbuadi* (outro nome da cobra *nduma*) não come a sua *mbuadi*.

Rico não vence rico, príncipe não passa à frente de príncipe. São iguais, da mesma força.

Numa bacia, que foi usada em vida pelo Jack, estão os 3 *Zimpungi* da família: *Nuni* — marido — *Nkazi* — esposa — *Muana* — filho.

São resguardados e ornados por uma espécie de malha feita de fibra de *Mpunga*

(*Urena lobata*) ou da fibra do embondeiro ou do ananás. Posteriormente foi pintada de verde essa malha.

Para acompanhar as danças dos *Zindunga* tomam, os *basiki zimpungi*, tocadores de *zimpungi*, os marfins para os *Cháprum... prum... prum...*

Também o tocador do tambor *Ndungu iilu* não o deixa totalmente parado. Este tambor tem de 2,50 m a 3 m de comprimento.

Este tambor do Jack tem particularidades não muito comuns aos outros:

1 — a pele dos tampos é esticada por uma boa dezena de fios torcidos e que nos pareceram de pele de *ngulungu*, o antílope mais comum da região.

2 — os símbolos que se encontram no tambor:

a) — pai transportando o filho às costas (cf. bandeira do Kapita Muenimpolo): o filho nada é, em princípio, sem a ajuda do pai.

b) — uma palma da mão (cf. idem.): a palma da mão é escrava das nossas necessidades. Assim deve ser o súbdito para o seu senhor.

Na Mpolo do Mingas o *ndungu iilu* estava pendurado na casita, ao longo de uma parede lateral, da «exposição».

Os *Zindunga*, como só podem aparecer e desaparecer de noite, chegaram de madrugada e partiram, depois, com escuridão cerrada, muito perto da meia noite.

Não vieram pròpriamente para alegrar o público, mas para prestarem as suas honras ao falecido.

Por isso, cada um deles, por ordem de dignidade, vem prestar homenagem à memória do falecido: perante a fotografia e as insígnias prosta-se por momentos. Em seguida dança, na verdade volteia.

Por pouco tempo. Depois vai sentar-se no lugar que o chefe dos *Zindunga* lhe indicar. Seguem-se todos os outros, cada um por sua vez. Como já sabemos, são dez.

Nos intervalos das danças de cada *Ndunga*, e às vezes ao mesmo tempo, os familiares do falecido — mulher, sobrinhas, filhas, etc. etc. — também dançam. Estes familiares terminam cada uma das suas actuações com uma espécie de guinchos, berros, apupos.

Esses berros e apupos, dizem, querem significar certa alegria e prazer por se ter acabado o luto, e serão ainda para afastar para longe deles a morte, os *bandoki*.

É fácil conhecer os familiares do morto. Trazem na cabeça grinaldas de ervas ou, a tiracolo, folhas tenras de palmeira.

Foi *Nkotokuanda*, quem fez de mestre de cerimónias e proferiu o elogio fúnebre do Jack, André Tati Sebastião, também natural da Nova Estrela. (Cf. Figs. C 42, C 43, C 44 e C 45)

Fig. Ć 42 — O **Nkotokuanda** André Tati Sebastião revestido das insígnias de seu cargo

Fig. C 43 — Um **Ndunga** redopia em homenagem ao morto (Jack) nas cerimónias do **Mpolo,** em frente ao **Nlinge**

Fig. C 44 — Pessoas da família do morto, com grinaldas de ervas, juntam-se às homenagens dos **Zindunga**

Fig. C 45 — Tocadores de **Zimpungi** e de **Ndungu-lilu** nas cerimónias de **Mpolo**

É desta forma que as mulheres **Basundi** acarretam a água para casa

CAPÍTULO XIX

FUNDA—NKANU

FUNDA-NKANU é o julgamento de uma querela.

Funda-Nkanu é palavra composta, como perfeitamente se nota.

É composta de:

Do verbo *KUFUNDA* — Acusar, denunciar, informar, e de *NKANU*, substantivo = Questão, julgamento, processo.

O julgamento das questões é sempre feito pelos chefes.

São eles os juizes (*Likunzi*, pl. *Makunzi* — árbitro).

Essas questões podem ser pela falta de cumprimento das leis de Lusunzi, leis morais indígenas. Provocam, logo que conhecidas directamente ou por denúncia feita pelos próprios infractores, o *Funda-Nkanu*.

Outros factos que podem ser colocados em tribunal por quem se julgar lesado ou ofendido:

Divergências entre casados,
Dívidas negadas,
Dívidas reconhecidas mas não pagas,
Prejuizos em negócios,
Adultério,
Estupro,
Injúrias, violências, ferimentos provocados, lutas, etc., etc.

Há casos em que o próprio povo aplica logo a justiça, v. g. quando os delinquentes são apanhados em flagrante delito:

roubos nas plantações,
adultério ou estupro,
relações sexuais faltando às leis de Lusunzi (v. g. apanhar alguém a praticar o acto sexual fora de casa e directamente sobre o solo — insulto, grave falta contra o *Nkisi-Nsi*).

Para que haja *Funda-Nkanu* o queixoso apresenta-se ao *Nfumu-Nsi*, ao chefe da terra.

Formula a queixa diante de, pelo menos, dois adjuntos do chefe. Esses adjuntos são chamados *Bananga*. (Cf. Fig. P 70)

E começa logo por pagar o *Kota-Lumbu*, os preparos.

A seu tempo o *Nfumu-Nsi* avisará ou, o que é mais comum, mandará avisar a outra parte e dizer-lhe de que a acusam.

Com os seus *bananga* o chefe vai estudando o caso e procura saber como as coisas se deram. Nada lhes escapará, ordinàriamente. A noção da justiça é das mais apuradas que têm.

Assistimos ao julgamento de um caso de incêndio na antiga aldeia do Kindende (a 13 quilómetros da Missão do Lukula). Arderam completamente sete casas — e mais a capela local — e quanto tinham dentro.

O fogo começou numa certa casa. O dono dela foi dado por culpado, e tudo perdera também, uma vez que a mulher fazia o fogo na lareira a uma distância inferior à regulamentar, que devia ser de uns 90 centímetros aproximadamente.

O Nfumu-Nsi e seus *bananga* tudo tinham ido ver e medir.

Compreendem-se estas exigências e estas distâncias a que o fogo deve ser feito, uma vez que as casas são de palhas.

Veja-se como tudo está previsto!...

Portanto, visto e estudado o caso pelo Nfumu-Nsi e *Bananga*, o queixoso será avisado quanto ao dia do *Nfunda-Nkanu*. Procede-se de igual modo para com o acusado ou acusados.

Cada uma das partes tratará de arranjar o seu *Nkotokuanda* (ou *Nvuala-Zamatu* — advogados) se não quiser, por si mesmo, encarregar-se da defesa.

O tribunal é constituído pelo *Nfumu-Nsi* (também chamado *Nfumu-Nkunzi* — juiz, árbitro) que faz de juiz presidente, e por mais uns quatro *Bananga*, quatro adjuntos.

Um *Nkotokuanda* habilidoso, escolhido pelo *Nfumu-Nsi*, expõe o assunto. Ficará perto do presidente e de seus *bananga*, e de pé.

Cada uma das partes está sentada. E, sentada, fala.

A «sala» do tribunal é quase sempre o ar livre e, tanto quanto possível, debaixo de uma *Nsanda* (*Ficus psilopoga* ou *Ficus religiosa*). Para este fim existia quase sempre junto da casa do chefe uma destas árvores.

Também perto destes locais de *Funda-Nkanu* se plantava a *Lilemba-Lemba* (*Brillantaisia alata*).

Lemba, Kulemba — Apaziguar, aplacar, adoçar, acalmar.

Era para aplacar, para dar calma aos que tratam e julgam as questões, bem como os que nelas entram.

Faltando a *Nsanda* reune-se o tribunal, muitas vezes, debaixo de uma *muanza*, alpendre público, que se encontra ao meio de quase todas as aldeias.

Outras vezes, chegam a arranjar uma cobertura com ramos de palmeira.

As partes sentam-se em semicírculo, à direita e à esquerda dos membros do tribunal, e ficam em frente uns dos outros.

Todos presentes e nos seus lugares, o *Nkotokuanda* do *Nfumu-Nkunzi* pede silêncio e apresenta a razão da assembleia e dá a palavra ao queixoso.

Nunca nenhuma destas exposições começava sem que um ou outro dos *Bananga* citasse um provérbio adequado.

E quando era grande «fundação» (palavra aportuguesada do termo *Funda, Funda-Nkanu*), a seguir aos provérbios a que todos respondiam em coro, havia dois pés de dança, rufar de tambores, etc.

Só depois o queixoso, pessoalmente ou por meio do seu *Nkotokuanda*, expõe a sua queixa e suas razões.

Apresenta as testemunhas e cada uma, por sua vez, vai depondo.

O *Nkotokuanda* do juiz resume a queixa.

É passada a palavra à defesa.

Mais provérbios (*zinongo*), mais pé de dança, mais tambores...

São ouvidas as testemunhas.

Cada uma das testemunhas, quer de acusação quer de defesa, costumava fazer como que um juramento a um feitiço presente, isto em tempos passados.

E era feito do modo seguinte: «Eu vou dizer tudo o que vi e ouvi. E se é mentira o que vou dizer que o feitiço (tal) me mate». E pregava um prego no feitiço como que dizendo: que me seja feito a mim isto, que eu morra, se não é verdade o que digo.

Expostos os factos e ouvidas todas as testemunhas, o *Nfumu-Kunzi*, seus *Bananga* e os *Nkotokuanda* de cada uma das partes, afastam-se uns 100 metros e entre eles vão estudar os prós e contras da questão, trocam impressões e avaliam da culpabilidade do acusado.

Reconhece-se a culpabilidade deste ou daquele. Acaba por se saber quem ganha e quem perde, mas ninguém poderá, por ora, divulgar nada.

São, nessa reunião à parte, estipuladas as quantias que cada uma das partes terá a pagar. E um *Nkotokuanda*, em nome do júri, vai avisar cada uma das partes do quantitativo respectivo. E não há que regatear. Podem acordar as duas partes no que há a pagar e terminar o assunto mais amigàvelmente. Ou pagam tudo já, se trouxeram o suficiente, ou dão fiança, que é quase sempre aceite depois de marcado prazo para satisfação.

Tudo resolvido, voltam o *Nfumu-Nkunzi*, *Bananga* e *Nkotokuanda* aos respectivos lugares.

O *Nkotokuanda* do *Nfumu-Nkunzi* pede silêncio. Faz o resumo da questão e dos factos e anuncia que o *Nfumu-Nkunzi* (ou *Tata-Makunzi*) vai dar a sentença.

E começa ele, o *Nfumu-Nkunzi*, e não só ele, por mais provérbios. E voltam cânticos, dança, rufar de tambores...

Restabelecido o silêncio, o presidente, depois de uns considerandos e de uns atendendos, pronuncia a sentença.

O vencedor e seus partidários, com uma algazarra infernal, assobios, berros, etc. etc. mostram a alegria da vitória.

Há cortejo, cantigas e danças chamadas *Mbanda*, até casa de quem ganhou a questão. Nestas cantigas e danças aparecem verdadeiras obscenidades e injúrias contra quem perdeu a demanda.

As mulheres, então, pareciam diabólicas: prepositadamente, em sinal de insulto — é J. Fernandes quem o conta — eram indecorosas, baixas, em nada se importando com o recato, antes pelo contrário.

Para os amigos e testemunhas (*Mbangi* — pl. *Zimbangi*) do vencedor há dança, comes e bebes.

Havia, e ainda há por vezes, fundações (*Funda-Nkanu*) que duravam um, dois e mais dias.

Nos tempos de agora bastantes assuntos são levados às nossas autoridades administrativas ou mesmo aos tribunais de comarca.

Mas não deixa de continuar a haver muitos julgamentos segundo os velhos hábitos. E quantos levam ao tribunal indígena um assunto depois de resolvido pelas nossas autoridades?!...

Não haja dúvida de que, a seu modo, têm uma segura noção de justiça. E, sendo muito duros e pesados nas sentenças e multas, para tirar apetites, a sentença, dada por seus tribunais, a julgam tão justa que raro apelam para outro julgamento.

Outrora sim, no uso da prova da *Nkasa* («Casca» — *Erythrophloeum Le-Testui*, A. Chev.) e da *faca quente*, provas aplicadas pelos feiticeiros, é que havia interesses malabaristas e negócios.

Nem sempre morria o culpado. Outras vezes nem culpado existia ou podia existir: em caso de mortes naturais mas atribuídas a inveja, desejo de vingança, maus olhados, a pessoa que se tornou *Ndoki* — comedor de almas.

E assim, na prova da *Nkasa*, morria o mais pobre, pois era a ele que se dava a dose mortífera.

Na prova da *faca quente*, visto o facto pelo mesmo prisma de interesse, era condenado aquele a quem mais forte e mais imediatamente empolasse a pele. Mas é que a faca também era mais ou menos aquecida e, na perna dos sujeitos à prova, era assente mais leve ou menos levemente, ou se lhes esfragavam certas folhas que podiam ou não enfraquecer a acção da *faca quente*. E queimaria tanto menos quanto maior fosse a espórtula!

Mesmo assim, aceitavam estoicamente a sentença e os familiares davam graças por se verem livres de um «criminoso» que existia no seio da família.

Em *Portugal em África*, ano 1896, pág. 119, pode ler-se:

«...apenas engolem o veneno — refere-se à prova da *Nkasa* — caem por terra espumando, lançando gritos horríveis e estorcendo-se em atrozes convulsões. A multidão não espera que acabe para se precipitar sobre ele em com paus e facas, enchê-lo de pancadas e desfazê-lo em pedaços. Os membros ensanguentados são pendurados a uma árvore, onde são devorados pelas aves de rapina. São os parentes do réu que lhe dão a primeira pancada e fazem-no agradecendo ao Céu o tê-los livrado do monstro que ousou comer a alma de alguns de seus semelhantes!»

Nsema costumava ser o nome que se dava ao condenado à prova da *Nkasa*.

Battel afirma que a prova do veneno *Bonda* — correspondente à prova da *Nkasa* — era pràticamente semanal e que levava muitos inocentes à morte.

Já se não aplica a prova da *Nkasa* nem a da *Faca quente*.

Mas jamais voltou a ser aplicado o veneno da *Nkasa*? Pública e oficialmente e em julgamentos como outrora, não. Particularmente, por vingança, por inveja, etc., etc., que o digam os naturais. São os primeiros a estar convencidos de que o veneno da *Nkasa*, e até outros, fazem os seus estragos.

Por que é que, ainda hoje, ninguém oferece bebida a outrém sem primeiro ser ele a beber, sobretudo tratando-se de vinho de palma?

Nos tempos que já vão longe, o condenado a uma pena capital era executado imediatamente. Se por qualquer motivo não podia ser executado logo — o que era raro — era metido no cepo, pau pesado com duas fendas, duas cavidades, para prender os pés junto ao tornozelo, sendo-lhe pregado, por cima, um mais fino.

Quase sempre lhe eram também amarradas as mãos atrás das costas.

Condenados ao cepo eram, muitas vezes, os loucos furiosos. Vimos um dia um desgraçado destes numa aldeia do interior.

No tempo da escravatura, alguns condenados à morte chegaram a ser vendidos como escravos. Sempre se ganhava alguma coisa!...

Chegavam igualmente os escravos a ser vendidos para pagamento das dívidas de seus senhores. Isto entre os próprios naturais.

Caso os senhores fossem condenados à morte, sofriam-na os escravos em vez deles.

Por princípio, os homicidas eram condenados também à morte.

Para o adultério a pena era a escravatura.

O castigo para o furto: para furto leve, pena proporcionada; ou o corte de um dedo ou até da mão para furto mais grave.

Manhema, aos ladrões apanhados à terceira vez, obrigava-os a abrir a própria sepultura. Tinham de dançar em volta da cova durante toda a noite e, de manhãzinha, eram enterrados vivos. *

Para golpes graves, o autor podia ser feito escravo, ainda que pudesse fazer-se substituir por um escravo seu.

Não havia, nunca houve e nem há prisão celular.

Condenados à morte, condenados à escravidão, condenados ao corte de dedos ou mão, condenados a pesadas multas...

Mas nada de prisão. O cepo era um remedeio, um compasso de espera.

Nos tempos de hoje, nos tribunais indígenas, as penas resumem-se em multas mais ou menos — mas muito mais do que menos — pesadas. Os chefes e seus *bananga* — que ainda hoje existem! — não deixam de se governar muitíssimo bem.

E há tanto segredo ainda por se desvendar neste capítulo!

Tantos que desejariam falar e que temem a vingança... mesmo através da *nkasa*...

✦

Mas as falhas que possam existir, de modo algum tiram o valor aos seus belos princípios de justiça, a saber:

— Todos têm direito a ela, como o filho do antílope *ngulungu* deve ter o mesmo direito de andar à solta, sem ser apanhado e morto, como o filho do leopardo.

— Aplicada a todos, como peixe-serra que não poupa os peixes que se lhe colocam na frente.

— Para ser perfeita, ouvir as duas partes como o homem para ter perfeita audição ouvirá pelas duas orelhas.

— Não pode olhar a considerações, como o tubarão que não poupa os próprios filhos.

— Em assuntos de justiça não se olha a pessoas.

— Justiça é justiça, doia a quem doer, mesmo que seja a mulher do curandeiro *Lemba* ou o *Nfumu-Nsi.*

— A cada um o que lhe pertence. Lá por que a galinha tem dono, não se lhe rouba o grilo que apanhou.

O MAL

— Sem motivo, nunca tem justificação: não se bate mesmo num cão, sem haver motivo que o justifique.

---

* O presidente Bokassa, do Bangui, não acabou por adoptar ùltimamente as velhas medidas antigas contra os ladrões?

Passou a adoptar o seguinte: para o primeiro roubo, uma orelha cortada; para o segundo, outra orelha cortada; terceiro roubo, amputação da mão direita; para o quarto roubo, a execução, pura e simples, em praça pública.

— Que se ganha com fazer o mal? Fazendo feitiço para matar o cão, que se pretende, que bem daí pode advir?

— Deixa sempre traços o mal que se faz: é como cobra que deixa os rastos de sua passagem ou o «safú» que marca os lábios de quem o come.

— Nem sempre é irreparável: pode ser com o meretriz que leva os aneis mas não os dedos.

— De dois males escolhe-se o menor: o macaco ferido não sobe para as árvores.

— Não se deve pagar o bem com o mal: não se cortam as raízes à árvore que nos dá sombra.

— Há pessoas que, longe de fazerem o bem, fazem o mal: são como grilos nas redes que não consertam os buracos, antes os alargam.

CAPÍTULO XX

TRABALHOS — OCUPAÇÕES — ARTES — OFÍCIOS

«O indígena de Cabinda é de seu natural trabalhador, possue razoável grau de inteligência e ama devotadamente o convívio com o europeu, assimilando fàcilmente os seus usos e costumes. As casas, construídas com certo cunho artístico e mantidas com irrepreensível asseio, tornam agradáveis as povoações. É hospitaleiro e tradicionalista, sendo vulgar encontrar-se nas suas habitações objectos de prata, transmitidos de pais a filhos. Estas condições naturais que o visitante encontra no indígena de Cabinda devem ter certamente fundamento no apertado convívio com os portugueses, outrora nas relações do tráfego mercantil, mais modernamente pela influência civilizadora que as missões dedicadamente têm exercido na região.»

(*In* «Enciclopédia Luso-Brasileira»)

Lemos algures que os povos que menos evoluem e progridem são aqueles a quem a natureza dá muito ou a quem dá muito pouco.

Àqueles a quem dá muito pouco tornam-se apáticos e dizem que não vale a pena sacrificarem-se para nada colherem. Ficam parados.

Os que muito recebem têm que chegue e que sobre e, portanto, não precisam de trabalhar. Contentam-se com o que a natureza lhes dá.

Ora, a natureza foi bem pródiga para com as terras e habitantes do Distrito de Cabinda. Terra rica e suculenta. Com o mínimo de esforço se encontra o necessário para viver. Há maior ou menor abundância. Mas nunca vimos crises que ameaçassem fome. Nunca.

Mesmo assim, devido ao contacto com os portugueses desde longa data, os cabindas são das gentes mais evoluídas de Angola e dos povos vizinhos.

Tendo criado novas exigências, novas formas de vida na convivência com o homem branco, sobretudo com o português, não desprezam, nunca desprezaram o que a riqueza do solo tão generosamente lhes oferece.

A palmeira, espalhada por toda a parte e sem ser necessário plantá-la — mas, às vezes, é aconselhada a monda, tantas elas são —, dá-lhes o óleo de palma com que condimentam as refeições, o óleo (mole e rijo) e o coconote que vendem no mercado, o vinho de palma, os ramos com que fazem quase totalmente as suas casas ou nunca os dispensam na construção delas.

Se não em muita abundância, sempre encontram alguma caça e peixe. Os pescadores da orla marítima apanham peixe de toda a espécie e os do interior, nos rios e lagoas, são sempre bastante felizes na pesca de «biala» e de «bingola» (o bagre).

Não faltam bananas de variadíssimas espécies, raízes nutritivas, inhames, mandioca, de mais do que uma qualidade, que se desenvolve com um avanço de meses em comparação com a do sul.

Há imensos frutos da floresta e a anona da planície é pràticamente espontânea.

Não faltam as chuvas. Pode haver anos em que não são exageradamente abundantes. Mas, no interior, raro será o tempo da chuva (de Outubro, meados, a meados de Maio) que não chegue aos 1.200/1.500 milímetros.

Quanto a trabalhos, os mais do interior onde a terra é mais rica, limitavam-se — e, por vezes, ainda se limitam — ao mínimo necessário.

Os das terras junto ao mar eram, e ainda são, muito embarcadiços. Em quase todos os barcos da nossa marinha mercante e paquetes se encontra um ou outro cabinda. A este facto se deve certo nível de vida e o encontrar-se também em certas casas, casas de embarcadiços ou seus descendentes, baixela magnífica e fina, alguma muito antiga.

Que o digam os «caçadores-coleccionadores» aparecidos nos últimos tempos em Cabinda!...

Derrubar a floresta para as plantações de mandioca, milho e feijão e para as roças de café e cacau é trabalho principalmente do homem. A catana e, sobretudo, o machado são intrumentos que lhe são próprios.

Já a plantação da mandioca, do milho e feijão, amendoim, macoba, batata doce, etc, etc., ficará para a mulher e crianças.

É o homem quem corta os cachos de dendém, donde extraiem o óleo de palma. São os homens quem coze o dendém e que, com uma espécie de rede grossa, feita de lianas e de fibras, o espremem depois de muito bem maduro e muito bem cozido.

Já começa, porém, a ter máquinas rudimentares e manuais para este fim. Com o diferencial de um carro usado, um tambor de zinco dos de 200 litros, uma boa dúzia de lâminas de ferro aplicadas a um eixo, que vindo do diferencial trabalha dentro do tambor, e um arco forte e pesado a servir de volante... eis a nova forma de fazer óleo de palma entre os naturais de Cabinda.

Os grãos do coconote, libertos da polpa do dendém, serão partidos pelas mulheres e crianças. (Cf. Figs. P 39 e P 46)

Os trabalhos de olaria são bastante comuns aos dois sexos.

Mas a invasão das panelas de esmalte e de alumínio vai destronando as olarias que mais se limitam agora a uma ou outra espécie de panela e às *zimbasa* — potes — para água.

A caça é só para homens. Mas a pesca, nas lagoas e represas, pelo menos certas modalidades, são praticadas também por mulheres.

A extracção do vinho de palma é só feita pelo homem, uma vez que a seiva da palmeira não é colhida no pé — como se faz aos pinheiros para recolha da resina — mas sim na flor.

A subida às palmeiras é feita por intermédio de um arco, trabalhado com lianas e fibras resistentes, que cerca a palmeira e passa pelas costas do homem, fechado por uma espécie de nó. (Cf. Fig. C 46).

Apoiando bem os pés na palmeira, cujo espique fica sempre rugoso e com as saliências dos ramos que foram sendo cortados, segurando bem o arco com as duas mãos e fazendo força e impulso para cima, o homem vai subindo com relativa facilidade e até, algumas vezes e alguns, com muita agilidade.

Com o arco bem seguro e retesado (há arcos com maior ou menor curso, conforme a grossura das palmeiras a subir) fazendo força com o corpo contra ele e sendo à parte da cinta e rins que se encosta, o homem pode parar e descansar quando quiser e onde quiser, e também trabalhar no corte dos ramos de palmeira, no corte dos cachos de dendém e ainda no trabalho da recolha do vinho de palma. A faca ou catana leva-a segura à cinta, quando não segura nos dentes.

As costas dos pretos de Cabinda que sobem às palmeiras, os «palmadores» como lhes chamam, têm as marcas inconfundíveis deste trabalho.

Duas preocupações devem ter: não subir com a palmeira molhada, pois torna-se muito escorregadia devido a liquenes e musgos; nem deixar de ver com frequência o estado em que se encontra o arco. A falta de cuidado nestes dois pontos tem sido a causa de acidentes fatais. Fàcilmente se imagina em que estado se pode ficar caindo da altura de 10, 15 e 20 metros e de... costas!

Desde sempre ou desde há muito que, numa ou outra aldeia, se encontram homens habilidosos na confecção de armas.

Conseguem boas têmperas nas molas dos cães e gatilhos das espingardas. Ficou maravilhosa uma das molas da minha caçadeira, feita pelo André Loemba da aldeia do Kinguinguili, Tando-Zinze.

Para cano das espingardas deles contentam-se com um tubo galvanizado ou com o cano de uma outra arma velha de importação europeia.

São raros os ferreiros nas aldeias.

Os machados, machetes, catanas e enxadas, etc., são adquiridas nas feitorias. O que mais farão é irem afiando esses instrumentos, mas nunca vi preocupação em afiar uma enxada, com uma lima que hajam comprado ou servindo-se de uma pedra mais ou menos dura.

O que se pode dizer é que: o que afiam... fica bem afiado, não haja dúvida!

Nas forjas das oficinas mecânicas dos europeus, um ou outro aprendiz ou operário afia melhor esses instrumentos e até chega a fazer canivetes, facas, catanas de bom aço de folhas de serra ou de folhas de molas de carros.

Os actuais ferreiros indígenas adoptaram o fole comum europeu, accionado à mão ou ao pé.

Os foles antigos (*Nsákusu*, pl. *Zinsákusu*) eram feitos de madeira e pele. No mesmo tronco de madeira deixavam-se a par duas largas aberturas circulares e com um rebordo de mais de uma mão travessa. Ligavam à mesma saída de ar. Essas aberturas circulares eram cobertas por pele, quase sempre de cabrito, bem presa ao rebordo e sendo-lhe amarrada no centro um pau. O ferreiro accionava o fole fazendo, alternadamente, movimento com cada uma das peles segurando os ditos paus. O ar saía por um cano de ferro. A resguardar a parte de madeira do fogo existia uma peça de barro amassado — o resguardo do fole — a que se dá o nome de *Nkielo*.

As casas são feitas pelos homens e ajudam-se mùtuamente.

As mulheres ajudam a trazer os materiais: folhas, *banzas* — a nervura dos ramos de palmeira —, papiros, lianas, etc., etc.

A partir dos 16 anos o rapaz começa a construir uma casa para si próprio, que muitas vezes não medirá mais de 5 a 6 metros quadrados de superfície. Na verdade só precisa da casa para guardar os seus poucos haveres e lá dormir à noite.

Carregando lenha para casa

A mulher é quem, digamos, mais trabalha. O pouco arranjo da casa e dos filhos, a cozinha, a água que, por vezes, está muito longe, o amanho da terra para as plantações, as plantações e colheitas, os carregos, mesmo os dos produtos conseguidos pelo marido, etc., tudo fica, pràticamente, a cargo da mulher.

Muitas vezes, o homem estranho a estes usos e costumes e ao verdadeiro sentido deles é levado a concluir que a mulher nestas paragens passa a ser um «animal de carga e trabalho», que o homem, ao contrário, é um madraço e tudo deixa às fracas forças da mulher. (Cf. Fig. P 37).

Nada de mais errado se pode pensar. Este trabalho, que parece ser atirado para cima da mulher para que outros fiquem libertos, tem bem outra razão e bem mais belo sentido.

A mulher é o símbolo da fecundidade. Nasceu para ser fecunda, para gerar, produzir filhos. O seu seio é sagrado. E como o seu seio, sagrada é a terra. Por isso, a terra deverá ser trabalhada pela mulher o mais directamente que lhe seja possível. As sementes, tudo o que deva ser semeado e plantado na terra fecunda o deverá ser pelas mãos da mulher. Não é dar-lhe, primàriamente, trabalho. É dar-lhe honra. É fazer com que ela, que deve ser fecunda, faça com que, pelo seu trabalho, fecundas sejam as sementes.

E agora tudo se compreende muito bem que o que está ligado a sementeiras, plantações e colheitas esteja a cargo da mulher.

Compreende-se também que a escolha que o homem faz, quando pensa em casar, seja de uma mulher fecunda: mulher que lhe dê filhos, mulher de verdadeiro trabalho nos campos para que estes produzam o alimento necessário à família.

Ele terá outras formas de trabalho: a derruba de árvores, o corte de dendém, mesmo a plantação de árvores de fruto cujos produtos não sejam primária e directamente para o sustento da casa — v. g. o café, cacau, a confecção das casas, etc., etc.

Mas a plantação e colheita das sementeiras comuns, as do sustento diário da família, será feita pelas mãos da mulher que, por assim dizer, transmitirá também à terra parte do seu poder gerador, de fecundidade.

Mas não se fiam em si mesmas! Ao acabarem de fazer as suas lavras e plantações compravam, outrora, bebidas que levavam ao *Nganga Mbunzi* (o do nevoeiro). O *nganga* bebia um pouco dessas bebidas que lhe eram ofertadas e borrifava, com elas, o feitiço.

Tomava depois algumas folhas que introduzia no embrulho desse mesmo feitiço *Mbunzi*. Ali ficavam, as folhas, toda a noite. O *nganga* pisava, em seguida, muito bem essas folhas. Eram entregues às clientes que, por sua vez, as metiam numa panela de barro com água.

Essa água era aspergida nos campos semeados para que houvesse boa sementeira e para que os animais não comessem as plantações.

Já nos não admiramos de que o homem procure mulher de trabalho em lugar de mulher de aparência atraente. As coquetes, as amigas de passeios, até as muito faladeiras podem servir bem para outras coisas mas não para esposas.

A mulher faz as plantações de bananeiras, feijão (várias espécies) mandioca, batata doce (*mbala ianguili*), milho, makamba, inhame amendoim, *nkongo* (macoba), *uando* (guando) etc., etc.

Os homens ajudam na derruba das árvores. Mas já serão as mulheres que irão atear o fogo aos troncos e paus derrubados e ao capim e outras ervas. A cinza dessas queimadas é que será, na grande maioria das vezes, o único adubo da terra.

Os homens, sendo grandes as derrubas a fazerem-se, ajudam-se uns aos outros e, por isso, o dono de cada roça terá que aguentar com as despesas da alimentação, que não deverá ser fraca nem parca!

As plantações eram feitas em montículos ou em sulcos, sendo a semente ou o tubérculo semeado ou plantado no lombo do socalco.

A terra é sempre cavada e mexida com as cinzas das árvores, plantas e capim queimados.

Como passam o dia e o tempo

Com uma diferença de uns 20 a 30 minutos nos meses de Maio a Outubro, diferença para mais em relação aos outros meses de Novembro a Abril, os dias são quase iguais: 12 horas com dia e 12 horas com noite. Às seis da manhã pràticamente é dia e às seis da tarde é começo da noite. Os ocasos são maravilhosos mas têm curta duração.

Salvo em casos extraordinários, o cabinda não é muito madrugador. Não tem grande pressa em levantar-se; mas também não tem maior pressa em deitar-se, especialmente nas noites de luar.

A não ser que trabalhe com o branco ou em serviço do Estado, e segue, então, horários estabelecidos, não se apressa.

Os bons caçadores, é certo, chegam a levantar-se cedo, sobretudo quando sabem da existência de algum antílope, pacaça ou porco do mato relativamente perto.

Não têm pequeno almoço pròpriamente dito. Qualquer coisa, como por exemplo um pouco de mandioca crua, uma banana, algum amendoim ou um pouco de noz de cola, serve para o desejum e para lhes enganar o estômago.

Com o arco para subir às palmeiras, catana bem afiada e as garrafas ou cabaças para a recolha do vinho de palma, entre as 9 e 10 horas, os homens deixam a aldeia, excepto os doentes e velhitos — e não todos — e as crianças. Vão para a floresta.

As mulheres válidas também partirão pouco depois para as plantações. Por vezes, entre as 10, 11 horas e as 16, 17, hora a que as mulheres começam a regressar a casa, a aldeia fica vazia e parece morta.

A primeira coisa que o homem faz ao chegar à floresta, especialmente no tempo do cacimbo, é dar uma volta pelas suas palmeiras e recolher o vinho de palma que escorreu para as garrafas e cabaças durante a noite.

Recolhido o vinho, trocando por vezes garrafas e cabaças, o homem arma novamente o sistema de recolha. É relativamente simples.

O *malavo* (seiva da palmeira, vinho de palma) recolhe-se na flor da palmeira que, para isso, foi cortada. Abrindo um pequeno golpe na parte inferior do pé da flor, servindo-se de uma espécie de funil, feito ainda de uma espécie de folha que envolve a flor, fazendo com que o bico do funil penetre no gargalo da garrafa ou da cabaça que, por um fio, ficará bem segura ao local, vai-se recolhendo a seiva que corre mui lentamente. (Cf. Fig. P 32).

Uma palmeira dará vinho durante uns oito dias, no máximo.

Depois de umas boas libações, começam com o corte dos cachos de dendém, se è o tempo dele; tratam da extracção do óleo de palma, dos cachos já colhidos noutras alturas, se é a época de menos dendém; ou dão-se à derruba da floresta para as novas plantações no tempo conveniente.

Cada homem, ou em sociedade de dois até quatro, tem na floresta com palmar e no terreno que lhe é atribuído (cada um tem o seu terreno e suas palmeiras, tudo demarcado pelo *Nfumu-Nsi*) um coberto ou alpendre. Mede esse alpendre, em média, uns quatro por seis metros.

Meia dúzia de bons paus que sustentem uma cobertura de duas águas é o suficiente. Bastará que dê passagem à altura de um homem. Não tem paredes laterais. Ali guarda as suas coisas, junta o dendém e tem o sistema de fabricação do óleo.

A este coberto e recinto chamam *Kilala* (pl. *Bilala*).

Como procedem na fabricação do óleo de palma

Destinguiam entre óleo de palma *mole* e *rijo*.

O dendém é junto aos poucos e em cachos. São depois desgranados. Faz-se um grande buraco — prevendo a quantidade de dendém — que pode ter metro e meio ou mais de fundo por um metro ou mais de diâmetro.

O fundo e lados desse buraco, à medida que nele se mete o dendém, vão sendo forrados com folhas de bananeira, de modo que o dendém não fique em contacto com a terra.

Uma vez cheio, esse buraco é coberto com folhas de bananeira e ainda com grossos troncos também de bananeira, rachados a meio, que não só fazem peso sobre o conjunto do dendém amontoado, como dão e conservam certa humidade.

Quase sempre se deixa ficar o dendém nesse buraco durante todo o cacimbo, o tempo sem chuvas.

No dia em que se resolve tirar o dendém do buraco para se passar à preparação mais imediata para óleo, há festa e boa comida.

As mulheres cozinham. Os homens ajudam-se na faina de bater com fortes paus nesse dendém, agora tirado do buraco, para que a polpa do dendém se separe do coconote.

Tudo bem pisado deixa-se em monte mais uns dois a três dias.

Em seguida é separada a polpa do coconote. Esta é colocada novamente em monte, havendo sempre a preocupação de tudo cobrir com folhas de bananeira. Findos esses dias é fervida em grandes panelas de ferro.

Bem fervida, a polpa é passada por uma espécie de redes que se usavam como prensas para bem espremer o óleo. A rede-prensa fica sobre dois buracos, quase ligados um ao outro, para que o óleo que pinga quase naturalmente ou à menor pressão das redes (que são torcidas pelos homens com a ajuda de paus colocados nas duas extremidades) caía no primeiro buraco, indo o outro cair no segundo. No primeiro buraco fica o chamado óleo mole (por ser mais líquido). Para o segundo vai o óleo rijo, chamado o *dote*, o fundo.

O óleo fica nos buracos o tempo que se desejar — conveniência de preço do mercado, como reserva de fundos, etc., etc.

Esse óleo, um e outro — ainda que um mais puro do que o outro — acabava por solidificar.

Quando se pretende vender é (era) cortado à catana ou tirado à enxada e passado para pequenos *mutetes*, os cestos feitos com ramos de palmeira. Não é preciso dizer-se que tudo era bem resguardado com folhas de bananeira.

Tendo tomado atenção ao que fica descrito, temos de notar que o óleo não podia ser de muito boa qualidade. É óleo extraído de dendém apodrecido. Portanto, com muitos e muitos graus de acidez.

Havendo hoje um pouco mais de cuidado neste ponto, sendo até sido posta de parte esta forma de óleo *rijo* e de óleo *mole*, ainda não há todo o cuidado que é preciso em usar o dendém maduro, mas bem fresco, para que se reduza ao mínimo o grau de acidez.

Isto se ressente por vezes na cotação inferior que é dada ao nosso óleo.

Ora, o homem do interior de Cabinda, trabalhe na derruba da mata para as plantações pelos meses de Agosto e Setembro, antes das chuvas; ou na fabricação do óleo de palma; ou na recolha de dendém, sendo mais abundante no mês de Junho a Outubro, o certo é que, pelas quatro ou cinco horas da tarde, o homem deixa o trabalho que tiver em mãos para voltar à recolha do vinho de palma.

Se trabalhar com o europeu, logo que deixe o trabalho, corre para as suas palmeiras, caso esteja perto de casa.

Durante o dia foi bebendo do que recolheu da parte da manhã.

Por vezes, já chega à tardinha «bastante composto»! Mesmo assim não deixa de subir. Não é raro chegar a beber da cabaça ainda no cimo da palmeira. Um ou outro desastre e queda deve-se a esta devoção! (Cf. Fig. P 33).

Há quem recolha bastante vinho. Servirá para uso particular e para venda. O preço por litro vai, conforme a época (no tempo do cacimbo é melhor e mais abundante), de 1$00, 1$50 a 2$50.

Voltamos a lembrar que, por causa do vinho de palma, as festas da «Casa da Tinta», as celebrações do «Mpolo» se celebram no tempo do cacimbo — tempo sem chuvas — em que o vinho de palma é melhor e mais abundante. É certo que também a falta de chuvas nessa estação tem influência na escolha da época das festas.

Mas voltemos aos nossos homens. Recolhido o vinho, voltam à *Kilala*. Fazem libações abundantes com os amigos que sempre vão chegando. Cada um por sua vez vai passando pela *Kilala* do amigo.

Nos tempos que correm, de verdadeira evolução, já vão trocando, e em toda a parte, as antigas *Bilala* pelos muitíssimos e variados bares (ou cantinas) que se podem encontrar em quase cada aldeia.

Durante o dia foram roendo qualquer coisa: amendoim torrado, noz de cola, bananas maduras ou banana-pão assada, mandioca crua (a *Mundele-mpaku*, que tem certo sabor a castanha crua) ou mandioca fermentada e cozida, etc.

Já Battel fez notar a sobriedade destes povos. «Sua sobriedade nos alimentos é regra geral nos países quentes. Excepção feita em certos dias de festa, em que matam algum animal ou aves, não tem outro alimento além do peixe fresco ou defumado, sobretudo sardinhas, que comem com diferentes ervas e piri-piri». [1]

Pela noite já cerrada regressam a casa. E é nesta altura que têm a sua principal e mais cuidada refeição. Mas é frugal.

As qualidades de comida indígena, nos clãs do Enclave de Cabinda, são, na maioria, preparadas à base de *muamba*, óleo de palmeira.

O óleo de palmeira para as refeições consegue-se pisando muito bem o dendém, maduro e fresco, no almofariz próprio — *Kivu-Kingázi* — e depois de muito bem cozido. Livre da polpa pisada e do coconote, volta a ferver novamente com água. Deixa-se arrefecer e recolhe-se o azeite de palma, que fica ao de cima da água.

A *muamba*, por princípio, é feita para cada refeição.

Outras ainda procedem do modo seguinte: depois de bem cozido o dendém e de bem pisado no *Kivu-Kingázi* é passado por duas panelas de água fria ou com água mais ou menos quente, conforme o dendém está muito quente ou esfriado.

Vai ficando na primeira panela a *muamba nzita* — *muamba* forte, pesada, suculenta — e passa-se depois para outra panela, para ir lavando o coconote e fibras maiores que se possam extrair à mão. (Cf. Fig. P 34).

Nesta segunda panela vai ficando a chamada *muamba* aguada — *muamba nsukuluzu* ou *muamba mbusa-koko* (*muamba* das costas da mão).

Quer a *muamba* pesada quer a aguada são coadas por uma espécie de coador feito de fibras de *Nzombe* ou da fibra de *Manga* (planta que dá as folhas com que se cobrem as casas). Hoje já usam latas furadas para servirem de coador ou até compram coadores feitos.

Depois de bem coada a *muamba* vai para a panela e para o fogo com o alimento que se deseja confeccionar. Pode guardar-se de um para o outro dia, retirando a que se julgar necessária.

A *muamba* aguada é para refeições pobres, v. g. de sardinha.

Por isso mesmo têm o provérbio seguinte:

Muamba senge va mongo to ke lili.

A *muamba* de galinha só no cimo se pode comer (só por cima tem algum azeite).

Com a *muamba*, sobretudo a *muamba* pesada (*nzita*), confeccionam-se pratos de *muamba* de carne, de galinha, de peixe seco, de peixe fresco, etc., etc.

Estas *muambadas* são acompanhadas, ordinàriamente, de mandioca cozida, ou de arroz ou de fuba (farinha de mandioca cozida), e sem nunca faltar o piri-piri.

Saka-Folha

É um esparregado de folhas de mandioca. É feito com *muamba*. Pode levar milho pisado, mas milho fresco. Milho fresco pisado é o *makandi*. Só depois de bem cozida

---

[1] Battel, in Prevost, op. cit., pág. 249 do Vol. VI.

a *saka-folha* e o milho — ou o que se escolher para juntar na *saka-folha* — é que se deita a *muamba* que será muito bem mexida com o *luika*, mexidor de madeira.

Na *saka-folha* também é uso misturar peixe salgado, peixe fresco e carne. A carne vai aos bocados para que, na distribuição, se possa dar um pouco a cada uma das pessoas que tomam parte na refeição. Têm sempre imenso cuidado em fazerem uma óptima e equitativa distribuição da comida. Não nos lembramos nós de que foi dado o nome de *Makaba* — o que parte — ao descendente de *Vuá Limabene* que soube dividir perfeitamente a comida pelos seus oito irmãos?

A *saka-folha* (entre eles se chama *Kilembe*) ainda pode levar banana, feijão *makundi* (fradinho), etc.

Mas, voltamos a repetir, em todas as comidas que levam *muamba* o piri-piri (*biazi* ou *gindungu*) não pode faltar, não só para bom apuramento da comida mas até para tirar o sabor enjoativo com que ficaria sòmente com a *muamba*.

Mas é tudo muito bem cozido antes, em água e sal, com a *saka-folha* e em panela bem tapada com folhas de bananeira (que se prendem em redor dos bordos da panela). Só depois se deita a *muamba*, voltando tudo a nova fervura e bem mexido com o *luika*.

Há sempre o cuidado de escolher bem o *luika*, feito de ramo de árvore não venenosa, e, depois de se usar, guardá-lo bem.

Fazem *muamba* de *uando* (guando), de *nkongo* (macoba), de *nzangi* (feijão fradinho), de *madezo manzala* (outra qualidade de feijão), de *madezo mampuese* (feijão grande).

Kienzo

É um género de puré, que pode ser feito com puré de feijão e teremos o *Kienzo kinzangi* ou, o mais comum, com o puré de macoba (*nkongo*) e temos o *Kienzo kinkongo*. Quer um quer outro são condimentados com *muamba* e piri-piri para lhe dar gosto e sabor. Deve ficar em massa bastante consistente e não aguada.

Libuki

O *libuki* é feito com amendoim seco, torrado, conservando ainda parte da «camisa» (para dar ao *libuki* um colorido acastanhado), pisado com piri-piri e sal. Bastante piri-piri.

O amendoim é pisado no almofariz do dendém até que se note perfeitamente a saída do próprio óleo de amendoim. É, por fim, enrolado em folhas tenras de bananeira. Conserva-se bastante tempo.

O amendoim bem pisado, até começar a rever o próprio óleo, chega a ser usado como um substituto da *muamba*.

As folhas de *muanga-baza* — espécie de louro, mas de folhas mais largas do que o nosso — e as de *nuka* são muitas vezes usadas para darem gosto à comida.

Makamba é uma espécie de batata amarga, indígena, que pode ser cozida com *muamba*, *saka-folha*, peixe, carne, etc.

Da *tókula* (*Caladium esculentum* — Taioba ou Taro) fazem um magnífico esparregado.

As inhames, banana-pão assada, mandioca assada (a *mundele-mpaku*) ou mandioca cozida (a que esteve a fermentar) são os acompanhamentos da comida servindo de pão.

São qualidades de refeições que não abandonaram e nem abandonam. Até chegam a ser apreciadíssimas pelos europeus, especialmente as *muambas* a *saka-folha* (sempre presentes nas festas deles em que os europeus tomam parte — e até se usam nas festas só de europeus) e o *kienzo*.

Mas já os vemos a adoptar a cozinha europeia, que aprendem a preparar com certo esmero.

O preto só era cozinheiro em casa do europeu ou assimilado.

Nos tempos que correm, também já o começa a ser para a gente de sua raça.

Foi célebre cozinheiro o velho Pitra Kuanga — que ainda conhecemos e de quem chegamos a saborear os bem cuidados pratos, tanto à europeia como à indígena, natural do povo Makanga-Cabinda, e que foi chamado a Luanda, em 1938, para cozinheiro no Governo Geral durante a visita e estadia do então Presidente da República, Marechal Carmona.

Na própria casa a cozinha está a cargo da mulher. Uma vez ou outra, em dia de grande festa e em que recebe amigos, se for ou tiver sido cozinheiro por conta de outrém, mostrará o homem as suas qualidades de culinária.

Não há costureiras. São os homens quem costuram, mesmo para as mulheres e lhes cosem os panos, fazem as saias e os quimonos e até os... *soutiens* (que já começam a usar) tirando as medidas e fazendo as provas que se julgarem necessárias!

E dizemos para as mulheres, não se tratando só das próprias.

Esta é ainda a regra geral. Mas já aparecem mulheres que fazem a própria roupa ou vão a outras, mesmo europeias, para que lha façam.

Por sua vez, no que diz respeito à lavagem da roupa, cada um lava e ponteia a própria. Nem a mulher lavava a roupa do próprio marido ou lha ponteava. Com dificuldade se tem conseguido que as alunas saídas das Missões Católicas de Irmãs religiosas comecem a fazer alguma coisa de costura e a pontear e lavar a roupa dos pais ou do marido, quando casadas. Mas tem custado bem! Porém, está a haver certa evolução neste sentido.

O preto cabinda é também óptimo lavadeiro. A roupa branca, sobretudo fardas, fica tão bem passada a ferro que, por vezes, dá a nítida impressão de que foi engomada. O preto lavadeiro lava bem melhor do que a lavadeira.

Há bons alfaiates, bons carpinteiros e muito bons pedreiros.

Os alfaiates — a não ser os já tidos por verdadeiros artistas e fazendo obra para os brancos — raro trabalham na casa própria, bem como os sapateiros. Preferem ter autorização dos donos das feitorias e lojas de comércio para ali, quase sempre ao abrigo da varanda da casa, montarem a oficina. E não deixam de ter vantagens. É que os clientes das lojas podem acabar por ser seus próprios clientes mandando executar as obras, ali mesmo ao lado, com a fazenda acabada de adquirir. Até o dono da casa pode fazer uma pequena recomendação... (Cf. Fig. P 40 e P 41).

Aparecem já mecânicos, condutores de carros, de camiões, tractores e de outra maquinaria nova.

A confecção de canoas é trabalho exclusivo dos naturais.

Para isso há-os especializados. Têm ferramentas próprias, mas manual e rudimentar.

São feitas mais correntemente de *Safukala* (*Pachylobus pubescens*, Vermoes) e de *Tola Branca* (*Gossweilerodendron balsamiferum* Harms).

Sabendo-se que há — e, sobretudo, que houve — canoas que aguentam com 4,5 e até 10 toneladas (eram as usadas nos rios, para transporte de carga, especialmente óleo de palma e coconote) — pode fazer-se ideia do tamanho do tronco e do trabalho que deu em desvastá-lo e cavá-lo, sem se falar no da derruba de uma tal árvore!...

Outrora, como se faz notar em Prevost, havia tecelões, ferreiros, barreteiros (os confeccionadores dos barretes dos chefes) oleiros, fabricantes de colares, carpinteiros, fabricantes de canoas, pescadores, mercadores, comerciantes, etc.

Fazendo talvez só excepção de tecelões e fabricantes de colares, tudo o mais continua em maior ou menor actividade.

Nesses tempos longínquos os tecidos eram feitos de fibras, especialmente da fibra da entrecasca do embondeiro (*Nkondo*) e da *Nsanda.*

Dessas fibras se fabricavam os célebres panos *Libongo* ou simplesmente *Bondo* (ou *Lubongo,* pl. *Zimbongo*) que correu como pano-moeda, pelo menos até 1693.

«Os portugueses, diz Battel, levam estes panos para Luanda onde passam por moeda corrente». (Cf. Nota)

Mas já se não tecem panos e nem se fabricam colares. Tudo isso se compra.

Os tecidos usados pelas mulheres cabindas são de um estampado colorido que a todos encanta. E quantos desses tecidos, fabricados inicialmente para uso das naturais de Cabinda, passam às mãos das senhoras europeias e suas filhas? E os que são procurados para as meninas e senhoras, mesmo de Luanda e de outras cidades da província?

É que com razão se diz que a mulher cabinda se veste com certo requinte e garridice.

Em tecelagem, agora feita por um ou outro habilidoso que já não faz parte da gente nova, ficou sòmente a de uma ou outra insígnia da indumentária dos grandes chefes.

São elas:

NZITA, barrete (espécie de carapuça) que pende de lado e chegando pràticamente ao ombro. (Cf. Fig. C 42)

KIMPENE, também barrete como o anterior mas chegando só quase à orelha, quando pendido.

NGUNDA, barrete, tipo boina-solidéu (que pode ser todo liso ou com uma espécie de tufos, quer ao meio, quer dos lados).

KINZEMBA, espécie de murça. (Cf. Fig. C 42)

As fibras mais usadas nos últimos tempos — uso, porém, que está a passar, uma vez que podem adquirir fios de toda a qualidade, cor e grossura e para todos os fins — eram as das folhas do ananás, da *mpunga* (*urena lobata*) e ainda a da entrecasca do embondeiro.

Bem interessante é a explicação e significação atribuída a cada um dos *tufos* do *NGUNDA.*

A que vamos dar é a que nos forneceu o *Nkotokuanda* do Ntó do seu próprio *Ngunda.* Tinha sete tufos o seu *ngunda.* (Cf. Fig. P 44) *

Começa-se pelo da frente, segue-se pelo da direita e termina-se no do centro.

1.° — *Mazimbu ku tuzimba nsamu nfumu buala kazimbulanga nsamu ko.*
O dono da casa não pode esquecer ou deixar de saber o que lhe vai por casa.

2.° — *Nkázi ukuela, ka kamba ndose ntu.*
À mulher com quem casaste, não contes o sonho que tiveste (se é mau, não te deixa e vai fazer-te mal; se é bom vai-o contar a todas).

3.° — *Muana natunuá ukusemukuéne.*
No filho que a tua mulher te trouxe (de outro homem) não podes ter nele confiança.

Os panos que os reis, outrora, usavam como vestido eram feitos, como sabemos, por fibras de plantas e árvores e também de palhas que se chamavam **Makuta** (sing. **Likuta**).

Estes **Makuta,** como o **Libongo** (ou **Lubongo**), corriam como moeda. Daí as **Makutas**...

* Queremos fazer notar a semelhança que existe entre os tufos do NGUNDA do **Nkotokuanda** do Ntó e os do penteado da jovem da fotografia (Fig. P. 45).

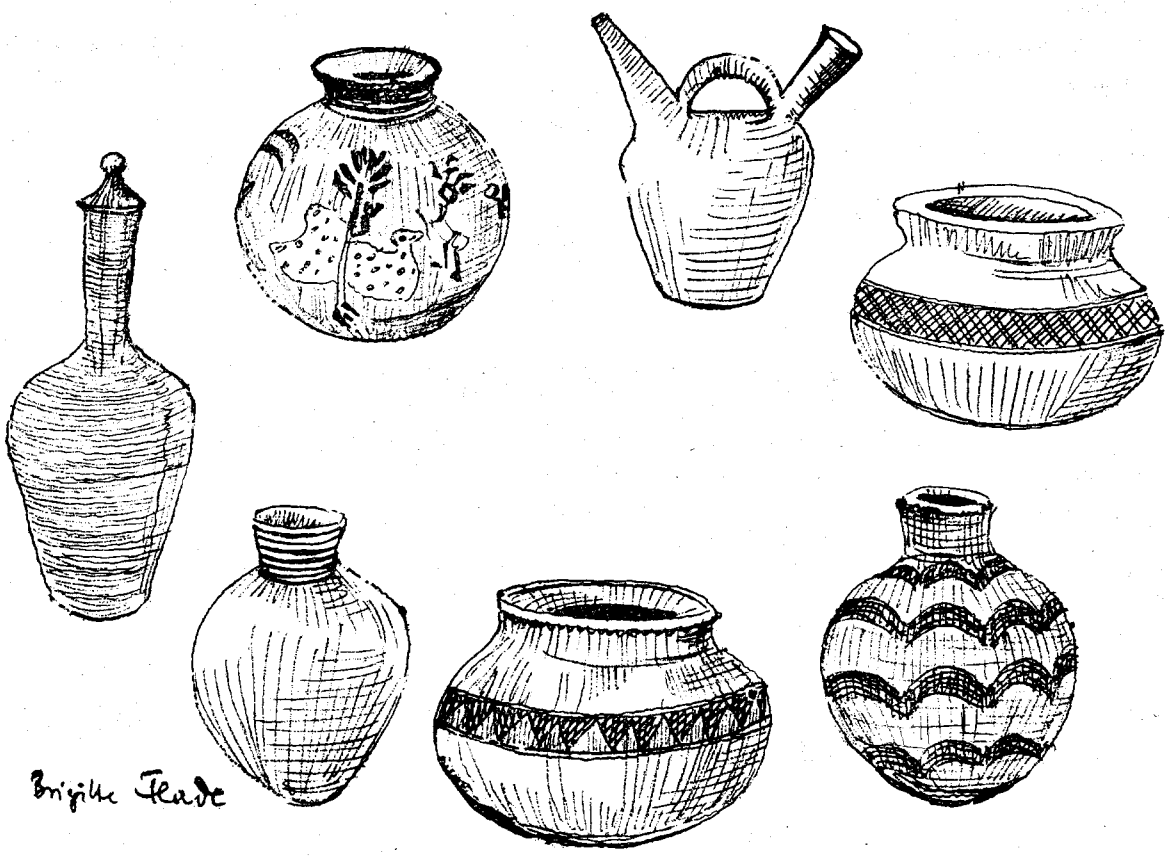
4.° — *Ukose (likose) kakamba nfumu andi nsamu.*
A nuca não conta casos (assuntos) ao seu dono (pois não vê para trás).

5.° — *Banda mbata ntu, kambua kavuá ko.*
Batendo com o cimo da cabeça, não pode faltar dono (para ela, é coisa que se sente bem).

6.° — *Muana kambila Nzambi; monsi na Nzambi ka kamba ko ngeie tata ka podi ko nkamba ko.*
O filho fala a Deus; se Deus não te falou (respondeu) também o pai nada pode dizer.

7.° — (o do centro) *A unete va ntu, podi tula va nsi: a unete va munu podi kutúla va nsi ko.*
O que levas à cabeça, podes pôr no chão: mas não o que levas na boca.

OS OLEIROS



A olaria, que só encontramos nas aldeias que têm perto o barro que é usado — uma argila negra — é manual e do sistema mais rudimentar que imaginar se possa.

Posto que se encontrem mulheres a trabalhar em objectos de olaria, esta é deixada mais para os homens.

Não se encontram objectos de simples ornamentação. O que se faz tem sempre um fim utilitário, para uso doméstico.

Os formatos são comuns, variando tão sòmente nos tamanhos e num ou noutro desenho com que embelezam as peças e a que ligam, por vezes, certo simbolismo. (Cf. «*Sabedoria Cabinda*»)

Das mãos dos oleiros saiem:

Panelas — *NZUNGU* (pl. *ZINZUNGU*).

Destinam-se ao fogo e a confecção de toda e qualquer comida.

Sangas — *MBASA* (pl. *ZIMBASA*). São potes para água.

Encontram-se duas espécies de *Mbasa*: umas maiores e outras mais pequenas.

É às maiores que mais comummente se dá o nome de *Mbasa*. São de uma só cor, a preta.

As mais pequenas, mais interessantes e, ordinàriamente, de duas cores, têm o nome de *LIPOA* (pl. *MAPOA*).

A cor vermelha é dada pela *ngunzi*, uma espécie de argila vermelha. A preta ou negro consegue-se com o uso da entrecasca do arbusto *Kimbanzi*. É rica em tanino.

Procede-se do modo seguinte: a entrecasca do *Kimbanzi* é colocada em infusão num recipiente com água. Ali fica tempo suficiente até que a água fica de um vermelho-arroxeado forte.

Depois da cozedura das Zimbasa, Mapoa e outros objectos de olaria a que se deseje dar a cor preta, com um pano molhado na infusão de *Kimbanzi* passa-se pelas peças, enquanto estão ainda quentes. Ficam pretas e nunca mais perdem a cor. Doutra sorte, depois de cozidas, ficariam esbranquiçadas, cor de barro simplesmente cozido.

Fazem ainda Moringues — *NLINGO* (pl. *ZINLINGO*). (Cf. Fig. P 42).

Neste termo *NLINGO* (*ZINLINGO*) temos de ver uma deturpação da nossa palavra *moringue (moringa)*. Mas há quem a não aceite.

Os moringues, feitos sempre de barro bastante poroso, são usados, mesmo pelos europeus — ou eram, nos tempos sem frigoríficos — para conservar fresca a água.

Os fornos para a cozedura destas peças de olaria são tão simples como a própria confecção dessas peças: cavados em qualquer barreira.

ESTEIRAS

São três as qualidades e espécies mais comuns de esteiras.

LUANDU (pl. MALUANDU) — Esteira feita de papiros.

KITEVA (pl. BITEVA) — Esteiras feitas, ordinàriamente, com as folhas da mateveira (outros escrevem matebeira) — a *Hyphaene guineensis Schumach et Thonn.* É um género de palmeira de leque.

Esta palmeira dá igualmente um rico vinho, mas menos abundante do que a palmeira comum.

NKUALA (pl. ZINKUALA) — A esteira que se fabrica com a fibra do colmo da planta *Nzombe*. (Cf. Fig. P 38)

O fabrico das esteiras é deixado totalmente às mulheres.

Desde bem novas as raparigas começam a experimentar fazê-las.

1 — As de papiros — *luando.* *

O *luando* dir-se-ia uma espécie de junco grosso, da espessura de um dedo ou mais, com dois ou mais metros de altura.

O papiro é cortado e posto a secar. Apara-se, posteriormente, em tamanhos iguais, de metro e meio a dois metros. São, em seguida, ligados de palmo em palmo, atravessando a espessura do papiro com liana forte e maleável ou com a fibra do *lubamba* (*Eremosphata cuspidata* Mann & *Wendl*) ou, actualmente, com alguma outra qualidade de fio adquirido nas feitorias.

Usam-se tantos colmos de papiro quantos os necessários para se obter uma esteira de uns 80 centímetros de largura.

A esteira de papiro — *luando* — é a que se estende imediatamente sobre o solo. Mesmo que a cama seja de tábuas, mas sem colchão, sobre elas serão estendidos um ou mais *luandos.* Só por cima do *luando* se estende a *kiteva.*

2 — O tamanho comum da *Kiteva* é de uns 60 a 70 centímetros de largo por 110 a 120 de comprimento. Não há desenhos especiais na *kiteva* e nem os pode haver no *luando.*

Para um bom *luando* exige-se que o papiro seja perfeitamente regular e cuidadosamente unido.

Na *Kiteva* esmeram-se no entrelaçado e procuram que as fibras das folhas da mateveira sejam o mais regulares possível.

Em princípio, na *Kiteva* não entram cores. Comummente são da cor da palha. Uma ou outra, contudo, aparece com fibras azuis ou pretas.

3 — *Nkuala* — Há muito mais cuidado e brio no tecer de uma *Nkuala.*

Se é feita a cores diferentes e com desenhos simbólicos, toma o nome de *Nkuala-Buinu* (pl. *Zinkuala-zibuinu*). (Cf. Fig. P 43)

Estas *Zinkuala-zibuinu* são trabalho quase exclusivo das raparigas e mulheres dos clãs Basundi e Baiombe. Também um pouco do Balinge.

A fibra do *Nzombe* para as esteiras com símbolos pode ser usada em quatro cores. Raramente aparecem as quatro cores na mesma esteira.

— Cor preta, conseguida com a imersão das fibras nas águas das lagoas — com imenso lodo e tanino de plantas — durante alguns dias;
— Cor vermelha, fervendo as fibras em água com *túkula;*
— Cor azul, fervendo também as fibras com água e anilina dessa cor;
— Cor amarela, cor de palha, a cor com que ficam as fibras secas.

Estas *Zinkuala-zibuinu* são usadas mais nas cerimónias da Casa da Tinta ou em ofertas.

Os *luandos* e *biteva* são para uso comum: nas camas, nas reuniões públicas, sempre que se tenham de sentar no solo, e dentro das casas, quando não há cadeiras, cepos ou bancos que cheguem para todos.

Há quem se encarregue da encomenda de esteiras e que as faça, tornando essa ocupação num ofício rendoso. Quem as faz por ofício vai vendê-las depois aos comerciantes ou nos mercados públicos ou até a quem lhes vier bater à porta.

---

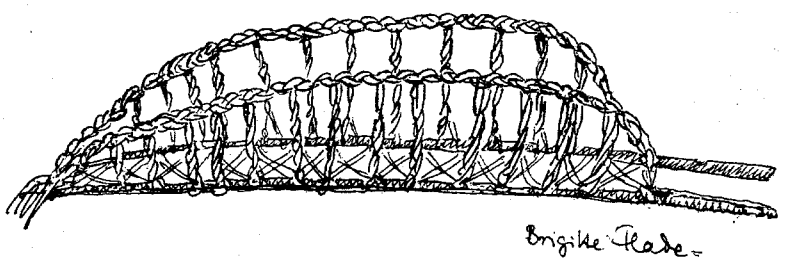
* Escrevemos também **luando** por se ter tornado palavra muito comum, mesmo em português.

Com dois ramos de palmeira, tecendo e entrançando os folhas, fazem ainda as mulheres o *Ntete* (*Mintete*, plural), a que já chamamos *mutete*, adoptando o termo.

É maior ou menor. O maior é para cargas, usado no transporte de mandioca, lenha, potes de água, etc., etc.

O mais pequeno, para viagens. Chama-se *Nte-tete* ou *Ntete-tete.*

Neste levam as poucas coisas necessárias ou alguma pequena lembrança para os pais ou quem vão visitar.



Desenho perfeito, baseado em fotografia, de um **Mutete**

Os maridos não gostam muito de ver as suas mulheres com o pequeno *mutete* à cabeça. É que andam fora de casa, em passeios, e não casaram com elas para isso.

E é por isso que há o provérbio que diz:

Makuela m'intete-tete:
Mi si kuela ko.

O casamento de cestinho:
Não é casamento.

Ou ainda:

Makuela m'intete-tete:
Podi sikama va nzó nuni ko.

A mulher casada (quando tem à cabeça) o pequenino *mutete*:
Não pode ficar em casa do marido.

Fabricados ainda pelas mulheres são os cestos chamados *NTENDE* (pl. *ZINTENDE*), *MPILI* (pl. *ZIMPILI*) a que, comummente, ouvimos chamar *KINDA.*

O *Ntende* sofre vários tamanhos porque várias são as suas aplicações. Se podem servir para cargas, não é raro, quando mais pequeninos, serem usados na guarda de coisas caseiras.

O *MPILI* ou *KINDA* é que são cestos grandes para carga pesada: de lenha, potes de água, mandioca, etc., etc. (Cf. Fig. P 47)

Usam-no as raparigas e mulheres Basundi e Baiombe, carregando-o às costas. Para isso empregam uma espécie de correia ou faixa (tecida de fibras resistentes de plantas), de cinco a sete centímetros de largura, que passa um pouco acima do meio do cesto e é fixo em suas frontes. Caminham de cerviz vergada. Desta forma melhor se equilibram e mais fàcilmente seguram e transportam a carga, bem pesada e bem grande, por vezes.

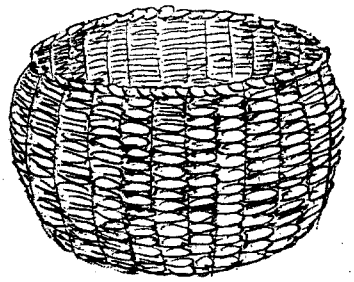
A faixa tem comprimento bastante para poder servir a mais velhos e a mais novos (às vezes cada um tem a sua) e para poder servir com *Zimpili* mais ou menos volumosos. Tendo os tais cinco a sete centímetros de largura para melhor e mais cómodamente assen-

tar bem no alto da testa, vai adelgaçando para as pontas a fim de permitir fazer-se o nó à distância que melhor convenha.

Estes transportes de cargas às costas, a não ser a dos filhos, não se vê entre os Bakongo e Bauoio. (Cf. Fig. P 37)

O *Ntende* e *Mpili* são fabricados com *zimbanza* (as nervuras dos ramos de palmeira) ou com fibras de *lubamba*.

O tamanho e resistência que se deseja que tenha o *ntende* ou, sobretudo, o *mpili* conduzirá à escolha e preparação de nervuras de palmeira ou de fibras de *lubamba* mais ou menos grossas e mais ou menos largas. Mas, na mesma peça, o material empregado será da mesma qualidade e da mesma espessura.



MERCADOS

Cabinda, a actual cidade, foi conhecida até há bem pouco tempo, pelos povos do interior, pelo nome de KIOUA (*Chioua*).

E KIOUA designava praça, mercado.

E foi mercado não só de escravos, nos velhos tempos, mas de todas a qualidade de produtos da região: peixe, panos-moeda (*Lubongo*), sal, artigos e géneros necessários à vida.

O sal, em tempos, era mercadoria só permutada pelos senhores da terra. Era debaixo de sua superintendência que se fabricava o sal.

A água do mar era fervida em grandes panelas, acrescentadas pelo menos umas três vezes, para se conseguir juntar algum sal. Este chegou a ser adquirido pelas pessoas do interior a troco de escravos.

Por isso, para serem os únicos beneficiários, os grandes senhores de *Kioua* castigavam quem fosse apanhado a tirar água do mar. O sal chegou a circular, no interior, como moeda.

Tudo isto anda ainda na memória dos velhos, dos quais recebemos estas notas, que as receberam de seus maiores.

Continua Cabinda a ter mercado diário e em mais de um lugar. O de maior sortido é no próprio mercado municipal. Em Lândana e em quase todas as sedes de Administração há mercado. (Cf. Fig. P 47 e P 48)

No interior, ora numa ora noutra aldeia mais importante, há mercado num ou noutro dia da semana.

E no mercado aparece de tudo o que é necessário para sustento e alimentação, a saber:

Peixe fresco, peixe defumado, peixe frito;

Mandioca crua, *kikuanga* (a mandioca, depois de fermentada e de muito bem amassada, cozida em banho-maria, envolvida em folhas de bananeira), dendém, feijão (várias espécies), milho, amendoim, macoba, inhames. (Cf. Fig. P 35 e P 36)

Bananas, mamão e papaia, ananás, mangas, anonas;

Luandos (esteiras grossas de papiros) e esteiras mais finas e comuns;

Piri-piri (seco e verde), folhas de mandioca para esparregado, gengibre...

Não se vêem à venda nos mercados animais domésticos nem carnes, mesmo de caça. São guardados para festas ou gastos familiares, em certas circunstâncias.

O sal, arroz, açucar, sabão, panos, fazendas, blusas, quimonos, sapatos, etc., etc., são adquiridos nas lojas de comércio e feitorias.

Ou se compram a dinheiro ou por permuta. Na permuta entra frequentemente o óleo de palma e o coconote, café, milho e feijão, e ainda ovos e frangos.

★

DIVISÃO DO TEMPO

Está adoptada, pràticamente, em toda a parte a nossa divisão de tempo em anos, meses, semanas e dias.

Ano ainda se diz MVU (pl. ZIMVU).

O mês é designado por NGONDA (pl. ZINGONDA), o mesmo que LUA.

Para os doze meses do ano adoptaram os nomes que lhes damos, ainda que um pouco deturpados pela pronúncia dos nativos.

Assim: *Januádi, Februádi, Aprili, Julii, Septembele, Novembala, etc., etc.*

Por influência portuguesa, os povos dos territórios vizinhos designam da mesma forma os meses do ano.

Quando se referem a semana, semana inteira, tanto a podem indicar pelo termo *Lumingo* (que também é usado para designar o Domingo pròpriamente dito) como *Sábala* (que também indica o simples Sábado).

Os dias da semana são:

Lumingo — Domingo
Kikunda felo (ou *Ilumbu Kimueka*) — Segunda-feira (ou o primeiro dia da semana)
Kimuali (*Ilumbu kimuali*) — Terça-feira (o segundo dia da semana)
Kintatu (*Ilumbu kintatu*) — Quarta-feira (o terceiro dia da semana)
Kiná (*Ilumbu kiná*) — Quinta-feira (o quarto dia da semana)
Kintanu (*Ilumbu kintanu*) — Sexta-feira (o quinto dia da semana)
Sábala — Sábado.

Nos velhos tempos

O ano dividia-se em duas épocas:

1 — A das chuvas — *Ntangu Mvula* — Tempo das chuvas.

2 — O tempo seco, do cacimbo — *Ntangu Isivu* — Tempo do cacimbo (*Kisivu* — pl. *Bisivu* — Cacimbo).

O tempo das chuvas ia (e vai ainda) do actual Outubro a meados de Maio; o tempo de cacimbo, dos meados de Maio a meados de Outubro.

Facto interessante: não é raro, nas terras do Distrito de Cabinda, as chuvas começarem a cair mesmo no dia 15 de Outubro e terminarem uns dias antes do 15 de Maio ou mesmo nesse dia.

Os meses eram todos de 28 dias, de lua nova a lua nova.

Não tivemos conhecimento dos nomes que dariam, outrora, aos meses, a não ser de dois de que falaremos depois.

Cada mês dividia-se em sete semanas de quatro dias cada uma.

Os nomes desses dias da semana:

Em tempos deram-nos os nomes de

NSONA
NKOIO
NTONO
NSILO

Posteriormente, os de

NTONO
NSILO
NSONA
NKANDA

O NSONA, para uns, correspondia ao dia de descanso absoluto.

O dia imediato ao aparecimento da lua nova devia ser tomado como o primeiro dia da semana. Os outros ficariam relacionados com ele.

Cada dia tinha o seu trabalho estipulado.

Marichelle diz:

NSILO — nome de um dia correspondente à segunda-feira.

NTONO — primeiro dia da semana dos indígenas.

NSONA — dia da semana dos vilis durante o qual é proibido trabalhar e dia de honrar os feitiços.

P. J. Troesch cita uma passagem do dicionário do P. Derouet a este respeito. É ela:

«Os fiotes conhecem sòmente quatro dias: *Ntono*, dia das grandes assembleias e das «palavras».

Nsilo, dia em que se retira a mandioca da água em que estava a fermentar.

Sona, dia de descanso absoluto. Durante o Sona era proibido comer beringela e espargado.

Nsuka, dia de orações; quando desponta deita-se a mandioca a fermentar.»

O que se fazia em dia de *Sona* (outros escrevem *Nsona*) segundo a descrição do velho Estanislau Kimpolo:

Esse era o dia que se revestia de maior solenidade.

Os reis da terra tiravam cada um 9 folhas da planta *Mabata-Bata*, que se tinha por planta sagrada. (Veja-se aqui novamente o número 9 — número sagrado).

O rei, sobrepondo essas 9 folhas de *Mbata-Bata*, colocava-as na sua frente segurando-as com o seu barrete *Ngunda*.

Com cinza, ou com uma espécie de barro que se encontra perto das praias — tendo-se o cuidado de o ter sempre de reserva — marcava a testa, os cantos dos olhos e o peito, tendo começado pelo umbigo.

Isto faz-se pelas seis da manhã. Toda a aldeia deve estar em absoluto silêncio.

O chefe vestia-se com os melhores panos que tivesse e com todas as suas insígnias.

Ficava dentro de casa sentado. Pelas duas da tarde as mulheres levavam-lhe comida. Podiam, então, começar a falar todos.

Ao deitar-se o chefe devia recolher as folhas de *Mbata-Bata* que, guardadas num pequeno cesto, serviam de um *Nsona* para outro.

Ùltimamente deram-nos outros nomes e descrições sobre os dias da semana.

NTONA, NSILO, NSONA e NKANDO.

O *Nsona* e *Nkando*, dizem-nos, eram os dias de descanso. Não se podia trabalhar nos campos nesses dias. Eram destinados às cerimónias feiticistas e ao julgamento de questões.

Nesses dias de *Nsona* e de *Nkando* o nganga do *Mbumba* não podia comer feijão *makundi* (frade), nem mandioca fermentada e nem *saka-folha* (*kilembe*).

Mesmo as outras pessoas não podiam, nestes dois dias, levar para dentro de casa os ramos de mandioca de onde deveriam tirar as folhas para o esparregado. Deveriam executar esse trabalho fora de portas, deixando cá fora os pedúnculos.

O nkisi *Mbumba* era também para acalmar os nervos e ânimos... Por isso quem lá ia deveria regressar perfeitamente calmo.

Na panela do feitiço, juntamente com ervas e outras drogas, eram queimadas as preocupações dos clientes!...

Também usavam amarrar à panela uma tira de pano, ordinàriamente de zuarte. Em uma das pontas pegava a nganga e na outra o cliente. Dessa forma eram afastadas as preocupações das pessoas!

Os meses correspondentes aos nossos Fevereiro e Março eram denominados, respectivamente, *Muana Sungi Nuni* e *Muana Sungi Nkazi*.

Nestes meses as pessoas que traziam braceletes de cobre deviam cobrir esses braceletes com pano, pano vermelho ou zuarte.

Se o não fizessem, seriam tomadas como as causadoras da morte das pessoas que falecessem durante esse tempo.

✶

LEIS E PRINCÍPIOS SOBRE O TRABALHO

Levar ao fim o trabalho começado: quem faz uma camisa prèga-lhe os botões.

Cada um colhe o que semeia: do lado que se desenrola a esteira, desse lado é que se dorme.

Enquanto se faz um trabalho, não se executam outros: o sapo não salta os paus enquanto come.

Do trabalho das mãos nos vem tudo: é que as mãos salvam a vida ao seu dono.

Mais vale trabalho do que boas falas: o som do tantã pode ser muito agradável, mas não tem o valor da palmeira que, com o dendém, alimenta o homem.

Há trabalhos que nem todos podem fazer: se os trabalhos da cozinha são próprios da mulher, já é ao homem que pertence subir às palmeiras para nelas colher o dendém que dá o óleo para as refeições.

É preciso ter forças, comer, para poder trabalhar: sem vento o barco à vela fica parado.

Cada um trabalha com o que é seu: ninguém vai torcer a corda no joelho do vizinho.

Trabalhos pequenos estão à altura de todos: por fraca e pequena que seja uma faca pode ter sempre aplicação.

Cada coisa por sua vez: lá por que o cão tem quatro patas, não toma quatro caminhos ao mesmo tempo, mas um só.

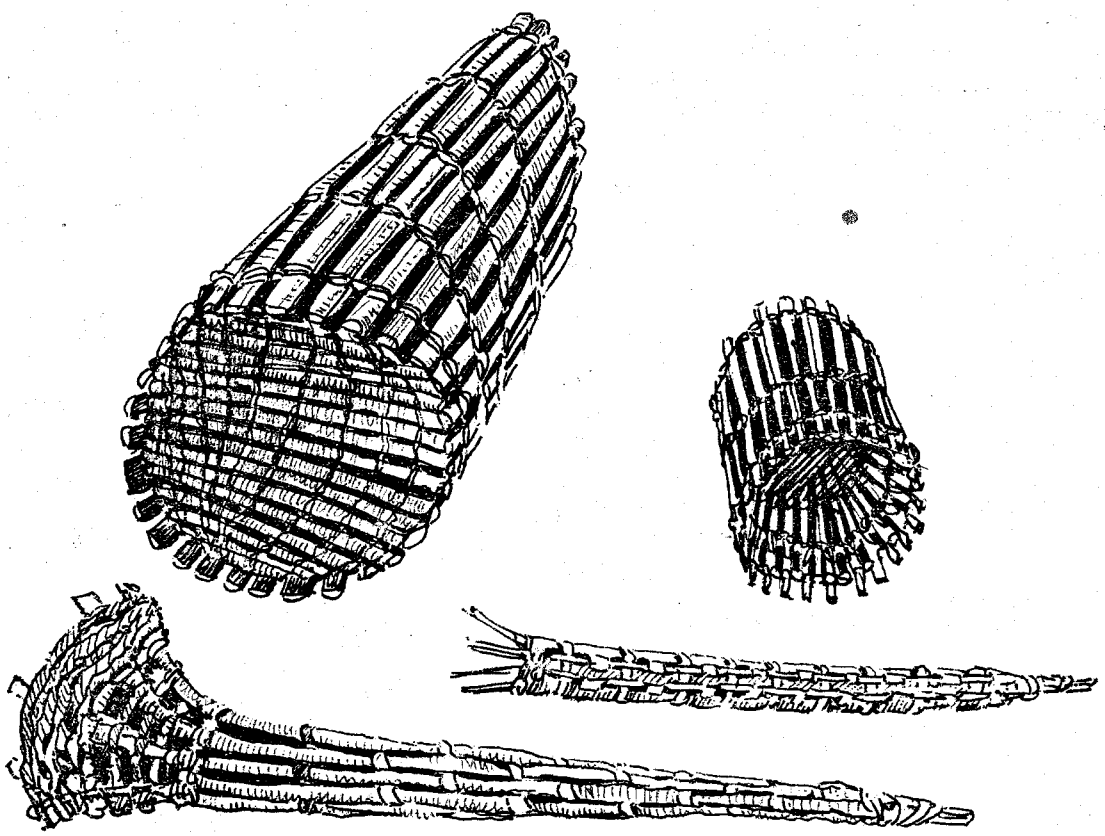
Não se meter em trabalhos que se não podem levar ao fim: ninguém se mete com um cão sem ter meios de defesa.

Há trabalhos que só pessoas experimentadas podem levar a bom termo: uma criança pode matar uma cobra pequena mas não se abalança a lutar com as grandes.

Não se pode passar sem trabalhar: o sol nasce, o dia desponta para que o homem se lance ao trabalho.

Quem mais trabalha, mais colhe: também é o pássaro que mais se mexe e anda o que mais comida apanha.

Quem não trabalha, não come: a galinha que não esgaravata não consegue alimentação e passa fome.



Vários tipos de armadilhas para pesca

Fig. P 48 — Aspecto de mercado junto a casas comerciais

Fig. P 49 — No Mercado Municipal

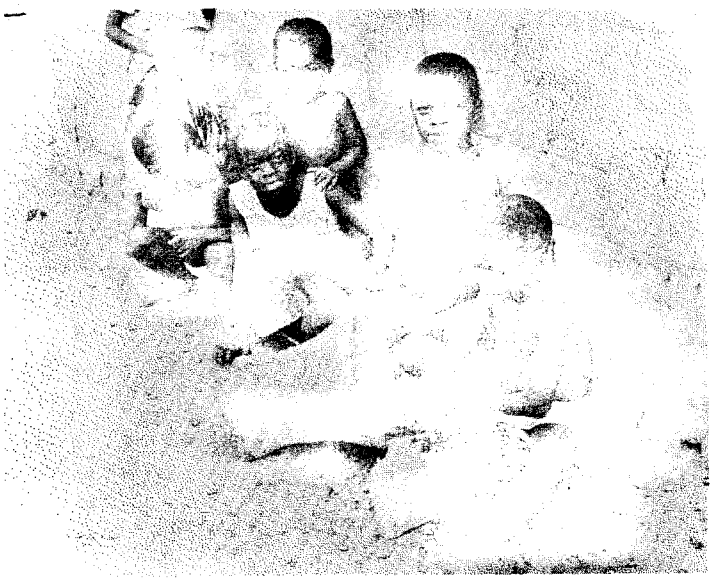


Fig. P 46 — Desde pequenos começam a partir coconote

Fig. P 47 — Tecendo uma **Mpili,** cesto para carga

Fig. P 34 — Fazendo **muamba**

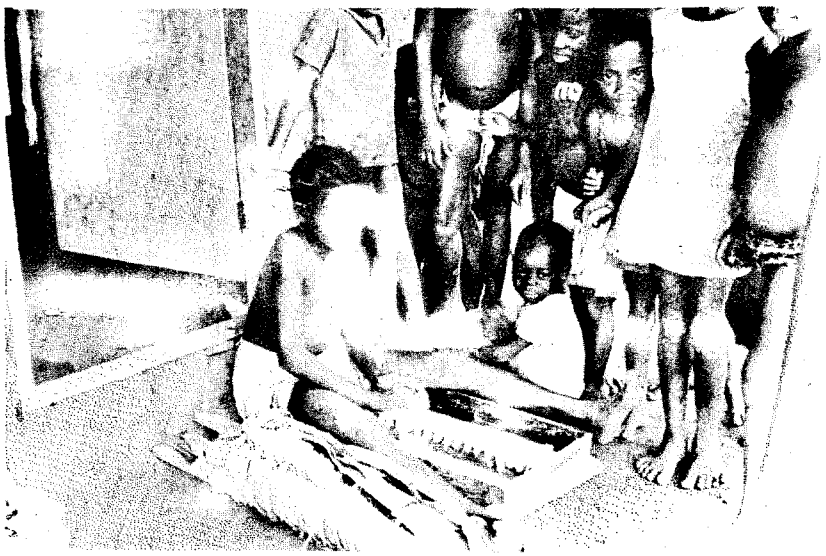


Fig. P 35 — Raspando mandioca fermentada no **Búmbulu kimunga** para fazer **kikuanga**

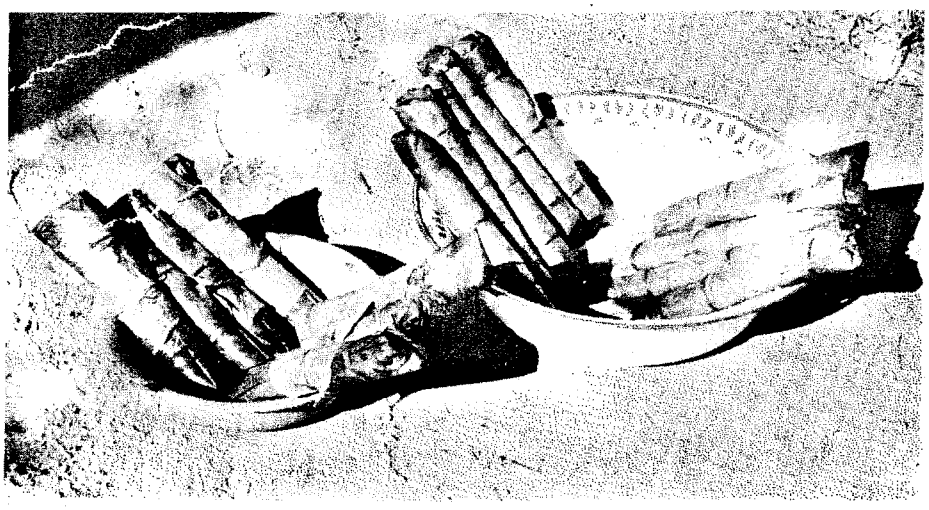


Fig. P 36 — **Kikuanga** já cozida e envolvida em folhas de bananeira

Fig. P 32 — Subindo às palmeiras para a recolha do **malavo**

Fig. P 33 — E mesmo no alto se prova o vinho!...

Fig. P 40 — Os alfaiates que aproveitam as varandas das casas comerciais

Fig. P 41 — Um mestre relojoeiro

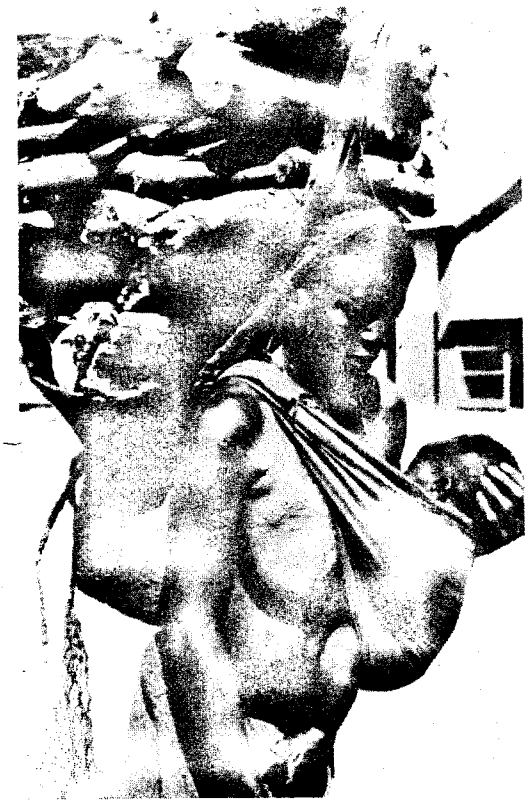


Fig. P 37 — Mãe que carrega lenha e mais o filho que aproveita o tempo...

Fig. P 38 — Fazendo esteiras

Fig. P 39 — Partindo coconote, mas sem deixar o filho

Fig. C 46 — O «palmador», o arco (repare-se no nó) e cachos de dendem

Fig. C 47 — Nas praias de Cabinda, esperando a chegada do peixe

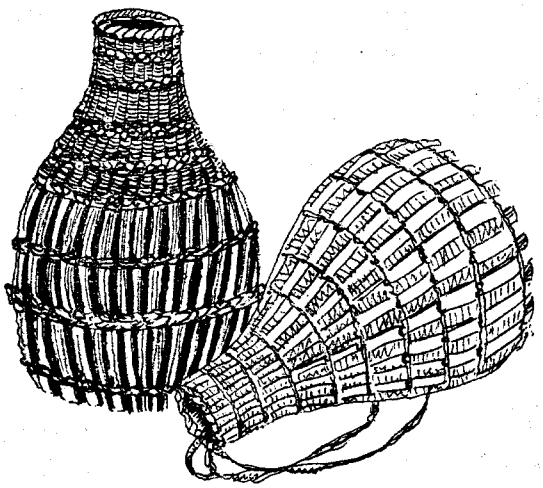
Fig. C 48 — O desemaralhar da rede para seguir para o mar

Fig. C 49 — Assim se puxa a canoa para ir lançar ou recolher as redes

CAPÍTULO XXI

PESCA E CAÇA

A — *PESCA*



Nsuku (pl. **Zinsuku**)

KUABA (v. *KUKUABA*) — Pesca nas lagoas servindo-se da armadilha *Nsuku* (pl. *Zinsuku* — para outros, *Suku-Zisuku*).

A *Nsuku* é uma armadilha feita de vergas, ordinàriamente de *lubamba*.

A pesca com a *Nsuku* é reservada às mulheres.

Pesca desta forma nas lagoas ou nas margens das águas dos rios, quando estes trasbordam no tempo das chuvas.

Também se designa por KUKUABA ao sistema de pesca que se faz na abertura dos rios — assoreados no tempo do cacimbo e que vencem esse assoreamento após as grandes chuvas — ou quando se fazem represas com esse fim. Usam para isso o chamado *Izambu*, feito de uma pequena rede, que se coloca nos lugares em que se abriu o rio ou onde rebentou, sobretudo junto das confluências ou foz, junto do mar. O peixe que vai na correnteza da água acaba por ficar preso no *Izambu*.

KULA — É pescar com arpão.

Kula (v. *Kukula*) — Caçar, perseguir.

Só homens pescam ao arpão e só nos rios ou lagoas, que não no mar.
Há arpões de uma, de duas e três pontas.

Nsoto-muinda, o de uma só ponta;
Imangu, de duas pontas;
Likonga, de três pontas.

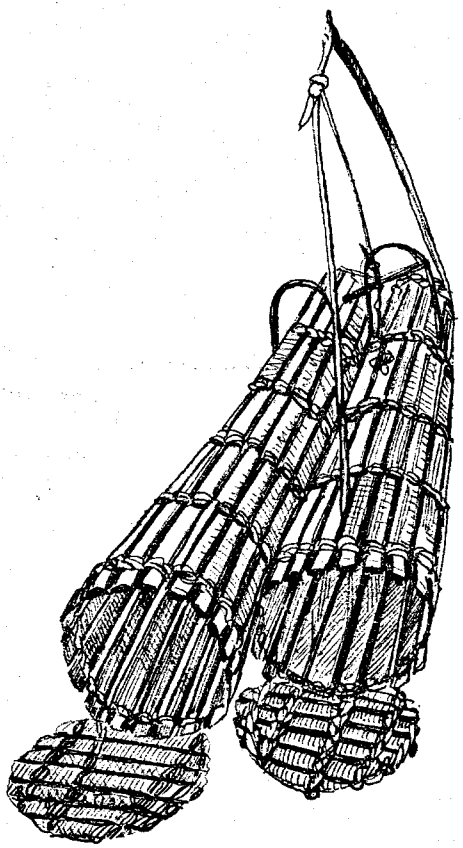
TAMBA (v. *KUTAMBA*) — Pescar colocando armadilhas chamadas *Básula* (*Ibásula--Ubásula*).

A *básula* é relativamente pequena.

Se é feita em tamanho maior, grande, passa a chamar-se simplesmente *Ndika* (pl. *Zindika*), nome muito genérico para designar qualquer armadilha.

Quer na *básula* quer na *ndika*, para atrair peixe, costumam colocar grãos de dendém ou pedaços de mandioca fermentada.

Também empregam as *maduka*, espécie de feixes de espinhos como anzois, aos quais prendem, como isca, o dendém e mandioca.



Ibásula (pl. **Ubásula**)

A *básula* e *ndika* são construídas com nervuras de ramos de palmeira (*Mbanza-Zimbanza*) ou da chamada palmeira bordão.

Nas lagoas do Uângulo, S. João, Kindende, Kunda (aldeias da margem esquerda do rio Lukula) e Zenze, dedicam-se à caça do Lamantim (*Manatus*).

Os naturais chamam-lhe com frequência, mas impròpriamente, *Ngulu-Mazi* — porco da água. Dão-lhe ainda o nome de *Nzombo*.

É por nós conhecido por *peixe-mulher*, uma vez que a fêmea apresenta seios muito desenvolvidos e parecidos com os da mulher.

A configuração do Lamantim aproxima-se muito da da foca.

Chega a pesar 300 e mais quilos. É anfíbio. Sai fora da água, sobretudo durante a noite, e come ervas das margens das lagoas e rios.

No tempo das chuvas passam-se para as lagoas. E é na altura em que as chuvas deixam de cair e as águas das lagoas começam a descer que tentam a pesca (ou caça) do lamantim, tratando de fechar a saída deste para os rios impedindo-lhe a passagem.

Os naturais sabem bem os locais por onde as lagoas se escoam.

É pois aí que, com arames, lianas fortes, com paliçadas tentam impedir a fuga do *nzombo* e o tentam arpoar.

Mas não é esta a forma mais comum, dada a violência e resistência do bicho.

Preferem, nessas saídas das águas das lagoas para os rios, fazer paliçada com um género de palmeiras que há nas lagoas e que são espinhosas (são as palmeiras *Puva*). A intervalos regulares, nessa paliçada ou estacaria, armam e prendem fortemente armadilhas a que chamam *Nsuangi* — pl. *Zinsuangi*.

A *nsuangi* é fabricada com *lubamba* que é, como sabemos, uma palmeira cespitosa, de caules finos e muito maleáveis e resistentes, ou com *Likau* (pl. *Makau*), mais forte ainda.

A *nsuangi* nunca terá menos de 80 a 90 centímetros de diâmetro de boca e uns 8 a 10 metros de comprimento. Imita um longo «saco de café». Dos 80 a 90 centímetros de boca vai adelgaçando até uns 15 ou 20 centímetros.

Começando a faltar as águas nas lagoas, o lamantim (*Nzombo*) procura passar para os rios pela saída mais natural, os baixios.

Esbarra, então, com os arames, lianas e paliçada espinhosa de *puva* e mete-se pela boca da *nsuangi*. As barbatanas não lhe permitem recuo, tanto mais que forçou a saída, e acaba por ficar imobilizado. Nem é preciso arpoá-lo. Regra geral já o encontram morto.

Tem o lamantim uma carne muito branca, que apreciam. A que nos quiseram oferecer um dia não a provamos. Pareceu-nos excessivamente branca!...

A PESCA AO ANZOL — *MPIASA*

Mpiasa (pl. *Zimpiasa*) — Linha de pesca.
Viasa (v. *Kuviasa*) — Pescar à linha.

Mas usam o termo MPIASA como designação geral de pesca com anzois, quer nos rios quer no mar. Isca diz-se *Kiela* — pl. *Biela*.

Como isca para os anzois, na pesca à linha, quando nos rios, usam ordinàriamente a minhoca (*Nsáli* — pl. *Zinsáli*). No mar, peixes pequenos ou sardinhas.

Apanhadas as minhocas, que abundam junto das margens dos rios e lagoas, guardam-nas em pequenos recipientes de folha, cabacitas, etc., etc.

Antes do aparecimento dos nossos anzois (a que chamam *Nzolo* — pl. *Zinzolo*, adoptando, um pouco deturpado, o nosso termo), usavam em sua vez espinhos recurvados de certas plantas (*maduca*).

Também o pescar à linha, com anzois, se diz *LOBA* — (v. *Kuloba*).

Mas quando se usa este termo refere-se ordinàriamente à pesca nos rios.

Só os homens pescam com anzol. Por vezes, os pequenitos também já se entretêm nesta modalidade.

Usa-se pescar nas lagoas com tarrafa (*Ntambu* — pl. *Mintambu*).

Ainda pescam nas lagoas com rede. Esta, de alguns metros de comprimento, é fixa nos topos com dois paus fortes espetados no fundo da lagoa. Em canoa e munidos de arpão, quase sempre o de uma ponta (*Nsoto-Muinda*), tentam apanhar o peixe. Não sendo apanhado pelo arpão, uma vez perseguido, o peixe vai meter-se nas malhas da rede.

KUVONDA MBULIKILA, ou simplesmente KUBULIKILA.

Com estes termos se designa o apanhar peixe, durante a noite, à luz de um candieiro ou de tochas de *Safukala*, matando o peixe à catanada, esperando a sua passagem em certos lugares.

O peixe, de dia, anda nas correntes de água. Noite alta — dizem que por volta da meia noite — começa a tomar os canais que ligam às lagoas ou outros pontos. A luz dos candieiros ou dos fachos serve, em parte, para os atrair e, por outra, permite ao «pescador» vê-los e abatê-los com a catana.

Quando os rios, riachos e lagoas permitem que se ande a pé com água, o máximo, até à cintura ou um pouco abaixo do peito, não há problema. Vão para a água (eles ou elas, conforme o tipo de pesca) com o mínimo de roupa.

Homens e mulheres nunca pescam juntos.

Em águas mais profundas deitam sempre mão da canoa. Poucos são, dos que vivem junto aos rios e lagoas, que não têm uma ou até mais. Deslocam-se nelas servindo-se da vara da palmeira bordão, fazendo pressão sobre o fundo, ou da pagaia, espécie de remo que muitas vezes mais não é do que uma pequena tábua (em redondo, triangular ou quadrangular) pregada ou fixa de qualquer forma na extremidade de um simples pau ou vara.

Só os homens pescam de canoa.

A PESCA NO MAR

Quando com anzois se designa também pelo termo MPIASA (De *Viasa* — Pescar à linha).

Pescar à rede, *VUBA* (de *KUVUBA* — pescar).

Há, pelo menos, duas espécies de rede:

Likonde (pl. *Makonde*) — a rede mais pequena.

Nkiti (pl. *Zinkiti*) — rede maior e usada, quase sempre, para o sistema de arrasto.

As redes, outrora, eram feitas de certas raízes de árvores, bem batidas e esfiadas, ou da fibra da entrecasca do embondeiro — *Nkondo*. E é aqui que se vai buscar o termo *Likonde* para designar a rede mais pequena.

A *likonde* é estendida no mar e lá fica durante a noite ou durante o dia. É armada verticalmente. A parte inferior com pequenos pesos de chumbo (outrora pequenas pedras, ferros, etc.) e a parte superior com boias. Estas boias, em tempos passados, eram feitas de madeira leve, v. g. de *Sanga-Sanga* (*Ricinodendrum africanum* Muel.).

Hoje compram-nas de cortiça e até de plástico.

As duas extremidades da rede *likonde* ficam seguras ao fundo por duas pedras suficientemente pesadas, as extremidades inferiores. As superiores mostram-se à superfície por boias grandes, às vezes um simples pau, tronco leve.

Hoje quase todos conseguem pequenos tambores de plástico para servirem de boias.

Já não se dão ao trabalho de arranjarem fios vegetais. Compram o fio, e sabem bem escolhê-lo conforme a qualidade de rede que pretendem, nas lojas de comércio, agora quase sempre fio de «nylon».

E muitos há já que compram as redes feitas, limitando-se mui simplesmente a repará-las quando rompidas.

Uns deitam as redes ao cair da tarde, e é o mais comum, para as recolherem de manhã, a partir das 6 ou 7 horas. Outros, pelas 9 ou 10 da manhã, para as levantarem pelo meio da tarde, pelas 16 ou 17 horas.

De cada vez a rede é cuidadosamente revista e colocada, estendida, a secar durante a noite ou durante o dia, conforme o tempo em que é usada.

A canoa é o meio de locomoção no mar.

Uma das muitas qualidades que se apreciam nestes homens do mar é a sua agilidade e o seu poder e capacidade de equilíbrio. Casca de noz que é a canoa e como se enfiam com ela através de todas as ondas! Certo é que o mar, quase sempre, é um mar calmo, de patas. Mas não são precisas ondas alterosas para que uma canoa vire. É o equilíbrio, a arte do pescador, que não o tamanho das ondas, maior ou menor, que mantem a canoa à superfície.

Mas não são imprudentes, não. Sabem bem o mar com que lidam e se, sim ou não, podem ir deitar as redes.

No mar, a pesca à linha é quase só um entretém.

Começam já a ter bons barquitos para a pesca no mar. E já se vêem também bons motores Mercury, Johnson's, Envirhude, etc., etc., aplicados a esses bons barquitos e mesmo a canoas!... O pescador cabinda progride.

Quase todos têm uma certa sociedade. E os que fazem parte dessa sociedade, na maioria, assistem à saída do peixe. Ajudam a tirar e a colocar a rede na canoa (há sistema e ordem na sua colocação para facilitar o armá-la no alto mar), a estendê-la na praia para secar, notam a quantidade de peixe apanhado, etc., etc.

São precisos também os seus serviços para empurrar a canoa até que vença as primeiras ondas (e só nessa altura, já com a canoa a boiar, a correr a par, saltam para dentro

os que vão à pesca) e para a trazerem para a praia firme, longe da maré alta. (Cf. Fig. C 47, C 48, C 49)

As canoas têm uma reentrância à proa e à popa. Em cada uma delas se aplica uma vara ou pau, suficientemente forte e comprido, que suporte o peso da canoa e permita um homem em cada extremidade dessa vara para a levantar. E isto, tirando-a do mar quando chega, ou levando-a para o mar quando se vai para a pesca.

O deitar das redes no local escolhido para a pesca é feito, comummente, por dois homens. Raro mais. E os mesmos que a armaram, são os mesmos que a recolhem.

À tiragem da rede há sempre gente, mulheres, sobretudo, para comprar peixe e as pessoas ligadas aos pescadores.

A pesca de arrasto com a *Nkiti* faz-se com duas canoas, uma a cada extremidade da rede. A *Nkiti*, como a *Likonde*, tem pesos na parte inferior e boias na superior. Não é do tipo «saco». Nem todos os lugares, como bem se compreende, servem para se usar a *Nkiti*. Tem de se evitar os lugares com escolhos, muito frequentes na costa de Cabinda.

No interior, nos rios ou lagoas, a pesca é livre no tempo das chuvas. Mas há que se marcar a abertura da pesca pelo *Nfumu-Nsi*.

No tempo seco precisava-se de uma licença especial do chefe da terra (e chefe das lagoas e rios!). Quer na abertura da pesca, quer quando se pede autorização para pescar, no tempo seco, tem de se oferecer ao *Nfumu-Nsi* uma parte do pescado.

Este costume ainda é seguido, mais ou menos, nas regiões do interior, que não no mar. Para aqui basta-lhes a licença da Delegacia Marítima!...

Nos barcos e canoas não pode faltar o *Mpusu* (pl. *Zimpusu*). Ou outra coisa que o substitua. (Cf. Fig. P 80)

O *Mpusu* é o fruto do embondeiro. A casca é bastante dura e resistente. Depois de seca e livre das sementes (que em verdes chupam) e de todo o interior, serve para tirar água das cacimbas, das canoas, etc.

Ou por rachadelas — que o sol ajuda a abrir — ou por uma ou outra onda mais arrevesada, sempre entra um pouco de água nas canoas. Mas, dizem, se o pescador leva o *mpusu* a canoa não pode ir ao fundo. Com ele deitarão fora a água, que nunca será mais do que a que podem tirar (salvo verdadeira desgraça).

Buatu i mpusu:
Busindanga ko.

Canoa e (com) *mpusu:*
Não se afunda.

O *mpusu* é o amigo das canoas. E se «quem tem amigos não morre na cadeia», barco que tem *mpusu* não vai ao fundo.

Um caçador apetrechado para a caça

B — *A CAÇA*

SISTEMAS DE CAÇA

a) — Com armadilha:

1.° — Tipo de laço armado em que um forte e resistente pau faz de mola.

No laço era usado o *lubamba* ou uma liana maleável e robusta. Hoje já empregam cordas da espessura desejada, comuns ou de nylon, e até fio de aço. São para apanhar os animais, ordinàriamente, pelo pescoço.

Pode armar-se aqui ou além, onde julgam que passará algum animal. Mas é frequentemente usado, a intervalos espaçados, montados num sistema de paliçada. Nessa paliçada o animal procura uma saída.

E é nela que está a armadilha, o laço que o prenderá.

2.° — Armadilha-ratoeira, em ferro e com dentes, de proveniência europeia. Armada na caça aos felinos e, comummente, para serem apanhados pela pata.

3.° — Sistema de fosso.

Cova suficientemente funda, não muito larga e com paus ou ferros afiados voltados para cima e espetados no fundo do fosso. O animal que ali caia dificilmente escapará vivo. É quase sempre encontrado já morto, espetado nos vários paus ou ferros.

Sistema usado para apanhar pacaças, antilopes de toda a espécie, porcos do mato e o que lá cair.

4.° — Redes.

Usada para a caça de animais pequenos, v. g. o *Sibizi* — espécie de roedor — e a *Nsese* — a seixa, pequeno antílope das florestas. Homens e cães perseguem esses pequenos animais que vão emaranhar-se nas malhas das redes.

b) — Caça com armas de fogo: (*KULOZA*)

1.° — Caçador individual. Procura a caça nos locais mais azados. Sai muito cedo de casa, ainda de noite e especialmente (mesmo de dia) depois de terminada uma boa chuvada. Se se é caçador de gema — e gostam imenso de passar por isso — raro andará sem a arma (canhangulo) e pronta a fazer fogo.

2.° — Caçadores em conjunto, regra geral só em batidas se encontram. E fazem as batidas quando sabem da presença de alguma peça de caça (pacaça, antilope dos maiores, porcos do mato, etc.) no meio de planícies, em pequenos bosques ou em lugares propícios para isso.

Do lado contrário ao vento, postam-se, em largo semicírculo, os caçadores. A favor do vento entram os batedores e os cães. A vozearia das gentes, o ladrar dos cães e o barulho dos seus chocalhos espantam a caça que já os pressentiu também pelo cheiro que lhe veio no vento. Corre, então, para o lado dos caçadores onde é, por regra, abatida.

Em pequenos bosques ou planícies, especialmente no tempo das chuvas em que as pègadas dos animais ficam mais marcadas, quase sempre se manda alguém ver se lá terá entrado algum animal.

Fàcilmente se sabe, pelo sentido das pègadas, se sim ou não.

Concluído que há animal na mata ou planície, através do tantã, por toque já bem conhecido como sendo para chamar para a caça, avisam-se os caçadores da aldeia. Prestes se juntam. Não faltarão nem cães nem batedores. Estes, segundo as regras, atiram com o animal para o lado dos caçadores, postados em lugares que julgam estratégicos. Se a sorte não for madrasta, haverá carne para o povo.

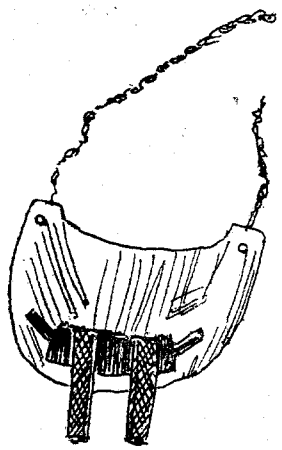
Os chocalhos dos cães chamam-se *NDIBU* (pl. *ZINDIBU*). São feitos da árvore *Ndau*, madeira leve e fácil de trabalhar.

Mas não há caça sem cães.

Não podemos fazer uma verdadeira ideia do valor que esta gente dá aos cães. Parece que fazem parte da família, desculpando a expressão.

Nas regiões de mais caça são muito mais procurados e muitíssimo mais estimados. E entre cães e cães preferem os pequenos, os «cabires». Preferem estes por terem melhor boca e porque, sendo mais pequenos, mais fàcilmente perseguem a caça por entre o emaranhado das lianas.

Digamos agora que, por causa da abundância de lianas, mata espessa, etc. o viver dos antílopes é ordinàriamente nas planícies, sobretudo os já de chifres bem desenvolvidos. Não querem ficar presos por eles.



Ndibu (pl. **Zindibu**)

Battel (de 1589 a 1619 em Angola) já no seu tempo falava no gosto que esta gente tem pelos cães e, sobretudo, «cães portugueses e doutros» — *Portugaiş et des autres.*

Os pretos do Maiombe, onde os cães são mais raros e por isso mais estimados, descem com frequência a Lândana ou a Cabinda e aldeias junto ao mar para a compra e troca de cães. Compram-nos por bom dinheiro ou trocam-nos por porcos, cabras, ovelhas e carneiros.

O mesmo Battel afirmava ter visto comprar um cão por 30 (trinta) libras esterlinas! '

Quantas vezes vimos homens do Maiombe, ou do interior do Enclave, seguirem de regresso à sua terra com 4, 5 e mais cães amarrados, que compraram na orla marítima e os levavam para venda entre os seus!

O cão é o animal mais procurado e mais bem tratado. Ainda hoje. Que atenção têm e preocupação em prender e segurar um cão sempre que vai a passar um carro! Às vezes deixam, em perigo de ser atropelado, um filho; mas o cão será bem seguro...

É adquiro ou trocado, por mais reles que seja, por bom preço ou outros animais domésticos.

Não era raro — e ainda agora? — a oferta de 100, 200 e mais escudos por um cão; a troca de duas ovelhas, dois ou três porquitos por um cão.

Ofereça-se por um cabrito uma boa quantia e com dificuldade nos será vendido. «Não querer, não poder vender», será a resposta.

Mas se mostramos um cão (assim era) deixa de haver dificuldade e, em lugar de um cabrito, oferecem dois ou três. E o cão poderia ter custado 10, 20 ou 30 escudos!...

Houve quem trocasse um cão por 100 cobertores, afirmava-nos o falecido Irmão Gervásio!

Mas não haja dúvidas de que, muitas vezes, só se conseguia um cabrito ou carneiro para matar havendo cães para dar em troca!

Com os cães, portanto, conseguia-se o que nem sempre era fácil conseguir-se com dinheiro.

Para que se não julgue que falamos «de graça», mesmo tendo dado os testemunhos de Battel e do Ir. Gervásio (com uns 60 anos de Enclave de Cabinda) vamos citar, do diário da Missão Católica do Lukula-Zenze, duas bem interessantes passagens a este respeito.

Em 14 de Julho de 1925 pode ler-se:

«O P. Alves e o Ir. António foi até ao povo de Kalungo onde se concluem negócios de certo proveito: quero dizer se trocam uns cães por porcos...»

De notar que o Kalungo é uma aldeia que fica na outra margem do rio Lukula, a perto de duas horas de caminho, e do lado da actual República do Zaire.

Em 20 de Novembro de 1927 lê-se:

«Pelas 11 horas veio a camioneta do Oliveira trazendo correio e roupa da Igreja. Ao sair da Missão correram-lhe ao encontro os cães. Um ficou morto. Este mesmo cão o Ir. António tinha vendido por uma linda ovelha e um pato».

Aos cães, como em toda a parte, dão nomes.

Os naturais de Cabinda — de todo o Enclave — aplicam a seus cães, às vezes baseados na actuação que têm na caça, nomes que são antes o enunciado de seus provérbios. Passam a ser conhecidos e a dar-se por conhecidos pela primeira parte do provérbio.

Os «nomes-provérbios» que vamos apresentar são nomes que, ùltimamente, em reunião de vários naturais de Cabinda, recolhemos dos próprios donos ou nomes que nos deram de cães de seus vizinhos ou conhecidos.

Bula buatu:
Mbaka nkiti.

Parte a canoa:
Toma a rede.

E de que serve a rede se não há canoa para a poder lançar?
— Um espalha brasas...

Túbila iaku:
Ubika lingana.

Fala do que é teu:
Deixa o alheio.

— Não te metas onde não és chamado.

Nhema, kaba:
Mbaka bakizi.

Quem dá, reparte:
É que apanhou (tem com que repartir).

Ngeie kunkuka.
Tu, persegue a caça.

Mbungu ndoki:
Kuna uala, mbi,
Kuna kiuala ko, mbi.

Copo do *ndoki:*
Se está cheio é mau,
Se não está cheio mau é.

— O *ndoki* é sempre *ndoki,* sempre a fazer e a desejar o mal.

Monsi uzabil 'obo!...
Se eu soubesse... disto!

— Quem se mete em maus negócios ou maus caminhos sabendo que o são?

Bonsi ubákila?
Monsi ka ke bantu ko.

Como (consegues) apanhar, juntar?
Só enquanto não tens gente (para te comer o que juntaste).

Vanga mbote:
Vanga mbi.

Faz-se o bem:
Fazem o mal (acaba-se por se receber o mal em paga)

— Nem sempre se reconhece e se recebe a paga do bem que se faz.

Manata ntima:
Ntu ku ma podi ko.

O coração leva (aguenta) coisas:
Que a cabeça não aguenta.

— As qualidades de coração são bem melhores e maiores do que as da inteligência, da cabeça.

Kina ibutili:
Kina kingana, kingana.

Em coisa que te pertence, manda:
Que a que é dos outros, dos outros é.

— Não te metas no que te não pertence.

Bilia iaku:
Bau bibuela salu mu lulonga.
Quem come contigo:
Deita duas vezes sal na comida.

— É, por vezes, dos mais íntimos que se recebem maiores ofensas. A ingratidão!...

Balanga mana mavioka.

Costuma pensar nas coisas já passadas.

— Para quê? O que interessa é o presente.

Mbi iliata:
Ke mbote iliatanga ko.
O mal corre muito:
Mas o bem não corre assim.

— As notícias más correm céleres. O bem é mais lento.

Liá, uenda:
Ke make bualabu kumazabikizi ko (kumazaba ko).
Come e anda:
Que não podes compreender o que vai cá por casa.
— Os hóspedes e convidados nem sempre sabem ou podem saber o que vai pela casa de quem os recebe e trata.

— Que comam e deixem a vida dos outros e se ponham a caminho.

Sueme:
Ono sueme ku ntima, podi mona ko;
Ono sueme ku titi, na limona.
Esconde-te:
O que se esconde no coração não se pode ver;
Mas o que se esconde no capim pode ver-se.

Fig. P 60 — Que dizer deste penteado? E quantas horas terá levado?

Fig. P 61 — Penteado simples a condizer com a dona...

Fig. P 56 — Uma jovem com um dos penteados mais comuns

Fig. P 57 — Até já pequenitas se querem com penteado...

Fig. P 58 — O fazer «render» o cabelo

Fig. P 59 — Parece touca, mas não é...

Fig. P 66 — Tatuada em jovem

Fig. P 67 — A mesma pessoa 25 anos depois. Repare-se como a tatuagem foi desaparecendo

Fig. P 68 — Agora, só por milagre se encontra uma jovem tatuada

Fig. C 50 — Já se viu imagem mais bela da inocência e candura?

Fig. C 51 — Veste bem ou não a mulher de Cabinda?

Fig. C 52 — É mais fácil armar um turbante destes do que fazer um penteado!...

Fig. C 53 — E já fazem quadros assim!...

Fig. C 54 — É-lhes mais fácil a paisagem

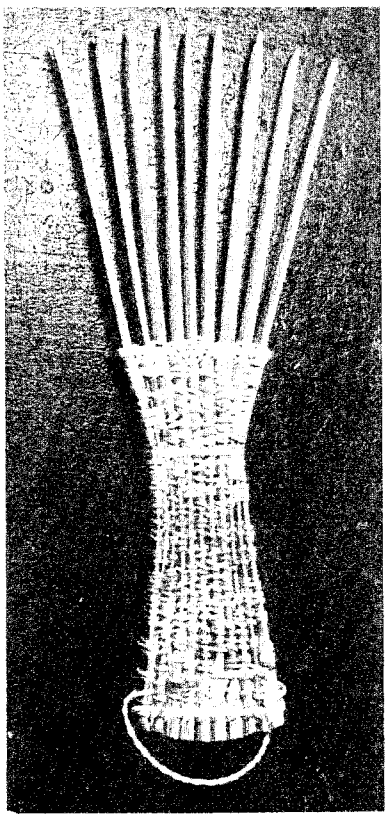


Fig. P 50 — Pente feito de **banzas** (0,19×0,08)

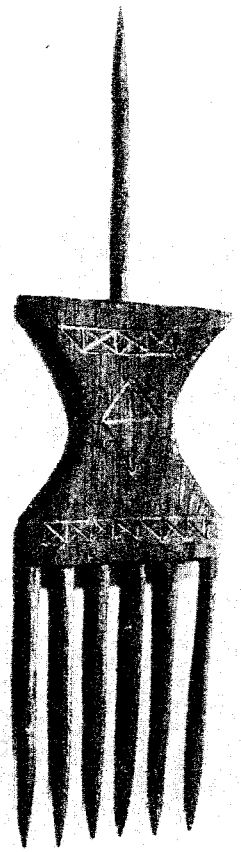


Fig. P 51 — Pente de madeira (0,30×0,07)

Fig. P 52 — Penteado **basundi**

Fig. P 53 — Penteado **baiombi**

Fig. P 54 — Penteado de uma mulher do Caio

Fig. P 55 — Novo e raro tipo de penteado

Fig. P 62 — Mulher **basundi** tatuada

Fig. P 63 — A mesma, de costas
Ó moda, **kitoko,** a que tanto obrigas!

Fig. P 64 — Mais duas jovens com **«Nsamba»**

Fig. P 65 — Mulher **iombi** com tatuagem **Mapopo,** na face, **Mindindi,** na testa e **Mabinda** nos braços

CAPÍTULO XXII

VESTUÁRIO — ADORNOS — PENTEADOS — TATUAGEM

Em tempos eram usados os panos *Lubongo*, como sabemos.

Conforme a dignidade das pessoas, assim eram esses panos: maiores ou menores, com mais ou menos ornatos.

Havia-os só próprios para o rei. E destes só ele fazia oferta a quem muito bem desejasse.

Chegavam a comprar-se os panos em troca de escravos e de marfim.

Uma grande parte dos habitantes contentava-se com um pequeno pano.

O vestir mais decente e mais comum, para as mulheres, passou a ser, depois da importação de tecidos da Europa, uma peça de algodão com que cobriam os ombros e uma outra que enrolavam à volta da cinta. Ainda hoje é esta a regra geral mas com lindos panos estampados e garridos.

Os homens acabaram com o seu pano próprio: de zuarte (*Kimbundi* — pl. *Bimdundi*). Desde tempos muito arredados que usam casaco, e até casaca, de origem europeia.

Os grandes senhores não podiam dispensar o uso de uma pele à cinta, à guisa de avental. E a ordem de dignidade impunha a espécie de pele: de animal tanto mais bravo e feroz, quanto maior é a autoridade do que a usa — leopardo (*ngo*), *sinzi* (grande gato selvagem), etc., todos, ou quase, da família dos felinos.

Ainda hoje, nas reuniões de clã, festas de Mpolo e congéneres, os grandes chefes velhotes se apresentam de pano de zuarte (mesmo por cima das calças) e com a pele própria da sua dignidade.

Os tidos ainda por chefes de clã, quando recebem alguém para resolução de questões e onde têm de afirmar a sua autoridade, apresentam-se sempre de pano, tanto quanto possível de zuarte.

Na mulher, o pano que fazia de saia teria de passar muito abaixo do joelho. Debaixo deste usavam sempre um outro mais pequeno.

Não havia qualquer relutância — nem era tido por falta de pudor — o andar de tronco nu, mesmo as mulheres. Ainda em 1941, no interior, era uso correntíssimo entre as raparigas e mulheres de qualquer idade. Mais se notava em trabalho de campo.

A noção de recato e de pudor estava simplesmente ligada aos orgãos sexuais e às relações de vida matrimonial. Daí o cuidado, sempre atento e rigoroso, em resguardarem bem essas partes. Por isso, até nos rios, sempre que se passa (ainda hoje) um rio, por ponte ou a vau, quem vai a passar deverá avisar, com voz suficientemente forte e mais do que uma vez, dizendo: *Mazi* — água. É como quem diz: «se alguém está na água a banhar-se que se esconda que vai gente a passar.» Não avisando, estando lá alguém, a pessoa apanhada no banho pode levar o faltoso a tribunal por falta a uma regra elementar e grave de civismo.

O homem, em trabalho, andava (e ainda anda com frequência) de ordinário de tronco nu.

As mulheres, de tronco nu e nos tempos de hoje, cremos que somente muito no interior e entre elas. Se notam qualquer pessoa de fora, sobretudo europeu ou mesmo naturais já de certa apresentação, tratam de se cobrir decentemente.

Na época actual, o homem cabinda — de todo o Enclave — veste-se, na sua grande maioria, à europeia. Veste bem e até com elegância, por vezes.

A mulher não deixou ainda o uso do pano a fazer de saia; conserva a blusa, mais ou menos do tipo quimono e de largos decotes; veste ainda o largo pano-manto que passa pelas costas e traça ao ombro. A mulher cabinda é, sem dúvida, neste trajar e pelo gosto na escolha das peças estampadas — procuradas até pelas europeias, mesmo de Luanda e de outras cidades da Província — ora com figuras de pessoas de alguma celebridade, quer na Europa, África ou mesmo do seu meio clánico, ora com desenhos simbólicos, que lhes lembram leis e costumes, a mulher cabinda é, em terras de Angola (e mesmo arredores), a que melhor se veste e mais limpa se apresenta. Não tomasse também banho todos os dias — eles e elas — e, não raro, mais do que uma vez ao dia!...

Mas não deixa de ser interessante o vê-la copiar perfeitamente a moda das raparigas e senhoras europeias, mesmo as mais «arriscadas», como a da mini-saia!

Já há muita mulher cabinda que veste, pura e simplesmente, à europeia. E com muito gosto e graça o fazem. E fica-lhes bem.

Temos, a par, de reconhecer que o cabinda — bauoio — e a maioria dos povos do Enclave são também gente de feições finas, lábios muito mais delgados e nariz mais afilado do que as outras raças africanas. As mulheres, por vezes, apresentam traços delicadíssimos e notam-se mestiças de beleza inconfundível.

Não admira, pois, que homens e mulheres procurem vestir-se com o requinte que lhes é possível. (Cf. Fig. C 51)

QUANTO A ORNATOS

Os reis e grandes senhores usavam ao pescoço espécie de colares com dentes de felinos.

As mulheres usavam com frequência colares de conchas, de *Nkola* (*Achatina Schweinfurthi* v. Martens), *de Nzimbu* (uma *Cypraea*), de marfim e braceletes de cobre, ferro (*Nlunga*) e, nas pernas, as grandes argolas de cobre, ferro e até de chumbo (*Mabula-Mbondo*).

Estas grandes argolas eram oferecidas pelo marido à mulher em sinal da submissão que esta lhe deve.

O uso de missangas à cinta, nas mulheres, generalizou-se em substituição do fio ou cordão que, outrora, cingiam. Ainda hoje, na maioria, cingem esses fios de missanga, e até mais do que um, por baixo dos panos.

Foi moda usar à cinta muitos fios de missanga, que revestiam de pano, chegando a ter espessura superior a 4 e 6 centímetros de diâmetro. Era moda, *kitoko* como dizem em sua língua.

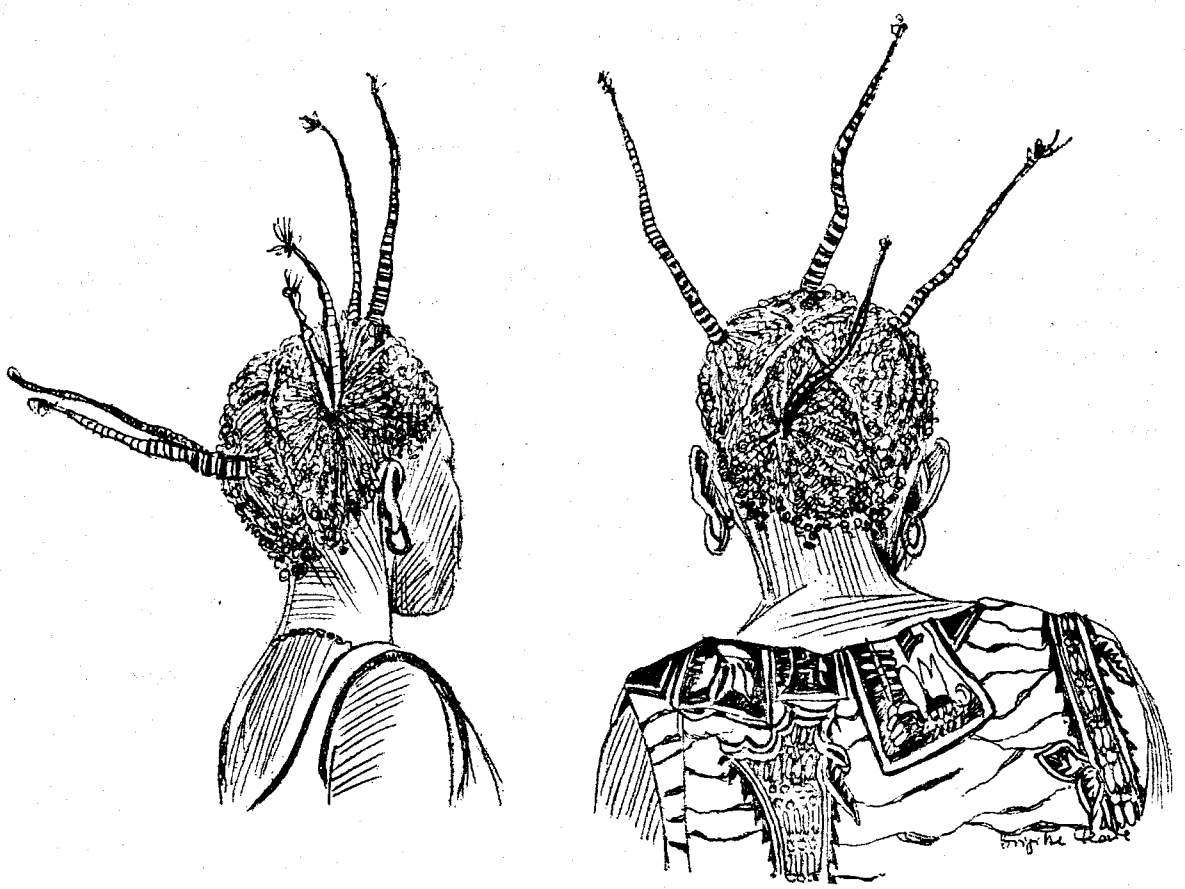
Desapareceram todas as argolas e colares antigos e à moda antiga. No interior, ainda se conservam restos das coisas do passado. Estão presas a elas quase supersticiosamente.

A maioria adoptou simplesmente o que, conforme as posses, pode adquirir da indústria europeia: relógios de pulso, cordões e fios de oiro e prata, colares de todos os tamanhos e feitios, missangas de todas as cores...

Houve uma evolução muito rápida no que respeita à vida pública e social em contacto com o europeu. Entre eles e só para eles conservam ainda alguns de seus usos e costumes.

Mas nem sempre os deixam transparecer para o exterior.

Já há o cabinda com seu carro e frigorífico; são às muitas centenas as motorizadas; milhares com bicicletas; maior número ainda com rádios.



PENTEADOS

Outrora — como se relata em Prevost — em terras do Loango e Kakongo (um pouco menos no Ngoio) o corte do cabelo era proporcionado ao cargo e posição de cada um.

O da rainha era cortado em forma de coroa, com pequenos tufos distribuidos pelo meio. A maior parte das pessoas de distinção, como diz Battel, era «coroada como os monges na Europa». [1]

Outros, contudo, tinham os cabelos penteados em ponta, que lhes descia na testa e caía na nuca. Dos lados eram cortados muito rente.

Este uso do corte muito rente por cima das fontes ainda o viemos encontrar nas terras do interior.

Hoje todo o homem cabinda (de todo o Enclave) segue, mais ou menos, o corte de cabelo que vê usar no europeu e tanto quanto lhe permite a sua qualidade de cabelo.

Mantêm já os seus cabeleireiros. Mas na maioria das aldeias cortam o cabelo uns aos outros. Trabalho entre amigos. Aparece uma ou outra máquina. Mas uma tesoura, uma lâmina ou uma navalha de barba, são mais do que instrumentos suficientes para um corte decente de cabelo.

A mulher cabinda, a rapariga casadoira e a mulher até à meia idade, pelo menos, como a mulher de todo o mundo, tem brio e até vaidade em se apresentar com um bom penteado.

As fotografias falam mais e muito melhor do que tudo o que se possa dizer a este respeito. (Cf. Figs. P 52 a P 61)

Regra geral combinam entre si, duas ou três amigas, e fazem o penteado umas às outras. Levam tempo, mesmo muitíssimo tempo.

Com pentes bem fortes, quase sempre os de madeira ou de *banzas* (pequenas nervuras dos ramos de palmeira, juntas e amarradas em forma de pente), com uma meia dúzia de dentes de 5, 8 ou mais centímetros de comprimento, feitos pelos naturais, começam por desvencilhar os cabelos. Exige tacto e mesmo certa força de quem penteia e não pouca coragem e paciência, da parte de quem está a ser penteada. Facilitavam a operação usando um pouco de óleo fino de palma ou de coconote, preparado especialmente para este fim. (Cf. Figs. P 50 e P 51)

Hoje procuram produtos europeus.

A forma, feitio, número de tranças, etc. etc. é de combinação mútua. Quase sempre as que se ajudam entre si, escolhem o mesmo tipo de penteado.

A repartição do cabelo é feita com a máxima simetria.

Mas não entrançam o cabelo. É pràticamente impossível.

A «trança» é conseguida pelo enrolar de linha preta, muito meticulosamente, à volta do cabelo que faz parte de cada campo repartido. Cada uma destas «tranças» é que é, por vezes, entrelaçada, entrançada, nas outras.

Este sistema de penteado conserva-se muito tempo.

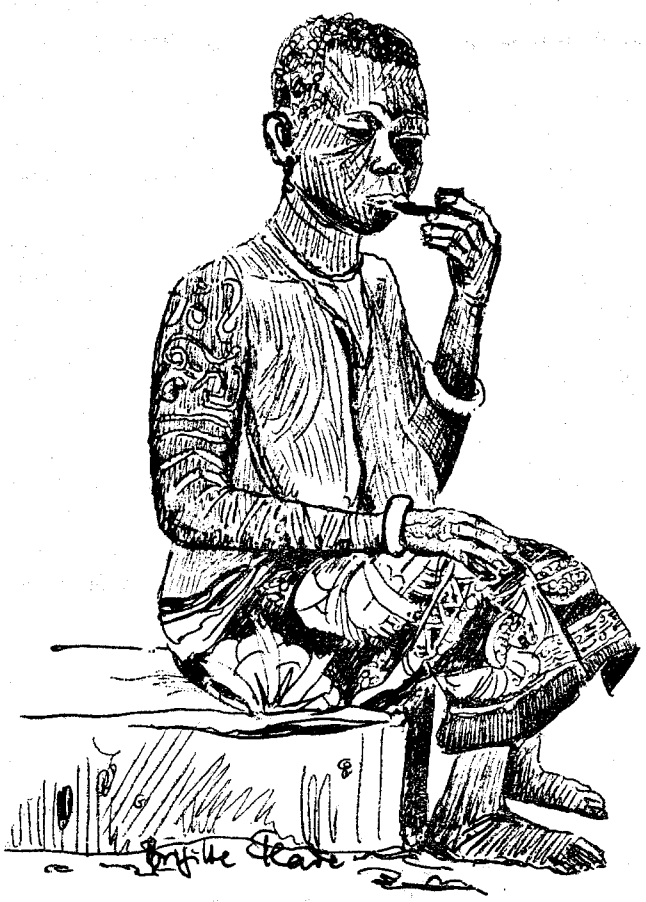
Outras preferem pentear-se, puxando o cabelo o mais que podem, deixando-o solto, levantado e em «poupa».

Mas também já sabem usar a laca...

O aspecto gracioso que se pode colher de certos penteados está bem patente em algumas das nossas fotografias.

E compram cabeleirras de 500, 600 e mais escudos cada uma; apresentam-se com altos turbantes; à volta de seus penteados enleiam hàbilmente lenços garridos ou partes de peças de pano sarapintado ou com desenhos vistosos. (Cf. Fig. C 52)

[1] Battel, in Prevost, op. cit., pág. 236 do Vol. VI.



TATUAGEM (*Nsamba* — pl. *Zinsamba*)

No Distrito de Cabinda só se encontra tatuagem entre os Basundi e Baiombe.

Tatua-se sobretudo o sexo feminino. No sexo masculino também existe a tatuagem, especialmente entre os Baiombe, mas feita por processo diferente do usado, comummente, na mulher. Esta sujeita à tatuagem o peito, a parte superior; as costas, por vezes, desde a base do pescoço à cinta; o alto e baixo ventre; os braços, parte exterior e mais o braço direito do que o esquerdo.

Aparece ainda com certo género de tatuagem, por vezes, a testa e a face.

COMO SE PROCEDE

a — *No peito, braços e costas*

É a rapariga ainda jovem, de 14, 16 a 18 anos, antes do casamento, que se sujeita a ser tatuada. Não nos consta que a mulher casada e adulta se tatue. Pode, sim, no caso de doença, quando se aconselha certa sangria, usar a *Libinda*. Mas nada mais.

Não é qualquer um ou qualquer uma que executa a tatuagem.

Há técnicos, operadores, que tanto podem ser homens como mulheres, ainda que seja mais frequente ser um homem.

O operador, ordinàriamente, introduz, por baixo da pele, uma agulha e depois com uma faca muito bem afiada vai cortando conforme o desenho desejado e marcado antecipadamente.

O desenho de losangos e a imitação da carcaça da tartaruga são os mais comuns.

Muitos outros cortam directamente sobre a pele sem meterem agulha alguma. Os golpes chegam a ser de um e mais milímetros.

Conforme esses golpes, mais ou menos profundos, e a natureza e constituição dos corpos das pacientes ficará, depois, a tatuagem mais ou menos viva, mais ou menos saliente.

Segundo a tatuagem desejada podem gastar dias na operação.

Conhecemos uma tatuada que levou três dias nisso: um dia para a tatuagem do peito e baixo ventre; outro, para as costas; um outro, para os braços.

A jovem aceita a operação com verdadeiro estoicismo, sem uma queixa e sem choro, tanto ao ser golpeada como depois a ardência prolongada, provocada pelas esfregadelas com pó de carvão ou até com a simples *mafuta*, óleo de palma.

A esta tatuagem a golpes, passando por eles pó de carvão bem pisado, é que se dá o nome de *Nsamba*. (Cf. Figs. P 62, P 63, P 64)

Em «*Mutilações Étnicas dos Manjacos*» por Artur Martins Meireles — Bissau/1960 — encontramos as seguintes notas sobre a tatuagem, e que podem justamente ser aplicadas no nosso caso.

«Verifica-se desde os tempos mais recuados o costume de enfeitar o corpo.

Entre os africanos está esta prática bastante generalizada, muito embora os contactos com outras civilizações venham provocando, principalmente desde o início do actual século, uma tendência lenta para o seu desaparecimento.

A tatuagem entre os manjacos, baseia-se no aproveitamento da predisposição especial dos indivíduos da raça negra para a constituição das formações fibrosas (e portanto de origem mesodérmica) conhecidas por queloides.

À semelhança do que sucede com muitos outros povos não evoluídos o conhecimento desta reacção cutânea, derivada de incisões ou de queimaduras térmicas, foi utilizado para se obter a tatuagem em relevo.

Consiste num conjunto de incisões, cuja cicatrização prepositadamente se retardou, para que se formassem queloides que atingem tanto maior relevo quanto mais tempo demorar a cicatrização.

O conjunto das cicatrizes em relevo forma a tatuagem pròpriamente dita e o seu aspecto é o de sua combinação geométrica, que não representa qualquer espécie de ideologia.

Prolifera a tumefacção queloide entre os bordos das feridas incisas e nova camada de epiderme lisa, lustrosa e tensa, cobre-a. Quanto mais tempo demora a cicatrização e quanto mais fundas foram as incisões, maior é o relevo atingido, como se referiu já.

«O professor Forgue afirma que o tumor queloide, uma vez terminado o seu crescimento, fica estacionário e não se reabsorve.

No entanto, deve dizer-se que o relevo das tatuagens dos manjacos, segundo se tem observado, com o correr dos anos vai diminuindo, chegando a desaparecer, no geral depois dos 55/60 anos, ficando apenas as marcas das cicatrizes.»

De imenso valor são estas afirmações e conclusões do autor, de tanto mais mérito e dignas de aceitação por sairem de quem é médico, e que se aplicam no todo à tatuagem — *Nsamba* — entre os nossos Basundi e Baiombe.

Temos assim:

— O uso da tatuagem vai decrescendo.

— A forma de queloides, proveniente de incisões e até de queimaduras térmicas, é uma predisposição da natureza do indivíduo da raça negra.

— O relevo da tatuagem é tanto maior quanto mais funda for a incisão e quanto mais se demorou a sua cicatrização.

— O relevo das tatuagens, segundo o autor e contrariando o Prof. Forgue, pode ir diminuindo entre os manjacos. Não só entre eles, acrescentamos nós. O mesmo se pode constatar entre os nossos Basundi e Baiombe. Duas fotografias que apresentamos da mesma pessoa, tiradas a intervalo de uns 22/25 anos, dão razão ao ilustre autor das «*Mutilações Étnicas dos Manjacos*». (Cf. Figs. P 66 e P 67)

Voltando aos nossos Basundi e Baiombe.

A *Nsamba* ainda pode ser executada por simples incisões, aqui e além, a deixar no corpo e com certa disposição, uma espécie de botões.

Homens e mulheres e, então, sem atender a tempo e idade, chegam a mandar executar a tatuagem *Libinda* — pl. *Mabinda*, só aplicada por motivo de doença.

É que, quando adoecem e estão com febres renitentes, têm (ou tinham) por costume sangrar-se. Com pequenos golpes mas numerosos, no peito, costas e mesmo na face ou noutros lugares doridos, fazem a sangria. Para se não golpearem «sem gosto» aproveitam muitas vezes a ocasião para mandarem dar uns bons golpes com certa simetria e feitio.

A este género de tatuagem se chama *Libinda*.

b — *A típica tatuagem na face ou testa.*

Chama-se-lhe comummente *Mindindi* por ser feita e marcada com a seiva da árvore *Ntindi*.

É o sistema mais usado pelos homens, quer na face e testa, quer no antebraço e pulsos.

A *Mindidi* também é praticada pelas mulheres, mas só na testa e face e muito mais entre as Baiombe do que entre as Basundi.

Para se executar a *Mindindi* empregam-se 4, 5 ou mais agulhas com os bicos bem juntos e em linha, e vão-se espetando até fazerem sangue. Passa-se pelas espetadelas, a que se deu o desenho ou traços desejados (quase sempre círculos ou semicírculos), com a seiva de *Ntindi* que, sendo cáustica e corante, acaba por dar e deixar ficar, para sempre, nesses lugares traços de azul muito escuro ou mesmo quase pretos.

Muitos outros passam simplesmente essa seiva, servindo-se de um pausito bem afiado, três ou quatro vezes por onde querem. A seiva queima a pele, que virá a sair nesses lugares, deixando os traços de sua passagem.

À tatuagem à base de taninos também se chama *TIRÓ*.

Na testa e na face nem sempre há aquela simetria, e até delicadeza de desenho e corte, que se encontra na *Nsamba* pròpriamente dita. Chega a ter-se a impressão de que se cortaram por cortar, à toa.

A tatuagem no rosto e face, com pequenos golpes e com o fim de coqueteria — que não por doença — toma o nome de *Lipopo* — pl. *Mapopo*. Pode dar-se-lhe um certo colorido arroxeado esfregando nos golpes pó de carvão. (Cf. Fig. P 65)

Porque se tatuam?

A tatuagem é um luxo inspirado pelo desejo de ser coquete.

«*Le tatuage est un luxe inspiré par le désir d'être thoko, coquet*», escreve o P. Bittremieux.

Martins de Meireles, já citado atrás, começa por dizer, e bem: «Verifica-se desde os tempos mais recuados o costume de enfeitar o corpo humano».

Chega a perguntar se as tatuagens não seriam «selvajarias».

Em resposta lembra as «selvajarias» que sofrem as senhoras da América e da Europa nos institutos de beleza... «Que concluir disto? Que seja qual for a latitude, as mulheres (e alguns homens) se sujeitam a sofrimentos físicos com a finalidade de embelezarem o corpo».

Mesquitela Lima, em *Tatuagens da Lunda* — Museu de Angola/1956 — escreve: «A mulher é sempre tatuada em todo o corpo e cara e prima-se por ter os melhores motivos no ventre, *como determinante de atracção e excitação sexual.* As tatuagens que ela possui na barriga *tem simplesmente um fim erótico*...»

O *itálico* é nosso.

Achamos muitíssimo exagerada a afirmação feita por Mesquitela Lima de que a tatuagem no ventre é «*como determinante de atracção e excitação sexual*» e que «*tem simplesmente um fim erótico*»... mesmo que se refira sòmente às mulheres da Lunda.

Atribuir conscientemente à tatuagem, feita em que lugar for do corpo, fins eróticos ou de atracção e excitação sexual não deve passar de pura fantasia de autor!

Aliás, Mesquitela Lima acaba por desfazer as suas próprias afirmações anteriores com a «verdade que sai da boca dos inocentes».E escreve: É vulgar, quando se pergunta a um nativo da Lunda por que se deixa tatuar, ouvi-lo dizer: «Muata, é para ficar mais bonito».

E ainda: «Em parte, hoje em dia, a tatuagem exerce uma função estética predominante...»

Se procuramos saber quais as raparigas, especialmente, da raça negra que se tatuam, vamos cair, quase necessàriamente, nas regiões de maior calor e onde a mulher se vestia (repetimos, se vestia) mais rudimentarmente. Da cinta para cima andavam nuas. É na parte visível do corpo que se tatuam.

Em contacto «com outras civilizações», frisa muito bem o Dr. Martins Meireles, vai desaparecendo a tatuagem. Porquê? Porque se vão vestindo. E a preta à medida que se veste, que tapa o corpo, vai deixando a tatuagem. O seu coquetismo, agora, mostrá-lo-á pelo modo de se cobrir, pelos panos ou vestidos que usa. Nada de atracção sexual, nada de erotismos. São menos mulheres agora do que eram antes?

Não o cremos, antes pelo contrário.

E já não encontramos em 70/71 número de tatuadas equivalente ao de 1941/48.

Hoje já quase se não encontra uma jovem, dos 15 aos 18 anos, tatuada. Para quê o tatuar-se, golpear-se, se seu corpo anda coberto e o seu noivo ou marido dispensa perfeitamente a tatuagem e mais prefere uma esposa de corpo liso do que o de uma todo marcado!... (Cf. P 68)

Outrora, sim, quando se andava quase sempre de tronco nu, viam na tatuagem, maior, mais vasta ou menos vasta, um certo adorno do corpo mas, mais ainda, uma forte a válida razão — que não de fim erótico — para atrair os rapazes.

É que a donzela pela sua tatuagem mostrava a sua capacidade e poder de sofrimento. Quanto mais tatuada ela fosse, mais demonstrava ser capaz de aguentar sofrimentos, dores e trabalhos.

Não nos esqueçamos que a rapariga, já no acto de ser tatuada, deve sofrer os golpes e tratamentos sem choro nem gemidos.

A tatuagem, pois, além de moda coquete — *kitoko* — teria de ser interpretada no sentido já exposto: capacidade em suportar as dores e os trabalhos.

Uma mulher muito tatuada dava a maior garantia de vir a ser uma esposa generosa e de trabalho e uma mãe valente.

Temos que acrescentar que entre os Basundi e Baiombe se dava à tatuagem um certo sentido ideográfico. Certos sinais e certos losangos indicavam se a tatuada era Basundi ou Baiombe.

Alguns desenhos tinham o seu simbolismo e significação.

Assim, o desenho simbolizando o *Nkuvu* (tartaruga, e era o mais comum) era para indicar, marcado a golpes dolorosos na carne, que a mulher, a esposa, devia ser como que a «escrava» do seu homem e que devia andar sempre ligada a ele, que lhe devia ser sempre fiel como tartaruga à sua carcaça.

Nkuvu uinátina muanz'andi.

A tartaruga leva consigo o seu tecto.

E como, para sua defesa, a tartaruga se esconde debaixo da carcaça, assim a mulher se deve refugiar à sombra de seu marido.

OS DENTES

Os Basundi e Baiombe, de ambos os sexos, usam limar, em forma de serra ou semelhante, os incisivos superiores.

Fazem isso com simples lima e faca.

CAPÍTULO XXIII

MANIFESTAÇÕES DE ARTE E DE VALORES ESPIRITUAIS ATRAVÉS DA SIMBOLOGIA — DANÇA — ESTATUÁRIA E PINTURA — CONTOS E ALEGORIAS

A — *SIMBOLOGIA*

A maior riqueza espiritual, para nós, que se encontrava entre os Bakongo e Bauoio e, um pouco menos, entre os Balinge e Basundi era um simbolismo e um género de escritura ideo-gráfica que usavam em tempos passados,não muito longínquos.

E dizemos que se encontrava porque, infelizmente, vai em vias de extinção.

Por imagens, por desenhos, por representação de animais e de objectos, pelo entrelaçado de fibras de diferentes cores nas esteiras, por gravações em peças de cerâmica ou em cabaças de vinho de palma, tudo figuras e desenhos simbólicos a que estavam ligados velhos provérbios e conceitos, «escreviam», «falavam», «diziam» o que queriam e até, em certos túmulos, indicavam por esses símbolos traços biográficos do defunto.

Sem neste trabalho poder dispensar-me de dar uma pequena amostra dessa bela (e diríamos única, no género) escritura ideo-gráfica, pela qual estes povos mostram uma argúcia, poder de síntese, intuição e espírito de observação e de psicologia surpreendentes, temos de remeter o leitor para o nosso trabalho «*Sabedoria Cabinda — Símbolos e Provérbios*» (edição da Junta de Investigações do Ultramar — Lisboa — 1968) dedicado exclusivamente à interpretação e explicação desses símbolos.

Vamos buscar para aqui mais um desenho de um túmulo que aparece na mui curiosa e valiosa obra do Ex.mo Senhor Professor Doutor Silva Cunha, presentemente Mui digno Ministro do Ultramar, obra intitulada «*Aspectos dos Movimentos Associativos da África Negra*» (Ministério do Ultramar — 1958) e para o qual conseguimos a interpretação dos símbolos. Mas note-se que a interpretação deste como dos outros foi procurada e conseguida por nós...

Inscrição — Ici DI Japascl dECER1951.
Símbolos — Uma palmeira e dois homens.
Pergunta, o que está ao centro, ao que está debaixo da palmeira:

— *Nani ouo ke va sina libá?*
— *Minu.*
— *Nani ngeie?*
— *Minu mpuili. Libá liámi.*
— *Kokue ngeie? lenda kuaku. Libuku libika bakulu bámi.*

— Quem está debaixo da palmeira?
— Eu.
— E tu quem és?
— Sou eu, o dono. A palmeira é minha.
— Ai é tua? Vai-te embora. Esta é a terra que me deixaram os meus antepassados.

A Lição

O seu a seu dono. Não pretender usurpar o que é dos outros. Saibamos, sim, cuidar bem do que nos legaram os nossos velhos para que não apareçam cobiçosos a perguntar (se é que não tentam tomar conta) do que é nosso.

Deste símbolo, colocado em sua sepultura, se depreende que o defunto teve luta com outrém para poder conservar o que lhe deixaram os seus velhos. Os seus descendentes ao lembrarem em seu «epitáfio» o que se passou, querem indicar que não estão dispostos a perder o que lhes ficou de herança.

Em duas campas em Cabinda, em uma delas no cimo de uma cruz de madeira e, na outra, directamente sobre a terra e ao meio da sepultura, encontramos a figura de um peixe feito em madeira. Um, pintado de branco; o outro, de amarelo. Mas a cor não interessa.

A esse peixe, espalmado, quase tão largo como comprido, lhe chamam o *Mbuli Vanga* (*Mpuli Vanga?*). Parece-nos aparentado com o rodovalho ou solha. É tido por muito prolífero.

Vanga é o verbo *Kuvanga* — fazer, trabalhar. Portanto, é o *Mbuli* (*Mpuli*) que faz, que trabalha. Mas não chega. Para a explicação do símbolo aparecem-nos com o trocadilho e pergunta:

Mbuli vanga:
Uivanga naveka?
Ve. Nzambi uivanga iau.

Mbuli vanga:
Fez-se a si mesmo?
Não. Foi Deus quem o fez.

(Se fosse ele mesmo a fazer-se, a dar-se a vida a si mesmo, morreria? Certamente que não.) (Cf. Fig. P 69)

E, então, que dizer, que lição tirar, que epitáfio nos revela o *Mbuli Vanga?*

Resume-se no seguinte:

«Aqui jaz quem muito viveu, muito trabalhou e que teve muitos filhos. Mas não era senhor de sua vida, senhor da morte.

Também para ele chegou o seu fim, mas depois de muito viver e de muito trabalhar».

Uma dessas campas, que vimos (e fotografamos) com o *Mbuli Vanga* sobre a terra da sepultura, tem hoje um belo mausuléu.

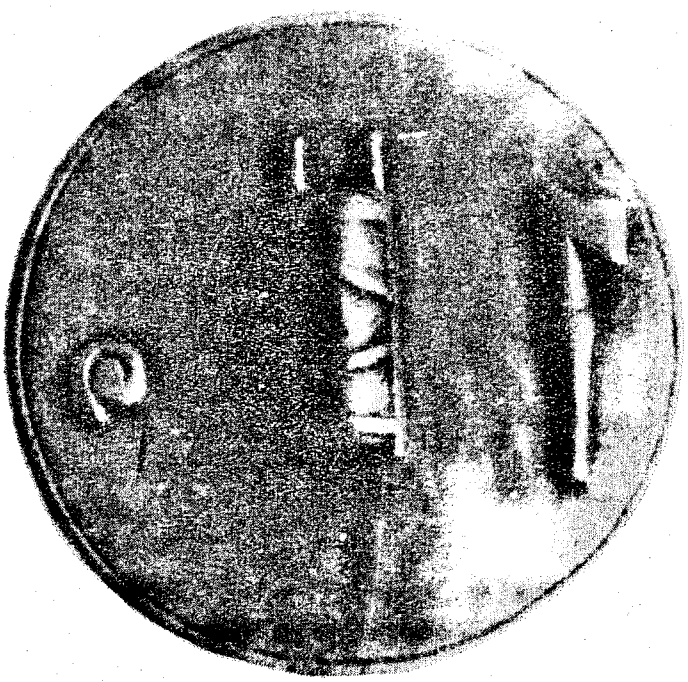
E nele, para justificar a presença anterior do *Mbuli Vanga* — que muito faz, muito produz e muito vive, mesmo que tenha que vir a morrer também —, pode ler-se perfeitamente:

BARTOLOMEU DE
SOUZA — PUNA
MOREU — COM — IDADE
84 ANOS 8-4-69

Nos 84 anos se encontra o direito ao *Mbuli Vanga*. É que em 84 anos, por que muito se viveu, muito se produziu e, certamente, muita descendência se deixou. Em campas de jovens ou de pessoas que não atingiram longa vida e numerosa descendência não se colocará o *Mbuli Vanga*.

Apresentamos um têsto de panela. Era através destes têstos que a esposa muitas vezes dizia ao marido (e vice-versa) o que dele pensava, o que pretendia ou de que o acusava.

Neste encontramos representados um pequeno *mutete* (pequeno cesto de viagem), um *ngongolo nombe* (o milipede negro) e um cachimbo.



1 — *Makuela m'intete-tete:*
Podi síkama va nzó nuni ko.

A mulher casada (quando põe à cabeça) o pequeno cesto *Ntete:* Não pode ficar em casa do marido.

E porquê?

2 — *Ngongolo nombe ka futamena:*
Liambu.

O milipede negro que se enroscou:

Questão (motivo houve para isso).

— Há que pensar e medir bem as consequências.

3 — *Ubaka itimba kimona:*
Kuloza nkódi ko.

Quem arranja um cachimbo novo:

Não deita fora o velho (que lhe pode vir a ser preciso).

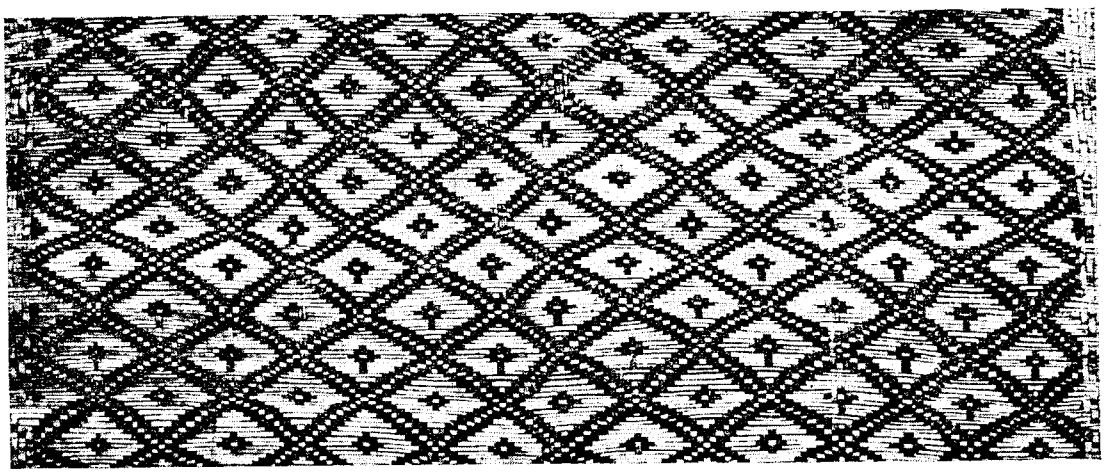
Depreende-se pois que a mulher, com o colocar tal testo no cimo da panela da comida do marido, lhe quer dizer mui simplesmente:

«Tomo o meu cestinho de viagem e vou-me. Boa razão tenho para isso, para me sentir e «enroscar» como o *ngongolo nombe*.

Lá por que arransjaste uma nova mulher (que nem sempre é uma mulher nova), agora me despresas e abandonas. Mas sentirás a minha falta por que ainda é por um cachimbo velho que mais agradáveis fumaças se tiram, como em panela velha mais gostosa comida se faz»!...

Uma esteira.

Dá-se-lhe o nome de *Maviongo mankandi* — o desenho do conocote. [1]



Ubá nkandi vuila:
Ka mpapa nkandi libólila mu maiala.

Sê como o coconote inteiro (íntegro):
Que muitos coconotes (por não estarem inteiros) apodrecem na lixeira.

O valor da jovem está na sua virgindade, como o do coconote está na sua integridade. Uma e outro têm sempre valor e procura desde que estejam intactos.

Cremos bem que as amostras que damos desta magnífica espécie de escritura ideo-gráfica, a juntar às interpretações já feitas no decorrer deste trabalho de algumas bandeiras de chefes, são bem elucidativas da riqueza e beleza que contêm.

---

1 O coconote está representado pelos ponto negros ao centro de cada losango.

B — *DANÇA E BATUQUE*

«Au clair de la lune toute l'Afrique danse» — em dias de luar toda a África dança — escreve Mons. Le Roy em *La religion des Primitifs*.

É que na África, fora dos grandes aglomerados, e ainda assim só nos tempos mais recentes, a melhor luz durante a noite é a da lua cheia. Aproveitam pois essas belas noites para se divertirem dançando, ao mesmo tempo que se presta, dessa forma, um certo culto à *Ngonda* — Lua. E a dança, conforme muito bem diz Kunz Dittmer em sua *Etnologia General* (Fondo de Cultura Economica, México — Buenos Aires) «oferece uma extraordinária possibilidade de descarga por via motora das tensões psíquicas e da expressão do sentimento de desagrado ou agrado mediante a actividade do instrumento primário que é o corpo». Assim a dança satisfaz desde os seus começos uma necessidade individual e social e é um dos meios mais populares de distensão dos nervos. É difícil imaginar, afirma ainda Dittmer, uma sociedade sem danças.

E, se imaginarmos ainda esta sociedade sem outra distracção ou divertimento, como se poderá obstar a que dance? O dançar torna-se então uma necessidade quase premente, uma medicina imprescindível para descarga emotiva. É por isso que dançam, dançam, dançam horas e horas a fio, como que a aproveitar a lua que se desfaz em esplendor, para não perderem nenhum dos momentos que restam dessa espécie de embriaguês, até cairem extenuados.

E porque a dança é ainda um dos meios mais fáceis e mais perfeitos de expressão, vamos encontrá-la sempre ligada aos actos magico-religiosos.

Por isso a vemos nos actos de culto e rituais, a saber:

Na intronização do *Nkisi-Nsi* e suas festas; nas apresentações dos *Zindunga*, zeladores do *Nkisi-Nsi;* nas festas da iniciação (circuncisão) dos rapazes e na das raparigas, *Nzó--Ikumbi* e *Nzó-Kualama;* no nascimento de gémeos, tidos por filhos do *Nkisi-Nsi;* nos funerais (outrora) dos grandes chefes, agora transferidas para o *Mpolo*, e que são danças para afastar a tristeza; mesmo em danças para castigos de actos contrários às leis morais de *Lusunzi* e do *Nkisi-Nsi*, tais como a *Mbumba-Mbitika*, já descrita, e a *Nkilika Nkuti*, imposta

aos pais da criança concebida por acto conjugal, mesmo legítimo, mas praticado antes da manifestação da volta do primeiro mênstruo após a aleitação do filho anterior.

A *Nkilika Nkuti* era dançada nas mesmas condições que a *Mbumba Mbítika.*

Ligada ainda ao culto, havia a dança *Sanga*, género de dança guerreira, praticada no enterro dos nobres e grandes senhores e que era simulacro de luta contra os *Bandoki*, comedores de almas, maus espíritos. A *Sanga* apenas pode aparecer agora, uma vez por outra, na festa do *Mpolo.*

O movimento de todas estas danças era marcado pelo ritmo do toque dos tambores.

A letra, musicada em rectoctono, acompanhará pura e simplesmente esse ritmo.

Em festas dos grandes senhores e nas danças respectivas aparecem:

— O *Ndungu lilu*, o grande tambor do chefe, que se toca colocado no sentido horizontal muitas vezes seguro entre os joelhos do tocador. O *Ndungu lilu* chega a ter de comprimento de dois a três metros. (Cf. Fig. C 55)

— Outrora também os tambores *Bikula*, tambores de 80 centímetros a um metro, tocados ao alto, de pé, e que só existiam nas casas dos grandes chefes.

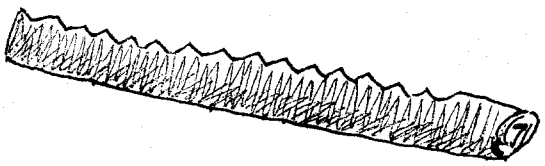
— Os *Zimpungi*, pontas de elefante, nunca em número inferior a três (*nuni*, *nkazi* e *muana* — marido, mulher e filho).

Para certas festas em honra de feitiços, v. g. do Lemba, são usados tambores próprios, por exemplo o *Ngoma.*

Para as danças de puro divertimento, posto que se possa pedir e usar o grande *Ndungu lilu*, aparecem antes os tambores comuns *Zindundungu*, tambores mais pequenitos.

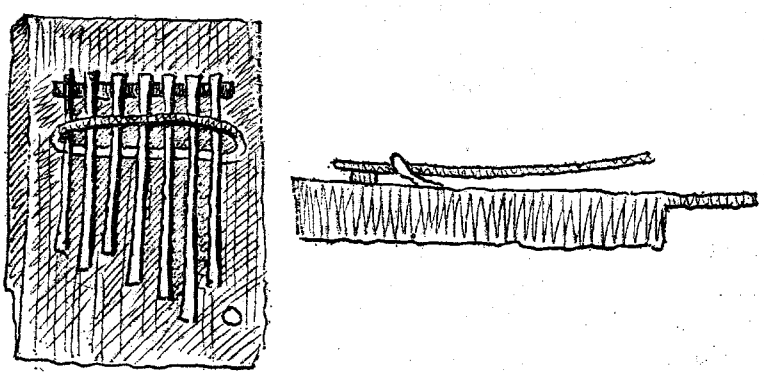
O ritmo, sempre marcado pelos tambores, chega a ser acompanhado por:

a) — Uma espécie de «reco-reco», feito de bambu trabalhado em dente de serra, que se toca fazendo passar pelos dentes, ritmadamente, um pau duro e seco.



b) — Pelo *Ntenfo*, um aerófono feito de pau furado a ferro em brasa. (Cf. Fig. P 71)

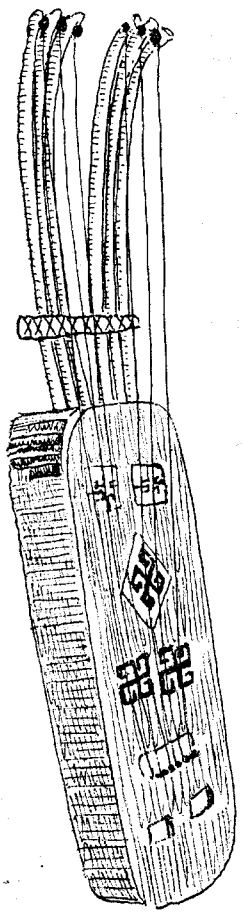
c) — Fazendo dos grossos pedúnculos, que são furados, das folhas de mamoeiro um género de trombeta.



Manhanga

d) — Não raro se lhes junta idiófonos de dedilhar, tais como a *Manhanga*, com uma espécie de teclas em *banza* (nervura seca do ramo de palmeira) ou de lâminas de ferro ou de arame batido.

e o cordófono *Lukengi* (ou *Nsenge*), com cordas de ráfia ou de qualquer liana fina e resistente.



Lukengi

A *Manhanga*, para maior sonorização, é muitas vezes tocada dentro de panelas, latas ou até de cabaças a isso adaptadas.

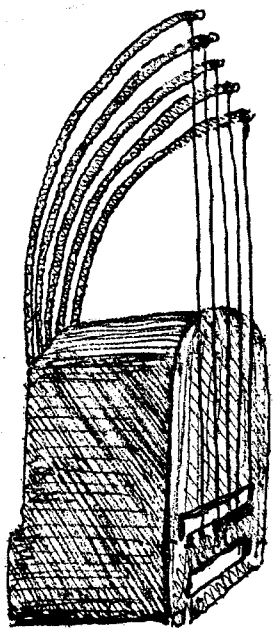
Na *Manhanga*, em pequena caixa de ressonância trabalhada numa só peça, escavada ou queimada a ferro em brasa tapando-se, depois, com madeira da mesma qualidade, o local, a boca que ficou aberta para se fazer essa caixa, são bem fixadas no tampo superior umas sete ou mais teclas ou palhetas, cada uma com seu som diferente mas em acorde. Palhetas em arame batido ou *banza*.

Segura pelas duas mãos, as palhetas da *Manhanga* são dedilhadas pelos dois polegares.

O *Lukengi* ou *Nsenge*, já de caixa de ressonância bastante maior, comumente também de uma só peça, tem como braços 4, 5 ou mais varas resistentes e que fazem de mola esticadora das cordas. Estas são fixas ao tampo anterior do instrumento e abaixo da terça parte inferior do mesmo, indo prender-se cada uma a uma das varas esticadoras que funcionam como cravelhas.

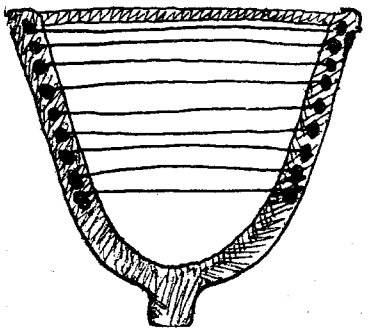
As varas esticadoras são seguras às costas do instrumento, quase sempre por lianas e em reentrâncias para isso deixadas.

Seguro o *Lukengi* com a mão esquerda e com o tampo posterior recostado sobre o braço, as cordas afinadas em tons acordes são feitas vibrar pelo vaivém dos dedos da mão direita.



Um dos mais rudes *Lukengi* feito da aplicação de uma caixa ou de uma pequena caixa construída de tábuas leves e finas.

e) — De ramos de árvore em forquilha, sendo as extremidades do V fixas por uma vareta, fazem um outro género de cordófono.



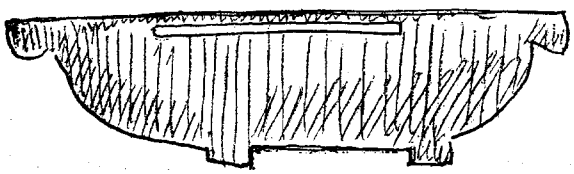
As cordas, de 6 a 8, são retesadas e distribuídas a espaços mais ou menos regulares, e começando pela parte mais larga do V, pelos braços da forquilha.

É dos cordófonos mais fáceis de confeccionar e também, por isso, dos mais infantis.

f) — Junta-se-lhe o *Zic... Zic... Zic...* de pedrinhas ou grãos, mais comummente de coconote, dentro de latas ou de pequenas cabaças, sacudidas segundo o movimento marcado pelos tambores.

g) — O tantã — *Nkonko* — raramente, pode vir misturar o seu som ao dos tambores. (Cf. Fig. P 73)

Feito do tronco cavado de uma árvore, deixando uma fenda longitudinal, com dois lábios e cada um com o seu som — um grave e o outro agudo — é o tantã tocado por duas espécies de baquetas. São estas feitas de madeira mole e leve, para não ferirem os lábios do tantã, e não raro do grosso pé do cacho de dendém, a parte que fica depois de desgranado, que vem a dar ao toque do tantã um som mais cavo e mais suave, menos duro.



h) — E como se tudo isto não fosse suficiente, quando se chega ao auge da animação aparecem gaitas de todos os lados e de toda a espécie e inventam-se mil maneiras para animar os dançadores.

O forte da dança é deixado aos homens válidos e rapazes robustos. Ao centro, em saltos virís e ritmados, dançam esses homens.

Em círculo os rodeiam as mulheres, as crianças e os mais velhos. Batem palmas, cantam ou gritam. Com alguns passos de dança, as mulheres mais válidas e as moças parecem arremadar o dançar dos homens.

Por vezes, ao som e ritmo da mesma batucada, mas em grupos separados, dançam os homens de um lado e as mulheres de outro.

A dança, posto que muitas vezes um tanto lasciva e pornográfica, sobretudo por ocasião das festas da *Nzo Kumbi* e *Nzo Kualama*, em tempos passados nunca era aos pares de sexo diferente.

Mas hoje, salvo as rituais e ligadas a algum culto, sentem a influência europeia e são dançadas aos pares.

Das deste género conheceu-se, como das primeiras, a chamada *Muchachá*. Teria sido influenciada pelo *Tchá-Tchá-Tchá*?

A *Maieia*, executada principalmente por ocasião das festas da *Nzo Kualama*, destingue-se pelo modo de vestir.

As mulheres dançam com saias de muita roda e compridas, até aos pés, feitas em pano de tipo chita ou estampado; os homens, envolvidos em panos do mesmo género, à cinta, com as pontas caídas e arrastando pelo chão. Não têm eles a preocupação de, à frente, cerrarem o pano totalmente, antes pelo contrário, deixando ver o calção ou calça que vestem e, não raro, os movimentos e gestos menos decorosos que fazem.

Ouvimos falar na dança *Mbembo* (=palavra, voz) dada em honra da donzela que era encontrada virgem no matrimónio. O marido, na manhã a seguir à noite de núpcias, anunciava a virgindade de sua esposa. Havia depois, à noite, essa dança *Mbembo.* A letra dos cantos, entoados por uma mulher da aldeia, era em louvor da jovem esposa e de seus pais que tão bem a haviam educado e resguardado.

Os mais pequenos e mais pequenas — e, por vezes, adolescentes e jovens — não deixando de arremedar as danças dos mais velhos e entrando perfeitamente no ritmo, desde criancinhas e com uma facilidade que diríamos inata, guardam para eles a chamada dança SUSA (ou SUNSA). Antes lhe chamaríamos jogo do que dança. Dois de cada vez, voltados um para o outro, em movimentos bem ritmados, marcados pelo bater das palmas das mãos, pés movidos muito rentes ao solo, é tido por mais expedito e ganha o que mais ràpidamente levantar um dos pés, ficando a coxa quase em ângulo recto com o corpo.

Uma simples fogueira é suficiente para iluminar o local para a *Susa.* As noites frescas do tempo do cacimbo são as mais escolhidas para esta dança-jogo.

Os *Marengues* de hoje (termo para designar indiferentemente as salas de baile — algumas bem espaçosas — que existem na cidade, vilas e em quase todas as povoações, ou as danças lá executadas) atraiem, sábados à tarde e domingos, inúmeros frequentadores, mesmo europeus, que se entregam a danças de toda a espécie.

O custo de alguns desses salões e seu apetrechamento e mobiliário (200, 300 e até 400 contos!) pode levar-nos perfeitamente a imaginar a afluência das pessoas.

Com luz eléctrica das centrais ou de motores privativos, à luz dos *Petromax* ou dos candieiros *Aladin* (estes mais para o interior), animados por pequenos conjuntos — alguns já muitíssimo bons — ou por discos de música africana ou até europeia, que os amplificadores de som e altifalantes espalham pelos quatro ventos, divertem-se, dançando e bebendo, até altas horas da madrugada.

Mas o luar, nostálgico e sonhador, a iluminar dançadores e tocadores de batuque, que se desfazem em gotas de suor que mais parecem pérolas negras, continuará a ser a luz e a música das festas rituais e das consagrações aos manes e ao *Nkisi-Nsi*, o espírito benfazejo da terra!

Os tambores costumam ser feitos de *Sanga-Sanga* (*Ricinodendron africanum*, M. A.) ou, o mais comum, de *Nsenga* (*Musanga Smithii*).

São madeiras leves e moles e, por isso, fáceis de trabalhar.

Dificilmente ganham fendas.

Os troncos são perfurados com um género de formões compridos feitos em ferro (v. g. verguinha de 1/2 ou uma polegada) batidos e afiados em uma das pontas.

A pele dos tampos é quase sempre de cabrito. E é daí que se tira o adágio:

Nkombo tobuela ngoma:
Na naveka uibaka nkanda bilondila.

O cabrito furou o tambor *ngoma:*
É nele mesmo que arranja a pele para o consertar.

A caixa de ressonância da *Manhanga* e do *Lukengi* é de *Nsenga* ou de *Songáti (Alstonia congensis Engl.)*.

Para o *Tantã — Nkonko* — o mais usado é o tronco da *Kambala* (Moreira — *Chlorophora excelsa* (Welw.) Benth & Hooc).

C — *ARTE — ESTATUÁRIA E PINTURA*

Os *Bakongo* e *Bauoio*, sem grande preocupação de perfeição de forma, ligavam antes aos seus trabalhos de arte certo simbolismo ou a representação de pessoas.

Ainda hoje aparecem alguns desses trabalhos a que, por se apresentarem com aspecto mais rudimentar, se lhes dá menos valor. E é um erro pois têm-no e muito maior pelo que significam, pelo simbolismo que encerram, pelo tal género de escritura ideo-gráfica que a esses trabalhos está ligada. Assim:

1 — Tartaruga mais ou menos bem executada, não só lembra o animal que representa mas significará que, assim com ela ao menor perigo se abriga na sua carcaça, a mulher casada se deve apoiar e defender em seu marido.

2 — Na representação da luta entre dois pombos pelo mesmo grão de amendoim, não se pode olhar só a perfeição da forma mas ter-se-á que «ler» o seguinte: O grão de amendoim não pode ser dos dois, um ganha e outro perde. Também uma rapariga não pode casar com dois rapazes ao mesmo tempo. Vai para o mais expedito, para o mais forte (em bens e qualidades).

A representação de pessoas encontrámo-la em alguns túmulos dos tidos por grandes senhores. E, vamos lá, nem sempre está alheia a parecença entre o busto e o que havia sido o defunto.

Fora disso, quer em pintura ou em escultura, não nos foi dado encontrar qualquer retrato ou busto.

Nas paredes exteriores das casas de adobo rebocado, a pintura de vasos e flores em cores muito vivas (predominando o verde, vermelho e amarelo, e com rodapé e faixas nos cunhais, junto ao telhado, nas ombreiras e padieiras das portas e janelas) alegra as aldeias por estas casas se encontrarem disseminadas por entre as de material comum: só de palha e luandos. Mesmo nestas, por vezes, se encontram os bordões que seguram os luandos colocados em boa simetria, formando losangos ou outras figuras geométricas, que são pintadas em cores garridas. (Cf. Fig. P 76, P 77 e C 57 e C 58)

Nos últimos tempos tem-se desenvolvido bastante uma certa «escola» de pintura e estatuária. A pintura, e sobretudo a escultura, foi muito influenciada pela escola que houve na Missão da Muanda — República do Zaire — a uns 50 quilómetros de Cabinda e junto à foz do Zaire, à frente da qual e como seu fundador esteve um missionário dos Scheut (P. Nico Vandenhoudt).

A maioria destes trabalhos de estatuária e de outras obras em madeira é executada por alguns artistas da colónia de Basolongo (gente de Santo António do Zaire) que reside em Cabinda.

É tido por ser o melhor artista cabinda o José Kengele, da aldeia do Kinzázi. (Cf. Fig. P 74 e P 75)

Os motivos da pintura, em quadro a óleo sobre a «tela» de pano cru ou de sacos de açucar, ou aguarela, sobre cartolina branca, amarela ou preta, raro foge da paisagem de certos tipos de aldeias ou rios (com pontes de lianas e canoas presas às margens), de um ou outro quadro com pinturas de caçadores e dançadores estilizados. (Cf. Fig. C 53 e C 54)

Na escultura atiram-se mais à reprodução de certas imagens religiosas (procurando também o género estilizado) e figuras de antílopes. Vão abandonando os trabalhos em pau preto, a que davam forma de mulheres e homens entregues a trabalhos domésticos ou do campo. E é pena.

A muita procura de pinturas, imagens e bonecos (a que indiferentemente se dá o nome de pintura ou escultura de objectos de arte...) feita por parte dos europeus, que vivem ou passam por Cabinda, leva a um trabalho apressado, menos cuidado, menos perfeito.

É por isso que os artistas muitas vezes, para facilidade de confecção, aproveitam madeiras de qualidade média ou inferior e não suficientemente seca. Por este motivo, passados tempos, as peças aparecem com fendas.

Está-se já numa estandardização que facilitando a confecção de dois ou três motivos — em pintura ou escultura — atrofia a iniciativa e a verdadeira criação de objectos de arte.

Mas ainda se estava bem a tempo da criação de uma Escola de Pintura e Escultura em Cabinda, aproveitando para isso os rapazes artistas das várias «barracas de bonecos» que, na verdade e em bom número, são bastante mais do que simples habilidosos. Seria ainda altura magnífica para se deitar mão dessa riqueza sem igual, para se não deixar morrer por completo, e que é o «simbolismo e escritura ideo-gráfica» dos cabindas.

D — *CONTOS E ALEGORIAS*

Nas noites escuras — e há-as de breu — e mais nas do tempo fresco do cacimbo, enquanto se aquecem à roda das fogueiras, os mais velhos contam histórias dos velhos tempos, propõem uma ou outra adivinha e narram contos e alegorias.

É destas que vamos deixar alguns exemplos:

1 — *O pedido do cão e de outros animais*

Partiram vários animais em passeio. Tudo corria muito bem quando, de repente, cai um pau no meio do caminho. Ficando do lado contrário àquele em que seguiam, o cágado pediu aos outros:

— Oh! meus amigos, tendes que ter paciência. Sabeis que não posso saltar. Esperai, por favor, até que o pau apodreça e eu possa acompanhar-vos. Esperaram.

Depois o *Sibizi* (um roedor) pediu para que ficassem até ao tempo das colheitas. É que gosta muito de amendoim, de milho e de mandioca. E os outros animais ainda atenderam a este pedido do *Sibizi*.

Mas o cão também quis pedir um favor: que tivessem a bondade de esperar até que o focinho lhe ficasse seco. Mas era pedir muito, pedir o impossível. Não acederam. Seguiram caminho deixando-o. E é por isso, dizem, por terem deixado o cão sem que lhe secasse o focinho, que ele agora corre atrás de todos os animais.

Lição — A paciência pode chegar para coisas difíceis, mesmo muito morosas. Mas, para o impossível, não há paciência que baste.

2 — *O leopardo e a gazela*

Encontraram-se na floresta. Perguntaram-se qual deles ficaria o rei. Fiado em suas unhas e manha, o leopardo afiançava que seria ele. A gazela, ciente de sua velocidade e esperteza, chamava para si o título. Resolveram, então, dirimir a questão em reunião de animais.

A reunião seria em casa do leopardo. E, para ver se conseguia o que pretendia, este faz-se doente. Os animais entravam para o ver e cumprimentar. Mas a gazela não caiu nisso. Ficou à porta. Bem lhe diziam os outros animais para que entrasse mas sempre a isso se negou.

O leopardo havia nomeado seu lugar tenente ao *Nzuzi* — felino mais pequeno — que veio cá fora ver se convencia a gazela a entrar. Mas ela continuou a negar-se e ficou à porta a espreitar.

O *Nkumbi* — espécie de doninha — também desaconselhava a gazela a que entrasse e disse-lhe que esperasse enquanto ia ver se, de verdade, o leopardo estava doente ou não.

O *Nkumbi* furou por baixo da casa até junto do leopardo e tocando-lhe, mesmo ao de leve, fê-lo estremecer mostrando bem à gazela que a doença não passava de fingida...

O próprio leopardo («senhor» *Ngó*), notando que nada conseguia e que nenhum animal convencia a gazela a entrar, deu em correr atrás dela que conseguiu escapar-se. E o *Nzuzi* fechou a porta da casa do leopardo com os animais que lá estavam — muito menos espertos do que a gazela e doninha — para serem comidos depois.

Tempos passados, a gazela, por sua vez, também deu parte de doente. O próprio leopardo a foi visitar. Junto da casa da gazela notou ele certas armadilhas — *básula* — próprias para apanhar peixe.

— Então, ó gazela, para que tens aqui estas armadilhas?

— Para apanhar peixe, está visto, respondeu a gazela!

— Como queres apanhar peixe aqui, longe da água?

— É assim mesmo, replicou a gazela. Os próprios peixes se vêm cá meter...

O leopardo partiu animado a fazer a mesma coisa. Dispôs as armadilhas da mesma forma como vira em casa da gazela. Mas nada de peixes!...

Voltou a falar com a gazela e disse-lhe que nada apanhara.

— Ora, Deus nos valha, disse a gazela. Esqueci-me de dizer tudo quanto se deve fazer. Desculpa lá a distracção, leopardo! É que, para se apanhar o peixe e fazer com que ele se venha aqui meter nas *básula*, necessário se torna construir um *mutete*, suficientemente grande e forte, onde a gente se possa prender bem. Deita-se à água e os peixes vêm, depois, cá meter-se!...

O leopardo regressou no dia seguinte com o *mutete* e vinha com forte vontade de ir pescar e apanhar peixe. A gazela, até com a ajuda do *nzuzi*, amarrou ao *mutete* o leopardo e mais fortemente do que este desejaria. Deitaram-no à água. E aconteceu o que a gazela queria: o leopardo morreu afogado...

Por isso, nunca mais se viu uma gazela junto de um leopardo e ela foge sempre para bem longe logo que o seu olfacto, bem apurado, lhe denuncia a presença próxima do leopardo.

Lição — Não é raro a esperteza dos fracos e pequenos deixar mal e vencer as arrogâncias e presunções dos grandes e fortes. Mas, depois, têm de andar bem atentos para não cairem nas garras dos «grandes senhores» que raro esquecem e perdoam a humilhação sofrida.

3 — *Três homens na Kilala*

Regressam, à tardinha, ao alpendre (*kilala*) que têm na floresta para recolherem o vinho de palma e acamaradarem. Um deles tratou de assar uma batata doce. Cada um tinha uma namorada que, precisamente nessa tarde, também resolveram vir beber um golo com eles.

Quando sentiram que as namoradas chegavam, o da batata doce tirou-a do fogo e tratou de a esconder cobrindo-a com os próprios pés. Começou a sentir-se queimado, mas não quis dar parte de fraco e, muito menos, ceder a batata!

Consequência: escaldou-se a ponto de largar a pele da planta dos pés.

Lição — As tuas coisas, se não queres que te as invejem ou até que te venham a trazer males, trata de as esconder a tempo dos olhares dos outros, pô-las ao longe e ao largo, até fora dos olhares dos teus, da tua família, aliás acabarás por ficar mal (escaldar-te-ás) pois eles não te perdoarão o não lhes emprestares ou, até, dares as coisas. O que tens à vista terá que ser repartido pelos outros.

4 — *Uma história de Nhimi*

— Oh! Nhimi, tu nunca foste ao Ngoio, a Simulambuco?

Não, Nhimi nunca tinha ido ao Simulambuco.

Preferiu Nhimi arranjar um trocadilho de palavras e quis perceber que lhe perguntavam se nunca tinha estado em *ngoio nsi a mbuku*, expressão que qer dizer «meter-se debaixo da cama».

E ele também nunca tinha dormido debaixo da cama.

Está bem, disse Nhimi, também lá vou ter. E, enquanto os outros seguiram para Simulambuco de Ngoio, ele escondeu-se debaixo da cama — *ngoio nsi a mbuku*.

quando a pequenada da aldeia começou a gritar que as pessoas estavam a chegar de Simulambuco, o Nhimi saiu de debaixo da cama.

Lição — Para fugir à confusão e inconvenientes que muitas vezes há na companhia de outros, o melhor é fingir que se lhes faz a vontade e proceder-se como nos convém. Melhor é andar só, mesmo que se tenha alguém de se esconder, do que mal acompanhado.

5 — *Segunda história de Nhimi*

Morreu o pai de Nhimi. Ficou a pobre viuva. O Nhimi pouco mais fazia do que tratar das suas coisas e deixava sem ajuda e sem amparo a pobre mãe viuva. Nada lhe arranjava e nem mesmo lhe cortava um cacho de dendém. Censuravam-no por tanta preguiça e, sobretudo, pelo abandono em que deixava a mãe. Nem sequer, diziam, «lhe deitas» um cacho de dendém para fazer a muamba!...

Um dia o Nhimi sempre se resolveu a «deitar» à mãe um cacho de dendém. Chama-a para que vá com ele ao palmar, que lhe cortará dendém, que lhe «deitará» dendém para ela.

A pobre velha seguiu seu filho Nhimi. Nhimi sobe à palmeira.

Tem já o cacho quase cortado quando chama a mãe mesmo para debaixo dele e do cacho. E o cacho, então, é «deitado» sobre a pobre mãe, que morre apanhando com o cacho na cabeça.

E agora todos o censuram e o condenam: mataste a tua mãe!

— Não era, responde ele, o que vós queríeis e me pedíeis? «Nhimi, nem um cacho de dendém «deitas» à tua mãe! Fiz o que vós me pedistes.

Lição — Há quem use de medidas drásticas para evitar que andem sempre sobre ele. O Nhimi preferiu matar a mãe a ouvir dizer que não fazia caso dela.

O picar e insistir sem tréguas com os outros ocasiona, por vezes, verdadeiras desgraças.

Fig. P 68 — Agora, só por milagre se encontra uma jovem tatuada

6 — *A esperteza do Nhimi*

Havia o Nhimi tomado a resolução de ser enterrado com a mulher (ou vice-versa) quando um deles morresse. Seriam, nessa altura, enterrados com todos os seus haveres e pertences.

E morreu primeiro a mulher.

O Nhimi tratou logo de juntar tudo quanto pôde, procurando nada esquecer para ter muito que enterrar. Faz-se a cova. Enterra-se, mesmo no fundo, o caixão com a mulher. E Nhimi vai deitando as coisas sobre o caixão. Seria o último a ser enterrado, por cima de tudo.

Conseguiu tanta tralha que encheu a cova quase até ao cimo.

— Não, Nhimi, não pode ser, dizem os outros. Sai. Não há fundura suficiente. Temos de fazer cova mais funda.

Tiram-se todas as coisas e o caixão da mulher. Afunda-se a cova. E agora são os outros quem tudo deita para dentro. Nhimi mostra-se desinteressado.

— Anda, Nhimi, agora és tu. Há lugar suficiente. Podes entrar na cova.

— Não fostes vós quem me mandou sair? E quereis agora que eu vá para lá! Não, não vou. Tapai assim a cova.

Lição — Na primeira, quem quer cai!... Mas na segunda!...

7 — *O egoismo castigado*

O caçador havia apanhado um *sibizi*. É animal roedor e de muito boa carne. Tratou de o esfolar e de lhe dar todas as voltas precisas para o assar e comer.

Estava quase para o meter nas brasas, quando sente que a sua namorada se aproxima com outras companheiras. Como os namorados não podem comer juntos, atirou o *sibizi* para o meio do capim que lhe ficava ao lado. Mas a amiga levava um cão. E os cães têm faro especial para tudo o que é caça. O cão fareja a carne e trás o *sibizi* à mão de sua dona. Não cabem em si de contentes as raparigas por terem conseguido carne fresca. E o «nosso» caçador não tem coragem, nem a pode ter, para contar o que fizera.

Lição — Ao avarento e egoista para nada lhe serve o que tem.

Chega a beneficiar mais os outros do que a si mesmo. Melhor é ser generoso, que a generosidade tem sempre paga.

8 — *A vaidade e exibicionismo castigados*

Três rapazes na *kilala*. Aparecem depois umas meninas para passarem um pouco de tempo e beberem um golito de malavo fresco.

Um dos rapazes sobe à palmeira para colocar uma cabaça para recolha do vinho. Para isso é sempre preciso cortar a *muengi*, a flor da palmeira onde, rente ao tronco, se aplica a cabaça.

A *muengi* é pesada. É imprudência, estando alguém cá em baixo, tentar apará-la à mão. Mas estão ali umas meninas e um deles deseja mostrar-se, fazer-se forte.

— Deita a *muengi* que eu seguro-a.

— Não, que te arriscas a partir o braço.

Mas o outro teimou e o de cima cedeu. E aconteceu o que era de prever. O arrogante e basófia estala o braço. Mas não «dá o braço a torcer» e nem se queixa. Contudo, não deixou de se sentir castigado por sua basófia e imprudência.

Lição — Castigo de vaidade e de exibicionismos. Assim acontece muitas vezes aos que olham demasiadamente para as mulheres e se querem fazer muito fortes diante delas.

Tendo-me sido contada esta alegoria em 1970, quando em Cabinda já se encontra o «inferno» das motorizadas, a aplicavam aos muitos desastres que têm havido por se quererem mostrar grandes corredores diante das pequenas!...

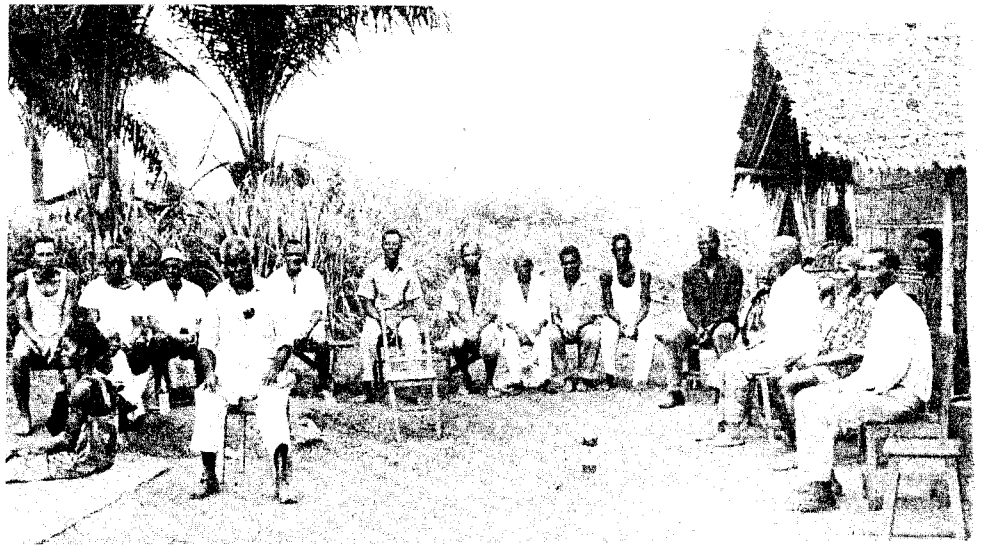


Fig. P 69 — O Chefe e **Nkotokuanda,** na aldeia Fortaleza-Ngoio, reunem-se para uma questão de casamento

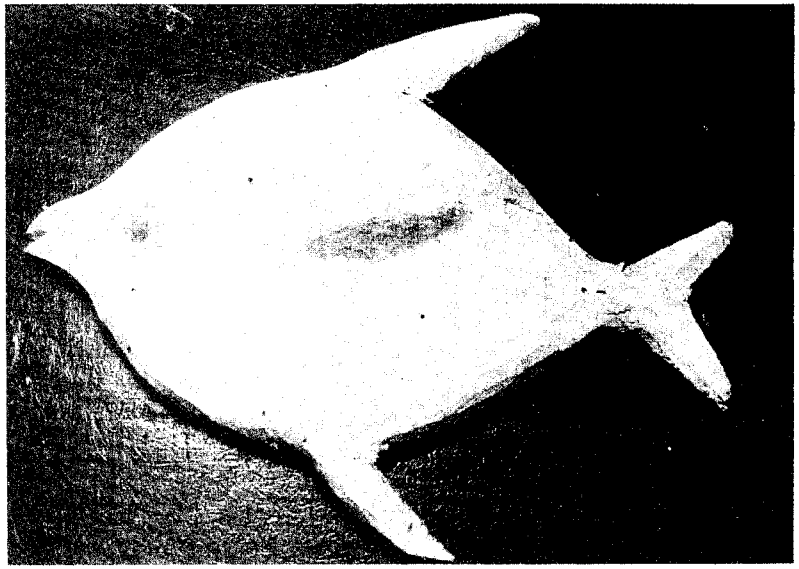


Fig. P 70 — Representação do peixe **Mbuli-Vanga** encontrado num túmulo (0,19×0,15)

Fig. P 71 — Tocador de **Ntenfo**

Fig. P 72 — Tocador de **Ngongie**

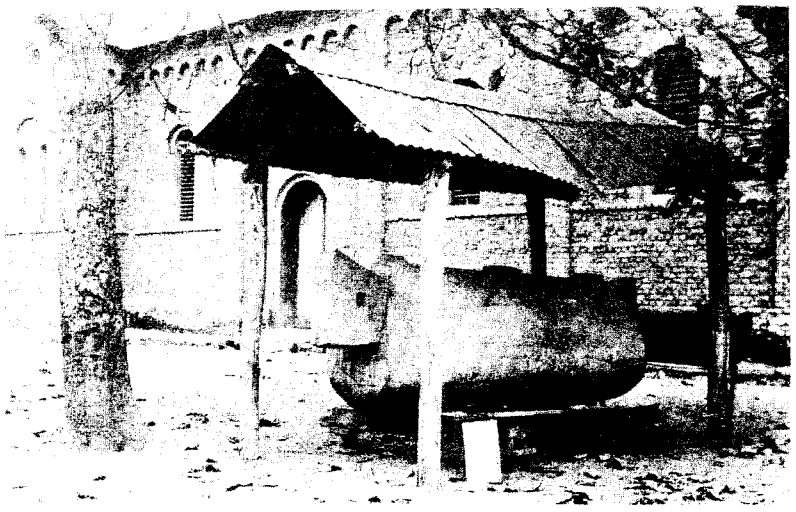


Fig. P 73 — O Tantã da Missão Cat. do Lukula. Ouvia-se a 14 quilómetros

Fig. P 74 — O José Kengele, no Kinzazi, começa a modelar um Cristo

Fig. P 75 — O Casimiro, em Cabinda, trabalha numa imagem da Virgem

Fig. P 44 — Um velho **Nkotokuanda** de Ngoio com a **Ngunda** que no texto se descreve

Fig. P 45 — Uma jovem com o penteado à **Ngunda**

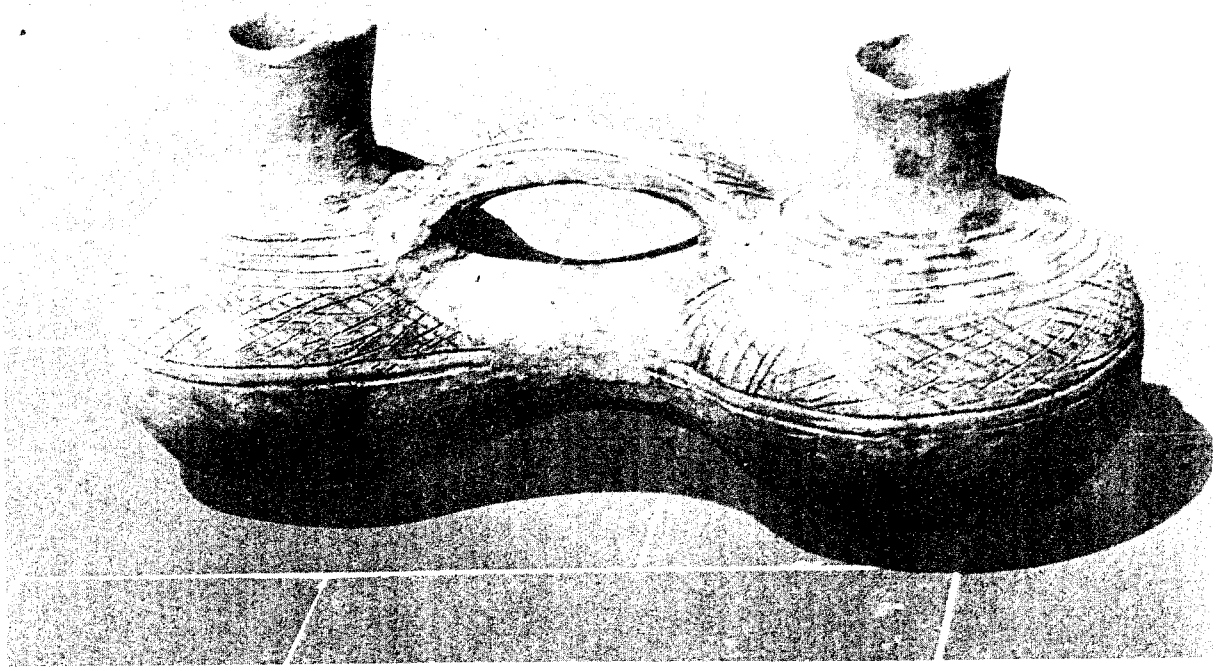


Fig. P 42 — Um curioso exemplar de **Nlingo** — moringue

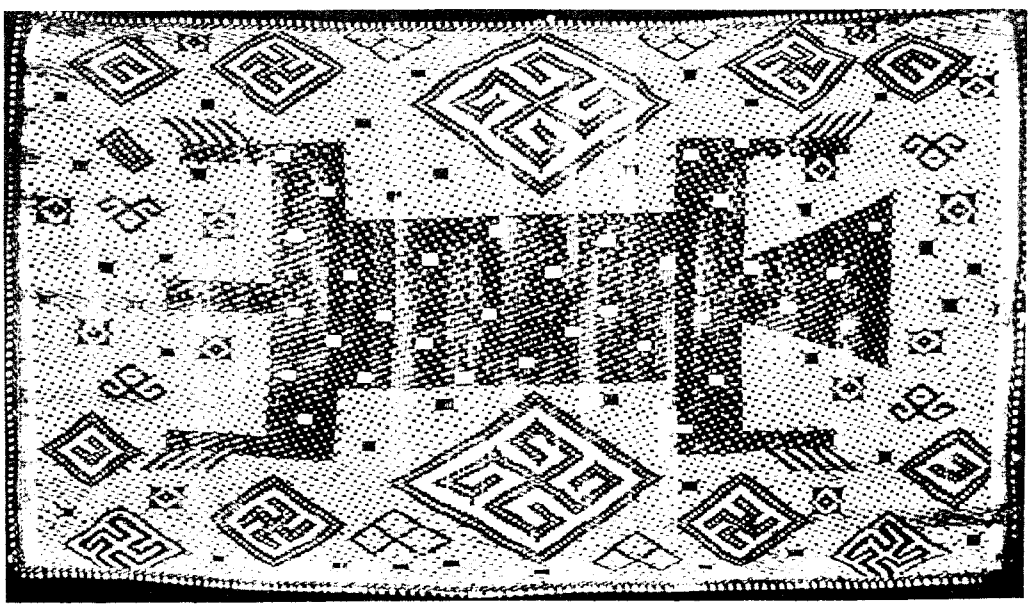


Fig. P 43 — Uma esteira com a representação do leopardo

APÊNDICE

RIQUEZAS DO SOLO E SUBSOLO DE CABINDA — COMÉRCIO E INDÚSTRIA

É do domínio público, nacional e estrangeiro, que o pequeno Enclave de Cabinda (7.270 quilómetros quadrados) é rico, não só em qualidades e virtudes de suas gentes, com características muito especiais, mas também em riquezas naturais do solo e subsolo, que contribuem para o volume sempre crescente do comércio e indústria.

São já conhecidos os petróleos de Cabinda; pensa-se nos jazigos de fosfatos, a explorar quam primum; fala-se na possível exploração de ouro e diamantes. *

Quanto ao petróleo: Foi por 1955/56 que se fizeram as primeiras prospecções.

Mas bem me lembro de que por 1943/44 já o comerciante do Fubu (Tando Zinze) João Martins falava na existência de petróleo, havia pedido aos Serviços de Geologia e Minas uma concessão para esse fim e foi encontrar a morte numa viagem que fazia ao Kimbuande, na fronteira Leste com a actual República do Zaire, onde se ia avistar com o Dr. Edmond Dartevelle para assentarem nos moldes de uma futura sociedade e prospecção.

As prospecções de 1955/56 começaram por dar esperanças bem fundadas. A partir de 1963 essas esperanças bem fundamentadas vão aumentando até que, em 1967, é descoberto um grande jazigo de petróleo a juntar a outros já descobertos.

Com a presença do Governador Geral de Angola, Coronel Rebocho Vaz, do Governador de Cabinda, então Brigadeiro Américo Agostinho Mendóça Frazão e do Presidente da Câmara de Cabinda, Manuel Coelho de Abreu, é feita, a 26 de Novembro de 1968, a primeira bombagem de petróleo de Cabinda para o petroleiro «GULF SCOT» de 43 mil toneladas.

Admite-se que o campo petrolífero já descoberto possa vir a permitir, por 1973, uma produção da ordem dos 15 milhões de toneladas anuais.

Mas, desde há muito, outras têm sido as riquezas exploradas no solo de Cabinda: óleo de palma e coconote, café e cacau e, especialmente, madeiras.

São bem conhecidas as florestas do Maiombe. Mas todo o Enclave é rico em madeiras. Nas florestas de Cabinda se encontram das melhores madeiras de todo o mundo.

E a exportação de madeiras do Distrito de Cabinda tem sido, e ainda o será por muito tempo, uma das maiores fontes de riqueza do Distrito.

De começo, essa exportação era feita só em toros e com toros cuja densidade fosse inferior à da água, para poderem flutuar, pois era pelo sistema de jangadas que se levavam as madeiras para os barcos, ancorados a duas, três e mais milhas da costa. Infelizmente não havia, e ainda não há, cais acostável para barcos de grande calado.

O Grémio das Madeiras do Distrito de Cabinda tem, porém, dado solução a imensos problemas da madeira. As suas barcaças, puxadas por rebocadores, carregam madeiras

---

* Está para breve a montagem de uma fábrica de ácido fosfórico.

serradas em pranchas, barrotes ou tábuas, bem como madeiras pesadas que não possam ser transportadas em jangada. Os mesmos rebocadores levam para junto dos barcos as jangadas de toros.

O aumento de fábricas de serração, as fábricas em construção para folheados e contraplacados (a da JOMAR), para lamelados e contraplacados (a da MABEL) vão permitir maior possibilidade de aproveitamento das madeiras e de todos os resíduos não exportáveis.

Apresentaremos os nomes das espécies mais conhecidas que têm sido exportadas.

A classificação de madeiras de 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª classes foi-nos fornecida, em tempos, pela Direcção dos Serviços de Agricultura e Florestas da 6.ª Zona Florestal do Distrito de Cabinda.

A classificação científica, botânica, colhêmo-la ou confrontámo-la em Gossweiler e num estudo do Eng. Sivicultor Fernando Marçal Cameira. Neste estudo e no capítulo dedicado às «*Espécies Florestais em Exploração*» a qualificação das madeiras é designada por Sub-classe I, Sub-classe II, Sub-classe III e Sub-classe IV.

Mantendo a qualificação antiga (1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª classes), indicaremos, tanto quanto possível, a Sub-classe I, etc., etc. apresentada pelo Eng. Cameira.

MADEIRAS DE PRIMEIRA CLASSE

MUANZA ou ZAZANGE — *Albizzia angolensis* Welw. (Sub-classe II)
TOLA KINFUTA — *Oxystima oxyphyllum* J. Léonard (Sub-classe I)
SAMBO (PAU ROSA) — *Swartzia fistuloides* Harms. (Sub-classe I)
NTIETIE ou MPENZA MENGA-MENGA — *Staudtia stipitata* Warb. (Sub-Cl. II)
MUAMBALOLO ou MUAMBA — *Enantia affinis* Exell (Sub-classe II)
KAMBALA ou MOREIRA — *Chlorophora excelsa* Benth et Hooc. f. (Sub-cl. I)
LIVUITI — *Entandrophragma angolensis* C. D. C. (Sub-classe I)
UNDIANUNO — *Guarea sp.*
Entandrophragma cilindricum Sprague (de casca fina)
Lovoa trichilioides Harms (preto, Mogno)
Guarea cedrata Pellegr. (branco, Mogno) tudo Sub.-cl. I)
NDOLA — *Khaya anthotheca* C. D. C. (Sub-cl. I)
TOLA BRANCA — *Gossweilerodendron balsamiferum* Harms.
(Sub-classe I

MADEIRAS DE SEGUNDA CLASSE

KUNGULU — *Mimusops Djave* (Lanen) Engl. (*Autranella Congolensis* A. Chev. (Sub.-classe III)
KOKONGO ou KONGULO — *Afzelia Zenkeri Harms* (Sub-classe II)
MBETA ou MBIBANGU — *Symphonia Gabonensis* (Vesque) Pierre
KALI — *Malachanta Superba Vermoes* (*Aningeria superba* Aub. ex. Pellegr. Sub-classe II)

MADEIRAS DE TERCEIRA CLASSE

SONGATI ou MUNGUENGO — *Alstonia Congensis* Engl.
MBILI — *Canarium Schweinfurthii* Engl. (Sub-classe IV)
KIKINHUNGU — *Cistanthera Leplaei* Verm (*Nesogordonia spp.* Sub-classe II)
MINZU — *Combretodendron africanum* (Welw.) Exell. (Sub-classe III)

SANHA — *Corynanthe paniculata* Welw. (*Pausinystalia angolensis* Vernham — Sub-classe III)
NGULU-MAZI — *Nauclea trilesii* Merril (Sub-classe III)
NSANO — *Ongokea gore* (Hua) Pierre (Sub-classe III)
SAFUKALA — *Pachylobus pubescens* Vermoes (*Dacryodes pubescens* H. J. Lam. Sub-classe III)
VANZA — *Pentaclethra macrophylla* Benth.
NSINGA ou NSINGA-SINGA — *Piptadenia africana* Hook. f.
LOMBA (ou LONGUA) — *Pycnanthus angolensis* (Welw.) Exell (Sub-classe III)
MEMENGA ou MENGA-MENGA — *Staudtia gabonensis* Warb. (Sub-classe III)
LIMBA ou NLIMBA ou MULIMBA — *Terminalia superba* Engl. et Diels. (Sub-classe I)
MANGUITE ou TALA KOME — *Daniellia sp.* (Sub-classe III)
NKASA (ou CASCA) — *Erythrosphloeum Le-Testui* A. Chev. (Sub-classe III)
BENGE — *Guibourtia arnoldiana* (De Wild & Dur.) J. Léonard (Sub-classe I)
MUIBA — *Irvingia robur* Mildbr.
MBOZA — *Mammea africana Sabine* (Sub-classe III)
MUABI — *Baillonella toxisperma* Engl. (Sub-classe III)
LUKANGA (ou MUAMBA) — *Xylopia Quintasii* Engl. & Diels.

MADEIRAS DE QUARTA CLASSE

MAFUMEIRA ou NFUMA — *Ceiba pentandra Gaertn.* (Sub-classe III)
NKASA-KASA ou NKA-KASA — *Albizzia angolensis* Welw.
SANGA-SANGA ou SA-SANGA — *Ricinodendron africanum* Muell. Arg. Sub-classe IV)

Segundo o Relatório do Grémio das Madeiras do Distrito de Cabinda do ano de 1969, por ordem de quantidade, foram exportadas madeiras das espécies seguintes:

Tola branca	*Ngulu-Mazi*	*Tacula*
Limba	*Longui*	*Mafumeira*
Benge	*Kalungui*	*Sanha*
Tola Kinfuta	*Ndola*	*Mbili*
Undianuno	*Menga-Menga*	*Kokongo*
Nsinga	*Lifuá*	*Mpossa*
Mongongo	*Sânsama*	*Vexambata*
Kungulo	*Safucala*	*Manguite*
Kali	*Lomba*	*Nkassa*
Moábi	*Pau Rosa*	*Nemba*
Kâmbala	*Zazange*	*Undiafinho*
Livuiti	*Kikinhungo*	*Lubanza Mpakasa*

O total de madeira exportada foi de 170.652,812 m³, sendo 165.386,844 m³ em toros e 5.265,968 m³ em madeira serrada.

Tendo sido exportadas para a Metrópole 102.144,373 m³ e para a Província de Angola 30.074,854 m³ a restante madeira foi exportada, segundo a ordem de quantidades, para os seguintes países: Alemanha, Itália, África do Sul, Holanda, Espanha, Bélgica, Inglaterra e Estados Unidos.

Foram exportadoras as seguintes firmas: (são nomeadas por ordem de quantidades):

Companhia de Cabinda, S. A. R. L
Barreto & Filhos, Lda.
Forte de Faria & Irmão, Lda.
Cabinda Agrícola & Industrial, Lda.
Sociedade Industrial, Com. e Agrícola, Lda.
Sociedade Comercial Almeidas, Lda.
Anibal Afonso e João de D. G. Bruno
João Serrano
Almeidas, Lda.
Soc. Madeireira de Cabinda, Lda.
Alexandre Moreira H. Serrano
Manuel Moreira H. Serrano
Mota & Comp., Lda.
Simões & Comp., Lda.
União Exploradora de Madeiras, Lda.
Melo & Comp., Lda.
A Florestal, Agric. & Industrial, Lda.
Madeiras do Belize, Lda.
Serrano & Oliveira, Lda.
Sociedade Agrícola do Lucola, Lda.
Soc. de Representações de Cabinda, Lda.

O valor da madeira exportada em 1969 foi de 142.720 contos.

Para se avaliar bem o quanto se tem trabalhado no sector das madeiras em todo o Distrito de Cabinda, basta dizer-se que, de 1950 a 1969, foram exportados 2.045.165 m^3.

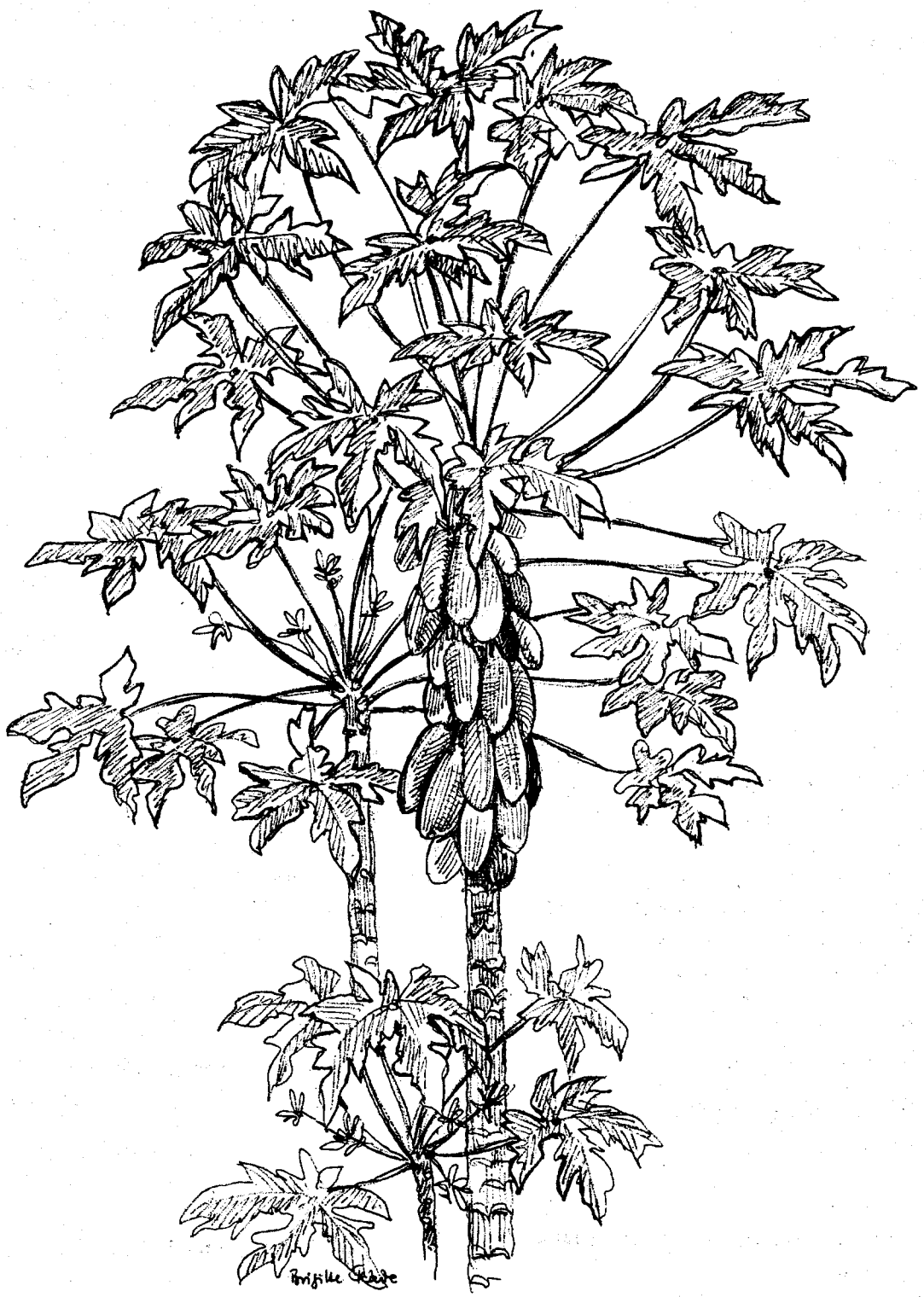
As madeiras continuarão a ser, por muito tempo, larga fonte de trabalho e de riqueza no Distrito de Cabinda. (Cf. Fig. P 78 e P 79)

Foi o relatório de 1969, só editado no decorrer do ano de 1970, como muito bem se compreende, que nos foi dado consultar quando estivemos em Cabinda neste ano em recolha de elementos para este trabalho.

Mas sabemos que o Grémio das Madeiras do Distrito de Cabinda não diminuiu a sua actividade, antes pelo contrário, procurando conceder a seus agremiados o máximo de vantagens e regalias, que se transformam em maiores possibilidades de trabalho e rendimento, traduzidas depois em maior economia para o Distrito.

Manuel Coelho de Abreu, Presidente do Grémio desde há largos anos (como é Presidente da Câmara desde há 10), com os outros membros da Direcção, pode gloriar-se das regalias que tem podido conceder aos agremiados.

Tendo merecido poder inaugurar o belo, espaçoso e airoso edifício da Câmara Municipal, vai ter igual dita, brevemente, de ver inaugurada a magnífica Sede do Grémio das Madeiras do Distrito de Cabinda.



Um Mamoeiro (**Lilolo** — pl. **Malolo**) — **Carica papaya**, Linn

ÁRVORES DE FRUTA, LEGUMINOSAS, ETC. MAIS USADAS PELOS NATURAIS DE CABINDA NA SUA ALIMENTAÇÃO

A PALMEIRA DO DENDÉM — *Elaeis guineensis* Jacq.

Dela se tira o dendém donde se extrai o óleo de palma, o vinho de palma, o coconote, ramos para construção das casas, ramos para «mutetes», etc., etc.

O óleo de palma é o azeite dos naturais. Os próprios europeus, em certas comidas à indígena, v. g. *muamba, saka-folha* (*kilembe*), etc., etc., não dispensam este «azeite».

MANDIOCA — *Manihot*

São duas as principais espécies de mandioca que se cultivam nas terras de Cabinda.

1 — A *Manihot esculenta*

Esta mandioca, para poder ser comida, deve ser deixada em água durante alguns dias a fermentar. Diz Gossweiler: «Os tubérculos, como é do conhecimento geral, contêm uma substância tóxica cianogenética que, por decomposição, dá o ácido prússico.»

Para se libertarem do veneno — e dizem que muitos suinos têm morrido comendo as cascas ou bebendo a água onde esta mandioca esteve em infusão — é que esta qualidade de mandioca é sempre colocada na água para, assim, mais fàcilmente ficar livre da casca e do ácido prússico. É nos rios ou lagoas que a colocam a fermentar.

Não é comida sem ser fervida ou cozida ou assada.

2 — A mandioca *Mundele-Mpaku*

É bastante doce e tem um sabor como que a castanha crua e não precisa de ser cozida ou posta em água. Cria-se fàcilmente e os tubérculos atingem comprimentos e grossuras verdadeiramente extraordinárias.

Na aldeia do Uângulo, a uns 4 quilómetros da Missão do Lukula-Zenze, vimos nós arrancar um tubérculo desta qualidade de mandioca que media perto de seis metros de comprimento e, na parte mais grossa, uns 20 centímetros de diâmetro. Era, na verdade, extraordinário. Mas tubérculos desta qualidade de mandioca, com 50 e mais centímetros de comprimento, são frequentíssimos no Distrito de Cabinda.

De qualquer das qualidades de mandioca (da primeira, depois de fermentada) fazem farinha que acaba por ser sempre torrada.

É cozinhada como «farinha de pau» ou comida, a seco, misturada com um pouco de açucar.

BANANEIRA — *Musa*

Há muitas espécies:

Musa Nana (banana anã), banana prata, banana ouro, banana maçã, banana pêssego, etc., etc.

Banana prata e banana ouro, por causa da cor exterior da casca.

Banana maçã, pêssego, por causa do sabor que têm nos lembrar aquelas frutas.

Há ainda a banana pão — *Musa sapientum var. Parasidiaca Linn.*
Esta banana, mesmo depois de madura,os nativos comem-na sempre ou quase sempre assada. A banana pão chega a ter comprimentos de 30 e 40 centímetros. Faz, muitas vezes, o lugar de pão às refeições. Daí o nome.

BATATAS INHAMES — *Dioscorea alata Linn e Sativa*

Comem-nas cozidas. Têm boa fécula.

BATATA DOCE — *Ipomoea batatas Poir*

Muitíssimo comum. Não há ninguém que a não cultive.
Comem-na cozida ou assada.
Onde se planta a batata doce dificilmente cresce ao lado capim ou outras ervas.

TÓKULA — *Caladium esculenta*

Fazem esparregado de suas folhas.
Planta também usada em ornamentação, devido a suas folhas muito largas e muito verdes.

FEIJÃO — *Plantam várias qualidades*

O feijão comum — *Phaseolus vulgaris* — e o *Phaseolus Mungo, Linn,* são plantados nas terras junto aos rios, depois da baixa das águas, e ainda em terrenos que se alagam no tempo das chuvas.
O feijão «frade» (*Vigna sinensis, Endl.*) é chamado feijão *makundi.* Este é plantado nos terrenos mais altos e arenosos.
Ou da sua lavra, comprado a outros ou nas feitorias, o feijão é um prato quase diário entre os indígenas, cozinhado com óleo de palma.

UANDO (GUANDO) — *Cajanus flavus*

Arbusto de um ou dois metros que dá uma espécie de ervilha — é mesmo chamada «Ervilha de Angola». É muito gostosa. Os naturais cultivam-na à volta de suas casas. Dá fruto durante dois e mais anos.

AMENDOIM — (*Mpinda,* pl. *Zimpinda*) — *Arachis hipogaea,* Linn.

Cultivado por todos nas terras secas e arenosas.

MACOBA — (*Nkongo - pl. Zinkongo*) — *Voandzeia subterranea,* Thouars.

Reproduz-se com relativa facilidade mas apodrece ficando demasiado tempo na terra. Não volta a rebentar como acontece com o amendoim.
A macoba — ou *Nkongo,* como o povo melhor a conhece — é comida, ordinàriamente em puré. O prato de macoba — o *Kienzu* — quando bem feito, é muito gostoso e alimentício.

ANANÁS — (*Lifubu* — pl. *Mafubu*) — *Ananas ovalis, Miller.*

Este é o ananás comum, mesmo comuníssimo nas terras e matas de Cabinda. Dá-se em toda a parte e é sub-espontâneo. A variedade chamada «abacaxi», nome brasileiro, também se dá óptimamente, mas é necessário que não esteja junto do ananás comum. Degenera logo.
O Abacaxi é o *Ananas comosus* (Linn) Merr. ou *A. Sativus* Schult.

MAMOEIRO — (*Lilolo* - pl. *Malolo*) — *Carica Papaya*, Linn.

Óptimos frutos, muito saborosos e odoríferos.
Fruta muito fresca e a melhor, ou das melhores, para o bom funcionamento dos intestinos e estômago. Quase com o formato de melões de Almeirim, parece-nos, de começo, ter sabor insípido. Passados tempos é das frutas mais apreciadas.

ABACATEIRO — *Persea gratissima*, Gaertn.

Dá-se óptimamente nas terras de Cabinda. As árvores ficam repletas de frutos. Não há homem nem animal de espécie alguma, que não goste de abacate. Os abacateiros de Cabinda dão frutos muito grandes e muito gostosos, maiores do que as maiores peras que se possam encontrar na Europa. É fruto muito rico em proteínas.

GOIABEIRA — *Psidium Guajava*, Linn.

Bastante comum e dando-se bem. É mais apreciado pelas crianças.

MANGUEIRA — *Mangifera indica*, Linn.

Espalhada por toda a parte. Dá muitos frutos e saborosos, ainda que algumas qualidades tenham um forte sabor a teberentina.

SAPOTILHA — *Sapota Achras*, Mill

Boa árvore e muito bem ramificada. Dá frutos redondos do tamanho de ovos de galinha e revestidos de casca acastanhada e áspera. O fruto é dulcíssimo. Só vimos sapotilhas na Missão Católica de Cabinda, plantadas pelo Irmão Evaristo de Campos.

ANONAS

Malolo Mantandu — Annona arenária.
Comunissima nas planícies do Enclave.
Coração de boi — Annona reticulata, Linn.
O fruto, na verdade, é cordiforme.
Fruta pinha ou *Fruta Conde — Annona squamosa*, Linn.
O primeiro nome vem-lhe do facto de o fruto ter uma configuração com a pinha.
Sap-Sap (ou *Sape-Sape*) — *Annona muricata*, Linn.
É a mais volumosa de todas as anonas.
Qualquer destes frutos é muitíssimo saboroso e apreciado, portanto. O Sap-Sap tem

um sabor mais acre e não é à primeira vez que se começará a gostar muito dele. Bem fresco é, contudo, das melhores para matar a sede.
São estas quatro qualidades de anonas que, com facilidade, se encontram nas terras de Cabinda.

MILHO (*Lianha* — pl. *Manha*) — *Zea mays*, Linn.

É plantado por todos logo no início da época das chuvas. Serve de alimento comido assado, em espiga verde, ou cozido, depois de descarolado.

LARANJEIRA — *Citrus Cinensis*, Osbeck
TAGERINEIRA — *Citrus nobilis*, Lour. *Var. deliciosa*
LIMOEIRO — *Citrus Limonia*, Osbeck

Todas estas citrinas se dão maravilhosamente em terras de Cabinda. O limão é muito suculento, ainda que de tamanho muito pequeno, e as laranjas e tangerinas podem bem competir com qualquer da Metrópole. Estão espalhadas por todo o Distrito.

COQUEIRO — *Cocos nucifera*, Linn.

Dá-se bastante bem nas terras junto ao mar.
Os naturais bebem-lhe a água, comem-lhe a parte interior, branca e carnuda, e fazem fogo com a parte exterior e fibrosa, depois de bem seca.

ÁRVORE DA FRUTA - PÃO — *Artocarpus incisa*, Linn.

Dá-se muito bem nas terras de Cabinda. Árvore bastante grande e frondosa. Frutos redondos e grandes. Atingem, em média, diâmetros de 15 a 18 centímetros. O fruto não tem semente. É com rebentos, com raiz, que se replanta.
O fruto, um tanto ou quanto adocicado, os pretos o comem cozido ou assado. Os cozinheiros dos europeus chegam a fazer maravilhas com a fruta-pão: servem-na frita, fazem-na passar por batata, fazem com ela um puré muito fino, etc., etc. (Cf. P 81 e C 60)

CANA DO AÇUCAR — *Saccharum officinarum*, Linn.

Não há verdadeiramente produção ou cultivo da cana do açucar em terras de Cabinda. Mas é rara a aldeia que não tenha alguns pés aqui ou ali.
Serve de entretém para as crianças.

CAJUEIRO — *Anacardium occidentale*, Linn.

Dá-se bem mas é pouco cultivado. Comem a castanha, assando-a.

SAFUEIRO — *Pachylobus edulis*, Don.

Espontâneo no Maiombe e em quase todas as florestas do Enclave, mas em menos grau do que nas daquela região.
O fruto é apreciado, mesmo pelos europeus, que o comem cozido com sal.

BERINGELA — *Solanum incanum*, Linn.

Bastante comum. Comem-na frita.

TOMATEIRO — *Licopersicum esculentum*, Mill

Muito cultivado, especialmente uma qualidade bastante pequenita mas com muito sumo.

EMBONDEIRO — *Adansonia digitata*, Linn

A parte interna do fruto é comestível e tem um sabor ácido, quando ainda um pouco verde. As crianças apreciam essa acidez.
A casca do fruto, bastante dura e com dimensões que vão, no sentido do comprimento, aos 40 centímetros, é empregada como recipiente para água ou para ser usada a tirar a água que entra para as canoas. (Cf. Fig. P 80).

PIRI-PIRI — (*Ndungu* — pl. *Zindungu, Biazi*) — *Capsicum frutescens*, Linn

É a malagueta picante de Angola. Outras há. Mas esta malagueta pequenina é a mais usada, a mais comum, a que não falta em parte alguma.
Os cabindas não comem nenhuma refeição cozinhada (muamba, saka-folha, kilembe, kienzu, feijão, peixe salgado ou fresco, desde que leve também óleo de palma) sem que leve *Zindungu*.

ÁRVORE DA NOZ DE COLA — (*Likazu* — pl.*Makazu*) — *Cola acuminata*, Schott e Endl.

É bastante comum esta árvore.
Os naturais usam mastigá-la quase contìnuamente. Serve de tónico.

✦

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Em «*O Congo Português e as suas riquezas*», de José d'Almeida Mattos, podemos ir buscar os nomes das principais firmas existentes, no Enclave, em 1924. Eram elas:

No Chiloango e Lândana

Companhia de Cabinda; Companhia do Congo Português; Sociedade Angola e Congo; Casa Inglesa (Hatton & Cookson); Casa Holandesa; Barata, Sobrinho & Comp. Lda; Martins, Garcia, Melo & Comp. Lda.; Amaral & Costa; Gouveia, Fontes, Oliveira & Comp.; Aniceto & André; Roséli & Comp.; Vicente Nunes Barata.

Em Cabinda

Companhia de Cabinda; Companhia do Congo Português; Barata, Sobrinho & Comp. Lda.; Casa Inglesa (Hatton & Cookson); Oliveira & Irmão; Martins, Garcia, Melo & Comp. Lda.; Varela & Mendes; União Comercial de Cabinda; Serrano & Oliveira.

Nesta lista dada por Almeida Mattos deve faltar a firma Alexandre de Oliveira, Lda. que já existia, em Cabinda, em 1924.

A principal exportação era a do coconote e do óleo de palma.

Ainda hoje estes produtos continuam a ser uma das riquezas do Enclave de Cabinda e a principal base de permuta com os naturais.

Alguns dados de firmas hoje existentes:

A Companhia de Cabinda

Data de 1903.

O Diário do Governo de 10 de Julho de 1903 insere os seus estatutos e os nomes dos homens que formaram a sua primeira Direcção.

A Companhia de Cabinda tinha por fim: «a exploração agrícola ou de outra natureza que se ofereça, das propriedades cujo domínio lhe pertence desde já, situadas no Distrito do Congo, e ainda em iguais explorações de quaisquer outras propriedades próprias arrendadas ou aforadas, ou de concessões minerais, ou de outra indústria extractiva, que por qualquer modo venha aí a adquirir ou na construção ou exploração de caminho de ferro.»

O capital inicial é de 450.000$00 reis, dividido em 100.000 acções do valor nominal cada uma de 4$500 reis (note-se, em 1903).

(Cf.«*Portugal em África*» — 1.ª Série — ano 1903 — pág. 422)

Os terrenos da Companhia de Cabinda somam um total de 139.600 hectares. Ocupa pois mais de metade do Maiombe e é mais de uma vez e meia a superfície da Ilha de S. Tomé.

Se nos recordarmos de que a superfície total do Enclave de Cabinda é de 7.270 quilómetros quadrados, concluiremos que a Companhia de Cabinda é um bom «enclave» dentro deste Enclave de Cabinda...

A Companhia do Malembo veio a ser tomada pela Companhia de Cabinda trazendo aos terrenos já existentes mais 334 hectares distribuídos pelas fazendas de Muba-Chinfuca, Vida e Sókoto.

Em 1924 já tinha as roças seguintes:

Barroso, Nunes, Pinto da Fonseca, Alzira, Lucucuta, Caiapanzo, Adriano Coelho, Chimuanga, Lubambe, Izizaltina e Lufuinde.

Serrações já as tinha nas Roças Adriano Coelho e na Pinto da Fonseca.. Estaleiros para construções de batelões e baleeiras, na Adriano Coelho. Nesta mesma roça havia maquinaria para descasque de café.

Na Roça Pinto da Fonseca estava a principal maquinaria para extracção de óleo de palma e coconote.

Devem-se à Companhia de Cabinda as primeiras estradas abertas do Buku-Nzau ao Nkuto, do Nkuto ao Seva e, depois, do Nsasa-Nzau ao Malembo.

No Nsasa-Nzau veio a ser criada a fábrica de tijolo e telha, que tanto incremento veio dar à construção em todo o Enclave de Cabinda.

Os seus primeiros Directores/Administradores foram:

Pinto da Fonseca, João Nunes e Adriano Coelho.

A Sede da Administração esteve, inicialmente, no Chiloango, de 1904 a 1923. Passou em 1926 para o Malembo e foi andando do Malembo para Cabinda e de Cabinda para o Malembo. Passou definitivamente para Cabinda em 1945, sendo seu administrador Álvaro António Piano.

Não é fácil avaliar-se o quanto o Enclave de Cabinda deve à Companhia de Cabinda — mesmo apesar de todas as suas falências e fracassos em 68 anos de existência — e nem o desenvolver este assunto pode entrar no âmbito deste trabalho.

Quanto lhe deve a agricultura, o comércio e a indústria, a pecuária, a educação e assistência às populações, especialmente as da região do Maiombe?

Sente-se esta lacuna: a da falta da história verdadeira, com todas as suas glórias, marés baixas e altas, da Companhia de Cabinda. E a história da Companhia seria, em grande parte também, a história do Enclave.

Estando hoje à frente dos destinos da Companhia de Cabinda, como seu Presidente do Conselho de Administração e seu Director-Administrador, em Cabinda, o Ex.^{mo} Senhor Coronel Augusto Soares de Moura, pessoa de rara visão e dinamismo a quem a Companhia já tanto deve, de lamentar virá a ser não aproveitar esta época para que se dêem à estampa os 68 anos de existência da Companhia de Cabinda.

Oliveira & Irmão (Daniel de Oliveira, Lda.)

A 9 de Abril de 1920 é fundada a firma Oliveira & Irmão (Daniel de Oliveira e João de Oliveira).

Em 1948, deixa de existir a firma Oliveira & Irmão para dar lugar à firma Daniel de Oliveira, Lda.

Actividades: — Armazéns de venda por grosso, de vidraria e de materiais de construção;
Lojas de modas, de mercearia e de ferragens;
Padaria;
Roça «Campo Rico» com fábrica de descasque de café e torrefacção.

Daniel de Oliveira, tendo sido um dos velhos colonos constructores da Cabinda actual, mereceu que a edilidade concedesse o seu nome a uma das ruas da cidade.

Serrano & Oliveira, Lda.

Firma fundada a 23 de Maio de 1920 entre Artur Henriques Serrano e João de Oliveira.

Depois da entrada e saída de vários sócios, mas conservando sempre a designação de Serrano & Oliveira, Lda., passa, por escritura de 17 de Janeiro de 1949, a ter como sócios Artur Henriques Serrano e seu filho Alexandre Moreira Henriques Serrano.

Após a morte de Artur Henriques Serrano, a 25 de Agosto de 1960, e por escritura de 6 de Outubro de 1961, a firma Serrano & Oliveira, continuando com a mesma designação, passa a ter como sócios os três irmãos Alexandre, Manuel e Rui Moreira Henriques Serrano.

Artur Serrano, dos grandes e velhos colonos de Cabinda, mereceu receber do Senhor Presidente da República Craveiro Lopes, quando da sua visita a Cabinda, o grau de Cavaleiro da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial. A edilidade de Cabinda também concedeu a uma de suas principais artérias o seu nome.

Foi esta firma, Serrano & Oliveira, Lda., quem comprou, a 12 de Julho de 1932, o edifício da filial da casa inglesa Hattoń & Cookson.

Actividades: — Comércio Geral;
Exploração Agrícola e Florestal, tendo sido das primeiras firmas a exportar madeiras de Cabinda para a Alemanha e outros países da Europa;
Fábrica de oleógenosas, descasque de café e serração.

Alexandre de Oliveira, Lda.

Casa fundada em 1920, com estabelecimento de comércio geral e padaria. Seu fundador, Alexandre de Oliveira, natural de Mangualde.

Depois de várias transformações e passagem de vários sócios, continuando sempre com a mesma designação, a partir de 1966 pertence a firma à Companhia de Cabinda, Sarl, e a Alberto Nunes da Costa.

Actividades: — Comércio geral e vendas por grosso;
Agência de várias companhias;
Distribuidores dos produtos cerâmicos fabricados pela cerâmica de Cabinda.

Companhia do Congo Português (depois CUF — 1934 — e COMFABRIL em 1954)

Vem de longa data.

Por escritura de 2 de Agosto de 1934, a Companhia União Fabril compra à Companhia do Congo Português todos os seus prédios e propriedades, quer no Enclave de Cabinda quer em outros pontos da província de Angola.

Deixa de existir a Companhia do Congo Português e passa a funcionar a Companhia União Fabril (CUF).

A 14 de Julho de 1954 é constituída a Companhia Fabril e Comercial do Ultramar, com sede em Luanda.

Desaparece, pois, a CUF e fica a «COMFABRIL».

Actividades: — Comércio geral e por grosso;
Exportação e importação;
Representantes gerais da CUF e Sociedade Geral etc., etc.

Ventura & Irmão — Sociedade Agrícola do Inhobo, Lda. e *SICAL*

António Ventura e Cristiano Ventura fundam, a 12 de Junho de 1941, uma sociedade em nome colectivo: «Ventura & Irmão».

A Sede é em Lândana onde começam com a exploração de um Hotel.

Dedicam-se também ao comércio geral.

A 3 de Agosto de 1943, com outros sócios, formam a Sociedade Agrícola do Inhobo, Lda. A 25 de Janeiro de 1949 ficam só os dois irmãos Ventura nesta sociedade.

A 17 de Maio de 1953 é fundada a Sociedade Industrial Comercial e Agrícola, Lda. (SICAL), com sede em Cabinda, resultante da fusão das sociedades «Ventura & Irmão» e «Sociedade Agrícola do Inhobo, Lda».

Actividades: — Comércio, indústria, agricultura e pecuária;
Importação e exportação. Proprietária do Grande Hotel de Cabinda, serração, exportação de madeira em toros e serrada, fábrica de descasque e secagem de café.

Os dois irmãos faleceram de desastre de viação: o António, com 63 anos de idade, a 17 de Março de 1968; o Cristiano, a 25 de Dezembro de 1969, com 57 anos.

Foram dois grandes obreiros de Cabinda. Foi dado o nome de «*Rua Irmãos Ventura*» à rua que passa, precisamente, em frente ao Grande Hotel de Cabinda que, com tanto sacrifício e arrojo, ergueram.

Maria da Conceição Rodrigues Mendes & Sobrinho, S. A. R. L.

Fundada a 1 de Janeiro de 1947 com sede no Mbuku-Nzau.
Estabelecimentos comerciais em Lândana, Nkuto, Belize e Beira-a-Nova.
Actividades: — Comércio geral, importação e exportação.

Mendes, Mesquita & Comp. Lda.

Fundada a 1 de Julho de 1964.
Actividades: — Comércio geral, importação e exportação.

João Marques Pinto & Comp. Lda. (JOMAR)

A JOMAR iniciou as suas actividades em Cabinda em 1950, promovendo o aproveitamento da madeira com a instalação de uma serração mecânica e carpintaria em pleno mato, no Prata.

Em 1960 instala, em Luanda, uma importante unidade industrial para produção de contraplacado e folhas de madeira, tanto para consumo interno como para exportação. As madeiras usadas são principalmente as de Cabinda e das suas concessões.

Em 1970 começa a montagem, em Cabinda, de uma nova unidade fabril para contraplacado.

Actividades: — Exploração florestal;
Serração e carpintaria no Prata;
Roça de Café e descasque do mesmo no Prata, onde tem bairro residencial para o pessoal e onde, para assistência espiritual do mesmo pessoal e dos naturais da região, fez construir em 1956 uma bela capela.

SOCOAL, Lda. — Sociedade Comercial Almeidas, Lda.

Actividade — Comércio e Indústria de madeiras (Serração);
Distribuidores de madeira aglomerada «Tobapan»;
Armazém de géneros alimentícios.

Sociedade Transoceânica, Lda — S O T R A L

Cabotagem entre os portos de Angola.
Entregas ao domicílio.
Navios: OFIR, MAIOMBE, NELSON e BARÃO.

Sociedade de Representações Cabinda, Lda., sociedade dos Irmãos:
João António Montez e Carlos Vasco Montez.

Pertencem-lhes ainda as sociedades seguintes:
Sociedade Angolana de Navegação
Sociedade de Transportes Marítimos, Lda.
Montez & Newman

Forte de Faria & Irmão, Lda

Sede em Cabinda.
Actividades: — Exploração industrial e comercial de madeiras;
Exportação de madeiras em toros e serrada;
Tem bairro residencial para os empregados e nele a Escola Brigadeiro João Tiroa;
Serração em Lândana.

Nogueira, Lda. (Angola)

Comércio geral
Importação-Exportação
O melhor sortido de panos pintados e artigos para os naturais. Várias representações
Com casa em Cabinda desde 1955.

Manuel Joaquim Antunes Garcia

Industrial
Concessionário das carreiras no Enclave de Cabinda.
Revendedor e distribuidor, no Distrito, dos produtos da «FINA».

Sociedade Industrial e Comercial de Madeiras, Lda. (SIMAL)

Sociedade constituída em 1962 (a 7 de Março) e que começou as suas actividades em Cabinda, em Março de 1967.
Actividades: — Compra e venda de madeiras;
Máquinas e ferramentas;
Armas, motores, carros, automóveis (Alfa-Romeu), barcos de recreio, carrinhas (CONY), Camions (HINO), etc., etc., etc.

Socoda — Sociedade Comercial do Enclave, Lda.

Comércio geral.
Importação e exportação.

MAIS CASAS COMERCIAIS E EMPRESAS DEPENDENTES DA REPARTIÇÃO DE FAZENDA DE CABINDA:

Abel Pereira da Costa
Abílio Amorim
Adriano Oliveira S. Coelho
Agência de Viagem ZEMOR

Agências de:

Banco de Angola
Banco Comercial de Angola
Banco de Crédito Comercial e Industrial
Banco Pinto & Sotto Mayor
Banco Totta-Standar de Angola
Alberto Ferdinando Rodrigues
Alda Maria S. Barreto Craveiro
Amaro Seixas de Castro
Amilcar da Ressurreição Ferreira
Antar de Sousa e Silva
Antero de Almeida Dias
António Bernardino Pinto
António Bernardo Mendes Paulo
António Lopes Duarte
António Murteira dos Santos
António Murteira dos Santos & Filhos, Lda.
António de Oliveira
António dos Ramos Alves
Armindo Araújo
Auto Avenida
Auto Cabinda
Auto Abel
Auto Industrial de Cabinda
Auto Globo, Lda.
Barreto & Filhos, Lda.
Belarmino de Oliveira
Boite KINA
Cabinda Acessórios
Cabinda Elegante
Cabinda Gulf Oil Campany
Cabinda Gulf Oil Industrial
Cabinda Self-Service
Casa Americana Comercial
Casa Lafonense
Casa Marcoense
Cerâmica de Cabinda Celestino de Oliveira Santos
Comércio e Indústria de Cabinda, Lda.
Cine Cabinda, Lda.
Cinema Chiloango
Comércio e Transportes, Lda.
Companhia Nacional Aproveitamentos e Contratos
Companhia Universal Service (Angola) Lda.
Construções Técnicas, Lda.
Construtora Ideal, Lda.
Cospam
Custódio de Oliveira Sequeira
Daniel de Oliveira Sequeira

Daniel Gonçalves
Daniel Rodrigues da Costa
Drogas e Utilidades de Cabinda
E. T. Caseiro & Comp., Lda.
Electro-Bobinadora de Cabinda
Electro Cabinda
Electro-Dinâmica de Cabinda
Empresa das Águas de Subantando
Empresa de E. Recreios de Cabinda
Ernesto Rodrigues
Express-Bar, Lda.
Farmácia Rio
Fernando Augusto de Almeida
Foto Felizes
Francisco Gonçalves Andrade
Gelados FRIMAX, Lda.
Graciano de Matos
Grande Hotel de Cabinda
Grémio das Madeiras do Distrito de Cabinda
Guedal-Comércio, Indústria
Guedes & Almeida, Lda.
Hull, Blyth Oliveira Marítima, Lda.
Impex
Jaime T. Ortelet
Jerónimo Cabral, Lda.
João Cardoso da Silva
João Rodrigues Carrasqueira
João Serrano, Lda.
Jorge Mendes
José Barradas das Neves — Bar Sporting
José Antunes de Almeida, Lda.
José Clarindo S. Matos
José Farinha
José Ferreira Vasconcelos
José Rodrigues da Costa & Filhos
José Leandro Diniz — Bar 007
José Marques Cardoso J.or
José Rodrigues Figueiredo
José da Silva Matos
José Tati Casimiro
Justo Menezes
Justo Menezes — Sociedade Electrotécnica, Lda.
Lino da Eira Gonçalves
Luís Alves de Morais e Castro
Luís Pereira de Oliveira
Macedo & Robalo, Lda.
Madeira & Marques, Lda.
Manuel Henrique Serrano
Manuel J. A. Garcia

Manuel de Oliveira
Manuel Marques
Manuel Menezes Pessoa
Manuel das Neves Alves
Manuel Rodrigues da Eira
Marine Service Inc.
Mendes, Mesquita & Comp.
Mesquita & Guilherme, Lda.
Montez and Newman
Moreiras, Lda.
Mosaicos de Cabinda, Lda.
MABEL — Madeiras do Belize
Maiombe Hotel
Nogueira, Lda.
Papelaria Académica
Paraíso das Crianças
Pastelaria Cabinda
P. H. S. Van Ommeren, Angola, Lda.
Produções Alfa, Lda.
Rádio Eléctrica de Cabinda
Rafael Cânia Forejon — CÂNIA
Raul de Sousa Rogério
Recauchutagem Cabinda
Relojoaria Guedes
Rui da Silva Lopes
S. Martins, Lda.
Santos & Cristo, Lda.
Sapataria S. João
Serafim Marques da Silva
Silvino Pereira da Rocha
Simex — Comércio e Transportes
Simões & Comp. Lda.
Simões & Filhos, Lda.
Sociedade Agrícola do Lucola, Lda.
Sociedade Angolana de Navegação, Lda.
Socica — Sociedade Comercial e Industrial de Cabinda
Sociedade Atlântica de Comércio
Sociedade Comercial do Enclave, Lda.
Sociedade de Cereais, Lda.
Sociedade Farmacêutica de Cabinda, Lda.
Sociedade Fotográfica LIATA, Lda.
Sociedade Flopetrol
Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes
Sociedade de Representações de Cabinda, Lda.
Sociedade de Transportes Marítimos, Lda.
Sociedade Vinícola de Cabinda, Lda. — SOVINCA
Sociedade Comercial Motas, Sarl
Sociedade Hoteleira de Cabinda, Lda.
Tabacaria Avenida

Tabacaria Ngoio
TIDEX
União Comercial de Automóveis, Lda.
União Exploradora de Madeiras, Lda.
União das Padarias de Cabinda
Unitransportes
União de Madeiras
Valdemiro da Encarnação de Sousa
Vasco da Silva Lopes

Bares: — do Aeroporto, Avenina, Esplanada, Express, Girassol, Lenida, Manuel da Eira, Rodrigues da Costa, Moreira, Calhambeque, Sporting, 007, Benfica, etc., etc.

DE ENTRE AS CASAS COMERCIAIS E EMPRESAS DEPENDENTES DA REPARTIÇÃO DE FAZENDA DE LÂNDANA, PODEMOS FAZER NOTAR AS QUE SEGUEM:

Abel Borges, na Massabi
Abílio Amorim, Lândana
Amilcar Gonçalves Pereira, Nkuto
Anibal Afonso, Sanga-Mongo e Alto Maiombe
Anibal Gomes de Almeida, Lândana
António Adérito Pinto, Panga-Mongo
António Afonso Rodrigues Veras, Lândana
António Godinho Cajadas, Mbuko-Nzau
António Simões de Abreu, Mbuko-Nzau
António Videira, Lândana
Armindo Mendes, Nkuto e Lândana
Artur Borges dos Santos, Ndinge
Barata & Barata, Lda., Lândana
Companhia de Cabinda, Panga Mongo
Emídio Fernando, Nkuto
Fernando Martins Ribeiro, Beira Nova
Fernando N. Gonçalves, Nkuto e Panga-Mongo
Forte de Faria & Irmão, Lda., Lândana
Francisco Freire Castelão, Lândana
Impex, Lândana
Jaime Fernandes, Beira Nova
Jerónimo Cabral, Lândana e Mbuko-Nzau
João Marques Pinto & Comp. Lda., Mbuko-Nzau
Joaquim Augusto Saraiva, Lândana
Joaquim António Pinto, Panga-Mongo
Joaquim Simões Coelho, Mbuko-Nzau e Belize
Joaquim Henrique Serrano, Nkuto
José Alves dos Santos, Nbuko-Nzau
José Augusto Silva Bessa, Mbuko-Nzau e Ndinge

José Gomes Fernandes, Lândana
José Lourenço Rodrigues, Panga-Mongo
José Miguel Barata, Lândana
José Ribeiro Cesário, Nkuto
José Rodrigues Figueiredo, Lândana
José Santos Lopes, Mbuko-Nzau
Luís Alves Moreira de Castro, Mbuko-Nzau
Madeiras do Belize, Belize
Manuel Gonçalves, Nkuto e Mbuko-Nzau
Manuel Miguel Barata, Ndinge
Manuel Soares Pereira, Lândana
Mendes & Sobrinho, Lândana e Mbuko-Nzau
Maria da Conceição R. Mendes, Lândana
Raul Joaquim Fragoso, Ndinge
Santos & Cristo, Lda., Lândana, Nkuto e Mbuko-Nzau
Simões & Comp. Lda., Lândana
Sociedade Agrícola e Florestal de Cabinda, Nhuka
Sociedade Agrícola do Socoto, Lda., Ndinge
Sociedade Comercial do Enclave, Lda., Lândana
Sociedade de Madeiras Exóticas, Lda., Massabi
Miguel Lopes Neves, Ndinge

Esta lista, não completa, de modo algum pode ser tomada com o fim de propaganda.

É, sim, para que se possa fazer um confronto entre Cabinda, cidade e Distrito, de há uma ou duas dezenas de anos passados e o que é hoje, e entre o que é hoje e o que será daqui para o futuro.

Fig. C 55 — O tocador de **Ngundu-lilu** mostra os símbolos gravados no tambor: **Tata-Mikono** e **Nkanda likoko**

Fig. C 56 — Um aspecto da charneca
do **Iábi**

Fig. P 81 — As crianças aproveitam a sombra da «fruta-pão» enquanto lhe não comem os frutos

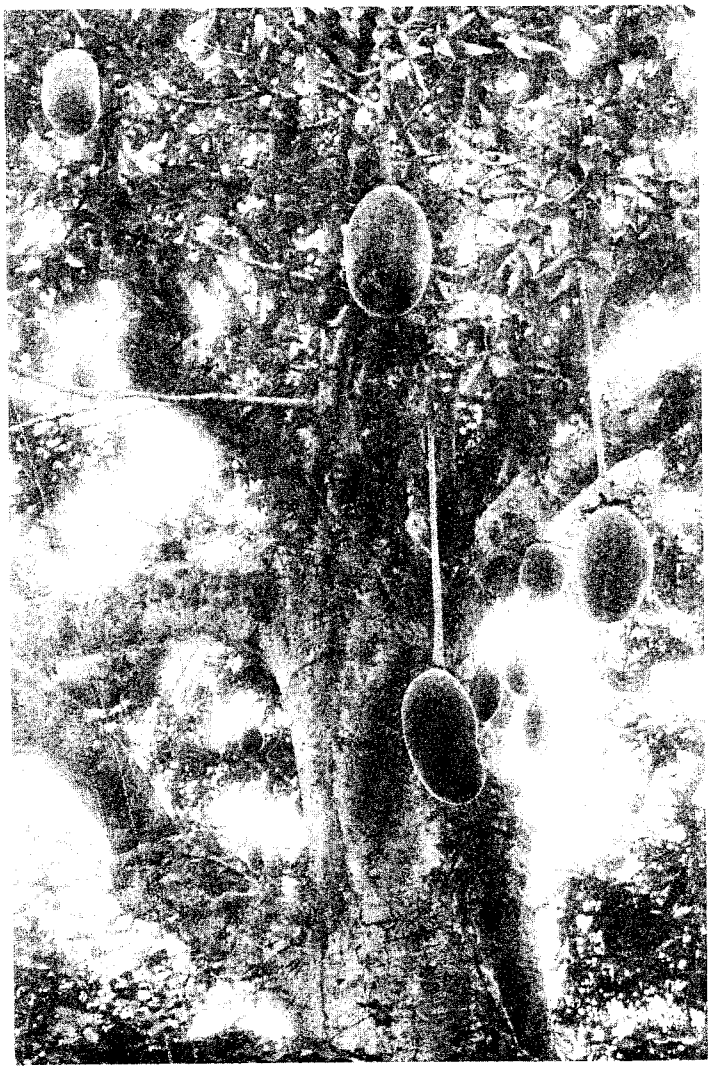


Fig. P 80 — O fruto, **Mpusu,** do embondeiro

Fig. 60 — A árvore da **Fruta-Pão**

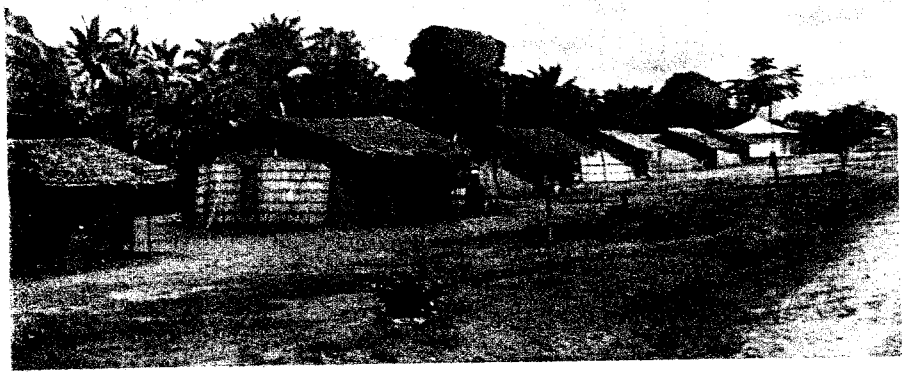


Fig. C 57 — Parte da aldeia do Ngoio, sede do antigo reino

Fig. C 58 — A limpeza e simplicidade das casas contrasta com a pujança dos palmares

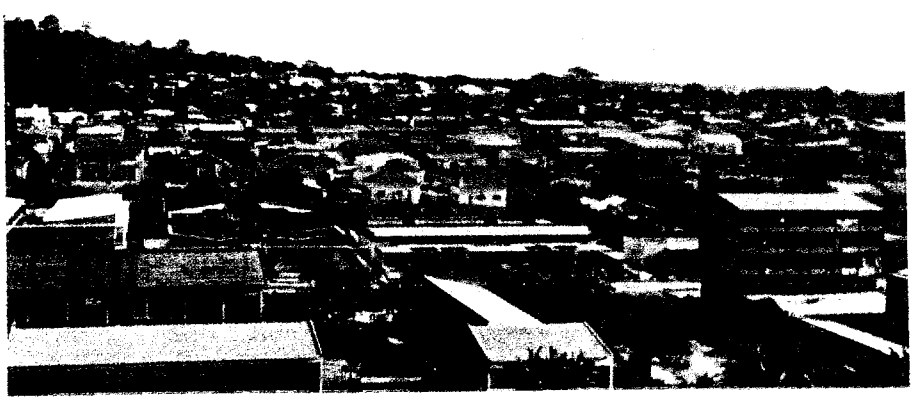


Fig. C 59 — As periferias da cidade de Cabinda

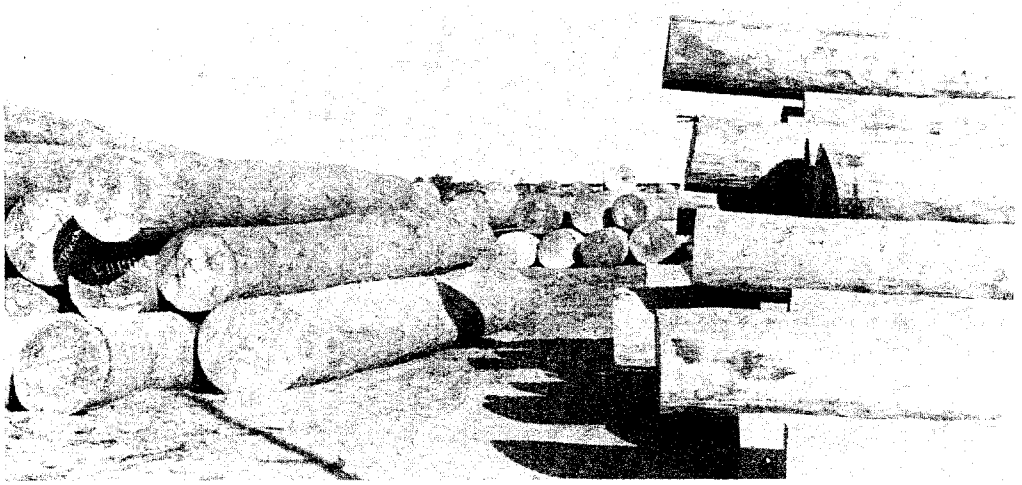


Fig. P 78 — Madeira magnífica que aguarda embarque

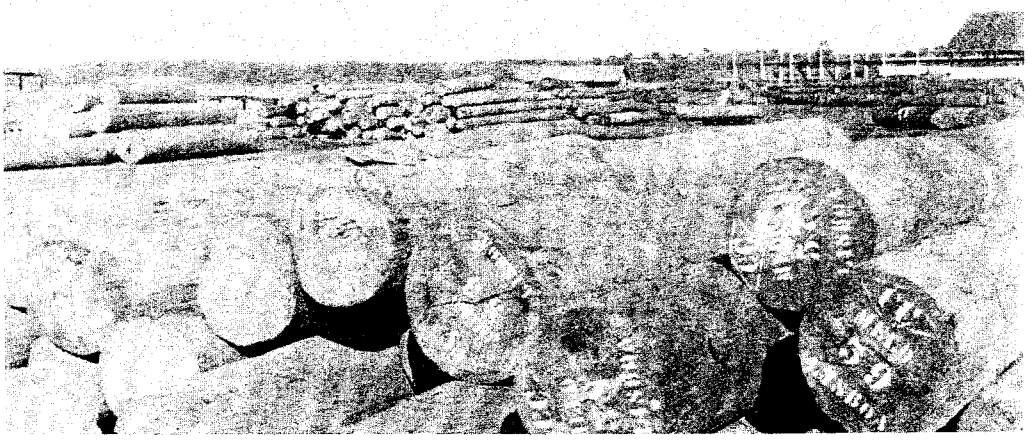


Fig. P 79 — Mais madeira para Melo, Jomar, C. C., etc., que vai embarcar

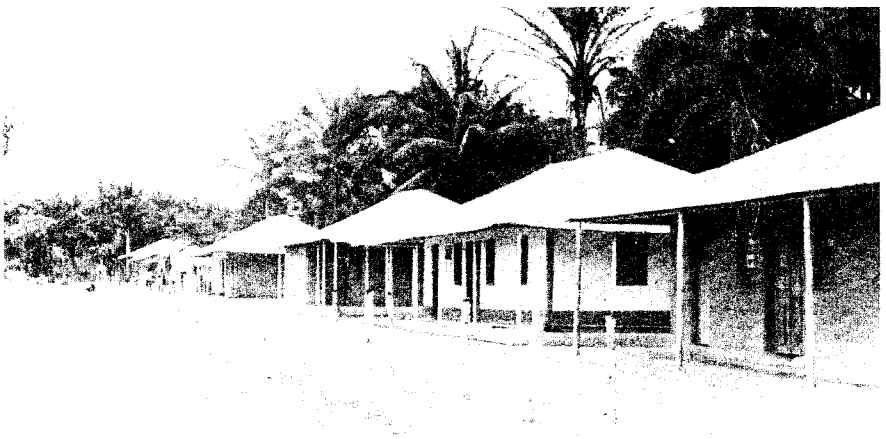


Fig. P 76 — Uma bela e airosa aldeia no interior de Cabinda, **Kinzázi**

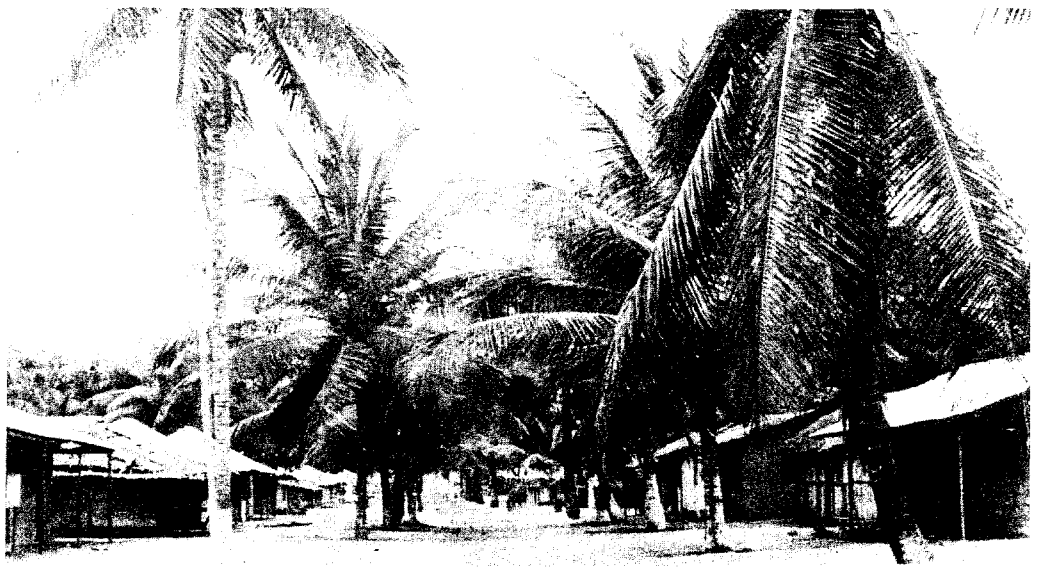


Fig. P 77 — Aldeia à sombra dos coqueiros

INDICE GERAL

LIVROS CONSULTADOS

Para alguns livros lidos e consultados não é possível o autor dar dados mais rigorosos, e até no texto não pôde precisar a página da citação, por, na altura em que os leu ou consultou, lhe ter passado de mente o recolhê-los. E, de momento, não lhe foi possível tê-los novamente à mão. Trata-se de dados colhidos a anos de distância e em diferentes bibliotecas.

ADAMS, Augusto — *Reinado do Amor* (trad. de Augusto Rodrigues).

BITTREMIEUX, Leo — *La Société Secrète des Bakhimba ou Mayombe* e *Symbolisme in de Negerkunst*, Brussel, Vromant & C°, Drukkers — Uitgevers, 1937.

BRÁSIO, P. António — *Spiritana Monumenta Histórica* — ANGOLA — Editions E. Nauwelaerts — Louvain — Duquene University Press / /Pittsburg Pa.

CAMPOS, Ir. Evaristo — *Algumas plantas úteis e nocivas do Enclave de Cabinda* (manuscrito)

CARDOSO, Carlos Lopes — *Olumbali do Distrito de Moçâmedes* (Achegas para o seu estudo), Luanda, 1966.

CHAGAS, M. Pinheiro — *História de Portugal*, 12 Vol. (Edição Popular Ilustrada). Lisboa.

CAVAZZI, P. João António — *Descrição Histórica dos três reinos, Congo, Matamba e Angola*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1965, 2 Vols.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, 2 Vols., Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1937.

CORREIA, P. Joaquim Alves — *Civilizando Angola e Congo.*

COSTA, P. Cândido F. da — *Cem Anos dos Missionários do Espírito Santo em Angola*, 1866-1966, Nova Lisboa, 1970.

CUNHA, Silva — *Aspectos dos Movimentos Associativos na África Negra.* 2 Vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958 e 1959.

CUVELIER, Mons. J. — *L'ancien Royaume de Congo*, Desclée de Brouwer, Bruxelles, 1946.

— *Documents sur une mission française au Kakongo*, Institut Royal Colonial Belge, Bruxelles, 1953. (1766-1776).

DARTEVELLE, Dr. Edmond — *Les «N'ZIMBU». Monnaie du Royaume de Congo.* Bruxelles, Société Royale d'Anthropologie et de Préhistorique, 1953.

DELGADO, Ralph — *História de Angola.* 3 Vols. Tipografia do «*Jornal de Benguela*», 1948, 1948 e 1953.

DITTMER, Kunz — *Etnologia General.* Fondo de Cultura Economica, Mexico--Buenos Aires, 1960.

FELNER, Alfredo de Alb. — *Angola.* Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela extraídos de documentos históricos. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

FERNANDES, António João — *Antigo Reino de Ngoio, Arquivo de Quadros Folclóricos* (manuscrito).

FIDALGO, M. — *A Evolução Sócio-Laboral do Distrito de Cabinda após 1885 /Portugal e Cabinda/* (1484-1885). in «*Trabalho*», Boletim do I. T. P. A. S. de Angola, N.º 20, 1967.

FRANQUE, D. José Domingos — *Nós, os Cabindas.*

GONZAGA, Norberto — *História de Angola*

GOSSWEILLER, John — *Nomes Indígenas de Plantas de Angola.* — Separata de: Agronomia Angolana, N.º 7, Luanda, 1953.

KELLER, Werner — *A Bíblia Tinha Razão* — Trad. de Vasco Miranda, Edições «Livros do Brasil», Lisboa.

KRAMER, Samuel Noah — *A História Começa na Suméria.* Publicações Europa-América, 1963.

LEMOS, Maximiano — *Encyclopédia Portugueza Ilustrada* — Diccionário Universal, 11 Vols., Porto.

LE ROY, Mgr. Alexandre — *La Religion des primitifs*, 7.ª ed., Gabriel Beauchesne, Paris, 1925.

LIMA, Mesquitela — *Tatuagens da Lunda.* Museu de Angola, Luanda, 1954.

MACIEL, Artur — *Angola Heróica, 120 dias com os nossos soldados.* 2.ª ed., Livraria Bertrand, Lisboa, 1963.

MATTOS, José d'Almeida — *O Congo Português e as suas riquezas*, Lisboa, 1924.

MEIRELES, Artur Martins — *Mutilações Étnicas dos Manjacos* (Centro de Estudos da Guiné Portuguesa), Bissau, 1960.

PIMENTEL, Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa — *Um Ano no Congo.* 1 de Maio de 1895 a 1 de Maio de 1896. In «Portugal em África», 1.ª Série, ano de 1899.

PREVOST, Abbé Antoine — *Histoire Générale des Voyages.* 12 Vols. A la Haye, chez Pierre de Hondt, 1748.

ROONEY, P. C. J. — *As Missões do Congo e Angola.* In «Portugal em África», 1.ª Série, Ano de 1900.

SANTOS, Eduardo dos — *MAZA.* Elementos de etno-história para a interpretação do terrorismo no noroeste de Angola. Edição do autor. Lisboa, 1965.

SANTOS, Martins dos — *História do Ensino em Angola.* Edição dos Serviços de Educação. Angola, 1970.

SIMÕES, Antero — *Nós... Somos todos nós.* Antologia de Portugalidade. Ed. dos Serviços de Publicações do Comissariado Provincial da M. P. 2 Vols., Luanda, 1969-1870.

VISSERS, P. João — *Alambamento e Amor Conjugal.* Separata de «Portugal em África», 2.ª série, 1964.

WING, J. Van — *Études Bakongo* — Sociologie, Religion et Magie. 2.ª ed. Desclée de Brouwer, Bruxelles, 1959.

HISTOIRE, CROYANCES, US ET COUTUMES DES CABINDAS

Le lecteur attentif, exempt de préjugés, honnête et juste, même en lisant des auteur qui ne soient pas portugais, tels que Battel, Proyart, Barbot, Merrolla, Prévost, etc., parvient à la conclusion que les côtes maritimes des anciens royaumes de Loango, Kakongo et Ngoio furent découvertes et habitées par des Portugais dès la fin du XV.e siècle.

Ayant découvert l'embouchure du fleuve Zaire en 1482, longeant ses rives en amont, ils commencèrent tout de suite à avoir des contacts avec les rois, les grands seigneurs et les peuplades de ces régions.

La présence de mots empruntés au portugais dans la langue des natifs de ces anciens royaumes, dès le début du XVIe siècle, en est une preuve irréfutable, mais pas la seule. Il suffira à quelqu'un de consulter de nos jours des ouvrages, surtout des grammaires et des dictionnaires, pour se heurter, à chaque page, à des mots, des termes et des expressions empruntés au portugais.

Or, une langue ne s'infiltre chez un autre peuple qu'après une longue permanence, intime et constante avec des usagers de la langue en question. Cela veut dire que les emprunts au portugais ne sont dus qu'à la présence des Portugais dans ces régions.

Dans cette étude nous avons porté notre intérêt sur le Royaume de Loango et surtout sur ceux de Kakongo et Ngoio.

Par les traités de Chinfuna (29 Septembre 1883), de Chicamba (26 Décembre 1884), et de Simulambuku (1 Février 1885), les natifs de ces régions affirment vouloir rester sous la protection du Portugal, vu qu'ils étaient déjà Portugais par leurs coutumes, leurs habitudes et leurs relations amicales.

L'Enclave de Cabinda, constituée par le district de Cabinda, comprenant dans ses limites les anciens royaumes de Kakongo et de Ngoio, reste portugaise et fait partie de la province portugaise de l'Angola, par choix et par volonté expressément manifestée de ses chefs et de ses habitants.

Les us et coutumes de ses clans les plus importants — Bakongo, Bauoio, Basundi, Balinge, Bavili, Bakoki — surtout ceux des Bakongo et des Bauoio ont une ampleur et une beauté de concepts sans égal.

Cet ouvrage **«Histoire, Croyances, Us et Coutumes des Cabindas»** se propose de décrire ces concepts, mais il est impossible à l'auteur de le faire en bloc, bien qu'il ait vécu parmi ces peuples 22 ans.

Son précédent ouvrage **«Sagesse Cabinda»** que la **Junta de Investigações do Ultramar,** de Lisbonne, a édité en 1968, a trait à un caractère saillant de la richesse spirituelle de ces peuples: le symbolisme, une sorte d'écriture «idéo-graphique».

L'ouvrage que voici concerne, d'une part, l'histoire de ces peuples mis en contact avec les Portugais, l'histoire de leurs clans remontant à l'ancien royaume du Congo; d'autre part, la description de leurs us et coutumes, de leurs croyances, de leurs travaux et de leurs activités, et même, au chapitre IX, les applications et le mode d'emploi des plantes médicinales.

Il serait souhaitable que l'on puisse compléter et améliorer cet ouvrage. Tout en ayant conscience de ses limites, l'auteur avoue qu'il a fait de son mieux pour faire connaître de toute le monde les peuples extraordinaires de l'Enclave de Cabinda, pour que l'on puisse les interpréter et les comprendre.

Voici quelques échantillons de leurs maximes les plus belles de morale sociale et familiale:

LE MARIAGE

— On ne peut toujours se marier avec qui l'on veut, de même que l'**ieze** (un oiseau) ne peut toujours prendre le poisson qu'il aperçoit dans le marais.

— Il demande du travail de part et d'autre, il est une sorte de chaise que les deux porteurs doivent tirer en accord l'un avec l'autre.

— L'homme qui se marie sans réfléchir et la femme qui agit de cette façon ressemblent à ceux dont la jambe se heurte à un billot.

— Le mariage ne ressemble pas à l'emmanchement d'une hache. Il ne faut pas le forcer.

— Pour un bon mariage il faut, au moins, trois choses, de même qu'il nous faut trois termitières pour y poser le pot: une maison, des habits et des aliments, l'union conjugale qui engendre des enfants.

— Il oblige à une autre vie, de même que le boa ne revient pas sur ses traces anciennes.

— Il faut bien y penser avant, pour que l'on ne prenne pas une vipère dans la pirogue de la vie.

LA JEUNE FILLE

— Sa valeur provient de sa virginité et de sa bonne conduite.

— Il vaut bien la peine de lutter, de travailler pour une jeune fille intacte.

— La fille qui a perdu sa virginité est comme un palmier abattu. Tous lui sautent dessus.

— Celle qui ne se marie pas est une bûchette abandonnée.

— Ayant perdu sa virginité, la jeune fille est comme un sac de cacahuètes troué, ouvrant l'entrée aux souris.

— Si elle a une bonne conduite d'après les lois, on ne lui adressera pas d'insultes, elle ne fera honte à personne.

— Il lui faut se marier, pour ne pas bondir comme les singes.

— C'est une chose sacrée qui doit être enfermée.

— Elle a beau être belle, elle ne sera bonne à rien, si elle est percée comme un arbre creux.

L'ÉPOUSE

— Il faut qu'elle n'ait qu'un mari, de même que le **buku** — le champignon — n'a qu'un pied.

— Il faut qu'elle soit casanière, qu'elle aime le travail et qu'elle soit sage, et non pas comme le **fondo** — un oiseau — qui se promène toujours par-ci, par-là.

— Elle a la protection de son mari, de même que la poudre est gardée dans la poudrière.

— Elle n'a de valeur que quand elle est unie à son mari, de même que les bananes sont rattachées au régime du bananier... Quand elles s'en détachent, elles commencent à pourrir.

— Il ne faut pas qu'elle erre çà et là comme l'hirondelle.

— Elle ne doit fréquenter personne qui l'emmène à l'infidélité. Par contre, elle agira comme le cafard qui fuit la poule son ennemie.

— Si faible qu'elle soit, elle a toujours ses droits.

— Il lui faut être fidèle à son mari.

— Il faut qu'elle soit comme le perroquet qui ne niche ni n'élève ses petits hors de son habitat. Voilà pourquoi elle se refusera à «nicher» hors de la maison de son mari.

— Il lui faut être attachée à son mari comme la tortue à sa carapace.

L'ÉPOUX

— Il ne lui faut pas s'intéresser à la femme d'autrui semblable à une chose qui entrave notre vie.

— Il faut que ce qui se passe à la maison soit comme la **kianga** (le boucan, un gril de bois dont se servent les Cabindas pour fumer la viande) du foyer, laquelle connaît la sortie de la fumée.

— Ce n'est que lui qui commande son épouse, de même que seul le maître de la hache s'en sert dans sa plantation.

— Il lui faut fournir à sa femme ce dont elle a besoin pour faire la cuisine. Elle ne peut rester les jambes étendues vers l'âtre.

— Est fou et coupable celui qui laisse qu'on lui prenne sa femme. Il ressemble au maître imprévoyant qui laisserait que son chien lui mange son repas...

— Seule l'épouse pourra lui donner une satisfaction profonde. Jamais la fille de joie ne le rendra heureux.

— Il ne faut pas qu'il entretienne une liaison avec la femme d'autrui, car il ne ferait qu'ôter le couvercle d'un pot de nourriture qui ne lui appartient pas.

LA JUSTICE

— Tous y ont droit. Elle ne peut pas être partagée en accordant la queue d'un poisson à l'un et la tête à un autre.

— Il faut qu'elle soit rendue à tous, de même que le poisson-scie n'épargne pas ceux qui se présentent devant lui.

— Il est difficile de faire justice à tout et à tous. En effet, il arrive même qu'un amputé d'une main réussisse à être porté dans une chaise, et que, par contre, un amputé d'une jambe soit forcé de marcher à pied.

— En bonne justice, il faut entendre les deux parties. Aussi avons-nous deux oreilles.

— Il faut rendre à chacun ce qui lui appartient. En effet, la poule est à son maître, mais le grillon qu'elle a attrapé est à elle.

LE MAL

— Le mal sans raison n'a jamais d'excuse. Il ne faut même pas frapper un chien, quand il n'y a rien qui puisse le justifier.

— Le mal que l'on fait laisse toujours des traces. Il ressemble au serpent qui laisse les traces de son passage, ou au «safú» (un fruit) qui laisse son empreinte sur les lèvres de ceux qui le mangent.

— Il n'est pas toujours irréparable. Il se peut qu'il ressemble à la fille de joie qui emporte les anneaux, mais laisse les doigts.

— De deux maux il faut choisir le moindre. Le singe blessé ne grimpe pas aux arbres.

— Il ne faut pas payer le bien avec le mal, de même qu'on ne coupe pas les racines de l'arbre qui nous donne son ombre.

— Il y a des gens qui, bien loin de faire le bien, font le mal. Ils ressemblent aux grillons qui, plutôt que de boucher les trous d'un filet, les élargissent.

LE TRAVAIL

— Il faut mener jusqu'au bout le travail entamé. En effet c'est à celui qui fait une chemise de lui coudre les boutons.

— Chacun récolte ce qu'il sème. C'est du côté d'où l'on déroule la natte que l'on se couche.

— Le travail vaut mieux qu'un bon mot. Le son du tam-tam a beau être harmonieux, il ne vaut pas le palmier dont la noix (**dendém**) nourrit l'homme.

— Il faut être fort et bien manger pour que l'on puisse travailler. Quand il n'y a pas de vent, le bateau à voile est arrêté.

— Chaque chose à son tour. Ce n'est pas parce que le chien a quatre pattes qu'il prend quatre chemins à la fois. Il n'en prend qu'un.

— Plus on travaille, plus on mange. C'est aussi l'oiseau qui remue et vole davantage, celui qui avale plus de nourriture.

— Celui qui ne travaille pas ne mange pas. La poule, qui ne gratte pas le sol, ne réussit pas à trouver de nourriture et ne mange pas à sa faim.

LA VIEILLESSE

— C'est une tristesse que de ne pas respecter la vieillesse. On dirait que l'on jette le grattoir du manioc dans le dépotoir.

— A celui qui a vécu, il lui reste peu de temps à vivre. Il ressemble à une feuille sèche qui ne reverdira plus.

— La vieillesse n'octroie pas l'infaillibilité. De même ce ne sont pas les barbes d'un vieux qui empêchent que leur maître ne tombe par terre.

— Une vieillesse difficile résulte, parfois, d'imprudences de la jeunesse et de l'âge mûr. Si l'on ne travaille pas, si l'on ne sème pas quand on peut le faire, que faire quand on deviendra vieux?

— Il faut toujours respecter les vieilles gens et leur être serviable. Ils sont, pour ainsi dire, un parasol de sagesse qui inspire et protège les jeunes. En effet, par principe, s'ils sont des hommes de bon sens et s'ils ont de l'expérience, ils résoudront, à la satisfaction générale, les questions qu'on leur posera.

LA VIE

— Parfois, au début, la vie est dure, de même qu'il est difficile de jeter le canot à la mer à l'endroit où les vagues se brisent en écume.

— Tout y est passager. Elle ressemble à un lézard sur un panier de manioc ou à la perdrix de passage sur une termitière.

— Tant qu'il y a de la vie, il y a de l'espoir. On peut arracher une patte à la sauterelle, ses ailes lui restent.

— Tous y ont droit. Aussi les poules se rendent-elles vite au dépotoir, dès que le chat sauvage le quitte.

— Il faut la vivre avec dignité, avec méthode et avec calme.

— Il faut que chacun ne se mêle que de ce qui le concerne, de même que la tortue ne se mêle que de sa carapace.

— Tant qu'on est vivant, on est libre et on est maître de soi-même. Personne ne se sert de la coquille de l'escargot et de celle du cauris tant que le mollusque y vit.

— Quand elle est trop longue, elle a aussi ses inconvénients, Elle nous fait penser à la vieille tortue que personne ne peut manger.

— Elle est le bien le plus grand que l'on a. C'est l'amour de la vie qui fait fuir les cafards du «selengo», des fourmis carnivores.

* * *

Les peuples, aux lois et aux principes si beaux, vivent dans un pays vraiment privilégié.

La ville de Cabinda et son district constituent un pays tropical très beau et très riche.

Sa richesse provient de ses palmeraies si importantes pour l'industrie des oléagineux; de ses forêts très riches qui font travailler des scieries et des usines de contreplaqués et de laminés de bois; de ses plantations de café et de cacao, etc... Ceci pour ce qui est du sol.

En ce qui concerne le sous-sol, il y a des gisements de pétrole d'où l'on extrait déjà plusieurs millions de tonnes par an, des gisements de phosphates, parmi les plus grands du monde et d'autres gisements de plusieurs minerais riches, etc.

Et nous n'avons pas encore parlé des produits alimentaires du pays, dont les habitants peuvent toujours manger à leur faim. En voici quelques-uns: le maïs, la banane, le manioc, toutes sortes d'ignames, toute la gamme des fruits tropicaux...

On serait tenté d'affirmer que le district de Cabinda, embrassant les territoires des anciens royaumes de Kakongo et de Ngoio, en ce qui concerne les lois et les principes moraux et ses institutions, et à cause de la beauté et de la richesse de son sol et de son sous-sol, est une petite succursale du «Paradis Terrestre».

«CABINDAS — HISTORY, BELIEFS, CUSTOM AND HABITS»

An attentive reader, honest and fair, not moved by prejudice, will easily realize, even if he reads foreign authors (e. g. Battel, Proyart, Barbot, Merrolla, Prèvost, etc.) that the coast of the ancient kingdoms of Loango and Ngoio was discovered by the Portuguese and has been inhabited by them since the end of the 15 th century.

After having discovered the mouth of river Zaire (in 1482), they began penetrating the land upstream, and contacting the kings, the lords of the land and the common people of those regions.

An irrefutable proof of this, and not the only one, is the presence of words derived from Portuguese in the language of these ancient kingdoms.

Anyone who consults their writings especially grammar-books and dictionaries will easily find on every page words and expressions of Portuguese origin.

Such linguistic infiltration occurs only after close, prolonged and continuous contact with speakers of the language, in this case the Portuguese.

In the present study our interest was attracted by the kingdoms of Loango and specially Kakongo and Ngoio.

If we discover in the dialects of these ancient kingdoms words with a Portuguese origin it will necessarily be realized that Portugal discovered these latitudes a long time ago and has stayed there ever since this discovery (in 1482).

Through the treaties of Chinfuma (29 th September 1883), Chicamba (26 th December 1884) and Simulambuku (1 st February 1885) the peoples of that region have stated that they wanted to remain under the protection of Portugal, as «we already are by the custom and friendly relations».

The Enclave of Cabinda (Cabinda District), which holds within its boundaries the sites of the ancient kingdoms of Kakongo and Ngoio remains Portuguese and is part and parcel of the Overseas Province of Angola (recently the State of Angola), through the choice and the determination of its chiefs and people.

The habits of the principal clans, Bakongo, Bauoio, Basundi, Balinge, Bavili, Bakoki, but very specially those of the Bakongo and Bauoio have an unequalled quality of greatness and beauty of concept.

This work, «Cabindas — História, Crenças, Usos e Costumes» tries to describe them — though it is impossible to do it completely — and its author lived among those people for the greater parte of 22 years.

His previous work, «Sabedoria Cabinda» («Cabinda Wisdom») issued by the Junta de Investigações do Ultramar in 1968 shows a facet of the spiritual richness of these people: symbolism, a kind of ideographic script. In the present work the history of those people in close touch with the Portuguese is given as much as the history of clans descended from the ancient kingdom of Kongo. In particular the book gives the description of their habits, their beliefs, their works and activities and even the use of medicinal plants (chapter IX).

It would be marvellous if this work could be completed and perfected. The author recognizes his limitations but at the same time he hopes that he has done his best to make known those wonderful people of Cabinda Enclave and especially to make them properly understood.

We give now some examples of the most beautiful principles of social and family morals:

MARRIAGE

You can't always get it with whoever, just as the leze (a bird) doesn't always catch the fish it sees in the lake.

It demands work from both partners. It is like a carriage which has to be carried evenly balanced by its two porters.

The man that gets married without having thought about it — also the woman that behaves the same way — is like a man who strikes his leg against a log.

Marriage is not like putting a handle in an axe — it can't be forced...

A good marriage demands three things, at least (as one needs three termites' nests to balance a pan on them properly): house; clothes and food, and matrimonial relations to produce children.

It leads to another life, like the boa, which never returns to its former tracks.

Think it over once and again, that you don't carry a boa in the canoe of your life.

THE MAID

Her value dwells in her virginity and modest behaviour.

The untouched maid is worth fighting and working for.

A girl who has lost her maidenhead is like a fallen palm-tree: anyone can jump over it.

A girl who doesn't marry is like firewood that one has abandoned.

After having lost her maidenhead she is like a torn peanut sack: every mouse can get into it...

If she behaves according to the laws she will suffer no insult and no shame.

She should get married so that she doesn't frisk like a monkey...

She is a sacred thing: she must be kept safe.

She can be very pretty, but if she is like a holey tree she is worth nothing at all.

THE WIFE

She shall have only one husband, as a BUKU (mushroom) has only one stem.

She shall be a housewife, she shall be diligent and judicious — and not like the Fondo (a bird) — which is always moving from one place to another.

Her protection is in her husband, as the gunpowder is in the powder-flask.

She is worthy only as long as she is bound to her husband, like bananas bound to their tree... when they aren't, they start getting rotten.

She shall not be a tramp, like a swallow...

She shall not go with one who can make her faithless but she shall do like the cockroach — it runs away from the hen, its enemy...

Though weak she may be, she has also her rights.

She ought to be faithful to her husband.

She must be like a parrot — it doesn't nest or nurse out of its «habitat».

She shall not agree «to nest» out of her husband's home.

She ought to be bound to her husband like a turtle to its shell.

THE HUSBAND

The husband ought to keep away from his neighbour's wife, who is something across his life.

He must know what is going on in his home as the «kianga» (the chimney-rail) in the fireplace knows the exit of the smoke.

He is the only one to command his wife, as the owner of an axe uses it in his plantation.

He must furnish his wife with what she needs to cook. She shoudn't stay stretching her legs by the fire...

He is a fool and is guilty if he permits anyone to take his wife away. He is like a careless master whose dog eats up his meals...

His wife alone can give him full satisfaction — not a prostitute...

He ought not to meddle with his neighbour's wife, as he who takes off the lid of another man's pan...

JUSTICE

Everyone has a right to it: it can't be shared as if one might give the tail of the fish to one and the head to another.

It has to be applied to all people: as the saw-fish doensn't spare whoever faces it.

It is difficult to find it in everything and in everyone: sometimes the one who is handsick is carried and a lame man has to walk.

Good justice listens to both sides: for this purpose we have two ears.

To each person what belongs to each person: the hen belongs to someone but the cricket it caught belongs to the hen alone.

EVIL

It is not justified without a cause: you don't beat a dog with no reason.

It always leaves its track behind: so does the snake, or the «safu», which marks the lips of those who eat it.

It is not always irreparable: it can be like a prostitute — she takes the rings away but not the fingers.

From two evil things chose the lesser: a wounded monkey doesn't climb a tree...

You shall not pay Good with Evil: you don't cut the roots of a tree which gives you shade.

There are people who don't do good but evil; they are like crickets: they don't repair the holes but make them wider...

WORK

You should always finish your work: he who makes a shirt sews on its buttons.

Everyone crops what he has sown (As a man sows, so shall he reap...) He has to sleep on the upper side of the unfolded mat...

Work is better than soft words: though pleasant it can be, the sound of the tantan is not worth a palm-tree, which feeds man with «dendem» (palm-nut).

One has to be strong and eat to be able to work: without wind the sailing-boat can't move.

Everyone works on his own: no one twists a rope on his neighbour's knee...

Each thing in its turn: though he has four feet, a dog doesn't take four ways at the same time, but one, only.

He who works the most, he eats the most; so the bird that stirs the most gets the most food.

He who doesn't work should not eat; the hen that doesn't scratch gets no food and starves.

THE OLD AGE

It is sad when it is not respected: it is like a manioc scraper that someone has thrown onto a dung-hill.

He who went has nowhere to go: he is like a dry leaf which cannot be green again.

There are no infallible rights: the old man's beard doesn't prevent his falling to the ground.

Troubles in your old age very often result from imprudence in your youth and adulthood: if you don't sow as long as you can do so, what will you do when you are old?

Old people should always be given consideration and respect: they are, so to speak, a wisdom hat to inspire and to defend the young ones.

Because, generally speaking, if they have sense and experience, they resolve any quarrel to everyone's satisfaction.

LIFE

Sometimes life is hard at the beginning: just like it is hard to put a canoe on the sea in breaking waves.

All is transitory in life: it is like a lizard just walking on a manioc basket or a partridge on a termite hill.

Where there is life there is hope: you can take off a grasshopper's leg. It keeps its wings...

Everyone has a right to life: that's why hens jump on the dung-hill as soon as the wild cat leaves it.

Life must be lived with dignity, method and quietness.

Everyone shall mind his own business as the tortoise keeps inside its shell.

As long as you are alive you are free and you command yourself: nobody uses the snail's or the cauris's shell as long as they are inside.

When life is too long it also has inconveniences; it becomes like an old turtle: nobody can eat it...

Life is our best happiness: love for life makes the cockroach run away from the «selengo», the eating ants...

These people with such beautiful precepts and laws live in a really privileged country. Cabinda, town and district, is one of the richest and most beautiful tropical places.

There can be seen large palm-groves used for the oleaginous industry; very rich forests, which furnish saw-mills, from which plywood, laminated and compressed wood products are obtained; coffee and cocoa plantations, etc.

In the earth there is petrol, now extracted in millions of tons every year; deposits of phosphate, the largest in the world; rich minerals, etc.

Besides this there are the food products of the region, the inhabitants of which cannot starve...: wheat, banana, manioc, yam of all kinds, varied fruit, etc.

We are almost tempted to state that the District of Cabinda, the lands of the ancient kingdoms of Kakongo and Ngoio, for its laws and moral principles, its institutions, for its beauty and richness of natural resources, is a small branch of EDEN.

A tradução para francês e inglês deve-se e agradece-se, respectivamente, aos Senhores Drs. Alcides Soares e José Maria Macedo Pereira da Rocha.

TERMOS E EXPRESSÕES QUE APARECEM NO TEXTO

Alambamento — Valores — em dinheiro, géneros, vestuário e objectos — que o noivo dá, por contrato (mas sem representar compra), à família da noiva em compensação do valor que o clã perde cedendo-lha para esposa.
Cf. outros termos e designaçõees das diferentes partes do **Alambamento,** no capítulo respectivo, v. g.:
Mbongo nkiento
Mbongo zamikina
Mbongo zimakuela
Mbongo zikunzikila kimigo
Nlandulu kikumbi
Ntúmunu kikumbi
(Cap. XIV — Noivado — Alambamento)

Bana Basimba (ou **Bana Bibasa**) — Os gémeos. São tidos por bons «espíritos» e por serem um favor do **Nkisi-Nsi.** Por isso, nada se lhes deverá negar.

Bananga — Os adjuntos do juíz em uma questão.

Bananga kikumbi — Nome dado às pequenas que fazem companhia à **kikumbi** durante os dias que está na «Casa da Tinta».

Banda mianda — Pregar pregos em certas figuras de feitiços (**Nkonde**) ou até em certos embondeiros (v. g. no **Nkondo Ikuta Nvumbi,** de Cabinda) com a intensão (e persuasão!) de que venham a fazer mal a um inimigo e o... matem.

Banda muna nkondo — Condenar alguém à morte, sendo pregado no embondeiro (**nkondo**) do «sacrifício». Usavam paus afiados em lugar de pregos.

Bakisi bakulu — Os espíritos dos antepassados.

Bikúla — Tambores que só existiam em casa dos grandes senhores. Mediam de 80 centímetros a um metro e eram tocados colocados de pé, ao alto.

Bila kinkisi-nsi — Morada do **Nkisi-Nsi.** Saudação ao **Nkisi-Nsi.**

Binkiengie — Também nome dado às pequenas que fazem companhia à **kikumbi** na «Casa da Tinta».

Bisuali bibuemba — Lenha da gravidez... A lenha que sobra dos banhos da parturiente e que não pode ser gasta antes que o filho caminhe bem.

Buala — Aldeia, povoação.

Búkua ou **Tíntua** — Circuncisão.

Faca quente — Faca que se aquecia muito bem ao fogo e era aplicada nos acusados ou suspeitos de crime. Conforme a maior ou menor facilidade e rapidez em empolar a pele da vítima, assim se julgava da culpabilidade. Mas o **nganga** não desconhecia certos ardís para poder fazer passar por culpado o que menor espórtula pudesse dar ou menos influências tivesse.

Fiabiziana — Reunião de família para se proceder à «confissão» de cada um de seus membros e com o fim de, estando algum deles gravemente doente, «confessar» se lhe desejou ou deseja mal ou se algo tem contra ele.

Fidalgos e Titulares — Cf. no fim do Cap. V e no Cap. VI.

Fiote — Termo usado por alguns, mas sem justificação em base sólida e aceitável, para designar o dialecto das gentes de Cabinda e Cacongo.
Antes deverá ser:
Para os Cabindas (de Ngoio) — **Kiuoio (iuoio).**
Para os de Cacongo — **Kikongo.**
Fiote (Bafiote) antes quer dizer preto, negro.
Mbembo bafiote — A língua, palavra, voz dos pretos, dos negros.

Fundação — Termo muito comum para designar processo, julgamento. O termo dos naturais é **Funda-Nkanu.**
Funda — Acusar, denunciar, informar.
Nkanu — Questão, julgamento, processo.
A palavra **Fundação** deriva de **Funda, Funda--Nkanu.**

Kialata (Bialata) — Espécie de cama-grade, feita de paus, sobre a qual se colocavam, outrora, os cadáveres para serem secados e defumados. Era suficientemente alta para se poder fazer fogo por baixo.
Os maiorais da terra nomeavam dois ou três homens para manterem esse fogo sempre vivo. Tinham eles o nome de **Ngulu-Nfumu (Bangulu-Banfumu).**

Kienzo — Puré feito, o mais comummente, de makoba (**Voandzeia subterrânea,** Thouars) e com **muamba.**

Kilala (Bilala) — Cobertura (de mais ou menos 4x6 metros, no máximo) na floresta, especialmente nos locais de mais palmar, em que o homem guarda os seus utensílios e tudo o que é necessário para a recolha do **malavo,** corte do dendém, fabricação do óleo de palma, etc. É na **Kilala** que recebe também, pela tardinha, os amigos para umas libações com vinho de palma.

Kimbindi (Bimbindi) — Os «manes» — almas do outro mundo.

Kimpaba (Bimpaba) — Insígnia dos grandes senhores, em forma de grande catana ou de espátula. A maioria das **Bimpaba** é feita de prata. Mas vimo-las de ferro e de marfim. Representava o poder absoluto de quem as possuia.

A **Kimpaba,** para nós, é uma descendente da **Mbele-Lusimbo** ou da **Mbele-Lubendo,** as grande facas dos chefes usadas nas penas capitais.

Kimpene (**Bimpene**) — Espécie de gorro ou carapuça que faz parte da indumentária dos chefes.

Kina (**Bina**) — Proíbição.

Kinzemba (**Binzemba**) — Género de romeira, murça, tecida em renda e com borlas. É insígnia de autoridade.

Kitutu-kinfula — Polvorinho, recipiente para pólvora, que pode ser uma pequenita cabaça ou um pequeno chifre de antílope.

Kivu-Kingázi — Espécie de almofariz, em madeira, para pisar o dendém.

Kizila — Tabu imposto ao indivíduo ou ao clã para que não coma certos alimentos, certos peixes e carnes de certos animais.

Kota-Lumbu — Os «preparos» para a defesa de uma questão.

Kubila Nkisi-Nsi — Saudar o espírito, nkisi, da terra.

Kufula-makazu — Borrifar com noz de cola, depois de mastigada, os consulentes que vão ao adivinho, curandeiro ou feiticeiro. A borrifadela é dada pelo respectivo **nganga.**

Kulosa — Caçar com arma de fogo.

Kusika túkula — Fazer **túkula.**

Kusumuna kina ou **Kusumuna nlongo** — Tirar a proíbição, tornar lícito. Cerimónia que tem lugar na **Nzo Kualama** e cujo fim, depois de terminadas as festas da «Casa da Tinta» é permitir à rapariga tomar estado e usar do seu direito de mulher feita. Cf. Cap. XV.

Libuku — Local de antiga aldeia.

Libula-Mbondo (**Mabula-Mbondo**) — Argolas de adorno, ordinàriamente para os tornozelos, oferecidas pelo marido à esposa. São também o símbolo da dependência da mulher ao homem.

Likuela — Casamento.

Likuku (**Makuku**) — Ninho (que se torna pequeno morro) da formiga branca, termites.

Likunzi (**Makunzi, Bakunzi**) — Juiz, árbitro.

Likunzi — Poste, espeque, escora, principalmente o suporte do pau de fileira das casas.

Likunzi libóbo kinzó — O suporte exterior do pau de fileira.

Likuta (**makuta**) — Panos confeccionados com a fibra da planta **Likuta** e que correram como pano-moeda. As moedas **Makuta** (**Macutas**) vieram aqui buscar o nome.

Nkuta se chamava também ao pagamento dado pelos consulentes aos curandeiros, adivinhos e feiticeiros.

Lioua — Buraco feito na terra, redondo ou em forma de cruz, onde é lançado vinho de palma (e aguardente, se a houver) para com a terra embebida com esse líquido se marçar os utensílios. É usada sobretudo em cerimónias rituais junto do **Nkisi-Nsi,** como «benção».

Lisutu (**Masutu**) — O prepúcio.

Luando — Esteira feita de papiros.

Lubamba — Planta espique (**Eremosphata Cabrae,** De Wild).

Lubongo (**Libongo-Zimbongo**) — Pequenos panos (de mais ou menos 40x40 centímetros) feitos de fibras de plantas (especialmente de **Lubongo lufula**) e que correram, sobretudo no Loango e em Cacongo, nos velhos tempos, como moeda.

Mbongo (**Zimbongo**) — Dinheiro.

Lukosa — Arco feito de lianas fortes e maleáveis e que é empregado para subir às palmeiras.

Lukunhi — Cavaco, acha, lenha.

Lulonga — Prato, travessa.

Luváli — Esquilo.

Mabula-Mbondo — (Cf. **Libula-Mbondo**).

Makala mambazu — Carvão. Era usado em certos rituais para marcar a face: as mulheres que ficavam viúvas (nos primeiros tempos, pelo menos); as que iam para a **Nzo-Mpilo,** etc.

Makuta — (Cf. **Likuta**).

Malavu (ou **Ngembo-Magembo**) — Seiva extraída da flor da palmeira, o vinho de palma, **malavo.**

Mbangi (**Zimbangi**) — Testemunha.

Mbanda — Dança executada no fim de um julgamento pelos que ganharam a questão. É dançada desde o local do julgamento até à morada de quem ganhou a demanda.

Mbanza (**Zimbanza**) — Nervuras, vergastas tiradas da parte mais dura dos ramos de palmeira.

Mbasa — Pote, cântaro para água.

Mbele — Faca.

Mbembo (**Zimbembo**) — Palavra, voz. Nome também dado a uma dança de outros tempos e que era executada na noite a seguir à das núpcias. Era em honra da noiva, que fora virgem para o casamento, e de seus pais que tão bem a educaram. A letra dos cânticos, entoados por uma mulher da aldeia, era a palavra (**Mbembo**) que anunciava o facto.

Mbínduku — Tranca da porta, pau com que fecham as portas por fora.

Mbingo — Cf. no Cap. VIII.

Mbondo-Fula — Embrulho (conjunto) das insígnias reais.

Mbongo (**Zimbongo**) — Dinheiro.

Mbuá — Cão.

Mpakasa — Pacaça.

Mpala — Nome que se dá às mulheres (concubinas) do mesmo homem.

Mbumba-Mbítika — Dança imposta aos cúmplices de acto sexual cometido com rapariga que não houvesse ainda passado pela «casa da

tinta», pela **Nzo Kualama.** Eram obrigados a dançar pràticamente nus e batidos ao ritmo de canto apropriado.

Mpinda — Amendoim.

Mpola — Ventosa feita de pequeno chifre de antílope.

Mpolo (ou **Nzimbu**) — Festa de homenagem a um grande chefe por altura do primeiro aniversário de sua morte.

Mpungi (**Zimpungi**) — Defesas (chamadas, impròpriamente, dentes) de elefante tornadas instrumentos musicais (como que trompas), e que são apanágio dos grandes senhores.

Mpusu — Fruto e casca do fruto do embondeiro.

Muamba — Molho feito à base de óleo de palma e com que condimentam a maioria de suas refeições.

Muana — Criança, filho.

Muana kunsátika — Diz-se da rapariga que concebeu antes de ter passado pela «Casa da tinta», faltando, assim, às leis morais de Lusunzi.

Muanza — Cobertura, tecto de casa.

Mvila (**Zimvila**) — Espécie de título de honra, nobiliárquico, divisa de família.

Ndika — Armadilha, ratoeira para caçar peixe.

Ndóki (**Bandóki** e **Zindóki**) — Espírito malfazejo, «comedor de almas».

Nduda (**Zinduda**) — Amuleto **anti-ndóki.**

Ndumba — Meretriz, concubina.

Ndundu (**Zindundu**) — Os albinos. Tidos também por filhos do **Nkisi-Nsi.**

Ndunga (**Zindunga, Bakama**) — Grupo de mascarados (10), que fazem parte de um género de seita secreta, de algumas aldeias das terras de Ngoio (Cabinda) que obrigatòriamente aparecem (ainda) em certas festas rituais, como delegados do **Nkisi-Nsi** e de Lusunzi, em defesa dos usos e costumes ou mesmo como convidados (nestes tempos) para abrilhantar outras.

Ndungu — Nome dado ao tambor comum.

Ndungu-lilu — O grande tambor dos chefes (podia medir de 2 a 3 metros).

Nfumu Ikanda — Chefe de grupo familiar.

Nfumu-Nsi — O chefe, chefe da terra, do clã.

Nganda — Terreiro em frente das casas.

Nganga — Termo genérico para designar curandeiro, feiticeiro, adivinho, sacerdote, operador de circuncisão.

Nganga Masutu — Operador da circuncisão.

Nganga Meza — Curandeiro, sobretudo o que usa remédios à base de plantas medicinais (o Nganga das folhas).

Nganga-Nkisi — Feiticeiro.

Nganga Nzambi — Sacerdote, padre, missionário.

Nganga Tésia — Adivinho.

Ngázi — Dendém.

Ngoio — Terra de Ngoio, dos cabindas, Reino de Ngoio governado por Mangoio.

Ngola-Nhundu — Nome de um animal, tipo de lontra, do qual se guardava a pele, que era usada só pelos grandes senhores, vestindo-a à frente como avental.

Ngoma — Pequeno tambor usado em certas festas rituais.

Ngonda — Lua, mês.

Ngongie — Instrumento de som, com dois sons diferentes, e que servia (e ainda hoje serve no interior?) para avisar o povo de que uma ordem do chefe vai seguir-se.

Ngongolo-nombe — Milipede negro.

Ngulu-Nfumu (**Bangulu-Banfumu**) — Cf. **Kialata.**

Ngulungu — Um antílope, o mais comum, listrado de branco.

Ngunda — Gorro pequeno, que pode ser ornado com uma espécie de tufos.

Nhalimina — A mulher, terminado o primeiro mês na **Nzo-Buáli,** devia passar por todas as casas da aldeia atirando às portas um pouco de **fúkula** misturada com dendém cortado aos pedacitos. Era como que uma «benção». A isto se chamava o **Nhalimina.**

Nhoka — Cobra.

Nkama-Mponde — Espécie de faixa, tecida com fibras vegetais, e que a parturiente usava (e não usa?) a começar dos primeiros dez dias depois do parto. Era, dizem, para facilitar que o ventre voltasse ao normal. Passava a ser também, o **Nkama-Mponde,** o símbolo do sacrifício e trabalhos que as mães sofriam em dar seus filhos à luz.

Nkanda — Pele.

Nkanda-nfumu — A pele do chefe. Pele de animal (de **Ngó, Ngola-Nhundu, Sinzi,** etc.) usada pelos chefes como sinal de sua dignidade.

Nkandi — Coconote.

Nkanka — Espécie de esquilo.

Nkasa (a «Prova da Casca») — Nome, **Nkasa,** dado não só à árvore (**Erythrophloeum Le Testui** A. Chev.) mas também ao veneno extraído de sua casca, que contém forte alcaloide, e que era usado na chamada «Prova da Casca».

Os feiticeiros sabiam, em geral, dosear perfeitamente as quantidades mortais ou eméticas. Desta sorte, na «Prova da Casca», nem sempre morreria o culpado — e, às vezes, nem culparo havia — mas antes quem se desejasse que morresse!

Nkata — Rodilha.

Nkázi — Esposa.

Nkielo — Resguardo, em barro, dos foles de ferreiro.

Nkiento — Mulher, fêmea.

Nkílika-Nkuti — Dança imposta aos pais (dançada como a **Mbumba-Mbítika**) que tivessem um filho antes do tempo estipulado pelas leis de Lusunzi.

Nkima — Macaco.

Nkisi — Designação genérica de qualquer feitiço.

Nkíti — Rede de pesca.

Nkoko — Grande antílope das planícies. É o dito «burro do mato».

Nkola — Concha de grandes caracóis (e o próprio caracol — **Achatina Schweinfurthi,** v. Martens) cuja casca era usada em pequenas rodelas para colares e, ainda, quando livre do molusco (comestível), como recipiente para remédios, pólvora ou como **nkisi,** espetado em paus nas plantações, para afugentar os... ladrões!

Nkombo — Bode, cabra.

Nkondo — Embondeiro, baobá (**Adansónia digitata**).

Nkondo-Liamba — Cachimbo para cânhamo.

Nkonko — Tantã.

Nkotokuanda — Orador das cerimónias públicas e advogado nos tribunais.

Nkula — Cf. Bikula.

Nlimba — Serpente verde, das palmeiras.

Nlimbu — Bandeira, estandarte.

Nlinge — «Casa-exposição» preparada para a festa de **Mpolo** e em que se colocam as insígnias do chefe por quem se realiza a festa e se presta homenagem. Diante do **Nlinge** tinham a sua actuação, em veneração ao morto, cada um dos **Zindunga,** e em conjunto, e os familiares do falecido.

Nlingo — Moringue, moringa.

Nlunga — Manilha, pulseira de adorno, amuleto.

Nsaka (ou **Kilembe**) — Espécie de esparregado feito de folhas de mandioca.

Nsamba (**Zimsamba**) — Nome para designar a tatuagem por golpes. Há ainda outros géneros de tatuagem:

Libinda (**Mabinda**)
Lipopo (**Mapopo**)
Tiró

Cf. Cap. XXII

Nsanda — É a árvore das «Fundações», dos julgamentos (**Ficus religiosa**).

Nsema — Nome dado ao condenado à prova da **nkasa.**

Nsese — Seixa, pequeno antílope das florestas.

Nsinga — Niana, fio, corda.

Nsitu — Floresta, bosque, mata.

Nsókie bá (ou **Nsoko ibá**) — Ramo tenro, dos do interior, da palmeira.

Nsomo — Garfo.

Nsuá-Ngázi — Pilão, pau de pisar a dendém.

Nsunda (**Basunda**) — Nome dado à criança que nasce pondo, primeiro, as pernas fora do ventre materno. Fogem, saltam (**Kusunda**-saltar) à lei geral.

Nsungu — Um caurim.

Ntambi — Pègada.

Ntambu — Armadilha, ratoeira.

Ntangu — Sol, tempo.

Ntanta — Pano, ligadura.

Ntanta manbuli — Banda de pano amarrada em volta da testa, em sinal de luto.

Ntete (**Mutete**) — Género de cesto feito de ramos de palmeira.

Nti — Árvore, pau, bastão.

Ntima — Coração.

Nioma-Nsi — O **Nganga,** sacerdote do **Nkisi-Nsi.**

Ntútika-nsódu — O tirar de resíduos que ficam da preparação das refeições (pedúnculos de folhas de mandioca, cascas de banana, cascas de amendoim, etc.). Paga o tirar do **Ntútika-nsódu** o genro à sogra, no último dia em que ela cozinha em casa da filha recém-casada (e esteve lá oito dias), e o marido à mulher, por intermédio de uma sua irmã, no primeiro dia em que ela cozinha para ele.

Nuíkina-bakúlu — O dar de «beber aos antigos, aos velhos» falecidos. Manifestação de veneração pelos velhos falecidos da família, derramando em suas campas em certos dias do ano — dias de festa e de seus aniversários — vinho de palma, bagaceira, aguardente, etc.

Nuni — Marido, esposo.

Nvumbi — Morto, defunto.

NZAMBI — DEUS.

Nzau — Elefante.

Nzimbu — Uma concha marítima (**Olivancillaria nana,** Lamark) que correu como moeda no reino do Congo e noutros. O **Nzimbu** de Cabinda é antes uma **Cypreia.**

Nzimbu é também termo para designar uma dança que era executada por ocasião da morte dos grandes chefes.

Hoje, **Nzimbu,** ainda se emprega no mesmo sentido de **Mpolo,** festa por ocasião do primeiro aniversário da morte de um chefe ou grande senhor.

Nzita — Um «carapuço» real.

Nzo — Casa.

Nzo-Buáli — Casa onde residia a mulher (durante um mês, pelo menos) depois de dar à luz. O cercado, suficientemente alto e onde tomava os banhos (e toma), é fabricado cada vez para o efeito.

Nzo-Ikumbi (**Kumbi**) — Casa (e festa correspondente) para onde ia a donzela logo que lhe chegavam os primeiros sinais de puberdade. Lá ficava, pelo menos durante um mês, seguindo certo cerimonial que se descreve no texto.

Nzo-Kuálama — Casa (e também festa correspondente) onde é encerrada a donzela imediatamente antes do casamento e onde segue

um cerimonial correspondente. Confira-se a descrição no capítulo respectivo (Cap. XV).

Nzo-Mpilo — Casa para onde seguiam as mulheres nos seus dias do mês. (**Mpilo**-mênstruo).

Nzolo — Anzol.

Nzungu — Panela.

Pesca — Alguns sistemas de pesca:

Kuaba (**Kukuaba**) — Pescar nas lagoas com a **Nsuku** (**zinsuku**).

Kubulikila — Apanhar peixe durante a noite, com luz e à catanada.

Kula — Pescar com arpão.

Tamba (**Kutamba**) — Pescar colocando as armadilhas «**Básula**».

Viasa (**Kuviasa**) — Pescar à linha.

Vuba (**Kuvuba**) — Pescar à rede.

Sambi — Caminho aberto prepositadamente para a passagem do funeral de um nobre, desde a sua casa ao local onde fica enterrado.

Sanga — Dança guerreira por ocasião dos funerais dos nobres, chefes e grandes senhores (e agora, às vezes, nas festas de **Mpoio**) e que eram um simulacro de luta contra os **Bandóki**, os «comedores de almas».

Simbisia makuku — O «segurar dos macucos». Cerimónia do último dia em que a sogra cozinha em casa do genro, no fim dos oito primeiros dias. Junta à do **Ntútika-nsódu**.

Selengo — Formiga carnívora que é muito voraz e de cor castanha. É a **Tenatious Jaws**. Houve chefes que chegaram a condenar pessoas, amarrando-as a árvores, a serem comidas pelo **selengo**.

Sengo — Enxada.

Seve — Uma concha do mar. Usam simbólicamente a **seve** para certos trocadilhos, e até representada em imagens, testos de panela, máscaras, com o verbo **Seva** (Kuseva), que significa rir.

Sibizi — Animal roedor. A carne é muito apreciada pelos naturais.

Sinzi — Nome de um felino, cuja pele é reservada aos príncipes.

Sofo (Nsofe) — Antílope das grandes planícies.

Sumba-Mbembo — «Comprar a voz, comprar a palavra». Compra a palavra o noivo e o marido a sua noiva e esposa; compram a palavra os sogros, cunhados e cunhadas a sua nora e cunhada. Não o fazendo, ela não falará com eles e a nada lhes responderá. Assim era, pelo menos, em tempos.

Sumba nseka (**Kusumba nseka**) — Comprar a **nseka**, uma espécie de areia branca, quase sempre tirada de junto do **nkisi-nsi**, e que era colocada entre os dois paus de **takula**, que se friccionavam um contra o outro para se obter a **tukula**.

Estes paus têm a nome de **lukunga** (**zinkunga**). Mas, individualmente, o de cima chama-se **isese, mbuli**, o debaixo.

Sumbi — Pequeno antílope das planícies.

Tambuziana — O fazer as pazes entre pessoas desavindas, comendo-se ou, o mais comum, bebendo-se da mesma garrafa ou da mesma cabaça (o «receber a saliva um do outro»...) No dia do casamento, em alguns clãs, também existe uma cerimónia a que se dá este mesmo nome de **Tambuziana itata**. Consiste em a esposa comer do mesmo prato do marido (a comida que o marido lhe deixa) e sem mostrar repugnância nisso. Se a demonstrasse interpretar-se-ia por falta de amor ao marido.

Tata — Pai.

Tata-mikono — Estatueta de um homem (que representa o rei) e que tem o filho (ou dois filhos) aos ombros. O que os filhos são, em princípio, aos pais o devem. Indica também o dever de obediência e respeito ao rei e chefes.

Télika muana ntete — Diz-se da mulher que ainda tem vivo o seu primeiro filho.

Tésia (**Kutésia manga**) — Adivinhar, fazer adivinhação.

Túkula — Cerne da árvore **takula** (**Pterocarpus tinctórius**) reduzido a serrim fino pela fricção de dois paus de **takula** um contra o outro e, para facilitar o desgaste, colocando entre eles a areia **nseka**.

Tula mu ivangu — Meter no cepo. Condenação provisória de delinquentes (ou de loucos violentos) a ficarem presos a um cepo, forte, grande e pesado, que lhes é colocado e seguro (por cavidades abertas) junto dos tornozelos.

Vuá li mabene — «A de nove seios» (mamas). Não se pode tomar à letra, referindo-se a mulher. Quer significar, antes, a mãe (**nguli**), a mulher da qual descendem os 9 clãs provenientes e descendentes, segundo a tradição, dos Reis do Congo.

Vuba ikumba kimuana — Chama-se assim ao costume que as mães têm de aquecerem muito as palmas das mãos e, assim quentes, comprimirem o umbigo e cordão umbilical de seus bébés recém-nascidos para que seque e caia depressa.

Zíbula munu — O «abrir da boca». O pretendente a uma donzela oferece vinho à noiva e a seus pais e tios para que estes «abram a boca» e digam se consentem no casamento e marquem o dia para, em conjunto com as pessoas mais chegadas das duas famílias, se estipular o alambamento a dar.

Zindunga zisambi — Querem com esta expressão fazer indicar onde os **zindunga** «choraram» o morto.

ÍNDICE DAS FIGURAS

Fig. P 1 — Monumento comemorativo do Tratado de Chinfuma.
Fig. P 2 — Uma rua de Lândana.
Fig. P 3 — Pormenor das raízes da **Nsanda** sob a qual se assinou o Tratado de Simulambuco.
Fig. P 4 — Fotografia de um busto do I Barão de Cabinda, Manuel José Puna.
Fig. P 5 — **Zimpungi** e capacete do I Barão de Cabinda.
Fig. P 6 — As **Bimpaba** dos Punas.
Fig. P 7 — O **Ngongie, Koko** e pegadeiras do Barão Puna.
Fig. P 8 — O **Mbuku-Mbuádi,** cemitério dos Punas.
Fig. P 9 — As **Bimpaba,** Zimpungi e outras insígnias dos Franques.
Fig. P 10 — O **Tata-Mikono** dos Franques.
Fig. P 11 — Irmão Gervásio Dantas, 1.º Professor Oficial de Lândana.
Fig. P 12 — Irmão Evaristo Campos, 1.º Professor Oficial de Cabinda.
Fig. P 13 — Pormenor do túmulo de um **«Makongo»** com os dizeres: FEITO POR JOÃO BAPTISTA FRANQUE DO CAIO APRENDEU NA MISSÃO CATÓLICA D. CABINDA.
Fig. P 14 — O actual **Kapita.**
Fig. P 15 — O que resta das insígnias dos **Kapitas** com a que dizem ser a «cabeça» de **Mué-Mambo.**
Fig. P 16 — O que se intitula actual **Makongo.**
Fig. P 17 — O **Mansasa Vito Tembo** com um colar de dentes de leopardo.
Fig. P 18 — O velho Estanislau Kimpolo.
Fig. P 19 — O **Nkondo Ikuta Mvumbi.**
Fig. P 20 — Pormenor dos pregos no **Nkondo Ikuta Mvumdi.**
Fig. P 21 — O que resta dos **Zindunga** do Susu.
Fig. P 22 — Túmulo de José Maria Tati-Makongo-F. 19-4-6 Horas da Manhã de 1934, no Bumelambuto.
Fig. P 23 — Mais túmulos de «nobres» no Subantando.
Fig. P 24 — Pessoas da família do morto na festa do **Mpolo.**
Fig. P 25 — Simulacro de morte na dança guerreira **Sanga.** Note-se a presença da figura do leopardo.
Fig. P 26 — Outro aspecto da dança guerreira **Sanga** na festa do **Mpolo.**
Fig. P 27 — Cortejo de casamento no Lukula-Zenze.
Fig. P 28 — Noivo e noiva com amigos.
Fig. P 29 — Mais dois noivos. Repare-se na máscara de tristeza da noiva em todas as fotografias.
Fig. P 30 — Duas jovens na idade da puberdade.
Fig. P 31 — Uma das de cima vestindo bem à europeia.
Fig. P 32 — Subindo às palmeiras para a recolha do **malavo.**
Fig. P 33 — E mesmo no alto se prova o vinho...
Fig. P 34 — Fazendo **muamba.**
Fig. P 35 — Raspando mandioca fermentada no **Búmbulu kimunga** para fazer kikuanga.
Fig. P 36 — **Kikuanga** já cozida e envolvida em folhas de bananeira.
Fig. P 37 — Mãe que carrega lenha e mais o filho, que aproveita o tempo.
Fig. P 38 — Fazendo esteiras.
Fig. P 39 — Partindo coconote, mas sem deixar o filho.
Fig. P 40 — Os alfaiates que aproveitam as varandas das casas comerciais.
Fig. P 41 — Um mestre relojoeiro.
Fig. P 42 — Um curioso exemplar de **Nlingo**-moringue.
Fig. P 43 — Uma esteira com representação do leopardo.
Fig. P 44 — Um velho **Nkotokuanda** de Ngoio com a **Ngunda** que no texto se descreve.
Fig. P 45 — Uma jovem com o penteado à **Ngunda.**
Fig. P 46 — Desde pequenos começam a partir coconote.
Fig. P 47 — Tecendo uma **Mpili,** cesto para carga.
Fig. P 48 — Aspecto de mercado junto a casas comerciais.
Fig. P 49 — No Mercado Municipal.
Fig. P 50 — Pente feito de **banzas** (0,19x0,08).
Fig. P 51 — Pente de madeira (0,30x0,07).
Fig. P 52 — Penteado **basundi.**
Fig. P 53 — Penteado **baiombi.**
Fig. P 54 — Penteado de uma mulher do Caio.
Fig. P 55 — Novo e raro tipo de penteado.

Fig. P 56 — Uma jovem com um dos penteados mais comuns.
Fig. P 57 — Até já pequenitas se querem com penteado...
Fig. P 58 — O fazer «render» o cabelo...
Fig. P 59 — Parece touca, mas não é.
Fig. P 60 — Que dizer deste penteado? E quantas horas terá levado?
Fig. P 61 — Penteado simples a condizer com a dona...
Fig. P 62 — Mulher **basundi** tatuada.
Fig. P 63 — A mesma, de costas. Ó moda, **kitoko,** a que tanto obrigas!...
Fig. P 64 — Mais duas jovens com **Nsamba.**
Fig. P 65 — Mulher **iombi** com tatuagem **Mapopo,** na face, **Mindindi,** na testa e **Mabinda** nos braços...
Fig. P 66 — Tatuada em jovem.
Fig. P 67 — A mesma pessoa 25 anos depois. Repare-se como a tatuagem foi desaparecendo.
Fig. P 68 — Agora, só por milagre se encontra uma jovem tatuada.
Fig. P 69 — Representação do peixe **Mbuli-Vanga** (0,19x0,15) encontrado num túmulo.
Fig. P 70 — O Chefe e Nkotokuanda ,na aldeia Fortaleza-Ngoio, reúnem-se para uma questão de casamento.
Fig. P 71 — Tocando **Ntenfo.**
Fig. P 72 — Tocador de **Ngongie.**
Fig. P 73 — O tantã da Missão Cat. do Lukula-Zenze. Ouvia-se a 14 quilómetros.
Fig. P 74 — O José Kengele, no Kinzázi, começa a modelar um Cristo.
Fig. P 75 — O Casimiro, em Cabinda, trabalha numa imagem da Virgem.
Fig. P 76 — Uma bela e airosa aldeia no interior de Cabinda, Kinzázi.
Fig. P 77 — Aldeia à sombra dos coqueiros.
Fig. P 78 — Madeira magnífica que aguarda embarque.
Fig. P 79 — Mais madeira para Melo, Jomar, C. C., etc., que vai embarcar.
Fig. P 80 — O fruto, **Mpusu,** do embondeiro.
Fig. P 81 — As crianças aproveitam a sombra da «fruta-pão» enquanto lhe não comem os frutos.

★

Fig. C 1 — Os portugueses sempre uniram o seu sangue ao de outras raças.
Fig. C 2 — Um pôr-do-sol em Cabinda, junto à Missão Católica.
Fig. C 3 — Monumento que comemora o tratado de Simulambuco.
Fig. C 4 — O belo e airoso edifício da Câmara Municipal de Cabinda.
Fig. C 5 — A Alameda Gago Coutinho, em Cabinda.
Fig. C 6 — Um aspecto da cidade de Cabinda.
Fig. C 7 — O túmulo do **Duque de Chiázi.**
Fig. C 8 — O filho e herdeiro do **Duque de Chiázi.**
Fig. C 9 — Igreja da Missão Católica de Lândana (14/8/1904).
Fig. C 10 — A bela capela rural da JOMAR (8/12/1956) no Prata.
Fig. C 11 — A graciosa Igreja Matriz de Cabinda (13/10/1957).
Fig. C 12 — Os **Zindunga** preparam-se para uma actuação.
Fig. C 13 — Amor de Mãe.
Fig. C 14 — Sorriso de Mãe.
Fig. C 15 — Uma jovem **kikumbi.**
Fig. C 16 — Gimbi Konko sai da floresta com os **Zindunga** do Kizu.
Fig. C 17 — **Mabóbolo** (1)
Fig. C 18 — **Mampana** (2)
Fig. C 19 — **Chilamba** (3)
Fig. C 20 — **Matona Mambuambu** (4)
Fig. C 21 — **Vanga-Nsi** (5)
Fig. C 22 — **Mbengie-Meso** (6)
Fig. C 23 — **Duengie-Meso** (7)
Fig. C 24 — **Makaia Makonde-Konde** (8)
Fig. C 25 — **Benvu-Lumuana** (9)
Fig. C 26 — **Ntendekele** (10)
Fig. C 27 — **Mbengie-Ivioka** (do Ngoio)
Fig. Ç 28 — **Makaia Makonde-Konde** (do Ngoio)
Fig. C 29 — As 10 máscaras do Kinzázi.

Fig. C 30 — Ofertas para a festa da **Casa da Tinta.**
Fig. C 31 — Preparando a **muamba** para a festa da **Kikumbi.**
Fig. C 32 — O batuque já começou.

Nota — Os clichés 30-31-32 foram cedidos pelo colega P. Ildo Silva

Fig. C 33 — Fazendo a **tukula** para pintar a jovem que entra na **Casa da Tinta.**
Fig. C 34 — A jovem é apanhada e levada às costas.
Fig. C 35 — E começa a pintadela...
Fig. C 36 — Daqui a pouco quase se não reconhece quem é.
Fig. C 37 — Uma esteira da **Casa da Tinta** (**Ngolo Zinona**).
Fig. C 38 — Outra esteira da **Casa da Tinta** (**Loba** e **Nkandi vuila**).
Fig. C 39 — Belo túmulo de chefe no cemitério de Cabinda (notem-se os **Zimpungi**).
Fig. C 40 — Outro interessante túmulo no cemitério Municipal de Cabinda.
Fig. C 41 — Valiosos vasos (com perto de 100 anos) encontrados em campas de velhos chefes.
Fig. C 42 — O **Nkotokuanda** André Tati Sebastião revestido das insígnias de seu cargo.
Fig. C 43 — Um **Ndunga** redopia em homenagem ao morto (Jack) nas cerimónias de **Mpolo,** em frente ao **Nlinge.**
Fig. C 44 — Pessoas da família do morto, com grinaldas de ervas, juntam-se às homenagens dos **Zindunga.**
Fig. C 45 — Tocadores de **Zimpungi** e de **Ndungu-lilu** nas cerimónias do Mpolo.
Fig. C 46 — O «palmador», o arco (repare-se no nó) e cachos de dendém.
Fig. C 47 — Nas praias de Cabinda, esperando a chegada do peixe.
Fig. C 48 — O desemaralhar da rede para seguir para o mar.
Fig. C 49 — Assim se puxa a canoa para se ir lançar ou recolher as redes.
Fig. C 50 — Já se viu imagem mais bela da inocência e candura?
Fig. C 51 — Veste bem ou não a mulher de Cabinda?
Fig. C 52 — É mais fácil armar um turbante destes do que fazer um penteado...
Fig. C 53 — E já fazem quadros assim! ...
Fig. C 54 — É-lhes mais fácil a paisagem.
Fig. C 55 — O tocador de **Ndungu-lilu** mostra os símbolos gravados no tambor: **Tata-Mikono** e **Nkanda likoko.**
Fig. C 56 — Um aspecto da charneca do Iábi.
Fig. C 57 — Parte da aldeia do Ngoio, sede do antigo reino.
Fig. C 58 — A limpeza e simpilcidade das casas contrasta com a pujança dos palmares.
Fig. C 59 — As periferias da cidade de Cabinda.
Fig. C 60 — A árvore da «fruta-pão».

PÁGS.

INTRODUÇÃO 7

CAPÍTULO I — TERRAS AO NORTE DO ZAIRE — REINOS DE NGOIO, CACONGO E LOANGO — TERRAS DE PORTUGAL 17

Os Tratados 25
1.º — Chinfuma 26
2.º — Chicamba 28
3.º — Simulambuco 31
Depois dos Tratados 35
Cabinda, nomes e proveniências 38
Lândana 39
Os Homens dos Tratados 40

CAPÍTULO II — A MISSIONAÇÃO EM TERRAS DE LOANGO, CACONGO E NGOIO 51

CAPÍTULO III — O ENSINO NO DISTRITO DE CABINDA 63

CAPÍTULO IV — OS HABITANTES DO DISTRITO DE CABINDA 69

Os 9 Clãs descendentes do Rei do Congo 72
As «ZIMVILA» 79
O Maiombe e os Baiombe 85

CAPÍTULO V — MAKONGO OU KAPITA ? 87

As insígnias dos Kapitas 94
Makongos de Bumelambuto 97
Fidalgos e Titulares 98

CAPÍTULO VI — OS BASUNDI EM TERRAS DE KAKONGO 101

CAPÍTULO VII — A KIMPABA 105

CAPÍTULO VIII — RELIGIÃO E CRENÇA 109

PÁGS.

A «Mitologia» dos Bauoio 109
O Sistema religioso comum a todos os clãs 114
Nzambi — O Deus Supremo 115
Bakisi-Basi — Os espíritos da terra 116
Adivinhação — (*Kutésia, Kutésia manga*) 119
O Homem invisível 120
Os *Bandoki* 120
Resumo da Religião e Crenças 121
O *Ntoma-Nsi* 124
Alguns *Bakisi-Basi* 127
Nkisi-Mbingo e *Nkobe-Mbingo* 130
Superstições 133

CAPÍTULO IX — PLANTAS MEDICINAIS E O SEU USO E APLICAÇÃO 137

CAPÍTULO X — NDUNGA (pl. ZINDUNGA) 153

Os *Zindunga* do Kizu 158
Os *Zindunga* do Ngoio 163
Os *Zindunga* do Kinzázi 166
Os *Zindunga* do Susu 167

CAPÍTULO XI — NASCIMENTOS 169

A Cerimónia da «Apresentação» 169
À volta da parturiente 171

CAPÍTULO XII — NOMES E APELIDOS 177

Os gémeos 181
Alcunhas 182

CAPÍTULO XIII — FESTA DOS RAPAZES 185

CAPÍTULO XIV — NOIVADO, ALAMBAMENTO 189

É compra, venda ou oferta ? 191
Várias partes do Alambamento 193

CAPÍTULO XV — CASA DAS TINTAS 197

Nzo Kumbi 197
Nzo Kualama 200
Cânticos na festa da Nzo Kualama 203
O *Kusumuna Kina* 209
Há na *Nzo Kualama* uma iniciação efectiva da vida sexual ? 211

PÁGS.

As esteiras na «Casa da Tinta» 215
O que se espera de uma donzela 218

CAPÍTULO XVI — CASAMENTO 221

O *Tambuziana itata* 224
O levar da noiva para a casa do noivo 224
Alguns conselhos 226
O *Kusumba mbembo* 226
Tem de seguir virgem para o casamento ? 226
Os direitos do *Nkama Mponde* e do *Ntútika Nsodo* 228
Alguns princípios aplicados ao:
Casamento 230
Marido 230
Esposa 231
A *Nzo-Mpilo* 231
A *Nzo-Buáli* 232
A Infidelidade conjugal 233

CAPÍTULO XVII — DOENÇAS, MORTES, FUNERAIS 237

Fiabiziana 237
O secar ou defumar o cadáver 239
O Cortejo fúnebre 240
O *Núikina bakulu* 243
O que pensam da velhice e da vida 246

CAPÍTULO XVIII — MPOLO ou NZIMBU 249

Uma festa de *Mpolo* (a de Júlio Jack) 253

CAPÍTULO XIX — FUNDA-NKANU 257

Princípios sobre a justiça e o mal 261

CAPÍTULO XX — TRABALHOS, OCUPAÇÕES, ARTES E OFÍCIOS 265

As ocupações de cada dia 269
A fabricação do óleo de palma 270
Várias espécies de refeições 272
Tecelagem 274
Oleiros 276
Esteiras 277
Mercados 280
Divisão do tempo 281
Leis e princípios sobre o trabalho 283

PÁGS.

CAPÍTULO XXI — PESCA E CAÇA 287

Sistemas de pesca 287
Sistemas de caça 293
Os cães 294

CAPÍTULO XXII — VESTUÁRIO, ADORNOS, PENTEADOS, TATUAGEM 299

Como se vestem 299
Adornos 300
Penteados 301
Tatuagem 303
Os dentes 307

CAPÍTULO XXIII — MANIFESTAÇÕES DE ARTE E DE VALORES ESPIRITUAIS 309

Simbologia 309
Dança e batuque 313
Estatuária e Pintura 318
Contos e alegorias 319

APÊNDICE 325

Riquezas do solo e subsolo 327
Madeiras 328
Árvores de fruta, leguminosas, etc. 332
Comércio e indústria 336

LIVROS CONSULTADOS 347
PEQUENA EXPLICAÇÃO EM FRANCÊS 349
IDEM, EM INGLÊS 355
ALGUNS TERMOS E EXPRESSÕES 359
ÍNDICE DAS FIGURAS 365